

**Anais do 1º Congresso
Maranhense de
Psicologia**

Anais do 1º Congresso

Maranhense de Psicologia.

Anais...São Luís(MA) CRP MA, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais do 1º Congresso Maranhense de Psicologia. Anais...São Luís(MA)
CRP MA, 2025

Disponível em www.even3.com.br/anais/1-cmp-489753

ISBN: 978-65-272-1563-9

1. Psicologia

CRP MA

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

KIRIA KARINE LINS MARTINS RIBEIRO

SILVIA REGINA MOREIRA VALE

FRANCISCO VALBERTO DOS SANTOS NETO

COMISSÃO ORGANIZADORA DA PUBLICAÇÃO

NELMA PEREIRA DA SILVA

KIRIA KARINE LINS MARTINS RIBEIRO

SILVIA REGINA MOREIRA VALE

FRANCISCO VALBERTO DOS SANTOS NETO

MARIA CLARA AQUINO SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA VIVÊNCIA
DA ADOLESCÊNCIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO:** Pesquisa com
adolescentes recém-chegados ao Ensino Médio em uma instituição sem psicólogo escolar.

Jayssa Liane Borges Rodrigues¹
Michelle Correa Moucherek²

¹Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/Unisulma. E-mail: contato@unisulma.edu.br

²Docente do curso de Bacharelado em Psicologia do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/Unisulma. E-mail: michelle.moucherek@unisulma.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição caracterizada por mudanças biopsicossociais significativas, na qual o ambiente escolar desempenha um papel central. O primeiro contato com o âmbito educacional institucionalmente constituído marca a construção de novas relações sociais, além do âmbito familiar (Libaneo, 2006).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência é definida como o período que abrange entre 12 e 18 anos de idade (Brasil, 1990). Essa fase caracteriza-se pelo desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social (Eisenstein, 2005). Além disso, percebem-se fatores biológicos comuns da faixa etária em conjunto com os determinantes socioculturais advindos do ambiente (Alves, 2008).

Em geral, o ensino médio é vivenciado no contexto do período de desenvolvimento abordado acima e consiste em uma etapa estudantil caracterizada por conflitos relacionados à perspectiva de futuro e identidade, e por alterações cognitivas e biológicas comuns ao estágio, o que pode desencadear um estresse em decorrência das transformações que o indivíduo vivencia (Busnello; Schaefer; Kristensen, 2009).

Neste contexto, a presença da Psicologia Escolar comparece como um elemento fundamental para compreender e intervir nas demandas específicas dos adolescentes no contexto educacional, especialmente no ensino médio. Segundo a nota técnica 08/2023 do Conselho Federal de Psicologia, a atuação do profissional da psicologia escolar consiste na integração de conhecimentos teóricos e métodos específicos para acolhimento, orientação e aconselhamento no contexto da escola, o que difere da atuação da psicóloga clínica (CFP, 2023).

A escolha deste tema justifica-se pela relevância social e educacional, uma vez que ainda persistem lacunas significativas da presença desse profissional nas instituições. Neste contexto, este estudo se propõe a identificar as dificuldades advindas dos aspectos psicossociais da adolescência e do início da etapa final da educação básica (1º ano EM), bem como as contribuições do profissional para o desenvolvimento socioemocional e acadêmico dos adolescentes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritiva de abordagem quanti-qualitativa. Os dados deste estudo foram coletados por meio de um formulário elaborado pelas pesquisadoras e aplicado através da plataforma *Google Forms*, em uma turma 1º ano do ensino médio (EM), de uma escola da rede estadual do município de Imperatriz/MA. A instituição não possuía, no período da pesquisa, um profissional psicólogo escolar na equipe técnica.

Foram respeitados os princípios normativos estabelecidos pela Resolução 466/12, garantindo assim a preservação da privacidade e da individualidade dos envolvidos no estudo. Para assegurar tal proteção, foram utilizados os seguintes instrumentos: Termo de Anuência da Instituição de Ensino, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respondido pelos pais e/ou responsáveis, e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Em relação aos critérios de elegibilidade para a pesquisa, foram considerados elegíveis os alunos devidamente matriculados no 1º ano da instituição, que tiveram autorização dos pais por meio do TCLE e concordaram participar da pesquisa por meio do TALE. Dos 45 alunos da turma, 25 preencheram os critérios estabelecidos.

Os dados obtidos abordam o perfil sociodemográfico dos estudantes (idade, gênero, trabalho e composição familiar), aspectos da sua vida escolar, relações sociais e familiares, demandas emocionais e suas percepções sobre o trabalho do psicólogo escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil sociodemográfico

Diante dos dados obtidos, constatou-se que uma parcela significativa dos alunos participantes está na faixa etária de 15 anos, identificam-se como do sexo feminino, não exercem atividade remunerada e fazem parte de uma estrutura familiar monoparental (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência absoluta (N) e Frequência percentual (%) do perfil dos alunos respondentes.

VARIÁVEL	N	%	VARIÁVEL	N	%
Faixa etária			Gênero		
14 anos	3	12%			

15 anos	18	72%	Feminino	14	56%
16 anos	3	12%	Masculino	11	44%
17 anos	1	4%			
Trabalho			Composição familiar		
Não trabalha	15	60%	Tradicional ou nuclear	8	32%
Ajuda aos pais	6	24%	Reconstituída	5	20%
É autônomo	2	8%	Monoparental	12	48%
Jovem aprendiz	1	4%			

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que o ensino médio deve ser iniciado aos 15 anos. Entretanto, o Censo Escolar de 2020 revelou que cerca de 5,8 milhões de alunos das redes estaduais e municipais enfrentavam a chamada distorção idade-série, estando atrasados em pelo menos dois anos em relação à série esperada (Unicef, 2020). No contexto da presente pesquisa, 72% dos participantes encontram-se na faixa etária prevista para ingresso no ensino médio, o que configura um cenário positivo nesse aspecto.

Oliveira (2018) destaca uma relação entre a escola e o trabalho vinculada à sobrevivência ou ao desejo de uma mudança de vida, não apenas para o próprio aluno, mas também para seus familiares. No entanto, 60% dos estudantes pesquisados afirmaram não exercer atividade laboral. Essa situação pode ser atribuída, em parte, ao turno vespertino em que estão matriculados, o que possivelmente limita as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

No que diz respeito à estrutura familiar, a predominância é observada nas famílias monoparentais. De acordo com dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), famílias monoparentais são aquelas em que há apenas um adulto responsável, seja do sexo masculino ou feminino, que cuida de pelo menos um filho(a), podendo haver ou não outros adultos na mesma residência. As transformações sociais desde o século XX têm influenciado profundamente os papéis parentais e a dinâmica familiar (Benatti et. al 2021).

Evidencia-se, no âmbito escolar, uma notável diversidade de contextos sociais. A psicologia, nesse sentido, deve assumir uma dimensão crítica e política, atentando-se à realidade social imediata. Assim, o psicólogo escolar, além de desempenhar atividades práticas de forma crítica, pode contribuir também na

implementação de políticas públicas, atuando na construção de uma prática educativa ativa, inclusiva e transformadora (Galvão, 2019).

3.2 Vida escolar

Em face das preocupações em relação aos desafios enfrentados na nova fase educacional, 56% dos alunos relatam dificuldades em lidar com as novas disciplinas do ensino médio (Tabela 2).

Tabela 2. DIFICULDADES NA NOVA ETAPA
“O que tem sido difícil de lidar no ensino médio?”

ALTERNATIVAS	N	%
As novas disciplinas	14	56%
A mudança de horário	4	16%
Mudanças na vida pessoal	4	16%
Os novos professores	2	8%
Nada	1	4%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Além das transformações físicas e cognitivas características da adolescência, esse período é marcado por descobertas e crescentes responsabilidades, o que pode resultar em vulnerabilidade emocional (Da Silva; Viana; Carneiro, 2011). A sobrecarga de informações no ensino médio pode levar os adolescentes a experimentarem uma desconexão entre os conceitos ensinados e sua aplicação prática no contexto cotidiano (Neubauer et al., 2011)

A Lei nº 13.415/2017 estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais, e definindo uma nova organização curricular com disciplinas focadas em áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (Brasil, 2018) o que, por sua vez, pode corroborar com as dificuldades reportadas em relação à nova estrutura educacional.

Ademais, uma parcela considerável indicou enfrentar dificuldades em lidar com as mudanças de rotina, sejam relacionadas a horários ou a questões pessoais. O estresse pode surgir como resultado dessas mudanças na rotina, desconfortos ou situações que desafiam a capacidade do indivíduo de se adaptar. Sintomas como tensão muscular, perda de interesse em atividades cotidianas, ansiedade e

dificuldade de concentração são exemplos das possíveis consequências do estresse (Maziero; Sehnem, 2023).

Diante das questões apresentadas, surge a necessidade de que esses alunos sejam acompanhados e orientados quanto à organização de rotina e estudos. O psicólogo escolar pode contribuir com a equipe escolar a partir de reflexões sobre o processo emocional na aprendizagem e análise contínua dos aspectos psicológicos atrelados aos pedagógicos. Além disso, pode auxiliar na compreensão do aluno como um todo, não visando apenas ao aspecto da aprendizagem, mas todo o contexto psicossocial (Galvão, 2019).

Outrossim, é notório, para alguns autores, um declínio na motivação e desempenho acadêmico na transição da familiaridade do ensino fundamental para o ambiente mais desafiador do ensino médio (Lebourd, Coutrim, Silva, 2021). Na pesquisa realizada por essas pesquisadoras, 64% dos estudantes respondentes afirmaram que sua maior motivação para os estudos é a aprovação no vestibular (Tabela 3).

Tabela 3. MOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS
“Qual sua maior motivação para estudar?”

ALTERNATIVAS	N	%
Passar no vestibular	16	64%
Agradar aos pais	5	20%
Nenhuma	2	8%
Aprendizado e boas notas	1	4%
Ajudar aos pais futuramente	1	4%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Quando a motivação é intrínseca, o comportamento baseia-se em valores internalizados e congruentes com os demais valores da pessoa e a própria ação proporciona satisfação, e não reguladores externos (Appel-Silva; Wendt; Argimon, 2010).

Por outro lado, o comportamento de estudar por motivações externas e em busca de resultados específicos, pode ocasionar insatisfação e afetar negativamente o aprendizado desses alunos, pois segundo Somavilla et. al (2021), o receio de não obter aprovação no vestibular é o um dos principais fatores para desencadear a

ansiedade. Esta, quando considerada patológica, ocasiona o comprometimento funcional no desempenho de atividades do cotidiano em diversas áreas, sejam elas profissionais, acadêmicas e nos relacionamentos interpessoais (American Psychiatric Association, 2022).

A escolha profissional também é algo que gera dúvidas e ansiedades, tendo em vista que é uma escolha carregada de pressão familiar e social, expectativas para o futuro e incertezas (Bock; Teixeira; Furtado, 2022). Essa decisão também envolve questões como o autoconhecimento e maturidade vocacional e a realização de atividades de orientação profissional são de grande importância (Quadro 1).

Quadro 1. Participação em atividades de orientação profissional.

“Você já participou de atividades relacionadas a orientação profissional realizadas pela sua escola? Se sim, o que achou e como se sentiu?”
<i>R1=“Sim, agora estamos fazendo um projeto de profissões é algo bem interessante para podermos saber mais e até se interessar por alguma.”</i>
<i>R2=“Eu ainda estou participando e está sendo bem legal”</i>
<i>R4=“Fiquei pensativa sobre imaginar Oq quero para o meu futuro”</i>
<i>R5=“Sim participei e por enquanto nas aulas de projeto de vida tá sendo motivador ver essas diferentes áreas.”</i>

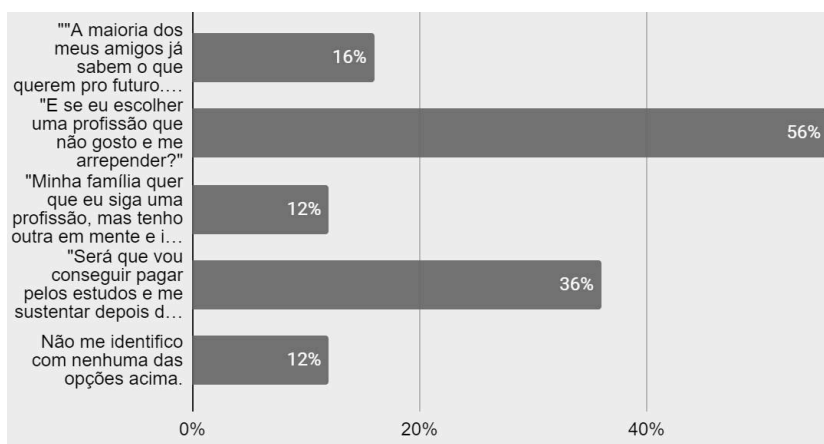
Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

A turma participante da pesquisa possui em sua grade curricular a disciplina "Projeto de Vida" que objetiva incentivar os alunos a refletirem sobre suas habilidades e dificuldades, relações interpessoais e orientá-los a escolher um itinerário formativo ao longo do Ensino Médio. Para essa disciplina, é permitido que qualquer professor do corpo docente da instituição ministre as aulas (Brasil, 2018).

Ao analisar as respostas dos estudantes em relação às atividades realizadas, observou-se que eles reconhecem a importância dessas atividades e consideram uma experiência significativa. Contudo, também se observa um registro de dúvidas e ansiedades em relação a esse tema, o que ressalta a relevância de uma orientação aos docentes dessa disciplina, possivelmente com o suporte de um psicólogo escolar (Gráfico 1).

Gráfico 1. Preocupações com o futuro profissional

“Quais dessas frases estão de acordo com o que você costuma sentir?”



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

O trabalho de orientação individual ou grupal é uma das contribuições do psicólogo no contexto escolar. É considerada uma forma específica de intervenção que engloba processos anteriores e posteriores à escolha profissional, visando o desenvolvimento de recursos psicológicos essenciais para a decisão do percurso profissional e integração no mercado de trabalho (Martinez, 2010).

Dessa forma, nota-se o quão benéfico aos alunos seria se, além das disciplinas mencionadas, contassem com esse apoio profissional para lidar de forma mais efetiva com suas inquietações e planejar seus projetos de vida de maneira mais assertiva e consciente.

Outro aspecto que pode gerar ansiedade no ambiente escolar são situações de violência. Dentre elas, tem-se as diversas formas de preconceito, o bullying, bem como a dificuldade na relação professor-aluno.

Tabela 4. Violência Escolar

"Quais das situações abaixo estão presentes na sua escola e te causam sofrimento?"

ALTERNATIVAS	%
Situações de racismo ou bullying	28%
Comunicação ruim entre alunos e professores	20%
Preconceito e/ou questões de gênero	8%
Competição excessiva por notas entre os alunos	4%
Nenhuma das opções acima	60%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Os alunos que representam a grande porcentagem ao marcar “Nenhuma das opções acima”, encontram-se na turma dos demais que indicaram enfrentar algum tipo de dificuldade. Isso sugere que esses 60% possam ter dificuldade em identificar essas situações problemáticas.

O *bullying* envolve ações físicas ou verbais negativas que têm intenções hostis, causam angústia às vítimas, são repetidas ao longo do tempo e envolvem um diferencial de poder entre os agressores e as suas vítimas. Acredita-se que o *bullying* tenha suas raízes em problemas sociais, culturais, econômicos e históricos, gerando consequências sérias à saúde de adolescentes (Ravens-Sieber et al., 2002).

A posição ocupada por adolescentes entre seus pares desempenha um papel importante, pois a autoestima é influenciada por esse status dentro do grupo. A autoestima, compreendida uma avaliação que o indivíduo faz de si mesmo e mantém, impacta significativamente a capacidade do adolescente de interagir com o ambiente. Dessa forma, é essencial que os jovens estejam inseridos em ambientes que proporcionem conforto, segurança, apoio e proteção (Bandeira, Hutz, 2010).

Portanto, é importante reconhecer que a Psicologia Escolar desempenha um papel vital na identificação e no mapeamento dessas dificuldades. Conforme a Resolução CFP 23/2022, esse profissional atua nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos e da violência na escola, orientando as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração entre família, educando e escola, e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos (CFP, 2023).

Tabela 5. Influências negativas no desempenho estudantil
“O que atrapalha seu desempenho escolar?”

ALTERNATIVAS	N	%
Dificuldade de concentração e compreensão dos assuntos	12	48%
O tempo que passa nas redes sociais	11	44%
O tempo que passa cumprindo outras responsabilidades	1	4%
Nada	1	4%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024)

A atenção é um processo básico para a ocorrência da aprendizagem, e seus déficits causam impacto negativo no desempenho escolar, assim como nas demais atividades do sujeito (Guadagnini; Simão, 2016). Quanto a isso, 48% assinalaram que a dificuldade de concentração e a compreensão dos assuntos atrapalham seu desempenho escolar (Tabela 5).

As causas da dificuldade de compreensão são variadas, podendo ser um aspecto intrínseco do indivíduo, como um transtorno específico de aprendizagem, ou uma causa extrínseca ao aluno, como a influência do contexto psicossocial, familiar e pedagógico em que ele está inserido (Guadagnini; Simão, 2016).

À medida que os adolescentes desenvolvem competência nos domínios acadêmicos e sociais, eles estabelecem as suas identidades, sendo o desempenho acadêmico um dos determinantes muito importantes do autoconceito (Ravens-Sieber et al., 2002). Sob essa perspectiva, é compreensível que dificuldades na compreensão de conceitos e o consequente impacto negativo no desempenho acadêmico possam prejudicar a autoestima dos alunos, potencialmente levando-os a sentimentos de inadequação ou incapacidade.

No decorrer do questionário, ao buscarmos informações sobre hábitos e rotinas dos adolescentes, notou-se que grande parte dos alunos relataram passar 5 horas ou mais utilizando o celular (Tabela 6).

Tabela 6. Tempo dedicado ao uso do celular
“Quanto horas você utiliza o celular por dia?”

ALTERNATIVAS	N	%
5h ou mais	13	52%
4h	8	32%
3h	3	12%
2h	1	4%
1h ou menos	-	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

O tempo de exposição às telas representa um aspecto significativo a ser considerado. No atual contexto, caracterizado pela facilidade aos dispositivos eletrônicos, é notável o incremento do tempo dedicado a essas interfaces. Esta tendência, quando excessiva, pode acarretar impactos adversos na saúde mental e física dos indivíduos. Nota-se, portanto, uma associação entre o uso prolongado de

dispositivos eletrônicos e a manifestação de sintomas de ansiedade na fase da adolescência (Macêdo, 2023).

3.3 Relações sociais e familiares

A dinâmica familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano. Essa relação exerce influência na formação de uma variedade de aspectos psicossociais, como o estabelecimento de um senso positivo de identidade, a promoção da autoestima e do autoconceito, bem como na orientação das aspirações e planos futuros dos filhos (Dias, 2012).

Tabela 7. “Como você classifica a sua relação com seus pais/responsáveis?”

ALTERNATIVAS	N	%
Excelente	12	48%
Razoável	10	40%
Ruim	3	12%
Péssima	-	-

Tabela 8. “Você se sente confortável para falar suas emoções com seus pais/responsáveis?”

ALTERNATIVAS	N	%
Nunca	10	40%
Raramente	8	32%
Às vezes	4	16%
Sempre	3	12%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Entre os participantes, 48% classificaram a relação com os pais e responsáveis como "Excelente". Contudo, uma parcela significativa desses adolescentes afirmou que "Nunca" ou "Raramente" se sente à vontade para discutir suas emoções com eles. Os dados mostram ainda que, apesar da avaliação geral positiva acerca do relacionamento com os pais ou responsáveis, há um desejo expresso de um espaço saudável para se expressar e serem compreendidos (Quadro 2).

Quadro 2. Expressão dos adolescentes quanto ao que gostariam que melhorasse no relacionamento com seus responsáveis.

Participantes que classificaram a relação como “Excelente”	
R1= “A minha relação é boa, mas tem vez que parece q eles não me entendem”	
R2 = “Poder contar tudo o que estou sentindo pra eles.”	R4= “Que eles confiassem mais em mim”
R3= “(...) minha mãe conversar comigo com menos estresse e com mais calma.”	
Participantes que classificaram a relação como “Razoável” ou “Ruim”	
R6= “O nosso tempo juntos ser maior. (...) Meus pais passam o dia trabalhando, assim, praticamente não temos tempo pra conversar ou contar como foi o nosso dia por exemplo.”	

R7= “Que meus pais aceitassem algumas coisas que eu sou e não descontassem os problemas em mim”

R8= “Ter mais diálogo”

R9= “Ser mais amiga deles”

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Conforme delineado por Erik Erikson (1972), a difusão da identidade emerge durante o estágio da adolescência, sendo esta um momento de busca pela compreensão de si mesmo e do mundo ao seu redor, marcado por dificuldades. Dessa forma, é possível que os alunos não tenham uma clareza sobre suas próprias necessidades emocionais e como isto se relaciona com uma relação "excelente" com os pais.

Ademais, segundo a Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, o processo de aprendizagem é influenciado pela observação de um modelo comportamental. Dessa forma, os comportamentos demonstrados por outros indivíduos oferecem experiências indiretas de aprendizado (Almeida, 2013). Levando em consideração essa teoria, é possível que diante da ausência de modelos claros de comportamento positivos, haja uma propensão para considerar positivo aquilo que é familiar.

Nesse contexto, evidencia-se a importância de acompanhamento e orientação aos pais e alunos quanto ao desenvolvimento e contexto familiar desses adolescentes. A atuação da psicologia escolar pode se manifestar por meio de intervenções multidisciplinares, visando identificar e mapear dificuldades específicas, além de englobar metas preventivas relacionadas ao bem estar emocional e ao desenvolvimento de recursos psicológicos (Martinez, 2010).

3.4 Percepção sobre o psicólogo escolar

Quadro 3. Expressões dos estudantes sobre possíveis contribuições do psicólogo escolar.

“De que forma uma psicóloga escolar poderia auxiliar você ou sua turma?”	
R1=	“Ajudar a gente a lidar com nossos sentimentos e não vir a ficar sobrecarregados”
R2=	“Muitas coisa, as vezes preciso de uma psicóloga mas não tenho E na escola ajudaria pra ser um ambiente melhor.”
R3=	“em muitas coisas, um deles é os problemas dentro de casa. ”
R4=	“Poderia auxiliar os alunos que tem problemas dentro de casa e não tem coragem de conversar sobre isso com ninguém, assim, a pessoa não chegaria na escola 'para baixo' e atrapalharia nos estudos dele próprio”
R5=	“Uma psicóloga pode ajudar no desempenho de aluno , por que ajuda no controle emocional do aluno.”
R6=	“Auxiliar um aluno quando estiver passando por momentos difíceis ”

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

No que se refere ao tema do Quadro 3, seis respostas foram destacadas pela repetição dos conteúdos. Os resultados revelaram um desejo de apoio diante das dificuldades enfrentadas, bem como uma necessidade de resolução de conflitos internos e externos entre os respondentes. Assim, ressalta-se a importância da atuação da psicologia na identificação de ferramentas que promovam discussões sobre as questões relevantes à vida dos jovens e sua integralidade como indivíduos (Malachias, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância crítica da presença de psicólogos escolares no contexto do ensino médio, destacando como sua ausência pode impactar negativamente o desenvolvimento socioemocional e acadêmico dos adolescentes. Os dados revelaram que muitos alunos enfrentam dificuldades significativas relacionadas à adaptação às novas disciplinas, ansiedade sobre o futuro e desafios nas relações sociais e familiares.

A pesquisa sublinhou a necessidade de um suporte psicológico adequado para auxiliar os alunos na gestão de suas emoções e na construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. A presença de psicólogos escolares pode facilitar a identificação e intervenção precoce em questões como *bullying*, dificuldades de concentração e problemas familiares, promovendo um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Recomenda-se que políticas educacionais sejam revistas para garantir a implementação efetiva da Lei nº 13.935/2019, que prevê a obrigatoriedade de psicólogos nas escolas públicas. Além disso, futuros estudos devem explorar mais profundamente os aspectos relacionados à ansiedade, estresse e autoestima dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção.

Em suma, este estudo reforça a necessidade de integrar a psicologia escolar como um componente essencial da educação básica, garantindo que os adolescentes recebam o apoio necessário para enfrentar os desafios dessa fase crítica de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alana Peixoto de. Comparação entre as teorias da aprendizagem de skinner e bandura. Cadernos de Graduação – **Ciências Biológicas e da Saúde, Maceió**, v. 1, n.3, p. 8190, nov. 2013 INSS 2316-3151. versão online. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade>. Acesso em 26 abr. 2024

ALVES, Gabriela Maciel. A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008. **BVS-Psi Brasil**, 2008. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR**: Texto Revisado. 5. ed. Porto Alegre. Artmed, 2022.

APPEL-SILVA, Marli; WENDT, Guilherme Welter; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. A teoria da autodeterminação e as influências socioculturais sobre a identidade. **Psicol. rev. Belo Horizonte**, v. 16, n. 2, p. 351-369, ago. 2010. ISSN 1677-1168 versão impressa. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682010000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 abr. 2024.

BANDEIRA, Cláudia de M.; HUTZ, Claudio S. As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes. **Revista Semestral da ABRAPEE**, 2010 São Paulo. V. 14, N. 1, jan./jun. de 2010. p131-138. Versão online. ISSN 2175-3539. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TKNR4MjrdTf5Mb3kzNFhxZg/>

BENATTI, A. P., CAMPEOL, Â. R., MACHADO, M. S., & PEREIRA, C. R. R. (2021) Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2021 v. 41 (n. spe3) e209634 1-14 Versão on-line ISSN: 1982-3703 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/msBd4PpRZXMLT7gyqWFhtVc/> Acesso em: 26 abr. 2024

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo e psicologia**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei federal de nº 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 475

BUSNELLO, Fernanda de B; SCHAEFER, Luiziana S.; KRISTENSEN, Christian H. Eventos estressores e estratégias de coping em adolescentes: implicações na aprendizagem. **Revista Semestral da ABRAPEE**, 2019. v. 13, n. 2, jul./dez. 2009. p. 315-323 ISSN: 2175-3539.

Versão on-line. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7HqnZc6b5bh3vDfCVP8dZDM/?l>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Conselho Federal De Psicologia (CFP), 2023. Nota técnica 08/2023. A psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. Brasília, DF. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/nota-tecnica-cfp-no-8-2023-a-psicologia-na-prevencao-e-enfrentamento-a-violencia-nas-escolas/> Acesso em: 28 abr. 2024.

DA SILVA, Paulo S. M; VIANA, Meire N.; CARNEIRO, Stania N. V. O desenvolvimento na adolescência na teoria de Piaget. **Psicologia.pt.** p. 6-7, 2011. ISSN 1646-6977 Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023

DIAS, Carlos A. R. **A família na formação da identidade.** Orientações de futuro. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Corvilhã, Portugal, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/2591>. Acesso em: 22 abr. 2024.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde.** p. 6-7. 1 jun. 2005. Rio de Janeiro, 2005. ISSN 2177-5281. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/adolescbr/resource/pt/abr-451> Acesso em: 3 abr 2023.

ERIKSON, E. H. (1972). Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. GALVÃO, P. Psicologia Escolar e Educacional: Assumindo Novos Horizontes. 1. ed. São Luís: Uniceuma, 2019. v. 1. 24p. ISBN 978-85-7262-072-7 Disponível em: <https://crpma.org.br/wp-content/uploads/2022/05/psicologia-escolar-e-educacional.pdf>. Acesso em 23 abr. 2024.

GUADAGNINI, Maria de Fátima; SIMAO, Adriana Nobre de Paula. Investigação da atenção de adolescentes que apresentam mau desempenho escolar. **Rev. psicopedag.**, São Paulo. v. 33, n. 102, p. 251-261, 2016. versão impressa. ISSN 0103-8486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862016000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 abr. 2024.

LEBOURG, Elodia Honse; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; SILVA, Luciano Campos da. Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **R. Bras. Est. Pedag., Brasília.** v. 102, n. 260, p. 82-98, jan. 2021. ISSN 2176-6681 versão online. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812021000100082&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 mar. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth (orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MACÊDO, Crislaine Silva de. Repercussões do tempo de tela para a saúde de crianças e adolescentes: Uma revisão de escopo. 2023. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2023 **Biblioteca Digital de Teses e Conclusões.** versão online. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29030>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MALACHIAS, Ana Luísa B. do monte; MALACHIAS, Isabel B. do monte. Direito na escola e a presença de psicólogo no ambiente escolar—um debate necessário sobre cidadania, formação da personalidade e educação. In: SILVA, Pitti Valverde Rocha Diniz et al. **Círculo de três pontos: interseções entre direito, educação e psicologia no desenvolvimento humano**. Itapiranga: Schreiber, 2021. Cap. 2, p. 29-41.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. (2014). **Psicologia Escolar: Construção e Consolidação da Identidade Profissional**. 4.ed. CampinasSP: Editora Alínea.

MARTÍNEZ, Albertina M. O que pode fazer o psicólogo na escola?. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em:
<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/6292>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MAZIERO, Emanuela C.; SEHNEM, Scheila B. Escolha profissional: estresse e ansiedade em adolescentes matriculados no terceiro ano do ensino médio. **Revista Ft.** ed. 127, out. 2023 ISSN 1678-0817 versão online. Disponível em:
<https://revistaft.com.br/escolha-profissionalstress-e-ansiedade-em-adolescentes-matricula-dos-no-terceiro-ano-do-ensino-medio/>. Acesso em 17 abr. 2024.

NEUBAUER, Rose; DAVIS, Cláudia; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **R. Bras. Est. Pedag., Brasília**, v. 92, n. 230, p.11-33, jan/abr. 2011 ISSN 2176-6681. versão online. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S217666812011000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 3 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 67, p. 177-197, jan./fev. 2018 versão on-line line ISSN: 1984-0411. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/qFVd7SLTJzwdLyVVH3gyvCt/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PAPALIA, D. E; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. 14. ed., p 903 e 921. Porto Alegre: AMGH, 2022.

RAVENS-SIEBER, U., KOKONYEI, G., THOMAS, C. Escola e saúde. In C. Currie, C. Roberts, A. Morgan, R. Smith, W. Settertobulte, O. Samdal, et al. (Orgs.), **Saúde dos jovens em contexto. Estudo sobre o Comportamento em Saúde de Crianças em Idade Escolar**. (HBSC): relatório internacional da pesquisa de 2001/2002 (pp. 184-195). Política de Saúde para Crianças e Adolescentes; Nº 4. Organização Mundial da Saúde.

SOMAVILLA, A. B.; KRUG, Dalvana; POZZER, L.F.; GOETZE, Priscila; CARVALHO, Themis Goretti M. L. Ansiedade e o estresse dos estudantes com a expectativa do exame vestibular. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, UNICRUZ**, v.9, n.1, p. 280-288, dez. 2021, ISSN 2358-6036 versão online. Disponível em:
<https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/revint/article/view/649> Acesso em 17 abr. 2024.



A NOÇÃO DE SIGNIFICANTE EM PSICANÁLISE: o porquê da importância da fala para a clínica psicanalítica.

Milton Felipe Silva Furtado¹

Isalena Santos Carvalho²

¹ Universidade Federal do Maranhão; Graduando em Psicologia; miltonfelipefurtado28@gmail.com

² Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Psicologia; isalena.carvalho@ufma.br

1. INTRODUÇÃO

A virada do século XIX trouxe consigo novos horizontes para a humanidade, um período que marcaria a História pelo surgimento de outras perspectivas para o entendimento do ser humano. A Psicanálise nasce e floresce nesse contexto, quando em 1900, Freud publica o célebre livro *A Interpretação dos Sonhos*, sendo essa publicação o marco histórico para o nascimento da teoria psicanalítica.

Vale pontuar, entretanto, que anteriormente a isso o criador da Psicanálise já havia iniciado o seu trabalho no âmbito da subjetividade humana. A atuação de Freud, em conjunto com o médico Joseph Breuer, no tratamento da histeria pode ser demarcada como o primórdio da Psicanálise.

Não foi sem as histéricas que ele se deu conta da importância da fala para a análise, utilizando inicialmente o método catártico associado à hipnose. Tal metodologia partia do pressuposto de que os sintomas das pacientes histéricas estavam baseados em cenas traumáticas, as quais ocorreram no passado e, em algum momento da vida foram esquecidas (FREUD, 1914/1974). Assim, o afeto que estava associado ao evento traumático fora represado, ou melhor, recalçado.

Esse estágio preliminar da Psicanálise foi superado no momento em que Freud abandona a hipnose, já que essa técnica não era funcional a todos os pacientes e ocultava a Resistência. Como consequência, alguns dos sintomas desapareciam somente para abrir espaço para que outros surgissem.

Analisando os casos de Anna O. como o de Elisabeth Von N., Freud percebe a importância da fala livre para o tratamento da histeria. É a Anna O. quem destaca a necessidade de falar sobre os seus sintomas como algo imprescindível ao seu processo de cura, ao se referir às sessões como “talking cure” (cura pela fala) e “chimney-sweep” (limpeza da chaminé) (FREUD, 1895/1996). Já na condução do tratamento de Elisabeth, Freud incita a paciente a falar com o maior número de detalhes possíveis, sem julgamentos, e nenhum tipo de imposição, ou seja, a paciente deveria falar o que lhe ocorresse sobre o motivo que desencadeou o seu sintoma (FREUD, 1895/1996).

É lícito destacar que, por meio desses casos, nasce a associação livre - única regra no tratamento psicanalítico -, porém esse nascimento não se deu de imediato, foi gradativo. Freud se deu conta da relevância da fala livre ao longo do tempo, na medida em que escutava seus pacientes. Mesmo que esses sejam um dos primeiros casos, já é possível perceber a importância da fala livre como uma possibilidade para a investigação das formações inconscientes.

A fala de suas pacientes evidenciaram a Freud que, para além das representações conhecidas, há uma cadeia associativa inconsciente. Para o analista, isso implica não ser possível fechar o que o paciente diz em um único ou exclusivo sentido. Sempre há ali algo novo que se mostra.

Seguindo esse pensamento, Lacan, em seu extremamente rigoroso trabalho de retorno a Freud, esforçou-se para revalorizar a fala e para devolver a dignidade desse instrumento ao tratamento analítico. De tal modo que, partindo da noção de inconsciente freudiano, formula a máxima de que o Inconsciente é estruturado como uma linguagem. Para Lacan chegar a esse entendimento, foi preciso uma aproximação da Psicanálise aos estudos da linguística.

Diante do que foi apresentado, este trabalho buscou investigar como se apresentou a noção de significante na Psicanálise e sua decorrente importância para a Clínica Psicanalítica. Partindo, inicialmente, da teoria freudiana para, posteriormente, compreender a base utilizada por Lacan ao introduzir o conceito de significante na teoria psicanalítica.

2. JUSTIFICATIVA

O presente resumo é fruto do plano de trabalho intitulado *A noção de significante em Psicanálise: o porquê da importância da fala para a Clínica Psicanalítica*, vinculado ao projeto de pesquisa *O Sujeito e o Social para a Psicanálise: uma pesquisa sobre algo indissociável*, orientado pela professora doutora Isalena Santos Carvalho no “Grupo de Estudo e Pesquisas em Psicanálise Sobre o Sujeito e o Social” (GEPPSS). A pesquisa desenvolvida é justificada tanto em termos teóricos, como também em aspectos acadêmicos.

O projeto de Iniciação Científica cumpre um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico dos universitários, promovendo a inserção de

discentes no ramo da investigação científica. Essa inserção, na formação em Psicologia, é fundamental na medida em que coloca os discentes em contato com diferentes metodologias e referenciais teóricos de pesquisa.

Tal inserção promove o diálogo com variados paradigmas de investigação científica, contribuindo para um olhar mais amplo em relação à Psicologia enquanto ciência e desvela um abrangente leque de possibilidades para esse fazer. Em tempos nos quais a ciência de caráter quantitativo é considerada a única maneira eficaz de produzir conhecimento, faz-se imperioso romper com esse ideal. Dessa forma, cabe à Iniciação Científica, em um primeiro momento, ampliar o entendimento sobre a produção de conhecimento dentro da Universidade.

Almejou-se com este trabalho destacar a indissociabilidade entre o sujeito e o social na Psicanálise, já que, historicamente, a teoria psicanalítica sofre duras críticas, dentre essas a ideia de que ela desconsidera o laço social do paciente. Esse juízo equivocado tenta se sustentar no fato de que a teoria psicanalítica, desde o seu surgimento, pauta a sua práxis no fazer clínico. Os conceitos psicanalíticos foram extraídos, formulados e reformulados da clínica, constantemente reafirmados através dos trabalhos realizados pelos analistas com seus analisantes. O analista, por sua vez, sustenta o seu fazer por meio de sua própria análise, de maneira que em uma Psicanálise sempre há o retorno à clínica.

No entanto, não é pelo fato de enfatizar a clínica que a Psicanálise desconsidera os aspectos sociais. Pelo contrário, o sujeito que busca um analista para tratar de determinada queixa, o faz por conta de um sofrimento causado pelo seu contexto social e, em contrapartida, o ato analítico provoca efeitos em seu cotidiano. O paciente não entra no divã sozinho, as suas formações inconscientes são colocadas em primeiro plano, porém são carregadas pelas suas relações sociais.

Diante do exposto, vê-se, pois, a importância deste plano de trabalho no que se refere à promoção de um contato inicial com a pesquisa em Psicanálise no âmbito acadêmico e à suscitar pesquisas futuras. Outrossim, o objetivo foi

demarcar a importância da fala do sujeito, uma fala que não é deslocada do social.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em Psicanálise, para demarcar a importância da fala na clínica psicanalítica, através da noção conceitual de Significante.

Enquanto um processo de investigação, a pesquisa no âmbito acadêmico é atravessada por critérios metodológicos que almejam conceber um conhecimento considerado imparcial. Espera-se que tal feito só possa ser alcançado pela posição neutra do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Na contramão desse entendimento, a pesquisa em Psicanálise convoca o pesquisador a assumir o seu lugar enquanto sujeito na pesquisa que desenvolve, a qual é bancada pelo desejo do pesquisador em relação ao seu problema de pesquisa.

Lameira, Costa e Rodrigues (2017) marcam a impossibilidade de apagamento do pesquisador, visto que ele fala de determinado lugar e o seu objeto de estudo - o Inconsciente -, apresenta-se como indissociável de suas próprias vivências, também submetidas à sobredeterminação Inconsciente.

Sob o viés de que o pesquisador fala de determinado lugar e autoriza-se a partir dele, o presente plano de trabalho só pôde ser desenvolvido em virtude da presença do discente pesquisador no GEPPSS. Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, a execução do plano de trabalho ocorreu em três momentos, separados metodologicamente, mas entrelaçados durante a execução, sendo eles: 1) leitura individual dos textos escolhidos, 2) fichamento dos referidos textos e 3) discussão em grupo sobre os achados conceituais.

No primeiro momento, a orientadora do Projeto de Pesquisa indicou as leituras que deveriam ser realizadas ao longo do semestre. Mas afinal, qual seria a finalidade de escolher textos exaustivamente abordados por outros pesquisadores? Não haveria um esgotamento conceitual das temáticas discutidas?

Essas indagações, podem ser respondidas pela própria práxis psicanalítica. O espaço que ela ocupa em relação à ciência diz respeito ao interesse pelo sujeito do Inconsciente, aquele deixado de lado pela epistemologia científica (CARVALHO, 2019). O retorno aos fundamentos permite que algo novo possa aparecer, algo que não pôde ser lido em determinado momento. Isso reacende a discussão sobre o papel do pesquisador em seu trabalho, pois no percurso de investigação teórica ele precisa ser atravessado pelos textos.

Para tanto, o segundo momento da pesquisa foi reservado à elaboração de fichamentos dos textos lidos. A adoção desse recurso metodológico objetivou o agrupamento de informações conceituais que se mostraram relevantes para a investigação dos objetivos propostos. De tal forma que foi realizado o registro das citações, aos moldes de um fichamento, que possibilitou identificar os pontos teóricos cuja união proporcionou a conceitualização da noção de *significante*.

Se por um lado, a leitura da bibliografia escolhida foi indispensável para a identificação conceitual dos objetivos do plano de trabalho, por outro, as discussões em grupo acerca dos achados teóricos complementaram a elaboração dos resultados. Por intermédio desse dispositivo, foi possível apresentar o andamento do trabalho e, sobretudo, escutar as ponderações da orientadora do projeto e demais membros do GEPPSS. Apontamentos, direcionamentos e sugestões qualificaram os resultados da pesquisa que aqui se mostra, além de promoverem contínuos furos no saber do pesquisador que a realizou.

5. RESULTADOS

5.1 A origem da noção de Significante em Psicanálise: fundamentação conceitual

Antes de iniciar as discussões acerca da noção de *significante*, bem como da sua importância para o trabalho psicanalítico, faz-se necessário investigar e localizar onde reside o fundamento desse conceito. Para tanto, convém elucidar os conceitos de *Condensação* e *Deslocamento*.

Na obra *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente (1905/1980)*, Freud lança luz sobre o papel do chiste na vida psíquica. Nesse sentido, o exame da natureza e das técnicas do chiste foi o caminho adotado por Freud para elucidar a relação do chiste com o Inconsciente.

Inicialmente, Freud busca descrever a natureza do chiste por meio das suas diferentes técnicas. Nesse sentido, o autor começa apresentando uma característica central e particular dos chistes: a sua brevidade. Esse aspecto é resultado de uma das técnicas do chiste, o processo de condensação.

Um exemplo desse tipo de técnica é utilizado ao longo do texto, a fim de ilustrar a forma como a condensação ocorre na formação das frases chistosas. Freud expõe um diálogo do livro *Reisebilder (1827)* de Heinrich Heine, no qual o personagem Hirsch-Hyacinth enaltecendo a sua relação com o barão de Rothschild afirma: "R. me tratou como um semelhante, de modo bem familionário" (FREUD, 1905/1980).

A junção das palavras "familiar" e "milionário" formam um novo elemento - *familionário* -, no qual as duas palavras estão condensadas. A tirada espirituosa possui uma significação que só pode ser apreendida naquele contexto específico.

Contínuo a isso, utilizando-se de outros exemplos, Freud (1905/1980) aproxima a técnica da condensação a um processo de economia, haja vista que, através do chiste, pode-se usar de maneira diversa as mesmas palavras que possuem alguma semelhança, gráfica ou sonora. Essa "tendência à economia" pode ser entendida como uma propriedade mais geral da técnica do chiste. Tal característica é observada socialmente quando, por exemplo, o sujeito, ao invés de expressar uma crítica ou construir um juízo de valor, faz uma colocação espirituosa ou uma tirada de humor (FREUD, 1905/1980).

Por outro lado, há outro processo psíquico que atua na formação do chiste, o deslocamento. Nessa perspectiva, nas palavras de Freud (1905/1980), o chiste com deslocamento possui independência em relação à expressão verbal, ou seja, para o entendimento do chiste é preciso que ocorra um desvio no curso de pensamentos ligados à frase chistosa.

No que se refere à relação do chiste com o sonho, é destacado pelo autor que não ocorre apenas pelos processos de condensação e deslocamento, mas

também pelo fato de que ambos são manifestações inconscientes (FREUD, 1905/1980). Partindo desse pressuposto, o autor indica a peculiar atitude do chiste de não permanecer disponível na memória quando é buscado, mas, ao invés disso, surge involuntariamente. Isso, somado à tendência econômica do chiste, indica a sua origem Inconsciente.

No estudo sobre a origem do desejo no sonho, Freud (1900-1901/1972) afirma que o desejo representado no sonho é necessariamente infantil. Essa afirmação é sustentada pelo fato de que a representação desses desejos no sonho comparece de maneira deformada pelas condensações e deslocamentos. Dessa maneira, para o adulto, o sonho não é necessariamente formado pela realização de um desejo diurno que não foi atendido, mas sim pelos desejos primitivos do infantil que se encontram no inconsciente (FREUD, 1900-1901/1972). Contudo, o desejo consciente do estado de vigília pode se tornar instigador de um sonho, desde que esse desejo possua o mesmo teor de um desejo inconsciente recalcado.

Infere-se, portanto, que o chiste e o sonho fazem parte de complexos processos psíquicos e manifestam um desejo de origem infantil. Pelo chiste, o sujeito pode expressar esses desejos de maneira socialmente aceitável, enquanto no sonho a realização desse desejo se dá de forma indireta e deformada.

A confusão que provavelmente se faça aqui, talvez esteja relacionada ao fato de que o próprio autor define o sonho como a realização de um desejo (FREUD, 1900-1901/1972). Contudo, como poderia um desejo ser representado por intermédio de uma cena contraditória? Pois bem, Freud demarca a singularidade dos sonhos em representar contrários e contradições, e pela preferência destes em combinar contrários em uma única unidade como uma coisa semelhante. Tal feito ocorre pelo trabalho do sonho nas condensações e deslocamentos presentes na cena do sonho.

A partir da leitura de um estudo feito pelo filólogo Karl Abel em 1884, Freud encontrou um amparo na linguística para sustentar a sua teoria sobre a representação de contrários nos sonhos. Em seus *Ensaio Filológicos*, Abel afirma que na língua egípcia existia uma grande quantidade de palavras com duas significações, sendo que uma delas representava o oposto da outra. Para o filólogo, na língua do Antigo Egito:

(...) há não só palavras significando igualmente “forte” ou “fraco” e “comandar ou “obedecer”, mas há também compostos como “velho-jovem”, “longe-perto”, “ligar-cortar”, “fora-dentro” (...) apesar de combinarem os extremos de diferença significam, somente “jovem”, “perto”, “ligar” e “dentro”, respectivamente. Desse modo, nas palavras compostas, conceitos contraditórios se combinaram de modo **inteiramente intencional**, não só de maneira a produzir um terceiro conceito (...). (FREUD, 1910/1970, p. 143).

Esse caráter antitético das palavras primitivas, diz respeito à característica de que todo conceito é gêmeo de seu contrário (FREUD, 1910/1970). Em outros termos, a palavra “forte” só pode ser sustentada conceitualmente, na medida em que o seu contrário - fraco - exista. A palavra forte surge, portanto, da relação e da diferença proveniente de sua definição contrária.

Um ponto divergente entre a Psicanálise e a linguística acerca dessa noção reside no entendimento de que a contradição ocorre em um nível da intencionalidade. Seguindo essa visão, se algo diz ser intencional é porque está em um nível consciente; porém, visualizando a representação de contrários com uma lente psicanalítica, nota-se que tais representações ocorrem no campo das manifestações inconscientes.

Para melhor visualizar a representação antitética em um nível psíquico, é mister abordar o conceito de ambivalência. Em *Notas Sobre um Caso de Neurose Obsessiva* (1909/1969), Freud discorre sobre a condução do tratamento do célebre caso nomeado *O Homem dos Ratos*. Esse homem vai em busca de tratamento por conta de seus pensamentos obsessivos, os quais giravam em torno do medo de que algo de ruim viesse a acontecer com a mulher que ele amava e/ou ao seu pai.

Desde a infância tais pensamentos o assolavam, por exemplo, certa vez ele desejou que seu pai morresse para conseguir a atenção de determinada dama e reprimia seu desejo de olhar uma mulher nua, pois acreditava que isso acarretaria na morte de seu pai (FREUD, 1909/1969).

Nas considerações teóricas sobre esse caso, Freud chama atenção para a ambivalência sentimental vivida pelo paciente. Por mais que amasse seu pai, o paciente desejou a sua morte a fim de obter a herança e, por meio dela, conquistar a mulher amada. No entanto, esse pensamento era veementemente repudiado pelo

paciente. Observa-se, assim, que a ambivalência sentimental relacionada ao seu pai ocorria através de sentimentos contrários.

Paralelamente a isso, é descrito que, um de seus comportamentos causados pelos pensamentos obsessivos, consistiu em tirar uma pedra do caminho pelo qual a dama - por ele cortejada - passaria, para evitar que ela sofresse algum acidente (FREUD, 1909/1969). Esse comportamento foi sucedido pelo seu retorno ao local de onde retirara a pedra, para recolocá-la no lugar onde estava inicialmente. Um comportamento compulsivo que, em um primeiro momento, aparenta ser carregado de bastante afeto, mas, ao ser analisado, demonstra uma típica ocorrência nas neuroses obsessivas, a saber: atos compulsivos, em dois estádios sucessivos, em que o segundo busca neutralizar o primeiro (FREUD, 1909/1969).

Com base no que foi explanado, é possível identificar a ambivalência vivenciada pelo homem, cujos sentimentos conflitantes direcionados ao pai e à amada não eram independentes, pelo contrário, estavam em uma espécie de união em pares: amor-ódio, desejo-culpa. Nesse viés, Freud pontua que tanto o amor, quanto o ódio têm a sua sobrevivência garantida a partir de “condições psicológicas bastante peculiares e com a cooperação do estado de coisas presentes no inconsciente” (FREUD, 1909/1969, p.207).

Desse modo, o amor não consegue extirpar o ódio de uma relação, acaba, todavia, reprimindo-o no inconsciente. Nesses termos, o ódio é capaz de persistir ou até se desenvolver, enquanto o amor consciente busca alcançar um elevado grau de intensidade, a fim de manter reprimido o seu oposto (FREUD, 1909/1969).

5.2 Significante: uma noção aprimorada por Lacan

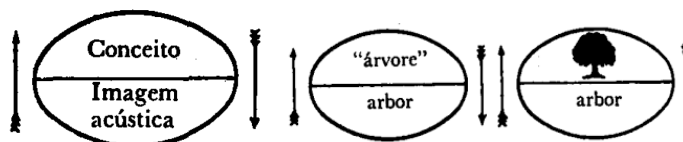
Para o fundador da Psicanálise, “melhor entenderíamos a língua dos sonhos se soubéssemos mais sobre o desenvolvimento da linguagem” (FREUD, 1910/1970, p. 146). Aparentemente, nenhum de seus sucessores deu a devida importância para essa advertência, exceto Lacan.

O psicanalista francês expandiu essa noção, indo além ao afirmar que “o Inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1964/1998). Ou seja, o estudo sobre a linguagem - além de outros estudos -, foi o suporte teórico utilizado

por Lacan para estruturar as formações inconscientes: chistes, atos falhos, sonhos, lapsos e o próprio sintoma.

Para seguir o conselho de seu mestre, Lacan busca apoio na obra póstuma de Saussure, *Curso de Linguística Geral* (1916/2006), a qual possibilitou a fundamentação teórica para a noção de significante. Entretanto, a apropriação lacaniana referente à teoria estruturalista saussuriana representou uma subversão, pois Lacan fez reformulações daquilo que se entendia como as estruturas da linguagem.

Saussure (1916/2006) defendia que a natureza do signo linguístico, ou seja, a palavra, é formada por duas partes: o significado e o significante. A junção de ambos daria origem a uma unidade linguística, que na verdade seria dupla, constituída da união dos dois termos já citados. Seria, então, a junção de um conceito (significado) a uma imagem acústica (significante), esquematizado da seguinte forma:



Tanto o círculo que os envolve, quanto as flechas invertidas representam a relação existente entre os conceitos, assim como indicam o trânsito unívoco entre ambos (SAUSSURE, 1916/2006). A releitura feita por Lacan, envolveu a dissolução desses elementos, bem como a reformulação do que representaria a barra. Contudo, ele foi além ao inverter a sobreposição do significado em relação ao significante

Agora, o significado (s minúsculo) não é mais entendido como proeminência em relação ao significante (S maiúsculo), mas sim o contrário: S/s. A manutenção da barra serviu de modo a representar o recalque, evidenciando que não existe uma adequação entre os termos (CESAROTTO, LEITE, 2010).

Dessa forma, a concepção das manifestações inconscientes toma um caráter de figuras retóricas, de maneira que a condensação, cuja conceitualização é feita a partir da substituição de um termo por outro, foi assimilada à metáfora, e o deslocamento, a combinação de um termo com outro, foi equiparado à metonímia (CESAROTTO, LEITE, 2010).

Em outros termos, em uma cadeia simbólica não há objeto que não seja metonímico, que não se apresente enquanto o objeto perdido primordialmente. O objeto do desejo é sempre o objeto de desejo do Outro³, sendo esse desejo sempre desejo de Outra coisa - daquilo que falta (LACAN, 1957-1958/1999). De maneira semelhante, o sentido não existe senão um sentido metafórico, o sentido surge da substituição de um significante por outro, na cadeia simbólica (LACAN, 1957-1958/1999).

Por mais que Lacan tenha ancorado o seu pensamento à linguística tanto como ponto de partida, quanto com o fito de estruturar seu pensamento, a noção de significante lacaniano apresenta autonomia própria e específica na determinação dos efeitos da significação (CESAROTTO, LEITE, 2010).

Se as investigações pela busca dos fundamentos do conceito de significante em Psicanálise se iniciaram, no presente trabalho, partindo do chiste e a sua relação com o inconsciente, neste momento não será de outra maneira. Diante disso, munidos conceitualmente dessa manifestação inconsciente, exaustivamente abordada por Freud, seguiremos com a análise do chiste sob a ótica lacaniana do significante em relação à temática dos chistes.

Em sua primeira lição no *Seminário 5: As Formações do Inconsciente*(1957-1958/1999), Lacan se detém em apresentar a função do significante no Inconsciente e as suas técnicas. Para o autor, a melhor forma de entrar na temática se dá pelo estudo das *tiradas espirituosas*⁴. Diante disso, convém retomar a análise de um chiste apresentado por Freud no exame das formações chistosas por condensação, a saber: o familionário [p.12]. A ambiguidade desse significante emerge da confusão que pode ser feita ao tentar defini-lo, trata-se de um neologismo, um lapso ou uma tirada espirituosa? (LACAN, 1957-1958/1999).

Lacan chama atenção para o fato de que, mesmo se tratando de um chiste, é possível formular outras perguntas. Isso evidencia, pois, a ambiguidade do significante no inconsciente. O esquema a seguir auxiliará nessa compreensão:

³ Leia-se: (grande) Outro

⁴ Lacan traduziu o termo Witz (chiste) do alemão, para o francês traid d'espirit (tirada espirituosa)

famili ar
mili onário

faMILIonÁRIO

Nota-se que no esquema há duas linhas; na superior, a formação da palavra “familiar”, seguida abaixo de “milionário” - ambas circulam ao mesmo tempo na cadeia significante, por conta dos fonemas semelhantes -, possuindo 3 tempos. O primeiro deles é representado pelo esboço da mensagem. O segundo, por sua vez, representa o objeto metonímico (β') - *meu milionário* -, enquanto o termo *familiar* faz com que o discurso retorne ao Outro (α) no segundo tempo. Por último, no terceiro tempo ocorre o encontro dos dois termos, surgindo o significante *familionário* (γ) (LACAN, 1957-1958/1999).

Aprofundando a discussão sobre a noção de significante, é preciso aproximar esse conceito à importância da fala na clínica psicanalítica. O Grafo do Desejo de Lacan evidencia, em termos topológicos, a forma como a fala pode ser descrita no contexto psicanalítico. Nesse sentido, o modelo topológico fornecido por Lacan pode ser dividido em duas grandes partes, o primeiro andar, no qual está representado a estrutura da fala, e o segundo, simbolizando o desejo que essa fala carrega.

Em termos da fala, o primeiro andar pode ser entendido como correspondendo ao discurso corrente, o qual comumente é atribuído a comunicação, constituída por uma suposta equivalência entre aquilo que é dito e o que é escutado. O segundo andar, demarca o discurso do inconsciente. Nesse andar, não existe a ideia de uma equivalência do discurso, ao contrário disso, é onde outra coisa pode ser ouvida, a partir dos furos da linguagem, que também podem ser entendidos como as formações do inconsciente.

É nesse segundo nível que a fala do paciente é valorizada, pois ao se submeter a uma psicanálise os seus lapsos, atos falhos, chistes - tudo aquilo que escapa -, evidenciam a manifestação do inconsciente, que sempre se mostra como algo que vacila num corte do sujeito (LACAN, 1964/1998). Isso mostra que alguma outra coisa quer se realizar.

Seguindo esse pensamento, é de suma importância trazer uma nova análise para o caso do *Homem dos Ratos*. De antemão, vale demarcar que o paciente atendido por Freud apresentava uma série de queixas referentes a pensamentos obsessivos, considerando-se como fator precipitador para a piora de seu quadro clínico a dívida que ele havia adquirido ao comprar um *pince-nez*, enquanto participava de manobras militares (FREUD, 1964/1969). É nesse contexto que o paciente, ao escutar de um capitão cruel sobre um método de tortura envolvendo ratos, experimenta o recrudescimento dos seus sintomas obsessivos (FREUD, 1964/1969).

A análise do paciente neurótico obsessivo demonstrou que dentro das suas diferentes queixas havia um termo, ou melhor, um radical comum que remete ao significante *rato* - no alemão a palavra que designa rato é *raten*. Uma de suas queixas diziam respeito ao fato de não conseguir cortejar a moça que amava para um casamento (*verheiraten*). Além disso, os pensamentos obsessivos que o atormentavam e o impediram de ressarcir o valor de sua dívida (*rat*). Nessas três queixas principais, o significante *rat* comparece.

Tais palavras, se tomadas pelo discurso corrente seriam consideradas encerradas em entendimento, no sentido de que cada uma delas remete a um medo, uma angústia e um impedimento. Como se houvesse uma equivalência entre o que foi dito e o que foi escutado. Contudo, a radicalidade da escuta do psicanalista permite que a fala do sujeito seja priorizada, na medida em que alguma outra coisa pode ser escutada.

Dessa forma, Freud foi capaz de situar essas queixas e relacioná-las com a história de vida do paciente. O pai do Homem dos Ratos, também contraiu uma dívida quando estava realizando manobras militares, sendo que esse endividamento foi causado por jogatinas, atribuindo-se o caráter de *spielratte* (rato de jogo) a ele (FREUD, 1909/1969). Somado a isso, o seu pai também não casou com a mulher amada, por questões financeiras. Todas as associações feitas pelo paciente são reflexo desses sentimentos de ódio e agressividade que sentia em relação ao seu pai e da consequente autocensura por tais sentimentos.

Diante do que foi exposto, evidencia-se, portanto, que a noção de significante em Psicanálise possui seus fundamentos conceituais ainda na

formulação freudiana para o inconsciente. Nesse ínterim, Lacan pôde avançar com o conceito - auxiliado pelo arcabouço teórico da linguística saussuriana -, porém com inovações teóricas sobre o conceito.

6. CONCLUSÕES

A Psicanálise dispõe de apenas um instrumento para o tratamento: a fala do paciente. Desde o seu surgimento, essa noção está presente; aliás, foi a partir das diferentes falas que Freud conseguiu formular e, sobretudo, reformular seu trabalho. A fala livre, por si só, encerra em si um grande avanço no enfrentamento do sofrimento psíquico. Permitir que o sujeito fale abertamente sobre os males que afligem sua vida, é possibilitar um lugar de acolhimento da fala e, com isso, de manifestações inconscientes.

O analista, em contrapartida, sustenta esse lugar escutando. Falas sobre sonhos, anseios, medos, decepções, paixões, etc., de tudo aquilo que de alguma forma contribuiu para que o sujeito estivesse ali, buscando um tratamento. Aparentemente - para os desavisados -, um lugar fácil de sustentar, porém engana-se quem acredita ser tarefa fácil escutar o outro, mais difícil ainda é escutar. Outra coisa em meio a tantas repetições.

É nesse ofício que há a possibilidade de demarcar as formações inconscientes. Lacan, em seu esforço para revalorizar a fala, define a hiância como uma falta constitutiva, ampliando, assim, a importância da fala na clínica psicanalítica. “O Inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito” (LACAN, 1964/1998, p.32).

Essa manifestação, ou melhor, as manifestações inconscientes estão situadas na metonímia e na metáfora desnudadas no discurso. Nela, o “sujeito do Inconsciente” aparece em sua evanescência, para se ocultar novamente. É justamente esse tropeço da linguagem que chama atenção nas manifestações inconscientes.

Por fim, espera-se que as faltas presentes neste trabalho, evoquem não só inquietação no leitor, mas, sobretudo, o desejo de investigá-las e, assim, suscitar novas questões e discussões sobre a importância da fala.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. S. Pesquisa em Psicanálise: trabalho que inclui o sujeito. *In:* CARVALHO, I. S.; LAMEIRA, V. M. (Orgs.) **Pesquisa em Psicanálise: algumas produções**. Porto Alegre: Appris, 1 ed. 2019
- CESAROTTO, O.; LEITE, M. P. S. Roma 53: Lacan freudiano *In:* CESAROTTO, O.; LEITE, M. P. S. **Jacques Lacan: uma biografia intelectual**. São Paulo: ed. Iluminuras Ltda. 2010.
- FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos, parte 2. *In:* **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. IV e V, Rio de Janeiro, Imago, 1900-1901/1972
- FREUD, S. (1914). A história do movimento psicanalítico. *In:* **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV, Rio De Janeiro: Imago, 1914/1974.
- FREUD, S. (1910). A significação antitética das palavras primitivas. *In:* **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1910/1970
- FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. *In:* **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. II, Rio de Janeiro: Imago, 1895/1996.
- FREUD, S. (1909). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. X, Rio de Janeiro: Imago, 1909/1969.
- FREUD, S. (1905). O chiste e a sua relação com o inconsciente [1905]. *In:* **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VIII. 1905/1980
- LACAN, J. (1957-1958). **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1957-1958)/1999
- LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/1998
- LAMEIRA, V; COSTA, M.; RODRIGUES, S. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em Psicanálise. **Revista Subjetividades**: Fortaleza, 17(1), 2017.
- SAUSSURE, F. (1916) Natureza do signo linguístico *IN:* SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1916/2006.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A PERCEPÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA VISÃO DE PROFESSORES E PRECEPTORES DA UNIVERSIDADE CEUMA

Gabriella do Monte Silva

Gleise Anjos de Sousa

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo relatar as vivências no estágio básico supervisionado em psicologia e processos educativos no Núcleo de Apoio ao Discente e Docente (NADD) da Universidade Ceuma, acerca do trabalho reflexões sobre o ser professor e humano, além de descrever os momentos propostos de escuta e acolhimento que visaram trabalhar a importância do cuidar de si. A partir da realização de um mapeamento institucional, definiu-se a priori dois dias para trabalhar os seguintes eixos temáticos: autorreflexão, gestão de tempo, autopercepção e o autocuidado, objetivando a promoção de um espaço de escuta, acolhimento e reflexão. Foi possível observar que professores e preceptores vivenciam a realidade docente de forma diferente. Os primeiros atuando de maneira teórica, nas aulas, e os outros realizando um trabalho mais prático com os alunos. Dessa forma, para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários ficam marcadas a riqueza e a amplitude que a psicologia escolar representa, abrindo um leque de possibilidades de atuação dentro do ensino superior. Nessa lógica, enfatiza-se a necessidade da experiência nesse campo durante a graduação.

Palavras-chave: Estágio. Docentes. Preceptores.

ABSTRACT

The presented article has as its main objective relate the experiences of The supervised basic internship in psychology and educational processes at The Support Core for the Tutee and Tutor (NADD, in portuguese) at Ceuma University, regarding the work reflections on the teacher as a human being, in addition to describing the proposed moments of listening and welcoming that looked forward to work on the importance of taking care of oneself. Based on an institutional mapping, two days were defined a priori to work on the following thematic axes: self-reflection, time management, self-perception and self-care, aiming to promote a space for listening, welcoming and reflection. It was possible to observe that teachers and preceptors experience the teaching reality differently. The former acted in a theoretical manner, in classes, and the latter carried out more practical work with students. Thus, for the personal and professional development of the interns, the richness and breadth that school psychology represents is highlighted, opening up a range of possibilities for action within higher education. In this logic, the need for experience in this field during undergraduate studies is emphasized.

Keywords: Internship. Teachers. Preceptors.

1. INTRODUÇÃO

O profissional da psicologia tem se tornado cada vez mais importante e consequentemente seus campos de atuação têm se expandido, alguns exemplos são: a psicologia nas políticas sociais, nos hospitais, entre outros. Uma esfera que possibilita uma ampliação de atuação é a Psicologia Escolar e Educacional, na qual o profissional trabalha em todos os níveis de ensino, mas costuma estar inserido na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Moura; Facci, 2016).

O ensino superior é uma área ainda pouco explorada pela Psicologia Escolar, o número de profissionais é menor comparado aos outros níveis de educação. Apesar disso, vários estudos apontam o ensino superior como sendo um campo de trabalho privilegiado para o psicólogo escolar, visto que são muitas as atribuições. Nesse sentido, destaca-se a importância da psicologia escolar por meio de intervenções no processo de ensino-aprendizagem que alcance todos os atores da instituição, com destaque para os docentes.

Para tanto, no Estágio Supervisionado Básico em Psicologia e Processos Educativos lançou-se mão da psicologia escolar e educacional. O presente relato de experiência surgiu a partir da convivência de seis estagiários e sob as orientações de uma preceptora. Os estagiários atuaram especificadamente no ensino superior através do Núcleo de Apoio ao Discente e Docente (NADD) da Universidade CEUMA.

Segundo Bisinoto (2015), a atuação da Psicologia Escolar possui uma atenção mais voltada para o discente sob uma perspectiva individualizada, mas a literatura vem sinalizando a necessidade e o desafio de investir nas práticas preventivas, e ações como outros atores que fazem parte dos processos educativos no ensino superior. Nesse sentido, as atividades elaboradas buscaram contemplar tanto a atuação docente dentro da instituição como os cuidados pessoais consigo.

Nesse campo, a partir da identificação de demandas, foi trabalhado com os professores e preceptores do curso de Psicologia atividades que buscaram proporcionar humanização e expressão de outras habilidades. Além disso, tornou-se possível experiências de resignificação de vivências, ao mesmo tempo em que foi ofertado um espaço de acolhimento, escuta e reflexão sobre sua atuação e aspirações enquanto ser professor e ser humano.

Nessa perspectiva, um espaço de escuta, segundo Marinho-Araujo (2014), possibilita o acesso às necessidades, vivências, dificuldades e sentimentos do profissional quanto a sua prática e consequentemente a respeito de sua vida pessoal, uma vez que a forma como o professor ensina é influenciada por sua história de vida, seus valores, necessidades, ideologias e seus projetos pessoais. Nessa lógica, destaca-se a importância de proporcionar uma escuta sensível, visando conhecer e valorizar as trajetórias de vida-formação desses professores (Pereira, Silva e Reis, 2012).

Assim, justifica-se este estágio pela sua importância quanto as possibilidades de aprimoramento da técnica e dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Com isso, viabilizou-se o contato com situações que permitiram a aplicabilidade de habilidades e potencialidades que contribuíram para a formação profissional e construção do saber, como consequência foi possível estruturar e realizar atividades de acordo com a demanda institucional.

Desse modo, este artigo tem como principal objetivo relatar as vivências acerca do trabalho, reflexões sobre o ser professor e humano, além de descrever os momentos propostos de escuta e acolhimento que visaram trabalhar a importância do cuidar de si. As intervenções observadas para o relato de experiência foram: “Perceber-se: O ser professor” e “O ser professor, ser humano”, respectivamente. Em cada um dos dias foram trabalhados temas específicos: autocuidado, gestão de tempo, autorreflexão e autopercepção, com atividades exclusivas, as quais podem ser observadas ao longo dos resultados.

Dessa forma, buscou-se destacar as percepções dos participantes sobre cada atividade, assim como a relevância das dinâmicas propostas. Com isso, estruturou-se esse relato em quatro partes, fazendo uma breve apresentação do campo de estágio na introdução, posteriormente, descreve-se sobre o planejamento e características do local do estágio na metodologia. Ademais, com a articulação das percepções dos achados na literatura para gerar a discussão e por fim um apanhado geral sobre tudo o que foi abordado ao longo do texto nas considerações finais.

2. METODOLOGIA

O Estágio Supervisionado Básico em Psicologia e Processos Educativos, teve duração de aproximadamente dois meses, de setembro a outubro, foi realizado no Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD), localizado na Universidade CEUMA. Composto por uma equipe multiprofissional, esse núcleo oferece apoio a coordenadores, professores e alunos diante de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Ao estagiar no NADD elaborou-se o projeto “Perceber-se” tendo como foco os docentes do curso de psicologia da Universidade CEUMA. Tal iniciativa surgiu em função das demandas identificadas na realização do mapeamento institucional, com a coordenadora e professora do referido curso, no qual lançou-se mão de uma entrevista semiestruturada.

A coordenadora relatou, entre outras coisas, reclamações dos professores quanto à ausência e não participação dos alunos na aula remota, a falta de limites na relação professor-aluno, o trabalho excessivo dos professores e as eventuais consequências físicas e psicológicas dessas rotinas. Com isso, optou-se pela realização de intervenções que contemplassem desde o âmbito profissional até o pessoal.

Definiu-se a priori os seguintes eixos temáticos: autorreflexão, gestão de tempo, autopercepção e o autocuidado, objetivando a promoção de um espaço de escuta, acolhimento e reflexão sobre si. Além disso, teve-se como enfoque contribuir para a adoção de hábitos mais saudáveis com vistas a ressignificação de vivências.

Assim, buscou-se na literatura materiais que pudessem embasar o trabalho a ser realizado, optando-se pelas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Dessa maneira, foi possível perceber que trabalhos com a temática preceptoria são escassos, quando comparados àqueles que abordam a vivência dos professores, o que revela a necessidade de mais produções com esse foco.

Após essa etapa, foram estabelecidos dois dias de atividades com o público-alvo, planejando-se dinâmicas interativas, rodas de conversa, tarefas de pintura e por fim um show de talentos. Esse último teve como objetivo proporcionar um momento de descontração e relaxamento. Destaca-se ainda que todos os encontros foram

preparados conforme a disponibilidade dos docentes, sendo preferencialmente nos finais da manhã e tarde.

Para o primeiro dia, intitulado de “O ser professor”, planejou-se, respectivamente, uma dinâmica de quebra gelo para conhecer os participantes, chamada de “o jogo da garrafa”, uma roda de conversa com as seguintes perguntas norteadoras: *O que é ser professor? Quais os benefícios dessa atuação? Quais as dificuldades no exercício profissional?* e por fim uma dinâmica de gestão de tempo sob o título “como organizo meu tempo?”.

Nesse primeiro encontro, realizado pela manhã, obteve-se a participação de dois professores, um preceptor e uma pedagoga, no qual foi possível executar todas às atividades propostas sobre autorreflexão e gestão de tempo. Destaca-se que houve uma ultrapassagem de 50 minutos no tempo pré-determinado de 60 minutos, totalizando com 1 hora e 50 minutos de atividade. Sobre isso, é válido pontuar que, em razão do horário, um participante não pôde ficar até o final, não participando, portanto, da última atividade.

No segundo dia, nomeado de “Ser professor, ser humano”, as ações foram delineadas considerando o objetivo de promover autopercepção e autocuidado. Para tanto, programou-se a realização das dinâmicas “desenho das emoções” e “linha do tempo (passado, presente, futuro)”. Além disso, preparou-se um show de talentos para o encerramento.

Por fim, às atividades planejadas para o último dia concretizaram-se junto à participação de três professores e três preceptores, ressaltando que um dos participantes não permaneceu até o final. Na última parte da tarde, os docentes puderam expressar outros talentos, fazendo uso de instrumentos musicais e tecnológicos, encerrando esse último encontro com 2 horas e 30 minutos de duração, um tempo além dos 50 minutos previsto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação da docência apresenta grandes exigências, desde habilidades sociais e psicoemocionais a competências intelectuais e pedagógicas. As responsabilidades dos professores no contexto institucional são fundamentais, o que pode inclusive ocasionar sobrecargas. Esses agentes exercem atividades tanto no ambiente acadêmico quanto nos diversos outros campos de atuação, como na saúde, organizações, esporte (Campos, 2006).

De acordo com Batista *et al* (2005) a docência é uma profissão em expansão, por vezes revestida de percepções de voluntariado, vocação e missão. Essas percepções podem interferir negativamente no processo de empoderamento e valorização social desses profissionais, uma vez que têm o potencial de comunicar uma ideia romantizada da atuação.

Ademais, as configurações sociais e familiares contemporâneas geram novas demandas por parte dos alunos, entre as quais muitas exigem metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem. Como consequência, os docentes, diante das pressões sociais, institucionais e discentes, experimentam grande dificuldade para acompanhar e responder efetivamente ao que é exigido (Batista *et al*, 2005).

Em concordância com Batista *et al*. (2005) outros autores citam que:

A investigação do estresse no trabalho de alta exigência resultante de relações entre demanda psicológica e controle, tal como experimentado por essa parcela de trabalhadores, associa-se a repercussões negativas sobre a saúde e o processo de trabalho (Theorel, 2000; Alves *et al.*, 2009; Vedovato e Monteiro, 2008 apud Lago, 2015, p.430).

Sobre isso, todos os artigos estudados apontam que a saúde mental dos docentes é acometida por diversas vulnerabilidades físicas e mentais, dentre as quais estão a insônia, a fadiga vocal, cansaço extremo, ansiedade, síndrome de Burnout e outros. A exemplo disso tem-se os estudos feitos por Lago, Cunha e Borges (2015) no qual demonstram que o trabalho executado por essa categoria contribui tanto para o adoecimento psicossocial e também físico, influenciando a vida familiar e todas as outras esferas de relacionamento, gerando perda da qualidade de vida.

Dessa forma, considerando o ônus e o bônus da prática docente foram realizados dois encontros para proporcionar aos professores momentos de

acolhimento, escuta e reflexão sobre suas vivências. Cada atividade foi preparada afim de abordar temas específicos, para tanto dividiu-se os trabalhos em dois dias.

No primeiro dia foi trabalhado a autorreflexão e a gestão de tempo com um preceptor, duas professoras e uma pedagoga. A atividade inicial consistia em responder de forma pessoal questionamentos do tipo: o que é ser professor; quais os benefícios dessa atuação; quais as dificuldades no exercício profissional. Através disso, pôde-se observar que professores e preceptores vivenciam a realidade docente de forma diferente. Os primeiros atuando de maneira teórica, nas aulas, e os demais realizando um trabalho mais prático com os alunos.

No decorrer desse primeiro momento surgiram diversos relatos que exemplificam os encargos desses profissionais, tais como *“a carga horária e excesso de trabalho são fatores estressores, eu acabo não conseguindo realizar as minhas demais tarefas”* (professor 1) e *“o excesso de demandas prejudica a qualidade do meu sono, eu quase não durmo”* (preceptor 1). Com isso, é possível notar que a intensificação do trabalho pode se dar tanto pela extensão da jornada de trabalho na própria universidade quanto pelo aumento das exigências do trabalho no interior da jornada remunerada (Gouvea, 2016).

Observou-se ainda que o exercício docente, embora desgastante para muitos, é referenciado como *“é um espaço de transformação”* (preceptor 1), *“a docência não é algo engessado e está em constante mudança”* (professor 1), *“ser professor é um eterno aprender e é um processo de desconstrução de preceitos”* (pedagoga). Sendo assim, os desafios da docência trazem tantos benefícios como malefícios, não somente por exigir do professor diversas habilidades e competências, mas principalmente por ser um trabalho com seres humanos com foco para além da teoria.

Ao final do primeiro dia, na atividade sobre gestão de tempo, os participantes tinham que demonstrar a distribuição do seu tempo entre os tópicos: lazer, família, hobbies, trabalho, saúde mental, saúde física, desenvolvimento intelectual e espiritualidade. Desse modo, proporcionou-se aos participantes uma visualização sobre o quanto as demais áreas, como lazer e exercícios físicos são negligenciadas em função das ocupações com o trabalho, como pode-se constatar nas seguintes falas:

“Nossa, como dói ver que o trabalho consome praticamente todo o meu tempo e eu acabo não praticando meus outros hobbies” (preceptor 1); “Por isso não tenho o tempo que eu queria ter com os meus filhos” (professor 1).

No segundo encontro foram realizadas atividades sobre o autocuidado e a autopercepção com três professores e três preceptores. Inicialmente foi realizada a dinâmica do desenho das emoções, na qual instruiu-se os participantes a desenharem emoções sentidas no momento e/ou anteriormente. Com isso, foi possível constatar a simbologia de um misto de emoções e estados emocionais, variando desde alegria, leveza, euforia a exaustão e tristeza.

Ao solicitar que comentassem sobre o que produziram surgiram os seguintes discursos por parte dos preceptores: *“Esse céu representa um céu de possibilidades, assim como a mochila, que fazem com que eu me sinta crescendo”* (preceptor A); *“aqui eu quero mostrar a paz que eu sinto em cada entardecer, isso me traz uma leveza”* (preceptor B). Assim, nota-se que o trabalho docente para eles é permeado de bons sentimentos, embora não tenham deixado de pontuar que *“há percalços nessa jornada”* (preceptor B).

Os demais docentes por sua vez relataram que *“o meu desenho representa uma pilha que apesar do cansaço e sono extremo tenta se renovar e ter energia para seguir”* (professor A); *“eu quero demonstrar com esse meu desenho um misto de emoções que venho sentindo, de confiança, expectativas, perdas, eternas lembranças e grandes desafios. Inclusive sobrecarga de demandas”* (professor B). Ressalta-se que nesse momento o professor B e C concordaram com os relatos do professor A.

Ao solicitar que o professor C descrevesse sobre seu desenho, pode-se ter contato tanto com expressões de fadiga e cansaço quanto com emoções alegres e eufóricas: *“meu desenho representa uma cabeça explodindo de alegria e em contrapartida me sinto também muito cansada como os meus colegas retrataram”*. Destaca-se que o professor C embora com muitas atribuições se auto proporciona momentos de lazer: *“eu gosto e prezo por momentos com a minha família, seja passeios na praia ou idas à igreja”*.

Tais falas demonstram o quanto os preceptores, ao serem comparados com os professores, possuem percepções e sensações diferentes da docência, assim como o contraste observado entre os participantes do primeiro dia. No entanto, é válido destacar as palavras de Garcia, Oliveira e Barros (2008) de que o próprio

trabalhador docente é capaz de procurar estratégias de melhoria na qualidade de vida resgatando a função social de prazer através das transformações externas e internas que queira buscar, tal como foi feito pelo professor C.

Ainda no segundo dia realizou-se a segunda atividade intitulada “A linha do tempo”. Os participantes posicionaram-se em três tecidos de TNT nas cores laranja, verde e roxo representando, respectivamente, passado, presente e futuro. Para tal preparou-se um roteiro de perguntas para nortear a condução das discussões de cada tempo e proporcionou-se um ambiente que levou os participantes a reviverem o passado, a refletir o presente e pensar sobre o futuro.

Para retornar o passado, solicitou-se que os integrantes descrevessem como se sentiam, deixando livre para trazerem suas questões, seja em relação a vida pessoal e/ou profissional. Com isso, veio à tona relatos a respeito de estudos excessivos, a atuação em outras áreas e o início da maternidade, sendo possível observar nas seguintes falas: *“eu trabalhei durante anos no sistema prisional e jamais me imaginei na área escolar”* (preceptor A); *“eu estudava muito na época em que ainda não trabalhava, mas chegou um momento em que precisei deixar os estudos de lado e conciliar o curso com o trabalho”* (preceptor D).

Em seguida, no tempo presente foram trabalhadas perspectivas no que tange à atuação da docência e se é possível separar o ser professor do ser humano. Os professores B e C relataram que se sentiram realizados, mas citaram como um ponto crítico a sobrecarga de tarefas *“assim, sou muito feliz com o meu trabalho, mas sinto que são muitas as exigências”* (professor B); *“descobri a minha paixão pela docência”* (professor C). Além disso, as falas remetem a uma realização profissional e a satisfação com relação ao trabalho que desempenham, mesmo com as adversidades que permeiam o processo.

Para finalizar a dinâmica discutiu-se sobre o futuro, indagando sobre as expectativas para os próximos anos. Alguns professores trouxeram aspirações quanto a educação dos filhos, conclusão de mestrado e doutorado e concretizações de projetos pessoais, como nota-se nas falas: *“eu almejo que meus filhos estejam saudáveis e estudando”* (professor C); *“eu quero que dê tudo certo na defesa do meu mestrado”* (preceptor C). Dessa forma, notou-se que houve uma continuidade nos discursos e expressões, com destaque para a interação entre os tempos.

Assim, pontua-se a importância de desenvolver atividades que trabalhem com os docentes suas vivências pessoais e projetos futuros, uma vez que, como nas palavras de Lima (2006), o professor tem na memória as lembranças das práticas escolares que viveu e na qual organizou suas experiências e seus saberes. Somado a isso, acrescenta-se que:

“Os saberes dos professores são plurais, heterogêneos, porque trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, a socialização profissional, ou seja, as manifestações do saber-fazer e do saber-ser, provenientes de fontes variadas” (Garcia, 1999).

Por fim, foi realizado um show de talentos que teve o intuito de promover descontração e relaxamento, além da expressão dos demais talentos, visando resgatar outros aspectos da vida dos professores e preceptores. As apresentações consistiram em contar piadas, recitar poema e cantorias, nas quais percebeu-se total aderência dos participantes. Objetivou-se com isso demonstrar a importância das pausas na rotina, haja vista à necessidade da autopercepção enquanto seres humanos com limitações e fraquezas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado básico proporcionou momentos de descobertas e aprendizado para os estagiários. Ao atuar com professores e preceptores foi possível desenvolver um olhar mais sensível com relação às suas jornadas de trabalho e demais atribuições, que podem ser excessivas e cansativas como foi percebido nas práticas realizadas. Do mesmo modo, conseguiu-se exercitar a empatia pelos docentes, passando a enxergá-los como seres humanos que têm fragilidades e necessidades de cuidado, principalmente relacionado à saúde mental.

Ademais, estimulou-se ainda a escuta dos facilitadores, o que auxiliou na fluidez e condução das temáticas trabalhadas. Dessa forma, para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários ficam marcadas a riqueza e a amplitude que a psicologia escolar representa, abrindo um leque de possibilidades de atuação dentro do ensino superior. Nessa lógica, enfatiza-se à necessidade da experiência nesse campo durante a graduação.

A partir do estágio no NADD pôde-se reforçar o entendimento do quão necessário se faz o profissional da psicologia no ensino superior. Ressalta-se que o Conselho Federal de Psicologia (2007, p.18) reconhece essa prática e destaca que o papel do psicólogo dentro da instituição envolve todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem, considerando características do corpo docente, das normas da instituição, do corpo discente e demais elementos do sistema.

Os dois dias se mostraram ricos e necessários tanto para os facilitadores como para o público alvo, que colaborou com toda as ações desenvolvidas e demonstrou a relevância de mais momentos como os que lhes foram proporcionados. É importante pontuar que os participantes se sentiram à vontade para se expressarem, o que foi motivo de surpresa uma vez que anteriormente os mesmos tiveram contato com os estagiários em sala de aula quando ministraram suas disciplinas.

Mediante o executado considera-se que foi insuficiente o tempo disponível para as intervenções, tanto pela dificuldade da disponibilidade de horário dos docentes, considerando suas obrigações institucionais, como pelo tempo destinado para a realização do estágio. No entanto, os retornos foram significativos, tanto a nível dos participantes como em relação ao alcance de todos os objetivos propostos, criando inclusive condições para se pensar em novos projetos.

No que tange aos resultados que foram destacados ao longo desse relato, faz se necessário que a instituição esteja atenta para utilizar o profissional psicólogo como um agente de mudança e de motivação não apenas em saúde mental, mas também no processo de ensino-aprendizagem. Salienta-se também a magnitude do desenvolvimento de práticas que possibilitem tornar o trabalho de professores e preceptores mais leves por meio de ações e projetos que proporcionem momentos prazerosos, para assim tornar possível um manejo mais adequado das exigências que são feitas para eles.

Dessa forma, o estágio permitiu a aplicação de habilidades e competências, o aprimoramento de conhecimentos específicos e o crescimento profissional. Sendo assim, é fundamental estimular nos alunos o compromisso com a atuação da psicologia no ensino superior para que se possa solucionar de forma efetiva as demandas que emergem nesse campo. Ademais, considera-se importante uma maior disponibilidade de tempo para planejar e executar as ações, visto que esse trabalho



REALIZAÇÃO:



APOIO:



exige muita atenção e cuidado, pois é direcionado através de discentes, para os docentes.

REFERÊNCIAS

BISINOTO, C., ARAUJO, C., M., **Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

BATISTA, Nildo et al. O enfoque problematizador na formação de profissionais da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 231-237, 2005.

CAMPOS, Gastão W. S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2007). Resolução nº 13/2007. Que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais. Brasília: CFP.

GARCIA, A.L; OLIVEIRA, E.R.A; BARROS, E.B. Qualidade de vida de professores do ensino superior na área da saúde: discurso e prática cotidiana. **Rev. Cogitare Enfermagem**. Abril de 2008; 13(1):18-24. Acesso em 20 de novembro de 2020.

GARCIA, C. Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal. Porto, 1999.

GOUVEA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde debate**, Rio de Janeiro. v. 40, n. 111, p. 206-219, Dez. 2016

LAGO, R. R.; CUNHA, B. S.; BORGES, M. F. DE S. O. PERCEPÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE DO BRASIL. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 429–450, maio 2015.

LIMA, R; LOURDES, M. Memórias de professores: uma experiência de pesquisa na formação de professores de ensino superior. **Revista Diálogo Educacional**. 2006;6 (19): 89-98. Acesso em 30 de novembro de 2020.

MOURA, F. R. DE; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 503–514, set. 2016.

PEREIRA, A. A. C.; SILVA, E. M. Antonino; REIS, Sara Menezes. A importância da escuta na trajetória de vida/ formação docente. VI Colóquio Internacional: 24 Educação e contemporaneidade. Sergipe, jan. 2012.

A PRÁTICA CLÍNICA NO CONTEXTO DO SERVIÇO ESCOLA DE PSICOLOGIA: aportes da Logoterapia¹

¹ Kleina Silva Bezerra dos Santos, Universidade Federal do Maranhão, Graduanda em Psicologia, email kleina.santos@discente.ufma.br;

Francisca Pereira da Cruz Zubicueta, Universidade Federal do Maranhão, Doutoranda, professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, e-mail francisca.cruz@ufma.br;

Ducivalda Oliveira Meneses, Universidade Federal do Maranhão, Graduanda em Psicologia, email ducivalda.oliveira@discente.ufma.br;

Rosanne Adrianna Mendes Morais, Universidade Federal do Maranhão, Graduanda em Psicologia, rosanne.morais@discente.ufma.br.

RESUMO

Trata-se do caso de um paciente atendido no Serviço Escola de Psicologia de uma instituição pública de ensino superior. O objetivo é apresentar a análise do caso, a partir do referencial teórico da Logoterapia e Análise Existencial, abordagem que tem como visão de homem a integralidade das dimensões biológica, psicológica e noética. No processo psicoterapêutico, buscou-se afinar a consciência do paciente para a ampliação da percepção da sua área de liberdade, apesar das limitações biopsicossociais, para que de forma livre e responsável pudesse descobrir o sentido, através da concretização de valores. Como afirma Frankl (2011, 2016, 2019), o ser humano não é livre das contingências da vida, mas é livre para se posicionar perante tais contingências. O caso em análise foi escolhido devido ao seu desdobramento na prática clínica. As análises e discussões de cada sessão ocorreram durante as supervisões, momentos em que se identificou conceitos da teoria de Viktor Frankl presentes no processo psicoterapêutico, a saber: autotranscendência, autodistanciamento, liberdade e responsabilidade, valores de criação e vivenciais. Foram realizadas 22 sessões semanais, entre abril e agosto de 2024, por uma estagiária do estágio obrigatório específico do curso de Psicologia, sob supervisão docente semanal – psicóloga e logoterapeuta. Conclui-se que o processo psicoterapêutico permitiu ao paciente afinar a consciência, de modo a dar-se conta de que mesmo não sendo possível mudar os seus destinos biológico, psicológico e social, era possível responder à vida a partir do seu campo de possibilidades por meio da concretização de valores e realização de sentido.

Área Temática: Psicologia - saberes e fazeres da prática profissional

Palavras-chaves: Logoterapia, busca de sentido, psicoterapia

1. INTRODUÇÃO

A Logoterapia e Análise Existencial de Viktor Frankl, também conhecida como abordagem centrada no sentido da vida, tem como visão de ser humano a integralidade das dimensões biológica, psicológica e noética – sendo esta última também chamada de dimensão espiritual. A partir do significado da palavra 'Logoterapia', “logos” vem do grego que significa “sentido”, ou seja, uma terapia centrada no sentido da vida. Para Kroeft (2011), a Logoterapia por centrar-se no sentido a ser realizado por uma pessoa única e irrepetível, o qual está no futuro, tenderia a ser mais prospectiva do que retrospectiva, ou seja, mais focada no futuro, naquilo que está no âmbito do campo de possibilidades que a vida apresenta à pessoa; foca no sentido a ser realizado por uma determinada pessoa em uma situação específica.

Para apresentar a sua visão de ser humano, Frankl (2011, 2016, 2019) se utiliza de uma ontologia dimensional, em que dialeticamente constitui a pessoa humana em uma unidade antropológica. Assim, as três categorias ontológicas que compreendem o ser humano: corpo, psiquismo e espírito, não são como compartimentos, nem soma; são compreensivamente elevadas em termos de complexidade (Pereira, 2015). Desse modo, a ontologia dimensional frankliana é uma forma de entender o ser humano como um ser integrado, onde corpo, mente/psiquismo e espírito estão em constante interação e não podem ser compreendidos de forma isolada; refere-se a uma unidade do ser humano em sua totalidade e integralidade biopsiconoética.

Quanto aos fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial, são três os pilares fundamentais: Liberdade da Vontade, Vontade de Sentido e Sentido da Vida (Frankl, 2011). Sobre a liberdade da vontade, Frankl (2016) afirma que o homem tem liberdade, e na medida em que é livre, se torna responsável. Contudo, não se trata de uma liberdade ilimitada; o homem não é livre das condições biológicas, psicológicas ou ambientais; ele é livre para responder à vida, apesar de tais condições.

O homem não é livre “de” condicionantes biológicos ou psicológicos; ele é livre “para” se posicionar, para escolher, para decidir, para responder de forma livre e responsável as exigências da vida. Como enfatizado por Frankl (2011) “o homem não é livre de suas contingências, mas, sim, livre para tomar uma atitude diante de quaisquer que sejam as condições que sejam apresentadas a ele” (p. 26).

O segundo pilar da Logoterapia, a vontade de sentido, é definida por Frankl (2011, p. 50) “como o esforço mais básico do homem na direção de encontrar e realizar sentidos e propósitos”. A vontade de sentido é, portanto, a motivação primária do ser humano. O ser humano possui uma “vontade de encontrar sentido no mundo objetivo, interpretando sua existência em um contexto de sentido” (Aquino, 2013, p. 53). No terceiro pilar da Logoterapia, o sentido da vida, Frankl (2016, 2019) afirma que o sentido é incondicional e que o ser humano pode realizá-lo sob quaisquer condições; parte do princípio de que o ser humano é direcionado para algo além de si mesmo. Para Frankl (2011), o indivíduo não encontra sentido voltando-se exclusivamente para suas próprias necessidades e desejos, mas sim ao transcender a si próprio.

A autotranscendência é uma capacidade exclusivamente humana, de modo que, o homem transcende a si mesmo tanto em direção a outra pessoa, quanto em busca de sentido. “A autotranscendência constitui a essência da existência” (2011, p. 67). Nesse contexto, Frankl (2016) é enfático ao destacar que “o sentido da vida difere de pessoa para pessoa, de um dia para outro, de uma hora para outra. O que importa, por conseguinte, não é o sentido da vida de um modo geral, mas antes o sentido específico da vida de uma pessoa em dado momento” (p. 133). Além disso, o conceito de sentido na Logoterapia refere-se ao sentido *na* vida.

Na busca pelo sentido, segundo Frankl (2011), o ser humano é guiado por sua consciência, que é definida como a capacidade intuitiva do homem para encontrar o sentido de uma situação; é a capacidade intuitiva da consciência que apreende o sentido. A realização de sentido está relacionada à atração pelo que tem valor, isto é, somos movidos pelo sentido, mas atraídos pelos valores. Frankl enfatiza, portanto, a relação fundamental entre valores e sentido, considerando que realizar sentido corresponde à concretização de valores. “O homem não é empurrado pelos instintos, mas é arrastado pelo que tem valor. Ou seja, os valores atraem o ser humano” (Frankl, 1990, p. 112). Nessa direção Aquino (2013, p. 60) afirma que “os aspectos dos valores irradiam na consciência do ser humano, despertando a vontade de sentido”.

Assim, o ser humano somente se torna realmente humano e inteiramente ele mesmo quando é absorvido pela entrega a uma tarefa, quando não vê a si mesmo, esquece de si mesmo no serviço a uma causa ou no amor a uma outra pessoa. É como o olho, que só consegue cumprir com sua função de ver o mundo quando não vê a si mesmo (Frankl, 2019, p.22).

Dito isso, ressalta-se que o objetivo da psicoterapia sob o referencial teórico da Logoterapia é afinar a consciência do paciente para ampliar a sua percepção do seu campo de liberdade e responsabilidade, para a descoberta do sentido e concretização de valores. Utilizou-se a postura dialógica como meio de explorar os valores na existência do paciente, e resguardar o logoterapeuta de qualquer perspectiva diretiva durante as sessões (Aquino, 2013).

Como postula Ortiz (2012), o diálogo socrático não se constitui apenas como uma forma de conversação, mas uma maneira de estar com o outro, estabelecendo um encontro terapêutico autêntico. Segundo Frankl (2019), “ser um ser em busca de sentido significa abrir-se, ir além de si, renunciar ao meu simples ser-assim” (p.19). A busca pelo sentido da vida pode causar uma tensão entre o ser e o dever-ser denominada de noodinâmica, tensão necessária para a descoberta do sentido único e irrepetível daquela determinada pessoa, em uma situação específica. O sentido é realizado através da concretização de valores (criação, vivência e atitudinais). segundo Frankl (2016), nos valores de criação, o homem realiza ao criar, nos de vivência ele experimenta vivências, enquanto nos valores de atitude, ao sofrer, ou seja, “tratar realmente de qualquer coisa de irremediável” (Frankl, 2016, p.199). Para Frankl (2011), o ser humano não é livre das condições biológicas e psicológicas, ele é livre para se posicionar perante tais condições. Perspectiva na qual foi analisado o caso a seguir.

Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise do processo psicoterapêutico de um caso atendido, a partir do referencial teórico da Logoterapia e Análise Existencial, tendo como eixo central da análise e intervenção o sentido da vida e a concretização de valores, e a mobilização do autodistanciamento e da autotranscendência.

2. A DESCRIÇÃO DO CASO CLÍNICO

O paciente (24 anos e estudante universitário) procurou atendimento psicológico no Serviço Escola de Psicologia da UFMA, em função de crises de ansiedade. Durante a primeira sessão, assinou o termo de consentimento em que consta a autorização para apresentação do processo terapêutico em eventos científicos e que, também, garante o sigilo ético. Relatou durante as sessões ter sofrido abuso sexual na infância;

desde os 12 anos apresenta “temporadas depressivas”, ficando sem interesse pela vida social, acadêmica e familiar; após falecimento de um tio, há quatro anos, surgiram crises de pânico, fez tratamento psicológico e psiquiátrico.

Contudo, situações minimamente arriscadas tornaram-se suficientes para desencadear crises, passando, então, a evitar e fugir dos “gatilhos”, como brigas no ambiente familiar. Afirma ter dificuldade em demonstrar sentimentos, abrir-se, dar e receber carinho, principalmente toque físico. Foi atendida semanalmente por uma estagiária (22 sessões), utilizando o referencial teórico da Logoterapia, sob supervisão docente – psicóloga e logoterapeuta. O referido paciente permanece em processo psicoterapêutico.

3. MÉTODO E INTERVENÇÃO

Trabalhou-se nas sessões os fundamentos teóricos da Logoterapia utilizando-se uma postura dialógica como meio de explorar os valores na existência do paciente, resguardando o terapeuta de qualquer perspectiva diretiva durante as sessões (Aquino, 2013). Além disso, o diálogo socrático, principal técnica da Logoterapia, não se constitui apenas como uma forma de conversação, mas uma maneira de estar com o outro, estabelecendo um encontro terapêutico autêntico (Ortiz, 2012).

Durante as intervenções buscou-se mobilizar o autodistanciamento que se constitui como a capacidade do homem “[...] *de distanciar-se não apenas de uma situação, mas de si mesmo [...]*” (Frankl, 2011, p. 27) e a autotranscendência que conforme afirma Frankl (2011), o “[...] *homem transcende a si mesmo tanto em direção a um outro ser humano, quanto em busca do sentido[...]*” (Frankl, 2011, p. 29); a autotranscendência compreendida como a essência da existência humana.

Evidencia-se assim, que existem meios para a realização de sentido, entretanto, essa realização não ocorre de maneira simples ou imediata; ela envolve o que Frankl chama de uma “tensão existencial”, a noodinâmica, a tensão entre o ser e dever-ser; “essa tensão é a mesma que se funda entre o ‘Eu sou’ e o ‘Eu devo’, entre o real e o ideal, entre o ser e o sentido” (Frankl, 2011, p. 68). Assim, essa tensão é fundamental, pois coloca o indivíduo em uma constante posição de escolha diante das exigências da vida, nas quais, “o homem ele é impulsionado, empurrado pelos instintos, mas refreado pelo sentido, e isso implica que sempre caberá a ele decidir se

o sentido deverá ou não ser realizado” (Frankl, 2011, p. 59). Trata-se de uma tensão que é evocada por um sentido a realizar; uma tensão saudável e indispensável à saúde mental do ser humano.

Nessa perspectiva, o autodistanciamento e a autotranscendência são recursos antropológicos fundamentais que foram utilizados para trabalhar a noodinâmica (Frankl, 2019); aquela tensão saudável e necessária para a captação do sentido da situação, por uma determinada pessoa. Esta tensão é, portanto, essencialmente diferente daquela que buscam os neuróticos no sensacionalismo ou os histéricos na excitação (Frankl, 2016).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao longo do processo observou-se no paciente a expressão da autotranscendência, da liberdade e responsabilidade, da vontade de sentido e atração por valores (criativos e vivenciais). A vontade de sentido (expressão da autotranscendência) e o sentido (realizado através dos valores) ficam evidenciados nas seguintes falas da paciente: “quero contribuir através dos meus estudos realizados na academia, com a sociedade principalmente relacionado às endemias”; “me inscrevi em outro concurso...Quero trabalhar e melhorar a minha vida e da minha família, minha mãe e meu irmão”. A autotranscendência assinala o fato antropológico fundamental de que a existência do homem sempre se refere a alguma coisa que não ela mesma; e “a qualidade essencial autotranscendente da existência confere ao homem a qualidade de um *ser que se move numa busca para além de si mesmo*” (Frankl, 2011, pp. 17-18). O valor de criação é o valor que nos permite enriquecer o mundo com o nosso agir.

Observamos, ainda, a concretização de valores vivenciais pelo paciente em questão, ao relatar: “participei ativamente esse ano do arraial do curso, é a primeira vez que isso acontece... dessa vez senti vontade de participar, ajudar de alguma forma, me envolver de fato, nas comidas, nas brincadeiras... também teve na minha família... senti vontade de ajudar na organização, planejamento, me arrumei com roupa junina, dancei, brinquei...” Os valores vivenciais são aqueles que se realizam ao acolher o mundo, na entrega à beleza da natureza ou da arte, enriquece a nós mesmos através das nossas vivências (Frankl, 2016).

Ao longo do processo o paciente vai se dando conta de sentidos realizados, apesar dos destinos sociológicos e psicológicos: “caramba eu não tinha dimensão disso... eu não fazia ideia do quanto eu já estudei, acumulei conhecimentos adquiridos desde a escola, na universidade e que foram importantes para a realização do concurso público também”. Como destaca Frankl (2011), nós não somos livres das condições biopsicossociais que a vida nos impõe, mas, como noético, somos livres para nos posicionarmos perante tais condições, e realizar sentido através da concretização de valores.

5. CONCLUSÃO

Entende-se que os objetivos terapêuticos foram alcançados, como ilustram as falas que seguem: “[...] eu me senti acolhido e pela primeira vez após anos consegui fazer coisas de antes das crises de pânico, que antes achava não ser possível, parece que agora estou com lupa, ampliando coisas que pareciam óbvias, mas eu não estava conseguindo enxergar”; “Eu estar conseguindo realizar coisas e ter retomado experiências que antes me faziam bem, pertencente ao mundo, pelas trocas com familiares... (me fez perceber) que tudo estava ali, eles sempre estiveram...”; “achava que só eu havia percebido minha mudança... esses dias minha tia me disse estar me achando diferente... mais comunicativo, parecia estar mais leve, me perguntou o que eu estava fazendo. Respondi que estava fazendo terapia... e ela disse, não deixe de ir, estar lhe fazendo bem”. Nota-se no discurso do paciente a compreensão acerca da ampliação de percepção do seu campo de liberdade e responsabilidade, ao identificar sentidos realizados, assim, capacitando-se para novos sentidos. Conclui-se, portanto, que a Logoterapia no contexto da psicoterapia contribui para a superação da aparente ausência de sentido na vida. “Ser-homem significa ser-consciente e ser-responsável” (Frankl, 2016, p.114).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aquino, T. A. A. (2013). Logoterapia e análise existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl. São Paulo: Paulus.
- Frankl, V. E. (2011). A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia. Paulus.
- Frankl, E. V. (2016). Psicoterapia e sentido de vida. 6ª ed. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, E. V. (2019). O sofrimento humano: fundamentos antropológicos da psicoterapia. 1ª ed. São Paulo: É Realizações.
- Ortiz, E. M. (2012). El diálogo socrático en la psicoterapia centrada en la sentido. Bogotá: Saps.
- PEREIRA, I. S. (2015.). A Ontologia Dimensional de Viktor Frankl: o humano entre corpo, psiquismo e espírito. Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial, v. 4, n. 1, p. 2-13.

**A PSICOLOGIA NA INTERVENÇÃO GRUPAL COM HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: o trabalho na 1º vara de violência e
doméstica e familiar de São Luís.**

Raimundo Ferreira Pereira Filho¹

Ana Catarina Brito Aires²

Rômulo Saerle Oliveira Lima³

Gabriel Elyfran Oliveira Bonfim⁴

¹Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); Mestre em Ciências da Educação - Universidade Americana; rffilho@tjma.jus.br

²Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia – UFMA; ana.cba@discente.ufma.br

³Centro Universitário Maurício de Nassau; Psicólogo - Uninassau; romulosaerlle@gmail.com

⁴Universidade Federal do Maranhão; Graduando em Psicologia – UFMA; gabriel.elyfran@discente.ufma.br

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar como é desenvolvido o trabalho do grupo reflexivo na 1º vara de violência e doméstica e familiar de São Luís, retratando como é sua metodologia, instrumentais e perspectiva utilizada.

Palavras-chave: Grupo Reflexivo; Atuação Profissional; Violência Doméstica.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que não tem barreiras e é extremamente danoso aos sujeitos e à sociedade como todo. Além de prejuízos individuais, a violência também traz danos para as conjunturas sociais, comunitárias, laborais, raciais, econômicas, culturais, religiosas, familiares, geográficas e entre outros.

Em decorrência de uma sociedade estruturada no patriarcado, onde em um desequilíbrio de poder, a mulher tem um papel social sempre subjugado ao homem (Lerner, 1986/2019). Nesse sentido, um grave problema histórico e contemporâneo entra em vigor, a violência de gênero contra a mulher. Conceituada como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada” (ONU, 1993). Essa violência já atingiu um terço das mulheres brasileiras, que relataram ter sofrido algum episódio de violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida (TRT-RS, 2023). Desse modo, enfrentar esse problema são necessárias ações que freiem de forma imediata os atos violentos dos autores e ações tanto voltadas as vítimas quanto aos homens denunciados por envolvimento no contexto de violência contra as mulheres.

As ações de intervenções com homens que exercem violências contra as mulheres iniciaram, na década de 80, nos Estados Unidos e no Canadá, e, nos anos 90, expande-se para a Europa, Oceania e América Latina, incluindo o Brasil, com iniciativas anteriores à Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006), em algumas organizações não governamentais (Beiras *et al.*, 2021). No estado do Maranhão, esse trabalho de grupo com homens em contexto de violência teve a primeira iniciativa em 2008, há dezesseis anos na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís - MA (Filho, 2020). E hoje vêm se ampliando no sistema de justiça em parceria com o executivo e universidades, havendo grupos em diversos municípios maranhenses.

O trabalho com autores de violência doméstica coloca-se como uma proposta inovadora e desafiadora, porém, ainda pouco conhecida e difundida no Brasil. Contudo, aponta-se uma expansão dessa forma de prevenção com, pelo menos, 498 grupos reflexivos vinculados ao sistema de justiça no Brasil, indicando um crescimento de 59,61% em relação ao levantamento realizado no ano de 2020 (Margens-UFSC/COCEVID, 2024).

A metodologia reflexiva é uma ferramenta de intervenção alternativa à ação punitiva estabelecida no sistema criminal, ação esta que, na maioria das vezes, não se mostra efetiva para combater as desigualdades e violências nas relações de gênero, visto o registro crescente de dados de violências contra as mulheres, incluindo o feminicídio (CNJ, 2023). Contrariamente à prisão, o instrumental reflexivo traz importantes contribuições intra e intersubjetiva na produção de novos sentidos e significados nas relações de gênero e masculinidades e no enfrentamento à violência de gênero, sendo inclusive, recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ a implementação desse serviço por todos os tribunais brasileiros (Recomendação CNJ nº 124/2022).

O relato de experiência profissional com grupos desenvolvidos através da metodologia reflexiva com homens autores de violências contra as mulheres, justifica-se por proporcionar o acesso a uma prática de intervenção que apresenta resultados eficazes e é adotada em quase todos os países no combate à violência contra mulheres. O objetivo é colaborar na construção de uma sociedade livre da desigualdade e violência de gênero.

Vale ressaltar que apesar dessa metodologia de intervenção com homens estar presente no mundo inteiro, no Brasil, mesmo após 18 anos de existência da Lei Maria da Penha, que veio a fomentar a expansão dessas intervenções com homens como estratégia de combate às violências de gênero (Brasil, 2008), essa ação ainda recebe pouca atenção e investimento de órgãos governamentais, organizações não governamentais e até mesmo da academia. No entanto, já existem esforços para estabelecer uma política de Estado focada em intervenções

grupais com homens que cometem violência. Sendo importante que esses avanços sejam mantidos e aprimorados.

O trabalho com homens no contexto da violência de gênero é de suma importância, visto que, dentro de um contexto de violência, eles são os principais autores, de maneira que não basta intervir apenas com as mulheres. Caso contrário, o registro dos homens perpetuando as condutas violentas contra as mulheres continuará, visto que eles repetem um modo de agir e só mudarão de parceiras.

De acordo com o Mapeamento Nacional dos grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres, uma das principais dificuldades para o trabalho com autores de violência é a falta de conhecimento técnico específico e formação continuada (Margens-UFSC/COCEVID, 2024). Dessa forma, há necessidade de proporcionar a difusão do trabalho com homens, como um instrumental que pode colaborar na construção de uma sociedade livre da desigualdade e da violência de gênero e promotora da equidade nas relações sociais. Nesse sentido, a Psicologia, como ciência e profissão que trabalha com o comportamento humano, a fim de promover mudanças nas relações sociais (Lane, 1984), tem papel fundamental na contribuição da qualificação profissional dentro da proposta a ser apresentada.

Dessa forma, este artigo tem como principal objetivo responder às seguintes questões: Como é desenvolvido o trabalho de grupo reflexivo na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís do Maranhão? E quais metodologias, instrumentos e abordagens são utilizados nesse processo? Através de uma abordagem descritiva, o artigo apresenta a experiência dos grupos reflexivos na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, destacando a metodologia adotada e os instrumentos utilizados. O foco é expor o trabalho com homens autores de violência, baseado na intervenção reflexiva realizada nesta vara.

2. O TRABALHO DE GRUPO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: a intervenção reflexiva realizada na 1ª vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A intervenção com a metodologia reflexiva em grupo com homens autores de violência é reconhecida pela ONU (2006), como um dos instrumentos mais eficazes para prevenir e combater a violência doméstica, assim como reduzir a reincidência, com registro no Brasil, em níveis abaixo de 5% (Margens-UFSC/COCEVID, 2024). Esta metodologia de intervenção vem sendo adotada, desde 2008, pelo setor da Psicologia da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com resultados exitosos, com registro de reincidência próximo a zero (Pereira Filho, 2020; Maranhão, 2021; 2023) e mudanças qualitativas nas vidas dos participantes em diversas áreas (Ferreira, 2024).

A 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís atua em conformidade com a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece medidas para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse contexto, a vara conta com uma equipe multidisciplinar formada por duas assistentes sociais, uma comissária da infância e juventude, um psicólogo e estagiários de Psicologia e Serviço Social. No âmbito da Psicologia, desenvolve-se o projeto “O Amanhã”, que consiste em grupos reflexivos de gênero voltados para homens envolvidos em situações de violência doméstica. No Maranhão, essa iniciativa teve início em 2008, junto com a criação da Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís (Filho, 2020). Desde então, mais de trezentos homens participaram do projeto, que apresenta índices de reincidência nulos (Filho, 2020).

Conforme Ferreira (2024), além das ações conduzidas pela 1ª Vara, há outros grupos direcionados a autores de violência em operação no Maranhão. Esses grupos são promovidos por diferentes instituições do Sistema de Justiça, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, em colaboração com o Poder Judiciário, o Poder Executivo (com destaque para as equipes da Política de Assistência Social), Universidades e outras organizações parceiras.

O grupo reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís teve, em sua criação, como referência as experiências realizadas em Nova Iguaçu-RJ, no Instituto Albam-MG e no Instituto NOOS (Filho, 2020). A base teórica que orienta o trabalho do grupo foi amplamente inspirada na prática do Instituto NOOS, apoiando-se em três pilares: o pensamento sistêmico, fundamentado na abordagem reflexiva de Tom Andersen; a perspectiva construtivista; e a Pedagogia da Pergunta, de Paulo Freire. Além disso, foram incorporadas a abordagem existencial da Logoterapia e a teoria da Comunicação Não Violenta, desenvolvida por Marshall Rosenberg (Filho, 2020).

O trabalho realizado pela 1ª Vara tem como objetivo promover a reflexão e a responsabilização dos participantes, indo além da lógica tradicional de culpa e punição. Nesse contexto, as intervenções dos facilitadores no processo grupal buscam desconstruir estereótipos de gênero e padrões tradicionais de masculinidade, ao mesmo tempo em que incentivam a construção de novas formas de vivenciar essas masculinidades. A abordagem utilizada estimula a participação ativa dos homens na análise e reflexão sobre o cotidiano de suas vidas (Filho, 2020). Parte essencial desse processo consiste em confrontar os participantes sobre como construíram suas dinâmicas relacionais e de que maneira contribuíram ou se deixaram influenciar por normas sociais que os levaram a situações de violência. Essas questões são consideradas cruciais para o desenvolvimento da reflexão e da responsabilização, dentro de uma perspectiva ampliada que reconhece as raízes estruturais da violência.

No desenvolvimento deste trabalho, as perguntas desempenham um papel central no estímulo ao processo reflexivo. Nesse espaço, os participantes são incentivados a refletir sobre suas vivências e cotidianos, promovendo um processo de desconstrução e reconstrução de si mesmos, bem como uma análise crítica de suas atitudes nas relações e no mundo ao seu redor. O foco não está apenas em transmitir conteúdos, mas em provocar reflexões sobre situações do dia a dia (Filho, 2020). Dentro do grupo, os homens são vistos como participantes ativos. Eles não estão ali apenas para receber informações ou esclarecer dúvidas, mas para desempenhar um papel essencial em um processo coletivo de reflexão. Esse

ambiente promove liberdade para interagir, questionar, expressar sentimentos e compartilhar pontos de vista, enriquecendo o diálogo e fortalecendo a construção conjunta de novos entendimentos (Filho, 2020).

2.1 METODOLOGIA DOS GRUPOS REFLEXIVOS: Diretrizes da Resolução nº 124/2022 e Estrutura do grupo realizado na 1ª Vara

A metodologia de trabalho segue as diretrizes da Resolução nº 124, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça, que determina que os grupos devem realizar, no mínimo, oito encontros. Esse número é essencial para permitir o aprofundamento das discussões e fortalecer a conexão entre os participantes. Na prática, os grupos costumam ter de dez a quinze encontros, realizados semanalmente, com duração de até duas horas cada. O número ideal de participantes é de até vinte homens, para garantir a efetividade das sessões.

Nesse sentido, estruturalmente, o trabalho do grupo da 1ª Vara é dividido em três etapas principais: o pré-grupo (formação do grupo), o grupo em si (execução das atividades) e o pós-grupo (elaboração dos relatórios dos participantes e do relatório geral do trabalho) (Filho, 2020). O pré-grupo começa com o recebimento dos processos já sentenciados e o encaminhamento dos indivíduos para a participação nas atividades do grupo. Nesse momento, a equipe multidisciplinar realiza o cadastro dos participantes e agenda as entrevistas (Gama, 2021).

As entrevistas desempenham um papel crucial nesse processo, pois servem como um momento de acolhimento e ajudam a estabelecer um vínculo inicial com o homem, ao mesmo tempo em que oferecem orientações sobre a decisão judicial e o funcionamento do grupo reflexivo (Ferreira, 2024). Além disso, as entrevistas são utilizadas para avaliar a inclusão do participante no grupo e para coletar informações socioeconômicas, a compreensão sobre violência, os papéis de gênero e a conscientização do indivíduo em relação ao ato cometido (Filho, 2020). Após as entrevistas, é realizada a formação da turma, o planejamento do calendário de encontros, o contato com os participantes e a organização dos materiais necessários para o início das atividades.

A segunda etapa refere-se ao funcionamento do grupo, que é dividida em dois momentos: dez encontros semanais e quatro encontros quinzenais (Filho, 2020). Cada encontro tem duração de duas horas, e os temas a serem abordados são definidos previamente (Beira, Martins e Hugill, 2024). No entanto, há flexibilidade quanto às temáticas, pois cada grupo apresenta características e necessidades específicas. As atividades são realizadas utilizando diversos recursos didáticos, como dinâmicas de grupo, vídeos, textos, músicas, entre outros (Filho, 2020).

Após os encontros semanais, o grupo segue para a etapa de "acompanhamento", que consiste em quatro encontros quinzenais. O objetivo dessa fase é avaliar o impacto do trabalho na vida dos participantes e verificar como eles têm aplicado os conhecimentos adquiridos ao longo das sessões. Durante esses encontros, também são abordados temas de forma mais aprofundada, além de realizar ajustes necessários para garantir o alcance dos objetivos do grupo (Gama, 2021).

Além disso, a facilitação do grupo é feita preferencialmente por uma dupla composta por um homem e uma mulher, de maneira não hierarquizada. Essa abordagem busca utilizar a imagem de um casal com um relacionamento harmonioso como referência, ajudando a criar um modelo positivo que pode influenciar a dinâmica e a percepção do grupo (Gama, 2021; Beiras *et al.*, 2021). Nesse contexto, os agentes da reflexão têm a responsabilidade de conduzir o processo reflexivo, formulando perguntas que estimulem a reflexão crítica e incentivando os participantes a se expressarem sobre os temas discutidos. Durante os debates nas atividades, os facilitadores atuam como mediadores, garantindo que todos participem de maneira acolhedora e dentro da dinâmica do grupo. Esse processo cria uma troca constante de ensino e aprendizado, onde tanto os participantes quanto os facilitadores são partes ativas e engajadas no desenvolvimento do grupo.

A Resolução nº124/2022 resolve a promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da

masculinidade. Ressalta-se que os papéis de gênero, e nesse contexto, a masculinidade, são constituídos de forma a afetar todas as relações sociais e construção da subjetividade (Kimmel, 1998). Dessa forma, Os temas trabalhados no grupo são previamente planejados pela equipe, visando o rompimento e a prevenção da violência doméstica dentro do processo reflexivo de responsabilização dos homens envolvidos, e para além disso, a reflexão acerca do seu ser-estar no mundo e nas relações. Para isso, trabalha-se com os eixos temáticos: o homem e as masculinidades; gênero; violência; família e o futuro (Filho, 2020).

A partir desses eixos são definidos os temas geradores de cada encontro. À exemplo no eixo o homem e as masculinidades são trabalhadas as temáticas de expressões das masculinidades e arquétipos de masculinidade. Já no eixo violência são trabalhados os temas: violências, tipos de violência, agressividade, Lei Maria da Penha e direitos humanos, ciclo da violência e formas de resolução de conflito não violentas.

Por fim, na etapa pós-grupo, é feita uma avaliação dos avanços dos participantes, assim como das dificuldades e limitações que surgiram ao longo do processo. Além disso, é importante destacar que, após cada encontro, são elaborados relatórios que registram as falas e opiniões dos participantes, bem como a avaliação dos facilitadores sobre o grupo. Ao término dos quatorze encontros, é gerado um parecer de participação que é inserido no processo judicial de cada participante, informando se ele cumpriu ou não a atividade do grupo (Filho, 2020)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção reflexiva com homens autores de violência, realizada na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, representa um avanço significativo na abordagem da violência de gênero no Brasil. Ao adotar uma metodologia que privilegia a reflexão, a desconstrução de estereótipos e o diálogo, o programa tem se mostrado eficaz na redução da reincidência de comportamentos violentos, contribuindo para a transformação das relações de gênero. A experiência

acumulada desde 2008 demonstra que, mais do que um simples cumprimento de sanções judiciais, o trabalho propicia um espaço de responsabilização e aprendizado, permitindo que os participantes mudem suas concepções sobre masculinidade e a dinâmica de suas relações interpessoais.

Destacam-se também os benefícios observados pela equipe da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, como uma taxa de reincidência quase nula (Pereira Filho, 2020; Maranhão, 2021; 2023) e mudanças significativas na vida dos participantes em diversas áreas (Ferreira, 2024). Além disso, os próprios participantes reconhecem a importância do trabalho em grupo, com frequência afirmando em suas avaliações finais que esse tipo de intervenção deveria ser realizado desde a infância, ainda na escola.

Nota-se que a metodologia, fundamentada em teorias sobre masculinidades e gênero, e apoiada por um processo grupal dinâmico e inclusivo, proporciona um ambiente onde os homens podem explorar suas vulnerabilidades, expressar sentimentos e questionar normas sociais prejudiciais. Os resultados positivos, com taxas de reincidência significativamente baixas, evidenciam a importância de abordar a violência não apenas como um problema individual, mas como uma construção social que exige um olhar crítico e coletivo. Assim, ao facilitar esse processo de (re)construção identitária e reflexão crítica, a intervenção não apenas beneficia os homens envolvidos, mas também contribui para a promoção de relações igualitárias em toda a sociedade.

No entanto, novas perguntas surgem a partir dessa reflexão. Como é possível ampliar o alcance desses grupos para incluir uma diversidade maior de vozes e experiências? Quais estratégias podem ser implementadas para garantir a continuidade do aprendizado após o término dos encontros?

É fundamental reconhecer que a eficácia desses grupos depende de um acompanhamento contínuo. Para tanto, é necessário investir na formação de profissionais, como psicólogos. Destaca-se a capacitação técnica para atuar na mediação de grupo com a ferramenta da reflexão. Porém, para além disso, essa

formação deve ser ético-política considerando a problemática social pautada na desigualdade de gênero que permeia esse trabalho.

Nesse sentido, é fundamental que toda a sociedade esteja envolvida nesta luta. Ou seja, é importante que essa intervenção com homens (crianças, jovens, adultos e idosos) chegue a outros espaços governamentais e não governamentais (escolas, centros comunitários, centros de formação, instituições esportivas, militares, religiosas, centro de assistência e entre outros).

Sugere-se que futuras pesquisas explorem a eficácia de diferentes abordagens nos grupos reflexivos, bem como o papel da rede de apoio social dos participantes. Além disso, é essencial desenvolver políticas públicas que integrem esses grupos a um sistema mais amplo de prevenção e intervenção em casos de violência, promovendo um compromisso coletivo na luta contra a violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BEIRAS, Adriano. *et al.* Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: CEJUR. 2021.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. Metodologia de grupos reflexivos de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016. Disponível em: https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/06/Metodologia-Noos_PDF-final.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth W; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência contra as Mulheres 2023. Florianópolis: Margens (UFSC) /COCEVID, 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Diretrizes para implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores. Brasília, DF: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2008. Disponível em <https://www.tjms.jus.br/storage/estaticos/violencia-domestica/publicacoes/10.Diretri>

zes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores .pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

Conselho Nacional de Justiça. O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022 / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022. Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar. Disponível

em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>>.

Acesso em: 01 outubro. 2024.

FERREIRA, Edla Maria Batista Ferreira. Grupos reflexivos para homens autores de violência: representações de homens e profissionais na experiência da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres de São Luís-MA. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível

em:

https://bib.pucminas.br/teses/CienciasSociais_EdlaMariaBatistaFerreira_31154_Tex toCompleto.pdf

FILHO, Raimundo Ferreira Pereira. **Intervenção com homens envolvidos com a situação de violência contra a mulher**: uma experiência desenvolvida pela vara especializada de São Luís do Maranhão. In: Revista Interdisciplinar Sistemas de Justiça e Sociedade, São Luís, v.1, n.1, set/dez, p. 20-29. 2020.

JUSTIÇA DO TRABALHO. TRT da 4ª região (RS). Pesquisa aponta aumento de violência contra a mulher no Brasil em 2022 e integrantes do Comitê de Equidade comentam os números. Publicada em: 10/03/2023. Atualizada em: 14/03/2023.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. Coordenadoria Estadual da Mulher. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: 12 anos de experiência da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-MA. São Luís: Coordenadoria Estadual da Mulher/Esmam, 2021. Disponível

em: https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/julho/grupos_reflexivos_para_h omens_autores_de_violencia_contra_a_mulher_14_07_2021_13_32_54.pdf

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. Coordenadoria Estadual da Mulher. Mapeamento do perfil dos homens autores de violência: uma análise do grupo reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de São Luís. São Luís: Coordenadoria Estadual da Mulher/Esmam, 2023. Disponível em: https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/edicoes_esmam/e_book_mapeamento_do_perfil_de_autores_de_violencia_de_genero_publicar1_07_07_2023_13_28_13.pdf

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense. 1984.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019. (Texto original publicado em 1986).

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Ending violence against women: from words to action. 2006.

ONU. Declaration on the Elimination of Violence against Women Proclaimed by General Assembly resolution 48/104 of 20 December 1993.

ENSAIO ACADÊMICO SOBRE O NEUROSEXISMO: uma análise socioambiental nas diferenças de desempenho cognitivo entre gêneros

Laura Fernanda Nunes Costa¹
Michelle Corrêa Moucherek²
Luana Marques Mesquita³

¹Graduanda do curso de Bacharelado em Psicologia, na Unidade de Ensino Superior do Maranhão (UNISULMA/IESMA). Imperatriz, Maranhão, Brasil; E-mail: lauranunes.fernanda@gmail.com.

²Professora Especialista em Vigilância em Saúde pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Sírio-Libanês, docente do curso de Bacharelado em Psicologia; Unidade de Ensino Superior do Maranhão (UNISULMA/IESMA); E-mail: michelle.moucherek@unisulma.edu.br.

³Professora Especialista em Saúde - Neonatologia, Especialista em Neuropsicologia, docente do curso de Bacharelado; em Psicologia; Unidade de Ensino Superior do Maranhão (UNISULMA/IESMA); E-mail: luana.mesquita@unisulma.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O neurosexismo é um termo usado para definir o preconceito de gênero a partir da neurociência, na qual pesquisadores utilizam-se de estudos científicos enviesados a respeito da atividade cerebral e suas capacidades para popularizar diferenças inexistentes entre o cérebro masculino e feminino.

O vigente ensaio acadêmico trata-se de uma reflexão com o propósito de analisar como o Contexto Socioambiental e o Estereótipo de Gênero afeta no Desempenho das Habilidades Cognitivas, a fim de compreender a produção de conhecimento a respeito do assunto e evidenciar estigmas enfrentados por mulheres no mercado de trabalho e nos setores acadêmicos fundamentados em pesquisas neurosexistas. Para isso, apresenta-se uma análise da desigualdade de gênero aplicada ao desempenho cognitivo, a partir de informações presentes em materiais científicos.

Nesta direção, este ensaio explora o papel socioambiental no desempenho cognitivo de mulheres, a partir de uma abordagem sociocultural. Segundo Barret (2017), o funcionamento cerebral é influenciado por experiências, interpretações e contexto sociocultural. Considerando o sujeito como um sistema aberto passível de absorver a cultura e costumes sociais em que está inserido, além da contribuição genética para sua constituição, julgar apenas o contexto puramente biológico para medir a capacidade intelectual, é olhar para o ser humano de maneira reducionista.

Esta análise reside na necessidade de combater preconceitos e promover a igualdade de gênero. Ao desmistificar estigmas associados ao desempenho cognitivo feminino, fundamentados em pesquisas enviesadas, é possível avançar na construção de um ambiente acadêmico e profissional mais inclusivo e justo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO

2.1 Histórico do Neurosexismo

O termo "neurosexismo" foi cunhado pela neurocientista Cordelia Fine em seu livro *"Delusions of Gender"*, publicado em 2010. Fine descreve o neurosexismo

como o uso de pesquisas neurológicas enviesadas para perpetuar estereótipos de gênero e justificar desigualdades sociais. A origem do termo está enraizada na crítica ao uso inadequado de dados científicos para reforçar ideias preconcebidas sobre as diferenças entre os cérebros masculinos e femininos.

Historicamente, a neurociência e outras disciplinas científicas muitas vezes reproduziram vieses de gênero, interpretando diferenças mínimas ou inexistentes entre os cérebros de homens e mulheres como evidências de capacidades cognitivas e comportamentos distintos. Essas interpretações tendem a ignorar o papel do ambiente e da cultura na formação das habilidades cognitivas e comportamentais, perpetuando a noção de que as diferenças de gênero são biologicamente determinadas e imutáveis.

2.2 Perspectiva Sociocultural

É importante ressaltar que a desigualdade tem efeitos transgeracionais, ou seja, as consequências são transmitidas por gerações. Silva (2014), afirma que as representações de gênero na neurociência podem influenciar na educação de meninas e perpetuar estereótipos, impactando na forma em que são tratadas no campo educacional, tendo efeito em seus conceitos de autoimagem, o que resulta em prejuízos emocionais e psicológicos, desencorajando-as a investir em seu próprio desempenho intelectual.

Estes preconceitos perpetuam-se nos ambientes acadêmicos e profissionais. Em 2016 foi publicado no maior periódico científico do mundo, o *Plos One*, um artigo que investigava como homens estudantes de biologia avaliavam suas colegas do sexo feminino. Os pesquisadores descobriram que os estudantes homens eram percebidos como tendo um desempenho muito superior ao das mulheres. Angela Saine (2018) em seu livro “Inferior é o Car*lhø”, comentou sobre esta publicação, destacando que as notas dos estudantes homens eram superestimadas, enquanto as estudantes mulheres não demonstraram o mesmo tipo de preconceito de gênero ao responder à pesquisa.

2.3 Referências Clássicas e Estudos Recentes

O Coletivo Parent in Science, dedicado a promover a inclusão e a equidade de gênero na ciência, focando no impacto da parentalidade na carreira acadêmica de mulheres, publicou dados de que, apesar do crescente avanço da presença feminina na ciência, no Brasil, o percentual de mulheres é reduzido conforme se avança na carreira científica. De 55% das bolsistas de iniciação científica, apenas 36% apresentam produtividade em pesquisa. Diante desse cenário temos caminhos de análise que evidenciam historicamente o quanto as mulheres foram menos estimuladas na pesquisa e em atividades de raciocínio lógico-matemático, possibilitando o surgimento de estereótipos de que mulheres não são boas nessas áreas, valorizadas como masculinas. Além disso, outras questões como a maternidade também atravessam a produtividade destas mulheres, tendo em vista a divisão desigual do serviço doméstico nas relações heterossexuais e a falta de políticas nos locais de trabalho que auxiliem as mulheres com a maternagem.

Incerti *et al.* (2021), revelaram em análise realizada no Instituto Federal do Paraná (IFPR), considerando apenas pessoas cisgênero, aquelas que se identificam com o sexo biológico, que as questões de gênero estão enraizadas e naturalizadas em todo o processo educativo. As mulheres, independente da identidade de gênero, enfrentam desafios específicos em cursos técnicos tradicionalmente dominados por homens, como a falta de apoio e a discriminação por estarem em espaço masculinos. A exclusão de atividades práticas, a falta de representação feminina nos materiais didáticos e a baixa expectativa de desempenho por parte dos professores e colegas em relação às mulheres, são exemplos dessa conjuntura. Vale ressaltar que se a discriminação contra mulheres cisgênero têm altas taxas, uma análise que se dedique a considerar raça, transgeneridade, experiência de maternidade, contexto econômico e territorial, a segregação tende a aumentar.

Em estudo publicado no *Parent In Science*, os prejuízos no desempenho do trabalho remoto decorrente da rotina de cuidado doméstico durante a pandemia, foram percebidos por 88,7% das mães negras, 86,1% das mães brancas e 78,4% dos pais negros e 70,0% dos pais brancos (Staniscuaski, 2021). Todos esses dados apresentados se referem a mulheres cisgênero.

Hofstra (2020), apontou em análise que grupos com baixa representação no ambiente acadêmico, como mulheres, negros e transgêneros, possuem ideias mais

inovadoras e relevantes em relação aos colegas homens, brancos e cisgêneros. No entanto, apesar da pluralidade e capacidade inovativa, estes grupos sub-representados têm suas pesquisas desvalorizadas, resultado do preconceito. No campo profissional, apenas 10% das mulheres trans estão inseridas no mercado de trabalho formal (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Segundo Luna (2024), mulheres transgênero enfrentam múltiplas formas de discriminação por sua orientação sexual e interseção de gênero. Nascimento (2021) afirma que

Primeiramente, as mulheres transgêneras enfrentam a discriminação baseada no gênero, assim como as mulheres cisgêneras. No entanto, elas também lidam com a transfobia, que inclui preconceitos, violência e marginalização específica dirigida contra pessoas transgêneras. A interseccionalidade nos ajuda a compreender que a opressão de gênero para mulheres trans é agravada pela transfobia, criando barreiras adicionais na vida social, econômica e política.

Nesse sentido, pode-se problematizar sobre a característica da pesquisa científica quando o meio acadêmico se configura como ambiente hostil para as *mulheridades*, uma vez que as vivências femininas são diversas e a complexas, não existindo uma única forma de ser mulher, mas sim uma multiplicidade de experiências influenciadas por fatores como cultura, raça, classe, orientação sexual, entre outros.

Para Gilligan (1982), a própria Psicologia é predominantemente baseada em estudos com homens, resultando em uma visão distorcida do desenvolvimento humano. Novamente, a neuroplasticidade deve ser ponderada, pois como o cérebro tem a capacidade de se adaptar a diferentes situações e aprender diferentes habilidades de acordo com a necessidade exigida, é possível imaginar o impacto da cultura e ambiente na sua estruturação morfológica.

3 ANÁLISE CRÍTICA DAS PESQUISAS DE NEUROIMAGEM

3.1 Metodologias Utilizadas

O trabalho acadêmico e as pesquisas científicas são parte do processo de inovação nos campos das ciências, que têm utilidade de serviço para melhorias e avanços na sociedade. Todavia, diante das diversas dúvidas levantadas ao longo do tempo, há publicações divulgadas de forma irresponsável que estimulam

preconceitos, como no caso de pesquisas que se respaldam em exames de neuroimagem para justificar diferenças de gênero, fortalecendo estereótipos nesse campo, onde o feminino parece sempre em desvantagem.

Os exames de neuroimagem são realizados a partir da Imagem por Ressonância Magnética Funcional (fMRI) ou Tomografia Óptica Difusa (DOT), nelas são mostradas o fluxo sanguíneo em resposta aos estímulos aplicados pelo pesquisador, ou seja, o resultado destas imagens servem apenas para os parâmetros empregados na pesquisa. Tais parâmetros, apresentam diferenças cerebrais entre homens e mulheres, como tamanho ou massa cerebral, o que levanta especulações quanto à capacidade cognitiva feminina, ou a falta dela. Segundo Guerim (2020), as imagens resultantes dependem da teorização, das hipóteses levantadas e do objetivo do exame, e não dizem respeito puramente ao que é de fato gerado pelo cérebro. Estas pesquisas desconsideram fatores externos, como o contexto socioeconômico e histórico, além de serem baseadas em teorias ideológicas que prejudicam determinada população.

Passos (2007) afirma que o avanço da ciência e tecnologia, mesmo necessária, também pode apresentar ameaça se for utilizada sem compromisso ético e responsabilidade social.

3.2 Limitações das divulgações científicas

No contexto da análise, tais divulgações científicas, além de evidenciarem informações incompletas que ignoram os aspectos sociais e a plasticidade do cérebro enquanto capacidade de reestruturação neural diante de estímulos ambientais, possuem influência sobre o público leigo, fortalecendo e incentivando o estereótipo de gênero.

Mesmo quando os textos publicados incluem observações para combater o neurosexismo, os comentários dos leitores frequentemente revelam a persistência de ideias de superioridade masculina, com declarações depreciativas e sexistas. Revistas eletrônicas, como o CPAH (Centro de Pesquisa e Análises Heráclito), a Superinteressante e até a Folha de São Paulo, evidenciam publicações tendenciosas, sugerindo a superioridade do cérebro masculino. Embora os artigos nesses espaços de divulgação muitas vezes indiquem as pesquisas, não citam as

fundamentações teóricas, instituições científicas e referências, deixando o público leigo apenas com informações incompletas e por vezes com análises tendenciosas ou equivocadas. Divulgar ciência, bem como fazer ciência carece de ética e responsabilidade social.

A dificuldade em encontrar referências em revistas eletrônicas também prejudicou a realização deste trabalho. Embora seja fácil encontrar notícias na internet que discutam diferenças de gênero aplicadas ao cérebro, os autores geralmente não disponibilizam as fontes de pesquisa, o que impede um aprofundamento do conteúdo, tanto para fins acadêmicos como para aqueles que apenas têm interesse no tema. Essa falta de transparência compromete a qualidade das informações e dificulta a construção de conhecimento sólido e bem fundamentado sobre o assunto.

3.3 Impacto do Resultados

Ryali *et al.* (2024), em estudo que utiliza FMRI, apresentam de forma conclusiva diferenças cerebrais na organização funcional em redes neurais relacionadas à aprendizagem e à resposta a recompensas, resultando em padrões cognitivos entre os gêneros feminino e masculino. A pesquisa sugeriu que homens e mulheres podem processar informações de maneira diferente, com homens tendendo a ter uma maior facilidade perceptiva e estruturação de ações coordenadas, enquanto mulheres mostraram uma maior facilidade em ações integradas analíticas e sequenciais.

Outro estudo é o de Alonso-Nanclares *et al.* (2008), que investigam através da microscopia correlativa de luz e eletrônica (CLEM), outro tipo de exame de neuroimagem, possíveis diferenças entre os sexos na densidade sináptica do córtex cerebral, afirmando que homens possuem densidade sináptica muito maior que as mulheres. Apesar do material não apresentar resultados concretos quanto a superioridade cognitiva de um gênero sobre o outro, a falta de conclusão permite a possibilidade do seu mau uso para incentivar o preconceito de gênero e o neurosexismo. Foi o que aconteceu na publicação de 2024 pelo Centro de Pesquisa e Análises Heráclito (CPAH), intitulado por “Diferenças cerebrais entre homens e mulheres: implicações para a cognição e comportamento”, que anunciou com

sensacionalismo que tais densidades sinápticas podem resultar em funções cognitivas superiores.

4 INFLUÊNCIA DO AMBIENTE E DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

4.1 Importância das Brincadeiras Na Infância

Durante a infância, aspectos como ambiente, sociedade e atividades realizadas são cruciais para avaliar a maturidade no decorrer do crescimento do sujeito. A brincadeira tem um papel vital no desenvolvimento da criança e, além de contribuir para a ativação da criatividade e imaginação, facilita e atribui mecanismos necessários para o desempenho cognitivo e motor. Papalia (2006) afirma que os marcos de desenvolvimento das crianças acontecem quase nas mesmas idades, sem um contraste significativo entre meninas e meninos que, além da idade, são apresentados aos mesmos estímulos e condições.

Segundo a teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky, para que a capacidade cognitiva seja ampliada, a criança deve ser submetida a novas aprendizagens, atingindo determinados níveis de conhecimento. As condições sociais e culturais em que o sujeito está inserido influenciam na maturação do cérebro, de modo que o desenvolvimento de funções como atenção, memória, pensamentos e emoções exige interações sociais que, nessa fase, são frequentemente mediadas por adultos, como pais e professores, muitas vezes durante as brincadeiras (IVIC, 2010, p. 17). No processo de desenvolvimento, a criança tem contato com brinquedos e atividades que irão auxiliar na maturidade cerebral, e é por volta do terceiro ano de vida que as distinções de gênero começam a se manifestar no brincar.

Apesar das diferenças anatômicas, hormonais e genéticas, o ambiente permeado por segregações de gênero reflete na escolha de brincadeiras e na divisão de grupos de amigos. Embora as estereotipias de gênero tenham diminuído na sociedade adulta atual, as atividades durante a infância ainda possuem viés estereotipado (Silva, 2006). Segundo Queiroz *et al.* (2006), pais e educadores reforçam estereótipos ao oferecer brinquedos classificados como “de menina” e “de

menino". Todavia, a variedade na finalidade educativa psicomotora de tais objetos resulta em impactos diferentes no desenvolvimento da criança. Portanto, se determinados estímulos no desempenho cognitivo são propagados apenas como brinquedos masculinos, é possível que haja carência no progresso da cognição das meninas que não obtiveram acesso a esses recursos.

Enquanto as meninas preferem brincar com objetos domésticos e bonecas, os meninos preferem blocos, veículos e ferramentas (Wanderlind et al., 2006). Contudo, segundo Cordazzo (2008), que analisou a influência da brincadeira no desenvolvimento infantil, estas diferenças entre as escolhas das atividades estão mais relacionadas com o incentivo de um adulto do que com o desejo inato e biológico da criança. Tal divisão pode resultar em prejuízos cognitivos e motores para o gênero feminino, enquanto, para os meninos, os prejuízos são no âmbito social e emocional.

4.2 Diferenças de Gênero na Educação

Em resultados do estudo sobre desempenho das atividades locomotoras em crianças, Oliveira (2013) aponta que os meninos foram melhores que as meninas nas habilidades de correr, salto horizontal, deslize lateral e no escore total locomotor. Segundo a psicomotricidade, área que abrange os fatores psicológico, cognitivo e motor, essas habilidades ajudam a criança a entender melhor o espaço ao seu redor, crucial para a leitura, escrita e matemática. Portanto, baixo aproveitamento nessas atividades acarreta em prejuízos cognitivos.

Dados coletados do PISA (2014), o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, mostram que as estudantes brasileiras apresentam desempenho inferior aos estudantes masculinos, especialmente em ciências e matemática. Esses dados confirmam as conclusões de Eliot (2013) em seu livro "Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação", que indica que essas diferenças cognitivas e acadêmicas entre os gêneros se tornam mais evidentes durante a adolescência. Contudo, Eliot também observa que meninas ingressam no jardim de infância com habilidades fortes em matemática e ciências, mas os estudantes do gênero masculino acabam obtendo melhores notas nessas áreas ao longo do desenvolvimento cognitivo (Eliot, 2013, p. 244). Eliot atribui essa diferença ao

reforço de estereótipos de gênero por pais, professores e a sociedade, que acabam influenciando negativamente o interesse e a confiança das meninas nessas disciplinas.

Rosa Neto (2002) afirma que uma criança apresentará sucesso em produções acadêmicas relacionadas a habilidades de escrita, por exemplo, se nela houver dimensões de motricidade bem desenvolvidas. Já na criança com habilidades de equilíbrio, esquema corporal e organização espacial bem desenvolvidas, haverá melhor desempenho e autorregulação do comportamento. Logo, é fundamental que os mesmos estímulos, atividades e recursos estejam disponíveis para ambos os gêneros, para que não haja discrepâncias no desenvolvimento da criança como resultado da desigualdade.

4.3 Exemplos de Impacto Cultural

Diante das considerações acima, evidencia-se que as diferenças no desempenho cognitivo entre os gêneros estão relacionadas ao sistema socioambiental e histórico, não à biologia. Coutrot *et al.* (2018), em estudo sobre os determinantes globais de capacidade de navegação pela *University College* de Londres, através do jogo “*Sea hero Quest*” que exige habilidades de memória, interpretação de mapas e localização, coletou dados que correlacionam as diferenças de habilidades de navegação espacial entre os gêneros masculino e feminino, unidas a aspectos como a condição socioeconômica e a nacionalidade dos usuários do jogo. Nos países que apresentam maior desigualdade de gênero, estes que também são menos desenvolvidos, as diferenças de desempenho cognitivo no jogo são consideráveis. Os dados apresentados na pesquisa revelam que estas diferenças desaparecem nos países com maior igualdade de gênero.

5 IMPLICAÇÕES PARA A SOCIEDADE E A CIÊNCIA

Charles Darwin em seu livro “A descendência do homem” (1871), já teria afirmado que o processo de evolução biológica tornou as mulheres cognitivamente inferiores. Da mesma forma, Broca (1861), em seu trabalho sobre craniometria, relacionou o tamanho do cérebro à inteligência e alegou que as mulheres são menos

inteligentes que os homens. É fato que há toda uma ciência sexista que trabalha na inferiorização da mulher, construída desde os primórdios e que atualmente ainda tem espaço na sociedade. A verdade é que as diferenças cognitivas observadas entre os gêneros pouco têm a ver com aspectos biológicos, mas sim socioculturais. Anelis Kaiser *et al.* (2009), afirmam isso ao apontar que

[...] diferenças de sexo no cérebro não são evidências de uma dimensão puramente material, mas refletem comportamentos generificados, aprendidos e incorporados em um contexto social. Uma vez incorporadas no cérebro, as diferenças de gênero tornam-se parte de nossa biologia cerebral.

É importante ressaltar que estas pesquisas não apresentam diferenciação entre sexo e gênero, o que causa estranhamento, pois se o sexo é usado para justificar e embasar fatores biológicos, o gênero vai esclarecer diferenças e estereótipos a partir dos fatores socioculturais.

Ao conduzir pesquisas que envolvem neuroimagem, é essencial que os grupos sejam compostos por homens e mulheres em números iguais. Além disso, deve-se levar em conta a realidade socioeconômica e a raça dos participantes. Se, em um estudo que busca diferenciar gêneros, houver uma predominância de homens em relação às mulheres, especialmente em condições mais favoráveis, os resultados tendem a ser enviesados em favor dos homens. Sobre as falhas nos grupos experimentais nessas pesquisas, Guerim (2020) destaca:

Revisões sistemáticas recentes indicam que, ao comparar grandes grupos de homens e mulheres, as diferenças presentes no cérebro são mais significativas dentro dos grupos do que entre eles (ELSE-QUEST; HYDE; LINN, 2010; JORDAN-YOUNG, 2011).

Em outras palavras, as diferenças entre homens e mulheres são menores quando estudamos um grande grupo de indivíduos, em comparação às diferenças encontradas dentro de cada grupo, que geralmente varia de 24 a 27 indivíduos de cada sexo.

6 CONCLUSÃO

A partir deste ensaio foi possível analisar os efeitos do preconceito de gênero direcionado às capacidades cerebrais femininas e como o sexismo tem atuação no desenvolvimento lúdico da criança por meio de estereótipos de gênero. A utilização

dos termos “de menina” e “de menino” para definir brinquedos e atividades, podem resultar em defasagem em áreas cerebrais importantes no desenvolvimento para ambos os gêneros. É observável a relevância de incentivar a prática de habilidades de raciocínio lógico para meninas, porém é necessário entender também que reforçar somente estas mesmas habilidades em meninos, como comumente acontece, causa prejuízos nas suas capacidades sociais e emocionais.

Desta forma, a formação de uma sociedade sexista que fundamenta preconceitos em bases científicas, é prejudicial. Essas divulgações desconsideram a bioética e os fatores históricos, sociais e ambientais. A neurociência tem um papel crucial nesses estudos, pois é por meio dela que pesquisas de avanço científico são realizadas, todavia, frequentemente ignoram agentes externos. A coleta de dados interseccionais são importantes para conclusões e análises mais precisas. Além disso, aspectos socioeconômicos e regionais são fatores que interferem no desempenho cognitivo de uma população. Viver em países que hostilizam o gênero feminino resulta em prejuízos cerebrais, que podem se manifestar desde problemas emocionais a intelectuais. Desse modo, é possível compreender que a vivência em ambientes que ainda propagam sexismo e estereótipos de gênero, geram impacto no rendimento cognitivo da mulher.

É preciso um olhar bioético ao realizar pesquisas que levantam teorias a respeito dos gêneros, para não reafirmar preconceitos tendo a biologia e a ciência como justificativa. Para isto, há diretrizes que podem ser aplicadas, como a Equidade de Sexo e Gênero na Pesquisa (SAGER), um procedimento que recomenda relatar informações sobre sexo e gênero no desenho do estudo, na análise de dados, nos resultados e na interpretação dos achados, além da diversidade na composição do grupo de pesquisa, como foi citado acima. Também, incluir perspectivas em debates interdisciplinares abrangendo áreas como a Sociologia, Psicologia Social e os estudos de gênero, possibilitam a compreensão do impacto de fatores socioculturais nos estudos do neurosexismo na ciência. Através de uma perspectiva sociohistórica, estudos destacam como o androcentrismo - termo usado para definir a construção da sociedade baseada no ponto de vista masculino - causa prejuízos ao feminino ao desconsiderar suas perspectivas e experiências.

É notável o efeito do avanço social na ciência. No decorrer dos anos, mais

mulheres têm tomado a frente de debates a respeito da participação feminina nos ambientes acadêmicos, mas ainda há muito o que discutir e transformar. O incentivo acadêmico para meninas é importante para que se vejam capazes de apresentar bom desempenho intelectual e profissional. Sobre isso, a discussão acerca do neurosexismo no ambiente escolar, possibilita o encorajamento de adolescentes que se sentem impedidas de atuar em áreas como as das *STEM*, sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Nas universidades e locais de trabalho, encorajar mulheres a buscarem e lutarem mais pelos seus direitos, além de beneficiá-las, também as fará figuras de referência para as garotas mais novas, outra necessidade no campo científico.

Ademais, o objetivo deste estudo foi abordar como as diferenças de gênero/sexo, a partir de uma visão socioambiental e científica, são pautadas sobre perspectivas reducionistas e como elas favorecem a prática do sexismo no contexto social e acadêmico. Este ensaio aborda diferenças generalizadas entre os gêneros feminino e masculino, mediante a estas análises e sugestões, evidencia-se a necessidade de estudos interseccionais, com o aprofundamento nos recortes de raça, etnia, território e identidade de gênero. Portanto, tais conclusões exigem a promoção de debates e mais pesquisas a respeito do tema, para que dessa forma, além das discussões, haja evolução nos meios sociais e científicos.

REFERÊNCIAS

ALONSO-NANCLARES, Lidia *et al.* **Gender differences in human cortical synaptic density.** Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 105, n. 38, p. 14615-14619, 2008.

BATISTA, S. M.; *et al.* **JORNADA TRANS:** Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife. Perspectivas Contemporâneas, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 144–166, 2020. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3176>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte *et al.* **Influência do brincar no desempenho motor, cognitivo e social de crianças em idade escolar no Brasil e em Portugal.** 2008.

COUTROT, Antoine *et al.* **Global determinants of navigation ability.** Current Biology, v. 28, n. 17, p. 2861-2866. e4, 2018.

DA SILVA, Jeane; BARBOSA, Irecê; DE SOUZA, José. **Neurociência cognitiva e habilidades de gênero:** uma análise do desempenho cognitivo de estudantes brasileiros avaliados no PISA. Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências, v. 8, n. 15, p. 11-25, 2017.

DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira. **A crítica de Carol Gilligan ao androcentrismo e sexismo na psicologia e na produção científica.** Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v. 8, p. 51-66.

DOS SANTOS TEIXEIRA, Cheila Cristina. **A importância da brincadeira no desenvolvimento cognitivo infantil.** ID on line. Revista de psicologia, v. 10, n. 33, p. 94-102, 2017.

GUERIM, L. D. **Neurociência localizada: revendo diferenças de sexo/gênero em pesquisas sobre o cérebro.** Veritas (Porto Alegre), v. 65, n. 2, e36565, 2020. DOI: 10.15448/1984-6746.2020.2.36565.

HOFSTRA, B.; KULKARNI, V. V.; MUÑOZ-NAJAR GÁLVEZ, E.; ELE, B.; JURAFSKY, E. U. M.; MCFARLAND, O. **O paradoxo da diversidade–inovação na ciência.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America. v. 117, n. 17, p. 9284-9291, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1915378117>. Acesso em: 25 nov. 2024.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega; CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica:** conquistas, desafios, tabus e preconceitos. cadernos pagu, p. e216117, 2021.

IVIC, Ivan. Edgar Pereira Coelho (organizador) **Lev Semiónovich Vygotsky.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LESKO, Nancy; MCCALL, Stephanie D.; WARDE, Mirian Jorge. **Cérebros cor-de-rosa e educação: uma análise pós-feminista da neurociência e do neurosexismo.** Rev. Bras. Hist. Educ, Campinas , v. 14, n. 02, p. 163-189, ago. 2014 . Disponível em
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942014000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2024.

LUNA, Jéssica Maria Oliveira de. **Desvendando Barreiras: a interseccionalidade e a inclusão de mulheres com corpos dissidentes na matemática.** Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, Brasília, p. 1–16, 2024. Disponível em:
<https://www.sbembrasil.org.br/eventos/index.php/sipem/article/view/444..> Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, D. Da S.; OLIVEIRA, I. S. De .; CATTUZZO, M. T.. **A influência do gênero e idade no desempenho das habilidades locomotoras de crianças de primeira infância.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 27, n. 4, p. 647–655, out. 2013.

PARENT IN SCIENCE. **Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil.** 2021. [S.l.: s.n.]. Disponível em:
<https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_6ac0cc4d05734b56b460c9770cc071fc.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

PASSOS, E. **Ética e psicologia: teoria e prática.** 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2007. p.179

REDAÇÃO CPAH. **Diferenças cerebrais entre homens e mulheres: implicações para a cognição e comportamento.** Disponível em:
<<https://cpah.com.br/diferencas-cerebrais-entre-homens-e-mulheres-implicacoes-par-a-a-cognicao-e-comportamento/>>. Acesso em: 7 out. 2024.

RYALI, Srikanth *et al.*. **Deep learning models reveal replicable, generalizable, and behaviorally relevant sex differences in human functional brain organization.** Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 121, n. 9, p. e2310012121, 2024.

SAINE, Angela. **Inferior é o Car*lhø.** Tradução de Giovanna Louise Libralon. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; 2018

SILVA, L. I. DA C. *et al.*. **Diferenças de gêneros nos grupos de brincadeira na rua: a hipótese de aproximação unilateral.** Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 1, p. 114–121, 2006.

STANISCUASKI, Fernanda; *et al.*. **Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: From survey to action.** Frontiers in Psychology, v. 12, 2021. Disponível em:
<<https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2021.663252>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ESPORTE UNIVERSITÁRIO E AS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA DO ESPORTE E DO EXERCÍCIO

Cristianne Almeida Carvalho¹

Camilla Bruna Ramos de Oliveira²

Mariana Camelo Veras³

Aline Amorim Lobo⁴

¹ Universidade Federal do Maranhão – psicóloga, Doutora em Psicologia; cristianne.ac@ufma.br

² Faculdade UNDB – graduanda; camillabruna14@hotmail.com

³ Universidade Federal do Maranhão- graduanda; marianacv.psi@gmail.com

⁴ Profissional autônoma – Mestra em Psicologia PPGPSI/UFMA; lobo.alineamori@gmail.com

RESUMO

A prática esportiva deixou de ser um evento reservado às elites e se estabeleceu nas mais variadas camadas da sociedade. Fato que fica comprovado pela regulamentação do esporte como direito de todo cidadão brasileiro e obrigação do Estado, constitucionalmente trata-se de uma atividade recreativa, mas também de um direito social. Nesse contexto, o desporto adentra na esfera educacional do Ensino Superior adquirindo uma forma peculiar de organização, as chamadas Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's). O presente trabalho apresenta o esporte universitário, em especial as Associações atléticas acadêmicas (ou universitárias) como mais uma possibilidade de intervenção e atuação da Psicologia, através da Psicologia do Esporte e do Exercício (PEE), uma área de atuação do saber psicológico. Esse trabalho ilustra parte de uma pesquisa concluída em 2019 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa de Psicologia do Esporte, Processos Históricos e Psicossociais (GEPEHP), vinculado ao curso e à pós-graduação de Psicologia da UFMA. Teve como objetivo investigar o cenário de constituição e atuação das AAA's no Brasil, captando as peculiaridades dessas associações esportivas, em especial no Maranhão. Para alcançar tal escopo foi realizada uma revisão de literatura nas bases indexadoras CAPES, Scielo e Google Acadêmico, no inglês e português, uma revisão de literatura em documentos oficiais que versam sobre a temática. Dentre os resultados da investigação destaca-se que essas organizações esportivas possuem um funcionamento autônomo e favorecem o cuidado da saúde integral da comunidade acadêmica, ou seja, a prática de esportes e o convívio social no ambiente universitário geram bem-estar físico, mental, emocional e social.

Palavras-chave: esporte universitário; psicologia do esporte; saúde mental

1. INTRODUÇÃO

O esporte é considerado um fenômeno social, decorrente das transformações sociopolíticas ocorridas desde a Modernidade. A esse respeito, Capraro (2009), partindo de um viés antropológico e social, aponta a utilização do esporte no contexto ocidental, inicialmente, como ferramenta de controle dos impulsos instintivos e emocionais dos moradores dos grandes centros urbanos, pois tinha por objetivo "modelar o caráter de uma juventude elitista" (Capraro, 2009, p. 17). O esporte universitário também acompanhará essas influências quando as primeiras instituições de ensino surgem e a conduta dos jovens universitários precisa ser controlada em prol dos princípios de civilidade, honra e justiça.

A prática desportiva, no entanto, não estava reservada apenas às classes da elite, outras manifestações esportivas ocorriam nas classes proletárias. O esporte para os trabalhadores das fábricas, além do caráter recreativo, seguia o caminho ideológico inverso daqueles praticados pelas elites, visto que as modalidades coletivas possuíam um caráter de subordinação e aceitação das autoridades (CFP, 2019).

No Brasil, a prática esportiva foi tomada como política de Estado a partir do século XIX, haja vista que o movimento higienista pregava a crença de que os cidadãos deveriam cuidar do corpo para atender aos interesses da pátria (CFP, 2019; Milagres; Silva; Kowalski, 2018; Araujo; Araujo, 2013). Em outras palavras, o modelo capitalista almejava corpos saudáveis para o desenvolvimento das forças produtivas que retroalimentavam o sistema capitalista.

A prática esportiva deixou de ser um evento reservado às elites e se estabeleceu nas mais variadas camadas da sociedade. Fato que fica comprovado pela regulamentação do esporte como direito de todo cidadão brasileiro e obrigação do Estado, constitucionalmente trata-se de uma atividade recreativa, mas também de um direito social.

Nesse contexto, o desporto adentra na esfera educacional do Ensino Superior adquirindo uma forma peculiar de organização, as chamadas Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's). Tais agremiações desportivas surgem no Brasil por volta da década de 1930, porém hodiernamente ganharam maior proporção, tendo em vista

que praticamente todas as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas brasileiras possuem uma forma de organização (Lima; Dalperio, 2019).

O presente trabalho apresenta o esporte universitário, em especial as Associações atléticas acadêmicas (ou universitárias) como mais uma possibilidade de intervenção e atuação da Psicologia, através da Psicologia do Esporte e do Exercício (PEE), uma área de atuação do saber psicológico. Vale ressaltar que os universitários utilizam outras formas de práticas esportivas para representar a instituição em competições regionais e nacionais nas diversas modalidades, mas a pesquisa realizada focou nas AAA's.

A PEE tem como objetivo promover a uma interlocução entre os fenômenos psicológicos e a prática esportiva (Carvalho, 2019). Essa área de atuação foi reconhecida como especialidade da Psicologia desde os anos 2000. Para além dos conhecimentos psicológicos é uma prática de caráter multidisciplinar que requer ao profissional de psicologia conhecimentos das demais ciências no cenário esportivo.

Como especialidade da Psicologia, a PEE possui diferentes campos de atuação, que atendem aos variados contextos e modalidades em que a prática de esportes e exercícios ocorrem (Camilo, 2019; Angelo; Noce, 2019). Angelo e Noce (2019) complementam que a PEE possui três grandes campos de atuação, a saber: educação e ensino, intervenção e pesquisa.

Esse trabalho ilustra parte de uma pesquisa concluída em 2019 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa de Psicologia do Esporte, Processos Históricos e Psicossociais (GEPEHP), vinculado ao curso e à pós-graduação de Psicologia da UFMA. Teve como objetivo investigar o cenário de constituição e atuação das AAA's no Brasil, captando as peculiaridades dessas associações esportivas, em especial no Maranhão. Para alcançar tal escopo foi realizado levantamento bibliográfico nas bases indexadoras CAPES, Scielo e Google Acadêmico, no inglês e português, uma revisão de literatura em documentos oficiais que versam sobre a temática.

Dentre os resultados da investigação mostraram que essas organizações esportivas possuem um funcionamento autônomo e favorecem o cuidado da saúde integral da comunidade acadêmica, ou seja, a prática de esportes e o convívio social no ambiente universitário geram bem-estar físico, mental, emocional e social.

Outro resultado encontrado comparece apresentando a prática esportiva como uma ferramenta para aliviar as tensões cotidianas do meio acadêmico, favorecendo a

saúde mental dos universitários. Os esportes praticados nas universidades e as AAA's se incluem nisso, de maneira geral, proporcionam bem-estar e prazer, através da movimentação do corpo (Buzacarini; Corrêa, 2015).

O cenário atual das AAA's nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem se mostrado numa crescente, segundo Lima e Dalperio (2019) pela democratização do acesso e permanência ao ensino superior nos últimos anos. A esse respeito, os autores enfatizam que a abrangência do ensino superior está relacionada com o crescimento do número de universidades (públicas e privadas), bem como com o aumento de vagas para ingresso nas universidades públicas. Esse crescimento ocorreu paralelamente ao aumento das AAA's (Lima; Dalperio, 2019).

Tais dados expressam a emergência de estudos que visem entender melhor a realidade do ambiente universitário, também no que tange à prática esportiva. O presente estudo se fez relevante pois, como será demonstrado adiante existe uma baixa produção científica a respeito das AAA's no contexto nacional. Essa realidade é ainda mais agravante nas regiões Norte e Nordeste do país, e no Maranhão, onde não foi possível localizar publicações científicas dessas localidades.

Mesmo com estudos escassos foi possível perceber que as Associações Atléticas proporcionam melhorias para o desempenho acadêmico e, principalmente, geram benefícios para a saúde integral dos discentes. Considerando que o contexto universitário exige dos alunos horas exaustivas de estudo que, por vezes, influenciam diretamente no modo de vida pouco saudável dos discentes (Borges *et al.*, 2021).

Mediante o que já foi explanado apresenta-se os seguintes questionamentos: quais benefícios as AAA's podem trazer aos universitários, além dos esperados pela prática esportiva? Como a Psicologia pode auxiliar com as demandas desse cenário? Segue-se com a apresentação de alguns conceitos importantes para responder tais questionamentos.

2. O CONCEITO DE SAÚDE

Pensar em saúde na atualidade implica considerar não apenas o bem-estar físico, mas mental e social, isto é, uma perspectiva integral. Então, para abordar os benefícios que as AAA's proporcionam para a saúde integral dos universitários é importante apresentar o conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS),

o qual tinha como definição um estado completo de bem-estar físico, mental e social (OMS, 1946). Vale refletir nessa definição sobre o que constituiria esse “estado completo de bem-estar” e se ele seria realmente possível. Porém essa conceituação é importante, pois já apresenta uma visão diferente de saúde como ausência de doenças - que era muito difundido anteriormente.

Com o passar do tempo, a concepção de saúde foi sendo reformulada e passou a englobar outros aspectos. Dessa forma, é possível depreender que esse campo se constituiu de inúmeras discussões referentes ao entendimento da saúde como ausência de doença ou padrão de normalidade como parâmetros únicos e definitivos. Todavia, após algumas reformulações, foram incorporadas a simultaneidade, a transversalidade de saberes e o “construcionismo” (Amarante, 2007). Ou seja, a concepção de saúde atualmente não se apresenta como uma verdade imutável, mas como um estado amplo e diverso, que inclui o contexto social.

É importante frisar ainda a concepção de saúde mental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), “a saúde mental é um estado de bem-estar, no qual o indivíduo percebe suas próprias habilidades, consegue lidar com os estresses da vida diária, pode trabalhar de forma produtiva e está apto para contribuir na sua comunidade”. Além disso, também é levado em conta a vida social do indivíduo que é mediada por uma cultura própria, por questões políticas e a realidade em que se encontra (Langdon; Wiik, 2010). Isto é, aquilo que diz respeito à subjetividade e percepção do sujeito ante suas vivências e à maneira em que este conceitua saúde.

Levando em consideração essa conceituação de saúde, vale destacar que o esporte é um dos meios que proporciona benefícios e favorece o alcance do estado de saúde dos indivíduos. Por isso, enfatiza-se a importância e o lugar que uma prática esportiva mediada pelas AAA's pode oferecer aos universitários, uma vez que os exercícios físicos são de grande valia para promoção de saúde, pois auxiliam no cuidado integral da saúde e no estilo de vida (Raiol, 2020).

Dessa forma, a prática de esportes permite uma melhora na qualidade de vida, já que previne que doenças crônicas se agravem, auxilia no aumento de concentração e no controle da ansiedade, estresse e insônia, assim como ajuda na melhora da autoestima (Polissení; Ribeiro, 2014). Por meio dessa prática há liberação de endorfina, por exemplo, que possibilita sensação de bem-estar e tranquilidade, importantes no estado psicoemocional do sujeito (Werneck; Bara Filho; Ribeiro, 2005).

Tendo em vista, alguns de seus benefícios, nota-se que a prática esportiva e a realização de exercícios são fundamentais para promoção e prevenção de saúde e o ambiente universitário também pode proporcionar esses benefícios através das organizações esportivas. Segue-se com uma caracterização das Associações Atléticas Acadêmicas, como se organizam, sua dinâmica de funcionamento e objetivos para compreender como se mantém dentro das Instituições de Ensino Superior.

3. ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS E SEUS BENEFÍCIOS

O esporte universitário brasileiro constitui-se inicialmente com o surgimento das primeiras Instituições de ensino superior. A literatura atual confirma que as primeiras Associações Atléticas surgiram no Brasil a partir da década de 1930 (Lima; Dalperio, 2019), mesmo período em que as primeiras federações nasceram, por exemplo a fundação em 1933 da Federação Atlética de Estudante (FAE), no Rio de Janeiro (Starepravo *et al.*, 2010).

O Decreto-Lei nº 421, 11 de maio de 1938 confirma como uma primeira tentativa do Estado em intervir no incentivo à prática esportiva, uma vez que exigia dos estabelecimentos de ensino superior a construção de praças esportivas. Mas em 1941 o esporte universitário é consolidado legalmente pelo estado, graças ao Decreto-Lei 3.617 (Malagutti; Rojo; Starepravo, 2020). O Estado passa a ser responsabilizado pela administração e manutenção das práticas do esporte no cenário acadêmico. Ainda no mesmo ano, em 15 de setembro, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário foi reconhecida oficialmente pelo estado brasileiro (Decreto-Lei nº 3617, de 1941), enquanto órgão que organiza a prática esportiva dentro das universidades. Ademais, a lei determina as bases de organização dos desportos universitários.

É importante salientar os interesses político-ideológicos do governo de Getúlio Vargas, presentes nessa legislação, haja vista o caráter centralizador da política varguista, presentes nas ações estatais de regulamentação e administração das ações individuais e institucionais de forma burocrática (Starepravo, 2005). Com a Era Vargas muitas medidas foram tomadas como a criação do primeiro curso de Educação Física, na Escola do Exército, em 1932. Também alguns decretos e reformas

educacionais favoreceram a obrigatoriedade da prática esportiva nas escolas e, mais tarde, no ensino superior (Carvalho, 2019).

As definições do esporte universitário surgem, inicialmente, com lei federal nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), enquadrando como “desporto educacional”, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer. (Starepravo *et. al.*, 2010).

A lei Zico Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993, entrou em vigência com algumas mudanças. Dentre elas, pode-se citar a mudança em relação ao entendimento do esporte, no qual passa a ser considerado como prática corporal para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos para além do esporte de alto rendimento visando a técnica e resultado (Starepravo *et al.*, 2010). A referida lei também reduziu a interferência do estado nas práticas esportivas dando maior autonomia aos indivíduos e às instituições frente à organização. Por último, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Art. 5, parágrafo 1º, inciso VII, define o esporte como área de desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil, ou seja, é papel do setor público auxiliar o desenvolvimento do esporte nas universidades. Veremos que esse papel não vem sendo bem desempenhado pelas IES.

As AAA's portanto, se inserem nessa legislação atual, como esporte amador praticado no ensino superior. Desempenham um importante papel institucional, uma vez que fomentam não só a prática esportiva entre os discentes, mas também eventos de socialização, possibilitando melhorias na saúde física e mental dos universitários, além de favorecer a coesão e integração entre os cursos.

Outra característica das AAA's é a transposição dos muros universitários, desenvolvendo ações sociais que envolvem a comunidade. O funcionamento das AAA's, compreende as relações institucionais com órgãos oficiais gestores do desporto universitário, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), a Federação Acadêmica Maranhense de Esportes (FAME) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A priori, nota-se que as AAA's funcionam de maneira independente dessas instituições, porém tal independência esconde uma relação de abandono institucional, vez que por legislação as AAA's estão vinculadas a instituição a qual pertencem. Os resultados do estudo indicam que nenhuma das referidas organizações assumem

assistência ou destinam verbas para manutenção das associações, o que está no PNAES não vem sendo cumprido.

Diante desse cenário é imprescindível, problematizar a relação institucional entre as atléticas e os órgãos gestores do desporto universitário, assim como o relacionamento institucional com a própria Universidade a fim de evidenciar a necessidade de incentivos ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao esporte universitário para que seus benefícios possam ser melhores aproveitados pela comunidade acadêmica.

Mesmo com uma precariedade no incentivo financeiro para seu funcionamento as AAA's seguem cumprindo seus objetivos e proporcionando benefícios não só em função do exercício físico ou do esporte, mas também por serem um espaço de integração. As atividades desenvolvidas proporcionam melhoria nos âmbitos físico, social e mental e impactam na comunidade acadêmica que as pratica ou se envolvem com as AAA's (Ribeiro; Marin, 2012).

Ao promover e incentivar a prática de esportes as AAA's atingem vários estudantes que já praticam algum esporte, que tiveram pouco contato ou que nunca praticaram. Dessa forma, são inúmeros os benefícios físicos e psicosociais proporcionados por meio da aprendizagem de modalidades esportivas, treinamentos e na preparação para as competições.

Ressalta-se os benefícios psicológicos: aumento da autoestima e da autoimagem; melhoria nas funções cognitivas como concentração, raciocínio e tomada de decisão; alívio do estresse e controle da ansiedade; melhoria no humor, na autoconfiança, na autoexpressão, no autocontrole, na autorrealização; pode atenuar casos de depressão, timidez, insegurança e medo; ajuda na superação de conflitos e frustrações, na disciplina e paciência (Melo, 2016).

Ainda sob essa perspectiva, Alves e Cordazzo (2021) expõem que o sentimento de pertencimento é intrínseco ao direito fundamental dos seres humanos à saúde mental, amparado pela Constituição Federal de 1988, uma vez que “prover a saúde mental básica de uma população, compreendendo-a como sendo a interação social intencional, seria, então, prover a satisfação mínima dessa necessidade de pertencimento social (...)” (Tavares, 2014, p. 194).

Sendo assim, as AAA's, por meio das atividades desenvolvidas, são importantes meios de socialização e podem ajudar no aumento do bem-estar social,

na formação de amizades e criação de vínculos, o que pode acarretar a diminuição do isolamento social (Melo, 2016).

Diante disso, pode-se afirmar que as associações atléticas auxiliam as universidades na promoção de um ambiente mais acolhedor e agradável (Alves; Cordazzo, 2021), na medida em que promovem ações de lazer como acolhidas de calouros e festas, mas também no elo criado entre os participantes durante os treinamentos, nos quais os discentes podem socializar e aliviar as tensões do cotidiano universitário (Lima; Dalperio, 2019).

Além disso, é válido destacar que as atléticas são de suma importância para o aumento do vínculo dos estudantes com a Instituição de Ensino Superior (IES), uma vez que a representam em competições externas. A esse respeito, o vínculo estabelecido entre os discentes em atividades extracurriculares, podem contribuir com as IES, visto que a maior integração entre os alunos, por vezes, tem o potencial para diminuir os índices de evasão dessas instituições (Fagundes; Prado; Felix, 2022).

Nota-se, pois, que além dos benefícios físicos e psicológicos as AAA's são um fator de segurança emocional aos discentes, uma vez que elas criam uma rede de apoio e acolhimento para os estudantes, os quais sentem-se pertencentes a um grupo composto por seus pares, sensíveis às questões impostas pela universidade (Oliveira, 2019). É necessário frisar que após o contexto mais grave da pandemia de COVID-19, as atléticas funcionaram como esse meio de reaproximação entre o virtual e o presencial e reinserção social na volta às atividades presenciais nos Campi.

Durante o período pandêmico de isolamento social, os estudantes estavam fragilizados, inseguros e a ausência de realização das atividades diárias acarretou sentimento de tristeza, desânimo, ansiedade, entre outros (Borges *et al.*, 2021). Portanto, diante desse contexto, a promoção de saúde mediante as atividades desenvolvidas nas AAA's foi fundamental nesse período pandêmico e pós-pandêmico.

4. CONCLUSÃO

Diante dessa realidade, as atléticas emergem como um campo de atuação fértil para a aplicação e ampliação dos saberes da Psicologia, como ciência e profissão. Em conjunto com as AAA's os psicólogos e as psicólogas do esporte podem auxiliar tanto na melhoria do desempenho atlético em determinada modalidade desportiva ou

na formulação de estratégias de caráter relacional que ajude na convivência entre os atletas.

Além disso, é possível promover um espaço de acolhimento que permite aos atletas entrar em contato com as suas questões emocionais, as quais podem afetar diretamente o desempenho no esporte. No campo teórico, vê-se que as AAA's fornecem uma ampla quantidade de material para produções científicas, as quais permitem demarcar a importância da ciência psicológica na seara esportiva. Além disso, carecem de conhecimento sobre seus direitos dentro das IES e na relação com órgãos esportivos.

Espera-se, portanto, que a pesquisa aqui descrita sirva de caminho para apresentar a outros profissionais da área e pesquisadores a relevância das atléticas no cenário acadêmico. E a partir dessa constatação, estimular o movimento de investigação das associações atléticas, ampliando conhecimento, por meio de outras produções.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. O; CORDAZZO, K. As entidades federativas acadêmicas como ferramentas para a efetivação do sentimento de pertencimento à Universidade. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça** [S. l.], v. 6, n. 8, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/4095>. Acesso em: 18 jul. 2023.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

ANGELO, L.; NOCE, F. Campos de atuação. In: CONDE, E.; FILGUEIRAS, A.; ANGELO, L.; PEREIRA, A.; CARVALHO C. (Orgs.). **Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Pasavento, 2019. ISBN 978-85- 68222-38-6.

anizacoes_oficiais_e_as_associacoes_atleticas_academicas.

ARAÚJO, L. H. S.; ARAÚJO, B. C. L. C. **Educação física e higienismo**: em nome da saúde do corpo social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 7., 2013, São Cristóvão. Anais Eletrônicos. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade - UFS, 2013.

BORGES, I. S. C. et al. Promoção da saúde e redução de vulnerabilidades por meio da prática da atividade física. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.617, de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3617.htm#:~:text=dos%20Desportos%20Universit%C3%A1rios.-,Art.,%C3%A0%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20competi%C3%A7%C3%B5es%20desportivas.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 421, de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1->

BRASIL. **Lei nº 8.672, de 1993**. Institui Normas Gerais Sobre Desportos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.672%2C%20DE%206%20DE%20JULHO%20DE%201993.&text=Institui%20normas%20

gerais

%20sobre%20desportos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.& text=Ar t.,do%20Estado%20Democr%C3%A1tico%20de%20Direito.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 1998.** Institui normas gerais sobre desportos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.615%2C%20DE%2024%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201998&text=Institui%20no%20rmas%20gerais%20sobre%20desporto%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

%20no
rmas%20gerais%20sobre%20desporto%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

BUZACARINI, C.; CORRÊA, E. A. Lazer dos “estudantes universitários”. **Conexões, Campinas:** São Paulo, v. 13, n. 2, p. 15–28, 2015. DOI:10.20396/conex.v13i2.8640653. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640653>.

CAMILO, J. A. O. Abordagens qualitativas em psicologia do esporte. In: CONDE, E.; FILGUEIRAS, A.; ANGELO, L.; PEREIRA, A.; CARVALHO C. (Orgs.). **Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção.** São Paulo: Pasavento, 2019. ISBN 978-85- 68222-38-6.

CAPRARO, A. M. A breve história social do esporte: dialogando com Norbert Elias e Eric Hobsbawn. In: GAETNER, G. (Org.). **Psicologia e ciências do esporte.** Curitiba: Jurua, 2009. p. 15-25.

CARVALHO C. A. **A psicologia do esporte no Brasil como ciência do esporte e do exercício.** In: CONDE, E.; FILGUEIRAS, A.; ANGELO, L.; PEREIRA, A.; CARVALHO C. (Orgs.). **Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção.** São Paulo: Pasavento, 2019. ISBN 978-85- 68222-38-6
cias.&text=Art.,do%20Estado%20Democr%C3%A1tico%20de%20Direito.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas de Esporte.** Brasília: CREPOP, 2019. 123 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-em-politicas-publicas-de-esporte/>.

FAGUNDES, A. F. A.; PRADO, R. A. D. P.; FELIX, D. F. A identificação dos discentes com as associações atléticas universitárias e o reflexo quanto ao engajamento estudantil junto às instituições de ensino superior. **Educação e Pesquisa.** v. 48, 2022. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248239088por>.

LANGDON, E. J.; WIIK, F. B.. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** v. 18, p. 459-466, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5RwbrHQkrZ4X7KxNrhwjTB/?format=pdf&lang=pt>.

LIMA, M. G.; DALPERIO, H. C. **Associações atléticas acadêmicas e a cultura do lazer universitário.** In: III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. Navirai, MS, 2019 . Anais do III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. Navirai, 2019.

MALAGUTTI, J. P. M.; ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A. **O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas.** Research, Society and Development, Itabira, v. 9, n. 8, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342596954_O_esporte_universitario_brasileiro_org

MELO, A. P.. **A contribuição do esporte universitário para o desenvolvimento físico, social e psicológico do aluno-atleta da Universidade Federal do Ceará.** 2016.

MILAGRES, P.; SILVA, C. F.; KOWALSKI, M. I. **O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos.** Motrivivência, v. 30, n. 54, p. 160-176, 2018.

OLIVEIRA, P. H. A. **A importância das atléticas universitárias para formação de um universitário em administração.** 2019. 40 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
pe.html#:~:text=DECRETA%3A,preceitos%20fixados%20na%20presente%20lei.
Acesso em: 27 jul. 2023.

POLISSENI, M. L. DE C.; RIBEIRO, L. C. Exercício físico como fator de proteção para a saúde em servidores públicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 20, n. 5, p. 340–344, 2014.

RAIOL, R. A. Praticar exercícios físicos é fundamental para a saúde física e mental durante a Pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 2804-2813, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/8463/7298>>.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. **Universidades Públicas e as Políticas de Esporte e Lazer.** LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.], v. 15, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/711>.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* **Esporte Universitário Brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/GLPKtygVZGgTLJvWnDSd5gK/#>.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* **O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 31, n. 3, p. 131-148, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48330/28039>. Acesso em 15 jun. 2023.

STAREPRAVO, F. A. **O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO**. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

TAVARES, Rosana Carneiro. O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**: Florianópolis, v. 15, n. 106, p. 179-201, 2014. ISSN 1984-8951.

WERNECK, F. Z.; BARA FILHO, M. G.; RIBEIRO, L. C. S. **Mecanismos de melhoria do humor após o exercício**: revisitando a hipótese das endorfinas. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 13, n. 2, p. 135-144, 2005. Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20180517172749id_/https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/634/645>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**, 1946. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf.

World Health Organization. **Mental health: strengthening our response**. Saúde Mental (OMS/WHO), 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>>.

FORTALECENDO A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A EMPATIA NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS PRÁTICAS

Rebeca Lopes de Sousa Silva¹

Maria Tereza de Jesus Correia Costa²

Nayra Fernanda Santos Sousa³

Winthney Paula Souza Oliveira⁴

¹ Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA. Graduada em Psicologia. E-mail: rebeaalopees@gmail.com.

² 2Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA. Graduada em Psicologia. E-mail: mariaterezam789@gmail.com.

³ Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA. Graduada em Psicologia. E-mail: nayrafernanda28@gmail.com.

⁴ Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA. Psicóloga. Mestre em Psicologia. E-mail: winthnew00@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo baseia-se em uma abordagem mista que combina análise teórica e intervenções práticas em ambiente escolar, com o objetivo de promover o desenvolvimento das habilidades sociais dos estudantes através da inteligência emocional e da empatia. A fundamentação teórica apoia-se em uma revisão abrangente sobre inteligência emocional, empatia e habilidades sociais e partir dessa busca de estudos teóricos foram construídas as intervenções práticas que serão evidenciadas ao longo deste trabalho destacando o impacto dessas competências no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos.

Daniel Goleman (1995), em "Inteligência Emocional", define-a como a capacidade de gerenciar sentimentos para que sejam expressos de forma apropriada e eficaz. Este conceito implica a habilidade de lidar com emoções conforme surgem, essencial para o bem-estar e para as relações interpessoais. A inteligência emocional, segundo Woyciekoski e Hutz (2009), expande a noção de inteligência tradicional, abrangendo o reconhecimento e a gestão das emoções próprias e alheias com ênfase nos aspectos individuais e sociais.

Pena e Repetto (2008) indicam uma relação entre inteligência emocional e sucesso escolar, assim como entre sua ausência e comportamentos disruptivos. O desenvolvimento dessa competência contribui não apenas para o equilíbrio emocional, mas também para o desempenho pedagógico dos jovens. De forma complementar, Alzina et al. (2009) destacam que a inteligência emocional melhora os relacionamentos interpessoais e intrapessoais, a aprendizagem, a resolução de problemas e a qualidade de vida.

As habilidades sociais, conforme Del Prette e Del Prette (2001), referem-se ao conjunto de desempenhos do sujeito em demandas interpessoais, contribuindo para interações socialmente competentes. Repertórios deficitários de habilidades sociais podem gerar problemas psicológicos e comportamentais, no tocante a empatia os prejuízos relacionam-se a dificuldades cognitivas e emocionais, como distorções na percepção e problemas de autocontrole emocional (Covell e Scarola, 2002; Geer, Estupinan e Manguno-Mire, 2000). A empatia se manifesta desde a infância como resultado de um processo evolutivo, mas seu desenvolvimento depende das experiências de socialização, especialmente no contexto familiar (Garcia, 2001).

Assim, a inteligência emocional desempenha um papel crucial no progresso acadêmico e pessoal dos alunos. Ao gerenciar suas próprias emoções e compreender as dos outros, os estudantes melhoram seu rendimento acadêmico e suas interações, tanto interpessoais quanto intrapessoais, além de contribuir com o bem-estar. A realização de práticas que promovam a expansão de competências emocionais no ambiente escolar contribui para um ambiente mais harmonioso, promovendo o crescimento saudável dos indivíduos.

O empobrecimento dessas habilidades afeta o desenvolvimento social e escolar, é de vital importância inserir no ambiente escolar práticas interventivas para contribuir com a formação de indivíduos emocionalmente preparados para enfrentar desafios cotidianos de maneira mais equilibrada (Covell e Scarola, 2002; Geer, Estupinan e Manguno-Mire, 2000).

Este projeto, intitulado "Fortalecendo a inteligência emocional e a empatia na escola: estratégias práticas" tem como objetivo promover e potencializar a inteligência emocional e empatia em sala de aula e destacar a importância dessas habilidades no contexto escolar. A inteligência emocional ajuda os alunos a reconhecerem e gerenciarem suas emoções, melhorando seu desempenho em contextos diversos. A empatia é crucial para criar um ambiente inclusivo e respeitoso, a implementação dessas habilidades envolve atividades práticas, dinâmicas e discussões e consolida-se como atuação da psicologia para a promoção do bem-estar e inclusão social em comunidades escolares.

2. INTELIÊNCIA EMOCIONAL E HABILIDADES SOCIAIS: NA ESCOLA E NA VIDA

A inteligência emocional envolve a capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções; a capacidade de compreender as emoções e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual (Mayer; Salovey, 1997). Complementando o exposto Matthews et al. (2002) refere-se a inteligência emocional como a capacidade de compreensão das emoções em si e nos outros, constitui-se como um aspecto crucial para viver em sociedade, permitindo administrar questões de forma sábia e adequada ao contexto, mesmo em situações adversas. Por outro lado, pessoas incapazes de reconhecer as próprias emoções e as alheias tendem a vivenciar

problemas como desentendimentos constantes, frustrações e fracassos relacionais.

A inteligência emocional, pode e deve ser desenvolvida em contextos escolares, atualmente, a direção escolar adota um olhar mais sensível sobre as relações interpessoais dos alunos, em conformidade com as competências socioemocionais estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e reconhecendo que a ausência de inteligência emocional reflete nas atitudes dos estudantes. Este conceito é entendido como a capacidade de perceber, compreender e gerenciar informações pessoais e outras emoções (Brackett; Mayer; Salovey, 2007).

Portanto, quando o indivíduo demonstra a capacidade de ouvir, controlar sentimentos, compreender e reconhecer emoções vivenciadas diariamente, ele está fazendo uso da inteligência emocional (João; Portelada, 2010; Almeida et al., 2015). É crescente a preocupação de autoridades e educadores com problemas comportamentais, como os crimes em escolas no Brasil e no mundo cometidos por alunos, estes eventos podem se relacionar às falhas na aprendizagem das habilidades emocionais e sociais (Matthews et al., 2002).

Abaid, Blanco e Patias (2009) relatam que intervenções escolares junto aos professores possibilitam momentos de reflexão e aperfeiçoamento profissional, melhorando a qualidade das relações interpessoais e os resultados do processo de aprendizagem.

As habilidades sociais englobam comportamentos como empatia, assertividade, resolução de problemas interpessoais e civilidade (Del Prette; Del Prette, 2009). Em harmonia com Bolsoni-Silva e Carrara (2010), essas habilidades são essenciais para promover interações sociais satisfatórias e atuam como fator de proteção contra problemas emocionais e comportamentais (Maia; Bortolini, 2012). O empobrecimento dessas habilidades pode resultar em dificuldades emocionais e comportamentais, como disfunções externalizantes e internalizantes (Del Prette; Del Prette, 2005; Achenbach; Edelbrock, 1979).

A empatia, como destacam Del Prette e Del Prette (2001) e Abaid, Blanco e Patias (2009), refere-se à capacidade de identificar-se com o ponto de vista alheio,

respondendo às suas exigências emocionais. Essa competência é essencial para a harmonia psicossocial e deve ser incentivada desde cedo, pois sua ausência pode indicar lacunas no desenvolvimento de habilidades interpessoais.

Em síntese, um repertório bem desenvolvido de habilidades sociais opera como fator de proteção para o ajustamento psicossocial e o desenvolvimento saudável, sendo um preditor significativo de sucesso acadêmico.

3. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa com metodologia mista, usando uma abordagem descritiva e que analisa os dados coletados dos últimos dez anos sobre habilidades sociais e empatia no contexto escolar. A pesquisa intitula-se “Fortalecendo a inteligência emocional e a empatia na escola: estratégias práticas”. As dinâmicas selecionadas para aplicação têm respaldo nos autores Del Prette e Del Prette (2001), Matthews et al. (2002), Daniel Goleman (1995), Covell e Scarola, 2002; Geer, Estupinan e Manguno-Mire, 2000. O projeto foi realizado em uma escola privada em Caxias - MA, com intervenções destinadas para as turmas do ano 7º ano A e B do Ensino Fundamental II como atividade obrigatória da disciplina Desenvolvimento de Habilidades Sociais e Relações Interpessoais e em parceria com o setor de Psicologia da escola.

Para apropriação da temática foram realizadas buscas em sites científicos como SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e livros sobre a temática, a partir disso, realizou-se a construção das intervenções destinadas aos participantes. Para o planejamento e organização das ações projetou-se três atividades principais para promover integração entre os participantes e potencializar a inteligência emocional.

Foram realizadas o total de 12 atividades incluindo dinâmicas de “quebra gelo”, mural das emoções, role play, passa ou repassa, corrida do saco, jogo da memória, entre outras com objetivos relacionada a identificação e ampliação do repertório social dos participantes, de modo coletivo, com as turmas do 7º ano A e B. As atividades aconteceram entre os meses de setembro e outubro de 2024 e cada intervenção teve duração de duas horas.

No primeiro encontro realizou-se uma dinâmica de "quebra-gelo" com um balão, onde cada participante, ao recebê-lo, se apresentava e destacava uma qualidade pessoal, facilitando a socialização. Em seguida, foi ensinada uma técnica de respiração voltada para o relaxamento, permitindo que os participantes adquirissem uma ferramenta prática para lidar com ansiedade e tensão em contextos diversos.

Após isso, houve uma breve explanação conceitual sobre emoções e construiu-se junto com os participantes o "Mural das Emoções", nele cada aluno desenhou uma expressão de sua emoção atual em um papel circular, que foi afixado no mural, proporcionando a externalização emocional de forma visual.

Por fim, na dinâmica "O que você faria?", em que foi necessário dividir os alunos em equipes para que pudessem discutir e propor soluções para situações hipotéticas relacionadas à inteligência emocional através de um tabuleiro onde cada casa pulada seria lançada uma pergunta ao grupo que teria que resolver em equipe uma situação que envolvesse inteligência emocional. A equipe que completou o tabuleiro primeiro foi declarada vencedora, incentivando a colaboração e a resolução de problemas.

No segundo dia de intervenção iniciou-se com a apresentação de slides introdutórios para os alunos que abordavam os conceitos de empatia, agressividade, assertividade e afetividade.

Em seguida, foi realizada uma dinâmica de "quebra-gelo", que envolveu a interação em equipes. Dois grupos foram formados, e um membro de cada equipe deveria seguir os comandos dados pelo mediador, como "colocar a mão na cabeça" ou "colocar a mão no joelho". Ao final de cada sequência de comandos, ambos os participantes deveriam pegar um objeto (balão), e o primeiro a conseguir seria o vencedor, trabalhando com os participantes habilidades de esperar a vez, respeito, solidariedade e empatia.

A primeira dinâmica do dia foi chamada de "Roda Compartilhada", nessa atividade, os alunos foram convidados a escrever anonimamente situações em que se sentiram tristes ou decepcionados. As respostas foram depositadas em uma caixa, e as mediadoras escolheram algumas dessas situações para compartilhar com o grupo. Em seguida, buscou-se transformar esses relatos,

por meio da resignificação e incentivando uma reflexão coletiva e a troca de experiências entre os alunos.

A segunda dinâmica utilizou uma “roleta” com números. Quando a roleta parava em determinado número, era apresentada uma situação específica relacionada a empatia. Os alunos deveriam, então, encenar essa situação por meio de um role play, demonstrando como seria sua reação empática frente ao cenário apresentado.

Para encerrar o dia, foi realizada a terceira dinâmica, que focou na autoimagem dos alunos. Eles foram convidados a desenhar a forma como se viam e, posteriormente, colaram seus desenhos em um quadro intitulado “Quem é você?”, a estratégia visava à promoção do autoconhecimento, do respeito a si próprio e aos outros.

Na realização da terceira e última intervenção, integrou-se as duas turmas do 7º ano, promovendo a interação e colaboração entre os alunos. As turmas foram divididas em duas equipes identificadas por fitas de cor. Os alunos do 7º ano A foram sinalizados com fitas vermelhas, enquanto os do 7º ano B usaram fitas amarelas, e as equipes se enfrentaram em diferentes atividades lúdicas e educativas.

A primeira dinâmica foi uma adaptação do jogo "Passa ou Repassa", com perguntas sobre habilidades assertivas e empatia, temas previamente trabalhados durante o projeto. Em seguida, foi realizada a dinâmica do Jogo da Memória, na qual os alunos deveriam memorizar a posição de bolas em uma sequência e pontuar para suas respectivas equipes ao acertarem.

Em seguida, realizou-se a terceira dinâmica resgatando uma brincadeira tradicional “Corrida de Saco” e durante a realização observou-se o respeito, a interação e integração entre os participantes.

Após as atividades na quadra esportiva do colégio, os alunos foram conduzidos para a sala de recursos multimeios, onde participaram da dinâmica de acertar a bola no buraco. Essa atividade foi projetada para desenvolver a paciência e a assertividade dos alunos. Cada participante se revezava para acertar as bolas no menor tempo possível.

A última atividade foi a dinâmica do "Rabo do Burro", em que duplas eram formadas entre os alunos. Um dos participantes era vendado e guiado

pelo colega para coletar palavras positivas, como "paciência", "amor", "empatia", "força" e "amizade", espalhadas pelo chão.

Ao final das atividades, foi realizado um momento de feedback com os 59 alunos presentes, recapitulando os temas de todas as intervenções do projeto e como encerramento, foram entregues premiações simbólicas e brindes a turma.

4. RESULTADOS

O projeto alcançou resultados significativos durante o período de realização das atividades, que foram distribuídas em três dias. Ao realizar a primeira intervenção cujo objetivo era que os alunos trabalhassem o autoconhecimento e a expressão emocional, observou-se hesitação nos participantes ao serem solicitados a expressar e reconhecer qualidades e emoções pessoais, diante disso os autores Matthews et al. (2002) elucidam que a capacidade de compreensão das emoções em si e nos outros, constitui um aspecto crucial para viver em sociedade. Apresentando maiores habilidades para administrar suas questões de forma sábia e adequada ao contexto, mesmo quando em situações adversas. Diante disso foi proposta a prática de respiração que ajudou a gerenciar o estresse, enquanto o "mural das emoções" incentivou uma reflexão profunda. Na atividade "O que você faria?" foi observado uma competição saudável e incentivou a cooperação em concordância com os autores Del Prette e Del Prette (2001), Abaid, Blanco e Patias (2009), que destacam que a capacidade de se identificar com o ponto de vista do outro, assimilando e respondendo às suas exigências emocionais.

Ao executar a segunda intervenção a proposta apresentada foi em torno da empatia e na prática de habilidades emocionais através de dinâmicas interativas em harmonia com Bolsoni-Silva e Carrara (2010), essas habilidades são essenciais para promover interações sociais satisfatórias, sendo também um fator de proteção contra problemas emocionais e comportamentais. A "Roda Partilhada" permitiu que os alunos se colocassem no lugar do outro, e o role play possibilitou a aplicação prática dessas habilidades. A dinâmica "Quem é você?" reforçou a auto-reflexão e o respeito às diferenças elucidando o conceito de Covell e Scarola, 2002; Geer, Estupinan e Manguno-Mire, 2000,

que apresenta a empatia como a capacidade de responder às necessidades emocionais alheias, seja para apoiar pessoas que enfrentam sentimentos positivos ou negativos.

Ao conduzir a terceira intervenção o objetivo traçado foi fortalecer a colaboração, comunicação e o trabalho em equipe. As atividades recreativas, como "Passa ou Repassa" e "Corrida de Saco," trouxeram entusiasmo e reforçaram a importância da cooperação. A equipe do 7º ano B destacou-se, mas todos demonstraram colaboração.

O feedback final indicou que os alunos compreenderam a relevância das habilidades sociais e emocionais para o ambiente escolar e em contextos diversos em sintonia com os autores Del Prette e Del Prette (1999) que descrevem essas habilidades como comportamentos aprendidos que capacitam o indivíduo a agir de forma apropriada em diversos contextos. Essas habilidades englobam a capacidade de expressar pensamentos, sentimentos e ações com o objetivo de obter resultados positivos tanto para si quanto para os outros. O projeto promoveu autoconhecimento, empatia e habilidades sociais, consolidando a inteligência emocional e fomentando um ambiente escolar mais cooperativo e consciente.

5. CONCLUSÃO

As intervenções realizadas com os estudantes são fruto da parceria entre a disciplina Projeto Integrador Extensionista Desenvolvimento de Habilidades Sociais e Relações Interpessoais e o setor de Psicologia do Colégio. Foi possível evidenciar a importância do desenvolvimento da inteligência emocional e da empatia no contexto escolar, percebeu-se o impacto positivo dessas competências nas relações interpessoais e na criação de um ambiente mais saudável e colaborativo. As atividades realizadas ao longo dos três dias confirmaram que, ao promover a autorregulação emocional e a compreensão das emoções dos outros, é possível fortalecer as interações sociais entre os alunos, contribuindo para um ambiente mais harmonioso.

Contudo, ficou claro que o desenvolvimento dessas habilidades exige um processo contínuo e gradual, que deve ser estruturado de forma eficaz ao longo do tempo. Para garantir a integração permanente da inteligência

emocional e da empatia no currículo escolar, é fundamental que toda a comunidade escolar, se envolva ativamente, assegurando que essas práticas não sejam limitadas a intervenções pontuais, mas sim se tornem parte essencial da rotina educacional. Novos questionamentos surgem, como a melhor maneira de incorporar essas habilidades de forma transversal no currículo escolar, visando sua consolidação como um aspecto integral do desenvolvimento acadêmico e social dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Osvaldo; HELENA, Angela. **INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: RELATO DE INTERVENÇÃO COM PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO**. Aletheia, Canoas v. 51, n. 1-2. Jan/dez. 2018.

BULCÃO, Lauren; WELTER, Guilherme et al. **HABILIDADES SOCIAIS E BULLYING EM ADOLESCENTES**. Redalyc, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 251-259, 2016.

DA SILVA, Alessandra; BIASOTTO, Fabio et al. **TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA EM ADOLESCENTES**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, Rondônia, v. 10, n. 2, 2021.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. **Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 18, p. 517-530, 2008.

FUMO, N. B.; MANOLIO, C. A.; BELLO, E.; HAYASHI, M. P. **A relação entre habilidades sociais, empatia e agressividade em crianças da educação infantil**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 3, p. 503-511, 2009.

GIACOMONI, C. H. **Bem-estar subjetivo infantil: conceito, avaliação e fatores promotores**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GOLEMAN, Daniel. **INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: A TEORIA REVOLUCIONÁRIA QUE REDEFINE O QUE É SER INTELIGENTE**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MAIA, A. A.; BORTOLINI, A. **Habilidades sociais e problemas emocionais/comportamentais de escolares.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 29, n. 2, p. 209-218, 2012.

NEVES, Miguel. **EMPATIA, ASSERTIVIDADE E ENVOLVIMENTO EM COMPORTAMENTOS DE BULLYING EM ADOLESCENTES.** Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Universidade Lusíada do Porto, Portugal, p. 48. 2020.

TESSARO, Fernanda; DAIANE, Claudia. **DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.** SciELO, São Paulo, v. 23, nov. 2019.

WOYCIEKOSKI, Carla Woyciekoski; SIMON, Claudio Simon. **INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: TEORIA, PESQUISA, MEDIDA, APLICAÇÕES E CONTROVÉRSIAS.** SciELO, São Paulo, v. 22, n. 1, fev. 2009.

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DISCURSOS DOCENTES¹

¹ Joelma Ramos Serejo Silva. Instituto Federal do Maranhão. Mestra em Psicologia.
joelmarserejo@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar reflexões que possam integrar as bases teóricas de um estudo acerca dos discursos docentes sobre diversidade sexual e de gênero, no âmbito de uma instituição educacional pública. É fruto dos empenhos iniciais do processo de realização de pesquisa desenvolvida pela presente autora, durante curso de mestrado. A partir da crítica ao colonialismo e à colonialidade, pretende-se abordar conceitos que se considera fundamentais para se compreender como, ao longo da história da sociedade brasileira, foram sendo construídas relações desiguais de poder que determinaram a inferiorização de alguns segmentos da população, dentre os quais, aqueles que não correspondem às normas de gênero e à matriz heterossexual. Pôde-se constatar que, no antagonismo das relações de poder que marca o cotidiano educacional, os docentes são chamados a lidar com seus próprios saberes acerca da diversidade sexual e de gênero, bem como são demandados a mediar os conflitos gerados pelo sexismo e pela homofobia, vivenciados entre os discentes. Concluiu-se que uma pesquisa que pretenda analisar os discursos de professoras e professores sobre diversidade de gênero e sexual, deve partir de questionamentos básicos: Como os docentes vivenciam a dinâmica escolar excludente, dirigida àquelas e àqueles que vivem o gênero e a sexualidade, fora dos ditames da heteronormatividade? Quais são os saberes das(os) docentes acerca da sexualidade e das relações de gênero? Quais são as implicações dos seus discursos sobre a diversidade sexual e de gênero na sua prática educativa?

Palavras-chave: Colonialidade; Diversidade; Sexualidade; Discurso docente; Educação pública.

INTRODUÇÃO

A educação formal no Brasil tem se constituído historicamente em espaço de reprodução de estereótipos, preconceitos, atitudes e comportamentos, que sustentam ideologicamente as desigualdades, exclusões e violência dispensadas aos segmentos sociais vulnerabilizados, numa sociedade excludente como a Brasileira. No cotidiano das relações sociais, incluindo-se aí a dinâmica educacional, pode-se presenciar, em suas mais diversas expressões, o desrespeito à diversidade e dignidade humanas. Negros, mulheres, segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência, imigrantes, idosos, dentre outros grupos sociais, enfrentam discriminações que violam os direitos que integram a sua cidadania.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, junto a 501 escolas públicas brasileiras, e mais de 18,5 mil entrevistados entre discentes, trabalhadores da educação, pais e mães: 93,3% dos entrevistados apresentam algum tipo de preconceito. Sendo que 96,5% dos entrevistados têm preconceito com relação a portadores de necessidades especiais, 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5% de gênero, 91% de geração, 87,5% socioeconômico, 87,3% com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial. A pesquisa revela ainda dados sobre a distância que os entrevistados desejam manter de determinados grupos sociais, apontando que 99,9% dos entrevistados desejam manter distância de algum grupo social. Os deficientes mentais são os que sofrem maior preconceito com 98,9%, seguidos pelos homossexuais com 98,9%, ciganos (97,3%), deficientes físicos (96,2%), índios (95,3%), pobres (94,9%), moradores da periferia ou de favelas (94,6%), moradores da área rural (91,1%) e negros (90,9%).

A superação desse quadro exige o desenvolvimento de uma educação pública alicerçada nos valores de reconhecimento, respeito e promoção da diversidade humana. Para tanto, é de suma importância investigar como os professores vivenciam essa dinâmica escolar excludente, como percebem as expressões da diversidade no cotidiano do seu trabalho, o que pensam sobre o seu papel e o da escola diante dessas expressões, o que têm a dizer acerca da sua formação profissional e das políticas educacionais voltadas para a diversidade, tendo em vista as demandas

diante de conflitos relativos à diversidade humana, que seu fazer laboral diário o requisita, no que tange à interação com os discentes.

Reflexões acerca desses questionamentos poderão trazer contribuições para se pensar a prática docente, considera fundamental e indispensável no processo de construção de uma educação escolar comprometida com a edificação de uma sociedade mais humana, liberta das amarras do preconceito e da discriminação. O interesse deste ensaio é realizar algumas reflexões de ordem histórica e epistemológica, que sirvam de base para se pesquisar como os docentes de uma Instituição Pública de Ensino específica, constroem seus discursos acerca da diversidade sexual e de gênero.

COLONIALIDADE E PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO

Falar em diversidade é falar de diferenças, é refletir acerca de como os seres humanos percebem e se comportam diante de um outro ser humano visto como diferente de si mesmo. É atentar-se para os componentes históricos, econômicos, sociais e culturais que atravessam e engendram as relações entre os grupos sociais diferenciados.

Nesse percurso convém abordar o conceito de colonialidade, desenvolvido por Nelson Maldonado-Torres (2007). Segundo esse pensador, colonialismo e colonialidade são conceitos distintos.

Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside em el poder de outro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación em un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que em vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza (MALDONADOTORRES, 2007, P.127).

Maldonado-Torres afirma que o colonialismo é anterior à colonialidade, no entanto a colonialidade perdura além do colonialismo, se processa no cotidiano das relações sociais modernas, tendo sido engendrada no contexto histórico específico de conquista das Américas, no qual o capitalismo já existente empreendeu formas de

dominação e exploração necessárias para controlar os povos colonizados. Tal dinâmica de domínio corresponde ao conceito de “colonialidade do poder”; enquanto que a “colonialidade do saber” refere-se ao conjunto epistemológico e às atividades de produção do conhecimento que alicerçam o pensamento colonial; por seu turno, o conceito de “colonialidade do ser”, diz respeito à experiência vivenciada tendo em vista os efeitos da colonialidade (2007, p.130).

Note-se que tais conceitos, que acredita-se, devem ser compreendidos enquanto articulados, ajudam a refletir sobre a complexidade que se estabelece a partir do “desencontro” entre agrupamentos humanos diferentes, onde um determinado grupo, a partir de interesses econômicos, empreendem estratégias que não podem se resumir ao uso exclusivo da violência, pois que para reproduzir o sistema colonial com mais eficácia, e manter o seu domínio, o colonizador precisou investir ao nível das ideias e sentimentos do colonizado. Colocando-se numa posição de superioridade, buscou convencer a si mesmo e aos sujeitos colonizados, de que estes eram desprovidos de humanidade.

Para melhor entender essa estratégia de desumanização dos sujeitos colonizados, convém explorar um pouco mais as reflexões de Maldonado-Torres acerca do conceito de colonialidade do ser. Ele afirma que a máxima cartesiana “Cogito ergo sum”, ou seja, “Penso, logo sou” serve de base à produção de conhecimento nos moldes do paradigma da modernidade. Estabelece o privilégio do pensamento, da epistemologia. Uma relação indissociável entre pensar e ser. Aponta assim o que ele chama de “complexidade não reconhecida da formulação cartesiana” (2007, p.144).

... del “yo pienso, luego soy” somos llevados a la noción más compleja, pero a la vez más precisa, histórica y filosóficamente: “yo pienso (outros no piensan o no piensan adecuadamente), luego soy (outros no son, están desprovistos de ser, no deben existir o son dispensables)... En el contexto de un paradigma que privilegia el conocimiento, la descalificación epistémica se convierte en un instrumento privilegiado de la negación ontológica o de la sub-alterización” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.144 e 145).

Essas reflexões permitem pontuar que, para serem reconhecidos pelo conquistador europeu como seres humanos, as pessoas nativas das terras invadidas deveriam ser identificadas como capazes de pensar e expressar seus pensamentos

segundo os limites culturais europeus, de acordo com sua própria racionalidade, numa perspectiva etnocêntrica. Ao duvidar e negar a capacidade de raciocínio dos indígenas nas Américas e dos negros na África, o europeu termina por não reconhecer a humanidade daqueles por ele colonizado. Dessa forma, a ideia de raça, que segundo o autor em foco, propaga-se pelo planeta a partir da colonização das Américas e alcança um status científico no século XIX, sustenta toda a dinâmica da colonialidade, a qual impõe um processo de desumanização às populações colonizadas.

Segundo Maldonado-Torres, o processo violento de colonização, não empreende apenas o genocídio e a escravização. Afirma que há um fazer específico em relação à sexualidade, a violação, principalmente da sexualidade feminina. Portanto, ao racializar os sujeitos colonizados, buscam também controlar o gênero e o sexo. Para o autor, a colonialidade diz de um “discurso y práctica que simultáneamente predica la inferioridad natural de sujetos y la colonización de la naturaleza” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.135). Neste contexto, acredita-se ser necessário proceder a um esforço constante de desnaturalização das ideais eurocêntricas e racistas que transformam as diferenças físicas e culturais de povos não europeus em um meio para “justificar” sua exploração e dominação.

O cenário contemporâneo de incremento da intolerância no que diz respeito às expressões da diversidade humana, reflete o processo histórico de colonização e colonialidade, vivenciados em todo o globo terrestre. As mazelas de um tipo de organização socioeconômica fundamentada na maximização de lucros e destruição da natureza, via inferiorização, exploração e dominação de determinados povos, se fazem sentir no cotidiano contemporâneo, no qual os segmentos sociais historicamente desumanizados: mulheres, negros, indígenas, segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência física, pessoas com transtornos mentais, judeus etc., são os mais atingidos. Temática recorrente nos mais diversos espaços sociais da contemporaneidade - justamente em função da organização e luta históricas desses segmentos pelo reconhecimento de seus direitos enquanto seres humanos - o conceito de Diversidade precisa ser pensado por um viés crítico, no intuito de se evitar uma visão ingênua e condizente com o individualismo que se constitui em uma das bases ideológicas do sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, abordar-se-á o conceito de diversidade a partir das elaborações de Homi Bhabha (2014), para quem a passagem do século XX para o XXI, é marcada pela produção de “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 2014, p.19). Segundo seu pensamento, faz-se necessário ultrapassar a perspectiva de entendimento das subjetividades enquanto “originárias” e “iniciais”, e dar atenção aos processos que resultam da articulação de diferenças culturais, denominando-os de “entre-lugares”, espaços que permitem a realização de estratégias de subjetivação, tanto individual quanto coletiva. Nesse contexto, Bhabha defende a improcedência de se representar a diferença enquanto resultante de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, fixados pela tradição.

A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. (BHABHA, 2014, p.21). De acordo com Bhabha é necessário romper com a história que apresenta os fatos de forma sequencial, estabelecendo conexões de causalidade. Afirma que é preciso se atentar às descontinuidades, que a compreensão ampla da pós-modernidade supõe considerar as limitações epistemológicas das narrativas etnocêntricas. Para Bhabha a abordagem da sociedade capitalista não é suficiente para que se analise distintas formas de identificação ligadas a questões da sexualidade, etnia, feminismo, dentre outras.

A partir do pensamento de Franz Fanon acerca da pós-colonialidade, Bhabha (2014) afirma que esse pensador denuncia o historicismo ocidental e a ideia iluminista sobre o ser humano, que passa a sofrer perturbações no seu modelo de representação social e psíquica da pessoa humana. Segundo esse raciocínio, a autoridade individual e social são questionadas, sendo desmascarada a ideia de que a humanidade caminhará em sentido reto para a formação de uma sociedade racional e culturalmente unida, no bojo da qual, quaisquer expressões contrárias a esse projeto, são percebidas enquanto manifestações estranhas, que atrapalham o progresso, comportamentos e visões errôneas sobre como a humanidade deve prosseguir.

Note-se que a partir dessas elaborações não se pode pensar a diversidade enquanto uma simples constatação do óbvio, de que as pessoas são diferentes nos mais variados aspectos: físicos, étnicos, culturais, religiosos, sexuais, etc. Trata-se de refletir como, historicamente, esses aspectos da diferença, foram transformados em estereótipos para justificar preconceitos, exploração, discriminação e violência. Dito de outra forma, como as diferenças foram utilizadas estrategicamente para determinar desigualdades. Assim, o conceito de diversidade abarca necessariamente seu caráter de complexidade e multidimensionalidade. Faz-se necessário perceber as interconexões existentes entre os segmentos sociais que são alvo dessas relações de exclusão. A diversidade só pode ser compreendida numa perspectiva crítica, a partir de uma contextualização histórica, que revele seu engendramento a nível das relações sociais de poder.

As relações sociais como relações de poder, constitui-se em um dos principais conceitos do aporte teórico do filósofo Michel Foucault. "... se o sujeito humano está preso em relações de produção e em relações de sentido, ele está preso em relações de poder de uma grande complexidade" (FOUCAULT, 2014, p.119). Para Foucault, o poder se presentifica nas relações cotidianas das pessoas, não existe o poder por si só, enquanto algo palpável. O que de fato ocorrem são relações de poder, que somente se expressam pela ação de pessoas sobre outras pessoas, exercício este que não ocorre diretamente sobre as pessoas, mas sobre as suas ações.

O funcionamento de relações de poder não é evidentemente mais exclusivo do uso da violência que da aquisição dos consentimentos... o poder só se exerce sobre "sujeitos livres", e enquanto são livres – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade em que várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem apresentar-se. (FOUCAULT, 2014, p.134). As reflexões de Foucault acerca da liberdade enquanto uma condição indispensável às relações de poder, leva à diferenciação entre o exercício do poder e a imposição da coerção e violência puras. Segundo ele não é possível se falar em relações de poder sem que haja uma dinâmica de resistência, sem possibilidade de alguma mudança. É bem neste ponto de suas reflexões que se pode pensar os processos de construção cultural e social das relações de diferenciações, que não são fixas, pois que sofrem as mudanças advindas das

estratégias de lutas empreendidas pelos grupos sociais estigmatizados, vistos como inferiores, estranhos, através da história: mulheres, negros, indígenas, judeus, homossexuais, pessoas com deficiência, com transtornos mentais etc.

Zygmunt Bauman (1998, p.27) afirma que “todas as sociedades produzem estranhos”. Considera enquanto estranhos as pessoas que não correspondem às expectativas cognitivas, morais e estéticas do mundo. Aqueles que transgridem os limites impostos e julgados como necessários para a manutenção da ordem social. Segundo Bauman, no mundo moderno, os estranhos, os diferentes, foram tomados enquanto empecilhos para o estabelecimento da ordem estatal, passando a ser alvo de estratégias que buscavam diluir a diferença, buscando transformá-la conforme a ordem desejada. Aos estranhos também foi imposta a estratégia de exclusão, de banimento do espaço considerado ordenado na busca de “purificação” desse espaço, em última instância, a eliminação dos estranhos foi utilizada como solução para o estabelecimento da ordem. Nesse contexto, “os estranhos eram por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era a priori definida como temporária” (BAUMAN, 1998, p.30).

Contemporaneamente essa dinâmica sofre modificações. Para Bauman, as incertezas que caracterizam o advento da pós-modernidade, trazem novas demandas em relação aos estranhos. Diante das mudanças na capacidade de ordenamento do estado, passou a ser necessário coexistir com o estranho, com o diferente.

[...] ao lado do colapso da oposição entre a realidade e sua simulação, entre a verdade e suas representações, vêm o anuviamento e a diluição da diferença entre o normal e o anormal, o esperável e o inesperado, o comum e o bizarro, o domesticado e o selvagem – o familiar e o estranho, “nós” e os estranhos. Os estranhos já não são autoritariamente préselecionados, definidos e separados [...] Agora, eles são tão instáveis e protéticos como a própria identidade de alguém [...] essa diferença que coloca o eu separado do não-eu e “nós” separados d’ “eles”, já não é apresentada pela forma préordenada do mundo [...]. Ela precisa ser construída e reconstruída” (BAUMAN, 1998, p.37).

Essas reflexões de Baumann apontam para a dinamicidade e constante transformação das relações de diferenciação e suas repercussões nos processos de identificação das pessoas consideradas como as estranhas, os outros, bem como daqueles que se consideram melhores, superiores a estes. Tendo por base o conceito

Foucaultiano de relações de poder, faz-se necessário refletir acerca do processo histórico através do qual foram engendradas as relações de diferenciação, que geram e impõe desigualdades a partir de diferenças. Atentando-se para a existência de uma interligação entre os segmentos que integram a diversidade, dar-se-á atenção ao campo da sexualidade.

De acordo com Foucault, construiu-se ao longo da modernidade um complexo sistema de racionalidade sobre a sexualidade. Nesse processo, como, quem e o que se falava sobre o sexo, sofreram mudanças que atendiam perfeitamente aos interesses do funcionamento das sociedades modernas. Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar...O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo. (FOUCAULT, 1988, p. 39 e 42).

A partir dessa citação pode-se vislumbrar que os discursos sobre a sexualidade estão atravessados por interesses de grupos distintos, nunca estão desarticulados do que Michel Foucault denomina de “trama saber-verdade-poder”. Aponta que no contexto da modernidade o interesse estava mais concentrado nas sexualidades que denomina de “periféricas”, como a das crianças, dos loucos, criminosos e dos homossexuais (1988, p.46). Buscava-se explorar a sexualidade que estava fora dos padrões heteronormativos. Nesse contexto, a verdade sobre a sexualidade passa a ser creditada aos representantes de instituições como a medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia. As “sexualidades periféricas”, que desafiavam a heteronormatividade foram estereotipadas como desvios, doenças, crimes. As instituições pedagógicas são apontados por Foucault enquanto espaços nos quais se construíram discursos sobre a sexualidade desde o século XVIII (1988, p.36). Para ele a instituição escolar constitui-se em um sistema regrado.

A atividade que garante a aprendizagem e a aquisição das aptidões ou dos tipos de comportamento aí se desenvolve por meio de todo um conjunto de comunicações regradas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de

saber) e por meio de toda uma série de procedimentos de poder (encerramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Note-se que a educação formal se constitui numa instituição que possui as condições estratégicas para engendrar e reproduzir discursos que atendam aos interesses de determinados grupos sociais, em detrimento de outros. Historicamente, tem servido à reprodução dos interesses daqueles que integram a parcela da população que detém maior poder na dinâmica das correlações de forças. Segundo Guacira Louro, a escola sempre realizou a separação das pessoas. Promoveu a distinção entre aqueles que a ela tinham acesso e os que não tinham. Internamente, separou as pessoas por idade, religião, gênero. “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 1997, p. 58). Para Guacira é a partir do cotidiano das práticas escolares que se deve perceber o processo de constituição de sujeitos, que ocorre na educação. Afirma que é necessário questionar aquilo que é visto como natural, ou seja, refletir e destacar o caráter histórico e cultural presente naquilo que vem sendo naturalizado.

RESULTADOS

Diante das reflexões feitas até aqui, pôde-se chegar a alguns lugares. Ao se pretender analisar os discursos atuais de professoras e professores sobre a diversidade sexual e de gênero, deve-se partir primeiramente, da problematização das relações sociais de poder que historicamente foram alicerçando as formações discursivas nesse campo, determinando a forma como esses discursos se apresentam contemporaneamente.

Também é necessário se estar atento para o fato de que as professoras e os professores, assim como todas as demais pessoas, passam por estratégias de subjetivação ao longo de suas vidas, sendo perpassados por processos de diferenciação. No que tange ao gênero e à sexualidade, necessariamente experimentam os efeitos advindos do jogo “saberverdade poder”, inerente às sociedades heteronormativas: a ideia de que a heterossexualidade é a única maneira de vivenciar a sexualidade de modo “normal” e “natural”.

As repercussões da heteronormatividade permeiam, muitas vezes imperceptivelmente, toda a organização escolar. Aqueles que destoam da norma de gênero e da matriz heterossexual costumam ser vistos como estranhos, portanto, precisam se adequar às exigências de comportamento da instituição educacional. A escola espera receber então um estudante ideal, heterossexual, cisgênero, que corresponda às expectativas comportamentais que a sociedade heteronormativa impõe aos homens e às mulheres, coibindo, cerceando e punindo as ideais, atitudes e comportamentos que questionam os valores sexistas e homofóbicos.

No bojo do espaço educacional se encontram os docentes, que tanto sofrem os efeitos das técnicas de subjetivação heteronormativas, quanto se constituem em agentes de suas efetivações. Cotidianamente precisam lidar com seus próprios valores acerca da diversidade sexual e de gênero. São chamados para mediar situações e conflitos que surgem em consequência dos preconceitos e discriminações vivenciados entre os discentes. Esse profissional também vem sendo demandado pelas políticas educacionais voltadas às temáticas de gênero e sexualidade a trabalhar o respeito à diversidade na sua prática educativa.

Diante desse complexo contexto, faz-se necessário questionar: estariam as professoras e professores preparados para lidar com tais demandas? Quais são seus saberes acerca da sexualidade e das relações de gênero? Quais são as implicações dos seus discursos sobre a diversidade sexual e de gênero, nas suas práticas educativas junto aos discentes? Eis alguns questionamentos que podem nortear um estudo que tenha como objeto a análise dos discursos de docentes acerca da diversidade sexual e de gênero, no âmbito da educação pública. Uma pesquisa que tenha como compromisso ético contribuir para a problematização e superação das relações de poder centradas na heteronormatividade e suas consequentes práticas homofóbicas e misóginas, concorrendo assim para que se tenha espaços educacionais menos violentos, mais libertadores.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BHABHA, K.H. **O local da cultura**. 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. FOUCAULT, M. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Pesquisa FIPE/INEP**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 23 out. 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TORRES, N.M. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. 21ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

IDENTIFICANDO BARREIRAS PARA HOMENS NA SAÚDE MENTAL:

Como a repressão emocional afeta a prática psicológica.

Ana Carolina Viana Galvão¹

Gracielle dos Santos Santana²

¹ UNDB - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; Graduanda; anacarolinavianagalvao@gmail.com.

² UNDB - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; Mestra; gracielle.santana@undb.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da subjetividade e o reconhecimento das emoções possui um papel crucial na prática psicológica, pois possibilita ao indivíduo entender a si mesmo e suas relações com o mundo, promovendo uma maior independência emocional e o desenvolvimento de um sujeito subjetivo. No entanto, os padrões de masculinidade no qual os homens estão inseridos são prejudiciais e impõem a repressão de suas emoções, pois relacionam a expressão de vulnerabilidade à fraqueza e à falta de adequação à normalidade imposta pela sociedade.

Além disso, um fator que agrava essa questão é o estigma associado à busca por ajuda psicológica entre os homens, pois reforça a ideia de que terapia é algo incompatível com a masculinidade tradicional, desestimulando os homens a procurar tratamento psicológico, o resultado é o sofrimento silencioso desses homens, que por não possuírem ferramentas para lidar com suas questões emocionais, reprimem seus sentimentos e se escondem numa máscara social onde o homem forte não precisa de qualquer ajuda para lidar com a sua saúde mental. Nesse contexto, a questão central é: Quais são as barreiras que impedem os homens de buscar ajuda psicológica para desenvolver sua subjetividade e compreender as suas emoções ?

Diante desse cenário, surge a necessidade de explorar as barreiras que impedem os homens de buscar ajuda psicológica e quais são suas consequências, com ênfase na repressão emocional que muitos enfrentam devido a expectativas e normas sociais a respeito da masculinidade, que refletem sob padrões prejudiciais que não colaboram com a saúde mental desses indivíduos. Este trabalho pretende se diferenciar ao focar não apenas nas barreiras culturais e emocionais, mas também na relação entre a repressão emocional e seu impacto em práticas psicológicas, além de apresentar estratégias que psicólogos podem adotar para tornar o processo terapêutico mais acolhedor e eficiente para esse público.

A investigação busca contribuir para a prática psicológica ao propor abordagens que desafiem os estereótipos de masculinidade e promovam a importância da expressão emocional como uma ferramenta terapêutica essencial, dessa forma, busca-se compreender as causas dessa resistência, e também

propor soluções práticas para diminuir as barreiras e melhorar o acesso e adesão dos homens aos cuidados com a saúde mental, trazendo benefícios tanto para o público masculino quanto para a qualidade dos serviços psicológicos prestados.

Diante disso, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de natureza básica, com foco na ampliação do conhecimento acadêmico sobre as barreiras enfrentadas por homens ao buscar ajuda psicológica e os efeitos da repressão emocional. A investigação foi realizada exclusivamente a partir de uma revisão da literatura científica. A pesquisa aborda conceitos relacionados à repressão emocional, barreiras culturais e sociais, e a prática psicológica voltada ao público masculino.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa possui caráter exploratório e descritivo. A investigação exploratória busca identificar fatores que influenciam a resistência dos homens ao tratamento psicológico, enquanto a descritiva objetiva registrar e descrever esses fenômenos com base na literatura existente. Ambas as abordagens se complementam, tornando a pesquisa mais detalhada e rica, possibilitando uma visão ampliada das dificuldades enfrentadas por esse grupo.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa, pois busca interpretar os dados de modo subjetivo, considerando os fatores sociais e psicológicos que afetam a saúde mental dos homens. A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica em artigos científicos que se baseou em material acadêmico já publicado. A revisão foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Pubmed e a Base de Periódicos da CAPES, usando os descritores: *saúde mental masculina*, *repressão emocional masculina*, *terapia* e *masculinidade e saúde*. A combinação dos descritores foi feita com o uso dos operadores booleanos AND e OR. Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, considerando também o contexto no Brasil.

Ademais, para a organização e análise dos dados, os artigos foram categorizados com base nos principais temas abordados, como: repressão emocional em homens, construções de masculinidade, barreiras na busca por terapia e as implicações para a prática psicológica. Cada uma dessas categorias foi

analisada de maneira crítica, com foco em possíveis abordagens para otimizar o tratamento psicológico direcionado a homens.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Emoções e subjetividade: Conceitos e importância na saúde mental

As emoções humanas vão além dos aspectos biológicos e físicos; são fenômenos subjetivos carregados de significados individuais que sofrem influência da cultura e contexto de cada pessoa (Magiolino 2014). Esses sentimentos desempenham um papel crucial na resolução rápida de problemas e na comunicação interpessoal essenciais para nossa sobrevivência; eles guiam nosso comportamento humano ao influenciar nossas escolhas e decisões e moldam nossas interações sociais e relacionamentos. Portanto, os profissionais da saúde buscam relacionar as emoções e compreender como elas afetam o comportamento humano, pois é importante para ajudar seus pacientes a superar problemas emocionais e promover uma melhora no bem-estar e saúde emocional (Silva, 2009). Além disso, as consequências emocionais recebidas pelo sujeito de diferentes formas facilitam o processo de unificação e organização do sujeito.

Diante disso, é certo que o aspecto central para a prática psicológica é compreender a subjetividade humana e observar como cada sujeito lida (ou não) com suas emoções, pois o terapeuta deve ajudar o sujeito a entender como seus sentimentos moldam sua percepção de si mesmo e ao seu redor, e isso só é possível com incentivo ao reconhecimento dessas emoções (Magiolino, 2014). No entanto, quando essas emoções são reprimidas e o indivíduo não consegue identificar ou validar seus próprios sentimentos e singularidades, isso pode gerar graves consequências psíquicas, como quadros de depressão, ansiedade ou comportamentos agressivos dentro de seu cotidiano (Mendes; 2015)

Assim, a prática psicológica busca promover a expressão e a compreensão dessas emoções, permitindo que o sujeito lide de forma mais saudável com suas experiências e nesse contexto, torna-se crucial a reflexão sobre as forças sociais e

culturais que incentivam a repressão emocional, dentre elas a masculinidade normativa prejudicial, que frequentemente impõe um padrão rígido de comportamento aos homens, dificultando o processo de autocompreensão.

2.2 Masculinidade tóxica e a repressão emocional

A masculinidade tóxica é um conjunto de expectativas sociais que definem como os homens devem se comportar, frequentemente valorizando características como força, controle e invulnerabilidade emocional (Santos, 2015). Um dos aspectos que moldam a identidade do que é ser homem numa sociedade patriarcal é o ato de reprimir seus sentimentos, onde os homens desde sua infância são ensinados que “homem não chora”, e que expressar sua vulnerabilidade é “coisa de mulher” como um sinônimo de fraqueza (Arribas 2024), um reflexo da misoginia instalada na sociedade ao associar a aspectos negativos qualquer elemento ou característica feminina. Diante disso, uma vez que essas normas rígidas são internalizadas, os homens ao serem educados para reprimir suas emoções e evitar qualquer sinal de vulnerabilidade, acabam se distanciando de suas próprias emoções e de sua subjetividade.

Dessa forma, a saúde mental dos homens se concentra na desconexão emocional, e por conta disso, muitas vezes leva a um estado de alienação, no qual os homens se tornam incapazes de compreender ou lidar com suas emoções, agravando o ciclo de sofrimento, e se tornando passíveis a desenvolver ansiedade, depressão e comportamentos agressivos (Silva, 2000). Além disso, a dificuldade de processar e entender as emoções pode contribuir com comportamentos autodestrutivos, e no contexto do ciclo masculino, onde eles não costumam conversar sobre suas dores emocionais, essa ausência de um espaço seguro para discutir vulnerabilidades pode fazer com que os homens se sintam sobrecarregados, resultando em crises emocionais que muitas vezes são enfrentadas em silêncio.

Diante disso, essa combinação de repressão da expressão sentimental, promovida pelos abusos, violência e estereótipos de masculinidade, é um ciclo que não pode continuar, pois a negligência do cuidado e da saúde emocional têm causado males mentais e disfuncionalidade nas relações interpessoais de homens

(Silva;Melo, 2021). Para que o bem-estar emocional seja, de fato, promovido, é necessário que essas normas sociais sejam desconstruídas e uma nova cultura seja promovida, uma que também celebre a vulnerabilidade e a disposição de sentimentos (Teixeira;Pinto;Pereira, 2018). A desconstrução desse frágil equilíbrio entre masculinidade e vulnerabilidade, e a busca de novas formas de masculinidade, mais abrangentes e saudáveis emocionalmente, são passos necessários para quebrar este ciclo de sofrimento baseado em violência e repressão.

2.3 Consequências da repressão emocional e a falta de busca por ajuda psicológica

Nesse contexto, a saúde mental dos homens é diretamente afetada por essa repressão emocional, e mesmo com esse problema sendo alarmante, não há busca por ajuda psicológica, pois diante de uma construção social prejudicial, os sujeitos afetados por essa cultura tóxica frequentemente ignoram suas necessidades emocionais (Silva;Melo, 2021). Logo, essa questão fica clara após analisar dados indicaram que, entre diversas culturas, homens são mais vulneráveis ao suicídio, cometendo quase o dobro de suicídios em comparação com as mulheres, esse padrão é ainda mais preocupante quando se considera que a maioria das vítimas de suicídio não buscou acesso a serviços de saúde mental (Iaroseski Neto;Kristensen, 2022)

Por isso, segundo Santos (2015) o fato de que os homens sofreram um processo de socialização, onde foram ensinados a idealizar que seu papel é ser autônomos e independentes, e isso não inclui procurar ajuda, pois isso é um sinal de fraqueza, dessa forma, colaborando com a crença limitante onde buscar tratamento gera culpa e vergonha. Além disso, muitos homens não apenas evitam buscar tratamento, mas também não acreditam na eficácia da psicoterapia para resolver problemas psicológicos, e quando vão a terapia apresentam um menor engajamento ao processo terapêutico, com índices maiores de evasão/desistência e menores índices de reinserção no ambiente clínico no futuro (Iaroseski Neto;Kristensen, 2022), essa questão pode ser explicada pelo fato dos homens

evitem falar sobre emoções, apresentando dificuldade em identificar e nomear sentimentos e sintomas, temáticas centrais da terapia individual.

Diante desse contexto, é essencial que práticas psicológicas sejam adaptadas para atender às necessidades dos homens, como por exemplo, modelos terapêuticos que promovem o compartilhamento de experiências e a resolução de problemas podem ser mais eficazes, visto que os homens geralmente apresentam maior dificuldade em discutir emoções em ambientes terapêuticos tradicionais (Warmling; Bastone, 2023). A formação de psicólogos deve incluir a compreensão dos processos culturais de socialização que moldam as expectativas sobre a masculinidade, pois compreender esses fatores pode ajudar os profissionais a desenvolver abordagens mais sensíveis e acessíveis, que incentivem a expressão emocional e a busca por ajuda (Rodrigues, *et al*, 2023). O entendimento desses processos é essencial para promover um atendimento mais eficaz e inclusivo, contribuindo para uma abordagem que não apenas reconheça, mas também valide as emoções e vulnerabilidades dos homens, facilitando o acesso e o engajamento em serviços de saúde mental.

3. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam como a masculinidade tóxica e a repressão emocional impactam profundamente o acesso e o engajamento dos homens na terapia psicológica e na busca por saúde mental. Embora os homens apresentem menor prevalência de transtornos de humor em comparação com as mulheres, eles possuem uma prevalência significativamente maior em transtornos de abuso de substâncias, além de serem desproporcionalmente representados nas estatísticas de suicídio (Iaroseski Neto; Kristensen, 2022), esses dados indicam que, ao buscarem menos ajuda formal, os homens sofrem com o impacto da saúde mental de formas distintas e frequentemente mais intensas, o que evidencia a necessidade de um engajamento específico e direcionado para este público.

A pesquisa revelou também que, culturalmente, muitos homens são socializados para evitar expressar vulnerabilidade, pois o ato de pedir ajuda é frequentemente associado à fraqueza. Esse estigma cultural cria obstáculos

significativos para a prática clínica, afetando tanto os pacientes quanto os profissionais (Arribas, 2024). Essa resistência masculina em expor emoções está enraizada em normas culturais que promovem a autossuficiência e restringem a expressão emocional. Este fenômeno, descrito como “masculinidade hegemônica” por Sousa (2022), perpetua comportamentos de repressão emocional, onde homens evitam reconhecer suas dificuldades e relutam em procurar ajuda, o que resulta em sofrimento emocional e aumento de riscos à saúde.

Além disso, de acordo com Rodrigues *et al.* (2023), o uso de abordagens focadas no modelo médico tradicional ainda predomina na prática psicológica para homens, favorecendo técnicas que nem sempre incentivam a expressão emocional ou subjetiva, dessa forma, os profissionais destacam que enfrentam desafios para estabelecer um ambiente terapêutico que promova a comunicação emocional com pacientes masculinos, o que dificulta o estabelecimento de um vínculo terapêutico eficaz e compromete a abordagem de problemas emocionais mais profundos, em parte pela falta de capacitação para lidar com a repressão emocional típica desse grupo. Esse cenário é agravado pelo fato de que muitos homens optam por alternativas à psicoterapia, como conversas informais ou o uso de livros de autoajuda, em vez de procurar um acompanhamento profissional (Walger; Santos; Gulin, 2023), uma escolha que reflete a busca por soluções rápidas e menos comprometedoras emocionalmente.

Por outro lado, a prática psicológica para homens poderia se beneficiar de abordagens multidisciplinares e de estratégias que incentivem a regulação emocional, como o uso do mindfulness e outras técnicas de conscientização emocional (Rosostolato, 2019). Campanhas de conscientização pública e o treinamento direcionado de profissionais de saúde mental emergem como ferramentas eficazes para aumentar o engajamento masculino nos cuidados com a saúde mental. Essas mudanças culturais e ajustes na prática clínica são essenciais para garantir que os homens sintam-se acolhidos e menos estigmatizados ao buscar apoio psicológico (Iaroseski Neto; Kristensen, 2022).

Assim, a pesquisa evidenciou que a masculinidade tóxica e a repressão emocional são obstáculos significativos para que homens busquem e se engajem em cuidados psicológicos. A socialização masculina, que associa vulnerabilidade à fraqueza, desencoraja a expressão emocional e cria barreiras para a prática terapêutica, afetando a saúde mental dos homens de forma única e silenciosa. O impacto disso é grave, contribuindo para problemas de saúde mental como ansiedade, abuso de substâncias e taxas elevadas de suicídio.

Por isso, para a prática psicológica, essas questões apontam a importância de se desenvolverem abordagens mais adaptadas às necessidades emocionais dos homens, que levem em conta as normas de masculinidade que influenciam seu comportamento. A criação de um ambiente seguro e acolhedor, que valide as experiências e vulnerabilidades masculinas, é essencial para o sucesso do processo terapêutico. Isso também exige que profissionais de psicologia sejam capacitados para reconhecer e lidar com essas particularidades, por meio de práticas contextualizadas, que favoreçam a expressão emocional e a construção de vínculos terapêuticos eficazes.

Além disso, a formação e capacitação dos profissionais de saúde mental devem incluir um entendimento profundo dos processos de socialização que moldam a experiência masculina. Compreender as raízes da resistência emocional masculina e os impactos da masculinidade hegemônica permite que os psicólogos ofereçam intervenções mais sensíveis e eficazes. Para que mudanças significativas aconteçam, o profissional de psicologia deve desempenhar um papel transformador ao criar espaços de acolhimento onde a vulnerabilidade masculina possa ser expressa e normalizada. É essencial que psicólogos desafiem os estigmas associados à expressão emocional entre homens, promovendo uma visão de masculinidade que valorize a saúde emocional como um pilar fundamental do bem-estar.

Por fim, os resultados desta pesquisa destacam a necessidade urgente de mudanças culturais e clínicas que ampliem o acesso dos homens à saúde mental. Esse movimento envolve a criação de campanhas de conscientização pública, o

desenvolvimento de práticas terapêuticas adaptadas e um diálogo contínuo com a sociedade sobre o impacto das normas de gênero. Promover uma masculinidade que valorize a expressão emocional não é apenas uma necessidade para a prática psicológica, mas uma contribuição essencial para o bem-estar e a saúde da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, Brais González. **Patriarcado, género y violencia: hacia una nueva masculinidad en bell hooks**. *Revista de Filosofía Aurora*, v. 36, p. e202431213, 2024.

CARNEIRO, Berenice Victor; YOSHIDA, Elisa Medici Pizão. Alexitimia: uma revisão do conceito. ***Psicologia: Teoria e Pesquisa***, v. 25, p. 103-108, 2009.

IAROSKI NETO, Germano; KRISTENSEN, Christian Haag. Quando homens vão à psicoterapia: uma revisão de contextos e demandas. ***Revista Brasileira de Psicoterapia***, 2022.

MAGIOLINO, Lavínia Lopes Salomão. A significação das emoções no processo de organização dramática do psiquismo e de constituição social do sujeito. ***Psicologia & Sociedade***, v. 26, p. 48-59, 2014.

MENDES, Marco Aurélio. Terapia focada nas emoções e processos de mudança em psicoterapia. ***Revista Brasileira de Terapias Cognitivas***, v. 11, n. 2, p. 96-104, 2015.

RODRIGUES, Jaqueline Pedreira et al. Implementation strategy for men's health actions: action-research potentialities and challenges. ***Texto & Contexto – Enfermagem***, v. 32, p. e20230187, 2023.

ROSOSTOLATO, Breno. ALEXITIMIA E MASCULINIDADES: DO SILÊNCIO AOS PROCESSOS DE DESCONSTRUÇÃO. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 55–64, 2019. DOI: 10.35919/rbsh.v30i2.92. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/92. Acesso em: 22 nov. 2024.

SANTOS, L. Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída. **Configurações**, n. 15, p. 31-48, 2015.

SOUSA, A. da S. Masculinidade hegemônica: contingências relacionadas ao déficit de autocuidado à saúde em homens. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 207–218, 2022. DOI: 10.18761/PACa15gh45. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/920>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. *Psicologia da Educação*, n. 28, 2009.

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4613-4622, 2021.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, p. 8-15, 2000.

TEIXEIRA, Ricardo João; PINTO, Rute; PEREIRA, Anabela. **Regulação interpessoal das emoções na alexitimia e a importância do mindfulness disposicional**. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v. 19, n. 1, p. 34-41, 2018.

WALGER, Carolina de Souza; SANTOS, Ariane; GULIN, Larissa. Saúde Mental Masculina: um Estudo sobre a Procura por Auxílio Profissional. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, Brasil, v. 11, n. 2, p. 52–67, 2023. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/397>. Acesso em: 22 nov. 2024.

WARMLING, D.; BASTONE, P. Sobre a crítica ao pensamento hétero e a desconstrução das categorias de gênero: Butler leitora de Monique Wittig. **Cadernos Pagu**, n. 68, 1 set. 2023.

INTERVENÇÕES EM GRUPO NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL¹

¹ ¹ Nazaré Costa, Universidade Federal do Maranhão, Doutorado, mnp.costa@ufma.br

RESUMO

O curso de psicologia da Universidade Federal do Maranhão, contempla, em sua grade curricular, apenas duas disciplinas que focam em intervenções em grupo, uma obrigatória e uma eletiva, limitando o desenvolvimento de competências e habilidades de discentes para intervir utilizando o formato grupal. Essa limitação na formação contribui para que intervenções individuais continuem sendo as mais procuradas por pessoas que buscam ajuda psicológica, mesmo que a psicoterapia em grupo seja um pilar na atenção à saúde mental por se mostrar mais eficaz do que a psicoterapia individual, em alguns estudos. A fim de contribuir para o registro histórico de intervenções em grupo, em cursos de psicologia no país, o presente trabalho se propõe a descrever intervenções em grupo elaboradas no contexto do Estágio em Clínica Analítico-Comportamental da Universidade Federal do Maranhão e apontar dificuldades e desafios identificados para formar e manter grupos. Apesar dos desafios, o investimento em intervenções em grupo, especialmente as psicoterápicas, pode ajudar a democratizar o acesso das pessoas à psicoterapia, além de proporcionar uma fonte poderosa de validação para populações vulneráveis.

1. INTRODUÇÃO

A grade curricular vigente no curso de psicologia da Universidade Federal do Maranhão possui apenas duas disciplinas que tratam, explicitamente de grupo, sendo uma obrigatória (Dinâmica de Grupo) e outra eletiva (Psicologia e Grupos Específicos). Esse dado evidencia que a formação atual em psicologia nesta universidade pouco contribui para que psicólogas e psicólogos desenvolvam repertório (competências e habilidades) para conduzir intervenções em grupo, incluindo a psicoterapia de grupo, sugerindo desinteresse nessa modalidade de intervenção, ainda que no Brasil ela tenha se tornado principal forma de intervenção terapêutica em locais de atendimento ambulatorial (Guanaes; Japur, 2001), podendo ser considerada um pilar na atenção à saúde mental, como afirma Hernández Figaredo (2023).

O desinteresse no ensino de intervenções clínicas em grupo pode ter influência da baixa produção sobre o tema por parte de profissionais da psicologia brasileira. Em uma busca realizada recentemente (30/09/2024), no Google Acadêmico, com os descritores “terapia de grupo” e “psicoterapia de grupo”, no título, no período entre 2015 e 2024, foram encontrados 120 resultados, incluindo livros. Destes, mais de 50% (n=68) eram escritos no idioma espanhol. Na busca realizada no ScELO Brasil, no mesmo dia, com o descritor “terapia de grupo”, foram encontrados apenas 29 resultados.

Em países de língua espanhola são encontradas associações ativas de psicoterapia de grupo como a Asociación Argentina de Psicología e Psicoterapia de Grupo, a Asociación de Psicoterapia Analítica Grupal (Espanha) e a Associação Mexicana de Psicoterapia Analítica de Grupo. Alonso e Lorenzo (2004), inclusive, apontam a Argentina e a Espanha como centros de desenvolvimento da psicoterapia de grupo. Por outro lado, no Brasil, a Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo (ABPAG), fundada em 1963, e posteriormente denominada de Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG), encerrou seu trabalho em 2014 (Alves; Costa, no prelo).

Considerando as vantagens da psicoterapia, como a economia de tempo, a possibilidade de diminuir filas de espera para atendimento em instituições públicas e maior semelhança com o ambiente fora da sessão (Alves; Costa, no prelo) e que estudos, em todo o mundo, mostram que essa modalidade de intervenção é tão ou

mais eficaz que a psicoterapia individual, para diversos problemas de saúde psicológica e diferentes fases do desenvolvimento humano (Burlingame; Fuhrman; Mosier, 2003; Davis, 2013; Escudero; Rodríguez-Zafra, 2022; Lobo et al., 2012; Videira, 2018), o presente trabalho se propõe a descrever intervenções em grupo elaboradas no contexto do Estágio em Clínica Analítico-Comportamental da Universidade Federal do Maranhão e apontar dificuldades e desafios identificados para formar e manter grupos. A literatura usada no trabalho consiste em referências específicas de psicoterapia de grupo e de análise do comportamento.

2. INTERVENÇÕES EM GRUPO NO ESTÁGIO EM CLÍNICA ANALÍTICOCOMPORTAMENTAL

O Estágio em Clínica Analítico-Comportamental consiste em um estágio supervisionado, de natureza obrigatória para todas e todas que pretendem atuar com o referencial analítico-comportamental, oferecido pelo curso de psicologia da Universidade Federal do Maranhão, desde o ano de 2002. Como atividades propostas deste componente curricular, de forma sistemática, a partir de 2010, diversas intervenções em grupo foram realizadas.

Nesta seção, todas as propostas elaboradas, divulgadas, realizadas e não realizadas serão descritas. Entende-se que a descrição das propostas não realizadas é relevante tanto pelo registro histórico, quanto para evidenciar as dificuldades.

As intervenções em grupo propostas e realizadas totalizaram 18. O número de sessões variou entre 5 e 9 e o número de participantes entre 4 e 9. Ressalta-se que em 2 grupos foi possível realizar uma sessão de seguimento após 30 dias do encerramento do trabalho em grupo; em 2 grupos a intervenção foi modificada para a modalidade individual e em 1 grupo a intervenção foi cancelada devido a desistência das pessoas participantes.

No que se refere ao formato, 14 grupos foram fechados e focais, isto é, com um número de sessões previamente definidas e direcionadas para um problema ou grupos específicos. Os focos das intervenções foram interação familiar, habilidades sociais, dependência química, mulheres em relações afetivas, emoções, regulação emocional, ansiedade (geral e social) e depressão. Os dois últimos focos foram os mais frequentes, tendo sido conduzidos 4 e 5 intervenções, respectivamente.

Sobre a natureza das intervenções e os locais onde foram realizadas, 14 foram psicoterápicas e 4 psicoeducativas; 13 ocorrem nas dependências do Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Maranhão, atual Serviço Escola (SEP), 3 em uma clínica psiquiátrica e 1 na Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Um dos grupos psicoeducativos ocorreu durante a pandemia da COVID19, de forma remota.

Cabe mencionar que as intervenções (psicoterápicas e psicoeducativas) realizadas, a partir de 2013, passaram a se fundamentar nas terapias comportamentais e cognitivas da terceira geração, especialmente a Terapia de Aceitação e Compromisso e a Ativação Comportamental para depressão. Essas intervenções psicoterápicas, de acordo com Hayes (2004, p. 658), proponente da expressão terceira onda ou terceira geração, “tendem a enfatizar estratégias de mudanças contextual e experiencial, adicionalmente às estratégias mais didáticas e diretas. Assim, tendem a buscar a construção de repertórios amplos, flexíveis e eficazes em detrimento de uma abordagem eliminativa de problemas estritamente definidos”.

As terapias comportamentais e cognitivas da terceira geração, desde o início do seu desenvolvimento, se preocupam com as bases empíricas que sustentam suas intervenções (Hayes, 2004), investindo em estudos que vêm demonstrando eficácia (Stein et al., 2021; Wersebe et al., 2017).

Além dos 18 grupos realizados, 4 foram propostos e divulgados: grupo para pais de crianças (escolas); grupo para mulheres em situação de violência (Promotoria da Mulher); grupo para pessoas com ansiedade (Pró-reitora de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Maranhão) e grupo para pessoas com depressão (SEP). Para os dois primeiros grupos, não houve pessoas suficientes para formar o grupo; para o grupo de ansiedade houve inscrições, mas parte das pessoas inscritas alegaram não ter interesse na psicoterapia de grupo e, para o grupo de depressão, apesar de 27 inscrita/os e 13 triada/os, a formação do grupo não foi possível pelo fato das pessoas inscritas estarem fora dos critérios de inclusão (por exemplo, risco de suicídio de alto a moderado e presença de características do quadro psiquiátrico borderline).

3. DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS

Os dados expostos evidenciam dificuldades no trabalho com grupos, confirmando o que a literatura vem apontando, como, por exemplo, risco aumentado de abandono ao longo do processo terapêutico e problemas com a frequência regular às sessões (Sobell; Sobell, 2013), especialmente na atualidade, pois a maioria das pessoas se engaja em diversas atividades laborais e acadêmicas.

Especialmente no que se refere à formação de grupos, outro conjunto de dificuldades podem ser destacadas: mito de que a intervenção psicoterápica individual é melhor ou mais eficaz, preferência pela psicoterapia individual, medo da exposição e da quebra de sigilo e não ser indicada para pessoas com diagnóstico de algum quadro psiquiátrico grave e risco de suicídio (Alves; Costa, no prelo; Liebmann, 2000; Osma et al., 2019; Rainha et al., 2021; Zimerman; 2000; Yalom; Leszcz, 2006). Ressalta-se que desde a pandemia da COVID-19, a maioria dos casos triados para atendimento no Estágio em Clínica Analítico-Comportamental foram avaliados como graves, sendo este um dos principais motivos que impossibilitou a formação de grupos psicoterápicos.

Quanto aos desafios, ressaltam-se garantir, na formação do curso de Psicologia, fundamentos teóricos e técnicos suficientes para que discentes desenvolvam competências e habilidades para atuar com intervenções em grupo, sensibilizar a população em geral acerca das vantagens e benefícios dessa modalidade de intervenção e, sem dúvida, o maior desafio consiste em combater a cultura que individualiza o sofrimento psicológico (Costa & Flor, 2024).

4. CONCLUSÃO

Mesmo que desde o ano de 2013 o Ministério da Saúde tenha reconhecido a importância das intervenções em grupo na área da saúde mental, incluindo diferentes modalidades de grupos, como os terapêuticos (Brasil, 2013), a busca na base de dados ScELO Brasil, o encerramento das atividades da ABPG em 2014, a ausência de intervenções psicoterápicas em grupo em instituições de ensino de psicologia em São Luís (Alves; Costa, no prelo), a incipiente oferta de disciplinas que abordam grupos oferecidas pelo curso de psicologia da Universidade Federal do Maranhão, sugerem que profissionais de psicologia têm demonstrado pouco interesse em investir nessa modalidade de intervenção. Essa realidade contribui para o desconhecimento

da população em geral acerca da eficácia e efetividade de intervenções em grupo e para as longas listas de espera para atendimento psicológico em serviços e clínicas escolas de psicologia e na saúde pública em geral.

O investimento em intervenções psicoterápicas em grupo é coerente com a ênfase dada às variáveis sociais/culturais na determinação do comportamento humano, postuladas por Skinner em obras como *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1965) e *Reflections on Behaviorism and Society* (Skinner, 1978) e com o compromisso crescente de analistas do comportamento brasileiros com uma ciência e prática clínica que elucide e considere variáveis culturais (cf. Neves et al., 2023; cf. Laurenti; Lopes, 2022) na compreensão do sofrimento psicológico. Além disso, elaborar propostas de intervenções em grupo, especialmente psicoterápicas, pode ajudar a democratizar o acesso das pessoas à psicoterapia e proporcionar uma fonte poderosa de validação para populações vulneráveis (Costa; Flor, 2024).

Sugere-se que buscas em outras bases de dados sejam realizadas a fim de mapear a produção da psicologia brasileira acerca de intervenções em grupo, assim como profissionais de psicologia divulguem seus trabalhos com grupos nos âmbitos científico e da população geral.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. C.; LORENZO, M. Psicoterapia de grupo: revisión histórica. **Revista del Hospital Psiquiátrico de La Habana**, v. 1., n. 1, 2004. Disponível em http://www.bvs.sld.cu/revistas/hph/hph_1_04/hph09104.htm R. Acesso em: 20 dez. 2016.

ALVES, T. & COSTA, N. **Psicoterapia de grupo: concepções de usuária(o)s de clínicas-escola de psicologia em São Luís-Ma**. Ebook Ciências, Artes e Humanidades. EDUFMA, 2024 (no prelo).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 34. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BURLINGAME, G. M.; FUHRIMAN, A.; MOSIER, J. The differential effectiveness of group psychotherapy: a meta-analytic perspective. **Group Dynamics: Theory, Research, and Practice**, v. 7, n. 1, p. 3-12, 2003.

BURLINGAME, G. M.; FUHRIMAN, A.; MOSIER, J. The differential effectiveness of group psychotherapy: a meta-analytic perspective. **Group Dynamics: Theory, Research, and Practice**, v. 7, n. 1, p. 3-12, 2003.

COSTA, N.; FLOR, L. **Esquiva de participar de psicoterapia de grupo: reflexões e desafios**. In: XXXIII ENCONTRO BRASILEIRO DA ABPMC, Maceió, 2024. ESCUDERO, G. G.; RODRÍGUEZ-ZAFRA, M. Revisión de la evidencia sobre la efectividad de la psicoterapia de grupo. *Revista de Psicoterapia*, v. 33, n. 121, p. 139-148, 2022. Disponível em: <https://portalcientifico.uned.es/documentos/624137c24ce2907daa321713>. Acesso em: 21 jul. 2024.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Grupo de apoio com pacientes psiquiátricos ambulatoriais em contexto institucional: análise do manejo terapêutico. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 1, n. 14, p.191-199, 2001.

HERNÁNDEZ FIGAREDO, P. Evolución histórica de la psicoterapia de grupo. **Revista del Hospital Psiquiátrico de La Habana**, [S.I.], v. 20, n. 3, nov. 2023. Disponível em: <https://revhph.sld.cu/index.php/hph/article/view/371>. Acesso em: 30 set. 2024.

HAYES, S. C. Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. **Behavior Therapy**, v. 35, p.639-665, 2004.

LAURENTI, C.; LOPES, C. E. Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 13, n. 1, p. 025-040, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NEVES, A. B. V. S. et al. Manifesto por uma prática clínica socialmente comprometida nas ciências do comportamento. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 14, n. 2, p. 53-58, 2023. <https://doi.org/10.18761/vecc117122022>. Acesso em: 22 dez. 2023.

LIEBMANN, M. **Exercícios de arte para grupos**: um manual de temas, jogos e exercícios. 4. ed. São Paulo: Summus, 2000.

LOBO, B. O. M. et al. Terapia cognitivo-comportamental em grupo para idosos com sintomas de ansiedade e depressão: resultados preliminares. **Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 116-125, ago. 2012.

OSMA, J. What format of treatment do patients with emotional disorders prefer and why? Implications for public mental health settings and policies. **PloS one**, v. 14, n. 6, 1-14, 2019. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0218117>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAINHA, J. R. et al. Concepções em relação à psicoterapia de grupo em uma amostra pequena da população geral. **Revista IGT na Rede**, v. 18, nº 35, 2021, p.216-239, 2021. Recuperado de <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/648>.

SKINNER, B. F. **Science and human behavior**. New York: The Free Press, 1965.

SKINNER, B. F. **Reflections on behaviorism and society**. London: Prentice-Hall, 1978.

SOBELL, L. C.; SOBELL, M. B. **Terapia de grupo para transtornos por abuso de substâncias**: abordagem cognitivo-comportamental motivacional. Porto Alegre: Artmed, 2013.

STEIN, A. T. et al. Looking beyond depression: a meta-analysis of the effect of behavioral activation on depression, anxiety, and activation. **Psychological Medicine**, v. 51, n. 9, p. 1491-1504, 2021. DOI: <https://10.1017/S0033291720000239>.

VIDEIRA, L. S. M. **Eficácia da terapia focada na compaixão em grupo no transtorno de estresse pós-traumático**. Orientador: Francisco Lotufo Neto. 2018. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde06112018-134730/pt-br.php>. Acesso em: 19 jul. 2024.

WERSEBE, H. et al. Changes of valued behaviors and functioning during an acceptance and commitment therapy intervention. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 6, p. 63-70, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcbs.2016.11.005>.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo: teoria e prática**. Tradutor: Ronaldo C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MATERNIDADE ADIADA: O luto não-reconhecido das mulheres tentantes

Wenny Sousa do Nascimento ¹

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

Alice Parentes da Silva Santos ²

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

1 Graduada do 6º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: wennyasnascimento@gmail.com.

2 Professora e Mestra. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: aliceparentes@hotmail.com.

RESUMO

Para mulheres tentantes, a jornada de tentativas de gravidez pode ser marcada por um período que envolve diversos sentimentos de ansiedade, expectativas, culpa, preocupações, dores, tristeza, entre outros. A experiência do adiamento de uma gestação desejada, acompanhada por perdas simbólicas pode implicar no processo de luto. O luto associado ao adiamento de uma gestação desejada é um aspecto frequentemente negligenciado, mas extremamente importante. Logo, reconhecer e validar essas emoções é essencial para o processo de reorganização dessa mulher. Esse artigo tem como objetivo geral analisar as possibilidades de atuação psicológica junto a mulheres tentantes. Como objetivos específicos ressalta-se: Abordar aspectos socio-histórico-culturais do luto; Analisar os impactos emocionais do adiamento da maternidade; E refletir sobre o luto vivenciado por mulheres tentantes. Espera-se com esses objetivos alcançar os seguintes resultados: Gerar uma concepção mais empática na sociedade acerca do sofrimento dessas mulheres; Compreender a forma que esse sofrimento reflete na vida dessas mulheres; E preparar com mais aprofundamento os profissionais de psicologia para intervir diante desse sofrimento. Esta é uma pesquisa básica, com objetivo exploratório, e se trata de uma revisão de literatura. São abordados conteúdos como o luto não-legitimado e os impactos emocionais acarretados pelo adiamento da gravidez, assim como as possíveis intervenções da psicologia frente a essa demanda. Mediante a isso, o presente artigo é essencial para que os profissionais de psicologia atuem de forma a contribuir para o maior suporte psicológico das afetadas, visto que se encontra escasso.

Palavras-chave: Mulheres tentantes; Luto; Maternidade; Gravidez; Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

A questão da infertilidade ganha visibilidade a partir da Idade Antiga na qual a fecundidade era considerada benção, saúde e realização de uma mulher, enquanto a infertilidade era observada e julgada como castigo e símbolo de inutilidade de uma mulher (Maldonado, 2017). Nesse período, as mulheres eram vistas apenas como um instrumento para reprodução, e a forma de serem vistas e valorizadas era a quantidade de filhos que possuíam, criando valores sociais intrínsecos na sociedade e favorecendo para a criação de estereótipos até os dias atuais (Espote, 2019). Essa ideia da reprodução ligada à valorização da mulher se potencializa na Idade Média, na qual a igreja católica foi uma forte influência para a construção dessa mentalidade, visto que as mulheres eram designadas aos cuidados dos filhos, da casa e do marido. Essa visão foi mantida até o século XX, afirma Espote (2019).

Nesse sentido, percebe-se que tal questão permeia até os dias de hoje de maneira implícita, visto que a mídia contribui para a disseminação da imagem da gravidez como uma etapa quase obrigatória de uma mulher. Espote (2019. p.32) afirma que "a mídia tem exibido o corpo grávido, assim como os ensaios fotográficos de gestantes, enaltecendo as mulheres que optam pela maternidade como uma atitude de liberdade de escolha e de autorrealização". Isso contribui para a criação de um ambiente de pressão social para as mulheres, principalmente para aquelas que estão em processo de tentativa de gravidez. De acordo com uma pesquisa feita pela Organização Mundial da Saúde (2024), aproximadamente 1 a cada 6 indivíduos possuem dificuldade de engravidar, causando efeitos na saúde mental e nas relações interpessoais.

Vargas (2012) disserta que a restrição biológica da reprodução implica no limite da liberdade de decisão do desejo de ter um filho biológico, causando sentimento de perda de controle e gerando sofrimento. De acordo com Lopes e Leal (2012), tais tentativas não-concretizadas de gravidez podem implicar em diversas perdas, como a perda de um filho idealizado, a perda de um projeto, a perda de um corpo grávido imaginado, entre outras perdas simbólicas, podendo resultar em um processo de luto, que muitas vezes não é legitimado e reconhecido. Levando em conta tudo o que foi citado acima, apresenta-se o seguinte questionamento: Quais as possibilidades de atuação psicológica junto à mulheres tentantes na gravidez?

A pesquisa busca como objetivo geral, analisar as possibilidades de atuação psicológica junto a mulheres tentantes. E, para alcançar o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Refletir sobre os aspectos sociais, históricos e culturais do luto;
- b) Identificar impactos psicológicos do adiamento da maternidade;
- c) Explorar intervenções psicológicas junto a mulheres tentantes.

A realização desta pesquisa foi motivada pelo interesse da pesquisadora em refletir sobre o sofrimento emocional de mulheres tentantes diante da frustração de uma 'gestação não concretizada' e suas possíveis intervenções de apoio a serem feitas pelo psicólogo junto a estas. Portanto, este trabalho mostrase relevante para a psicologia e para a sociedade, pois percebe-se que há uma escassez de trabalhos que abordem sobre esse tema. A importância dessa pesquisa se encontra no reconhecimento e na legitimação do luto de mulheres em processo de tentativas de gestação como um processo real, existente e doloroso. Busca-se com a execução desta pesquisa a contribuição para a construção de intervenções de apoio emocional pertinente a mulheres tentantes, buscando o aprimoramento da preparação dos profissionais de psicologia para a lida de situações desse luto, além da conscientização sobre a importância da compreensão de tal luto.

Esta é uma pesquisa básica de caráter exploratório, onde serão utilizadas bibliografias como instrumento de fundamentação, e seguido uma abordagem metodológica qualitativa, objetivando discutir a problemática evidenciada. A pesquisa foi realizada durante o mês de outubro de 2024, utilizando-se de materiais já publicados, como artigos científicos, trabalho de conclusão de curso, dissertações, teses, livros e demais produções que permeiam os campos da perinatalidade e do luto, provenientes de bases de dados, como Scielo e Google Acadêmico. Destarte, com o conhecimento em mãos será realizado um aproveitamento dos conteúdos disponibilizados pelas bases de dados para montar o trabalho, objetivando a compreensão dos leitores acerca do assunto discutido. Os critérios de inclusão utilizados foram: Estar de acordo com a união dos temas propostos, como "mulheres tentantes", "luto", "infertilidade", "maternidade", "intervenções psicológicas", "psicologia".

2. ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DO LUTO

O luto é um processo de reconhecimento e assimilação da dor frente a uma perda, seja ela uma perda simbólica, seja ela uma perda real, que traz crises graves, ou seja, um fenômeno que abala a estabilidade, como diz Kovács (2020). Frente a isso, é possível notar uma necessidade da readaptação dos enlutados, porém difícil de alcançar, visto que existe uma desproporção entre as camadas do sofrimento e os recursos que ajudam-os a lidarem com essa perda (Franco, 2010).

Nesse contexto, é chamado de luto não-reconhecido o processo de luto que não há legitimação do sofrimento da perda, promovido pela sociedade por meio de condutas sociais intrínsecas, que definem “quando”, “quem”, “por quem”, “onde” e “como” é apropriado vivenciar o luto (Andery *et al.*, 2020). Sendo assim, podem existir diversos processos de lutos que não são legitimados pela sociedade, como o luto masculino, o luto de profissionais de saúde, o luto de pacientes que se desligam de seus psicólogos, o luto pela morte de um animal de estimação, o luto em óbitos gestacionais, o luto em situações de violência comunitária, e o luto em casos de dificuldades de engravidar (Casellato, 2015, 2020).

Logo, visto que mulheres tentantes também podem viver o processo de perdas simbólicas, pode-se analisar que essa visão sobre o luto é influenciada por aspectos culturais, notando-se que a ideia deste processo é remetida à morte, isto é, a perda de alguém real. Sendo assim, Iaconelli (2007, p. 6) afirma que “a mãe busca reconhecimento do filho perdido, enquanto que, para as pessoas que a acompanham, fica difícil vislumbrar o que ela perde”.

Segundo a autora Maria Julia Kovács (2020), a dor do luto não-reconhecido, além de ser silenciosa, é uma dor silenciada, visto a ausência de validação. Sendo assim, a medição do choro, a cobrança por sorrisos e por pensamentos positivos, as falas motivacionais, e os discursos como “Calma, você é jovem e poderá ter outros filhos”, “Volte para casa e desmanche o quartinho”, “Foi melhor assim...” (Iaconelli, 2007. p.5), são formas de silenciamento da dor, denominados por Kovács (2020. p.12) de “etiqueta social”. Dessa forma, é notável que a não legitimação desse luto é resultado do fracasso da empatia social.

Outro ponto a ser analisado é a inexistência de rituais de despedida nesse processo de luto, pois “a construção de vínculos afetivos fortes e de recordações de

convivência mútua fica impossibilitada, uma vez que lembranças não podem ser evocadas posteriormente [...]" (Duarte; Turato, 2009, p. 487), ou seja, a ausência de um corpo real implica na falta de rituais. Porém, quando são realizados procedimentos ritualísticos pelo casal enlutado, isso se torna um motivo de constrangimento para o meio social.

Nesse contexto, Elisabeth Kübler-Ross (2019) disserta, em seu livro chamado "Sobre a morte e o morrer", sobre os cinco estágios do luto, os quais são comportamentos que podem aparecer em diferentes contextos do luto. É possível perceber alguns desses comportamentos no contexto de uma gestação não concretizada: A negação, que consiste na formulação de explicações para o problema enfrentado, buscando conforto em suas respostas, sendo percebida em situações que há negação de sintomas que revelam o insucesso de uma gestação, assim como as justificativas que acreditam no erro de testes de gravidez, ou até mesmo na recusa da procura de um médico que ameace alguma restrição biológica (Espote, 2019); A raiva, que se caracteriza na necessidade de culpar algo ou alguém pela situação, sendo observada em tentantes que culpam a si mesmas, se autodenominando incapazes e inúteis; A barganha, que segundo Kübler-Ross (2019. p.89) "é uma tentativa de adiamento, [...] estabelece também uma meta auto-imposta", comportamento gerado a partir da culpa oculta; A depressão, estágio de tristeza profunda causado pelas perdas significativas, e pela incerteza do futuro; E a aceitação, comportamento sinalizado pelo começo de uma adaptação frente às perdas, sendo um momento em que a família "carece de auxílio, suporte e compreensão" (Kübler-Ross, 2019. p. 118).

Todavia, esse conceito que não deve ser confundido com felicidade. É importante apontar que cada processo de luto tem suas singularidades e seu tempo de recuperação, e deve ser cuidado independente do nível de desorganização e de desequilíbrio provocado pela perda (Kovács, 2020).

3. IMPACTOS EMOCIONAIS E PSICOLÓGICOS DO ADIAMENTO DA MATERNIDADE

É possível perceber que a ansiedade é potencializada no processo de tentativa de gestação de mulheres tentantes, visto que existe uma espera constante (Teixeira; Villatore; Azevedo, 2023). Nesse contexto, a ansiedade é gerada a partir da expectativa mensal em relação ao resultado, isto é, a sensação de fracasso de uma

tentativa é confirmado pela menstruação a cada mês, provocando um ciclo de esperança e desapontamento vivido pelas tentantes constantemente (Teixeira; Villatore; Azevedo, 2023). Essa inquietude advém do aparecimento de sintomas relacionados à possibilidade de gravidez.

Segundo o relato trazido por Espote (2019) em sua pesquisa, uma tentante afirma que todo mês se sente grávida, pois experencia os mesmos sintomas da gestação, como enjoo, fígadas, cólicas e outros sinais relacionados. Esses sintomas são os sentidos com frequência, ocasionando confusão e incerteza nessas pessoas.

Ademais, a ansiedade é concebida a partir do sentimento de ausência de controle sobre o próprio sonho e a pela incerteza da garantia de sucesso dos recursos utilizados para resolver a dificuldade de engravidar, assim como pela indecisão sobre o futuro (Lopes; Leal, 2012). Isto acarreta em inquietação, pois há uma concepção de instantaneidade dos resultados vivida pela sociedade, na qual o produto é dado de maneira rápida e imediata (Bauman, 2004). Logo, quando percebe-se uma perda de controle dessa instantaneidade e rapidez, como a perda de controle sobre a geração de um ser, formam-se crises internas.

Além disso, o investimento financeiro gasto ao longo desse processo pode intensificar o sentimento de ansiedade, pois o dinheiro gasto com tratamentos, com utensílios e com acessórios do possível futuro filho sem retorno de resposta costuma produzir uma perturbação contínua (Espote, 2019).

O adiamento da maternidade também reflete na autoestima e na autoimagem da tentante. Tais questões podem implicar na noção de feminilidade, danificando a representação da autoimagem pela sensação de não-cumprimento da vocação materna (Leite; Frota, 2014), pois foi-se criada uma percepção de transição de menina para mulher autorizada pela presença da gravidez, e de que sem essa passagem, a mulher continua na prematuridade.

Essa concepção de reprodução como identidade feminina é reforçada e disseminada pela mídia (Vargas, 2012), criando uma atmosfera de incapacidade e inutilidade corporal (Leite; Frota, 2014), ou seja, essas tentantes se sentem limitadas e sem valor em relação ao seu corpo, e perdem o significado de propósito em suas vidas. Percebe-se, então, um momento de crise de identidade em relação a si mesmas (Lopes; Leal, 2012), que consiste na desconsideração de suas subjetividades e no

esquecimento das imagens complexas construídas ao longo de suas vidas, e como consequência na redução da sua identidade a um único papel: o da maternidade.

Nesse contexto, novamente a autoestima desse indivíduo é abalada em vista da exaustão do processo. Em uma das narrativas transcritas por Espote (2019), uma tentante desabafa sobre o abandono dos cuidados consigo mesma devido ao desânimo que o insucesso das tentativas estava lhe trazendo. Ela compartilha que ao entrar no processo de tentativa de gravidez, ela perdia de vista suas próprias necessidades, focando exclusivamente na esperança de um processo bem-sucedido.

Por outra perspectiva, é notável a crescente tendência de isolamento social entre as afetadas. Esse fenômeno é possível, pois as relações interpessoais com seus parceiros são prejudicadas em vista da necessidade de dar um filho a este como um presente (Lanius; Souza, 2010). Esta necessidade advém do desejo de amadurecer e fortalecer o casamento, afirma (Teixeira; Villatore; Azevedo, 2023), e quando esse desejo não é realizado, a resposta é o comportamento de isolamento, por sentimentos de culpa e frustração. Espote (2019) traz um determinado depoimento em que é demonstrado o peso que a vinda de um filho possui na esperança da mudança de ciclos da vida das esposas.

Outrossim, o fenômeno do isolamento social pode estar ligado à mudança do objetivo da atividade sexual do casal, não possuindo mais função de prazer e sim de obrigação, aponta Teixeira, Villatore e Azevedo (2023), gerando esfriamento e distanciamento da relação. Adicionalmente, o sentimento de constrangimento também se faz presente nesse momento, isto é, por medo de receber reações exageradas de pena e compaixão, assim como críticas e piadas, a reação esperada frente a essa situação é o isolamento social.

Além disso, o sentimento de tristeza profunda pode se intensificar frente a delonga da maternidade. Isto acontece pois a dor se instala a partir das perdas simbólicas e da destruição de expectativas criadas (Kübler-Ross, 2019). Espote (2019. p.119) nomeia esse agrupamento de perdas como a "morte de um sonho". Portanto, o sofrimento enfrentado por mulheres tentantes no processo da busca da maternidade se trata de um luto não-reconhecido, visto a perda de um sonho, a perda de um projeto, a perda da idealização do corpo grávido, a perda de investimentos financeiros, a perda da autoestima e da autoimagem, a perda do prazer nas relações interpessoais, e a perda da identidade (Lopes; Leal, 2012).

O conjunto de sentimentos dolorosos e angustiantes podem tomar proporções patológicas, tendo a possibilidade de evoluir para quadros depressivos e transtornos de ansiedade, diz a Organização Mundial da Saúde (2019). Segundo essa pesquisa, quase metade das mulheres que possuem dificuldade de engravidar desenvolvem sintomas compatíveis à depressão e à ansiedade. Nesse sentido, o não reconhecimento desse luto pode ser prejudicial para as afetadas, pois tal fator pode tardar a superação e alívio desse processo doloroso, trazendo como consequências negativas determinadas reações como comportamento e desejo de morrer, assim como suicídio.

4. INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS JUNTO A MULHERES TENTANTES

É necessária a intervenção da psicologia frente a casos de luto não reconhecido de mulheres tentantes, pois os serviços desses profissionais em meio a essa demanda é essencial para promover a expressão do luto (Bartilotti, 2007). “A psicologia entende que para dissipar a dor psíquica de uma perda, é necessário que ela seja dita, vivida, sentida, refletida e elaborada, mas nunca negada” (Gesteira, *et al.*, 2006, p. 465).

Nesse contexto, cabe ao psicólogo trabalhar junto à paciente na identificação de estratégias de enfrentamento. Essas estratégias de enfrentamento são definidas pelos recursos utilizados por alguém com o objetivo de encarar as situações de estresse, sendo formas de lidar com as emoções nos momentos durante, antes ou após a crise, ou com as dificuldades que se originam da crise (Costa; Leite, 2009).

À vista disso, Espote (2019) aponta técnicas de respiração e relaxamento para manter a calma, atividades de lazer, passeio a lugares considerados confortantes para aquele indivíduo como estratégias de enfrentamento. Além disso, autores como Barbieri (2019) reforçam a rede de apoio como uma forma de lidar com situações estressantes. Nessa perspectiva, Barbieri (2019, p. 13) afirma que “as redes de apoio são importantes durante toda a vida, englobando familiares, amigos, vizinhos e pessoas conhecidas”, e possuem o objetivo de dar suporte emocional, financeiro e doméstico em situações difíceis. Esse recurso de enfrentamento é fundamental, pois o processo de recuperação e readaptação pode ser dificultoso, visto o descuido de atividades importantes pela falta de foco e produtividade, logo, essa rede auxilia no cumprimento dessas atividades, além de servir como apoio psicológico.

Por mais, uma parte significativa das pessoas considera a espiritualidade como modo de enfrentar situações dolorosas e estressoras (Espote, 2019). É importante salientar que "ao psicólogo é vedado: [...] induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito" (Conselho Federal de Psicologia, 2005. Art. 2º, p. 9), mas é preciso se respeitar o viés religioso da paciente, caso seja algo importante e acolhedor trazido por ela. Costa e Leite (2009) dissertam que, para algumas mulheres, esse recurso de enfrentamento pode trazer sensação de acolhimento, de esperança, e até mesmo de maior confiança.

Nessa perspectiva, Santos (2017) traz determinadas intervenções psicológicas, como a psicoterapia, um processo que tem como objetivo "retomar a autonomia dos sujeitos, alívio da dor e melhoria da vida" (Oliveira *et al*, 2014. p.332), e oferece um ambiente seguro para a manifestação de sentimentos e para a construção de estratégias para lidar com eles. Desse modo, Arantes (2019) compara sentimentos dolorosos a resíduos tóxicos, e que o mantimento desses sentimentos pode se tornar danoso ao ser humano. Por isso, a autora expõe que "o tratamento mais curativo que existe é a expressão honesta do que sentimos" (Arantes, 2019. p.98). Infelizmente, a sociedade é organizada para colocar disfarces que escondam suas emoções, crendo que isso às protegerá do sofrimento (Arantes, 2019). Entretanto, Kovács (2020. p.12) disserta que "o processo dual do luto demanda cuidar dos sentimentos diante da perda e engendrar esforços para reestruturar a vida se a pessoa querida", e que "a falta de reconhecimento torna a ajuda ainda mais necessária" (p.13). Assim, essas mulheres terão um espaço em que poderão demonstrar seus sentimentos sem medo de julgamento e possível de validação.

Nessa perspectiva, Straube e Melamed (2015) trazem a psicoterapia para o contexto de tentativas de gravidez, afirmando que nesse espaço podem ser discutidos temas como o sentido do desejo da maternidade, os relacionamentos interpessoais e profissionais que atravessam o processo de engravidar, sua rede de apoio, e suas expectativas, além de intervenções voltadas para o processo de luto de mulheres que possuam dificuldades de engravidar, identificando seus prováveis sinais de frustração e estresse, para conseguir trabalhá-los.

Acrescido a isso, a formação de grupos de apoio também é uma possível intervenção psicológica ligada ao processo de luto (Santos, 2017), que visam acolher

e escutar as enlutadas em conjunto, para que estas possam se sentir apoiadas e com a sensação de que não se encontram solitárias em meio ao impacto da perda, pois esse espaço proporciona a troca de vivências desses indivíduos (Kreuz; Antoniassi, 2020).

Além disso, Santos (2017) também aponta o aconselhamento psicológico como uma intervenção psicológica, que consiste na identificação de estratégias de enfrentamento que podem auxiliar no processo do luto junto aos enlutados para o alívio do sofrimento da perda (Scorsolini-Comin, 2014). Nesse sentido, Scorsolini-Comin (2014) afirma que esse processo se estende a curto prazo, e reconhecer as dificuldades encontradas, perceber o que a afetada compreende sobre as dificuldades, e então identificar recursos pessoais para o enfrentamento das dificuldades.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 29 trabalhos expostos nesse estudo, é possível perceber que apenas 4 deles tratam sobre o luto vivenciado por mulheres que possuem dificuldade para engravidar, sendo 2 deles voltados para o tema de infertilidade e apenas 2 deles sendo específicos sobre mulheres tentantes. Além disso, foi-se achado 5 trabalhos que tem como principal assunto o luto perinatal, abrindo espaço para a discussão sobre óbitos gestacionais. Logo, percebe-se uma certa escassez de pesquisas relacionadas, especificamente, dos impactos emocionais na vida de mulheres que estão em processo de tentativas de gravidez.

Tabela 1 – Resumo dos artigos publicados entre 2006 a 2024, utilizados na discussão desse trabalho

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	TIPO DE MATERIAL	PRINCIPAIS ACHADOS
2004	BAUMAN, Z. AMOR LÍQUIDO: SOBRE A FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS.	LIVRO	A ANSIEDADE POTENCIALIZADA EM UMA SOCIEDADE QUE VIVE A INSTANTANEIDADE
2005	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. BRASÍLIA, 2005.	LEGISLAÇÃO	A POSIÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À ESPIRITUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO
2006	GESTEIRA, S. M. A. ET AL. O LUTO NO PROCESSO DE ABORTO PROVOCADO.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO PERINATAL
2007	BARTILOTTI, M. R. M. B. INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM LUTO PERINATAL. IN: F. F. BORTOLETTI (ORG.). PSICOLOGIA NA PRÁTICA OBSTÉTRICA: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR.	LIVRO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO PERINATAL
2007	IACONELLI, V. LUTO INSÓLITO, DESMENTIDO E TRAUMA: CLÍNICA PSICANALÍTICA COM MÃES DE BEBÊS.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO PERINATAL
2009	COSTA, P.; LEITE, R. C. B. O. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELOS PACIENTES ONCOLÓGICOS SUBMETIDOS A CIRURGIAS MUTILADORAS.	ARTIGO	O PAPEL DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO PROCESSO DO LUTO
2009	DUARTE, C. A. M.; TURATO, E. R. SENTIMENTOS PRESENTES NAS MULHERES DIANTE DA PERDA FETAL: UMA REVISÃO.1, P.77-92, 2005.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO PERINATAL
2010	FRANCO, M. H. P. "POR QUE ESTUDAR O LUTO NA ATUALIDADE". IN: FRANCO, M. H. P. (ORG.). FORMAÇÃO E ROMPIMENTO DE VÍNCULOS: O DILEMA DAS PERDAS NA ATUALIDADE.	LIVRO	READAPTAÇÃO NO PROCESSO DE LUTO
2010	LANIUS, M.; SOUZA, E. L. A. REPRODUÇÃO ASSISTIDA: OS IMPASSES DO DESEJO.	ARTIGO	A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DO LUTO SOFRIDO POR MULHERES TENTANTES NAS SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS
2012	LOPES, V.; LEAL, I. AJUSTAMENTO EMOCIONAL NA INFERTILIDADE.	DISSERTAÇÃO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO DA INFERTILIDADE
2012	VARGAS, E. P. 'BARRIGÃO À MOSTRA': VICISSITUDES E VALORIZAÇÃO DO CORPO REPRODUTIVO NA CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DA GRAVIDEZ.	ARTIGO	CONCEPÇÃO DE REPRODUÇÃO COMO IDENTIDADE FEMININA
2014	LEITE, R. R. Q.; FROTA, A. M. M. C. O DESEJO DE SER MÃE E A BARREIRA DA INFERTILIDADE: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO DA INFERTILIDADE
2014	SCORSOLINI-COMIN, F. ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO E PSICOTERAPIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.	ARTIGO	O PAPEL DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NO PROCESSO DE LUTO
2015	CASELLATO, G. O RESGATE DA EMPATIA: SUPORTE PSICOLÓGICO AO LUTO NÃO-RECONHECIDO.	LIVRO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO NÃO-RECONHECIDO
2015	STRAUBE, K. M.; MELAMED, R. M. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE PSICOLOGIA EM REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: A INFERTILIDADE E SEU ESPECTRO PSICOEMOCIONAL.	LIVRO	O PAPEL DA PSICOTERAPIA NO PROCESSO DE LUTO VIVENCIADO NO ADIAMENTO DA GRAVIDEZ
2017	KÜBLER-ROSS, E. SOBRE A MORTE E O MORRER: O QUE OS DOENTES TERMINAIS TEM PARA ENSINAR A MÉDICOS, ENFERMEIRAS, RELIGIOSOS E AOS SEUS PRÓPRIOS PARENTES.	LIVRO	RELACIONAR OS ESTÁGIO DO LUTO AO PROCESSO PSICOLÓGICO DO ADIAMENTO DA MATERNIDADE
2017	MALDONADO, M. T. PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ: GESTANDO PESSOAS PARA UMA SOCIEDADE MELHOR.	LIVRO	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE FEMININA A PARTIR DA REPRODUÇÃO

2017	SANTOS, G. C. B. F. INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE MENTAL EM SITUAÇÕES DE PERDA E LUTO NO BRASIL.	ARTIGO	INTERVENÇÕES PSICOLÓGICA FRENTE A SITUAÇÕES DE PERDAS
2019	ARANTES, A. C. Q. SENTIMENTOS SEM MÁSCARA. IN: ARANTES, A. C. Q. A MORTE É UM DIA QUE VALE A PENA VIVER.	LIVRO	A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA
2019	BARBIERI, J. VIVER O LUTO E AS REDES DE APOIO A FAMILIARES QUE PERDERAM EM ENTE QUERIDO.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	A REDE DE APOIO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO NO PROCESSO DE LUTO
2019	ESPOTE, R. O YOUTUBE COMO ESPAÇO DE COMPARTILHAMENTO DE VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE SE DENOMINAM TENTANTES: YOUTUBE AS MEDIA OF SHARING THE LIFE EXPERIENCE OF WOMEN SELF-CALLED TENTANTES..	DISSERTAÇÃO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO DE MULHERES TENTANTES
2019	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WHO). SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH.	SITE	OS EFEITOS EMOCIONAIS DO PROCESSO DO LUTO EM MULHERES TENTANTES
2020	ANDERY, M. C. R. ET AL. A VIVÊNCIA DO LUTO DE PSICÓLOGOS DENTRO DAS INSTITUIÇÕES.	ARTIGO	CONCEITO DE LUTO NÃO-RECONHECIDO
2020	CASELLATO, G. LUTO POR PERDAS NÃO-LEGITIMADAS NA ATUALIDADE.	LIVRO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO NÃO-RECONHECIDO
2020	KÓVACS, M. J. PREFÁCIO. IN: CASELLATO, G. (ORG.). O LUTO POR PERDAS NÃO LEGITIMADAS NA ATUALIDADE.	LIVRO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO NÃO-RECONHECIDO
2020	KREUZ, G.; ANTONIASSI, R. P. N. GRUPO DE APOIO PARA SOBREVIVENTES DO SUICÍDIO.	ARTIGO	O PAPEL DOS GRUPOS DE APOIO NO PROCESSO DE LUTO
2021	DOS SANTOS, T. F. L. ET AL. O LUTO PERINATAL E NEONATAL E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NESSE CONTEXTO.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO PERINATAL
2023	TEXEIRA, E. C. M. A., VILLATORE, M. C. & AZEVEDO, A. V. S. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA MULHERES COM HISTÓRICO DE TENTATIVAS DE GRAVIDEZ.	ARTIGO	SOFRIMENTO VIVIDO NO LUTO DE MULHERES TENTANTES
2024	OLIVEIRA, A. N. ET AL. POSVENÇÃO: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO LUTO POR SUICÍDIO.	ARTIGO	O PAPEL DA PSICOTERAPIA NO PROCESSO DE LUTO

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Nos trabalhos que tratam sobre o processo do luto é possível notar que há uma opinião unânime sobre a vivência sofrida por essas mulheres ser considerada um luto não-reconhecido, visto que há perdas simbólicas ao longo da jornada de adiamento da maternidade. Então, essas pesquisas concordam que as perdas podem trazer sérios danos à saúde mental dessas pessoas. Pelo mais, nos estudos referentes ao luto sofrido a partir da infertilidade, da perda gestacional e da dificuldade de engravidar, a opinião dos autores analisados mostra-se similar acerca da relação a

construção histórica da pressão social sobre o alcance da maternidade, que desde os tempos da antiguidade era tida como objeto de valorização, mas que reflete nos dias contemporâneos, pois é possível notar que para eles as redes sociais são os maiores veículos da disseminação da gravidez como uma etapa obrigatória da feminilidade. Desse modo, os atores apontam os mesmos impactos emocionais das afetadas, como sentimentos de tristeza profunda, quadros de ansiedade, problemas de autoimagem, causando crises de identidade, assim como problemas na autoestima, refletindo no autocuidado da mulher, além do isolamento social, causado por sentimentos de constrangimento, culpa, medo de desaprovações, mudanças nas relações interpessoais e sexuais, entre outros.

Mediante o que foi citado anteriormente, trabalhos ligados a intervenções psicológicas concordam que a psicoterapia, independente de ser uma abordagem breve-focal, ou seja, a curto prazo, ou de longa duração, os grupos de apoio, também chamados de grupos de autoajuda, e a prática do aconselhamento psicológico são processos válidos para serem realizados para o alívio do sofrimento causado pela perda.

6. CONCLUSÃO

Portanto, pode-se concluir que a delonga da maternidade pode gerar diversas perdas simbólicas, implicando em processo de luto. Sendo assim, os objetivos dessa pesquisa foram contemplados e alcançados, embora tenha-se notado algumas limitações, como a falta de trabalhos acadêmicos que tratem sobre o luto vivenciado por mulheres tentantes. Por isso, sugere-se a formulação de novos estudos sobre o assunto.

Desse modo, é essencial identificar e validar essas experiências de luto, proporcionando um espaço onde o sofrimento possa ser expresso e tratado com a seriedade que merece. Sendo assim, se faz necessário a atuação da psicologia para o suporte psicológico em meio ao processo de luto. Nota-se que esse espaço deve ser um ambiente seguro e acolhedor, sem julgamentos, como o contexto oferecido por grupos de apoio, que promove a troca de experiências dolorosas, o contexto de psicoterapia, um lugar para a expressão de emoções e para o desenvolvimento da habilidade de lidar com elas, e o contexto de aconselhamento psicológico, no qual visa

a resolução de dificuldades compreendendo os recursos de enfrentamento que a enlutada possui.

Dessa forma, espera-se que tais intervenções possam auxiliar no apoio emocional das afetadas pelo luto, a partir do conhecimento mais aprofundado do profissional de psicologia sobre tal demanda, pois é percebido a escassez de estudos sobre as formas de acolher e sobre o manejo direcionado a essas mulheres.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. C. R. *et al.* A vivência do luto de psicólogos dentro das instituições. **SBPH**. Rio de Janeiro, 2020, v. 23, n.1, p. 25-34, 2020.

ARANTES, A. C. Q. Sentimentos sem máscara. *In:* ARANTES, A. C. Q. **A morte é um dia que vale a pena viver**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. p.95-98.

BARBIERI, J. **Viver o luto e as redes de apoio a familiares que perderam em ente querido**.

2019.

BARTILOTTI, M. R. M. B. Intervenção psicológica em luto perinatal. *In:* F. F. Bortoletti (Org.). **Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manole, 2007.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASELLATO, G. **O resgate da empatia**: Suporte psicológico ao luto não-reconhecido. Summus Editorial, São Paulo, 2015.

CASELLATO, G. **Luto por perdas não-legitimadas na atualidade**. Summus Editorial, São Paulo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.

COSTA, P.; LEITE, R. C. B. O. Estratégias de enfrentamento utilizadas pelos pacientes oncológicos submetidos a cirurgias mutiladoras. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.55, n.54, p.355 - 364, 2009.

DOS SANTOS, T. F. L. *et al.* O luto perinatal e neonatal e a atuação da psicologia nesse contexto. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.

DUARTE, C. A. M.; TURATO, E. R. Sentimentos presentes nas mulheres diante da perda fetal: Uma revisão. **Psicologia em Estudos**, 2009, 14(3), 485-490.

ESPOTE, R. O Youtube como espaço de compartilhamento de vivências de mulheres que se denominam tentantes: Youtube as media of sharing the life experience of

women self-called tentantes. Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas. Limeira, São Paulo, 2019.

FRANCO, M. H. P. "Por que estudar o luto na atualidade". In: FRANCO, M. H. P. (org.). **Formação e rompimento de vínculos: o dilema das perdas na atualidade**. São Paulo: Summus, 2010.

GESTEIRA, S. M. A. *et al.* O luto no processo de aborto provocado. **Acta Paulista de Enfermagem**, 19(4), 462-467, 2006.

IACONELLI, V. Luto Insólito, desmentido e trauma: clínica psicanalítica com mães de bebês. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, 2007, 10(4) 614-623.

KÓVACS, M. J. Prefácio. In: CASELLATO, G. (org.). **O luto por perdas não legitimadas na atualidade**. São Paulo: Summus, 2020.

KREUZ, G.; ANTONIASSI, R. P. N. Grupo de apoio para sobreviventes do suicídio. **Psicologia em Estudo**, 25, p. 01 – 15. 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 10ª edição, 2017. p. 05-282.

LANIUS, M.; SOUZA, E. L. A. Reprodução assistida: os impasses do desejo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 13, n. 1, p. 53-70, 2010.

LEITE, R. R. Q.; FROTA, A. M. M. C. O Desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: Uma Compreensão Fenomenologica. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 20, n. 2, p. 151-160, 2014.

LOPES, V.; LEAL, I. **Ajustamento emocional na infertilidade**. Lisboa: Editora LDA, 2012.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez**: Gestando pessoas para uma sociedade melhor. Editora Ideias e Letras, 2017.

OLIVEIRA, A. N. *et al.* POSVENÇÃO: estratégias de enfrentamento para elaboração do luto por suicídio. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 10, n. 1, p. 320-336, 2024.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (WHO). Sexual and reproductive health. 2019.. Disponível em: [[https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research-\(srh\)/overview](https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research-(srh)/overview)]. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS, G. C. B. F. Intervenção do profissional de saúde mental em situações de perda e luto no Brasil. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 2, n. 3, p. 116-137, 2017.

SCORSOLINI-COMIN, F. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. **Contextos Clínicos**, v. 7, n. 1, p. 02-14, 2014.

STRAUBE, K. M.; MELAMED, R. M. **Temas contemporâneos de psicologia em reprodução humana assistida**: a infertilidade e seu espectro psicoemocional (Vol 1). Livrus Editorial, 2015.

TEXEIRA, E. C. M. A., VILLATORE, M. C. & AZEVEDO, A. V. S. Intervenção psicossocial para mulheres com histórico de tentativas de gravidez. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, 2023.

VARGAS, E. P. 'Barrigão à mostra': vicissitudes e valorização do corpo reprodutivo na construção das imagens da gravidez. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.19, n.1, p.237-258, 2012.

YONESHIGUE, B. **Infertilidade cresce e atinge 1 a cada 6 adultos, diz OMS; por que está cada vez mais difícil engravidar?** *Oglobo*, Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024, Saúde. Disponível em: [<https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2023/04/infertilidade-afetaquase-20percent-da-populacao-mundial-diz-oms-e-medicos-apontam-as-causas-paraaumento-da-prevalencia.ghml>]. Acesso em: 21 out. 2024.



REALIZAÇÃO:



APOIO:



**MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E ATUALIZAÇÕES NO
CONTEXTO DA SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A): implicações para o fazer da(o)
psicóloga(o)**

Samiris Costa da Silva¹

¹ Universidade Federal do Maranhão; Mestre em Psicologia; samiris.cs@gmail.com.

RESUMO

O mundo do trabalho tem passado por inúmeras transformações ao longo dos anos mediadas por reconfigurações sociais, culturais e tecnológicas, que vem repercutindo sobre o perfil de trabalhador esperado. Frente a estas mudanças, tem sido cada vez mais evidenciado um aumento da incidência de transtornos mentais relacionados ao trabalho e de afastamentos laborais cuja causa esteja relacionada à saúde mental. Paralelamente, observa-se um movimento em direção a atualizações de normativas e classificações diagnósticas no contexto mundial e nacional, com um maior delineamento acerca da presença de fatores de risco psicossocial relacionados ao trabalho, sinalizando a necessidade de identificação e gerenciamento destes riscos no ambiente laboral. Tais mudanças incidem também sobre a atuação do profissional de psicologia neste cenário, sinalizando a necessidade de uma ampliação das intervenções no âmbito da saúde e segurança do trabalhador. Assim, elenca-se como problema de pesquisa: quais as implicações para o fazer psi frente às atualizações normativas no contexto da saúde do trabalhador e as reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade? Para esta discussão, parte-se do referencial teórico-metodológico da psicologia sócio-histórica e do materialismo histórico-dialético, buscando situar uma breve contextualização sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, um panorama sobre as recentes atualizações normativas e uma reflexão sobre o fazer psi neste contexto. Conclui-se sinalizando a importância da inserção da(o) psicóloga(o) na saúde e segurança do trabalhador e a necessidade de ampliação de estudos nesta área.

1. INTRODUÇÃO

Este texto parte de questões advindas de nosso percurso de atuação no contexto da saúde e da segurança do trabalhador, buscando realizar uma reflexão crítica acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da forma como temos nos relacionado com este fazer na contemporaneidade. Propõe ainda, mediante uma articulação entre teoria e prática, um olhar reflexivo acerca da atuação da psicologia neste contexto, frente às demandas que lhe têm sido endereçadas.

Para isso, tomaremos como aportes teórico-metodológicos o materialismo histórico-dialético e a psicologia sócio-histórica, que trazem como marca a impossibilidade de abordarmos o fenômeno psicológico sem que voltemos nosso olhar para a realidade histórica e social na qual ele está inserido, considerando também a necessidade de enxergarmos esta realidade de forma crítica e contando as contradições e a dialética que lhe são próprias (BOCK, 2007).

Buscamos, assim, a partir desta tessitura: a) situar uma breve contextualização sobre as mudanças ocorridas mundo do trabalho contemporâneo e suas repercussões sobre a saúde mental; b) apresentar um levantamento sobre algumas das principais atualizações ocorridas no âmbito das legislações voltadas à saúde do trabalhador entre os anos de 2022 e 2024; c) e propor uma breve reflexão sobre a atuação da(o) profissional de psicologia na saúde e segurança do trabalhador, frente ao contexto contemporâneo. Assim, trazemos como problemática: quais as implicações para o fazer psi frente às atualizações normativas no contexto da saúde do trabalhador e as reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade? Estes serão os pontos de onde partiremos.

2. O MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE: o que mudou?

Já não é mais uma novidade que o mundo do trabalho mudou. Se voltarmos nosso olhar rapidamente para o contexto laboral há dez, vinte, trinta anos atrás, nos deparamos com inúmeros desencontros frente a maneira como nos relacionamos com o trabalho hoje.

Vivemos uma época cada vez mais tecnológica e automática, atravessada por recursos que encurtam distâncias territoriais – vide as redes sociais – e estreitam os limites entre a vida pública e privada, o que repercute também em mudanças tanto no âmbito da organização do trabalho, quanto do perfil de trabalhador esperado.

No contexto da esfera do trabalho, vemos cada vez mais vínculos laborais precarizados e inseguros, sob o pretexto de uma desburocratização das relações trabalhistas, sendo os fenômenos da uberização e da terceirização sintomas gritantes da nossa época (ANTUNES, 2020; MONTEIRO *et al.*, 2021). Paralelamente, se no período retratado em “*Tempos Modernos*”² víamos o trabalho regulado pela velocidade das máquinas e da linha de produção, hoje vemos o atravessamento da realidade laboral pela tecnologia da informação, que nos trouxe benefícios inegáveis, mas que cada vez mais coloca em questão a nossa relação com o tempo e intensifica o fazer laboral, especialmente em sua dimensão cognitiva e emocional.

Afinal, na contemporaneidade, não há tempo a perder! Cada espaço de tempo precisa ser preenchido com algum tipo de atividade ou objeto e mesmo nos momentos de descanso, somos cada vez mais cercados de recomendações práticas sobre o que fazer no “tempo livre”, sobre como aproveitar melhor o nosso próprio tempo. As informações em seu formato mais enxuto, são céleres e frequentes, vivemos sob o dilema de que precisamos estar conectados para “não perder” as atualizações, e com frequência, somos chamados a gerenciar nosso tempo para fazer caber nele o máximo de atividades possível, como se o tempo, para além de sua dimensão cronológica, fosse o mesmo para todos.

No contexto laboral, o trabalhador precisa, cada vez mais, realizar múltiplas tarefas, ser um gestor de si mesmo e de suas emoções, ser flexível, adaptando-se rapidamente a quaisquer mudanças, ter um pensamento técnico mas também estratégico sobre o seu fazer e, em meio ao novo perfil de competências exigido, deve também ser inventivo, inovador e criativo, sendo estas algumas das marcas daquilo que seria “a diferença” em relação ao outro, diferença, na verdade transvestida de

² Filme de 1936 protagonizado por Charles Chaplin, com uma ilustração acerca do funcionamento do mundo do trabalho à época, disponível para acesso em <https://www.youtube.com/watch?v=b9bybFoJV0>

uma comparação narcísica e sedutora, que por vezes conduz à competitividade excessiva entre os pares.

Se pensarmos que o sujeito psi é marcado por uma realidade histórica, social e cultural e atravessado pelos efeitos das mudanças nesta realidade, também não é possível dissociar a subjetividade e a saúde mental das transformações que temos vivido. Os estudos no âmbito da psicologia do trabalho e da psicologia sócio-histórica (BOCK, 2007; DEJOURS; DESSORS; DESLAUX, 1993) já nos sinalizavam isso, ao pensarem a inter-relação entre trabalho, subjetividade e saúde, propondo uma ampliação daquilo que consideramos “trabalho” e enxergando este fazer inserido em um contexto.

E é deste contexto que partiremos. Temos acompanhado a veiculação de várias notícias que tem como pano de fundo exatamente a relação entre trabalho, saúde e subjetividade na contemporaneidade. Uma pesquisa intitulada “*People at Work 2023: A Global Workforce View*”, do *ADP Research Institute*, por exemplo, apontou que dos 32.612 trabalhadores ouvidos em 17 países ao redor do mundo, 67% se diziam “influenciados negativamente” pelo estresse, e 57% apontaram que, em sua percepção, seus gestores não estariam preparados para falar sobre questões relacionadas à saúde mental, sem julgamentos. (ADP RESEARCH INSTITUTE, 2024). Um outro estudo, intitulado “*State Of The Global Workplace 2024*”, realizado pelo Instituto Gallup com 128 mil funcionários em mais de 160 países, identificou que 46% dos trabalhadores brasileiros estavam estressados e 25% se diziam tristes no ambiente de trabalho. A pesquisa identificou ainda que o Brasil está na quarta posição na América Latina em relação a sentimentos de raiva e tristeza, e em sétimo lugar em relação à percepção de estresse no trabalho. (BATISTA, 2024).

Quando voltamos o olhar para os afastamentos laborais e benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vemos em 2023 um crescimento de 38% (288.865 benefícios concedidos) em relação à 2022 (209.124 benefícios concedidos) quanto à concessão destes benefícios pelo INSS por incapacidade laboral, em razão de transtornos mentais e comportamentais. Ou seja, temos um crescimento no número de afastamentos laborais cuja causa esteja relacionada à saúde mental. (FONSECA, 2024).

Paralelamente, observamos um movimento mundial e nacional no âmbito das legislações, políticas e classificações diagnósticas voltados a tentar situar, de forma mais incisiva e precisa, a relação entre contexto de trabalho e qualidade de vida do trabalhador, propondo o estabelecimento de critérios e atualizando normativas para definirmos o que seria um ambiente laboral saudável, com menor probabilidade de produção de fatores de risco psicossociais que possam impactar negativamente a saúde e segurança dos trabalhadores.

Neste ponto, é cabível salientarmos o que estamos nomeando como “fatores de risco psicossociais” relacionados ao trabalho. De acordo com Sebben (2022, p. 62), estes fatores correspondem a “[...] tudo que influencia a saúde emocional e mental do ponto de vista subjetivo no ambiente de trabalho, vindo das relações de trabalho, da cultura organizacional, do modelo de gestão, do ambiente de trabalho e das características da atividade em si”. Sebben (2022, p. 56) aponta ainda alguns exemplos de fatores psicossociais presentes no ambiente de trabalho, sendo eles:

[...] o conteúdo do trabalho (a tarefa), a carga e o ritmo de trabalho, a jornada de trabalho, os controles exercidos, o ambiente de trabalho, os equipamentos necessários, a cultura organizacional, o modelo de liderança, os relacionamentos, seu papel na empresa, as possibilidades de carreira, a interação trabalho/vida pessoal e as exigências emocionais do trabalho.

O reconhecimento de fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho é fundamental para pensarmos a relação entre saúde mental e atividade laboral para além de uma perspectiva individualizante, em que o trabalhador é unicamente culpabilizado por seu adoecimento por não dispor de recursos de enfrentamento ou de *soft skills* suficientes, sendo fundamental considerarmos a incidência de aspectos organizacionais nesta dinâmica e, para além disso, como já sinalizamos, aspectos macrossociais, econômicos, culturais e políticos.

Quando voltamos nosso olhar para o contexto da contemporaneidade, marcada por uma cultura dos excessos, em que é cada vez mais difícil desligar-se do trabalho fora do horário da atividade (horário cada vez mais flexível, diante da invasão das redes sociais em nosso dia-a-dia, vide os grupos de *WhatsApp* e mensagens fora do horário de trabalho), deparamo-nos com uma sintomatologia que grita: estamos cada vez mais ansiosos e estressados no trabalho.

E para além de buscarmos nomear um único responsável por isso, como temos visto por vezes ser feito em relação à Pandemia da COVID-19, que sem dúvidas trouxe impactos à nossa saúde mental e às relações de trabalho, é preciso um olhar multifatorial para analisarmos o aspecto da saúde/doença relacionadas ao trabalho. Uma análise que se dá, acreditamos, em três importantes níveis: o macrossocial, o organizacional e o individual.

Por isso, vemos com olhos atentos as recentes iniciativas e mudanças no campo da saúde do trabalhador, especialmente no âmbito das legislações e classificações diagnósticas, como já mencionamos, enquanto importantes recursos que podem ser tomados como parâmetros para o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção, promoção e reabilitação da saúde mental, frente às reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade.

Tais mudanças reafirmam ainda uma concepção fundamental, há muito já evidenciada: a noção de existência de um nexo de causalidade entre saúde e trabalho (BRASIL, 2001; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Partimos, portanto, do pressuposto de que o trabalho pode constituir-se tanto como um fator de proteção para a saúde do trabalhador, impactando sua vida positivamente, quanto como um fator de risco, trazendo efeitos negativos, a depender da forma como está organizado e de inúmeros condicionantes psicossociais que transpassam aspectos organizacionais e contextuais e reverberam singularmente em cada sujeito trabalhador, a partir de sua história de vida e das questões que lhe atravessam.

O reconhecimento da importância destas mudanças no âmbito macrossocial, necessárias frente às novas demandas e questões relacionadas à saúde mental que comparecem na contemporaneidade, deve também vir acompanhado de um processo reflexivo acerca de suas repercussões. Por isso, apresentaremos a seguir algumas das principais mudanças, ao nosso ver, ocorridas nos últimos dois anos (2022-2024) no campo da saúde do trabalhador para então analisar suas repercussões sobre a atuação da(o) profissional de psicologia, conforme nos propomos neste pequeno recorte textual.

3. ATUALIZAÇÕES NO CONTEXTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR:

algumas considerações

Entre os anos de 2022 e 2024, pudemos observar algumas importantes mudanças e atualizações, relacionadas ao campo da saúde do trabalhador, e de forma mais específica, à saúde mental, sendo as principais delas, em nossa perspectiva, as seguintes:

- a) Atualização da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), com mudança da categoria diagnóstica da Síndrome de Burnout, em 2022, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2024);
- b) Alterações em relação à Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), em 2023, pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2023);
- c) Criação da Lei do Certificado de Empresa Promotora de Saúde Mental, em 2024 (BRASIL, 2024a);
- d) Mudança da Norma Regulamentadora 01 (NR-01), mediante publicação da Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, com a inclusão do gerenciamento dos fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, em 2024 (BRASIL, 2024c);

A publicação pela OMS em 2022 da 11ª edição da CID (CID-11) traz uma importante mudança relacionada à Síndrome de Burnout. Anteriormente, na 10ª edição desta Classificação publicada pela primeira vez nos anos 1990 e revisada nos anos posteriores, a Síndrome de Burnout estava situada no Capítulo XXI, intitulado *“Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde”*, onde estava incluída como um *“Problema relacionado com a organização de seu modo de vida”* e codificada como Esgotamento, sob o CID10 Z73.0. Já na CID-11, a Síndrome permaneceu vinculada ao Capítulo *“Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde”*, mas passou a ser incluída no subitem *“Problemas associados ao emprego ou desemprego”*, sendo reconhecida, portanto, no âmbito da CID, como um *“fenômeno específico do contexto organizacional”* (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2024).

No contexto brasileiro, a Síndrome de Burnout já estava incluída desde 1999 na chamada Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (BRASIL, 1999), documento

elaborado pelo Ministério da Saúde que orienta a organização dos serviços no âmbito da vigilância e assistência à saúde do trabalhador e que traz um levantamento de diversas doenças e agravos, físicos e mentais, que podem ser desenvolvidos a partir do fazer laboral. Em novembro de 2023 este documento sofreu uma atualização, com a inclusão de 165 novas patologias, entre elas a COVID-19 e o suicídio relacionado ao trabalho, atualização descrita pelo Ministério da Saúde como uma “adequação do protocolo às necessidades dos trabalhadores”. (PAOLA, 2023).

Para além da inclusão de novos agravos, a atualização da LDRT também evidenciou um maior delineamento de agentes e/ou fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, especialmente em relação às questões mentais. No caso da Síndrome de Burnout, por exemplo, na edição de 1999, eram trazidos como “*agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional*” os seguintes: “*ritmo de trabalho penoso*” e “*outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho*” (BRASIL, 1999). Já na edição publicada ao final de 2023, são descritos os seguintes fatores de risco psicossociais para a Síndrome:

[...] gestão organizacional; e/ou contexto da organização do trabalho; e/ou característica das relações sociais no trabalho; e/ou conteúdo das tarefas do trabalho; e/ou condição do ambiente de trabalho; e/ou interação pessoatarefa; e/ou jornada de trabalho; e/ou violência e assédio moral/sexual no trabalho; e/ou discriminação no trabalho; e/ou risco de morte e trauma no trabalho (BRASIL, 2023a).

Um marco também importante no âmbito legislativo foi a publicação em março de 2024 da Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024, que institui o chamado Certificado Empresa Promotora de Saúde Mental, tão difundido atualmente nas organizações, como uma possível certificação a ser pleiteada. Ao nosso ver, a grande contribuição deste dispositivo foi o estabelecimento de uma série de ações e políticas que tem como principal objetivo o desenvolvimento de programas e medidas estruturadas, baseadas em três diretrizes principais: “promoção da saúde mental”, “bem-estar dos trabalhadores” e “transparência e prestação de contas” (BRASIL, 2024a).

A publicação de uma Lei que propõe a oferta de uma certificação a empresas e organizações que desenvolvam ações voltadas à promoção de saúde mental e bemestar, denuncia, entretanto, o quanto nossa sociedade ainda parece não compreender que construir espaços laborais que garantam prevenção e promoção de

saúde e segurança do trabalhador é não apenas um dever, mas também o maior “ganho”, trazendo inúmeros impactos positivos para além do nível individual, como a melhoria da produtividade, a diminuição de *turnover*, do absenteísmo e do presenteísmo, por exemplo. Sabemos, no entanto, que diante de uma cultura como a nossa, fragilizada em relação ao desenvolvimento de atitudes mais prevencionistas e atravessada pelos valores capitalistas, é necessária muitas vezes a proposição e consolidação de legislações como esta, para que possamos de fato observar algumas mudanças. Assim esperamos.

Outra importante atualização ocorrida recentemente, em julho de 2024, e consolidada através da publicação da Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, que entra em vigência em 26 de maio de 2025, foi a inclusão dos fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, de forma explícita, no gerenciamento de riscos ocupacionais a ser obrigatoriamente realizado pelas organizações, conforme estipulado pela Norma Regulamentadora 01 (BRASIL, 2024c).

As Normas Regulamentadoras (também chamadas de NRs) são dispositivos elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em consonância com os princípios trazidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela OMS, que apresentam parâmetros orientativos para o desenvolvimento de ações no âmbito da promoção de saúde e segurança do trabalhador nas organizações. Em relação à NRB01 que foi recentemente atualizada e que também é conhecida popularmente como “norma mãe” por ser um grande-chuva para a demais NRs, esta traz como um de seus objetivos estabelecer “[...] as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho – SST” (BRASIL, 2024b). Neste ponto, é cabível resgatar o trecho da NR – 01 que versa sobre os deveres dos empregadores no âmbito da gestão de riscos ocupacionais que, como dissemos, deve agora também incluir os fatores de risco psicossociais:

1.5.3.2 A organização deve:

- a) evitar ou eliminar os perigos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;

- e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1;
- e f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais. (BRASIL, 2024c)

Um ponto crucial trazido pela Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT) (2024) é que a atualização da NR – 01 não quer dizer que as empresas e instituições não realizassem anteriormente ações voltadas à gestão dos riscos psicossociais, mas que com as alterações da Portaria em questão, é possível agora especificar de forma clara a necessidade de mapeamento deste tipo de risco, situado de maneira mais incisiva como um tipo de risco ocupacional. Aproveitamos esta consideração também para salientar que anteriormente à atualização dos dispositivos trazidos aqui, já comparecia em várias normativas da OIT e da OMS a necessidade de gerenciamento desse tipo de risco, havendo a proposição do desenvolvimento de programas e ações estruturados voltados à sua identificação e controle, como apontam Efrom, Basquez e Hutz (2020).

O que destacamos ao apontar estas quatro atualizações ocorridas entre os anos de 2022 e 2024 é a importância e as possíveis repercussões destas mudanças em meio a um mundo do trabalho reconfigurado por condições e exigências próprias de nossa época. Diante disso, Arraes (2024) sinaliza que tais mudanças contribuem tanto para um aumento da especificação e maior delineamento de fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, quanto para a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas a estes sujeitos, evidenciando critérios mais claros para o posterior estabelecimento de nexos causais entre situações de adoecimento e contexto laboral.

Consideramos que duas contribuições se mostram importantes em meio a estas atualizações: a reafirmação da necessidade de uma visão ampliada e multifatorial para o adoecimento ocupacional; e a urgente necessidade de voltarmos nosso olhar para o mundo do trabalho atual e seus impactos sobre a saúde e a subjetividade. Não significa dizer que o trabalho é o grande responsável por todos os comprometimentos à saúde dos trabalhadores, visto a existência também de aspectos individuais neste processo como sinalizamos, mas que precisamos nos perguntar de que maneira temos nos relacionado com o trabalho e que medidas são possíveis para a construção de ambientes laborais mais saudáveis e seguros. Pontos a partir dos

quais traremos algumas breves considerações, por incidirem diretamente sobre o fazer psi.

4. O FAZER PSI FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Não é possível pensarmos o fazer psi no contexto laboral sem partirmos de uma questão: o que tem sido demandado do profissional de psicologia neste contexto?

Consideramos importante partirmos deste ponto porque é comum pensarmos a atuação do profissional de psicologia nas organizações apenas inserido no setor de recursos humanos, atuando no âmbito dos processos de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento ou diagnóstico organizacional, através da realização de pesquisas de clima ou avaliações de desempenho, uma atuação extremamente importante e necessária. Entretanto, temos visto que é possível também a inserção deste profissional no âmbito da saúde e da segurança do trabalhador, muito embora esta não seja uma presença obrigatória prevista em legislações ou normativas, o que faz com que por vezes o papel da(o) psicóloga(o) neste contexto e suas possibilidades de atuação não sejam tão bem delineados (RODRIGUES; ANDRADE; SOUSA, 2020).

Temos observado também um movimento de algumas organizações em buscarem profissionais de psicologia para atuarem no acolhimento e escuta das demandas de adoecimento dos trabalhadores, seja de forma externa, na busca por plataformas de atendimento psicológico *on-line* ou parcerias de empresas terceirizadas que ofereçam este serviço, seja de forma interna, na estruturação de espaços de escuta psicológica voltados a estas demandas, o que costuma ser ofertado como um benefício aos funcionários e como uma estratégia para a promoção de saúde mental no contexto de trabalho.

A oferta de “[...] acesso a recursos de apoio psicológico e psiquiátrico para seus trabalhadores” (BRASIL, 2024b) é uma das estratégias previstas e propostas pela Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024 (Certificado de Empresa Promotora de Saúde Mental) como fundamental no âmbito da promoção de saúde mental no ambiente de trabalho e consideramos que este espaço é, sem dúvidas, uma grande possibilidade de inserção do profissional de psicologia no âmbito da saúde ocupacional.

Entretanto, em articulação à discussão que viemos tecendo neste pequeno recorte textual acerca do mundo do trabalho na contemporaneidade, dos impactos sobre o fazer laboral e a subjetividade, e das atualizações recentes no âmbito das normativas voltadas à saúde e segurança do trabalhador, acreditamos que é necessário um olhar ainda mais amplo para a atuação da(o) psicóloga(o) neste contexto, enquanto profissional que pode atuar não apenas na reabilitação e tratamento em saúde mental (onde é fundamental), mas também no âmbito da prevenção e promoção de saúde mental nos ambientes de trabalho.

Não à toa, a Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024 prevê de forma clara em seu Art. 3º, inciso I, alínea a), a “implementação de programas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho”, o que nos remete à ideia da construção de iniciativas duradouras e estruturadas neste contexto em várias frentes, passando pelo desenvolvimento de medidas de prevenção à agravos e adoecimentos até a oferta de recursos de suporte psicológico aos trabalhadores (BRASIL, 2024a).

Tal questão esbarra em alguns fatores. O primeiro, como sinalizamos de início, é que a presença do profissional de psicologia ainda não é obrigatória em espaços como os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)³ e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), apesar de vermos estes profissionais inseridos nos dois espaços em alguns contextos, desenvolvendo atuações tanto na perspectiva da prevenção, quanto da reabilitação em saúde, como pudemos vivenciar em nossa experiência.

A presença da(o) psicóloga(o) nestes serviços comunica algo importante: pensar a saúde mental no ambiente de trabalho é uma temática transversal e multidisciplinar, que passa pela Psicologia enquanto ciência e profissão, mas que não se constrói apenas por ela. E este é um olhar que, enquanto sociedade precisamos desenvolver: construir espaços de promoção de saúde mental não deve ser uma responsabilidade atribuída apenas aos profissionais de saúde mental (psicólogos,

³ Conforme apontam Rodrigues, Andrade e Sousa (2020), o SESMT é um serviço composto por funcionários da própria organização, cuja existência é prevista em Lei, no âmbito da Norma Regulamentadora nº 04, com dimensionamento realizado a partir do quantitativo de trabalhadores e do grau de risco da atividade realizada, e que tem como objetivo desenvolver ações voltadas à saúde, segurança e integridade do trabalhador. Já os CERESTs são serviços especializados, no âmbito da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), que desenvolvem ações voltadas à orientação, prevenção, assistência e vigilância neste âmbito de atuação.

psiquiatras, etc.), mas compartilhada por todos os atores que compõe as organizações: profissionais de outras áreas técnicas (como médicos do trabalho, enfermeiros do trabalho, engenheiros de segurança, profissionais de RH e etc.), lideranças em todos os níveis de hierarquia e o próprio trabalhador. Acreditamos que não é possível pensarmos de forma estruturada em promoção de saúde e segurança no trabalho sem que haja o envolvimento genuíno destes atores.

O segundo fator seria, ao nosso ver e em consonância com Rodrigues, Andrade e Sousa (2020), a necessidade de refletirmos sobre a ampliação das possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) no contexto do trabalho já no processo de formação em psicologia, trazendo algumas “notícias” relacionadas à atuação no campo da saúde e segurança do trabalhador. Campo transdisciplinar, que demanda conhecimentos de outras áreas, com a medicina do trabalho e a segurança do trabalho e, no âmbito da psicologia, de conhecimentos da psicologia da saúde, psicologia do trabalho, psicologia da saúde ocupacional, etc., para uma atuação ética, crítica e articulada ao contexto.

Importante também, enquanto profissionais psis inseridos no âmbito da saúde e segurança do trabalhador alertarmos em relação ao cuidado necessário para não reduzirmos as ações de promoção de saúde mental previstas pelas atuais normativas apenas ao cumprimento de *check-lists* ou burocracias, especialmente frente ao estabelecimento das novas exigências em relação ao gerenciamento de fatores de riscos psicossociais pela NR-01. Sabemos que muitas vezes, algumas medidas são adotadas no contexto da prevenção em saúde mental exatamente como cumprimento de exigências legais, mas é preciso atuarmos por exemplo, no desenvolvimento de ações de sensibilização e aberturas de canais de fala e escuta, no intuito de reforçar a importância do desenvolvimento de ações que genuinamente visem a promoção de bem-estar e qualidade de vida no trabalho e os impactos da ausência destes pilares.

Assim, em consenso com Rodrigues, Andrade e Sousa (2020), vislumbramos, diante das recentes atualizações normativas, a abertura de algumas possibilidades de atuação e de contribuição do profissional de psicologia neste contexto, tanto do ponto de vista assistencial, em ambulatórios multidisciplinares de saúde do trabalhador, quanto a nível estratégico, podendo atuar de forma interdisciplinar em equipes de

saúde ocupacional, no mapeamento de indicadores de saúde mental e na realização de diagnósticos organizacionais relacionados, por exemplo, à identificação de fatores de risco psicossocial no trabalho, na elaboração e implantação de programas e políticas continuadas de promoção de bem-estar e qualidade de vida, no desenvolvimento de ações integradas com outros profissionais voltadas à prevenção de assédio e outras formas de violência no trabalho, em articulação à segurança do trabalho, com vistas à prevenção de acidentes e, ainda, na realização das chamadas avaliações de risco psicossocial.

Compreendemos tratar-se de uma prática desafiadora, como qualquer atuação nos diferentes contextos em que é possível a inserção da(o) psicóloga(o), mas partimos sempre, enquanto profissionais, de uma questão: quais são os limites e possibilidades? Limites e possibilidades, remodelados a cada vez, diante do que for possível a cada profissional, considerando sempre as especificidades de cada organização, de cada contexto de trabalho, de cada setor, os múltiplos discursos envolvidos e a singularidade de cada sujeito atravessado por estas configurações.

5. CONCLUSÃO

Propomos neste curto recorte textual apresentar algumas considerações em relação às novas reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade e suas repercussões sobre a saúde mental dos trabalhadores, articulando tal leitura com as recentes atualizações normativas no campo da saúde do trabalhador e algumas reflexões acerca da prática profissional da(o) psicóloga(o) neste contexto.

Consideramos relevantes as recentes atualizações propostas e aqui situadas, para o fortalecimento do desenvolvimento de estratégias voltadas para o contexto da saúde e da segurança do trabalhador e, em especial, para promoção de saúde mental no trabalho, sendo importante tecermos reflexões sobre as possibilidades de atuação do profissional de psicologia neste contexto, e sobre as questões que atravessam esta atuação, no sentido de voltarmos o olhar a quais demandas nos tem sido endereçadas e de que forma temos nos colocado neste contexto.

Assim, consideramos serem necessários cada vez mais estudos nesta área, uma maior ampliação destas discussões no âmbito da formação em psicologia e

mudanças no âmbito das políticas públicas e normativas, especialmente quanto a contemplar a previsão deste profissional nos dispositivos voltados à prevenção e promoção de saúde e segurança do trabalhador, como os SESMTs, as equipes de saúde ocupacional nas instituições e os CERESTs, ampliando possibilidades de campos de atuação para a categoria e fomentando espaços para trocas e discussões voltadas à promoção de saúde mental.

REFERÊNCIAS

ADP RESEARCH INSTITUTE. **Bem-estar no trabalho: estresse afeta 67% dos brasileiros**. ADP, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://br.adp.com/sobre-aadp/central-de-imprensa/bem-estar-no-trabalho.aspx>. Acesso em: 25 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo (Org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ARRAES, P. **Burnout entrou na nova lista de doenças relacionadas ao trabalho?** YouTube, 08 jan. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DQnDxnj8Xm4&list=PLEC_DxRaj9noOsGb4UMuqK5X_qtiaANaf. Acesso em: 27 out. 2024.

BATISTA, V. H. **46% dos trabalhadores brasileiros estão estressados, 25% tristes e 18% com raiva, indica estudo**. Folha de São Paulo, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/46-dostrabalhadores-brasileiros-estao-estressados-25-tristes-e-18-com-raiva-indicaestudo.shtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-38.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1339, de 18 de novembro de 1999**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças Relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colabs. Idelberto Muniz Almeida *et al.* – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diário Oficial da União. **Portaria GM/MS Nº 1.999, de 27 de novembro de 2023**. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Brasília: Diário Oficial da União, 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.999-de-27-de-novembro-de-2023-526629116>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024**. Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação. Brasília: DOU, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14831.htm. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **NR 01 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais.** Brasília: Gov.br, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/ptbr/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaoscolegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normasregulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2024.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024.** Aprova a nova redação do capítulo “1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais” e altera o “Anexo I - Termos e definições” da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília: Gov.br, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-dotrabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2024/portaria-mte-no-1-419-nr01-gro-nova-redacao.pdf/view>. Acesso em: 26 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Saúde do trabalhador no âmbito da Saúde Pública:** referências para atuação da (o) psicóloga (o). Brasília: CFP, 2019.

DEJOURS, C; DESSORS, D.; DESRLAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 3, p. 98-104,1993.

EFROM, C.; VASQUEZ, A. C. S.; HUTZ, C. S. Avaliação de fatores psicossociais no trabalho. *In*: HUTZ, C. S. **Avaliação psicológica no contexto organizacional e do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 19-37.

ESCOLA NACIONAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO (ENIT). **Alterações ocorridas na NR 01: riscos psicossociais relacionados ao trabalho.** YouTube, 17 out. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Z9Al3KoESk?si=L0y0ANqVNJT9PHJ7>. Acesso em: 26 out. 2024.

FONSECA, A. **Afastamentos por transtornos de saúde mental sobem 38%.** Globo Valor Econômico, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2024/01/22/afastamentos-por-transtornos-desaude-mental-sobem-38.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

MONTEIRO, J. K. *et al.* (Orgs.). **Trabalho, precarização e resistências.** São Luís: EDUFMA, 2021.

PAOLA, R. 2023. Ministério da Saúde atualiza lista de doenças relacionadas ao trabalho após 24 anos. **Gov.br**, Brasília, 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-dasaude-atualiza-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-apos-24-anos>. Acesso em: 26 out. 2024.

RODRIGUES, C. M. L.; ANDRADE, P. P.; SOUZA, K. M. A Inserção da psicologia no campo da saúde e segurança do trabalho: oportunidades e desafios. **Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 2, p.01-18, 2020.

SEBBEN, L. S. **Psicologia para a saúde mental e segurança no trabalho: da avaliação psicossocial à intervenção organizacional**. Belo Horizonte: Artesã, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Burn-out an “occupational phenomenon”**. WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/frequentlyasked-questions/burn-out-an-occupational-phenomenon>. Acesso em 28 out. 2024.

O CÉREBRO NO TDAH E TEA: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS NEUROANATÔMICAS E FUNCIONAIS

Aline Brandão do Nascimento ¹

Carlos Eduardo Sousa Aguiar ²

Kethelen Oliveira Silva²

Paulo Victor Santos Nascimento³

¹ Graduanda em psicologia pela faculdade Anhanguera de Imperatriz. alinebrandao018@gmail.com. ² Psicólogo graduado na universidade Ceuma de Imperatriz e especialista em Neuropsicologia. psicologia.cadu@gmail.com.

² Graduanda em psicologia pela faculdade Anhanguera de Imperatriz. kethelenoliveira2003@gmail.com.

³ Graduando em psicologia pela faculdade Anhanguera de Imperatriz. paulocentroga@gmail.com.

RESUMO

O artigo investiga diferenças e semelhanças neuroanatômicas e funcionais entre TEA e TDAH, com foco em áreas cerebrais que influenciam comportamento e controle emocional. Discute aspectos funcionais que afetam habilidades e propõe melhorias em intervenções terapêuticas.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são classificados como Transtornos de Neurodesenvolvimento, os quais caracterizam-se por alterações que impactam diretamente o comportamento e o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. De acordo com dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), estimase que a prevalência de autismo em âmbito global é equivalente a 1,5% da população, enquanto o TDAH afeta em torno de 5% a 8% da população. Ademais, no Brasil, estudos atuais enfatizam que a incidência desses transtornos está se expandindo progressivamente, o que reafirma a importância de estratégias interventivas e de investigações de cunho científico que auxiliem no entendimento mais aprimorado dessas condições e seus desdobramentos.

Perante esse contexto, é válido pontuar que, diante dos cenários tanto científico quanto clínico, o TDAH e o TEA são temas de destaque em investigações devido aos seus efeitos, que afetam amplamente o bem-estar social, escolar e, sobretudo, emocional dos sujeitos. Apesar de possuírem distinção em seu diagnóstico e sintomatologia, esses transtornos também apresentam sobreposições em aspectos neuropsicológicos e comportamentais, fatores que geram complicações tanto em seu diagnóstico diferencial quanto na efetivação de intervenções terapêuticas mais assertivas. Por exemplo, vale destacar que sintomas como impulsividade, déficit em habilidades de atenção e interações sociais são elementos que podem estar presentes em ambas as psicopatologias, mesmo que ocorram em intensidades e particularidades anatômicas diferentes.

Nesse sentido, o estudo propõe a investigação das nuances que perpassam as características discriminativas que diferenciam e aproximam o TEA e o TDAH no que se refere à esfera neuroanatômica. Além disso, abrange-se uma revisão bibliográfica por meio da seleção de artigos publicados entre os anos de 2010 e 2024, com o objetivo de proporcionar um panorama atual sobre a perspectiva científica relacionada aos transtornos. Assim, ressalta-se que essa abordagem será de grande valia para a consolidação de saberes aprofundados sobre as distinções e semelhanças entre o TEA e o TDAH.

Logo, o presente artigo estrutura-se sob uma ótica metodológica, com um aporte teórico baseado em uma revisão literária integrativa, enfatizando a análise de estudos que abordam os transtornos investigados. Com isso, espera-se que os resultados postulados possam contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a temática, bem como para o manejo de práticas terapêuticas com maior assertividade, promovendo maior qualidade de vida e inclusão das pessoas impactadas por essas condições no âmbito social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. FUNCIONAMENTO DO TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado principalmente por comprometimentos nas áreas de interação social, comunicação e comportamento, além de padrões restritos e repetitivos de ações e interesses. Esses déficits refletem diferenças significativas no desenvolvimento neurológico e no funcionamento comportamental, afetando a vida cotidiana dos indivíduos com TEA (Viana et al., 2023). Indivíduos com TEA apresentam comprometimentos em funções executivas como planejamento, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Esses déficits influenciam diretamente o comportamento, resultando em padrões repetitivos e dificuldades para lidar com mudanças. A rigidez cognitiva também prejudica a adaptação a novos contextos e a capacidade de realizar tarefas que exigem modulação comportamental, impactando a resposta adequada a diferentes estímulos no dia a dia (Cardoso & Pitanga, 2020).

Além das funções executivas, a Teoria da Mente também é afetada nos indivíduos com TEA. A Teoria da Mente refere-se à capacidade de compreender os pensamentos e sentimentos dos outros, algo que é prejudicado nas pessoas com autismo, especialmente em interações sociais mais complexas. Indivíduos com TEA nível 1, por exemplo, podem ter dificuldades em interpretar expressões faciais e compreender sutilezas da comunicação, o que impacta suas relações interpessoais (Makiyama, Silva & Rodrigues, 2021).

Do ponto de vista comportamental, o TEA manifesta-se desde a primeira infância, com sinais como dificuldade na comunicação verbal e não verbal, problemas

na interação social e uma forte aderência a rotinas e padrões repetitivos. Os primeiros sintomas podem surgir ainda no primeiro ano de vida, com sinais de atrasos no desenvolvimento da linguagem e ausência de comportamentos sociais básicos, como o contato visual e o sorriso social (Cardoso & Pitanga, 2020).

Ademais dos aspectos comportamentais e neurológicos clássicos do TEA, Temple Grandin oferece uma perspectiva única sobre o funcionamento do cérebro autista. Segundo Grandin (2013), o cérebro de indivíduos com TEA tem particularidades na forma como processa informações sensoriais e executa funções cognitivas. Ela destaca que a sensibilidade aumentada a estímulos visuais, auditivos e táteis é uma característica central do transtorno, influenciando significativamente o comportamento e as interações sociais. A autora ainda explora como essas diferenças neurobiológicas explicam as dificuldades na comunicação e nas habilidades sociais.

O reconhecimento das especificidades do TEA é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes que promovam a inclusão e a qualidade de vida. Um estudo recente destaca que, embora diversas intervenções estejam disponíveis, a eficácia delas varia, e é crucial garantir que as estratégias adotadas sejam adequadas às necessidades individuais, respeitando as particularidades e potencialidades de cada pessoa com TEA (Araujo, Silva & Zanon, 2023).

2.2. FUNCIONAMENTO DO TDAH

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um distúrbio comportamental com múltiplas causas, caracterizado por desatenção, desorganização, impulsividade e hiperatividade persistentes. Esses sintomas ocorrem em pelo menos dois contextos, como casa e escola, e afetam de forma significativa o convívio social e o desenvolvimento da pessoa (APA, 2014).

Indivíduos com TDAH enfrentam desafios significativos no ambiente escolar e social. Os sintomas de desatenção e impulsividade podem prejudicar a capacidade de manter amizades, levando a dificuldades interpessoais e ao isolamento social (Mattos, 2015). Além disso, a falta de foco e o comportamento desorganizado muitas vezes comprometem o desempenho acadêmico, resultando em baixo rendimento escolar.

A impulsividade refere-se à tendência de agir e reagir de maneira rápida e

desorganizada, respondendo a estímulos externos ou internos sem considerar adequadamente as possíveis consequências. A desatenção, por sua vez, envolve uma deficiência nos processos psicológicos responsáveis por permitir ao indivíduo selecionar, filtrar e organizar informações de forma controlada e significativa (Dalgalarrrondo, 2019).

Comportamentos como falta de atenção, esquecimento, irritabilidade e interrupção da fala alheia (Castro, 2018) tendem a prejudicar os relacionamentos interpessoais. Nesse sentido, Mattos (2015) ressalta que, em geral, a pessoa com TDAH carece de um "sinal de alerta" que indique a necessidade de parar, observar, ouvir e refletir antes de agir. O autor sugere o desenvolvimento do hábito de "pensar em voz alta", ou seja, verbalizar pensamentos para incentivar a reflexão sobre as alternativas e suas consequências.

2.3. SEMELHANÇAS ANATÔMICAS E FISIOLÓGICAS

No que se refere às semelhanças entre o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o continuum autístico, alcinha proposta por Sella (2018), é fundamental destacar a disfunção associada ao córtex pré-frontal. Essa região cerebral desempenha funções essenciais relacionadas ao planejamento, controle de impulsos e tomada de decisões, e está intimamente relacionada às dificuldades de impulsividade e à inibição de respostas emocionais, ou seja, respostas biológicas a estímulos ambientais, observadas em ambos os transtornos.

Ademais, segundo Brun et al. (2009), crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) apresentam lobos cerebrais com proporções aumentadas. Essa constatação correlaciona-se com a afirmação de Silveira e Rodrigues (2021), que apontam para uma alteração no tamanho do lobo, embora caracterizando não um aumento de estatura, mas, sim, um volume reduzido.

Além disso, são perceptíveis alterações na função endócrina dos indivíduos, especialmente em relação à dopamina, que apresenta variações em ambos os transtornos. De acordo com Tortora (2016), a dopamina é crucial para a regulação endócrina, controle motor e emotividade. Este neurotransmissor desempenha um papel essencial na neuromodulação, uma vez que altera o funcionamento dos

neurônios e melhora a comunicação nas vias neuronais por meio de estímulos localizados (USP, 2023). Assim, observam-se alterações dopaminérgicas em ambas as condições, manifestadas por modificações no corpo estriado, o que gera dificuldades relacionadas à atenção no TDAH (Silveira & Rodrigues, 2021) e compromete a regulação de humor e emoções, além de comportamentos repetitivos, que são funções mediadas pela dopamina e vigentes características do TEA.

Ainda, identificam-se problemas significativos na conectividade cerebral associada a esses transtornos. No caso do TEA, isso se deve a anomalias na poda neural, enquanto no TDAH as disfunções ocorrem em redes fronto-parietais e frontoestriatais (Instituto Singular, 2021). Essas alterações cerebrais têm implicações diretas nas habilidades de processamento de informações, na interação social e em padrões comportamentais específicos (Clínica Team Care, s.d.). Anormalidades na conectividade entre o córtex pré-frontal e outras regiões corticais e subcorticais estão associadas a dificuldades no planejamento, organização e execução de tarefas (Cortese, 2021).

Assim, diante do exposto, torna-se evidente que tanto o TEA quanto o TDAH compartilham alterações neurológicas e funcionais que sugerem que, mesmo com suas diferenças, ambos partilham intersecções que explicam o surgimento de características semelhantes nos indivíduos.

2.4. DIFERENÇAS ANATÔMICAS E FISIOLÓGICAS

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) está relacionado a um distúrbio neuroquímico cerebral (Dantas et al., 2024). De acordo com Couto et al. (2010), há duas causas mais abrangentes em se tratando do TDAH: uma relativa à carência funcional do lobo frontal, com ênfase no córtex cerebral, e a outra ligada a um déficit na funcionalidade de alguns neurotransmissores. Entre os neurotransmissores com déficit funcional estão a dopamina, a noradrenalina e a serotonina, que desempenham papéis cruciais na regulação da atenção, no controle dos impulsos e na motivação. A deficiência de dopamina e noradrenalina, em particular, está associada a dificuldades de foco e à impulsividade observadas nos indivíduos com TDAH. Com isso, o indivíduo demonstra grande dificuldade em focar

e manter a atenção tanto em aspectos internos quanto em estímulos presentes no ambiente.

Além disso, pessoas com o referido transtorno também possuem alterações em suas funções executivas, ocasionando dificuldades na realização de atividades da vida diária, como a efetivação de um planejamento estruturado, ou seja, manter-se focado em comportamentos gradativos necessários à execução de uma tarefa (Borges e Albrecht, 2022).

De maneira análoga, Mattos (2020, p. 53) destaca que há evidências de diferenças na estrutura cerebral de indivíduos com TDAH. Entre essas distinções, é imperioso pontuar áreas como o núcleo accumbens (NAcc), que propicia o ajustamento das expressões emocionais motivacionais, e o cíngulo, que auxilia nas funções executivas.

Em contraste, Monteiro et al. (2021), mediante um compilado de pesquisas sobre a compreensão neurológica do indivíduo com transtorno do espectro autista (TEA), relatam que as pessoas com esse transtorno possuem grande comprometimento em interações sociais, habilidades de comunicação e linguagem, estereotípias de interesses, comportamentos e tarefas. Sendo assim, as áreas mais afetadas, segundo análise teórica dessa autora, são o hipocampo, o corpo caloso, os gânglios da base e as células de Purkinje, que apresentam diminuição quantitativa.

Outrossim, é importante frisar que indivíduos com autismo também apresentam evidências de que o processo de dilatação cerebral é uma das principais causas de prejuízos nos circuitos envolvidos com as nuances comunicativas (Santos et al., 2023). Ainda em conformidade com o proposto por esse autor, observam-se alterações no cerebelo, especialmente na diminuição do córtex cerebelar, estrutura que, além de estar associada à aprendizagem motora, relaciona-se a disfunções sensoriais.

Portanto, diante do exposto, é possível afirmar que tanto o TEA quanto o TDAH implicam em alterações significativas em regiões cerebrais, impactando diretamente na forma como os indivíduos processam informações e interagem com o meio social. Com isso, entender de forma precisa essas disfunções é essencial para a promoção de intervenções focadas nas demandas específicas de cada pessoa, considerando as

manifestações comportamentais e os fundamentos neurobiológicos subjacentes.

3. METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão integrativa como método de pesquisa, com o objetivo de analisar as diferenças neuroanatômicas e fisiológicas entre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A princípio, foi elaborada uma questão norteadora que direcionou a busca de literatura relevante sobre o tema. Em seguida, realizou-se uma busca sistemática nas bases de dados PePSIC e SciELO (Scientific Electronic Library Online), utilizando os descritores “TEA”, “TDAH”, “Neuroanatômicas”, “semelhanças” e “diferenças”, sem restrição de datas para permitir uma análise ampla.

Após a busca, os estudos foram selecionados com base em critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, que visavam garantir a relevância e qualidade das informações incluídas, esses sendo: Estudos que abordassem aspectos neuroanatômicos e fisiológicos relacionados ao TDAH e ao TEA, publicações disponíveis em português, inglês ou espanhol, e pesquisas que apresentassem resultados comparativos entre os transtornos. Em seguida, os artigos foram categorizados conforme as similaridades e distinções encontradas nos aspectos neuroanatômicos e fisiológicos dos transtornos. A análise envolveu uma avaliação crítica dos estudos, visando identificar padrões e discrepâncias entre as pesquisas, o que possibilitou a interpretação dos resultados de maneira fundamentada. Por fim, foi elaborada a apresentação da revisão integrativa, sintetizando as informações obtidas e discutindo as implicações para o entendimento das diferenças e semelhanças entre TDAH e TEA.

4. CONCLUSÃO

A presente análise das semelhanças e diferenças neuroanatômicas e fisiológicas entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) revela uma série de interseções e divergências cruciais para a compreensão clínica desses transtornos do neurodesenvolvimento. Ao longo da revisão integrativa, observamos que, embora o TEA e o TDAH compartilhem

algumas disfunções neurológicas, como a alteração na função do córtex pré-frontal e os desequilíbrios nos sistemas neurotransmissores, cada transtorno manifesta-se de maneira distinta, especialmente em relação à interação social e à capacidade de atenção.

Conforme pontuado na revisão literária realizada, foram identificados variados aspectos neuroanatômicos e funcionais que contribuem para a diferenciação e convergência entre o TEA e o TDAH, conforme ilustrado a seguir:

1. **Similaridades Neuroanatômicas e Fisiológicas.** Ambos os transtornos retratam disfunções no córtex pré-frontal (Sella, 2018), sendo esse elemento de extrema importância para aspectos como a tomada de decisões e o controle inibitório. Tais alterações podem contribuir para o aparecimento de sintomas de déficit de atenção e impulsividade, que, embora mais acentuados em indivíduos com TDAH, são comuns entre os dois transtornos.
2. **Diferenças Anatômicas e Fisiológicas.** Estudos indicam que o TEA está associado de modo mais acentuado a áreas como o hipocampo, células de Purkinje, corpo caloso e os gânglios da base, áreas que impactam diretamente na interação social e nas competências comunicativas, ligadas tanto à linguagem verbal quanto à não verbal, além das estereotipias com interesses e comportamentos específicos (Monteiro et al., 2021). Em contrapartida, o TDAH envolve disfunções no lobo frontal e em neurotransmissores como serotonina, noradrenalina e dopamina, impactando diretamente na atenção e controle da impulsividade (Couto et al., 2010) e nas funções executivas, o que dificulta a capacidade de focar por longos períodos em atividades (Borges e Albrecht, 2022).

Ambos os transtornos envolvem, de maneira significativa, o comprometimento de estruturas cerebrais responsáveis pelas funções executivas e pelo controle motor. A disfunção do córtex pré-frontal, uma área essencial para o planejamento, controle de impulsos e regulação emocional, é uma característica comum tanto no TDAH quanto no TEA. Em indivíduos com TDAH, a redução da atividade dopaminérgica nas vias mesocorticais pode resultar em dificuldades de foco e desorganização no planejamento de atividades cotidianas. Já no TEA, as alterações na conectividade neural e nas vias dopaminérgicas podem interferir na percepção social e no

processamento de estímulos ambientais, o que agrava a dificuldade de interação social e comunicação.

Além disso, a presença de alterações nas vias dopaminérgicas em ambos os transtornos sugere uma intersecção importante entre os dois. No TDAH, a dopamina é crucial para a motivação e o controle da atenção, enquanto no TEA, essa substância neuroquímica parece desempenhar um papel na modulação da motivação social e na resposta emocional aos estímulos. Essas disfunções podem explicar, em parte, o comportamento impulsivo e as dificuldades de regulação emocional observadas em indivíduos com ambos os transtornos.

Apesar das semelhanças, existem diferenças notáveis nas regiões cerebrais mais afetadas por cada transtorno. No TEA, além do córtex pré-frontal, outras áreas, como o hipocampo e os gânglios da base, mostram disfunções que afetam a integração sensorial e a capacidade de gerar respostas motoras coordenadas. O comprometimento na comunicação inter-hemisférica, com destaque para a alteração no corpo caloso, também parece ser um marcador distintivo do TEA, resultando em dificuldades significativas em estabelecer conexões sociais e na comunicação verbal e não verbal.

Por outro lado, o TDAH apresenta alterações mais concentradas em circuitos relacionados à atenção, controle de impulsos e função executiva. As disfunções nas vias dopaminérgicas que conectam o córtex pré-frontal aos núcleos da base parecem ser mais pronunciadas no TDAH, levando a déficits no controle da atenção, à dificuldade em sustentar o foco em tarefas e à tendência à hiperatividade e impulsividade. Essas diferenças estruturais podem justificar a maior prevalência de dificuldades no controle da atenção no TDAH, enquanto o TEA é mais caracterizado por prejuízos significativos em habilidades sociais e comunicação.

As implicações dessas semelhanças e diferenças neuroanatômicas são evidentes no comportamento dos indivíduos com TEA e TDAH. O TEA é frequentemente associado a uma dificuldade marcante em estabelecer interações sociais, comunicação verbal e não verbal, além de um padrão restrito e repetitivo de comportamentos. Em contraste, o TDAH se manifesta predominantemente por uma incapacidade de manter a atenção em atividades cotidianas e por um comportamento hiperativo, que é menos relacionado a questões sociais ou comunicativas e mais a um descontrole motor.

A interseção dessas condições sugere que, embora os transtornos tenham características distintas, existem pontos de sobreposição que tornam as abordagens terapêuticas mais desafiadoras. Estratégias que busquem tratar as dificuldades de controle de impulsos e de atenção, como as terapias que envolvem o treinamento de funções executivas, podem ser eficazes tanto para indivíduos com TDAH quanto para aqueles com TEA. No entanto, as intervenções também devem ser suficientemente personalizadas para atender às especificidades de cada transtorno. Enquanto no TEA é crucial focar no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação, no TDAH o foco deve ser maior no aprimoramento da capacidade de atenção e na regulação comportamental.

Portanto, diante dos elementos supracitados, cabe afirmar que esses resultados contribuem significativamente para a ampliação do entendimento sobre as distinções e intersecções entre TEA e TDAH, evidenciando a necessidade de intervenções práticas orientadas e fundamentadas por perspectivas neuropsicológicas inerentes a cada transtorno. A interseção entre o TEA e o TDAH aponta para a necessidade de abordagens terapêuticas multidisciplinares e altamente personalizadas. Profissionais de diferentes áreas, como psicologia, neuropsicologia, psiquiatria e pedagogia, devem colaborar para fornecer estratégias terapêuticas integradas, levando em consideração tanto as particularidades de cada transtorno quanto suas sobreposições. O uso de intervenções comportamentais, terapias cognitivo-comportamentais, programas de treinamento de funções executivas e, em alguns casos, farmacoterapia, pode ser fundamental para melhorar o controle de impulsos, a regulação emocional e as habilidades sociais.

A personalização do tratamento é, portanto, essencial para garantir a eficácia das intervenções e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos com TEA e TDAH. Reconhecer as áreas de interseção entre esses transtornos pode ser um ponto de partida para a implementação de tratamentos mais adequados e para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre as abordagens terapêuticas. Apesar das importantes contribuições da pesquisa atual, ainda há muitas lacunas a serem exploradas no entendimento das relações neurológicas entre o TEA e o TDAH.

Investigações futuras podem se beneficiar de uma abordagem mais detalhada

sobre como as diferenças na estrutura cerebral, como a densidade de neurotransmissores e a conectividade funcional entre as regiões cerebrais, influenciam as manifestações comportamentais desses transtornos. Além disso, mais estudos longitudinais são necessários para acompanhar o desenvolvimento desses transtornos ao longo do tempo, especialmente considerando que o impacto das disfunções neurológicas pode variar conforme a idade e o ambiente em que o indivíduo está inserido. Em suma, a continuidade das pesquisas na área, com ênfase nos mecanismos biológicos que conectam e diferenciam o TEA e o TDAH, é crucial para avançar no campo da neurociência aplicada ao comportamento humano, melhorando a capacidade de diagnóstico, a personalização do tratamento e a qualidade de vida de pacientes com esses transtornos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. G. R.; SILVA, M. A.; ZANON, R. B. **Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-247367>>.

Acesso em: 14 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **Sobre TDAH.**

Tratamento. ABDA, Rio de Janeiro, 10 maio 2017.
Disponível em:

<<https://tdah.org.br/tratamento/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRUN, Caroline C. et al. **Mapping brain abnormalities in boys with autism**. *Human Brain Mapping*, [S.L.], v. 30, n. 12, p. 3887-3900, 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/hbm.20814>>.

CARDOSO, D. M. P.; PITANGA, B. P. S. O Transtorno do Espectro Autista e as Funções Executivas: Contribuições da Neuropsicologia na Compreensão do

Transtorno. Estudos IAT, v. 5, n. 1, p. 6-15, 2020. Disponível em:

<<https://estudosiat.educacao.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/240>>.

Acesso em: 14 out. 2024.

CLINICA TEAM CARE. **Poda neural no autismo: desvendando um fenômeno complexo**. Blog da Clínica Team Care, [s.d.]. Disponível em:

<<https://www.clinicteamcare.com/post/poda-neural-no-autismo-desvendando-umfen%C3%B4meno-complexo>>. Acesso em: 12 out. 2024.

CORTES, S.; AOKI, Y. Y.; ITAHASHI, T.; CASTELLANOS, F. X.; EICKHOFF, S. B. **Systematic review and meta-analysis: resting-state functional magnetic resonance imaging studies of attention-deficit/hyperactivity disorder**. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 60, n. 1, p. 61-75, 2021.
DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GRANDIN, T. **O Cérebro Autista: Pensando Através do Espectro**. São Paulo: Fontanar, 2013.

INSTITUTO SINGULAR. **TDAH e funcionamento cerebral**. Blog do Instituto Singular, 2021. Disponível em: <<https://institutosingular.org/blog/tdah-efuncionamento-cerebral/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

MAKIYAMA, B. Y.; SILVA, J. F.; RODRIGUES, P. A. **A Teoria da Mente e os**

Processos Neuropsicológicos de Crianças Autistas. Revista Científica da UMC, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em:

<<https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/1620>>. Acesso em: 13 out. 2024.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua: perguntas e respostas sobre transtorno do**

déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. 16. ed. Brasil: [s.n.], 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Autism spectrum disorders.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/newsroom/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 323 p. SILVEIRA, F. M.; RODRIGUES, F. A. **Interface cérebro e máquina: atividade neuronal no transtorno déficit de atenção e hiperatividade.** Revista IberoAmericana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 1764-1776, 2021. TORTORA, Gerard J. **Princípios de Anatomia e Fisiologia.** 12. ed. Guanabara Koogan, 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Ao comprovar relação entre autismo e dopamina, estudo dá base para futuros tratamentos inéditos.** AUN, 19 set. 2023. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2023/09/19/aocomprovar-relacao-entre-autismo-e-dopamina-estudo-da-base-para-futurostratamentos-ineditos/>. Acesso em: 12 out. 2024.

VIANA, G. R. et al. Perspectivas Neurológicas e Direcionamentos Técnicos, Clínicos e Sociais no Transtorno do Espectro Autista. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 3, p. 9129-9149, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/59599>. Acesso em: 12 out. 2024.

O LUTO DO PSICÓLOGO: Reflexões sobre a Perda de um Paciente por Suicídio

Eduarda Louise Silva Chagas¹

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

Wenny Sousa do Nascimento²

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

Julia Cruillas Cardoso Belo³

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

Regienne Maria Paiva Abreu Oliveira Peixoto⁴

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão

1 Graduanda do 6º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: eduardalouise.psi@gmail.com.

2 Graduanda do 6º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: wennyasnascimento@gmail.com.

3 Graduando do 6º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: jucruillass@gmail.com.

4 Professor Mestre. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. E-mail: regienne.peixoto@undb.edu.br.

RESUMO

Durante o tempo de sua prática profissional, o psicólogo é envolto em muitos estigmas (mesmo durante sua graduação) que tentam ditar o modo como o mesmo deveria se portar e agir. Tais estigmas podem fazer com que o psicólogo passe por situações em que suas emoções são desconsideradas e colocadas em segundo plano, fazendo com que sua dor e sofrimento não seja validado nas mais diversas situações. Nesse sentido, o presente artigo visa entender o que é o suicídio e quem são os sobreviventes do suicídio, refletindo sobre o impacto emocional causado no psicólogo após a perda de um paciente por suicídio e suas possíveis estratégias de enfrentamento, como forma de demonstrar que o luto vivenciado por esse profissional é válido. Esta é uma pesquisa básica, com objetivo exploratório, que utilizou o método hipotético-dedutivo, onde somente um artigo falava especificamente do psicólogo e seu processo de enlutamento. São abordados assuntos como o suicídio, “sobrevivente do suicídio” e pós-venção. Ressalta-se que entender tais processos pelo qual o psicólogo passa após perder um paciente por suicídio é uma forma de ajudar a permitir que o profissional de psicologia vivencie seu luto e se permita praticar o autocuidado.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), cinco entre dez pessoas sofrem severas consequências psicológicas, sociais, econômicas e emocionais advindas do impacto emocional ocasionado pelo suicídio de alguém próximo. Em razão do aumento do índice desse fenômeno na sociedade (CFP, 2013), torna-se recorrente, o aparecimento dos chamados “sobreviventes do suicídio”. Dessa forma, a Cartilha de Orientações de Atenção à Saúde Mental (2020) cita que “sobreviventes enlutados pelo suicídio” é um termo que se refere ao coletivo de pessoas que são consideravelmente impactadas pelo suicídio, cuja sobrevivência se torna o objetivo fundamental após a perda de um conhecido por suicídio.

Nesse sentido, o suicídio demonstra ser um fenômeno de extremo impacto social, pois está entre as dez causas principais de morte e afeta todas as faixas etárias e os diversos contextos socioeconômicos (Meleiro, 2021). O suicídio se constitui, assim, uma questão de saúde pública e um desafio para os psicólogos que atuam junto a essa demanda. Diante disso, surgem inúmeras implicações como o processo de culpabilização do psicólogo frente ao suicídio do seu cliente, o sentimento de desqualificação, frustração e profunda angústia perante a perda, o risco de afetar o seu desempenho profissional nos demais atendimentos etc. Portanto, questiona-se: como a perda de um paciente por suicídio impacta emocional e profissionalmente os psicólogos e quais são as estratégias mais eficazes para apoiar esses profissionais?

Conforme o contexto apresentado acima, o presente artigo buscará trabalhar com as seguintes hipóteses:

- a) A perda de um paciente por suicídio pode causar impactos no exercício profissional, podendo levar o psicólogo a intervir de forma inadequada com pacientes que possuem comportamento suicida devido a possibilidade de ter gatilhos com o mesmo. Além de impactos nas relações interpessoais do seu cotidiano, gerando comportamentos de distanciamento social, sentimentos de tristeza, inaptidão e frustração e a possibilidade do desenvolvimento de doenças psicopatológicas, transtornos de ansiedade, quadros depressivos.
- b) Uma possível estratégia de enfrentamento seria a busca por tratamento psicológico, pois o psicólogo não está isento de sofrimento e da necessidade de

buscar terapia por ser um profissional da área. A busca por atividades físicas e o fortalecimento de redes de apoio também são opções descritas como estratégias de manejo para situações de enlutamento. Além disso, é necessário que o psicólogo reconheça que tais demandas podem vir a lhe trazer gatilhos, e que assim, assuma responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente, conforme previsto na letra b do Art. 1º do Código de Ética do Psicólogo.

A pesquisa busca como objetivo geral, refletir sobre o impacto emocional e profissional que psicólogos podem sofrer devido à perda de um paciente por suicídio e suas possíveis estratégias de enfrentamento. E, para que seja alcançado tal objetivo, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender o suicídio como um fenômeno social, investigando como fatores culturais, sociais, econômicos e naturais influenciam na ocorrência do suicídio;
- b) Caracterizar o sobrevivente ao suicídio e a pós-venção com o mesmo;
- c) Explorar os impactos emocionais causados no profissional de Psicologia após perda de paciente por suicídio, junto das consequências em sua vida pessoal e profissional, além de possíveis estratégias de enfrentamento.

Esta é uma pesquisa básica de caráter exploratório, em que foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documental como ferramenta de coleta de dados. A abordagem metodológica é qualitativa, buscando-se discutir a problemática evidenciada. Foram utilizados materiais já publicados como base para a pesquisa, onde foram utilizados 10 artigos científicos, 1 dissertação, 10 livros, 8 documentos, sendo estas produções que permeiam os campos da suicidologia, do luto e da prática profissional do psicólogo, provenientes de bases de dados, como Scielo e Google Acadêmico.

A pesquisa foi realizada durante o segundo semestre de 2024, no total foram encontrados 27 trabalhos relacionados ao tema de suicídio e suas implicações, enquanto somente 3 artigos tinham como tema central o luto dos profissionais de saúde devido a perda de um paciente por suicídio. Dentre esses trabalhos, somente

2 artigos tinham como tema o luto do psicólogo. Foram analisados resumo, introdução, fundamentação teórica, resultados e conclusão.

Destarte, com o conhecimento em mãos será realizado um aproveitamento dos conteúdos disponibilizados pelas bases de dados para montar o trabalho objetivando a compreensão dos leitores acerca do assunto discutido. Os critérios de inclusão utilizados foram: Estar de acordo com a união dos temas propostos, como “suicídio”, “psicólogo”, “luto”, “estratégias de enfrentamento”, “sobrevivente ao suicídio”; acesso público, localizados dentro dos meios de informação supracitados e dentro dos formatos aceitáveis citados acima. O recorte temporal referente as pesquisas pertinentes ao tema datam do ano de 1991-2020.

A realização desta pesquisa foi motivada pelo interesse das pesquisadoras em refletir sobre sofrimento emocional sentido pelo psicólogo após a morte de um paciente por suicídio e suas possíveis formas de lidar com a situação. Tal tema se mostra relevante para a psicologia e para a prática clínica, pois aborda um aspecto muitas vezes negligenciado na formação e atuação dos profissionais da área. A perda de um paciente por suicídio é um evento desafiador e emocionalmente impactante para o psicólogo, o que pode desencadear uma série de reações emocionais e reflexões éticas e profissionais. A importância desse tema reside na necessidade de reconhecer e compreender o luto do psicólogo como um processo legítimo e complexo. Compreender este luto é crucial para oferecer suporte adequado aos profissionais e para melhorar a prática clínica. Em conclusão, ao abordar este tema, pretendeu-se contribuir para o desenvolvimento de práticas e estudos que promovam o suporte emocional e a formação contínua dos psicólogos, garantindo que eles estejam melhor preparados para lidar com situações de crise e perda.

2. SOBRE O SUICÍDIO

Na sociedade atual, o suicídio é um tema discutido de forma recorrente. Mas afinal, o que é este fenômeno? Por que devemos nos atentar a ele? Popularmente, fala-se que o suicídio é o desejo de morrer, porém tal situação vai muito além disso. Conforme o autor Ruckert (2019), o suicídio é um ato deliberado, cometido pelo próprio sujeito, utilizando um método possivelmente letal com o objetivo de tirar a

própria vida/morrer. Dessa forma, o suicídio não se caracteriza somente pelo desejo de morte, mas também pela busca da aniquilação da dor que acomete o sujeito.

Passa a ser visto como um assassinato em 180 graus, voltado para si mesmo. Trata-se do maior de todos os desastres ecológicos, uma silenciosa epidemia de dor e sofrimento que castiga a sociedade e culmina no autoextermínio.” (Meleiro, 2021, p. 2). Conforme o Ministério da Saúde (2022), o suicídio é um fenômeno multifacetado que pode ocorrer com o sujeito independente de seu gênero, raça, idade, classe social etc. Meleiros (2021) contribui com essa afirmação, citando dois pontos a serem considerados “De um lado os fatores predisponentes: presença de transtornos psiquiátricos, ...Por outro lado, há os fatores precipitantes, como desilusão amorosa, conflito nos relacionamentos” (p.4).

Uma das principais literaturas utilizadas para falar de tal fenômeno seria o livro “O suicídio” do sociólogo francês Émile Durkheim, em o mesmo cita os diversos fatores existentes na vida do homem que podem vir a levar ao aumento da taxa de suicídio na sociedade. O livro, apesar de datar do ano 1897, ainda demonstra ter relação com os dias atuais, questionando o transtorno mental como única causa para ocorrência de tal situação e colocando fatores como religião, contexto social, econômico etc. como influenciadores na culminação dessa ação. Tal pensamento é confirmado pela autora Meleiros (2021, p. 4) que afirma que “A universalidade da experiência suicida sugere que esse comportamento não pode ser atribuído apenas à presença ou à ausência de um transtorno mental”, o que demonstra que tal fenômeno não é um ato aleatório ou originado somente a partir de uma psicopatologia, sendo também influenciado pelo ambiente do sujeito.

Considerando os estudos de Durkheim (2019), o fenômeno do suicídio na sociedade deve então ser estudado como uma ação que pode ser analisada a partir de um viés sociológico e não exclusivamente por uma perspectiva de motivações individuais do sujeito. Durkheim (2019) descreve em sua obra três tipos de suicídios associados as causas sociais: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anômico, que demonstram que o conjunto de mortes não é um simples acontecimento de natureza individual, mas sim uma inclinação coletiva.

No suicídio egoísta, Durkheim compara a taxa de suicídios cometidos por judeus, católicos e protestantes. Assim, afirma que a diferença entre o catolicismo e o protestantismo consiste em que o protestantismo possui um pensamento mais individual enquanto o catolicismo propaga mais práticas em comum integrando os fiéis. Já os judeus possuem uma menor tendência ao suicídio em razão da solidariedade e integração desenvolvida em virtude das perseguições sofridas ao longo dos anos. Dessa maneira, percebe-se que quanto maior as práticas coletivas, mais as comunidades religiosas são integradas. Ademais, esse pensamento não se limita ao âmbito religioso, incluindo também o âmbito familiar e a sociedade. Assim, infere-se que quando a sociedade é intensamente integrada há uma troca incessante de ideias e sentimentos que funcionam como uma assistência moral e uma fortificação do indivíduo em virtude da energia coletiva.

O suicídio altruísta, de acordo com Durkheim (2019), consiste na autodestruição dos indivíduos graças a uma profunda integração social, onde os membros da sociedade vivem em uma congruência tão intensa que a identidade individual tem pouca relevância, tornando assim o meio para constituir sua singularidade pessoal, de certa forma, escasso ao indivíduo. Por último, o suicídio anônimo está relacionado a elementos que se associam as necessidades dos seres vivos e os seus meios de satisfazê-los (Durkheim, 2019). O autor explica que as paixões do ser humano necessitam ser limitadas e tal intercorrência precisa vir de uma ação externa já que o indivíduo deseja paixões ilimitadas. Logo, o descontentamento do ser humano é oriundo do acesso constante a satisfações que estimulam mais ainda as necessidades ao invés de amenizá-las.

Sob essa análise, fatores econômicos, sociais, culturais e naturais influenciam no quantitativo de suicídios em um determinado espaço. Dessa forma, as conjunturas socioeconômicas de um certo grupo social influenciam na saúde coletiva, pois a posição social de um indivíduo interfere no seu estilo de vida, já que tais conjunturas envolvem situações como a exposição a fatores de riscos naturais, padrões comportamentais (como a violência, a criminalidade) e psicossociais (como o sentimento de inferioridade e privação, o desenvolvimento do transtorno depressivo e do transtorno de ansiedade). Segundo a OMS (2016), cerca de 80% dos casos de morte por suicídio no ano de 2016 aconteceram em países de baixa e média renda.

Portanto, é inquestionável a influência da condição socioeconômica dos indivíduos em relação à sensação de bem-estar e à saúde psicológica. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) também cita que, entre os anos de 2010 e 2019, sucederam 112.230 suicídios no Brasil, notando-se um aumento de 43% no número anual de mortes por suicídio. Dentre os resultados, em sua maioria foram percebidas os sujeitos que cometeram o ato como jovens, homens adultos e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, percebe-se que o suicídio é um fenômeno a ser estudado e tratado com seriedade, para impedir que sua taxa de ocorrência aumente, pois, conformes dados fornecidos pela OMS (2016), cerca de 800 mil pessoas tiram a própria vida por ano, além de existir um número intenso de tentativas sem êxito de cometer o ato (OMS, 2017).

3. SOBRE O SOBREVIVENTE DO SUICÍDIO

Sendo um fenômeno complexo e que afeta a saúde pública, o suicídio vai para além do indivíduo, afetando também as pessoas que acompanham o falecido que se submeteu ao ato suicida. São chamados de “sobreviventes do suicídio” os indivíduos que enfrentam o processo de luto frente à perda de alguém por suicídio e que por isso necessitam se reinventar (Tavares, 2013). Autores como Fukumitsu e Kovács (2016) já afirmam que o suicídio não é uma forma de morte só a si mesmo, mas de todos que estão ao seu redor. Segundo dados recolhidos pela Associação Brasileira de Psiquiatria, o impacto de cada morte por suicídio pode alcançar até 60 pessoas próximas à vítima (2014). Essa perda vem acompanhada de uma série de emoções e sentimentos aflitivos de vivenciar, como a tristeza profunda, podendo evoluir para quadros depressivos, crises de ansiedade e inquietação, assim como a irritabilidade, e revolta excessiva (Franco, 2011; Parkes, 2009). Ademais, segundo Franco (2011), o luto advém não somente da experiência profundamente dolorosa e exaustiva que a perda traz, mas também da sobrecarga de dar continuidade às muitas tarefas preestabelecidas nos papéis que esses indivíduos estão em posição de exercer.

Pode-se ver que Tavares (2013) possui uma visão condizente sobre esse ponto.

O medo, a culpa, a raiva, a tristeza, a ansiedade, a vergonha, a saudade. Mas os sobreviventes não ficam apenas afetados por emoções como essas; também sofrem de outras decorrências dessas emoções intensas, como a negação, depressão, isolamento, não aceitação daquela ausência, problemas de ajustamento, dificuldades de estabelecer novas relações, sensação de desamparo, queda de produtividade, desenvolvimento de transtornos mentais, aumento do uso de drogas ou álcool e desinvestimento em sua própria vida (p. 48-49).

Acrescido a esse conjunto de emoções e sobrecargas, os sobreviventes do suicídio também podem carregar o sentimento de culpa, fracasso e impotência pela tentativa falha de impedimento da morte, ou até mesmo pela potencialização de fatores que contribuíram para essa tragédia (Rocha; Lima, 2009). Sobre isso, Martins e Leão (2010) dissertam que os sobreviventes podem experimentar um sentimento de responsabilidade pela morte, desencadeando em punição. Tal sentimento pode ser experienciado, não somente pela família, colegas e amigos, abrangendo toda a rede de apoio do falecido, como a inclusão de profissionais que cuidavam desse paciente, incluindo o profissional de Psicologia, por exemplo. Sebastião (2017) disserta que os sobreviventes buscam justificativas para a motivação do ato suicida, e Miranda (2014) cita que

Em vários relatos a dificuldade em entender o porquê do suicídio foi averiguada. Esse processo abre uma lacuna no pensamento, pois apenas hipóteses poderão ser levantadas, o que, geralmente, faz com que os sobreviventes fiquem reexaminando os fatos. Mesmo quando cartas são deixadas, explicando os motivos do suicídio, elas quase sempre não irão responder as dúvidas e anseios dos que ficaram (p. 98).

Além disso, nota-se que o luto sofrido pelos profissionais de Psicologia frente a essa perda pode ser interpretado como um luto não-reconhecido e não-autorizado, isto é, trata-se de uma não legitimação do sofrimento da perda visto o preestabelecimento de normas explícitas ou implícitas da sociedade sobre "quando", "quem", "por quem", "onde" e "como" se enlutar (Andery *et al.*, 2020). Kaës (1991) ainda cita que os profissionais de saúde são inseridos em um ambiente de trabalho que perpassa por questões de adoecimento, sofrimento e perda, mas são impedidos de sentir esse sofrimento.

Nessa perspectiva, o psicólogo é idealizado em uma posição de "Salvador", visão dada por parte da família, do paciente e de si próprio (Andery *et al.*, 2020). À vista disso, tal sofrimento pode trazer comprometimento no cuidado e na assistência com seus pacientes (Lunardi *et al.*, 2004), pois como esclarece Andery *et al.* (2020) "o luto é uma experiência que precisa de reconhecimento, e as perdas podem afetar o cuidado profissional, inclusive do psicólogo" (p. 29). Portanto, é possível observar o esgotamento psicológico como uma consequência provocada pela repressão da emoção (Remen, 1993).

4. SOBRE A PÓSVENÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO COM SOBREVIVENTES DO SUICÍDIO

Portanto, é necessário que sejam ofertados os cuidados para com os sobreviventes do suicídio. Tais intervenções, que possuem objetivo de oferecer suporte e apoio à comunidade abalada pela tragédia do suicídio, são chamadas de pósvenção ao suicídio, e focam na recuperação e na resiliência dos enlutados (Muller; Pereira; Zanon, 2017). Fukumitsu *et al.* (2015) afirmam que se trata de uma prevenção futura, ou seja, possui o objetivo de evitar tentativas de suicídio dos sobreviventes causadas pelo enorme sofrimento psíquico, assim como, impedir que esse sofrimento tome proporções patológicas (Associação Brasileira de Psiquiatria, 2014).

Worden (1998) traz certas práticas primordiais para serem feitas pelos sobreviventes desse acontecimento como o reconhecimento das limitações pessoais, a autopermissão de vivenciar o luto e se deixar sentir as emoções, e a busca por ajuda psicológica, assim como a identificação da sua rede de apoio, e seu uso.

Especificamente, a cartilha "Suicídio: informando para prevenir", disponibilizada pela Associação Brasileira de Psiquiatria, em 2014, recomenda algumas estratégias de enfrentamento como a formação de grupos de apoio, com o objetivo de acolhimento, escuta e informações à comunidade que sofreu a perda de alguém. Tal vivência é interessante, pois a troca de experiências possibilita a formulação de uma visão de apoio e certificação de que o enlutado não está sozinho e de que está em um ambiente seguro e empático para que este possa falar sobre seus sentimentos sem medo de julgamento (Kreuz; Antoniassi, 2020). Esses grupos

de apoio podem ser feitos na Rede de Atenção Psicossocial e na Atenção Básica, sendo direcionados por profissionais de saúde que estejam capacitados para essa tarefa (Oliveira *et al.*, 2024).

Ademais, outra forma de enfrentamento é a psicoterapia, citada por Fukumitsu e Kovács (2016), que segundo Oliveira *et al.* (2024) é um processo que busca "retomar a autonomia dos sujeitos, alívio da dor e melhoria da qualidade de vida" (p. 332). O processo de psicoterapia é um espaço para a expressão de emoções e sentimentos, e o desenvolvimento da melhor capacidade de lidar com eles. Arantes (2019) disserta que "o tratamento mais curativo que existe é a expressão honesta do que sentimos" (p.98), e segundo a autora guardar sentimentos dolorosos produz "resíduos tóxicos" (p. 98) no interior do indivíduo, que não consegue lidar com esse acúmulo prejudicial de toxicidade, e por isso, se torna tão curativo exprimir o que se sente.

Infelizmente, o medo, o estigma e a fragilidade que se apresentam no momento de falar sobre essas perdas são fatores cruciais para que a sociedade não busque ajuda psicológica, expõe Arantes (2019). Desse modo, procurar ajuda psicológica no processo de luto não é um recurso muito utilizado. Porém, é preciso frisar a importância da psicoterapia. Grinberg (2000) afirma que ao manifestar sobre seus sentimentos, o indivíduo está aliviando seus sentimentos de tensão. Uma pontuação feita por Arantes (2019) em seu livro "A morte é um dia que vale a pena viver" é que "é preciso ter respeito pela grandeza do ser humano que enfrenta a morte" (p.36), sendo ele protagonista ou telespectador, incluindo os profissionais que cuidam dessa vítima, pois existe uma visão de ilusão acerca do poder sobre a morte que os profissionais de saúde são criados a ter, e que na falha deste poder, são condenados ao sentimento de fracasso e de impotência (Arantes, 2019).

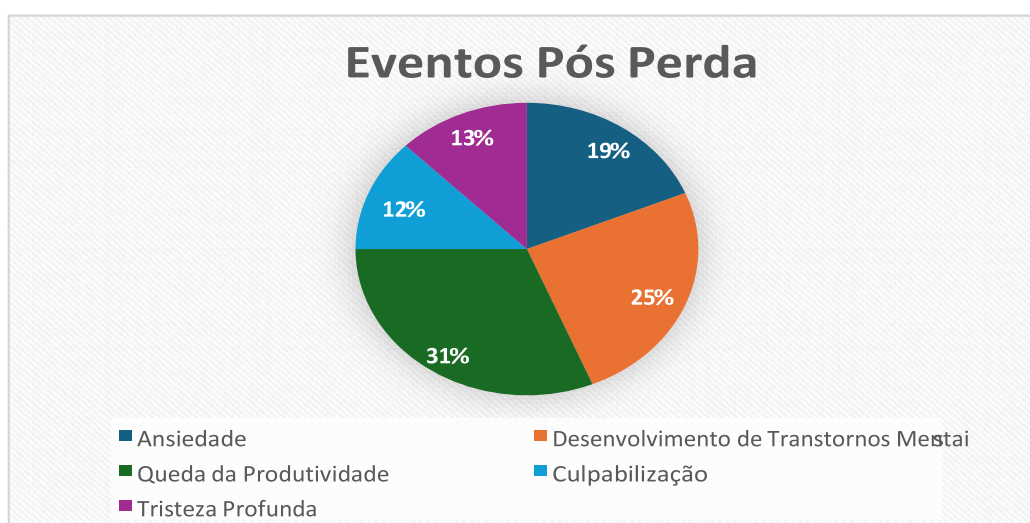
Além disso, Oliveira *et al.* (2024) ainda citam outras estratégias e intervenções possíveis, como o aconselhamento para o luto, que "busca promover apoio e suporte que pode ocorrer na comunidade onde os enlutados estão inseridos, visando a atenção básica" (p. 331), canais de contato que tratam da "criação de linha telefônica e chat de cobertura nacional gratuita, [...] são ferramentas que podem ofertar aos sobreviventes informações e instruções apropriadas sobre onde buscar ajuda na comunidade". Kreuz e Antoniassi (2020) também citam como estratégias visitas domiciliares, que possuem o intuito de uma escuta e acolhimento, bem como a

verificação das necessidades e preocupações assim como a possibilidade de atendimento dessas necessidades, além do vínculo dos sobreviventes à Rede de Atenção Psicossocial, quando necessário.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DO TEMA

Dentre os artigos utilizados para o desenvolvimento do presente estudo, é possível notar que 27 deles abordam temas acerca do suicídio e suas implicações (assuntos referentes ao processo de enlutamento perpassado pelos nomeados “sobreviventes do suicídio”) e 3 deles tem como tema central o luto dos profissionais da saúde (tendo somente 2 artigos tratando especificamente do luto do psicólogo) pela perda do paciente por suicídio. Notou-se dessa forma, a escassez do desenvolvimento de materiais acadêmicos que tratem a respeito do processo de enlutamento do psicólogo e as dificuldades que o mesmo atravessa no exercício da sua profissão após a sua perda. Nesse sentido, a maioria dos estudos analisados mostram resultados que indicam que a morte de um paciente por suicídio é um acontecimento complexo e emocionalmente impactante para o profissional de psicologia, que pode suscitar em diversas reações emocionais e implicações éticas e profissionais.

Gráfico 1 - Eventos Pós Perda



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Mediante o que foi citado anteriormente, o psicólogo perpassa por uma série de eventos após a morte do seu paciente por suicídio que caracterizam como processo de enlutamento. Alguns desses eventos são: sentimento de culpa, fracasso e impotência, queda da produtividade, desenvolvimento de transtornos, ansiedade etc. Os dados encontrados demonstram que os indivíduos que possuíam uma vivência com a vítima, estão sujeitos a passar por uma diversidade de comportamentos e sentimentos angustiantes, como a tristeza profunda, crises de ansiedade ou irritabilidade, que podem acabar por evoluir para quadros de transtornos psicopatológicos, onde os autores Franco (2011) e Parkes (2009) concordam com tal afirmativa.

O suicídio é um fenômeno que possui várias causas e implicações para os sobreviventes do suicídio, sendo necessário oferecer atenção e ajuda a tais pessoas de forma a praticar a pós-venção para evitar que se desenvolvam possíveis quadros psicopatológicos, oferecendo suporte e validando o sofrimento daqueles que estão passando pelo luto. Nota-se também que o psicólogo, como uma das pessoas que fazia parte da vida do falecido, também sofre com as implicações do suicídio, porém seu sofrimento é “deixado de lado” (Andery *et al.*, 2020), tendo em vista que o mesmo é aquele que lida com a saúde mental dos outros, atribuindo-se um estigma a esse profissional de que o mesmo deve estar sempre bem, já que o mesmo tem o papel de oferecer suporte aos outros, mesmo quando está sofrendo em silêncio, um comportamento que foi percebido como recorrente nos profissionais de saúde em geral que passam pela situação de perda de um paciente por suicídio (Andery *et al.*, 2020; Kaës, 1991; Rocha; Lima, 2009). Entende-se que há pouca visibilidade sobre o sofrimento do psicólogo enlutado por suicídio, o que é percebido através da falta de trabalhos e conteúdo acadêmico que falam dos processos de enlutamento do psicólogo.

Dessa forma, é necessário reconhecer e permitir o vivenciamento do luto pelo psicólogo, já que a perda de um paciente implica em impactos no exercício profissional do psicólogo como também nas suas relações interpessoais e no seu cotidiano, provocando consequências desfavoráveis para sua atuação e vida pessoal. Porém tais demandas podem ser prevenidas por meio de diversas estratégias como grupos

de apoio, psicoterapia individual, aconselhamento de luto, visitas domiciliares etc., assim como confirmam os autores analisados no presente artigo.

6. CONCLUSÃO

A atual pesquisa buscou gerar reflexão sobre as repercussões emocionais e profissionais geradas nos psicólogos após a perda de um paciente por suicídio e como estas afetam sua prática profissional e vida pessoal, além de buscar por possíveis estratégias de enfrentamento utilizadas pelo mesmo.

Com base nas informações analisadas, os principais resultados obtidos foram que esses sobreviventes lidam com uma série de sentimentos, como a dor e a tristeza profunda, a saudade do falecido, a culpa pela responsabilidade da morte, inquietação, irritabilidade, raiva, revolta, assim como sobrecarga de papéis sociais e financeiros deixados pela tragédia. Além disso, esse sofrimento pode evoluir para quadros mais graves e psicopatológicos. Percebe-se que tal situação pode vir a afetar o trabalho do profissional de psicologia já que sua prática lida diretamente com casos de saúde mental que podem vir a causar gatilho no mesmo, além de poder gerar transtornos em sua vida pessoal. Entretanto, não foram achados dados de pesquisas sobre os impactos dessa experiência ao desempenho profissional.

Outros resultados encontrados demonstram que as intervenções psicológicas utilizadas na pós-venção, junto aos sobreviventes, são: Grupos de apoio, que proporciona um espaço acolhedor e seguro para a troca de sentimentos e experiências do luto; Psicoterapia, que consiste em um ambiente de exposição de sentimentos e autoconhecimento, a fim de que o paciente desenvolva a capacidade de lidar com seu sofrimento; Aconselhamento psicológico, atendimento que possui um prazo menor, com objetivo de avaliar junto ao enlutado os recursos pessoais para a resolução de problemas; Recursos externos como contatos que ofereçam informação sobre locais que disponham ajuda psicológica, além de visitas domiciliares.

Logo, é preciso compreender a urgência de colocar tal assunto em pauta. Diferente de outras causas de morte, que podem ocorrer devido a causas especificamente biológicas ou acidentais (como acidentes de carro, moto), o suicídio é um ato feito de forma consciente, infligido pela própria vítima, e suas motivações

são diversas. O sentimento que fica nos sobreviventes é o de “eu poderia ter feito algo..., se eu tivesse notado...” devido a este fenômeno não ter uma causa específica como uma doença ou um acidente, e por poder ser buscada uma prevenção para o ato de forma a evitar sua realização. O psicólogo como um agente que lida diretamente com tal caso e possivelmente sabe das motivações e do risco de a ação ser cometido pela vítima, pode acabar por se culpabilizar pelo ato, o que pode impedi-lo de buscar por ajuda.

Conclui-se, portanto, que as hipóteses feitas inicialmente foram parcialmente confirmadas e objetivos foram da pesquisa alcançados, apesar das limitações encontradas como a falta de recursos acadêmicos que tratem sobre o luto do psicólogo em casos de paciente que se suicidam. Recomenda-se, dessa forma, que sejam feitos novos estudos sobre o tema. O presente artigo também acredita que colocar em evidência tal assunto permite que o profissional de psicologia evolua em sua prática profissional, e contribui com a comunidade acadêmica como forma de mudar a percepção sobre o luto do psicólogo e torná-lo algo reconhecido, considerando suas causas e consequências.

Por fim, é sugerido aos alunos e profissionais da área da Psicologia, que caso vivenciem a situação de perder um paciente para o suicídio, busque se permitir vivenciar o luto e buscar ajuda para suas questões emocionais. O Art. 1, letra “b” do Código de Ética Profissional do Psicólogo, prevê que o psicólogo deve encaminhar pacientes que tenham demandas suicidas caso sinta a necessidade, visando preservar sua saúde psicológica. Frente a essas dificuldades e ao processo de luto é preciso que esse profissional também se submeta a estratégias de manejo de sofrimento como as já citadas anteriormente, em especial à psicoterapia, para que consiga elaborar o sofrimento, a fim de que isso não interfira em sua atuação no contexto clínico.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. CARTILHA DE ORIENTAÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL. Brasília: **AGU**, 2020.

ANDERY, M. C. R. *et al.* A vivência do luto de psicólogos dentro das instituições. **SBPH**. Rio de Janeiro, 2020, v. 23, n.1, p. 25-34, 2020.

ALVES, T. M.; SILVA, N. A. G. O.; RIBEIRO, H. G. O suicídio como expressão de luto. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* **Compreendendo o Suicídio**. São Paulo: Manole, 2021. p. 340-350.

ARANTES, A. C. Q. **A morte é um dia que vale a pena viver**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. p.32-40.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Comissão de Estudos e Prevenção do Suicídio. **Suicídio**: informando para prevenir. Brasília: CBM/ABP, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Boletim epidemiológico, Brasília, v.52, n.33, set. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf. Acesso em 08 out. 2024.

BRASIL. Suicídio (Prevenção). **Ministério da Saúde**, Brasília, 2022. Disponível em: [Suicídio \(Prevenção\) — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/saude/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/suicidio/prevencao). Acesso em 08 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Manual de orientação para a prevenção do suicídio**. Brasília: CFP, 2020.

DURKHEIM, É. **O suicídio**: estudo de sociologia. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019.

FRANCO, M. H. P. (2011). Luto: a morte do outro em si. *In*: Franco, M. H. P. *et al.* **Vida e morte**: laços da existência, 2a ed., 99-119. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FUKUMITSU, K.O.; ABILIO C. C. C.; LIMA, C. F. S.; GENNARI, D. M.; PELLEGRINO, J. P.; PEREIRA, T. L. Pósvenção: uma nova perspectiva para o suicídio. **Revista Brasileira de Psicologia**, 2015, 02(2), p. 48-49.

FUKUMITSU, K. O.; KOVÁCS, M. J. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. **Psico**, vol. 47, no 1, 3-12. Porto Alegre, 2016.

GRINBERG, L. **Culpa e depressão**. Lisboa: Climepsi, 2000.

KAËS, R. **A instituição e as instituições**. São Paulo: Casa do Psicólogos, 1991.

KREUZ, G.; ANTONIASSI, R. P. N. Grupo de apoio para sobreviventes do suicídio. **Psicologia em Estudo**, 25, 1 – 15. 2020.

LUNARDI, V. L.; FILHO, W. D. L.; SILVEIRA, R. S.; SOARES, N. V., LIPINSKI, J. M. O cuidado de si como condição para o cuidado dos outros na prática de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2004, 12(6),933-939.

MARTINS, S. A. R.; LEÃO, M. F. Análise dos fatores envolvidos no processo de luto das famílias nos casos de suicídio. **Rev. Min. Ciênc. Saúde**, no 2, 123-135. Pat-os de Minas, 2010.

MELEIRO, A. M. A. S. As múltiplas faces do suicídio. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* **Compreendendo o Suicídio**. São Paulo: Manole, 2021. p. 340-350.

MIRANDA, T. G. **Autópsia psicológica**: compreendendo casos de suicídio e o impacto da perda (dissertação de mestrado em psicologia clínica). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MÜLLER, S.A.; PEREIRA, G. S.; ZANON, R. B. Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 9, n. 2, p. 6-23, 2017.

OLIVEIRA, A. N. *et al.* POSVENÇÃO: estratégias de enfrentamento para elaboração do luto por suicídio. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 10, n. 1, p. 320-336, 2024.

PARKES, C. M. **Amor e perda**: as raízes do luto e suas complicações (trad. M. H. P. Franco). São Paulo: Sammus, 2009.

ROCHA, P. G.; LIMA, D. M. A. Suicídio: peculiaridades do luto das famílias sobreviventes e a atuação do psicólogo. **Psicologia Clínica**, v. 31, n. 2, p. 323-344, 2019.

REMEN, R. N. **O paciente como ser humano**. São Paulo, SP: Summus, 1993.

RUCKERT, M. L. T.; FRIZZO, R. P.; RIGOLI, M. M. Suicídio: a importância de novos estudos de posvenção no Brasil. **Rev. bras.ter. cogn.**, v. 15, n. 2, p. 85-91, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872019000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2024.

SEBASTIÃO, M. A. S. S. **Vida depois da morte**: Narrativas da experiência de perda de um familiar por suicídio. Évora: Universidade de Évora, 2017.

TAVARES, M. S. A. Suicídio: O luto dos sobreviventes. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP, 2013. p. 44-76.

WERLANG, B. Suicídio: O luto dos sobreviventes. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP, 2013. p. 25-29.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Preventing suicide**: a global imperative. Geneva: WHO, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR SUICIDE PREVENTION (IASP). **Preventing Suicide**: how to start a survivor's group. Geneva: WHO/IASP, 2008.

WORDEN, J. W. **Terapia do Luto**: manual para o profissional de saúde mental. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NAS REDES SOCIAIS: psicoeducação e precarização. ¹

¹ Hayanne Galvão Pereira Alves Especialista em Psicoterapia hayanne.galvao@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O artigo explora o papel do psicólogo nas redes sociais, enfatizando a psicoeducação e os desafios da precarização. Destaca a importância de uma abordagem crítica e educativa, promovendo a consciência e a transformação das condições de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Redes sociais; Psicoeducação; Precarização.

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e a democratização do acesso à internet no Brasil, as redes sociais se consolidaram como uma das principais ferramentas de comunicação e de interação no país. De acordo com os últimos dados do Relatório Digital Brazil 2024, desenvolvido pelo Data Reportal (2024), que tem como objetivo, a análise e divulgação de tendências e dados sobre o comportamento digital dos usuários, o Brasil possui 144 milhões de usuários ativos nas redes sociais. Houve um aumento de perfis de 2,0 milhões entre o início de 2023 e o início de 2024. Cerca de 66,3 % da população brasileira está conectada à internet, sendo as redes sociais, como Instagram, Facebook e WhatsApp, as plataformas mais acessadas (DataReportal, 2024).

As redes sociais, são plataformas digitais voltadas para a interação e o compartilhamento de conteúdo entre usuários, são gerenciadas pelas *Big Techs*, corporações que controlam grande parte das infraestruturas tecnológicas e dos fluxos de dados globais. Empresas como Meta e Google são exemplos de *Big Techs*, pois não apenas fornecem as plataformas, mas também modulam os algoritmos que determinam como a informação circula e como as interações ocorrem. Nesse contexto, as redes sociais operam sob uma lógica de mercantilização de dados e maximização do engajamento dos usuários, reforçando o poder econômico e político dessas empresas (França, 2021; Silveira, 2021; Ferreira et al., 2023).

Nesse contexto, muitos profissionais da psicologia utilizam as redes sociais para divulgar seus trabalhos, promover conteúdos psicoeducativos e engajar o público com discussões relevantes sobre bem-estar emocional e saúde mental. O uso dessas plataformas permite que os psicólogos ultrapassem as barreiras físicas dos consultórios e alcancem indivíduos que, de outra forma, poderiam não ter acesso a informações provenientes da profissão. Assim, a presença digital torna-se uma alternativa para a democratização e universalização de conteúdos ligados à prática profissional do psicólogo. A presença digital pode ser compreendida como a existência de algo no campo digital, esta presença se estabelece por meio de produção, compartilhamento, ou consumo de conteúdos nos diversos ambientes virtuais e pode ser estruturada com base em ações planejadas e estratégicas (Miguel, Arndt, Pires,

2021; Wrobel et al., 2021; França, 2021).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um ensaio teórico, de abordagem qualitativa e foi desenvolvida com o objetivo de refletir sobre o trabalho do psicólogo nas redes sociais, com foco nas perspectivas de psicoeducação e precarização. A metodologia adotada envolveu uma análise documental e uma revisão de literatura, descritas a seguir.

A primeira etapa consistiu na análise documental das publicações oficiais do CFP, com o objetivo de compreender as orientações éticas e normativas sobre a atuação do psicólogo nas redes sociais. Flick (2009) destaca que o material documental é uma importante fonte para a compreensão de processos sociais, o que reforça a relevância de examinar resoluções, notas técnicas e orientações éticas da entidade. Foram considerados documentos disponíveis no site oficial da entidade, como resoluções, notas técnicas e orientações.

Na segunda etapa, foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de identificar estudos acadêmicos que discutem a interface entre psicologia, redes sociais e psicoeducação, além de explorar os impactos desse contexto na precarização do trabalho do psicólogo. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a revisão da literatura é fundamental para situar a pesquisa em um contexto mais amplo e identificar lacunas no conhecimento existente.

As publicações foram selecionadas na plataforma *ResearchRabbit*, com base em critérios de inclusão para garantir a relevância das publicações analisadas. Os artigos deveriam ter sido publicados entre 2014 e 2024, estar escritos em português, e apresentar os descritores alguns dos seguintes descritores: "Psicoeducação", "Redes-Sociais" e "Precarização" nos títulos ou resumos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 16 estudos para compor o corpus da análise. A seleção foi realizada por conveniência, priorizando publicações de acesso aberto que contribuíssem para reflexões sobre o impacto das redes sociais na prática psicológica, nos desafios éticos e nas transformações no mundo do trabalho.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Orientações do Conselho Federal de Psicologia a respeito do trabalho do psicólogo nas redes sociais:

Ao tomar como base o princípio fundamental 5 do código de ética do psicólogo que determina que: "O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão" (CFP, 2005, p. 7), pode-se pensar nos meios onde essa universalização será realizada. O que antes era divulgado por meio de publicações de livros, periódicos especializados, revistas de psicologia e outros meios analógicos, com o advento do ciberespaço, a divulgação com foco na universalização modificou-se, ganhando também espaço no campo virtual (CFP, 2005; Pereira et al.; 2024).

Com base nessas mudanças possibilitadas pela tecnologia e pela inserção das redes sociais no cotidiano das pessoas, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabeleceu diretrizes específicas para a utilização das redes sociais por psicólogos. Segundo o CFP, é fundamental que os profissionais mantenham a ética e o sigilo, evitando a exposição de conteúdos sensíveis e a oferta de serviços que possam ser interpretados como consultas ou intervenções terapêuticas diretas (CFP, 2022).

O Código de Ética de 2005 pode ser pautado como ponto de partida. Estabelece os princípios fundamentais para a prática do psicólogo, como o respeito à dignidade humana, à confidencialidade e à integridade dos clientes, aplicáveis também às redes sociais. Ele proíbe a autopromoção, o uso de informações sensacionalistas e a exploração da credulidade das pessoas, orientando os profissionais a manterem uma postura ética, tanto na divulgação de conteúdos quanto na apresentação de serviços psicológicos nas plataformas digitais (CFP, 2005). Pereira et al. (2024) destacam alguns pontos que os profissionais precisam seguir para promover publicamente seus serviços:

"Informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro; b) Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua; Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão; Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda; e) Não fará previsão taxativa de resultados; Não fará auto-promoção em detrimento de outros profissionais; Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais; Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais" (p. 271).

Outro documento importante para orientação dos profissionais no ambiente virtual é a Resolução CFP Nº 11/2012. Que regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologias da informação e comunicação, reforça que a atuação online, incluindo a produção de conteúdo em redes sociais, deve seguir os mesmos princípios da prática presencial. Ela proíbe práticas mercantilistas e estabelece que a divulgação de serviços nas redes sociais deve ser informativa e educativa, sem prometer resultados garantidos ou comprometer o sigilo dos clientes. A Resolução CFP Nº 016/2019 complementa essas orientações ao regulamentar a publicidade e a propaganda dos serviços psicológicos, estabelecendo que a divulgação nas redes deve ser ética, sem sensacionalismo, e voltada à psicoeducação, garantindo que o psicólogo preserve a seriedade da profissão e o bem-estar das pessoas (CFP;2012;2019).

Além do Código de Ética e das Resoluções anteriormente mencionadas, o Conselho publicou a Nota Técnica CFP Nº 1/2022 com o objetivo de instruir os profissionais da categoria com informações sobre os critérios que precisam ser respeitados na divulgação profissional nas redes sociais. de acordo com a presidente do CFP, Ana Sandra Fernandes, a Nota Técnica "foi elaborada para instruir a categoria quanto aos critérios que precisam ser atendidos para as divulgações profissionais nas redes sociais" (CFP, 2022).

A Nota Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais enfatiza a importância de uma abordagem ética na divulgação de serviços psicológicos em plataformas digitais. Os psicólogos devem ter cautela ao utilizar seus perfis pessoais para fins de publicidade, evitando confusões que possam comprometer a clareza das informações divulgadas. A Nota ressalta que as publicações nas redes sociais têm um alcance potencialmente amplo e duradouro, o que torna essencial que os profissionais analisem criticamente o conteúdo que pretendem compartilhar, assegurando que ele respeite os padrões éticos e científicos da profissão. A ética na comunicação é um aspecto central, e os profissionais devem garantir que suas publicações contribuam para a promoção da psicologia de forma respeitosa e informativa, sem comprometer a integridade dos atendimentos realizados (CFP, 2022).

Por fim, a Nota Técnica orienta que os psicólogos devem estar cientes dos riscos éticos associados ao uso das redes sociais, incluindo a possibilidade de

disseminação de informações que não estejam em conformidade com os princípios éticos da profissão. A formação contínua e o conhecimento sobre as ferramentas digitais são essenciais para que os profissionais possam manejar adequadamente as informações que compartilham, promovendo uma prática responsável e ética nas redes sociais. Essa conscientização é vital para preservar a imagem da psicologia e a confiança do público nos serviços prestados (CFP, 2022).

As diretrizes estabelecidas pelo CFP para a atuação dos psicólogos nas redes sociais enfatizam a necessidade de uma conduta ética e responsável, assegurando que o conteúdo divulgado esteja em conformidade com os princípios da profissão e promova o bem-estar psicológico dos indivíduos (CFP, 2022). Nesse contexto, a psicoeducação apresenta-se como uma estratégia eficaz para a produção de conteúdo nas plataformas digitais, contribuindo para a universalidade do conhecimento acerca da prática profissional do psicólogo, fornecendo informações que podem ser relevantes para a difusão de cuidados relativos à saúde mental de modo geral.

3.2 Psicoeducação como alternativa para produção de conteúdo nas redes sociais

A psicoeducação é um processo que visa transmitir conhecimentos sobre questões psicológicas e de saúde mental, com o objetivo de informar indivíduos e comunidades sobre as condições de saúde, ajudando no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e promoção de bem-estar. Este conceito envolve a educação sobre transtornos mentais, tratamentos disponíveis, estratégias de manejo de sintomas e a importância da adesão ao tratamento, entre outros temas relevantes (Alves et al., 2024).

O papel da psicoeducação na disseminação de conhecimentos psicológicos para a população geral é fundamental, pois busca tornar informações complexas acessíveis e compreensíveis. Isso é feito por meio de abordagens que utilizam linguagem clara, recursos visuais e atividades interativas, permitindo que as pessoas se sintam mais informadas e empoderadas em relação às suas condições de saúde mental. Além disso, a psicoeducação promove a conscientização sobre estigmas

associados a transtornos mentais, contribuindo para uma maior aceitação e compreensão social (Araújo Bertulino et al., 2021; Alves et al., 2024).

Uma pesquisa realizada no contexto do Projeto Pró-Mente, desenvolvido pela Universidade de Pernambuco (UPE) em Garanhuns, analisou o impacto do Instagram como ferramenta de comunicação e integração entre a universidade e a comunidade, coletando dados diretamente do aplicativo, realizando uma avaliação detalhada das interações e do alcance das publicações. Os resultados mostraram que as postagens alcançaram um total significativo de visualizações e interações, evidenciando a eficácia da rede social na divulgação de informações sobre saúde mental e na promoção de ações de cuidado com a ansiedade (Araújo Bertulino et al, 2021). Os autores destacaram que:

"Essa relação mútua de troca de dados e comunicação feita entre as pessoas inseridas na Universidade e com a comunidade, através do Instagram possibilitou que a psicoeducação fosse realizada para além da prática da extensão que ocorreu em grupos e que houvesse uma maior interação entre os participantes, mesmo à distância. Isto é, o uso da rede social como suporte desde o momento de divulgação pôde estreitar os vínculos relacionais e alavancar a disseminação psicoeducacional que em forma de post, comentários e diálogos online abrangeu a prática de extensão a seguidores, sem que eles necessariamente fossem inscritos no PRO MENTE " (p. 25).

As redes sociais podem ser utilizadas como ferramentas de difusão de informações psicoeducativas, pois são construídas com base em uma arquitetura que utiliza algoritmos para delimitar preferências e agrupar dados relativos aos hábitos e tendências de seus usuários, tornando o acesso e ao conteúdo e consequentemente ao profissional algo mais direto, já que muitos psicólogos possuem páginas profissionais, onde produzem conteúdos e falam diretamente com sua audiência. Apesar dos benefícios, há também desafios e riscos associados a essa exposição. Para a categoria profissional, um dos maiores riscos é a banalização do conhecimento técnico, que pode ser diluído em conteúdos superficiais e mercadológicos, além da precarização da prática profissional, resultando em sobrecargas de trabalho resultantes da exigência em se fazer presente digitalmente (França, 2021; Machado 2021).

3.3. A presença digital dos psicólogos, precarização e mercantilização da prática profissional

De acordo com Antunes (2018) estamos presenciando a expansão do novo

proletariado na era digital, onde os trabalhos ganharam novos contornos com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), " estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital" (p. 35). O autor prossegue e pontua que:

"O mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (...) O resultado dessa processalidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais" (p. 36).

Os psicólogos enquanto classe profissional também fazem parte do novo proletariado na era digital, enquanto prestadores de serviços, na tentativa de construção e fortalecimento da presença digital nas redes sociais, acabam oferecendo serviços gratuitos ou subvalorizados, contribuindo para a desvalorização da profissão e conseqüentemente para a precarização da prática profissional (Simião et al, 2024).

Aquino (2005) pontua que a compreensão da precarização laboral pode originar-se de dois âmbitos que, à primeira vista, parecem distintos, mas que na verdade se complementam. O primeiro, de natureza mais coloquial, refere-se às condições de trabalho específicas de cada contexto organizacional. O segundo, de caráter mais estrutural, relaciona-se às profundas transformações na organização do trabalho ocorridas nos últimos anos, baseadas em sua dimensão social e nas implicações que daí decorrem. É com base na segunda percepção de caráter mais estrutural que se pode traçar um paralelo entre a precarização e a presença dos psicólogos nas redes sociais. O autor (2005) reforça que:

"As transformações advindas da nova organização do capitalismo geraram o que se convencionou em chamar 'crise da sociedade do trabalho', uma vez que deram início ao questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social bem como seu impacto na construção subjetiva do trabalhador. É o processo de mudança que constitui o que denominamos precarização" (p. 3).

Com base no conceito de precarização e nas novas dinâmicas do mundo do trabalho impostas pelas demandas do capitalismo, se faz necessário empreender uma reflexão acerca do trabalho do psicólogo no Instagram, já que este, é um campo organizado, modulado e configurado de acordo com as necessidades do mercado.

Um ponto importante nessa construção é a compreensão de como as redes sociais funcionam, e sob quais princípios elas atuam. Silveira (2021) frisa que "Um dos principais modos de controle que os gestores das plataformas possuem sobre seus usuários se dá pela modulação das opções e dos caminhos de interação e de acesso aos conteúdos publicados" (p. 39). A modulação é um elemento importante da arquitetura das redes sociais, e é conceituada como:

Um processo de controle da visualização de conteúdos, sejam discursos, imagens e sons. As plataformas não criam discursos, mas possuem sistemas algoritmos que distribuem os discursos criados pelos seus usuários, sejam corporações, sejam pessoas. Assim os discursos são controlados e vistos, principalmente, por e para quem está dentro dos critérios que constituem as políticas de interação desses espaços virtuais (p. 39).

A modulação nas redes sociais está a serviço da expansão do neoliberalismo que, apresenta-se como, a nova roupagem do capitalismo, operando nas redes e plataformas com o objetivo de dissipar ações coletivas que criam lógicas diferentes das lógicas voltadas à concorrência e a reprodução do discurso capitalista. Um exemplo disso é o discurso amplamente difundido nas redes sociais ligado ao empreendedorismo e à "gestão de si mesmo" (Silveira, 2021). Essa visão corrobora com o modelo gerencialista, que é criado e difundido em ambientes institucionais. O trabalhador é estimulado a cultivar uma visão de liberdade e autonomia, com base na incorporação de crenças e valores atrelados a um grupo operacional de práticas, mas na verdade, é dependente e submisso às instituições, que operam em sua subjetividade. A proliferação de uma visão atrelada ao indivíduo como sua própria empresa, ou empreendedor de si, colabora com uma lógica mercadológica de venda de serviços e produção de conteúdos nas redes sociais, com foco em atrair cada vez mais clientes, esvaziando pautas de saúde mental (Dias et al, 2019; Covaleski, Freitas, 2024).

Um exemplo desse esvaziamento pode ser visto na pesquisa intitulada "A Banalização da Psicologia nas Redes Sociais: O Impacto da Tecnologia no Saber Fazer do Psicólogo" que foi realizada com o intuito de investigar como a exposição dos psicólogos nas redes sociais afeta a percepção e o comportamento das pessoas em relação à saúde mental. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os conteúdos que viralizam nas redes sociais e como esses conteúdos, muitas vezes superficiais ou incompletos, podem levar a autodiagnósticos e à trivialização das doenças psicológicas (Simião et al, 2024).

Os principais efeitos da banalização da psicologia nas redes sociais incluem a promoção de auto diagnósticos inadequados, onde indivíduos se identificam com transtornos mentais sem a devida avaliação profissional, o que pode resultar em consequências graves para sua saúde mental. Além disso, a superficialidade dos conteúdos compartilhados pode desinformar o público sobre a complexidade das questões psicológicas, levando a uma percepção distorcida das doenças mentais.

Essa situação é agravada pela busca de engajamento por parte de alguns profissionais, que podem priorizar a popularidade em detrimento da qualidade e da responsabilidade na informação, contribuindo para um cenário onde a psicologia é tratada de maneira banal, alinhados a uma postura mercadológica e individualista de exercício profissional (Simião et al, 2024).

Martins (2020) crítica a psicologia burguesa, que frequentemente reproduz um "ideal de conscientização" que ignora as raízes sociais da alienação e do desamparo. A psicologia tradicional tende a desconsiderar o papel do trabalho na formação da subjetividade, tratando-o apenas como uma fonte de renda. No entanto, a autora argumenta que o trabalho deve ser compreendido como uma atividade vital que molda a relação do ser humano com suas condições de vida. Assim, os psicólogos têm a responsabilidade de integrar essa compreensão em sua prática, reconhecendo que a subjetividade é profundamente influenciada pelas relações sociais de produção.

A autora destaca a importância do papel do psicólogo em um contexto marcado pelas mudanças impostas pelo capitalismo, enfatizando que a psicologia deve ir além da mera análise dos sintomas do desamparo. Para isso, é fundamental que os psicólogos adotem uma abordagem educativa, que promova a formação e ampliação da consciência humana. Essa perspectiva implica ajudar os indivíduos a compreenderem suas condições de vida e a desenvolverem uma consciência crítica sobre sua existência, permitindo que se vejam não apenas como vítimas de circunstâncias, mas como agentes capazes de transformar suas realidades (Martins, 2020). Por fim, a autora ressalta que a alienação, exacerbada pela organização capitalista, gera desafios significativos para a saúde mental dos indivíduos. O papel do psicólogo, portanto, é não apenas tratar os efeitos psicológicos da alienação, mas também ajudar os indivíduos a se reconectarem com sua humanidade e a compreenderem as dinâmicas sociais que contribuem para seu desamparo. Essa

abordagem crítica e engajada é essencial para que a psicologia possa efetivamente contribuir para a transformação das condições objetivas de vida, promovendo uma maior realização das pessoas como sujeitos de sua própria história (Martins 2020).

4. CONCLUSÃO

No documentário O Dilema das redes (2020) o Jornalista Andy Lewis diz que: "Se você não está pagando pelo produto, então você é o produto", referindo-se ao uso gratuito das redes sociais por parte dos usuários que acessam e produzem conteúdos nesses campos virtuais, ao passo que as *Big Techs* comercializam anúncios e dados gerados em seus domínios. As redes sociais oferecem aos psicólogos uma ferramenta ampla para disseminação de conhecimento, alcançando um público diversificado com possibilidade de democratizar e universalizar informações psicoeducativas, que podem contribuir positivamente para a sociedade no geral. No entanto, essa presença digital exige um cuidado rigoroso, para que o trabalho do psicólogo, não entre em contextos precarizantes, tendo como principal referencial a visão mercadológica de produção de conteúdo em detrimento de uma visão ética e engajada socialmente (França, 2021; Simião et al, 2024).

As diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) podem ser importantes aliadas para os profissionais que desejam construir sua presença digital. Estar a par das diretrizes e recomendações éticas pode ajudar na preservação e no compromisso social de produção de conteúdo de fato de valor. A psicoeducação se apresenta como uma alternativa viável para a produção de conteúdo de qualidade, essa estratégia educacional não visa substituir o atendimento clínico, mas sim fornecer informações que possam auxiliar o público a compreender melhor questões relacionadas ao bem-estar emocional e psicológico. No entanto, é crucial que os profissionais saibam diferenciar a psicoeducação de práticas de intervenção (CFP, 2022; Araújo Bertulino et al, 2021; Alves et al, 2024).

Conhecer o funcionamento e a arquitetura das redes sociais é imprescindível, assim como uma visão ampliada do mundo do trabalho em que estamos inseridos, tendo em mente que estamos em um contexto neoliberal, que tem como objetivo a constante produção em detrimento da qualidade do que é produzido e

consequentemente da saúde do trabalhador. O papel do psicólogo nas redes precisa ser elaborado a partir de uma visão crítica da própria ferramenta, não apenas tratando efeitos psicológicos, mas também ajudando os indivíduos a se reconectarem com sua humanidade e a compreenderem as dinâmicas sociais que contribuem para seu desamparo. Essa abordagem crítica e engajada é essencial para que a psicologia possa efetivamente contribuir para a transformação das condições objetivas de vida, promovendo uma maior realização das pessoas como sujeitos de sua própria história, inclusive da história editada e criada na narrativa das redes. (Antunes, 2018; Aquino, 2005; Silveira, 2021; Martins 2020; Dias et al, 2019; Covaleski, Freitas, 2024).

REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Costa, et al. Psicoeducação em contexto de saúde mental: uma revisão sistemática. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, vol. 28, n.º 1, junho de 2024, p. 577–92. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v28i1.2024-10906>.

AQUINO, Cassio Adriano Braz de. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, São Luis. Anais. São Luís: UFMA, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Recurso digital.

ARAÚJO BERTULINO, Tatiana, et al. Instagram como ferramenta de comunicação e integração entre universidade e comunidade no projeto pro mente. Revista de Extensão da UPE, vol. 5, n.º 1, maio de 2021, p. 19–29. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.56148/2675-2328reupe.v5n1.230.pp19-29>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 010, de 21 de julho de 2005. Dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

_____. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologias da informação e da comunicação. Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2012. Brasília, DF: CFP, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/05/resolucao2012_11.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

_____. Regulamenta a publicidade e a propaganda no exercício profissional da Psicologia. Resolução CFP nº 016, de 20 de dezembro de 2019. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/resolucao2019_16.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

_____. Nota Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais: Publicidade e Cuidados Éticos. Nota Técnica Nº1/2022/SOE/PLENÁRIA, 2022.

CFP divulga orientações à categoria sobre publicidade nas redes sociais. CFP, 22 de junho de 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-divulga-orientacoes-acategoria-sobre-publicidade-nas-redes-sociais>

COVALESKI, Rogério, FREITAS, Flávia Carvalho de. Da Racionalidade Neoliberal à Autoajuda Empreendedora dos Coaches: Capitalismo Afetivo, Cultura da Inspiração e Felicidade nos Contextos Pandêmico e Pós-pandêmico. Revista Memorare , vol. 11, n.º 1, julho de 2024. <https://doi.org/10.59306/memorare.v11e12024%p>.

DIAS, Cledinaldo Aparecido, et al. Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 22, n.º 2, dezembro de 2019, p. 185–98. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.11606/issn.19810490.v22i2p185-198>.

Digital 2024: Brasil. DataReportal – Global Digital Insights, 23 de fevereiro de 2024, <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>.

FERREIRA, Vanessa Rocha, et al. A utilização de tecnologias pelas Big Techs para obter vantagens desleais no mercado digital. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, vol. 9, n.º 1, agosto de 2023. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0030/2023.v9i1.9514>.

FLICK, Uwe. 2009. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ed. Editora Artmed, São Paulo, SP, Brasil.

FRANÇA, Denise Raquel Pereira Santos. A presença digital de psicólogos a partir da utilização do Instagram. São Luís: Centro Universitário UNDB, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Lígia. Desamparo e Sociedade Capitalista: O que a Psicologia tem a dizer? In: TULESKI Silvana; FRANCO, Adriana; CALVE, Tiago (Orgs.) Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: expressões da luta de classes no interior do capitalismo. Paranaíba: EduFatecie, 2020. p.155-170.

MACHADO, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. In: AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021. p. 4969.

MIGUEL, R. DE B. P.; ARNDT, G. J.; PIRES, J. G. Psicólogos e o Uso das Mídias: Um Relato de Pesquisa. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. e224152, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224152>

O DILEMA das redes. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Larissa Rhodes. Los Gatos: Netflix, 2020. 1 vídeo (94 min), son., color. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81254224>.

PEREIRA, Alanda Maria Ferro et al. O/A psicólogo/a está online: um Mapeamento Sistemático sobre o Uso das RSO. Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 269–290, 2024. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2024v13i1.p269-290>.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021. p. 33-47.

SIMIÃO, Emanuele Caldas De Sousa, et al. A banalização da psicologia nas redes sociais: o impacto da tecnologia no saber fazer do psicólogo. Revista IberoAmericana de Humanidades, Ciências e Educação, vol. 10, n.º 5, maio de 2024, p. 2388–96. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13869>.

WROBEL, Lucas Antonio de Moraes, et al. Redes e representações sociais: a imagem



REALIZAÇÃO:



APOIO:



da Psicologia no Instagram. Trabalhos de Conclusão de Curso - Faculdade Sant'Ana, 2021.

<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/2172>.

OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO SABER FAZER DO PSICÓLOGO CLÍNICO

Jucélia de Araújo Miranda ¹

1 Psicóloga Graduada pela
WYDEN, endereço

Faculdade de Imperatriz – FACIMP
eletrônico: juceliadearaujomiranda@gmail.com

RESUMO

O estudo trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura sobre os desafios do processo de construção da prática profissional do psicólogo clínico. O objetivo geral consiste em investigar os os desafios na construção da prática profissional no saber fazer do psicólogo clínico. A psicologia clínica ainda é uma área de pouco acesso a população geral, são muitos os desafios, principalmente em relação a escassez de pacientes. Nesse sentido, foi construída a seguinte questão problema desta pesquisa: Quais os desafios na construção da prática profissional no saber fazer do psicólogo clínico? A pesquisa é de ordem qualitativa, realizada através da técnica da análise bibliográfica, com base na exploração de livros, artigos científicos e dissertações. O estudo concluiu que é necessário um cuidado atento aos psicólogos clínicos iniciantes e todas as implicações de sua entrada no mercado de trabalho para não prejudicar a sua saúde mental. Compreendendo os desafios do saber fazer e as vivências do início de sua carreira e todos os atravessamentos desse período inicial no campo de trabalho.

Palavras-chave: Prática profissional. Saberes e fazeres. Psicólogo clínico.

ABSTRACT

The study is a literature review research on the challenges of the process of building the professional practice of clinical psychologists. The general objective is to investigate the challenges in the construction of professional practice in the clinical psychologist's know-how. Clinical psychology is still an area with little access to the general population, and there are many challenges, especially in relation to the shortage of patients. In this sense, the following problem question for this research was constructed: What are the challenges in the construction of professional practice in the clinical psychologist's know-how? The research is qualitative, carried out using the bibliographic analysis technique, based on the exploration of books, scientific articles and dissertations. The study concluded that careful care is needed for beginning clinical psychologists and all the implications of their entry into the job market so as not to harm their mental health. Understanding the challenges of knowing how to do and the experiences at the beginning of your career and all the crossings of this initial period in the field of work.

Keywords: Professional practice. Knowing and doing. Clinical psychologist.

1. INTRODUÇÃO

O estudo foi realizado através de uma revisão de literatura sobre os desafios na construção da prática profissional no saber fazer relacionado ao psicólogo clínico, de forma a apresentar estudos capazes de responder à problemática do estudo a respeito da temática em questão.

A psicologia clínica ainda é uma área de pouco acesso a população geral, são muitos os desafios, principalmente em relação a escassez de pacientes. Nesse sentido, foi construída a seguinte questão: Quais os desafios na construção da prática profissional no saber fazer do psicólogo clínico?

Para isso foi construído o objetivo geral a partir da proposta de investigar os os desafios na construção da prática profissional no saber fazer do psicólogo clínico. Para que esse objetivo pudesse ser alcançado foram construídos três objetivos específicos conforme a seguir: Investigar qual a preparação dos (as) psicólogos (as) para a prática profissional da psicologia clínica; identificar os sentimentos vivenciados pelos psicólogos (as) na construção do saber fazer; identificar dificuldades/desafios/potencialidades na realização do saber fazer na psicologia clínica.

O interesse por esse tema surgiu do desejo de contribuir na discussão a respeito da atuação profissional vivida nos últimos meses após a formação acadêmica e as dificuldades de atuação profissional na área da psicologia clínica.

O estudo possui relevância acadêmica e social, comprometendo-se com a construção de conhecimento, e contribuição de um olhar mais específico para a situação.

A pesquisa consiste em uma revisão da literatura realizada sob uma abordagem qualitativa através da técnica da pesquisa bibliográfica e, foi realizada através da base da exploração de artigos científicos e dissertações utilizando-se das plataformas do google acadêmico, SciELO - Scientific Electronic Library Online, anais e revistas eletrônicas publicadas em Periódicos de Psicologia - PePsic.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A atuação profissional do psicólogo contempla algumas modalidades que transcendem a maioria das especificidades de cada área como os processos de avaliação, seja em ambientes clínicos ou não; o tratamento psicológico e acolhimento;

a orientação; o acompanhamento psicológico em diferentes contextos; a construção e afirmação social por meio da promoção, prevenção e atenção à saúde de indivíduos direcionadas para políticas da integralidade e práticas de gestão; as consultorias e assessorias em projetos; as atividades de pesquisa e desenvolvimento de métodos de intervenção e as atividades relacionadas ao ensino. Compreende-se, então, a atuação do profissional de psicologia como extremamente ampla, podendo se estender a diversas áreas que necessitem da contribuição do saber fazer psicológico (Barbosa, et al, 2022).

Segundo Lima et al (2023), a psicologia se caracteriza como ciência e profissão, nesta perspectiva abrange diversos contextos de atuação e diferentes orientações teórico-práticas. Entre as possibilidades de atuação como profissional da psicologia, a psicologia clínica se destaca como uma das ênfases mais conhecidas e escolhidas pelos psicólogos, de acordo com o CensoPsi 2022, 43,9% dos psicólogos recém-formados escolheram a psicologia clínica como primeira área de atuação (CFP, 2022).

Segundo Dias et al (2022), Sigmund Freud, psicólogo criador da abordagem psicanalítica, foi uma das figuras mais importantes na atuação da psicologia clínica, investindo em um setting terapêutico que pudesse deixar o paciente à vontade para falar de suas questões. A partir disso, os psicólogos foram aderindo à prática cada vez mais, sendo atualmente uma das áreas mais conhecidas e procuradas no cenário psicológico. “Habitualmente, a significação que se reconhece no conceito de clínica é a prática que consiste numa observação singular e concreta do indivíduo” (BRITO, p.63, 2008 apud Dias et al, 2022).

Considerando a grande complexidade do ser humano, é preciso reconhecer a dificuldade que a Psicologia tem encontrado no sentido de desenvolver os seus estudos para compreender porque os indivíduos se comportam de determinada maneira. Comparada com outras ciências, a Psicologia, hoje, ainda ocupa um lugar bastante rudimentar, em parte porque seu objeto de estudo é complexo e, em parte, pelas diferentes posições dos profissionais que se dedicam a este assunto. O desenvolvimento do estudo da Psicologia dentro de um modelo científico tal como o proposto pela Física, Química, etc., onde se busca a relação entre os eventos e consequentemente a possibilidade de descrever, prever e controlar estes eventos, têm sido bastante questionado por aqueles que consideram a ciência insuficiente para explicar o comportamento humano (Dias et al, 2022)

O grande desafio da Psicologia Clínica estar no reconhecimento de sua efetividade e, isto só poderá acontecer, a partir do momento em que a prática clínica esteja sustentada por um corpo de teorias cientificamente validado. Do contrário, serão encontrados Psicólogos atuando como meros auxiliares psiquiátricos, astrólogos traçando mapas astrais utilizando um discurso que corresponde a uma mistura de Astrologia com Psicologia, "Pais de Santo" trabalhando junto com terapeutas, etc (Dias et al, 2022).

2.1. O saber fazer generalista do psicólogo no âmbito da psicologia clínica

A identidade é uma coleção de atributos que constituem um indivíduo e faz parte do processo de construção do ser no espaço. Já a identidade profissional encontra suporte, para além dos processos internos, no âmbito metodológico, nos saberes da profissão, na reflexão sobre a prática e no aprendizado coletivo. Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque se constitui de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada profissional, enquanto ator e autor, confere à sua atividade no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida (Braga e Luigi Júnior, 2024).

Conforme De la Torre e Pires (2018), para que haja compreensão acerca da produção do conhecimento para a profissão, faz-se necessário considerar a articulação entre o tempo e onde ele é produzido, considerando os lugares de fala e os postulados acadêmicos, econômicos, políticos, religiosos e culturais. Para os autores, a inocência conduz à perspectiva de um conhecimento absoluto, sendo esse o primeiro passo para o estabelecimento de dogmas universais.

O desafio do psicólogo começa ao construir um olhar integrador sobre o ser humano, ao longo do ciclo vital, vivendo em uma família que também se desenvolve, em uma situação específica de gênero, raça, classe social, num momento histórico

dado, compreendendo e respondendo ao sofrimento específico que o sujeito traz ao profissional de saúde, sobretudo ao psicólogo, de modo a devolver-lhe o máximo possível, o protagonismo da sua história, que se faz num contexto social, que inclui – no contexto brasileiro – violências, discriminações, racismo, abusos, entre outras marcas, próprias de uma sociedade desigual (MATOS et al., 2018, p. 141).

Dessa forma, compreende-se a atuação do psicólogo clínico como uma atuação que deve compreender toda as instâncias que circundam o indivíduo como histórico de vida, histórico médico, qualidade de vida, condições de desenvolvimento de autonomia, relações intrapessoais e interpessoais, aspirações, motivações, e a própria compreensão de seu sofrimento (Barbosa, et al, 2022).

Existem mais desafios a respeito da descrição da atuação do psicólogo clínico apresentada pelo CFP (2022), no qual, aponta como papel deste a promoção da autonomia, da qualidade de vida e da saúde integral. Essa atuação proporciona redução do sofrimento de indivíduos considerando sua subjetividade e contexto, podendo exercer tal intervenção em níveis sociais, individuais, grupais e institucionais. Assim, pode-se compreender a atuação do psicólogo clínico não apenas como focada em transtornos, mas em pessoas em sofrimento, o qual pode ser causado por questões laborais, acadêmicas, relacionamentos amorosos e familiares, baixa autoestima, ausência de motivações, fatores sociais, políticos, sexualidade, racismo e outros tipos de preconceito, dentre outros (Barbosa, et al, 2022).

2.2. A importância da formação na preparação do psicólogo na construção do saber fazer

De acordo com Lima et al (2023), é através da abordagem que o psicólogo clínico constrói seu perfil profissional que irá influenciar no desempenho eficiente e ético de suas funções. Por isso, é importante que o perfil profissional do psicólogo comece a ser traçado no decorrer da graduação até a atuação profissional. A formação acadêmica é fundamental para a construção de um saber fazer clínico, cabendo à universidade promover a formação de profissionais na perspectiva da empregabilidade, desenvolvendo as habilidades e competências necessárias à inserção e permanência no mundo contemporâneo.

Na prática profissional do psicólogo clínico, existem cinco elementos fundamentais que regem a sua profissão: autoconhecimento (trabalho emocional do

ser), conhecimento (saber), habilidades (saber e fazer), atitude (saber, ser e agir), reconhecimento (social/econômico). A legitimação, dessa competência dependerá de fatores como as condições específicas do ambiente de trabalho onde o profissional se formou e quais as condições universitárias que moldaram essa identidade (Spinelli, 2010).

Por outro lado, a sociedade determina o que é legítimo ou legal por meio de uma construção legitimada pela história, pela cultura e pelo desenvolvimento técnico-científico e uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais que possibilitam as ações das atividades humanas em um contexto de disputas ideológicas. Dessa forma, um dos desafios do psicólogo em sua prática profissional é compreender com maior profundidade tais transformações sociais, para dessa forma, entender os fenômenos pessoais (Spinelli, 2010).

Essa compreensão dos fenômenos pessoais, possibilita o início da sua atuação nos primeiros anos de atuação profissional. Esses são marcados pela adaptação ao mercado de trabalho, reorganização pessoal do psicólogo clínico e o desenvolvimento de habilidades terapêuticas (Tenório e Souto, 2018).

2.3. Os sentimentos vivenciados pelos psicólogos (as) na construção do saber fazer

A fase inicial de atuação do psicólogo clínico é marcada por alguns sentimentos como o desconforto no contato direto com o paciente e a insegurança acerca das novas obrigações e responsabilidades advindas ao novo papel a ser exercido. Além disso, muitos psicólogos percebem a distância entre o que foi aprendido na formação acadêmica e as demandas profissionais na clínica, o que pode ocasionar uma dificuldade no processo de inserção no mercado de trabalho. Um outro ponto muito relevante na atuação do psicólogo clínico é a necessidade de se inserir nas plataformas virtuais e redes sociais para atender as demandas atuais do mercado de trabalho, o que pode ser gerador de sofrimento ou de diferencial (Tenório e Souto, 2018).

Segundo Bordignon (2021) esses sentimentos são comuns aos novos psicólogos clínicos, pois “o indivíduo sente-se obrigado a tomar decisões que influenciarão diretamente seu futuro, muitas vezes encontrando uma realidade bem diferente daquela que havia planejado” (p., 26). Dessa forma, o diploma de conclusão de curso não garante mais a entrada direta ao mercado de trabalho da psicologia,

tornando frequente o desemprego dos profissionais, a dificuldade de trabalhar com a profissão que escolheram e de se estabelecer como profissionais autônomos (Bordignon, 2021).

Dados do Conselho Federal de Psicologia, apontam que 10,5% dos psicólogos(as) recém-formados(as) nos últimos dois anos estão sem trabalhar (CFP, 2022). Devido a isso, é necessário um cuidado atento aos psicólogos clínicos iniciantes e todas as implicações que a entrada no mercado de trabalho que podem trazer a sua saúde mental. Neste sentido, justifica-se importante compreender os desafios do saber fazer e as vivências de psicólogos(as) que estão no início de sua carreira sobre a formação acadêmica e todos os atravessamentos desse período inicial no campo de trabalho.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta ainda para a importância de aproximações entre saberes científicos e saberes tradicionais através do que chama de medicinas tradicionais, complementares e integrativas (MTCI). Elas constituem em um conjunto de práticas de atenção à saúde baseado em teorias e experiências de diferentes culturas, sendo utilizadas para promoção da, prevenção e recuperação da saúde e levando em consideração o ser integral em todas as suas dimensões (OPAS, 2024).

Em relação à dimensão prática da vida cotidiana, vale apresentar as informações do último Censo da Psicologia Brasileira (CFP, 2022). Em capítulo escrito por Barreto, Sá e Vianey (2022), identificaram que cerca de 15% das(os) profissionais em psicologia utilizam, em seus cotidianos de trabalho, práticas associadas às chamadas Práticas Integrativas e Complementares (PICs), reconhecidas pelo SUS. Ou seja, cerca de 60 mil profissionais em psicologia declararam fazer uso de práticas que, em grande parte, não são legitimadas pelo campo (Nóbrega et al, 2023).

3. CONCLUSÃO

Nesse íterim apresentado no decorrer desse estudo, observa-se que são vários os desafios na construção da prática profissional no saber fazer do psicólogo clínico. O grande desafio estar no reconhecimento de sua efetividade para que seja possível a construção de uma identidade profissional, a partir da significação social e da revisão constante dos significados sociais da profissão.

A preparação dos (as) psicólogos (as) para a prática profissional da psicologia clínica acontece através da formação acadêmica, sendo fundamental para a construção de um saber fazer clínico, cabendo à universidade promover a formação de profissionais na perspectiva da empregabilidade, desenvolvendo as habilidades e competências necessárias à inserção e permanência no mundo contemporâneo.

Os sentimentos vivenciados pelos psicólogos (as) na construção do saber fazer ocorrem na fase inicial de atuação, como o desconforto no contato direto com o paciente e a insegurança acerca das novas obrigações e responsabilidades advindas ao novo papel a ser exercido.

Através do estudo realizado foi possível compreender que são vários os desafios que os psicólogos enfrentam para sua atuação na área da psicologia clínica. Mas apesar de todas as dificuldades é importante não desistir e encontrar caminhos relacionados ao saber fazer para a construção da sua identidade profissional em um mercado tão competitivo.

O estudo concluiu que é necessário um cuidado atento aos psicólogos clínicos iniciantes e todas as implicações de sua entrada no mercado de trabalho para não prejudicar a sua saúde mental. Compreendendo os desafios do saber fazer e as vivências do início de sua carreira e todos os atravessamentos desse período inicial no campo de trabalho.

REFERÊNCIAS

Barbosa, G. O.; Gomes, K. A.; Moreira, G. H. S.; Camara, M. M. H.; Altino Filho, H. V. A prática psicológica e as possibilidades de promover saúde em suas diferentes áreas de atuação. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v.19, n.29, 2022 ISSN:2359-0017.

Barreto, A. F., Sá, A. C., & Vianey, T.-K. L. (2022). A psicologia e as práticas integrativas e complementares. In A. V. B. Bastos (org.), Quem faz a psicologia brasileira? Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social (Vol. 2, pp. 76-88). Conselho Federal de Psicologia.
https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf

Bordignon, G. L. H. (2021). Do ensino superior ao mercado de trabalho e início de carreira: a contribuição da psicologia. Revista Universo Psi Taquara, 2021(1), 17–41.

Braga, P. M. A.; Luigi Júnior, R. A. A construção da identidade profissional e os saberes do professor: Uma análise do projeto "Diálogos docentes" Da uff/ campos dos goytacazes. Revista Triângulo. v. 17, n. 1 -Jan. / Abr. 2024. ISSN 2175-1609

Conselho Federal de Psicologia (2022). Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho volume I- formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia— 1. ed.— Brasília : CFP (Brasil).

De la Torre, A., & Pires, J. (2018). Epistemologias plurais: Pensando as ciências da comunicação desde a América Latina. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, 25(3), ID30108. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.30108>

Dias, A.L.B.; Souza, G. M.; Tossini, J.; Pereira, M.C.; Pansiera, R. C.; Oliveira, Y. L. Desafios da Psicologia Clínica.Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB. São João da Boa Vista/SP, 2022. Artigo disponível em: http://ibict.unifeob.edu.br:8080/jspui/bitstream/prefix/4816/1/PI_Psicologia_Cl%C3%ADnica_2022.pdf.

Lima, A.B.C.; Azevedo, R.L.W.; Lima, F.L.A.; Magalhães, R.S.R. A influência da formação acadêmica e os desafios da atuação profissional de psicólogos clínicos recém-formados. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 8, e0612842742, 2023.

Matos, N. M.; Peixinho, E.; Dalto, M. Psicologia clínica na atenção primária: desenhos de práca em contexto de Residência Mulprofissional. *Saúde em Redes*, v.4 , n. 3, p. 133-142, 2018.

Nóbrega, A. S. F. A., Bernardes, J. de S., Pires, I. A. H., Silva, I. R., & Moura, M. J. (2023). Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluizio Lopes de Brito (SAPP) sobre políticas de cuidado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e278861.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003278861>

Organização Panamericana de Saúde (OPAS). (2024). Medicinas tradicionais, complementares e integrativas. OPAS.
<https://www.paho.org/pt/topicos/medicinastradicionais-complementares-e-integrativas>.

Spinelli, M.R. Identidade Profissional do Psicólogo Clínico: Transformações no Contexto Atual. Pontífica Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP. Tese de Psicologia Clínica. São Paulo, 2010.
<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/15927/1/Maria%20Rosa%20Spinelli.pdf>

Tenório, L. G. B., & Souto, L. M. (2018). Marketing pessoal e redes sociais na empregabilidade do psicólogo recém-formado no mercado de trabalho moderno, do Curso de Psicologia da CESMAC. Monografia (Graduação em Psicologia).

PERFIL DEMOGRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ESTADO DO MARANHÃO

Richardson Gomes Lima da Silva¹

¹ Psicólogo do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA). E-mail:
richlima@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho atualiza os dados de Silva (2017a) sobre suspeitas de violência contra crianças e adolescentes encaminhadas ao IPCA de 2004 a 2021. As variáveis analisadas foram idade, sexo e tipo de violência sofrida.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito judiciário, a escuta de crianças e adolescentes ainda é um tema complexo e delicado, que exige um aprimoramento constante nas suas formas de condução (COELHO & MARINHO, 2023; FRONER & RAMIRES, 2008). Como crianças e adolescentes não podem ser considerados plenamente desenvolvidos cognitivamente, emocional e simbolicamente, teoricamente não apresentariam condições de se expressar de maneira objetiva, inviabilizando as provas testemunhais obtidas através das oitivas padrão (NAPOLI, 2010). Além disso, muitas vezes tais depoimentos envolvem familiares ou pessoas próximas, por quem a vítima pode nutrir sentimentos ambivalentes ou, ainda, há o constrangimento e a insegurança da vítima para relatar a agressão sofrida, diminuindo assim a credibilidade do testemunho (NAPOLI, 2010; RIBEIRO *et al.*, 2013).

Nesse contexto, foi desenvolvido pelo Judiciário do Rio Grande do Sul, no ano de 2003, o denominado “depoimento sem dano” (atualmente conhecido por depoimento especial), uma alternativa à inquirição de crianças ou adolescentes que tenham sido vítimas ou testemunhas de crimes de natureza diversa. Este procedimento tenta adaptar a tomada de depoimentos ao nível de desenvolvimento das crianças e adolescentes de modo a auxiliar a justiça na elucidação dos crimes e tem como principal objetivo ouvir a criança apenas uma vez, para que não ocorram danos emocionais adicionais com a repetição da narrativa da violência sofrida. Desde então, vem sendo sistematicamente solicitada, principalmente em denúncias de abuso sexual e disputas de guarda (ROVINSKI & PELISOLI, 2024; CNJ, 2021; COIMBRA *et al.*, 2021; COELHO & MARINHO, 2023; MEDEIROS, 2022; NAPOLI, 2010; BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008; BRITO *et al.*, 2006).

Em algumas ocasiões, contudo, a versão da criança ou do adolescente narrada durante o depoimento especial pode ser confrontada com a versão do agressor, aumentando a pressão psicológica sobre o inquirido frente ao seu relato, que pode ser considerado inválido, desacreditado, infantil ou fantasioso, de acordo com a relação estabelecida entre seu discurso e a fala do agressor. Além disso, os crimes podem permanecer impunes, favorecendo a reincidência e aumentando o temor da criança em denunciar (FRONER & RAMIRES, 2008; NAPOLI, 2010;

RIBEIRO *et al.*, 2013).

O inquirido, neste contexto, perde sua condição de sujeito de direitos e de livre expressão e torna-se apenas parte da investigação enquanto fornecedor de provas ao processo (BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008). Cabe frisar que a audiência pode não ser a única ocasião em que a criança ou adolescente tenha sido solicitada a falar sobre a violência sofrida. Não raro, a vítima conta sua versão para o(s) familiar(es), para o Conselho Tutelar, para um delegado, para um promotor e, finalmente, para um juiz, ironicamente em uma sala concebida para evitar a revitimização (SILVA, 2022).

Além disso, o Conselho Federal de Psicologia considera que há uma supervalorização do depoimento da vítima nos procedimentos realizados durante o depoimento especial, o que pode ser prejudicial sobretudo a crianças e adolescentes que tenham sofrido violência sexual por pessoas com quem mantinham vínculos afetivos (NAPOLI, 2010). Da forma como está estruturado, o depoimento especial se distancia do trabalho realizado pelo psicólogo, uma vez que não tem como objetivo uma avaliação psicológica completa do inquirido, mas apenas a obtenção de seu relato sobre a violência sofrida (RIBEIRO *et al.*, 2013).

Assim, torna-se imperativo que sejam efetuadas reestruturações na condução destes métodos, permitindo aos profissionais capacitados a esta prática (psicólogos, assistentes sociais e outros) a liberdade necessária para uma escuta que considere o tempo de elaboração do trauma pela vítima e a análise dos comportamentos que pareçam suspeitos, como nas perícias que vem sendo realizadas em algumas instituições de saúde no país (NAPOLI, 2010; RIBEIRO *et al.*, 2013; BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008; BRITO *et al.*, 2006).

2. O QUE É A PERÍCIA PSICOLÓGICA

A perícia psicológica é um tipo de exame pericial que requer competências exclusivas e formação acadêmica diretamente relacionada aos procedimentos a serem realizados. Faz parte da Psicologia Forense e está diretamente ligada ao fornecimento de informações técnico-científicas ao magistrado, no que diz respeito à matéria em Psicologia (GAVA *et al.*, 2013; ORTIZ, 1986; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014). Para tanto, faz-se necessário que o psicólogo compreenda certos aspectos da doutrina jurídica que estejam relacionados à sua atuação enquanto perito (ROVINSKI,

2013; HUTZ *et al.*, 2020; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014; ROVINSKI & PELISOLI, 2024).

A perícia psicológica encontra-se amparada pela lei nº 4.112/62, que dispõe sobre a profissão do psicólogo, e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, que estabelece os limites da atuação profissional junto à justiça (POLAK, 2013; BRASIL, 1962; CFP, 2014; ROVINSKI & PELISOLI, 2024). São áreas de atuação do perito psicólogo a psicologia forense familiar, a perícia psicológica trabalhista, a psicologia investigativa, a vitimologia, a investigação policial, os litígios conjugais, a psicologia do testemunho e a autópsia psicológica, entre outras (HUTZ *et al.*, 2020; GAVA *et al.*, 2013; ORTIZ, 1986; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014; SILVA & LEMOS, 2009; MAIA, 2003; HILÁRIO, 2002; MIRA Y LOPEZ, 2009).

Com o “caso dos meninos emasculados”, o Estado do Maranhão iniciou o delineamento de um sistema de atendimento a casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que resultou na criação, em 2004, do Instituto de Perícias Oficiais, que atualmente é chamado de Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes – IPCA (CARDOSO *et al.*, 2009). O IPCA é um órgão da Perícia Oficial de Natureza Criminal que realiza perícias médicas, psicológicas e sociais em crianças e adolescentes do Estado do Maranhão sob suspeita de serem vítimas de qualquer tipo de violência (física, psicológica, sexual, negligência, maus tratos, etc.). Ao longo de seus 20 anos, o órgão já recebeu mais de 15 mil encaminhamentos (RODRIGUES *et al.*, 2024).

O trabalho realizado pela perícia psicológica no IPCA difere do depoimento especial pois a escuta da suposta vítima neste órgão é realizada em pelo menos três sessões e leva em consideração o direito da criança ou do adolescente de silenciar, bem como o tempo de elaboração da violência pelas vítimas e seus responsáveis. Além disso, utiliza-se de vários recursos para a materialização da prova, tais como análise do discurso, aplicação de testes psicológicos, observação do comportamento verbal e não verbal e uso de técnicas lúdicas, entre outros (SILVA, 2017b).

3. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma atualização dos dados apresentados por Silva (2017a), a respeito dos casos de suspeita de violência contra crianças e adolescentes

encaminhados ao Instituto de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes (IPCA) entre os anos de 2004 a 2021.

As informações iniciais obtidas por Silva (2017a) consistiram do levantamento realizado no controle de agendamento de perícias e nos laudos da perícia psicológica arquivados no IPCA, do ano de 2004 ao ano de 2012. As variáveis levantadas para cada ano foram: número de casos recebidos, idade e gênero da vítima, perfil socioeconômico da família da vítima, grau de parentesco com o agressor e resultado da perícia. Do agressor foram obtidas também as variáveis idade, gênero e quantidade de agressores por episódio de violência.

Este trabalho atualiza e amplia os dados do perfil demográfico de crianças e adolescentes encaminhados ao IPCA, previamente levantados por Silva (2017a), utilizando como fonte apenas o controle de agendamento de perícias do IPCA e como variáveis selecionadas para análise apenas idade, sexo e tipo de violência sofrida, informações fundamentais para compreender o perfil das crianças e adolescentes encaminhadas ao órgão.

Os dados foram organizados em uma planilha eletrônica, o que permitiu a sistematização e o filtro de informações relevantes. A categorização e a filtragem das variáveis foram conduzidas de forma a garantir a confiabilidade e a consistência dos resultados, assegurando que os dados refletissem o perfil real dos casos atendidos.

A análise inicial utilizou estatística descritiva para resumir e descrever os dados obtidos, bem como identificar padrões no perfil das vítimas, tais como distribuições etárias, diferenças de gênero nos tipos de violência sofrida e a predominância de determinados tipos de violência.

Os resultados obtidos foram contextualizados e discutidos à luz da literatura existente sobre violência contra crianças e adolescentes. Este diálogo entre dados empíricos e referenciais teóricos permite compreender os fenômenos em sua complexidade, considerando tanto aspectos quantitativos quanto interpretações qualitativas. Esta abordagem metodológica ressalta a importância de dados organizados e análises robustas para subsidiar intervenções práticas e políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

4. RESULTADOS

Desde sua criação, em outubro de 2004, até o mês de dezembro de 2021, foram encaminhadas ao IPCA 11.265 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, com um total de 12.093 vítimas em potencial (uma denúncia pode ter uma ou mais vítimas envolvidas). O número de crianças e adolescentes encaminhados aumentou gradativamente no decorrer dos 17 anos estudados (Figura 1), possivelmente devido a um maior conhecimento da população sobre os seus direitos e ao reconhecimento, por parte das autoridades policiais e judiciárias que encaminham os casos ao IPCA, da qualidade dos serviços prestados por este órgão.

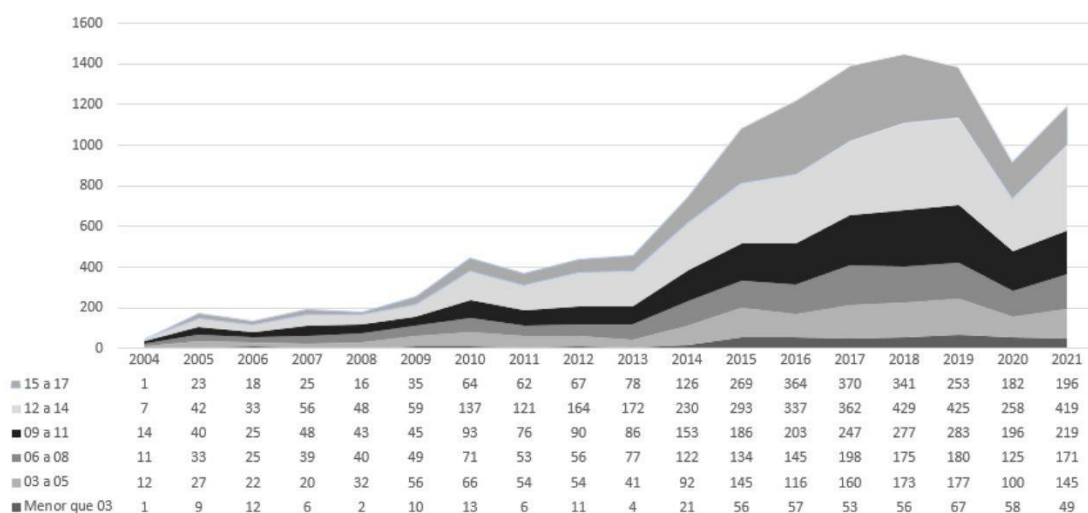


Figura 1: Faixa etária de crianças e adolescentes encaminhadas ao IPCA entre os anos de 2004 e 2021

Os tipos de denúncias por faixa etária estão representados na Figura 2. O campo “outros” inclui denúncias que envolvem desaparecimento de pessoas, homicídios, preservação de direitos, entre outros tipos de violência não contemplados na tabela.

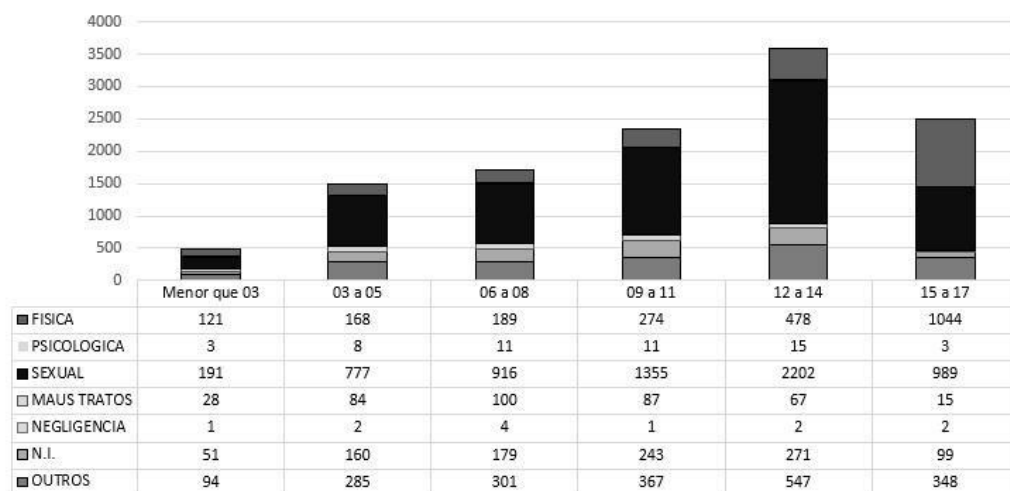


Figura 2: Tipos de denúncia por faixa etária encaminhadas ao IPCA entre os anos de 2004 e 2021. N.I. = Não informado.

Em síntese, as vítimas encaminhadas no período estudado foram igualmente distribuídas entre crianças (49,7%) e adolescentes (50,3%), predominantemente do sexo feminino (média de 75,0% meninas por ano). Mais da metade (53,2%) das denúncias foi de violência sexual, seguidas de violência física (18,8%) e maus tratos (3,15%). A faixa etária mais afetada pela violência sexual encontra-se entre os 9 e os 14 anos de idade (55,3% do total).

Apesar destes dados não diferirem significativamente dos resultados levantados por Silva (2017), que encontrou 54,4% de crianças e 75,5% de meninas por ano, em média, algumas considerações são necessárias: de 2010 em diante, houve um aumento no número de denúncias de crimes contra adolescentes, em relação ao número de denúncias que eram realizadas até aquele ano (Figura 3).

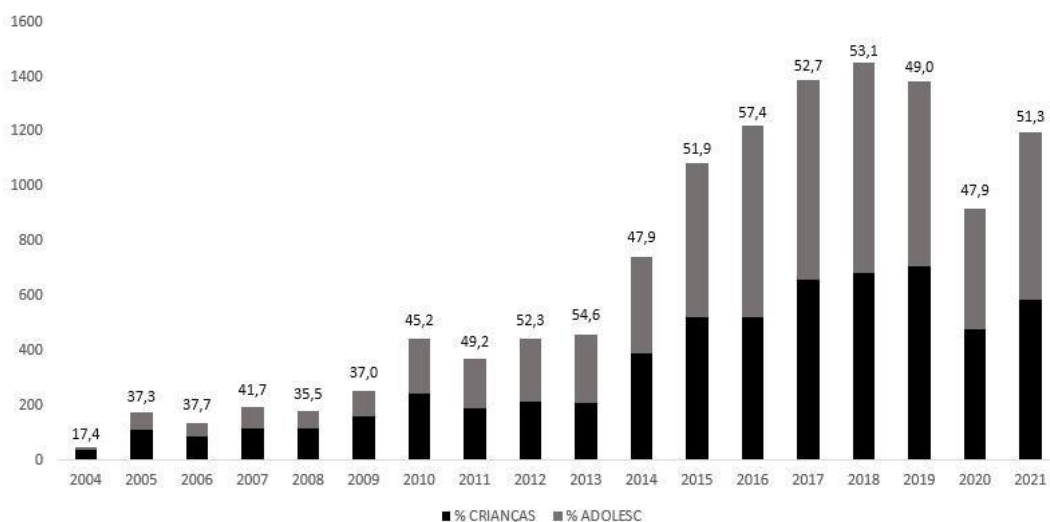


Figura 3: Proporção de crianças e adolescentes encaminhadas ao IPCA entre os anos de 2004 e 2021. Os números acima das barras claras indicam a porcentagem de adolescentes encaminhados por ano.

A maior parte das denúncias envolvendo crimes (não apenas sexuais) contra adolescentes encontra-se na faixa etária dos 12 aos 14 anos (Ver Figura 2). É importante frisar que, apesar de adolescentes apresentarem mais recursos cognitivos, emocionais e comportamentais do que as crianças para evitarem ou mesmo se esquivarem de possíveis abusos, aqueles podem se tornar suscetíveis à imposição de poder por parte dos adultos, mesmo que não haja uso de força física (situação mais frequente quando o abusador é uma figura de confiança da vítima). Esta suscetibilidade é mais comum nos anos iniciais da adolescência do que nos anos finais, o que pode explicar o maior número de casos na faixa etária dos 12 aos 14 anos.

É importante também notar que, mesmo quando se considerou apenas os casos de violência sexual encaminhados ao IPCA, nota-se uma proporção semelhante de crianças e adolescentes, com predominância de casos dos 9 anos 11 anos (crianças) e dos 12 aos 14 anos (adolescentes) (Figura 4).

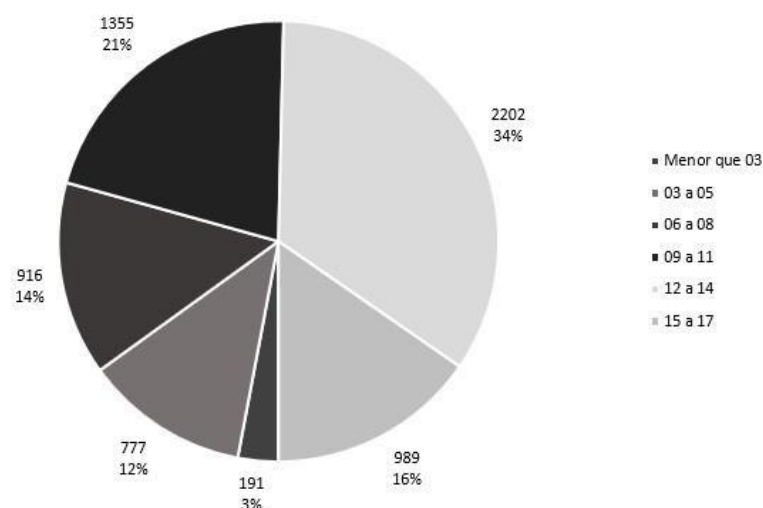


Figura 4: Proporção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual encaminhadas ao IPCA entre os anos de 2004 e 2021. Os números em cada fatia indicam quantidade total por faixa etária e a porcentagem em relação ao total de crianças (fatias escuras à esquerda) ou adolescentes (fatias claras à direita).

Infere-se que o aumento do número de adolescentes encaminhados ao IPCA tenha relação com a mudança de pensamento da sociedade como um todo no que

diz respeito aos direitos de mulheres, crianças e adolescentes. O argumento de que as vítimas adolescentes se submeteram a uma relação sexual “porque quiseram” torna-se cada vez mais inadequado frente ao aumento crescente da conscientização desses grupos e ao subsequente aumento do número de denúncias.

Da mesma forma, percebe-se um leve aumento do número de denúncias envolvendo vítimas do sexo masculino a partir do ano de 2014 (Figura 5). Desse ano em diante, os principais tipos de violência contra esse público-alvo foram violência física (80,7%), violência sexual (27,7%) e maus-tratos (5,7%).

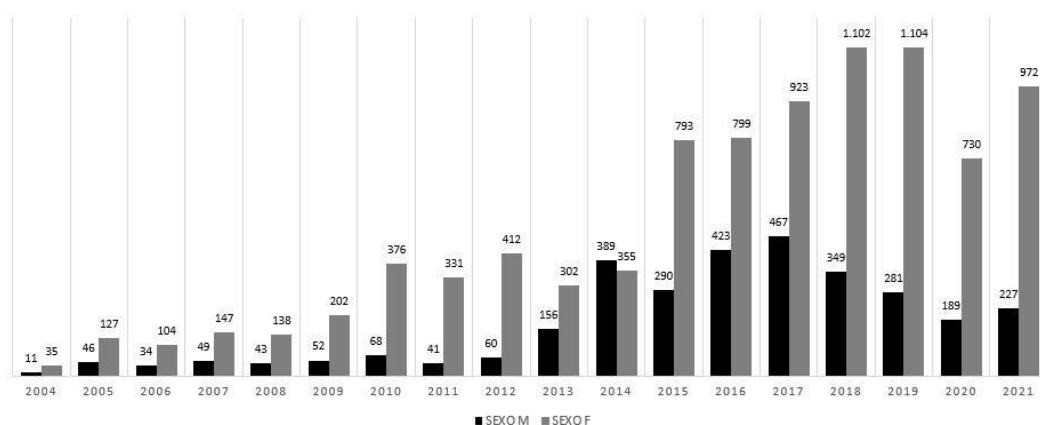


Figura 5: Proporção entre meninas (F) e meninos (M) encaminhados ao IPCA entre os anos de 2004 e 2021.

5. DISCUSSÃO

Os resultados deste trabalho mostraram que em mais da metade dos casos encaminhados ao IPCA eram predominantemente de violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino na faixa etária dos 9 aos 14 anos, o que realça ainda mais a importância da criação de métodos de prevenção deste tipo de agressão, especialmente nos meios familiares com baixa renda (DESLANDES, 1994).

Em um estudo epidemiológico conduzido por Nascimento e Deslandes (2016, citado por Ribeiro et al., 2022), foram analisadas 421 vítimas de violência sexual ocorridas no ano de 2009. Constatou-se que 36,7% das vítimas tinham entre 10 e 13 anos de idade, sendo que 81,2% eram do sexo feminino. Em 86,3% dos casos, havia vínculo familiar entre a vítima e o agressor. Resultados semelhantes foram identificados por Santos et al. (2018, citado por Ribeiro et al., 2022), que analisaram 2.226 notificações de violência sexual em escolas entre 2010 e 2014. Na década

anterior, entre 2001 e 2010, Oliveira et al. (2014, citado por Ribeiro et al., 2022) já haviam registrado padrões semelhantes em sua análise de casos.

Apesar de notório o crescente número de casos de violência encaminhados ao IPCA, especialmente contra indivíduos do sexo feminino entre 9 e 14 anos de idade, não é possível afirmar que este resultado seja um dado representativo da realidade no Maranhão, uma vez que o IPCA atende principalmente a apenas uma parcela das denúncias registradas na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (nem todas as denúncias efetuadas neste último órgão geram a necessidade de perícias, no entender dos delegados).

Além disso, as denúncias realizadas na DPCA consistem, predominantemente, de casos de violência praticados na capital do Estado, pois nem todos os municípios do Maranhão possuem conhecimento acerca da função do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente. Em outros casos, predomina a impossibilidade financeira da maioria das famílias do interior em arcar com os custos do deslocamento para a capital.

Araújo e colaboradores (2017) constataram que as denúncias encaminhadas ao IPCA entre os anos de 2011 e 2014 foram provenientes de 77 municípios do Estado do Maranhão, sendo 91,4% provenientes da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL). O município de São Luís foi responsável por 85,1% das ocorrências da RMGSL, seguido por Paço do Lumiar (5,4%) e São José de Ribamar (3,8%), totalizando 94,3% das ocorrências da RMGSL.

Vale ressaltar que, independentemente do local onde estejam ocorrendo (se na capital ou no interior), muitas situações de violência intrafamiliar podem não estar sendo sequer denunciadas, pelos seguintes motivos:

- 1) há casos em que os parentes da vítima não têm conhecimento do fato, seja pela confiança incondicional que depositam no agressor, seja pelo medo da vítima em denunciar a agressão (FRONER & RAMIRES, 2008; HABIGZANG *et al.*, 2008);
- 2) há situações em que o responsável direto pela vítima é conivente com a violência praticada, seja porque tem medo de uma possível reação violenta do agressor, seja porque o agressor é o único provedor financeiro da família (NARVAZ & KOLLER, 2006);
- 3) existe ainda a falta de informação sobre as consequências dessas violências para o psiquismo das vítimas que, associada a uma cultura histórica de

permissividade de tais abusos (como ocorre no interior do Maranhão), leva o responsável a considerar normal o comportamento do agressor para com a vítima.

Outrossim, fatores de ordem educacional, econômica, cultural, psicológica e política, a falta de informação da família, habitações promíscuas, ausências prolongadas da mãe, desemprego de um dos pais e imaturidade emocional da vítima, entre outros, também são considerados aspectos de relevante contribuição para as situações de violência (sobretudo sexual) de crianças e adolescentes (NARVAZ & KOLLER, 2006; GIL & LUCAS, 1998; RIBEIRO et al., 2004; DESLANDES, 1994).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar, é crescente o número de famílias em que há crianças e adolescentes vítimas de alguma forma de violência. Portanto, torna-se urgente a criação de políticas públicas que possam promover à população (sobretudo à de baixa renda) o acesso a informações das condições nas quais a violência contra crianças e adolescentes ocorre com maior frequência, como forma de prevenção aos menores em condições de vulnerabilidade. Além disso, tais informações permitiriam também aos pais ou responsáveis uma detecção precoce de eventuais sintomas de violência sexual, permitindo, em tempo hábil, tanto a responsabilização dos envolvidos quanto menores danos ao psiquismo dessas vítimas.

Os resultados deste estudo evidenciam que a violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente meninas entre 9 e 14 anos, representa uma grave problemática social, particularmente em contextos de vulnerabilidade econômica e familiar. Esse cenário demanda uma abordagem multissetorial que envolva políticas públicas, campanhas de conscientização e fortalecimento da rede de apoio às vítimas e suas famílias.

REFERÊNCIAS DESTE CAPÍTULO

ALEIXO, K. C. A extração da verdade e as técnicas inquisitórias voltadas para a criança e o adolescente. *Psic. Clin.*, 2008, 20 (2), p. 103-111.

ARAÚJO, E. J. P.; ALMEIDA, R. K. P.; SILVA, S. R. V.; SILVA, R. G. L. Distribuição espacial dos casos de violência encaminhados ao CPTCA. In: SILVA, R. G. L. (Org.) *Perícia psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

BRASIL, República Federativa do. *Lei nº 4.112 de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão do Psicólogo. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf. Acesso em 01 dez 2016.

BRITO, L. M. T.; PARENTE, D. C. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. *Psicologia & Sociedade*, 2012, 24 (1), p. 178-186.

BRITO, L.; AYRES, L.; AMENDOLA, M. A escuta de crianças no sistema de justiça. *Psicologia & Sociedade*, 2006, 18 (3), p. 68-73.

CARDOSO, A. V. B. (Org.). *Centro de perícias: uma experiência na perícia criminal em casos de violência contra crianças e adolescentes*. São Luís: [s.n.], 2009.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP, 2014.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. *Manual de depoimento especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais*: sumário executivo/Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, CNJ, 2021. 36 p.

COELHO, M. L.; MARINHO, V. M. P. S. M. A escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: o desenvolvimento

do ECA e o papel da Rede de Proteção. *Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas*. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 7. Nº 3. Manaus: Curso de Direito, 2023.

COIMBRA, J. C.; NUNES, R. G.; CORDEIRO, C. F. (2021). Depoimento especial, testemunho judicial, diretrizes internacionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-14.

DESLANDES, S.F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cad. Saúde Públ.*, 1994, 10 (supl. 1), p. 177-187.

FRONER, J. P.; RAMIRES, V. R. R. Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 2008, 18 (40), p. 267-278.

GAVA, L. L.; PELISOLI, C.; DELL'ALGIO, D. D. A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica*, 2013, 12(2), p. 137-145.

GIL, M. J.; LUCAS, P. A maternidade na adolescência num contexto de abuso sexual na família. *Análise Psicológica*, 1998, 3 (XVI), p. 385-392.

HABIGZANG, L.F.; CORTE, F.D.; HATZENBERGER, R.; STROEHER, F.; KOLLER, S.H. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2008, 21(2), p. 338-344.

HILÁRIO, V. L. Vitimologia e a vítima criminal no Brasil. *Monografia* (Especialização em direito processual). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2002. 122 p.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; ROVINSKI, S. L. R.; LAGO, V. M. (Orgs.). Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. 472p

MAIA, L. M. *Vitimologia e direitos humanos*. Palestra proferida no painel Vitimologia e Direitos Humanos, na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, em Teresina PI, em 12 out 2003.

MEDEIROS, A. P. Depoimento especial e avaliação psicológica em crianças e adolescentes com necessidades especiais. (2022). *Cadernos jurídicos*, São Paulo, ano 23, nº 63, p. 149-161.

MIRA Y LÓPEZ, E. *Manual de psicologia jurídica*. São Paulo: New Generation, 2009.

NAPOLI, A. K. C. *O depoimento sem dano em análise: a perspectiva da Psicologia*. Monografia (Especialização em Psicologia Jurídica). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2006, 19 (3), p. 395-406.

ORTIZ, M. C. M. A perícia psicológica. *Psicol. cienc. prof.*, 1986, vol.6, no.1, p.26-30.

PEREIRA, A. A. T. Psicologia do testemunho infantil: verdades e mentiras na cena judicial. *Dissertação*. (Mestrado em Psicologia forense e da exclusão social). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. 106p.

POLAK, S. H. A. A valoração das perícias psicológicas por juízes de varas de família de Curitiba/PR e região metropolitana (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013. 64 p.

RIBEIRO, D. B.; BONADIMAN, N.; GONÇALVES, S. G.; RASSELE, W. D. Reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais e psicólogos junto à metodologia do depoimento sem dano. *Emancipação*, 2013, 13 (1), p.55-74.

RIBEIRO, R. K. S. M.; ROAMA-ALVES, R. J.; DIAS, T. L.; CAMARGO, M. I. F. P. Efeitos psicológicos da violência sexual em crianças brasileiras. *Ver. Psicopedagogia*, 2023, 40(123): 282-92.

RIBEIRO, M.A.; FERRIANI, M.G.C.; REIS, J.N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Pública*, 2004, 20 (2), p. 456-464.

RODRIGUES, S. M.; OLIVEIRA, A. A. C.; FRÓES, J. M. R. S. PINTO, L. N.; SILVA, R. G. L. (Orgs.). *Perícias criminais em crianças e adolescentes: especificidades e interdisciplinaridade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2024. 282 p.

ROVINSKI, S. L. R. *Fundamentos da perícia psicológica forense*. 3 ed. São Paulo: Vetor, 2013. 149p.

ROVINSKI, S. L. R.; PELISOLI, C. L. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2 ed. São Paulo: Vetor Editora, 2024.

SILVA, R. A. M.; LEMOS, A. Breve histórico da vitimologia: análise de caso acerca da influência da conduta da vítima para o ato ilícito do agente. *Revista do Curso de Direito da FSG*, 2009, ano 3, n. 6, p. 183-194.

SILVA, R. G. L.(a) Levantamento dos casos de violência encaminhados ao CPTCA. *In: SILVA, R. G. L. (Org.) Perícia psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SILVA, R. G. L. (b) A perícia psicológica. *In: SILVA, R. G. L. (Org.) Perícia psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SILVA, R. G. L. *O que é a perícia psicológica na Rede de Proteção*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2022.

PSICOLOGIA DO ESPORTE: um compromisso social.

Isabela Maria Silva de Souza¹
Laura Geovana Nunes Carvalho¹
Luanna Karen Rodrigues da Silva Moura¹
Maria da Graça Pereira Santos²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a Psicologia do Esporte, área de especialidade que se encontra em emergência, e colaborar com o fortalecimento da Psicologia como ciência e profissão, mostrando de que forma esta área contribui para a implicação no compromisso social da Psicologia através do âmbito desportista. Com pesquisa bibliográfica, analisa o Esporte como um fenômeno cultural formativo do indivíduo que o pratica, responsável não somente pelo condicionamento físico, mas também psíquico e comportamental. Dessa forma nota-se que a Psicologia deve estar unida ao Esporte no processo de edificação do atleta como competidor e como ser humano tornando-se um posicionamento político da profissão. Diante dos resultados obtidos através dessa pesquisa, comprova-se a indissociabilidade entre a Psicologia e o Esporte e que, por meio da atuação do profissional da psicologia do esporte, consolida-se, dentre outras maneiras, o compromisso desta ciência para com o corpo social. Aponta também que a falta de especialização e valorização da área são desafios enfrentados no caminho para a sua consolidação e sugere investimentos para fortalecer a área no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte. Compromisso Social. Esporte.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia do Esporte teve seu reconhecimento como área de especialidade da psicologia no início dos anos 2000 (Resolução CFP nº14/2000 e nº13/2007, p.24), seu histórico está atrelado ao desenvolvimento da Psicologia no Brasil (SOUZA; PICOLI, 2019, p.25) e é responsável por investigar as causas e os efeitos das ocorrências psíquicas que o ser humano apresenta antes, durante e após o exercício ou o esporte, seja de cunho educativo, recreativo, competitivo ou reabilitador (BECKER JR., 1999 apud HEBSTER 2018).

Nesse sentido, “a atuação da Psicologia do Esporte é positiva para os atletas e produz melhoras em seu desempenho. O atleta de alta performance necessita buscar o equilíbrio emocional” (CUNHA, 2021, p. 4). Assim, vê-se que a Psicologia do Esporte tem por objetivo focar, principalmente, no bem-estar do atleta, observando e incentivando o aprimoramento das suas habilidades e capacidades diante dos desafios enfrentados. Seu histórico de atuação está atrelado ao desenvolvimento da Psicologia no Brasil.

Sendo o esporte um bem cultural, que se estende por inúmeros aspectos, como a educação, a saúde, o bem-estar, as relações sociais, entre outros, não pode ser excluído do interesse e do cuidado da Psicologia como ciência e profissão, tornando-se um posicionamento político em prol do desenvolvimento esportivo brasileiro.

A psicologia do esporte tem ganhado destaque nos últimos tempos, devido a eventos significativos como as Olimpíadas e campeonatos mundiais, de acordo com Araújo (2024), e Lemos (2024) confirma que “as Olimpíadas de Paris evidenciaram um foco crescente na importância da saúde mental no esporte de alto rendimento” fato que afirma, de forma expressiva, a importância da atuação do profissional psicólogo junto ao atleta, no auxílio dos preparos mental e emocional destes, fator que impacta, diretamente, na vida dos competidores, não somente em vista de um bom desempenho físico, como também visando o bem estar de forma integral.

Porém, há uma dificuldade em encontrar profissionais da Psicologia que sejam devidamente capacitados para assumir demandas esportivas, uma vez que

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

a Psicologia do Esporte ainda é uma ciência em emergência, ou seja, ainda não consolidada no Brasil. Isso pode ser comprovado por Vieira et al. (2010) quando este afirma que “no Brasil, a Psicologia do Esporte ainda está em processo de consolidação enquanto campo de atuação profissional, educacional ou de investigação científica”. Dessa forma, por ser uma área emergente, existem poucos profissionais especializados nessa vertente, o que corrobora os profissionais que já atuam na preparação física do atleta, tomando consigo a responsabilidade de cuidar, também, das condições psicológicas e emocionais dos desportistas.

A construção desta pesquisa teve como referência autores e pesquisadores que discutem sobre a temática da Psicologia do Esporte. Justifica-se pela necessidade de contribuir com as pesquisas sobre a temática que, em levantamento bibliográfico, mostraram-se incipientes. Destaca-se, também, a importância de discutir sobre a Psicologia do Esporte enquanto área emergente, com o objetivo de colaborar com o fortalecimento da Psicologia como ciência e profissão.

Assim, para a realização do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, do tipo integrativa, considerando artigos científicos publicados online e em português, livros sobre a temática, com a finalidade de discutir acerca da seguinte problemática: de que forma a Psicologia do Esporte contribui para a implicação da Psicologia no compromisso social?

Diante disso, a revisão bibliográfica aqui apresentada foi estruturada da seguinte forma: revisão de literatura, apresentando algumas discussões sobre a temática, resultados e discussões, parte relevante do trabalho, na qual apresenta-se os principais resultados relacionados ao problema de pesquisa e as discussões realizadas, e por fim, algumas considerações finais sobre o trabalho.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

2. REVISÃO DA LITERATURA

O esporte surge da necessidade de sobrevivência dos primeiros seres humanos, cujas atividades diárias incluíam caçar, pescar, correr, saltar, que levavam, sempre, o corpo ao movimento. Com o passar dos anos, já no contexto da Grécia Antiga, tais atividades foram fundamentais para a criação de competições esportivas com objetivo teológico, inicialmente, sendo uma atração, não somente para os competidores, mas também para o público. Assim, o esporte pode ser definido como uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos (BARBANTI, 2006).

É nesse contexto que Rubio (2000) afirma que “o esporte constitui-se enquanto espaço privilegiado para quem pratica, assiste e investe, tendo se transformado em um dos grandes responsáveis pela movimentação de capital em todo o mundo, seja na forma de patrocínio direto, seja como fabricante de materiais esportivos ou tecnologia de suporte, sem falar no papel que desempenhou, ao longo de várias décadas”. Desse modo, observa-se a importância do esporte não somente para o atleta, mas também para todo um contexto social, uma vez que envolve, além das profissões relacionadas à atividade física, uma rede política e econômica.

Ainda na realidade da Grécia Antiga, “filósofos como Aristóteles e Platão especularam sobre a função perceptual e motora do movimento por meio dos conceitos de corpo e alma” (VIEIRA et al., 2010), ressaltando os efeitos dos movimentos na mente e no corpo e mostrando que, para além de um corpo em movimento, o atleta é constituído, também, de consciência, como um conjunto inseparável. Aqui, Kellor (1908) complementa que “por meio da atividade física não se construía apenas um corpo forte, mas também uma mente forte” (VIEIRA et al., 2010) evidenciando os resultados positivos das práticas esportivas, não somente no corpo, mas também na manutenção de uma boa saúde mental. Assim, em uma situação de competição, é possível inferir que uma mente saudável e emocionalmente estável é indispensável para alcançar o objetivo do sucesso em eventos competitivos.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

É nesse ínterim que a Psicologia do Esporte começa a ganhar espaço, primeiramente, no campo das ideias, uma vez que observações acerca da influência dos exercícios físicos na saúde mental passam a ser consideradas no meio dos estudiosos. A partir disso Vieira (2010) destaca que esporte permite o desenvolvimento de hábitos de vida e que os músculos são responsáveis pela desenvoltura da imitação, da obediência e do caráter, evidenciando que é por meio da mente que corpo e alma se manifestam em situações do cotidiano.

Nesse sentido, é importante perceber que o esporte, além do condicionamento físico, condiciona a mente a comportamentos que consideram os valores sociais, e permite que o indivíduo tome boas decisões e atitudes condizentes com as situações vividas no dia a dia.

Apesar das dificuldades de se discutir sobre a importância da Psicologia do Esporte, devido à dificuldade de consolidar a Psicologia como ciência, os estudiosos já possuíam conclusões a partir da observação dos atletas de sucesso. Assim, destaca-se que:

“o sucesso de um atleta era atribuído ao seu controle emocional, evidenciando que o segredo do sucesso de um atleta não está no comprimento dos membros, na profundidade do pulmão ou no desenvolvimento muscular, mas sim, no controle nervoso (emocional) sobre o corpo” (LEE, 1901 apud VIEIRA et.al., 2010, p.30).

Ou seja, para além do nível físico dos atletas, o emocional destes deveria estar sob controle, apesar dos desafios internos que, porventura, estes estivessem vivendo. Logo, todos os atletas de sucesso possuíam uma característica em comum: o controle de suas emoções.

Para tanto, a Psicologia do Esporte “é uma disciplina que investiga as causas e os efeitos das ocorrências psíquicas que o ser humano apresenta antes, durante e após o exercício ou o esporte” (BECKER, 2000). Dessa forma, destaca-se a importância da Psicologia do Esporte, como esta ciência que auxilia o indivíduo a assumir o controle de suas emoções, desde o início de sua carreira até o fim desta, seja em práticas esportivas informais, como a utilização do esporte como prática recreativa, ou como prática profissional, a exemplo de atletas de alta performance.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

Apesar de ser considerada tão importante para a preparação mental, emocional e comportamental do atleta, frente às competições, a Psicologia do Esporte ainda é uma área pouco explorada dentre as diversas especializações que as Ciências Psicológicas oferecem, caracterizando-a como emergente, ou seja, que tem adquirido visibilidade recentemente. Isso acontece porque “os cursos de graduação em Psicologia ainda não formam nem qualificam o graduando para esta possibilidade de prática” (RUBIO, 1999).

Dessa maneira, a disponibilidade de um psicólogo capacitado, especialmente, para tratar das queixas de um atleta é escassa, conjuntura que abre um abismo entre o desportista e o seu sonho. “Prova disto, é que encontramos engenheiros, médicos, professores de Educação Física e profissionais de outra formação universitária, trabalhando e até mesmo 'treinando mentalmente' atletas” (RUBIO, 1999). Assim, percebe-se a necessidade de outros profissionais substituírem a função de um psicólogo do esporte, quando aqueles atendem as demandas físicas do competidor e, ainda, as demandas psicológicas destes.

Ainda no âmbito da formação acadêmica do Psicólogo, Rubio (2000) cita que um psicólogo especialista em esporte deve ter um nível de conhecimento específico e fundamental para atuar na área com maestria. Aqui, pode-se perceber a urgência de especializações voltadas para o âmbito desportista, de modo que este mercado adquira mais psicólogos do esporte para que os atletas sejam amparados psicologicamente de maneira correta.

Até aqui, destacou-se a Psicologia do Esporte como uma ciência fundamental para o desenvolvimento esportivo de um atleta. Contudo, é válido enxergar o esporte para além das competições, como um fenômeno social formativo do indivíduo que o pratica, sobretudo no Brasil, considerando os valores sociais adquiridos através das práticas esportivas, tais como a disciplina, a obediência, a organização, a inteligência emocional, dentre outros.

Nesse sentido, Barbosa (2019) afirma que toda manifestação esportiva é socialmente estruturada, pois o esporte possui uma organização baseada no processo de ensino-aprendizagem, no qual, os valores sociais são manifestados.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

Dessa maneira, comprova-se o esporte como um pilar fundamental para a formação de valores sociais importantes no indivíduo.

Além disso, é importante destacar o esporte não só como um conjunto de regras que guiam competições, mas também como um portento transformador de realidades, a exemplo de atletas que, um dia, enfrentaram dificuldades financeiras e sociais, mas que, através da iniciação em práticas esportivas, hoje, desfrutam de uma boa qualidade de vida, proporcionando o mesmo para suas famílias. Assim, Godwin (2009) defende que o esporte pode ser visto como um apoio para a superação das dificuldades, proporcionando uma melhoria da autoconfiança, tanto na prática esportiva, quanto no contexto social.

É aqui que a Psicologia, através da Psicologia do Esporte, deve entrar, e trazer consigo uma de suas principais obrigações: o compromisso social. Assim, considerando que o esporte está entranhado na sociedade como um modificador de realidades, a psicologia do esporte deve estar implicada nesse processo, de forma que assista e ampare as dificuldades dos atletas - seja iniciante, seja profissional - que o esporte auxilia a superar.

Desse modo, pode-se considerar, ainda, que Psicologia e Esporte são inseparáveis, já que um auxilia o outro na edificação do atleta como competidor e como ser humano.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir das bases de dados: Scielo, Site do Conselho Federal de Psicologia, Revista Psicologia Ciência e Profissão, Google Acadêmico. Utilizou-se descritores como “Psicologia do Esporte”, “compromisso social”, “desafios da Psicologia do Esporte”, “Psicologia do Esporte nas Olimpíadas de Paris”, dentre outros. Como critérios de inclusão, preferiu-se artigos publicados em português e inseridos no período de 2017 a 2023, mas foram escolhidos, também, alguns artigos pouco recentes, considerando a igual relevância dos destes. Foram excluídos da pesquisa artigos duplicados e que não estivessem alinhados com o tema e objetivo do trabalho. Na base de dados da BVS, foram encontrados 390 estudos iniciais. Com os critérios de inclusão, obteve-se um total

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

de 116 artigos. Foram obtidos 30 trabalhos iniciais. Desse total, apenas 17 foram incluídos nesta pesquisa. Realizou-se a leitura dos resumos e posteriormente o fichamento dos trabalhos incluídos, com o objetivo de extrair os principais dados.

A Psicologia do esporte destaca-se como uma área da ciência psicológica que está para além da boa performance do atleta, preocupando-se, também, com a saúde mental deste diante de situações de competição e do cotidiano.

Percebe-se, dessa maneira, que a Psicologia do Esporte está implicada com o meio social porque considera o contexto social dos sujeitos que estão envolvidos com o Esporte, uma vez que “busca compreender a personalidade a partir da integração das influências pessoais com as do meio em que a pessoa está inserida” (RUBIO, 1999, p. 63). Essa propriedade é importante, sobretudo, por auxiliar o indivíduo a descobrir suas capacidades esportivas, mas também a lidar com as adversidades do cotidiano, mantendo sempre o equilíbrio entre o corpo e a mente.

Além disso, comprova-se a implicação do psicólogo do esporte com as situações, quando este tem a preocupação de acompanhar atletas, de maneira direta ou indireta, desde a iniciação esportiva até o patamar profissional, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida do desportista e para a característica do esporte como um transformador de realidades, pois:

O trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender . . . ainda que o psicólogo não seja chamado para resolver tais problemas, ele deve contribuir, a partir de sua especificidade, para buscar uma resposta (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.7 apud BOCK, 2022, p. 10).

Diante disso, fica evidente a possibilidade de ampliar o campo de atuação do psicólogo do esporte para além das quadras e dos ginásios, visto que o esporte possui o traço de promover saúde física e mental para os praticantes deste por meio do seu caráter psicoeducacional, além de promover inclusão social (MAZOCO, A.; GEBARA, C., 2024, p. 793).

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

No entanto, esse cenário de popularização da psicologia do esporte é dificultada por ser uma área ainda em emergência, mesmo que já se tenha comprovado sua importância para o atleta como competidor e como ser humano. Outros fatores que impedem a consolidação da psicologia do esporte são o ínfimo investimento para crescimento da profissão e a ausência de prestígio, como coloca Almeida (2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a Psicologia do Esporte é compreendida como uma área emergente devido à pouca especialização de profissionais da psicologia nessa vertente, em comparação a outros tipos de especialização tais como a psicologia clínica, a organizacional, a hospitalar, adicionado da ausência de notoriedade e de investimentos nessa área. Assim, é importante destacar a necessidade de investimento nessa vertente para que, além de ampliar as possibilidades de alcance dessa área, garanta a sua visibilidade e, conseqüentemente, a sua valorização.

Além disso, é válido ressaltar, que, devido o destaque das práticas esportivas - destacadas, sobretudo, no último evento olímpico (Olimpíadas de Paris em 2024) - e ao papel do esporte como um transformador de realidades, a Psicologia estaria cumprindo o seu papel político e social ao incrementar a Psicologia do Esporte como disciplina curricular nos cursos de Psicologia das faculdades particulares e públicas do país, incentivando, dessa maneira, mais profissionais a buscarem especialização nessa área, contribuindo, não somente, com a comunidade esportiva, mas também, com pesquisas aprofundadas sobre os diversos benefícios e influências da Psicologia do Esporte na vida dos atletas, sejam eles profissionais ou não, agregando documentos de pesquisa para a sociedade acadêmica.

Portanto, diante dos resultados obtidos através dessa pesquisa, comprova-se a indissociabilidade entre a Psicologia e o Esporte e que, por meio da atuação do profissional da psicologia do esporte, consolida-se, dentre outras maneiras, o compromisso desta ciência para com o corpo social.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur Lino de, et al. Os desafios dos psicólogos nas áreas esportivas. **Projeto Integrado**, 2022.

ANDRADE, Alexandro, et al. Psicologia do esporte no Brasil: revisão em periódicos da psicologia. **Psicologia em Estudo** 20.2 (2015): 309-317.

BARBANTI, Valdir. O que é esporte?. **Revista brasileira de atividade física & saúde**, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006.

BECKER JR, Brenno. **Psicologia Aplicada à Criança no Esporte**. Novo Hamburgo: Feevale, 2000.

BOCK, Ana Mercês Bahia, et al. "O compromisso social da psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente." **Psicologia: ciência e profissão**, nº42 (2022).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2018). **Diálogos: Reflexões e Práticas em Psicologia** (Ano 14, No. 9, dezembro de 2018). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte**. 24 set. 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/Esporte_24_setembro_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 31/10/2024.

CUNHA, Augusto Cesar Soares, Iara Duarte Moreira, and Guilherme Nascimento Faria. "Quando a psicologia entra em campo: uma revisão integrativa da literatura." **Revista Artigos**. Com 25 (2021): e5482-e5482

ARAÚJO, Bruno Medeiros Roldão. **Psicologia do Esporte Aplicada à Educação Física**. Freitas Bastos, 2024.

MAZOCO, Alessandra Raíssa; DE PAULA GEBARA, Carla Ferreira. Para além da saúde física: o esporte como ferramenta para o desenvolvimento psicológico e social. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, v. 6, n. 11, 2024.

GABRIELA, C. et al. MARCO AURÉLIO FERNANDES. COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA, volume 4 editora Pascal, 2024.

HEBSTER, A. Citação de Becker Jr. In: Psicologia do Esporte: O que é? O que faz? Como faz?. Formação de atletas - **Gestão desportiva**, 2018. Disponível em: <https://www.gestaodesportiva.com.br/formacao-atletas/psicologia-do-esporte-o-que-e-o-que-faz-como-faz#:~:text=Segundo%20Benno%20Becker%20Jr.%2C%20um,educativo%2C%20recreativo%2C%20competitivo%2C%20ou>. Acesso em: 28/10/2024.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior. coordenacao.psicologia@unicentroma.edu.br

LEMOS, W. V. Paris 2024: uma nova era para a saúde mental no palco olímpico. **Central Psicologia**, 06 ago. 2024. Disponível em: <https://centralpsicologia.com.br/blog/paris-2024-uma-nova-era-para-a-saude-mental-no-palco-olimpico>. Acesso em: 28 de out. 2024.

RUBIO, K.. A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 19, n. 3, p. 60–69, 1999.

RUBIO, Kátia. **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. Ed. Eletrônica, n. 1 - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIEIRA, Lenamar Fiorese, et al. Psicologia do esporte: uma área emergente da psicologia. **Psicologia em estudo**, nº 15, 391-399, 2010.

¹ Discentes do curso de Psicologia da FCMA/ Unicentroma;

² Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em docência do ensino superior.
coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

**RELATO DE EXPERIÊNCIA - A APAE E OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO
SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA: o Papel
do Psicólogo na experiência em Imperatriz – MA**

Uillana Maria Nunes Carvalho SILVA

Maria D'Ávila Farias de SOUSA

Maria Isabella Pereira de ALENCAR

Luana Marques MESQUITA

RESUMO

A APAE desempenha um papel crucial na inclusão social de pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas. O trabalho é resultado do estágio curricular obrigatório na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Imperatriz-MA e especificamente do que foi observado no estágio destacando o impacto positivo das intervenções nas habilidades sociais e emocionais dos atendidos, promovendo melhorias significativas na qualidade de vida. Contudo, desafios foram observados como a falta de recursos e profissionais especializados ainda persistem, evidenciando a necessidade de parcerias e formação contínua para fortalecer as ações da instituição.

Palavras-chave: APAE; estágio, intervenção; desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A integração de pessoas com deficiências é bastante complexa, uma vez que a sociedade, ao longo da história, foi moldada de maneira a beneficiar alguns grupos sociais enquanto excluía outros. Diversas áreas da sociedade ainda carecem de recursos necessários para garantir a acessibilidade dessas pessoas. Essa carência de suporte se refletia até mesmo na própria língua portuguesa que, anteriormente, utilizava vocabulários excludentes ao se referir a esses indivíduos. Atualmente, adota-se a expressão “pessoa com deficiência” em substituição ao termo “portadores”, que remete a uma conotação de doença (GOVERNO FEDERAL, 2015).

De acordo com Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quase 24% da população têm algum tipo de deficiência, ou seja, 45,6 milhões de pessoas. Segundo o Art. 2o, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2013).

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, na prática, grande parte do que é assegurado pelas leis não é efetivamente acessível a todos. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, as desigualdades nas condições de vida são profundas e visíveis, assim como a marginalização de certos grupos, que, devido à sua vulnerabilidade, necessitam de apoio especializado para superar as barreiras que impedem o pleno exercício de sua cidadania e inclusão (Israel e Borges, 2021).

Nesse contexto, a âmbito nacional, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), surge como uma aliada na inclusão e promoção de melhorias para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Constituiu-se em 1954 e atualmente conta com 2.249 unidades espalhadas por todo o Brasil (APAE BRASIL, 2015).

A APAE é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, cultural, assistencial, educacional, preventivo, de saúde, pesquisas, estudos e desportivo. Atende pessoas a partir de zero anos, sem limite de idade. Ela

tem por finalidade prestar atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e múltiplas deficiências visando ao desenvolvimento de suas potencialidades e o pleno exercício de sua cidadania (APAE, REGIMENTO INTERNO, 2017).

De acordo e, em consonância com a filosofia que norteia a sua ação, tem, ainda, como objetivos, além daqueles previstos no Estatuto Social: incentivar a participação da comunidade e instituições públicas e privadas nas ações e programas voltados ao atendimento da pessoa com deficiência; promover parcerias com os diversos setores de atividades possibilitando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; promover e facilitar a vida em família da pessoa com deficiência apoiando ou gerenciando casas/lares para aquelas em situação de risco ou abandono; oferecer oportunidade para que pessoas com deficiência possam participar de Conselhos, Diretorias ou Comissões Especiais da APAE (Junior, 2016).

Os serviços estão voltados ao fornecimento de diferentes possibilidades técnicas e instrumentais, preparando os usuários do serviço fornecido à uma maior qualidade de vida em sociedade e proporcionando o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Entendendo que a inserção de pessoas com deficiência na sociedade é algo complexo, visto que, nossa sociedade é pautada por preconceitos e padrões pré-estabelecidos excludentes. Logo, torna-se extremamente importante o papel e responsabilidade dos profissionais que atuam nas APAES. (APAE BRASIL, 2015).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imperatriz-MA, foi fundada em uma Assembleia realizada em 1978 e tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (Salaberry, 2008). A partir disso, o estágio na APAE teve como objetivo desenvolver competências profissionais, como também compreender e contribuir para o desenvolvimento de pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas.

2. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIAL NA PRÁTICA PSICOLÓGICA

2.1. Contextualização da APAE de Imperatriz - MA

A APAE, unidade localizada em Imperatriz no Maranhão, encontra-se localizada no bairro Alto da Boa Vista, na rua Z, S/N, a fim de atender toda a população de Imperatriz e regiões próximas. Foi fundada em Assembleia, em 08 de janeiro de 1978. Sua regulamentação ocorreu em 2015 com a realização do seu Estatuto. Segundo Santos e Silva (2020), organizações como a APAE são essenciais para garantir o direito à educação inclusiva e à saúde, conforme estabelecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

É uma organização social que oferta serviços voltados à saúde e desenvolvimento de pessoas com deficiências intelectuais ou múltiplas. Os principais serviços oferecidos são voltados a intervenções que visam um desenvolvimento saudável dessas pessoas, objetivando uma maior qualidade de vida. É constituída por número ilimitado de associados, sendo essas pessoas físicas ou jurídicas que contribuem de forma regular, em dinheiro. Os associados são representados por um Presidente.

A instituição está estruturada funcionalmente da seguinte maneira: Núcleo Pedagógico, Núcleo Multiprofissional e Núcleo Administrativo. O Núcleo Pedagógico é o responsável pela orientação escolar e profissionalizante em todos os níveis oferecidos pela Instituição. O Núcleo Multiprofissional cuida das ações que visam aos cuidados com a saúde, desenvolvimento físico e mental, assim como o bem estar social dos alunos e a integração de seus familiares com a Instituição, além de sua inclusão no mercado de trabalho. As ações multidisciplinares que exijam a ação integrada dos núcleos pedagógico e multiprofissional serão coordenadas pelo diretor pedagógico ou pelo diretor da escola. O Núcleo Administrativo é o responsável pelas ações burocráticas, administrativas e contábeis que possibilitem o seu funcionamento legal além das ações operacionais necessárias para tanto e, ainda, aquelas que visem à manutenção e a conservação de toda a estrutura física da Instituição. A associação conta com uma equipe multiprofissional, onde os indivíduos são atendidos de forma individual ou em grupo. A equipe é composta por: porteiros, recepcionistas, técnicos, assistentes sociais, enfermeiro, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, profissionais da educação física, fisioterapeuta e médicos especialistas. O Núcleo Multiprofissional, por exemplo, está alinhado ao modelo biopsicossocial, que integra aspectos físicos, mentais e sociais na abordagem do cuidado, conforme proposto por Engel (1977).

É uma unidade que presta acolhimento a famílias e pessoas com deficiência. Os trabalhos realizados na unidade envolvem diferentes profissionais que estão unidos em trazer benefícios para a vida pessoal e social dessas pessoas, envolvendo uma cooperação entre esses profissionais. O psicólogo dedica-se, em específico, a proporcionar a criação de novas possibilidades de desenvolvimento, assim como, a criação de um ambiente de acolhimento e intervenções qualificadas.

O espaço físico conta com uma portaria que direciona aos setores, assim como possui um pólo voltado a atendimentos com profissionais de medicina, fisioterapia e nutrição. Outro pólo voltado a atividades com equipe pedagógica e outro pólo voltado a atendimentos psicológicos. Além de contar com espaços para realização de atividades físicas e outras intervenções que necessitem de espaços abertos.

2.2 Atividades realizadas e resultados alcançados

As intervenções e atividades realizadas na associação são voltadas ao comprometimento em incluir e integrar essas pessoas dentro de um contexto que elas sejam favorecidas e acolhidas integralmente, defendendo seus direitos de cidadania. Os profissionais atuam em contextos que perpassam desde a saúde física e psicológica, assim como promovendo acesso à educação.

As atividades desenvolvidas pela equipe da APAE buscam assegurar os direitos fundamentais de cidadania e inclusão social, conforme destacado por Mantoan (2003), que defende a educação inclusiva como um direito universal e não apenas uma estratégia pedagógica. A promoção de habilidades sociais, cognitivas e emocionais nos atendimentos psicológicos é uma aplicação prática das teorias de Vygotsky (1984), que enfatiza a importância das interações sociais no processo de desenvolvimento.

A importância do profissional da psicologia dentro do âmbito da APAE, em específico, é de promover a inclusão de pessoas com deficiências e fomentar o direito à educação inclusiva, ao passo que permita a essas pessoas o desenvolvimento nas interações sociais, cognitivas, emocionais e autonomia. Essas vertentes são aprendidas através da interação com o outro, e por isso, a importância do brincar se faz presente na rotina do psicólogo na APAE.

O início do estágio na APAE, no município de Imperatriz/MA, ocorreu no dia 06 de agosto de 2023 das 08h às 12h, onde um dos psicólogos da instituição realizou o

acolhimento, e mostrou as dependências físicas do ambiente, os profissionais que trabalham em cada setor e as suas funções, assim como explanou sobre todos os serviços que são ofertados pela APAE.

A partir disso, semanalmente foram desenvolvidas atividades que trabalhassem emoções, desenvolvimento psicomotor e capacidade física e intelectual, além de avaliações e evolução dos pacientes. Sempre antes de conhecer o paciente, o psicólogo passava orientações acerca das demandas trabalhadas até o momento com o mesmo. Os momentos de estágios sempre aconteciam às quartas-feiras. A maioria dos pacientes possuíam uma frequência assídua com poucas faltas.

O estágio foi supervisionado desde o início do período de estágio, por um docente da instituição de formação, iniciando no dia 11 de agosto de 2023, em que foram realizadas orientações, direcionamentos, psicoeducação de forma didática, e um recorte da atuação do psicólogo na área da saúde, com ênfase na importância de conhecer o funcionamento das redes institucionais.

Os atendimentos eram voltados a estimular a motivação com atividades que provocam interesse, buscando fazer com que os pacientes se engajassem durante as intervenções. Uma das técnicas que era muito utilizada era a de “minha vez, sua vez”, onde fazíamos combinados para que cada criança ou adolescente tivesse o seu momento para escolher a atividade. Isso fazia com que ele aceitasse as atividades em que não eram de seu interesse e trabalhávamos também o desenvolvimento de suas autonomias. Ao passo em que as intervenções foram realizadas, os pacientes apresentavam uma melhora significativa, desenvolvendo seus aspectos de aprendizagem.

O uso de jogos e atividades lúdicas, como “minha vez, sua vez,” exemplifica estratégias baseadas no aprendizado mediado, que promovem a internalização de regras sociais e a autonomia (Feuerstein, 1997). Além disso, os jogos adaptados utilizados para estimular funções cognitivas e sociais refletem os princípios da neuropsicologia aplicada, que destaca a plasticidade cerebral e a possibilidade de reabilitação em indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento (Lezak et al., 2012).

Com isso, para que cada criança ou adolescente fosse assistido em suas particularidades, os atendimentos eram pensados de acordo com as demandas observadas nos primeiros atendimentos. Alguns pacientes realizavam

acompanhamento há algum tempo, e por isso, os atendimentos eram voltados a potencializar as habilidades que já possuíam e estimular aquelas habilidades que ainda não faziam parte dos seus repertórios.

Durante os atendimentos foram realizadas diversas atividades de estimulação cognitiva, focando em memória, atenção e raciocínio, utilizando jogos como quebra-cabeça e lógica. Além disso, foram promovidos jogos para o desenvolvimento de funções cognitivas, linguagem e resolução de problemas, incluindo dominó e jogos de estratégia. Atividades com jogos de tabuleiro também foram implementadas, estimulando o raciocínio e promovendo interação social, sendo alguns jogos adaptados para aprimorar habilidades específicas.

Durante as intervenções, houve acompanhamento e registro da evolução dos pacientes atendidos, observando aspectos como humor, estado e possíveis melhorias. Realizaram-se também jogos de inclusão social para discutir as diferenças, papéis e a importância de cada pessoa na sociedade, abordando temas como culturas diversas, raças, deficiências físicas e características individuais. Esse trabalho visou à compreensão de situações sociais, melhoria da comunicação e orientação para comportamentos apropriados. Assim como, foram realizadas avaliações individuais com os responsáveis e criança atendida, na qual foram coletadas informações sobre as queixas iniciais, histórico gestacional, familiar, padrões de comportamento, histórico escolar, interação social e histórico médico. Essas informações eram essenciais para que os atendimentos englobassem o contexto social e histórico do paciente.

Nesse sentido, durante o período de atuação das estagiárias na instituição, pode-se verificar alguns desafios vivenciados. A Apae enfrenta diversos desafios, sendo um dos principais a limitação de recursos financeiros. Manter a estrutura de atendimento adequada para os assistidos exige uma boa quantidade de recursos. No entanto, as doações e o orçamento muitas vezes são insuficientes, exigindo esforços constantes para captar fundos e assegurar a continuidade dos serviços oferecidos, o que pode impactar diretamente na qualidade e na quantidade de atendimentos.

Segundo Sousa e Lima (2019), organizações do terceiro setor enfrentam constantes dificuldades de financiamento, especialmente aquelas que dependem majoritariamente de doações. Esses obstáculos comprometem a eficácia dos serviços oferecidos, afetando diretamente o alcance dos objetivos institucionais.

A instituição também enfrenta questões de inclusão social e preconceito. Promover uma cultura de inclusão para pessoas com deficiência ainda é um desafio contínuo. O preconceito e a falta de conscientização social ainda são barreiras significativas. A equipe da Apae atua ativamente para educar e sensibilizar a comunidade sobre os direitos das pessoas com deficiência, o respeito às diferenças e a importância de criar um ambiente mais inclusivo, mas esses esforços muitas vezes encontram resistência, refletindo negativamente na própria evolução e desenvolvimento dos pacientes.

A adaptação das atividades às diferentes demandas dos assistidos também exige esforços extras. Cada indivíduo tem necessidades específicas, o que requer da equipe flexibilidade e criatividade para adaptar atividades de maneira eficaz. Essa necessidade de personalização demanda mais recursos, tanto de tempo quanto de materiais, para garantir que todos os assistidos possam desenvolver suas habilidades dentro de suas limitações e potencialidades.

A infraestrutura da Apae muitas vezes não é ideal para o atendimento das necessidades dos assistidos. A falta de espaço adequado e de equipamentos específicos dificulta a realização de algumas atividades e limita o número de assistidos que podem ser atendidos. A Apae constantemente busca melhorias nesse aspecto, mas a falta de recursos pode atrasar ou dificultar reformas e aquisições necessárias para garantir um atendimento de qualidade.

Por fim, a atuação do psicólogo, deve se voltar a valorização dos aspectos presentes no sujeito, nas famílias e nas comunidades. Ademais, é um espaço que envolve a aplicação de técnicas voltadas à prática científica, a fim de desenvolver ou potencializar habilidades em pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento e/ou outras patologias. A associação presta um serviço essencial a esse público, visto que dentro da atual realidade os setores sociais possuem pouca acessibilidade a essas pessoas, dificultando ainda mais os seus percursos.

3.CONCLUSÃO

Com isso, pode-se concluir que a experiência vivenciada na APAE de Imperatriz proporcionou um profundo aprendizado sobre a realidade das pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, bem como sobre a importância do trabalho multidisciplinar na promoção do desenvolvimento e da inclusão social. Durante o

estágio, foi possível observar o impacto positivo das intervenções realizadas, tanto no aspecto emocional quanto no desenvolvimento psicomotor e intelectual dos atendidos. As atividades desenvolvidas, focadas em habilidades sociais e emocionais, mostraram-se essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, favorecendo a autoconfiança e a interação social.

Um dos principais avanços observados foi a capacidade dos pacientes em expressar suas emoções e participar ativamente das atividades propostas. A integração das diferentes abordagens terapêuticas como: psicológica, pedagógica e de saúde contribuiu para um atendimento mais completo e efetivo. Os profissionais da APAE demonstraram comprometimento e paixão pelo que fazem, formando uma rede de apoio fundamental para os atendidos e suas famílias.

Entretanto, a experiência também evidenciou algumas limitações que ainda persistem. Um desafio notável foi a falta de recursos e materiais adequados para a realização de atividades específicas, que poderiam potencializar ainda mais o desenvolvimento dos pacientes. Além disso, a escassez de profissionais especializados em determinadas áreas, como terapias alternativas e atividades esportivas, limita a diversidade de abordagens terapêuticas que poderiam ser implementadas.

Para trabalhos futuros, é essencial buscar parcerias com instituições públicas e privadas que possam oferecer recursos e apoio financeiro. Investir na formação contínua dos profissionais que atuam na APAE é igualmente importante, pois isso pode aumentar a qualidade do atendimento e possibilitar novas práticas terapêuticas. Além disso, a sensibilização da comunidade sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade deve ser uma prioridade, visando a desmistificação de preconceitos e a construção de um ambiente mais acolhedor para todos.

Em suma, a experiência na APAE de Imperatriz foi enriquecedora e reveladora, destacando o papel fundamental da instituição na vida das pessoas com deficiência. As ações realizadas não apenas promovem o desenvolvimento individual, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse sentido, a prática na instituição pode ser extremamente enriquecedora e proporcionar uma série de aprendizados práticos e pessoais que favorecem a autonomia e segurança na vida profissional. Trabalhar com pessoas com deficiência intelectual e múltipla exige desenvolver habilidades como empatia, comunicação

eficaz e capacidade de adaptação a diferentes situações e necessidades. Essas habilidades fortalecem a confiança em lidar com diversos perfis de indivíduos, além de preparar para situações complexas que podem surgir na prática profissional.

REFERÊNCIAS

APAE BRASIL, Federação Nacional das APAES. Inclusão da pessoa com Deficiência . SiteAPAE Brasil. 2015.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

ENGEL, G. L. *The need for a new medical model: a challenge for biomedicine*. *Science*, v. 196, n. 4286, p. 129-136, 1977.

FEUERSTEIN, R.; KLEIN, P. S.; TANNENBAUM, A. J. *Mediated learning experience (MLE): theoretical, psychosocial and learning implications*. London: Freund, 1997.

ISRAEL, Bruna Caroline Morato; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Contribuição da rede mineira das APAES para a educação inclusiva: análise das produções técnicas. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

JUNIOR, Leandro José Clemente; FERREIRA, Maiza Visani; DE OLIVEIRA HANSEN, Adriana. Importância das APAE: uma pesquisa sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela APAE Cantinho do céu. **Revista Profissão Docente**, v. 16, n. 34, 2016.

LEZAK, M. D.; HOWIESON, D. B.; BIGLER, E. D.; TRANEL, D. *Neuropsychological assessment*. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

ONU. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2006.

SALABERRY, Neusa T. Machado. A APAE educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre. 2008. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SANTOS, A. L.; SILVA, R. M. *Educação inclusiva no Brasil: reflexões sobre práticas e desafios*. *Cadernos de Educação Inclusiva*, v. 8, n. 2, p. 150-165, 2020.

SOUSA, M. C.; LIMA, E. F. *Sustentabilidade financeira no terceiro setor: desafios para organizações filantrópicas*. *Revista Gestão e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 11851202, 2019.



REALIZAÇÃO:



APOIO:



VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

RELATOS DA APLICAÇÃO PRÁTICA DO BARALHO TERAPÊUTICO
PARA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO EM SITUAÇÃO DE ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Lohanna Beatriz Alves Mesquita¹

Winthney Paula Souza Oliveira²

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA). Caxias - MA, E-mail: lohannabeatriz74@gmail.com

² Psicóloga CRP 22/04174 e Docente no Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA). Caxias - MA, E-mail: winthnew00@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual pode ser entendido como uma das piores formas de violação dos direitos humanos, principalmente quando se trata dos direitos de crianças e adolescentes. Visto que é uma violência recorrente e que interfere negativamente em diversos contextos do desenvolvimento do corpo e formação da sexualidade, podendo assim, interferir violentamente durante toda a trajetória da vítima, este tipo de violação pode e deve ser tratada como um dos principais problemas de saúde pública enfrentados pelo Estado brasileiro (Da Costa Oliveira; Alves, 2014).

Violência que reduz a vítima à condição de coisa. Desumanizada, passa a ser entendida não mais como uma pessoa dotada de subjetividade, mas como um objeto a ser manipulado, dominado e explorado. Chauí (2021) explica que a violência é permeada por uma relação de poder, na medida em que uma parte domina e a outra é dominada, ou seja, de um lado encontra-se aquele que coage, constrange, tortura, brutaliza, viola o direito e a liberdade daquele que, de outro lado, é oprimido e dominado. Essa relação hierárquica, que muitas vezes se manifesta por meio da intimidação e subjugação, marca o caráter brutal da violência, que por sua vez afeta a vítima tanto física como psicologicamente, causando medo e terror. O abuso sexual, portanto, é uma expressão extrema dessa dinâmica de coisificação e dominação, em que o corpo e a vontade da vítima são negados em função dos desejos do agressor.

Portanto, levando em consideração o caráter desumanizador, as consequências cruéis e a prevalência desse tipo de violência, o abuso sexual precisa ser encarado como um problema de saúde pública, devendo, portanto, ser combatido através das diferentes esferas sociais. Nesse sentido, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa intervenção de caráter qualitativo, com enfoque na atuação do profissional de psicologia em casos de abuso, e busca relatar a experiência da aplicação no contexto clínico do recurso nomeado por “Início de uma nova jornada”, que consiste em um baralho terapêutico para prevenção e intervenção em situação de abuso sexual na infância e adolescência, baseado nos princípios da Terapia Cognitivo Comportamental. O baralho foi aplicado por meio de intervenções clínicas, com dois pacientes participantes da pesquisa, sendo um deles uma criança de 12 anos e uma adolescente de 15 anos.

O estudo possui relevância social e científica visto que evidencia a possibilidade da utilização de recursos lúdicos que podem contribuir para o manejo psicológico de vítimas de abuso, além de disseminar informações relevantes para a

comunidade, acerca da autoproteção, que favorece a compreensão sobre situações potencialmente perigosas, na medida em que a pesquisa proporciona o debate e a propagação de conhecimento acerca da violência em questão, destacando consequências, repercussões psicossociais e a importância da psicoeducação e prevenção no combate ao abuso sexual.

A partir disso, tem-se como objetivo relatar e analisar a aplicação prática do recurso desenvolvido, tendo como problema de pesquisa: O baralho terapêutico “O início de uma nova jornada” se constitui em um instrumento válido para uso do psicólogo para intervenção e prevenção em casos de abuso sexual na infância e adolescência?

2 ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.1- Relações de poder e violação de direitos: caracterizando o abuso sexual

A violência e a criminalidade comumente são associadas ou evocadas somente através de sua dimensão física. Chauí (2021) ao analisar o conjunto de aspectos e elementos que as compõem, observa que seu sentido e principalmente seus impactos aparecem de forma muito mais ampla, manifestando-se também através de dimensões psíquicas e simbólicas. Sendo assim, ainda segundo a autora, a violência parte de um movimento de “coisificação do outro”, visto que transforma um ser racional, sensível e dotado de liberdade, em um ser mudo, inerte, um instrumento para o uso de alguém.

Despontando como uma das manifestações mais perversas de violência, visto que atinge o núcleo da identidade e da autonomia do indivíduo, desumaniza e deixa marcas devastadoras, a violência sexual atinge e assola a vítima para além da dimensão física. Segundo Vivarta (2003), o abuso sexual ocorre quando um adulto força ou manipula uma criança ou adolescente, independentemente do consentimento destes, a participar de atividades ou jogos de natureza sexual, visando a própria satisfação ou excitação, podendo também envolver coerção física, ameaças, persuasão ou a troca por presentes. O autor faz ainda uma diferenciação entre abuso e exploração sexual, destacando que este último possui finalidade lucrativa, ou seja, a exploração sexual, é entendida como um aspecto particular do abuso e refere-se ao uso comercial de menores em atividades sexuais, incluindo participação em conteúdos pornográficos, prostituição ou apresentações eróticas.

É importante perceber que o abuso sexual corresponde a uma quebra violenta

dos direitos garantidos por lei e destinados às crianças e adolescentes. O Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), afirma que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Entende-se, portanto, que o abuso sexual figura como uma violação aos direitos fundamentais do outro, e se partimos da concepção que a liberdade e igualdade deve ser, não somente assegurada por lei, mas vivenciada na prática por cada cidadão, visto que estes são sujeitos de direitos e “onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los” (Chaui, 2021, p. 34), fica clara a percepção de que este é um crime que precisa, em todas as esferas e aspectos, ser combatido.

2.2- Repercussões da violência e atuação do psicólogo em casos de abuso sexual na infância e adolescência

Oliveira, Oliveira e Gonçalves (2019) destacam que o abuso sexual pode deixar consequências a curto e a longo prazo, a exposição à situação de violência, tende a comprometer o desenvolvimento do indivíduo, deixando marcas que são refletidas nas esferas familiar, social, escolar, cognitiva e física. Interfere na saúde e bem-estar, podendo desencadear sensação de culpa, nojo em relação ao próprio corpo, comportamentos aversivos em relação ao sexo oposto ou sexo equivalente ao do abusador, condutas hiper sexualizadas, quadros depressivos, ansiedade, maior vulnerabilidade ao uso e abuso de álcool e outras substâncias entorpecentes, assim como queda no rendimento e desempenho escolar.

Os impactos da violência sexual durante a infância ou adolescência frequentemente se manifestam em uma variedade de sinais e sintomas, que são reflexos diretos do trauma sofrido pelas vítimas, são comuns, sentimentos de tristeza constante, sonolência, medo exagerado de adultos, história de fugas, comportamento sexual adiantado para idade, masturbação frequente e descontrolada e baixa auto-estima (Pfeiffer e Salvagni, 2005). Os estudos de Cruz et al. (2021), reafirmam o impacto sob a autoestima e apontam também para outras repercussões como depressão, dificuldades para dormir, comportamento suicida, transtornos psicóticos, alucinações auditivas, transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e seus principais sinais e sintomas decorrentes da vivência de situações

traumáticas, como por exemplo, reviver ou rememorar a situação, insônia e a autolesão.

Para proporcionar intervenções de fato significativas em casos que envolvam esse tipo de violência, é necessário que um conjunto de fatores funcione de maneira integrada e eficaz. A proteção vai além das intervenções realizadas após a ocorrência da violência, é necessário, além de reparar, prevenir. Nesse contexto, a Psicologia, aliada às políticas públicas, pode contribuir significativamente tanto em cenários reparadores quanto preventivos, por meio da Rede de Proteção à Infância e Adolescência, que inclui setores como Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça. (CFP,2020)

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-intervenção, que segundo Paulon (2005); Renault (2019), partem do entendimento de que o conhecimento pode ser construído junto a ação com grupos e comunidades, nesse caso, o pesquisador tem um papel de atuação e transformação importante no contexto pesquisado. Ou seja, esse tipo de pesquisa combina a realização de pesquisas com intervenções práticas em um determinado contexto, visando tanto produzir conhecimento científico quanto promover mudanças ou melhorias concretas na realidade estudada. A partir dessa lógica o presente estudo relata a experiência de utilização do baralho “Início de uma nova jornada”, recurso terapêutico para prevenção e intervenção em situação de abuso sexual na infância e na adolescência.

O presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme previsto na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regula as diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos. O protocolo de pesquisa foi registrado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE nº 76471123.5.0000.8007. Tendo, portanto, sido realizada no município de Caxias - MA, em parceria com o Espaço Terapêutico Tatiana Dourado, espaço clínico particular localizado no referido município, que cedeu o consultório para realização da pesquisa e onde foram realizadas todas as sessões e aplicação do recurso com cada paciente e orientações com os responsáveis.

O recurso terapêutico, funciona como um baralho, um jogo que dispõe de um total de 103 cartas com objetivos específicos, distribuídas em 04 etapas, sendo elas: Etapa 01) Iniciando e solidificando a relação terapêutica, composta por 10 cartas;

Etapa 02) Compreendendo a situação vivenciada, que contempla 61 cartas; Etapa 03) Intervenção e Orientação, que dispõe de 08 cartas e Etapa 04) Psicoeducando com 32 cartas.

3.1- Critérios de inclusão e exclusão

Como critérios de inclusão para selecionar os participantes desta pesquisa definiu-se crianças e adolescentes, entre 7 e 18 anos incompletos, em situação de suspeita ou confirmação de abuso sexual oriundo do meio extrafamiliar ou intrafamiliar, desde que este conte com pelo menos 01 (um) responsável legal que pudesse participar e receber as orientações necessárias, visto que, é de extrema importância nesse processo o contato entre terapeuta e a rede de apoio parental, para intensificação e generalização das ações, intervenções e ganhos obtidos através do uso do recurso terapêutico ao longo das sessões.

Os participantes foram selecionados por meio de indicação aos pesquisadores, feita tanto por escolas como por outros profissionais da educação e saúde, para acolhimento, triagem e avaliação inicial por meio de sessões com as famílias e com as crianças e/ou adolescentes.

Foram excluídos casos de criança e/ou adolescente evadidos da escola, pois é conhecida a importância da articulação e parceria com esta instituição, sendo esta uma rede de apoio social que pode contribuir no processo de ressignificação da violência sofrida.

Foram excluídos casos de criança e/ou adolescente evadidos da escola, pois é conhecida a importância da articulação e parceria com esta instituição, sendo esta uma rede de apoio social que pode contribuir no processo de ressignificação da violência sofrida.

Os participantes precisam estar em plenas condições de sanidade mental para que seja assegurada a capacidade de se expressar e responder aos questionamentos, entrevistas, assim como participar ativa e colaborativamente durante todas as etapas de aplicação do instrumento terapêutico. Portanto, encontra-se também fora da amostra selecionada, casos em que a criança ou adolescente estiverem em um estado de desorientação ou apresentem dificuldades significativas na comunicação que interfira na sua capacidade de participar ativamente das atividades previstas na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relata-se as possibilidades de utilização do baralho terapêutico com dois pacientes sob suspeita e/ou confirmação de abuso sexual. Para proteger a imagem, manter o anonimato e o sigilo acerca da identidade dos participantes optou-se pelo uso de nomes fictícios, representados por sentimentos escolhidos pelos próprios pacientes. Sendo assim, temos Esperança, uma adolescente de 15 anos de idade e Coragem, um garoto de 11 anos.

Esperança, nasceu dia 18 de novembro de 2009, tendo durante a realização da pesquisa 15 anos de idade. Chega na clínica por indicação profissional, sob suspeita de abuso sexual. Mais tarde, durante uma das sessões, o caso é confirmado. Esperança foi vítima, ainda durante a infância, de abuso sexual intrafamiliar, tendo sido abusada duas vezes, em momentos e idades diferentes. Coragem, é um garoto de 11 anos de idade, chegou à clínica por recomendação da psicóloga da escola em que estuda, após suspeitas de abuso serem levantadas durante atividades grupais realizadas na própria escola, referente ao "Maio Laranja", mês dedicado a prevenção e combate ao abuso infantil.

As informações referentes a realização desta pesquisa foram disseminadas em grupos de educadores e psicólogos, o que auxiliou na captação de participantes através de indicações, o projeto foi realizado com duas crianças e/ou adolescentes que foram acompanhados semanalmente a partir do momento da adesão à pesquisa, a participante 1 teve um protocolo de 8 sessões e o participante 2 de 6 sessões.

4.1- 1ª etapa: "Iniciando e solidificando a relação terapêutica"

Aplicada com Esperança durante a 1º e 2º sessão e com Coragem durante a 1º sessão. A primeira etapa do recurso terapêutico "Iniciando e solidificando a relação terapêutica" visa estabelecer um vínculo inicial e acolher o paciente dentro do contexto da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Durante a primeira sessão, cartas específicas foram utilizadas para desencadear discussões sobre aspectos significativos da vida dos pacientes, Esperança e Coragem. As cartas "O início de uma nova jornada", "Baú protegido", "Meus amigos", "Minha casa", "Minha família", "Minha escola" e "Quem sou eu?" foram empregadas para explorar seus contextos de vida e percepções pessoais, enquanto a carta "Modelo Cognitivo" introduziu os conceitos básicos da TCC.

Esta etapa se baseia em princípios de afeto, empatia e competência, essenciais para a criação de um ambiente seguro e confiante, onde o paciente possa compartilhar pensamentos e emoções. Além de estabelecer confiança e compreender o contexto do paciente, essas interações ajudam a identificar áreas que

necessitam de atenção terapêutica, como questões familiares e sociais. Nesse contexto entende-se a importância de apresentar aos pacientes conceitos como o Sigilo Terapêutico previsto pelo código de ética código de ética como uma das responsabilidades do psicólogo: “Art. 9º – É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.” (Brasil, 2005, p.13).

Esta etapa se mostra importante já que Beck (2022) como um dos princípios básicos da terapia cognitivo-comportamental, o vínculo terapêutico tem como base o afeto, a empatia, atenção, interesse genuíno pelos conteúdos trazidos pelo paciente e competência. Portanto, a primeira etapa do recurso se mostrou eficaz, ao permitir a construção de um vínculo terapêutico, além de habituar os pacientes ao contexto da psicoterapia e levantar informações importantes acerca do contexto de cada um deles. Cumpriu na prática o objetivo proposto, foi uma ferramenta importante para estabelecer o vínculo inicial e auxiliar na criação de vínculo e confiança entre paciente e terapeuta. Além disso, mostrou-se importante para situar o paciente no contexto de terapia, proporcionando um entendimento sobre o que é e como funcionaria todo aquele processo. Outro ponto relevante é a forma como o baralho permite a compreensão e reflexão do contexto em que os pacientes estão inseridos, o fazendo de forma lúdica e interativa.

4.2- 2ª etapa: “Compreendendo a situação vivenciada”

Nomeada de “Compreendendo a situação vivenciada” a 2ª etapa do recurso, busca explorar de forma mais aprofundada a situação de abuso, podendo servir também como subsídio para investigação em casos onde não existe a confirmação da violência. O objetivo principal dessa etapa é compreender as consequências emocionais do ocorrido, tomando sempre os cuidados necessários para evitar revitimizações. Nas sessões 04 e 05, essa etapa foi aplicada com a participante Esperança, proporcionando-lhe um espaço para expressar-se sobre os acontecimentos vivenciados. Ela teve a oportunidade de refletir sobre seus sentimentos, manifestar como percebe a situação e expor sua própria percepção acerca dos diferentes impactos em sua vida. Já com Coragem foi utilizado durante a 5ª sessão com o intuito de confirmar ou negar a suspeita de abuso.

As cartas usadas, como "Pontos de vista" e "Sentimentos/Emoções", ajudam a explorar as percepções e emoções do paciente, evitando a revivência do trauma.

No processo de Esperança, utilizaram-se cartas como "Ao longo da jornada", "Sentimentos/ Emoções", "Pontos de Vista", "Chama, que ajudaram a explorar as emoções e a confirmar experiências traumáticas, expressas em sentimentos como medo e nojo. As cartas "Pontos de vista" foram cruciais para identificar crenças e emoções a serem trabalhadas, como autolesão e baixa autoestima, destacando áreas para intervenção futura.

Com Coragem, o uso das cartas foi direcionado para facilitar a expressão indireta de emoções através de uma narrativa fictícia, sem pressioná-lo a revelar experiências pessoais. Cartas como "Menino" e "Ajuda" foram usadas para discutir respostas ao abuso e promover noções de empoderamento. Nesse momento utilizou-se de uma história fictícia para que o paciente pudesse identificar ou não a ocorrência de situações iguais ou parecidas em sua vida.

Essa abordagem lúdica e cuidadosa é essencial para o tratamento do abuso sexual, permitindo uma intervenção eficaz sem reviver o trauma. Os métodos utilizados destacam a importância de uma terapia adaptativa que respeite a experiência e os sentimentos do paciente, conforme descrito por autores como Beck (2022) e Dos Reis; Lopes (2017).

A partir do exposto nota-se que a segunda etapa do baralho terapêutico se mostrou eficiente no sentido de coletar informações importantes acerca da vivência traumática e principalmente, identificar através das cartas de "Pontos de vista" e "Sentimentos/Emoções" tópicos cruciais a serem trabalhados nas etapas posteriores tanto do recurso, como da terapia em si.

4.3- 3ª etapa: "Intervenção e Orientação"

Após a expressão e identificação de pontos de sofrimento, a 3ª etapa do baralho chamada de "Intervenção e Orientação" direcionou o processo terapêutico para atuação nos pontos identificados. Ou seja, esta etapa do recurso foca em auxiliar o paciente no desenvolvimento de estratégias práticas e eficazes para enfrentar e superar as dificuldades associadas à experiência de abuso. Nesta fase, o terapeuta utiliza as 09 Cartas "Carta do Terapeuta" para trabalhar aspectos específicos das dificuldades do paciente, promovendo um ambiente de acolhimento e suporte. Utilizadas com Esperança durante a 7ª sessão.

Nesta etapa do tratamento, a "Intervenção e Orientação" utiliza práticas específicas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para enfrentar e superar as dificuldades identificadas anteriormente, como ansiedade, baixa autoestima, e

comportamentos autolesivos. Durante a sétima sessão terapêutica com Esperança, nove cartas de "Intervenção e Orientação" foram empregadas para explorar e praticar técnicas de enfrentamento.

Cada carta foi detalhadamente discutida e relacionada à rotina diária da paciente, auxiliando-a a compreender e a aplicar estratégias como técnicas de relaxamento, controle da ansiedade, automonitoramento dos pensamentos e desenvolvimento de respostas assertivas. Cartas específicas, como "Técnicas de Relaxamento Progressivo" e "Exercícios Respiratórios", foram introduzidas para abordar diretamente os sintomas de ansiedade, demonstrando seu uso prático. Adicionalmente, a carta "Habilidades Sociais" ajudou a paciente a aprimorar a comunicação e assertividade, fundamentais para interações sociais saudáveis.

A etapa também enfocou o automonitoramento, incentivando Esperança a registrar e refletir sobre seus pensamentos e comportamentos, uma prática que promove a conscientização e ajuda na identificação de padrões disfuncionais. O teste de evidências e a reestruturação cognitiva foram utilizados para confrontar e modificar pensamentos mal adaptativos, contribuindo para uma visão mais equilibrada e realista de si mesma e do mundo.

Nesse contexto de orientação e intervenção um dos pontos principais está relacionado à reestruturação cognitiva, sendo na maioria das vezes um dos objetivos principais dentro da terapia a partir da teoria Cognitivo Comportamental. A reestruturação cognitiva, conforme delineada por Beck (2022), é um processo fundamental na terapia cognitivo-comportamental que envolve a avaliação e a modificação de pensamentos disfuncionais ou mal adaptativos. Este método permite que o paciente examine e desafie crenças e padrões de pensamento que podem estar contribuindo para problemas emocionais e comportamentais. Ao identificar esses pensamentos e substituí-los por outros mais adaptativos e realistas, a reestruturação cognitiva oferece um caminho eficaz para aliviar sintomas psicológicos e promover uma mudança duradoura. Para Esperança, essa é uma forma de devolver um sentido de mundo, é eficaz para que ela possa aprender ou reaprender a ver a si mesma e ao mundo de forma mais positiva.

Sendo assim, esta fase do tratamento, através de técnicas lúdicas e interativas proporcionadas pelas cartas terapêuticas, não apenas facilita a intervenção direta nos sintomas psicológicos, mas também empoderar o paciente a realizar mudanças significativas, melhorando seu bem-estar e qualidade de vida (Beck, 2022; Greenberger; Padesky, 2017; Cruz; Pereira Júnior, 2018).

4.4- 4ª etapa: “Psicoeducando”

A fase final do recurso terapêutico é denominada "Psicoeducando", foi utilizada com ambos os pacientes durante a 6ª sessão. Esta etapa é essencial, pois é nela que são fornecidas informações vitais ao paciente sobre o abuso sexual, como as diferentes formas que o abuso pode ter, como evitar situações abusivas, além de informações relevantes sobre denúncia e rede de apoio. O processo de psicoeducação visa empoderar e proteger o paciente através da disseminação de conhecimentos que possibilitem o entendimento claro sobre a natureza e as implicações do abuso sexual. Educar o paciente nesse contexto significa oferecer-lhe as ferramentas necessárias para reconhecer situações de risco e entender seus direitos e os mecanismos de proteção disponíveis.

Um dos princípios fundamentais da Terapia Cognitivo Comportamental segundo Beck (1997) é que esta é educativa, ou seja, busca educar o paciente para que esse possua empoderamento e autonomia para além do contexto terapêutico. Psicoeducar o paciente significa torná-lo mais capaz de compreender o que aconteceu e acontece consigo e com o meio em que está inserido (Figueiredo, 2009).

As cartas utilizadas abordam aspectos fundamentais relacionados à vivência da violência sexual, incluindo os impactos emocionais decorrentes desse tipo de trauma. Estudos indicam que vítimas de violência sexual frequentemente apresentam diversos problemas psicológicos, como baixa autoestima, depressão, dificuldades para dormir, automutilação, entre outros sintomas (Cruz et al., 2021). Diante disso, é essencial reforçar que essas reações não devem ser motivo de culpa para as vítimas, mas compreendidas como respostas do corpo à violência sofrida.

A etapa "Psicoeducando" do recurso terapêutico é focada na educação e conscientização sobre o abuso sexual, organizada em cartas divididas em categorias que abordam diferentes aspectos da violência e suas repercussões. As categorias incluem explanações sobre a natureza da violência, discutindo definição e formas de manifestação do abuso sexual para esclarecer seu conceito e gravidade. Outra categoria aborda o impacto emocional do abuso, destacando os efeitos psicológicos como medo e tristeza que podem comprometer o bem-estar do indivíduo.

As cartas também enfatizam a importância dos direitos individuais, focando na capacidade de recusar e consentir, e oferecem estratégias para que o paciente possa assegurar sua autoproteção de forma eficaz. Outro aspecto abordado é a relevância da denúncia do abuso e a informação sobre as redes de apoio disponíveis para as

vítimas. Além disso, as cartas discutem a responsabilidade do agressor, clarificando que a culpa do abuso é exclusivamente dele, o que é crucial para ajudar na desculpabilização da vítima.

Por último, a categoria de prevenção se concentra em capacitar o paciente com conhecimentos e técnicas preventivas, fortalecendo sua habilidade de evitar futuras situações de abuso. No caso de Esperança, esta etapa serviu para reforçar sua compreensão sobre a seriedade do abuso que sofreu e sobre as estratégias de proteção e denúncia. Para Coragem, a etapa foi usada para consolidar o conhecimento sobre a prevenção e identificação de situações abusivas, integrando informações previamente adquiridas na escola com novas orientações discutidas durante a terapia.

Essa abordagem educativa é crucial não apenas para fornecer informações detalhadas sobre o abuso sexual, mas também para empoderar os pacientes, equipando-os com estratégias para promover sua autonomia e bem-estar emocional.

CONCLUSÃO

A aplicação prática do baralho terapêutico "O início de uma nova jornada" no contexto clínico revelou-se uma ferramenta eficaz para a atuação de psicólogos no atendimento a crianças e adolescentes em situações de suspeita ou confirmação de abuso sexual. Este recurso, estruturado em etapas sequenciais, abrange desde o estabelecimento inicial da relação terapêutica até o empoderamento do paciente por meio da psicoeducação, não apenas cumpre os objetivos propostos, mas também facilita a abordagem de um tema complexo e delicado de maneira mais acessível e menos dolorosa possível. A metodologia empregada proporciona um ambiente de diálogo e compreensão, onde o paciente pode expressar-se, o que contribuiu significativamente para o processo terapêutico.

Nos primeiros encontros, a criação de vínculo e confiança estabeleceu uma base segura para o processo terapêutico, permitindo que os pacientes expressassem sentimentos e compartilhassem suas histórias com mais abertura. À medida que as sessões progrediram, foram elaboradas estratégias de intervenção adaptadas a cada necessidade específica, promovendo o desenvolvimento emocional e comportamental de forma individualizada. A etapa de psicoeducação e o trabalho de empoderamento contribuíram para um entendimento mais profundo das experiências vividas e para a construção de estratégias saudáveis de proteção e enfrentamento. Esses ganhos terapêuticos — o fortalecimento da autonomia, a capacidade de expressão emocional e a aquisição de habilidades de enfrentamento — destacam a eficácia do recurso no suporte ao desenvolvimento dos pacientes, proporcionando-lhes ferramentas para lidar com os desafios de forma assertiva e autoconfiante.

REFERÊNCIAS

BECK, A. T.; RUSH, A. J.; SHAW, B. F.; EMERY, G. **Terapia cognitiva da depressão**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Paulo Knapp. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 14 jul. 1990.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Resolução CFP nº 010/2005, de 21 de julho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 27 set. 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Organizadoras: Ericka Marie Itokazu, Luciana Chaui-Berlinck. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. 2. ed. Brasília: CFP, 2020.

CRUZ, Marina Zuanazzi; JÚNIOR, Alfredo Pereira. **A respiração como ferramenta para a autorregulação psicofisiológica em crianças: Uma introdução à prática da meditação**. Revista Simbiologias, v. 10, n. 13, 2018.

CRUZ, Moniky Araújo da et al. **Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 1369-1380, 2021.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis; ALVES, Carine Costa. **Enredos do abuso sexual: análise do processo de violência e atendimento de adolescentes no município de Altamira/PA**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, v. 59, n. 3, p. 197-223, 2014.

DOS REIS, Maria José; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes; OSIS, Maria José Duarte. **'It's much worse than dying': the experiences of female victims of sexual violence**. Journal of Clinical Nursing, v. 26, n. 15-16, p. 2353-2361, 2017.

FIGUEIREDO, Ângela Leggerini de et al. **O uso da psicoeducação no tratamento do transtorno bipolar**. Rev. bras.ter. comport. cogn., São Paulo, v. 11, n. 1, jun. 2009.

GREENBERGER, Dennis; PADESKY, Christine A. **A mente vencendo o humor: mude como você se sente, mudando o modo como você pensa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

OLIVEIRA, W.; OLIVEIRA, M.; GONÇALVES, F. **Diálogos sobre abuso sexual para a escola, família e comunidade**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de Pediatria, v. 81, p. s197-s204, 2005.

PAULON, S. M. **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção.** Psicologia & Sociedade, v. 17, n. 3, p. 16-23, 2005.

RENAULT, Letícia; RAMOS, Júlia. **Participar da análise, analisar a participação: aspectos metodológicos de uma pesquisa-intervenção participativa em saúde mental.** Saúde e Sociedade, v. 28, n. 4, p. 61-72, 2019.

VIVARTA, Veet (Coord.). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez, 2003.

UM RECORTE DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE DIABETES TIPO 1 NA INFÂNCIA

Polyana Gabriele Rodrigues Leal¹

Lauanna Costa Guimarães²

Hanna Calvet de Melo Boahid³

Mairla Costa Ferreira Gomes⁴

¹ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; polyana.leal@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; lauanna.cg@discente.ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; boahid.hanna@discente.ufma.br

⁴ Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão; Psicóloga; mairla.gomes@ebserh.gov.br

RESUMO

Este relato de experiência foi desenvolvido a partir da participação de estagiárias na prática profissional de psicóloga em ambulatório na Linha de Cuidado e Atenção ao Paciente Vivendo com Diabetes Tipo 1, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre Diabetes mellitus tipo 1 (DM1), com posterior exposição da atuação. Definimos como foco principal a incidência de DM1 na infância, uma condição crônica que afeta a saúde física e mental, gerando desafios significativos, como alterações na rotina, interferências nas relações familiares e sociais, além de queixas decorrentes do tratamento, o que demanda uma abordagem multidisciplinar. O estudo esclarece os impactos do diagnóstico na vida do paciente e dos familiares, ressaltando a necessidade de cuidados diários que geram estresse, angústia e, muitas vezes, dificuldades de adesão ao tratamento. Destaca-se, assim, a importância do psicólogo no auxílio à relação com o diabetes, fortalecimento do autocuidado e no suporte às repercussões emocionais. O impacto do diagnóstico na vida social e familiar das crianças é abordado, enfatizando a necessidade de acompanhamento psicológico para garantir uma escuta ativa das crianças e suas famílias durante o tratamento. Por fim, a experiência no ambulatório evidenciou a relevância da atuação da psicologia na assistência a pacientes com DM1, contribuindo para enfrentar as demandas da doença e propiciar melhoria na qualidade de vida, através de um cuidado integrado e da escuta ativa.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal propósito a exposição e discussão acerca da atuação da psicologia com pessoas com diagnóstico de Diabetes *mellitus* tipo 1 (DM1), com foco principal em sua ocorrência na infância. Objetiva-se oferecer brevemente uma perspectiva prática do trabalho realizado pela Psicologia nessa área, por meio da articulação entre o que é apresentado acerca do tema na literatura atual, e uma atuação no âmbito da Psicologia da Diabetes.

A pesquisa foi suscitada a partir da experiência das autoras com a oportunidade de acompanhar a prática profissional de uma psicóloga em ambulatório, na Linha de Cuidado e Atenção ao Paciente Vivendo com Diabete Tipo 1, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). A oportunidade de acompanhar o ambulatório surgiu a partir das atividades de extensão da Liga Acadêmica de Pediatria da UFMA (LAPED), que oferece atividades de ensino, pesquisa e extensão a alunos de Medicina, Enfermagem, Nutrição e Psicologia.

A Diabetes *mellitus* tipo 1 é uma condição crônica inflamatória e autoimune, com influência genética e ambiental, e que, de acordo com Lima (2015, p. 77), pertence a um conjunto de doenças com história natural prolongada e características como “[...] múltiplos fatores complexos; interação de fatores etiológicos desconhecidos; longo período de latência; longo curso assintomático; [...] e evolução para incapacidades”.

Segundo Orientações para o pediatra sobre a DM1 na criança e no adolescente, publicado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, a doença causada pela falha na secreção de insulina “[...] é o tipo de diabetes mais frequente na faixa etária pediátrica, correspondendo a 90% de todos os casos” (Kochi *et al.*, 2023, p.1). As orientações demonstram também que a DM1 tem suas taxas de incidência e prevalência cada vez maiores, e que fatores ambientais podem estar relacionados ao seu surgimento como diversas infecções virais, desmame antecipado e a introdução precoce à leite de vaca e cereais, deficiência da vitamina D e estresse físico, psíquico ou emocional.

Sabe-se, portanto, que Diabetes *mellitus* tipo 1, assim como os outros tipos, comprometem não somente a saúde física do paciente, mas também a saúde mental. Lima (2015) expõe ainda que de suas complicações, podem surgir problemas cardiovasculares, neurológicos, e questões problemáticas relacionadas aos rins e à visão. Pode-se perceber que o diagnóstico dessa doença crônica é um fator de mudança na vida do paciente, e pode proporcionar adversidades emocionais, particularidades em relações familiares, consigo mesmo e com outras pessoas em seus laços sociais.

Lima (2015) expõe então a importância de uma equipe multidisciplinar para acompanhar o paciente ao longo do tratamento da doença, uma vez que é preciso atender às diversas demandas que surgem decorrentes do avanço da DM1. Com isso, a visão e o trabalho da Psicologia são muito necessários durante todo o processo do diagnóstico e do tratamento, principalmente de crianças, devido às peculiaridades que podem se manifestar a partir da incidência da Diabetes *mellitus* tipo 1.

Como Lima (2015, p. 79) aponta também, a prática do psicólogo pode ser de grande auxílio perante a necessidade de “[...] elaborar esses aspectos emocionais da doença, diminuindo assim seu sofrimento psíquico, possibilitando a aceitação, motivando-o no autocuidado e na adesão ao tratamento”. Com isso, a Psicologia pode proporcionar uma escuta adicional mais que necessária, promovendo acolhimento, suporte e confiança ao longo do curso da doença.

Nesse contexto, justifica-se a escrita do trabalho pela introdução profícua das autoras discentes a um campo da Psicologia que possui reflexões importantes para uma prática profissional de saúde integradora, capaz de atender e acolher a todos os públicos necessários, mas que é tão pouco apresentada e representada na academia. Acrescenta-se a isso a oportunidade de acompanhar a atuação da Psicologia juntamente a profissionais de outras áreas do conhecimento, tendo a possibilidade de compreender como se dá essa atuação multiprofissional.

2. A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE DIABETES TIPO 1 NA INFÂNCIA

De acordo com Lima (2015) o diagnóstico de Diabetes *mellitus* tipo 1 (DM1) acarreta algumas consequências para o paciente, tendo em vista a condição crônica da doença e as alterações na rotina diária, bem como possíveis interferências nas relações sociais e familiares. Associado a isso, Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio (2017) refletem que, para as crianças, a incidência de DM1 configura-se como uma situação desafiadora, uma vez que gera mudanças repentinas na vida da criança e de seus cuidadores. Tais mudanças são vistas através do regime alimentar restritivo, injeções de insulina e supervisão constante dos pais ou cuidadores (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017).

Considerando o diagnóstico de DM1 em crianças, a adesão ao tratamento está diretamente relacionada aos pais e cuidadores, tendo em vista que, “durante a infância, os cuidados com relação ao tratamento do DM1 tendem a ser mais centralizados nos cuidadores responsáveis” (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017, p. 324). Nessa via, corroboramos que a adesão está relacionada ao “adequado cumprimento do tratamento médico e dos cuidados prescritos” (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017, p. 323). Para tal, é fundamental que o paciente siga as prescrições médicas, busque serviços de apoio, mantenha atitudes de autocuidado, hábitos de higiene e comportamentos protetivos (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017).

Nesse contexto, os pais e a equipe de saúde são as fontes primordiais para capacitar e incentivar o autocuidado em crianças e adolescentes (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017). Entretanto, a impulsividade presente durante a infância e adolescência pode impactar no cumprimento das tarefas durante o tratamento, o que revela a necessidade de os profissionais da Psicologia trabalharem a questão do autocontrole e a racionalização da doença (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017).

Diante disso, o trabalho da Psicologia torna-se essencial para que o indivíduo possa elaborar os aspectos emocionais da doença, bem como motivá-lo na adesão ao tratamento e na promoção do autocuidado (Lima, 2015). Dentre as alternativas

de intervenção utilizadas pelos profissionais da Psicologia, Lima (2015, p. 80) destaca a psicoeducação e a orientação, no sentido de “trabalhar a aceitação da doença e a motivação do paciente para seguir a terapêutica, o autocuidado, prática de atividade física, dieta e equilíbrio emocional”. Além disso, a atuação psicológica também busca “intermediar a relação médico-paciente, facilitando esse diálogo” (Lima, 2015, p. 80).

Ao receber o diagnóstico, o indivíduo experimenta uma ambivalência de sentimentos, que pode gerar instabilidade emocional, o que reflete a necessidade de uma escuta qualificada a fim de criar “condições para que o paciente se sinta acolhido e mais motivado em seu tratamento” (Lima, 2015, p. 80). Dessa forma, os fatores psicossociais desempenham um papel fundamental no que se refere ao controle da doença e o fortalecimento da saúde do paciente (Curtiço Júnior, 2021).

Sob essa perspectiva, a atuação da equipe multidisciplinar é fundamental para favorecer os cuidados prestados, assegurando qualidade de vida e bem-estar às crianças diagnosticadas com DM1 (Pereira, 2021). Nessa via, Pereira (2021, p. 11) destaca que a atuação da Psicologia com pessoas diabéticas “facilita e promove a manifestação de emoções positivas como a satisfação, o prazer, a alegria de viver, reduzindo a tensão resultante da carga dos tratamentos”, a fim de promover a aceitação da doença e a melhoria da qualidade de vida (Pereira, 2021).

2.1 Impactos nas relações familiares e sociais a partir do diagnóstico na infância

Segundo De Andrade *et al.* (2024) as exigências contínuas de manejo em pacientes diagnosticados com DM1 representam um desafio significativo, “devido à imprevisibilidade da doença e às mudanças de estilo de vida necessárias para o tratamento” (De Andrade *et al.*, 2024, p. 996). Dessa forma, o diagnóstico pode ocasionar impactos nas interações sociais, familiares e educacionais (Andrade e Alves, 2019), devido a inclusão de uma rotina de cuidados que envolve uma diversidade de tarefas (De Andrade *et al.*, 2024).

Para Ramalho *et al.* (2023) esse cuidado diário é complexo, e a dificuldade na adesão ao tratamento também é motivada por fatores clínicos e sociodemográficos,

o que acaba por interferir na saúde das crianças e adolescentes (Ramalho *et al.*, 2023). Por consequência, “esses fatores interferem no gerenciamento da doença pelo indivíduo e podem resultar em sobrecarga e consequente elevado nível de estresse, repercutindo significativamente na sua qualidade de vida” (Ramalho *et al.*, 2023, p. 2).

Outrossim, Andrade e Alves (2019, p. 510) corroboram com essa ideia ao afirmarem que “pesquisas sugerem que crianças e adolescentes com doenças crônicas têm mais dificuldade de adaptação psicológica e maior probabilidade de apresentar problemas emocionais e comportamentais”. Nessa fase da vida, tais impactos são vistos, principalmente, a partir do surgimento do estresse, que se apresenta através de alterações nos padrões de sono, alterações de apetite, ansiedade e irritabilidade (Andrade e Alves, 2019).

Por outro lado, uma das estratégias vistas como essenciais para a redução do estresse e melhoria do bem-estar é a prática regular de exercícios físicos. As atividades esportivas são cruciais para o tratamento do DM1, bem como para a prevenção de suas complicações crônicas e melhoria da qualidade de vida (De Andrade *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, a educação em saúde desempenha um papel primordial, pois tem o objetivo de capacitar os pacientes e seus familiares no que diz respeito ao manejo adequado do tratamento e das estratégias necessárias para redução dos impactos da doença e melhoria do bem-estar (De Andrade *et al.*, 2024).

2.1.1 Queixas relacionadas ao diagnóstico durante a infância

De acordo com Aguiar *et al.* (2021, p. 2) “a convivência da criança com DM1 remete a comprometimentos tanto fisiológicos como emocionais”. Nesse contexto, as crianças enfrentam situações estressantes e alterações na rotina, que afetam o seu convívio social e familiar, tendo em vista que o tratamento exige o seguimento de orientações específicas, restrições alimentares e acompanhamento médico (Aguiar *et al.*, 2021). Diante disso, as crianças podem enfrentar dificuldades para aceitar o diagnóstico, e apresentar “sentimento de revolta por perceberem-se diferentes de seus pares” (Aguiar *et al.*, 2021, p. 2).

Somado a isso, Andrade e Alves (2019) enfatizam que as queixas também podem surgir devido a atitudes de colegas que perpetuam a ideia de que as crianças com DM1 são “diferentes”. A partir dessa visão, as crianças são vistas como fora do padrão, e podem sofrer com a exclusão e até mesmo tornar-se vítimas de *bullying* (Andrade e Alves, 2019). Ademais, os “comportamentos associados ao manejo da doença (por exemplo, automonitoramento da glicemia, múltiplas injeções de insulina, restrições alimentares) podem ser estigmatizantes”, o que aumenta o risco de intimidação e *bullying* (Andrade e Alves, 2019, p. 515).

Similarmente, os pais também podem enfrentar dificuldades a partir do diagnóstico dos filhos, pois precisam desenvolver estratégias para lidar com esse novo contexto. Após o diagnóstico, alguns pais acabam por desenvolver uma superproteção com relação aos filhos, pois “alguns deles sentem-se como fiscalizadores, privando os filhos de terem uma vida normal” (Greco-Soares e Dalbosco Dell’Aglio, 2017, p. 324).

Diante disso, é fundamental ouvir a criança e respeitar as suas singularidades, pois essa atitude, além de valorizar a experiência individual da criança, fornece subsídios para um cuidado clínico mais eficaz (Aguiar *et al.*, 2021). Associado a isso, os profissionais de saúde precisam compreender os desafios associados ao diagnóstico de DM1, bem como as estratégias de enfrentamento, “a fim de auxiliarem crianças e suas famílias na melhor condução do tratamento e a se adaptarem a uma nova forma de viver” (Aguiar *et al.*, 2021, p.2).

2.1.2 Experiência de estagiárias em um ambulatório multiprofissional voltado ao tratamento de Diabetes tipo 1

A visita ocorreu no ambulatório direcionado à Linha de Cuidado ao Paciente Vivendo com Diabetes Tipo 1, realizado no Centro de Referência em Endocrinologia e Diabetes do HUUFMA sob a supervisão da psicóloga que compõe a equipe. O setor em questão recebe pacientes diagnosticados com Diabetes tipo 1 e conta com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicóloga, nutricionista e educador físico. A consulta com a psicóloga é realizada por meio de encaminhamento médico ou quando o próprio paciente solicita o atendimento.

Inicialmente a psicóloga discorreu sobre sua atuação no ambulatório, no qual, envolve a escuta dos pacientes e possíveis intervenções. Além disso, foi demonstrado como os prontuários dos pacientes são elaborados, permitindo que toda a equipe tenha acesso a essas informações, o que facilita o trabalho multidisciplinar. Os prontuários são baseados em registros elaborados pela psicóloga, que redige um documento com detalhes da consulta. É importante ressaltar que este material é confidencial e somente a profissional responsável tem acesso a ele, tendo-se que atentar para que o registro elaborado para o prontuário esteja em conformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que em seu artº 6, alínea b, enfatiza que, no relacionamento com profissionais não psicólogos, o psicólogo “compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo”.

Ademais, a consulta com a psicóloga dura, em média, uma hora, durante a qual o paciente pode discutir seu estado de saúde e sua relação com o tratamento. Isso inclui como ele lida com a rotina diária de cuidados à saúde, exames periódicos e cuidados com a alimentação. Além disso, a psicóloga aborda outras questões envolvidas nesse processo, como as relações do paciente com a família, amigos e trabalho, e no caso de pacientes no período da infância e adolescência em relação às atividades lúdicas e escolares. Sendo assim, o acompanhamento psicológico é conduzido por meio da expressão livre do paciente, questionamentos realizados sobre as experiências relacionadas ao tratamento ou sobre as queixas relatadas, e por intervenções realizadas pela psicóloga, conforme necessário.

No contexto das crianças, o primeiro atendimento é realizado em conjunto com a família, tendo em vista que os pais exercem um papel central nos cuidados relacionados ao tratamento. Posteriormente, fica a critério da criança se ela prefere entrar sozinha ou com os pais. Além disso, o ambulatório recebe pacientes oriundos de cidades do interior do estado, o que também é um ponto que deve ser considerado durante o atendimento psicológico, tendo em vista as repercussões que esse deslocamento pode ocasionar. Nesses casos, seguindo os relatos desses pacientes e famílias, a psicóloga aborda questões relacionadas à distância dos

familiares, dos amigos, da escola, o cansaço oriundo do deslocamento, entre outros pontos.

Diante disso, a observação no ambulatório destacou o papel do psicólogo hospitalar, que envolve trabalhar com as questões relacionadas ao processo de adoecimento e como o paciente interpreta e enfrenta essa experiência. Dessa forma, é importante destacar que a Psicologia da Saúde é fundamentada no princípio da integralidade, “uma concepção dinâmica que enfatiza a inter-relação de aspectos envolvidos no processo saúde e doença e na interdisciplinaridade” (Teixeira, 2022, p. 8604).

No ambulatório, através das técnicas psicológicas, a Psicologia da Saúde atua de forma interdisciplinar, buscando a promoção, prevenção e o tratamento do adoecimento, integrando as dimensões biopsicossociais que influenciam na relação do sujeito com a doença (Teixeira, 2022). Assim, o trabalho multidisciplinar é de extrema relevância, pois colabora para o paciente enfrentar a doença de uma forma mais coesa e assertiva.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, a Diabetes mellitus tipo 1 é uma condição crônica inflamatória e autoimune, cuja etiologia envolve fatores genéticos e ambientais. O diagnóstico desta doença é particularmente incidente em crianças e adolescentes, que enfrentam desafios significativos, como mudanças na rotina, impacto nas relações familiares, além de questões relacionadas à saúde física e emocional e à adesão ao tratamento.

Diante desse contexto, a atuação do psicólogo é essencial, não apenas na relação com o diagnóstico, mas também no desenvolvimento do tratamento, promovendo um manejo adequado das emoções e incentivando o autocuidado. Além disso, o trabalho em equipe multidisciplinar é fundamental para assegurar cuidados integrados, garantindo qualidade de vida e bem-estar aos pacientes vivendo com DM1. Portanto, é crucial que a Psicologia seja reconhecida nesse campo, enfatizando a importância do acolhimento e da escuta ativa, que proporcionam apoio

e suporte ao paciente. Esse enfoque promove uma conscientização sobre o diagnóstico e os cuidados necessários ao longo da vida.

Para futuras pesquisas, sugere-se a investigação da relação dos pacientes oriundos de áreas rurais que se deslocam para a capital em busca de tratamento. Essa condição gera desafios específicos e demanda a elaboração de projetos voltados para atender essa população, levando em consideração suas particularidades e necessidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gabriela Bolzan *et al.* A criança com diabetes Mellitus Tipo 1: a vivência do adoecimento. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, p. e03725, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/gjsMrG6Fm8cxpGPrVJnJMmj/?lang=pt>>. Acesso em: 24 out. 2024.

ANDRADE, Carlos Jefferson do Nascimento; ALVES, Crésio de Aragão Dantas. Relationship between bullying and type 1 diabetes mellitus in children and adolescents: a systematic review. **Jornal de pediatria**, v. 95, p. 509-518, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/MqgsG9VKtbqNnFpytyVhqqF/>> Acesso em: 21 out. 2024.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. Conselho Federal de Psicologia, **Resolução nº 010/05**. Brasília, agosto de 2005.

CURTIÇO JÚNIOR, José Humberto *et al.* **Diabetes mellitus do tipo um e Psicologia: reflexões a partir da prática profissional**. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31654>> Acesso em: 21 out. 2024.

DE ANDRADE, Naysa Gabrielly Alves *et al.* Diabetes Mellitus Tipo 1 em Crianças e Adolescentes: Desafios Clínicos, Psicossociais e Estratégias de Manejo. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 991-1006, 2024. Disponível em: <<https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2538>> Acesso em: 24 out. 2024.

GRECO-SOARES, Juliana Prytula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adesão ao tratamento em adolescentes com diabetes mellitus tipo 1. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 18, n. 2, p. 322-334, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/362/36252193004.pdf>> Acesso em: 20 out. 2024.

KOCHI, Cristiane *et al.* Diabetes melito tipo 1 na criança e no adolescente: **Orientações para o pediatra**. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2023. Disponível em: <<http://www.sobape.com.br/01link.pdf>> Acesso em: 20 out. 2024.

LIMA, Sylvia M. Papel da psicologia no acompanhamento do paciente com diabetes. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 14, n. 4, p. 76-80, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistahupe/article/view/20062>>. Acesso em: 21 out. 2024.

PEREIRA, Fernando Oliveira. Aspectos psicológicos de pessoas que padecem de diabetes mellitus. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 10(1), 9-25. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2978>>. Acesso em: 28 out. 2024.

RAMALHO, Elisabeth Luisa Rodrigues *et al.* Fatores clínicos e sociodemográficos associados à qualidade de vida do público infantojuvenil com diabetes tipo 1. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, p. e20230195, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/VmjsGLdKtG9W79dwSbkpjYB/?lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2024.

TEIXEIRA, Paulo Tadeu Ferreira. A psicologia da saúde e hospitalar: reflexões sobre a inserção profissional no hospital um estudo integrativo. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 8601-8615, 2022. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43604>> Acesso em: 28 out. 2024.

**KANANDA NASCIMENTO SOUSA¹
THAISA DRIELLE LOUZEIRO PRIVADO²
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM BOSCO³**

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO NO
CUIDADO DA PESSOA ACOMETIDA PELO TRANSTORNO ESQUIZOFRÊNICO
NO CONTEXTO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO.⁴**

¹ Kananda Nascimento Sousa, Graduada em Psicologia (kanandanascimentopsi@gmail.com)

² Thaisa Drielle Louzeiro Privado, Psicóloga (thaisaprivado@gmail.com)

³ Centro Universitário Dom Bosco-UNDB

⁴ Título do trabalho

RESUMO

Nos hospitais psiquiátricos, o(a) psicólogo(a) tem o papel de atuar diretamente com pessoas em sofrimento psíquico, este trabalho discorre sobre a atuação do(a) psicólogo(a) especificamente com indivíduos acometidos por esquizofrenia, discorre sobre o papel de planejar, avaliar e controlar políticas de saúde, dentre elas a política de humanização dos métodos de atuação neste contexto. A prática do(a) psicólogo(a) está estreitamente ligada a atuação de outros profissionais, pois a eficácia dos serviços depende de uma colaboração multiprofissional que considere a totalidade da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico. A presente pesquisa constitui-se numa revisão narrativa de literatura, que possui caráter exploratório e discorre sobre o papel do(a) psicólogo(a) na humanização dos cuidados prestados a pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico que se encontram nos hospitais psiquiátricos. Conclui-se que a estratégia principal de melhorar os serviços destas instituições está em fomentar melhor relação e comunicação da equipe destinadas ao trabalho com pessoas acometidas pelo transtorno esquizofrênico que se encontram em hospitais psiquiátricos.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Cuidado. Hospitais Psiquiátricos. Psicólogo. Humanização.

1. INTRODUÇÃO

A loucura nem sempre teve carga negativa ou de doença, seu conceito tem sido mencionado desde a antiguidade até o presente, foi Michel Foucault quem apresentou seus estudos no campo para a loucura, o autor explica na sua obra “A História da Loucura na Idade Clássica” as ocorrências deste período que deram início aos primeiros debates sobre a loucura, os quais ocasionaram a retirada dos leprosos do cenário da época e deram abertura deste espaço para que os loucos ocupassem. Desde os primeiros registros sobre a loucura as pessoas encaixadas neste rótulo de louco, eram desprezadas e negligenciadas pela sociedade, pelo poder público e pelas práticas de saúde, os chamados alienados e insanos receberam de forma rígida e insensível as conceituações sobre seu estado, como também as tentativas de cuidado e tratamento proposto em cada época.

As discussões acerca da humanização do tratamento para os loucos foram iniciadas só em 1970 com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), mas ainda há modelos ineficazes de cuidados que fomentam intervenções insalubres em alguns casos.

Considerando as implicações ocasionadas pelos transtornos mentais especialmente a esquizofrenia que será aprofundada no decorrer deste trabalho, entende-se que é primordial se atentar as condições de cuidado precárias praticadas no passado, que visavam tratar dos loucos, para que estas configurações não façam parte da realidade contemporânea e para que a dignidade dos indivíduos integrados neste contexto, a história e suas referências sejam mantidas e validadas.

Diante dos desafios e responsabilidades que este cenário traz a psicologia pode ser crucial para fomentar o reconhecimento da subjetividade do sujeito acometido pela esquizofrenia e a validação da pessoa para além do transtorno, assim como o uso da psicoeducação pode auxiliar a incentivar a propagação do modelo biopsicossocial no cuidado com os indivíduos diagnosticados com esquizofrenia, para isso é fundamental debater sobre o tema loucura e como esta tem sido cuidada e discutida, buscando compreender o processo histórico dos transtornos mentais e dos cuidados prestados as pessoas com o diagnóstico de esquizofrenia.

A fim de abarcar o objetivo principal aqui proposto, levanta-se a indagação seguinte: Qual o papel do(a) psicólogo(a) no processo de humanização das práticas

da equipe multiprofissional ao receber um usuário com diagnóstico de esquizofrenia nos hospitais psiquiátricos?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Esquizofrenia e suas implicações.

De acordo com Dalgalarro (2019, p. 41) as noções de normalidade e psicopatologia receberam alta carga valorativa, fazendo com que definir alguém como sendo normal ou patológico tenha associação aquilo que é considerado “bom” ou “ruim” ou que é “desejável” ou “indesejável”. Os primeiros conceitos propostos para loucura relacionavam-se a ideia de animalidade, a pessoa louca era vista como um animal, sem racionalidade, sensibilidade, sem dor física e sem a fragilidade humana (Millani e Valente, 2008).

Pereira e Joazeiro (2015) pontuam que entre os transtornos mentais reconhecidos na literatura, a esquizofrenia é considerada transtorno psiquiátrico grave e de alta complexidade. A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V (2014) define Esquizofrenia por anormalidades em uma ou mais das seguintes formas: alucinações, delírios, pensamento (discurso) e comportamento motor desorganizados, incluindo catatonia (redução acentuada da reatividade ao ambiente) e sintomas negativos, como por exemplo a expressão emocional diminuída, redução em atividades motivadas, discurso e prazer diminuídos e a falta de sociabilidade. (DSM-V, 2014)

De acordo com Dalgalarro (2019) não há conhecimento total das causas da esquizofrenia, a gravidade dos sintomas varia de acordo com cada paciente ao longo do tempo e curso do transtorno, sendo uma doença crônica com alta recorrência de surtos. Ele ainda afirma que não há casos de remissão completa após os surtos ocorrerem, portanto, a participação social, afetiva, econômica e de trabalho são atravessadas pela possibilidade de posicionar-se em situações ou circunstâncias de perigo e descuido.

Dalgalarro (2019) elucida os seguintes sintomas para o transtorno esquizofrênico: positivos, negativos, cognitivos, de humor e psicomotores. O autor menciona que é comum que o diagnóstico ocorra quando há presença de sintomas positivos (alucinações, ideias delirantes, distorção da realidade) e negativos (embotamento de afeto, empobrecimento da linguagem e do pensamento, diminuição

da vontade, e diminuição da capacidade de sentir prazer) seguido de perdas significativas no funcionamento social, e estes, os sintomas, surgem de modo geral na adolescência ou no início da vida adulta, em sua grande maioria, em pessoas do sexo masculino.

Há uma variedade de fatores que prejudicam o desenvolvimento e a participação ativa dos indivíduos com transtorno esquizofrênico na sociedade e nas relações, além da carga valorativa mencionada neste trabalho anteriormente tem-se a gama de prejuízos no funcionamento destes sujeitos ocasionadas pelos sintomas, as habilidades adaptativas empobrecidas e a forma deficitária de expressar-se são grandes indicadores dos possíveis acometimentos. De acordo com Almeida et.al (2013) pessoas com transtorno esquizofrênico enfrentam condições de vida inferiores se comparado a população geral, há vulnerabilidade e risco social instalados nas vivências deste sujeito, e conseqüentemente menor qualidade de vida, pois sofrem prejuízos nas relações, no nível escolar, alta reincidência de episódios agudos e tem maior quantidade de internações hospitalares pelo tempo de doença mais extenso que os demais.

Outro impacto significativo da esquizofrenia na vida do sujeito acometido por esta, descrito por Pereira e Leal (2017) é a percepção de si, a relação que a pessoa afetada pela esquizofrenia estabelece com sua própria doença e seu processo de adoecer, esta identificação faz parte do repertório de funcionamento particular de cada sujeito, da estrutura subjetiva e do modo próprio de enxergar o/seu mundo, que não é da mesma forma que os demais indivíduos identificam e compreendem, pois estes não explicam o adoecer pelos critérios diagnósticos médicos, não há a linearidade e a coerência da visão profissional.

Araújo et.al. (2008) destaca que a pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico pode internalizar os traços do estigma depositado no transtorno, provocando o sentimento de impotência, inutilidade e incompreensão, fazendo com que o sujeito crie e desenvolva uma imagem negativa de si mesmo. O autor ainda aponta que há implicações que contribuem para manutenção de um repertório interpessoal deficitário, que ocasiona não só o empobrecimento da autoestima, mas em um maior distanciamento e isolamento social.

Por todos os prejuízos ocasionados a pessoa acometida pela esquizofrenia e pela dificuldade da sociedade de estar no mesmo espaço que estas pessoas, ao longo

do tempo, estratégias foram testadas com o propósito de cuidar destas pessoas, atualmente percebe-se a tentativa de compreender as necessidades não só as físicas, mas sociais, psicológicas e emocionais destes sujeitos, ainda observa-se alta influência das práticas do passado nos métodos utilizados hoje em dia, por isso, será apresentado no próximo capítulo as diferentes abordagens de atenção e cuidado a pessoa com transtorno esquizofrênico no decorrer do tempo e quais formas de atenção atuais tem maior eficácia no auxílio a estas pessoas.

2.1.1 A construção de diferentes abordagens na atenção da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico.

As estruturas criadas para ditar o lugar do diferente na sociedade surgiu desde os leprosos e foram sendo substituídas com o decorrer do tempo, e com os novos modos de atenção diante das problemáticas envolvendo os considerados indesejados. De forma frequente os jogos de exclusão que criam mecanismos para distanciar o louco da comunidade em que ele pertence permanecem semelhantes aos primeiros modelos, perdurando dois ou três séculos depois, em que presidiários, vagabundos, pobres e “cabeças alienadas” assumem o papel que antes fora do leproso. (Foucault, 1972).

Na tentativa da busca pela organização social a reclusão foi a porta de saída para solucionar o problema dos loucos vagantes pelas cidades, tal atitude se iniciou com a Nau dos loucos que carregava os sujeitos escorraçados das cidades e os deixavam em territórios distantes. Foucault (1972) explica a Nau dos loucos como estranhos barcos que levavam a carga insana de uma cidade para outra quando suas cidades de origem escorraçavam-nos de seus muros. Há registros destas partidas na Alemanha durante a metade do século XV, os loucos eram confiados aos barqueiros e estes eram encarregados de livrar a cidade do louco que por ela perambulava.

As condutas de cuidado com os loucos desde a idade média ocorriam de forma ostensiva e muitas vezes impiedosas, foi a partir de movimentos sociais que tiveram a participação de intelectuais e cidadãos, os quais questionavam as formas de atenção a pessoa com transtorno mental que as modificações na área médica psiquiátrica foram iniciadas.

Pode-se pensar no surgimento dos manicômios como parcela da herança herdada de ambientes como os leprosários, hospitais dos incuráveis, casas de forças

e inúmeros outros utilizados desde a idade média. Segundo Figueirêdo, Delevati e Tavares (2014) as instituições que ofereciam tratamento médico apenas aos doentes mentais surgiram a partir do século XIX, os chamados manicômios, onde as instalações eram precárias e a maioria dos pacientes não havia diagnóstico de doença mental (loucura). Nas palavras de Foucault:

Estas casas não têm vocação médica alguma; não se é admitido aí para ser tratado, mas porque não se pode ou não se deve mais fazer parte da sociedade. O internamento que o louco, juntamente com muitos outros, recebe na época clássica não põe em questão as relações da loucura com a doença, mas as relações da sociedade consigo própria, com o que ela reconhece ou não na conduta dos indivíduos. (Foucault, 1975, p.54-55).

Segundo Da Fonte (2012) a loucura no Brasil passou a ser vista como foco de intervenção pelo poder público com a chegada da Família real em 1808, foi quando os loucos passaram a ser considerados os “resíduos da sociedade e uma ameaça à ordem pública” (Da Fonte, 2012, p.3). Em 1852 ocorreu a fundação do primeiro hospital psiquiátrico no Brasil, o Hospício D. Pedro II, e em 1912 a primeira Lei Federal de Assistência aos alienados foi promulgada, aumentando o número de instituições destinadas a doentes mentais.

Segundo Millani e Valente (2008) após a Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução social e o retorno da economia, houve movimentos civis e de intolerância com as diferenças e minorias que motivaram os profissionais da época concluírem a propor transformações nos hospitais psiquiátricos. Segundo Yasui (2011) as modificações propostas na assistência em saúde mental no Brasil, que deu início a reforma psiquiátrica tiveram início na década de 1970, e foi influenciada por experiências de vários lugares do mundo.

Transformações no interior das instituições, como as propostas pela psicoterapia institucional de François Tosquelles e Jean Oury e pela comunidade terapêutica de Maxwell Jones; mudanças no enfoque, de doença para saúde mental, propostas pela psiquiatria de setor na França e pela psiquiatria comunitária norte-americana; e, finalmente, as propostas mais radicais de mudança paradigmática, propostas pela antipsiquiatria de Ronald Laing e David Cooper e pela psiquiatria democrática de Franco Basaglia na Itália. Todas elas serviram como referência em determinados momentos do processo de construção da reforma psiquiátrica brasileira;

algumas foram apresentadas como modelos a seguir, outras foram objeto de crítica. (Yasui, 2011, p.585).

Amarante e Torre (2018) afirmam que a reforma psiquiátrica no Brasil se constituiu como um movimento social com intuito de construir um novo discurso e novas práticas para lidar com o sofrimento mental, se distanciando do discurso psicopatológico e se aproximando da inclusão social destas pessoas. Amarante (2012) descreve a criação do primeiro serviço de atenção psicossocial no Brasil no ano de 1987 na cidade de São Paulo, que recebeu o nome de Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, que passou a ser conhecido como CAPS.

De acordo com Barbosa e Oliveira (2018) o CAPS é um dispositivo de Políticas Públicas de Saúde Mental, e esta inserção impactou a economia do Sistema Único de Saúde-SUS, mas, foi uma melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas atendidas nestes centros. Os serviços disponibilizados pelo CAPS visam o respeito, humanidade e a inclusão dos indivíduos.

Millani e Valente (2008) acredita que para que haja de fato inclusão destes sujeitos em sofrimento mental como cidadãos tanto nos cuidados terapêuticos e na sociedade, é necessário fazer mais que reorganizar os serviços e modificar técnicas, é necessário e fundamental que os próprios trabalhadores em saúde mental conheçam sua própria condição de cidadania, e conseqüentemente seu papel neste cuidado.

Considerando a importância deste envolvimento dos profissionais com o cuidado de pessoas em sofrimento mental, e do reconhecimento de sua importância para os modelos atuais de cuidado, Lemos e Cavalcante Jr.(2009) afirmam que a psicologia é um campo que propõe facilitação de processos e de busca pelo desenvolvimento dos indivíduos acometidos por transtornos mentais, e que cabe aos profissionais de psicologia o privilégio de resgatar estes sujeitos para a sociedade, para a comunidade e para a cultura que pertencem. Portanto, iremos discorrer no próximo tópico sobre a importância especificamente dos psicólogos na participação ativa da busca pela melhoria dos tratamentos propostos atualmente, na diminuição dos preconceitos em relação a estas pessoas e na inclusão destes sujeitos na sociedade.

2.1.1.1 A importância do(a) psicólogo(a) no contexto hospitalar psiquiátrico.

De acordo com Marcon, Luna e Lisbôa (2004) no Brasil a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito de saúde pública desde as décadas de 1960 esteve relacionada a área de saúde mental, pela perspectiva de um modelo clínico objetivando principalmente os hospitais psiquiátricos.

Lo Bianco (1994) enfatiza que o papel do(a) psicólogo(a) tinha posição secundária, pois a preferência era dada ao tratamento médico, e o que preponderava do(a) psicólogo(a) eram as avaliações psicodiagnósticas. Lemos e Cavalcante Jr. (2009) apontam a psicologia como uma área de saber com trajetória importante nas novas configurações de cuidado e atenção em saúde, o profissional psicólogo se constitui como figura obrigatória na equipe de saúde mental.

De acordo com Costa e Calais (2010) ensaios de intervenções psicológicas surgiram por volta de 1980, e possibilitaram a criação de situações para melhor adequação das pessoas acometidas pela esquizofrenia diante do modo de se relacionar com outros indivíduos, promovendo a aquisição de habilidades sociais importantes para a convivência em sociedade, a redução de recaídas em episódios agudos, e auxiliavam na melhoria do funcionamento familiar. Estas intervenções através da psicoterapia se tornaram importantes para melhor adaptação da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico no meio em que este estava inserido, revertendo de maneira gradual os prejuízos sociais ocasionados pelo transtorno.

Segundo Boing e Crepaldi (2010) e Raposo (2020) é importante considerar que a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto psiquiátrico não depende exclusivamente do próprio profissional psicólogo, pois na atualidade, os formatos de cuidado fomentam e requerem uma atuação multiprofissional, havendo conversação entre as áreas de saberes, teorias, técnicas e papéis, visando englobar as necessidades dos pacientes. Assim, Peduzzi (2001) destaca que este tipo de serviço favorece não só a equipe por ter uma visão ampla e rica do usuário, ao(a) psicólogo(a) pelas inúmeras dimensões de olhar esta pessoa, mas principalmente como o paciente pode ser assistido de maneira mais completa e sólida.

No entanto, ainda há grandes desafios da psicologia enquanto profissão como aponta Cardoso et.al. (2013) sendo um grande obstáculo tornar os modelos de tratamento propostos para doença mental mais humanitários, em que as intervenções

e tratamento não sejam apenas o uso de psicotrópicos de forma descomedida, mas que as considerações singulares de cada sujeito que possui transtorno mental sejam consideradas.

De acordo com Barnes e Toews (1985) é possível destacar a importância de aumentar o incentivo da educação continuada aos profissionais de saúde mental, para assim estes profissionais terem mais possibilidade de melhorarem sua atuação nestes contextos de hospitais psiquiátricos. Gruska e Dimenstein (2015) explicam que é esta participação interdisciplinar e o diálogo contínuo entre atores e serviços de saúde, que possibilitam soluções transdisciplinares e flexíveis diante das intervenções com pessoas com transtornos mentais de quadro crônico, e possibilitam um processo de reinserção destes indivíduos.

Oliveira (2021) afirma que uma prática respaldada no modelo de atenção psicossocial auxilia o(a) psicólogo(a), a equipe profissional e a família a dar melhor acolhimento as necessidades dos indivíduos acometidos com transtorno mental, possibilita uma escuta ativa baseada na subjetividade dos sujeitos e nos contextos sociais que estes estão inseridos, buscando assim um tratamento mais humano, integral e digno.

Segundo Hirdes e Kantorki (2004) o modelo de reabilitação psicossocial é um processo que auxilia os pacientes com funcionamento prejudicado pela perturbação mental a terem possibilidade de alcançar algum nível de funcionamento para melhor qualidade de vida. Neste sentido Gruska e Dimenstein (2015) propõe aumentar o nível de autonomia do paciente com o acompanhamento terapêutico, auxiliando em seu funcionamento psicossocial e na integração destes indivíduos na comunidade, possibilitando a estes um sentimento de pertencimento há algum lugar.

O autor ainda menciona que a reabilitação psiquiátrica em casos de esquizofrenia exige intervenção projetada com o próprio paciente, juntamente a equipe multidisciplinar, a família e a comunidade que interage com estes indivíduos, para que haja resultados mais significativos, impactantes, positivos e funcionais por tempo mais prolongado. (Raposo, 2020)

Em um raciocínio complementar ao de Raposo (2020), Shirakawa (2000) afirma que o tratamento psicoterapêutico faz parte de um processo que fomenta a melhora dos sintomas e a prevenção de recaídas, mas não só isso, evita uma institucionalização desse sujeito de forma desmedida e permanente.

Porém, tal método, o de internação, não retira as implicações advinda deste modelo de tratamento, pelo contrário, segundo Fonseca (1985) esta pessoa ao ser submetida a internação, chegando ao centro de reabilitação pode se sentir vulnerável pois se encontra em uma situação, ambiente e momento desconhecidos para ele. Fonseca (1985) também afirma sobre o papel crucial que o(a) psicólogo(a) pode desempenhar diante dos problemas existentes é a escuta das vivências tanto do paciente como da família, fazendo o acompanhamento e dando auxílio na elaboração e adaptação as novas fases vividas por estes, muitas vezes esta atuação é embasada no aconselhamento e/ou psicoterapia de apoio disponibilizada aos envolvidos.

A humanização é a valorização dos usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde. Valorizar os sujeitos é oportunizar uma maior autonomia, a ampliação da sua capacidade de transformar a realidade em que vivem, através da responsabilidade compartilhada, da criação de vínculos solidários, da participação coletiva nos processos de gestão e de produção de saúde. (Brasil, 2012, Ministério da Saúde).

Nesta perspectiva, de uma atuação profissional que visa a inclusão a pessoa no seu próprio processo de cuidado há a busca da aceitação consciente das possibilidades e limitações de si pela própria pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico através deste envolvimento é possível ajudar esse indivíduo a recuperar ou melhorar habilidades sociais perdidas ou diminuídas, assim também como o isolamento social, e incentivar o sujeito a cuidar de si nas atividades básicas diárias, como banho, higiene, sono e lazer, e principalmente, visar uma funcionalidade efetiva deste sujeito, com possibilidades de desenvolvimento em diferentes áreas da vida. (Shirakawa, 2000).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa de literatura, que possui caráter exploratório e teve a proposta de discorrer sobre o papel do(a) psicólogo(a) na humanização dos cuidados da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico que se encontram nos hospitais psiquiátricos.

Por meio da busca avançada, realizada entre abril de 2023 á novembro de 2023, utilizando-se os termos delimitadores de pesquisa: Esquizofrenia; Hospital psiquiátrico; Manicômios; Loucura; Psicologia; e Intervenção. Este processo envolveu

atividades de busca, identificação, fichamento de estudos, mapeamento e análise. Havendo um recorte temporal de 2013 á 2022, sendo justificado pelo fato de que estudos direcionados a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito psiquiátrico ainda são pouco realizados.

Dentre os artigos utilizados nesta análise, a maioria destes trazem o enfoque para uma prática profissional integrada, na qual descreve a atuação multidisciplinar como sendo primordial para o cuidado das pessoas que buscam os serviços de saúde mental o que corrobora com as considerações propostas no final deste trabalho, porém, não há especificações da conduta efetiva destes profissionais, a descrição de sua importância é ampla, mas a descrição de suas intervenções é limitada.

Nestes trabalhos também foi possível identificar diferentes métodos de cuidado advindos dos modelos instalados desde o século XV como foi explicitado no segundo capítulo, os trabalhos fazem descrição da inserção do(a) psicólogo(a) no âmbito psiquiátrico, mas a literatura não descreve o que de fato era feito pelo profissional de psicologia ou quais mecanismos e intervenções são utilizados por estes nos dias atuais.

Levanta-se questionamentos sobre as implicações responsáveis pelo pouco levantamento de informações relacionadas a prática do(a) psicólogo(a) nos hospitais psiquiátricos de ordem pública, quais atuações e propostas são defendidas por estes profissionais nos ambientes psiquiátricos e o que está sendo feito para fomentar esta humanização. Ao que se percebe na contribuição destes trabalhos é que ainda há resquícios de práticas ultrapassadas em alguns destes ambientes, e oportuniza o questionamento de reconhecer o porquê mesmo com diversas políticas de humanização e fomento a melhoria destes serviços, ainda há tantos serviços que atuam diretamente com pessoas acometidas por transtornos mentais em estado crônico que mantem estes métodos?

4. CONCLUSÃO

A humanização dos serviços de internação psiquiátrica vem sendo debatida desde 1970, e ainda é possível encontrar instituições que mantem condutas e formatos distantes do que se configura como condições humanas na atualidade, sendo fonte mantenedora de métodos de cuidado desumanos, respaldados em

contenção e não em tratamento, tornando a luta pela melhoria destes serviços uma luta continua.

Os profissionais que constituem as equipes de trabalho são figuras fundamentais na melhoria dos modelos de cuidado atuais, especificamente como proposto no objetivo geral deste trabalho, esta pesquisa buscou evidenciar a função do(a) psicólogo(a) na humanização do cuidado da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico em hospitais psiquiátricos, para validar e responder este objetivo foi necessário um aparato histórico do surgimento da esquizofrenia e as implicações que esta causa nos indivíduos, assim também identificar o modelo de atenção e cuidado proposto desde as primeiras tentativas de intervenção em indivíduos com transtorno mental.

Logo, respondendo as hipóteses propostas neste trabalho de que: 1) A psicologia pode ser crucial para fomentar o reconhecimento da subjetividade da pessoa acometida pelo transtorno esquizofrênico e considerar esta pessoa para além do transtorno; 2) O uso da psicoeducação pode auxiliar a melhorar os modelos de cuidado que ainda tem o modelo biomédico enraizado na sua prática.

A partir disso concluiu-se que o papel do(a) psicólogo(a) é importante no contexto dos hospitais psiquiátricos, pois através do olhar biopsicossocial pode ser possível a consideração do sujeito em si, que a sua integridade, dignidade e singularidade sejam vistas e cuidadas, através de estratégias que envolvam tanto a pessoa como sua família e os indivíduos que participam do seu meio social limitado. Observou-se também que o serviço do(a) psicólogo(a) não depende unicamente do próprio profissional, pois o processo está estreitamente ligado a outros profissionais, e deve haver também uma atuação na manutenção de uma boa relação entre todos estes, já que estes são os principais atores na melhoria dos cuidados e na humanização dos métodos utilizados.

Foi possível acessar estudos significativos sobre os serviços multidisciplinares desenvolvidos no ambiente dos hospitais psiquiátricos, considerando a funcionalidade da intervenção institucional, chega-se a conclusão de que a estratégia principal de melhorar os serviços destas instituições está em fomentar melhor relação e comunicação da equipe destinadas ao trabalho com os indivíduos acometidos por esquizofrenia que se encontram em hospitais psiquiátricos.

Neste parágrafo será feita descrição em primeira pessoa: O descontentamento para com este tema aqui debatido surgiu de experiências vivenciadas por mim com o contato com instituições psiquiátricas, nestas, a humanidade vista por mim era a de seguir o regimento proposto do período determinado para a internação da pessoa em fase aguda da esquizofrenia, as falas de alguns profissionais causavam repulsa e choque ao serem referidas a quem estava ali para ser cuidado. Desde muito cedo vi a esquizofrenia de perto e vi a falta que um profissional de psicologia pode fazer nestes casos, por isso, o debate proposto aqui não houve cunho apenas acadêmico e científico, mas sim de evocar questionamentos que visem levantar ações sobre este assunto, objetivando sempre a melhor alternativa humana para a pessoa que está para ser cuidada.

Este apanhado sobre o tema, a partir da narração feita no decorrer deste trabalho favorece a identificação das lacunas do conhecimento e das práticas no âmbito psiquiátrico e dá subsídio para novas pesquisas. Portanto, os resultados deste trabalho poderão servir para direcionar novas pesquisas que proponham intervenções mais efetivas e concretas para a atuação do(a) psicólogo(a), as quais possam envolver o sujeito e sua família ao mesmo tempo. Sugere-se também que mais pesquisas de campo sejam feitas para reconhecimento e questionamentos da atuação dos serviços substitutivos sejam levantados e que haja uma visão mais completa da importância destes campos, transformando e ampliando as propostas terapêuticas vigentes e as futuras.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. D. C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 635-655. ISBN: 978-85-7541-349-4. <https://doi.org/10.7476/9788575413494.0023>. Acesso em 24 out. 2023.
- AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. “De volta à cidade, sr. cidadão!”-reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 1090-1107, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/VxnVVXZN4bD3bqCTVJwzxBQ/#> Acesso em: 17 nov. 2023
- ARAÚJO, Taís Castelo Branco Crisóstomo de; MOREIRA, Virginia; CAVALCANTE JÚNIOR, Francisco Silva. Sofrimento de Sávio: estigma de ser doente mental em Fortaleza. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 20, p. 119-128, 2008.
- BARBOSA, Estela Capelas; DE OLIVEIRA, Flávia Mendes. Inovação tecnológica em saúde: o CAPS transformando o modelo assistencial. *Argumentum*, v. 10, n. 1, p. 180-197, 2018. Disponível em:< <http://10.18315/argumentum.v10i1.18705>> Acesso em: 18 nov. 2023.
- Barnes, G. E., & Toews, J. (1985). Mental health professionals' knowledge in the field of caring for chronic mental disorders. *Social Science & Medicine*, 21(11), 1229–11233 Disponível em:< [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(85\)90271-0](https://doi.org/10.1016/0277-9536(85)90271-0)> acesso em: 16 nov. 2023
- BÖING, Elisangela; CREPALDI, Maria Aparecida. O(a) psicólogo(a) na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 30, p. 634-649, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/X9DvXR6YCVMG4tSmh46Dhnh/?lang=pt>> Acesso em: 01 nov. 2023.
- CARDOSO, Daiani Apolinario et al. A psicologia e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Revista Técnico-Científica do IFSC*, p. 111-111, 2013. Disponível em: [A psicologia e a luta por uma sociedade sem manicômios. - Google Acadêmico](#)>Acesso em: 24 out. 2023.
- COSTA, Naiara Lima; CALAIS, Sandra Leal. Esquizofrenia: intervenção em instituição pública de saúde. *Psicologia USP*, v. 21, p. 183-198, 2010. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/krZZ5LMKZ5b47syQfScDbCR/?lang=pt> Acesso em: 01 nov. 2023.

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Artmed Editora, 2019.

DE ROLEMBERG FIGUEIRÊDO, Marianna Lima; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS, v. 2, n. 2, p. 121-136, 2014. Disponível em: [ENTRE LOUCOS E MANICÔMIOS: HISTÓRIA DA LOUCURA E A REFORMA PSQUIÁTRICA NO BRASIL | Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS \(set.edu.br\)](https://www.set.edu.br/Cadernos/Cadernos%20de%20Graduacao/Cadernos%20de%20Graduacao%20-%20Ciencias%20Humanas%20e%20Sociais/UNIT-ALAGOAS/v.2n.2/Entre%20loucos%20e%20manicomios%20-%20historia%20da%20loucura%20e%20a%20reforma%20psiquiatrica%20no%20brasil.pdf) Acesso em 17 out 2023.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA À REFORMA PSQUIÁTRICA: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no brasil. Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 1, n. 18, mar. 2013. ISSN 2317-5427. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235235/28258>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. A história da loucura, 1972.

FOUCAULT, Michel. Doença mental e psicologia, 1975.

GRUSKA, Viktor; DIMENSTEIN, Magda. Reabilitação Psicossocial e Acompanhamento Terapêutico: equacionando a reinserção em saúde mental. Psicologia Clínica, v. 27, p. 101-122, 2015. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pc/a/cZqPHK3Zr5dvjykJp7BzhJn/?lang=pt>>Acesso em: 25 out. 2023.

HIRDES, Alice; KANTORSKI, Luciane Prado. Reabilitação psicossocial: objetivos, princípios e valores. Rev. enferm. UERJ, p. 217-221, 2004. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/bde-14684>> Acesso em: 22 out. 2023.

LEMOs, Patrícia Mendes; CAVALCANTE JÚNIOR, Francisco Silva. Psicologia de orientação positiva: uma proposta de intervenção no trabalho com grupos em saúde mental. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 233-242, 2009.

LO BIANCO, Anna Carolina et al. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica. Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação, 1994. Disponível em: [ReP USP - Detalhe do registro: Concepcoes e atividades emergentes na psicologia clinica](https://repositorio.usp.br/handle/11362/44444). Acesso em: 12 out 2023.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et. Al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et. al.]. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARCON, Claudete; LUNA, Ivana Jann; LISBÔA, Márcia Lucrécia. O(a) psicólogo(a) nas instituições hospitalares: características e desafios. Psicologia: ciência e profissão, v. 24, p. 28-35, 2004. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q Acesso em: 26 jun. 2023.

MARIA, Rosimeri Cristina. O Papel do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na Convivência Comunitária do Cidadão. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em:< <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7531>> Acesso em: 18 nov. 2023.

MILLANI, Helena de Fátima Bernardes; DE CASTRO VALENTE, Maria Luísa L. O caminho da loucura e a transformação da assistência aos portadores de sofrimento mental. SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas,v. 4, n. 2,p. 1-19, 2008. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18066976200800020009 Acesso em: 13 abr. 2023.

OLIVEIRA, Gabriela Eustáquio; FARIA, Tayna Benko; PEREIRA, Tatiane Guimarães. A psicologia na enfermaria psiquiátrica em hospital geral. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo , v. 41, n. 100, p. 106-111, jun. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2021000100011&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 02 nov. 2023.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Revista de saúde pública, v. 35, p. 103-109, 2001. Disponível em:< [Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. - Google Acadêmico](#)> Acesso em: 11 out. 2023.

PEREIRA, . B.; LEAL, . M. Insight na perspectiva de pessoas com diagnóstico de esquizofrenia em tratamento em centros de atenção psicossocial. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 9, n. 21, p. 229–249, 2017. DOI: 10.5007/cbsm.v9i21.69548. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69548>> Acesso em: 19 set. 2023.

PEREIRA, Andrea Ruzzi; JOAZEIRO, Gabrielly. Percepção da internação em hospital psiquiátrico por pacientes com diagnóstico de esquizofrenia. O mundo da saúde, v. 39, n. 4, p. 476-483, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Percep%C3%A7%C3%A3o+da+internacao+em+hospital+psiquiatrico+por+pacientes+com+diagnostico+de+esquizofrenia> Acesso em: 13 abr. 2023.

RAPOSO, Cátia Cordeiro Simões. A psicologia clínica no âmbito da reabilitação psiquiátrica. 2020. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <[A psicologia clínica no âmbito da reabilitação... - Google Acadêmico](#)> Acesso em: 25 out. 2023.

SHIRAKAWA, Itiro. Aspectos gerais do manejo do tratamento de pacientes com esquizofrenia. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, p. 56-58, 2000. Disponível em: <[Aspectos gerais do manejo do tratamento de pacientes... - Google Acadêmico](#)> Acesso em: 23 out. 2023.

YASUI, Silvio. Conhecendo as origens da reforma psiquiátrica brasileira: as experiências francesa e italiana. 2011. Disponível em: <[Conhecendo as origens da reforma psiquiátrica brasileira... - Google Acadêmico](#)> Acesso em: 17 nov. 2023.

ENTRE (DES)VIVÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIA: VULNERABILIDADE SOCIAL E
SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DE SUJEITOS NEGROS
RESIDENTES EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS

Fernando Salazar dos Santos¹

Winthney Paula Souza Oliveira²

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA). Caxias - MA, E-mail: lohannabeatriz74@gmail.com

² Docente no Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA). Caxias - MA, E-mail: winthnew00@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um fator prevalente na sociedade negra brasileira, concretizada por intermédio da discriminação racial historicamente enraizada no Brasil, que criou uma distinção econômica entre brancos e negros, fecundada pelas privações instituídas para a população negra, no qual inclui a limitação do acesso a espaços que possam possibilitar a ascensão social, tal como espaços de disseminação de saberes, instituição de ensino, por exemplo, instituições de ensino (Almeida, 2020). O que pode ser confirmado pela pesquisa realizada por Borges (2019) que apresenta que 64% da população em situação de cárcere é negra, enquanto que esse mesmo grupo compõem 53% da população brasileira, no que diz respeito às mulheres em encarceradas, 68% são negras, e desse total, 50% não concluíram o ensino fundamental, perante esses dados existe um incentivo para questionar a ideologia de democracia racial, quando se tem dados alarmantes que demonstram a ação genocida do Estado.

Diferentemente do branco que usufrui dos privilégios reservados para a sociedade branca, sendo assim, ao branco fica reservado os melhores cargos em empregos, melhores formações escolares e vagas em universidades, ocupam também os melhores bairros e dentre outras categorias sociais que colocam o branco acima do negro. Baseado nisso, a sociedade branca cria uma mecânica para a definição e redefinição de quem irá ocupar os espaços, que se atualizam sempre em torno do branco, resultando em um ciclo que exclui a integração da população negra, dessa forma, Bento (2022) define essa lógica como pacto da branquitude, o qual afeta de maneira direta a subjetividade do sujeito negro, seja na autoestima, no comportamento, e a forma como se relaciona em sociedade, também refletindo negativamente no espaço em que se encontra inserido.

O processo histórico que envolve o Brasil, colocou o negro em condições não humanas em senzalas, brutalizados pelos senhores Nogueira, (2021) que ocasionou uma extensa desigualdade social, deixando sua população carente de condições básicas para viver socialmente bem, a falta de recursos básicos, como alimentação, renda financeira, e o descaso estrutural dos bairros que assolam as

periferias geram consequências no desenvolvimento social e psíquico dos que sofrem com as questões projetadas pela desigualdade e sofrimento, conforme Sawaia (2002) apresenta como “sofrimento ético-político”, apontando que a desigualdade social ocasiona na sensação de invalidez, e inferioridade.

Visto isso, nota-se que as periferias são afetadas por distintos processos psicossociais, que estimulam e desencadeiam o sofrimento psíquico, a base de estímulos de desvivências. Diante do exposto, o presente estudo se propõe a contribuir com o desenvolvimento de produções que visam agregar e intervir nos processos violentos que envolvem a população periférica, levar adiante o debate que relaciona o comportamento, e a saúde mental, associada ao meio social. Além disso, poderá contribuir com as futuras pesquisas de estudantes e profissionais que pretendem abordar sobre o determinado tema.

A pesquisa tem como tema “Entre (des)vivências e sobrevivências: Vulnerabilidade social e suas implicações na saúde mental em sujeitos negros residentes em comunidades periféricas” movido pela problemática “Quais as implicações da vulnerabilidade social na saúde mental e nos comportamentos de sujeitos negros periféricos?” Acredita-se que a vulnerabilidade social, um segmento ocasionado pelo racismo, assim como o próprio racismo, são fenômenos sistemáticos que podem influenciar na saúde mental, e nos comportamentos dos sujeitos em questão.

trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa, tendo como objetivo geral: analisar as afetações da desigualdade social no comportamento e saúde mental da população negra periférica e através dos objetivos específicos: caracterizar o processo sócio-histórico e as representações do viver na periferia, e suas repercussões a curto e a longo prazo na saúde mental e nos comportamentos dos sujeitos negros.

2- METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa de literatura. Este método foi selecionado para se obter com maior abrangência o conhecimento específico em questão e se propõe a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos semelhantes sobre o tema pesquisado (Silveira, 2005).

Para a elaboração da questão norteadora, a problemática foi fundamentada por meio da estratégia PICO que representa um acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e "Outcomes" (desfecho). Dentro da Prática Baseada em Evidências (PBE) esses quatro elementos são fundamentais direcionam a construção da questão de pesquisa e a busca bibliográfica de evidências (Santos, Pimenta, Nobre, 2007). Assim, neste trabalho é designado "P" - população negra; "I" - vulnerabilidade social; "Co" residentes em comunidades periféricas, originou-se a seguinte questão central da pesquisa: Quais as implicações da vulnerabilidade social na saúde mental e nos comportamentos de sujeitos negros periféricos?

Para a localização dos estudos relevantes, nos quais respondessem à pergunta de pesquisa, utilizou-se de descritores indexados no idioma português. Realizou-se as consultas por meio de descritores e palavras-chave nas bases de dados SCIELO, e BVS. Os termos foram obtidos a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)

Como critérios de inclusão utilizaram-se estudos disponíveis em sua totalidade, publicados nos últimos cinco anos, de 2019 a 2024, no idioma português. Foram excluídos da busca inicial, resumos, textos incompletos, teses, dissertações, monografias, relatos técnicos, artigos pagos e outras formas de publicação que não artigos científicos completos. Na segunda etapa os estudos foram analisados quanto ao potencial de participação no estudo, avaliando o atendimento à questão da pesquisa, bem como o tipo de investigação, objetivos, amostra, método, desfechos, resultados e conclusão.

Ao final, 6 artigos atenderam aos critérios de inclusão e exclusão e atenderam a questão norteadora, sendo selecionados e adicionados ao estudo.

3- A COLONIZAÇÃO DE ONTEM É O SISTEMA COLONIALISTA DE HOJE

Na obra "Discurso sobre o colonialismo", Césaire (2020), coloca definições sobre o colonialismo apresentando que na relação entre colonizador e colonizado, só existe a possibilidade de exploração, soberania, violência, punição, o colonizador é definido como homem, o colonizado é visto como "coisa" sem definição específica, sem valor. Partindo dessa ideia é perceptível a forte influência do colonialismo existente nas periferias, no qual a rotina de cada sujeito é

composta pelo esquecimento do Estado, carência de políticas públicas que possam possibilitar condições de vidas saudáveis, exploração do trabalho, violência do Estado, e a desigualdade entre as classes sociais que se torna evidente. As regiões compostas pelas classes “elitizadas” são tidas pela sociedade como superiores, que também dispõem de relações sociais confortáveis, no entanto, nas periferias é comum se ver o medo, a sensação de inferioridade, o desespero, a função de servir, uma consequência nítida do colonialismo, Césarie, ao discutir sobre as vítimas desse sistema aponta estar “falando de milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se o desespero, o servilismo (Césarie, 2020, p. 25).

Para um entendimento a fundo sobre a prevalência da desigualdade em espaços tão específicos como nas favelas e periferias, é necessário fazer um resgate histórico acerca da abolição da escravatura da população negra no Brasil, que a partir da lei Áurea declarou que estava extinta a escravidão no Brasil, mas que não concedeu ao africano escravizado em solo brasileiro condições para viver socialmente, pelo contrário, a estrutura reservada ao negro agora “liberto” o impedia de ascender socialmente, ou mesmo trabalhar, pois os empregos foram destinados ao imigrantes europeus, restando ao negro apenas os subempregos, prostituição, crimes, fome (Nascimento, 2016).

De acordo com Abdias Nascimento (2016), o formato em que se deu a “abolição” da escravatura no Brasil, foi um fator contribuinte para a continuidade do processo de extermínio da população negra brasileira, por meio de um sistema que provoca o assassinato em massa de um povo, conceituado como genocídio, pois o negro foi empurrado para as periferias das cidades para lutar por sua sobrevivência, totalmente exposto ao extermínio.

A desigualdade social é uma continuação dos impactos do colonialismo, periferias e centros urbanos ocupados pela “elite” social apresentam inúmeras divergências, a estrutura encontrada nas periferias não se assemelham aos espaços ocupados pela alta classe social. Frantz Fanon (2022) apresenta que essa divisão se dá entre a cidade do colono e a cidade do colonizado, onde a cidade do colono tem uma estrutura propícia para viver e a cidade do colonizado reserva as piores mazelas da sociedade, garantindo apenas a sobrevivência.

O uso da força e da violência por parte do Estado aplicada sobre o periférico, pertencente a população impactada pelo sistema colonialista é um fator resultante para mais violência, como explicado por Fanon (2022), ao expor que a tensão que sofre o colonizado ao ser vítima da violência do colono, se manifesta por meio de explosões violentas aplicadas sobre os outros colonizados, pois enquanto colonizado, a violência sofrida pelo colono não pode ser devolvida, mas “enquanto o colono ou o policial podem a qualquer momento do dia, bater no colonizado, insultá-lo, colocá-lo de joelho, veremos o colonizado sacar sua faca ao menor olhar hostil ou agressivo de outro colonizado” (Fanon, 2022, p. 50).

Nessa lógica de Fanon (2022) sobre a violência do colonizado sobre o outro colonizado, observa-se as contribuições de Gonçalves (2020), que analisa a presença de conflitos violentos entre periféricos contra periféricos, que compõem os espaços vitimados pela violência e o esquecimento produzidos pelos dominadores, sendo assim, se faz necessário o desenvolvimento de observações perante os impactos violentos que atingem as periferias, pois como dito por Fanon, o inferiorizado afetado pela violência só poderá direcioná-la para outro inferiorizado.

3.1- RACISMO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E SAÚDE MENTAL

A segregação socioespacial, política excludente que é facilmente perceptível dentro da sociedade é direcionada para às áreas ocupadas pela população negra do país, ou seja, as áreas conhecidas como periferias, e favelas. De acordo com Gonçalves (2020) as cidades e o formato da organização dos espaços urbanos expressam e replicam a desigualdade, funcionando como um fenômeno social que é provocado pela concentração de capital limitado a grupo social específico diante os que não têm, portanto observa-se uma segregação socioespacial que atinge a população negra periférica é parte de um plano projetado para contribuir com seu extermínio. Nessa lógica é necessário observar as afirmações de Sawaia (2002) em relação ao sofrimento ético-político, o adoecimento mental ligado diretamente pela precariedade na qualidade de vida encontrada nas periferias brasileiras.

O descaso com as periferias contém uma grande relação com as políticas coloniais que funcionam no Brasil, que no passado categorizou o sujeito negro

como não humano, sujeito a ser eliminado, destinado a destruição por intermédio das políticas racistas, que “se baseiam na destruição da identidade do negro” que se funda nos processos de colonização e se permeiam pelo sistema colonialista. Baptista (2021, p. 116)

As reações racistas pautadas na destruição da identidade do negro são aplicadas violentamente obedecendo um padrão rigoroso focado de modo único na extinção do corpo negro ou de sua subjetividade, seguindo a regra da violência do colonialismo discutida por Fanon (2022), que é engessadamente fixada na atrocidade praticada contra os colonizados, dessa forma “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado puro” (Fanon, 2022,pg 58). Nessa ótica é cabível o levantamento das consequências para a saúde mental da população negra que sobrevive mediante a ascensão colonialista, que obtém sucesso não apenas na dominação de espaços geográficos, também na colonização de existências e mentes (Veiga, 2019).

Neusa Santos, psiquiatra e psicanalista, aponta para as questões enfrentadas pelo sujeito negro e os impactos psíquicos causados pelo racismo praticado pelo sistema colonialista, que impõe o sujeito branco como o padrão a ser aceito, o negro por sua vez pode terminar desenvolvendo o auto-ódio, a repulsão de si e pelos seus semelhantes, “o negro, no desejo de embranquecer, deseja nada mais nada menos do que a própria extinção” (Costa, 2021, p. 29).

As dolorosas desvivências colonialistas que são elaboradas para a vida do sujeito negro o colocam em experiências traumáticas que o levam para caminhos não humanos, onde a precariedade da desigualdade social o afeta de forma direta no socioeconômico e em sua saúde mental. O negro por se encontrar na cidade do colonizado que não o permite dispor de condições sociais saudáveis, e que o obriga a se sentir culpado pelo discurso hierárquico pela falta de sua ascensão social, pode por fim ter como resultado o desenvolvimento do auto-ódio por toda raça negra e seus semelhantes que não estão enquadrados nos privilégios da branquitude (Veiga, 2019).

O modo operante do racismo não permite que negro obtenha uma posição confortável nos espaços que ocupa, pois seu corpo é o alvo constante do sistema colonialista, colocando em risco sua saúde mental “dentro desse universo de terror,

mesmo que o negro acredite consciente que tais ameaças racistas não se cumprirão, o pavor não desaparece, porque ele traz no corpo o signo que incita e justifica, para o outro, a violência racista” (Nogueira, 2021, 126). Os sujeitos dominados, colonizados, ou segregados, estão rotulados sobre uma marca, a cor negra, a cor destinada a sofrer os impactos e as perseguições raciais, esse que por sua vez ao tomar consciência sobre o racismo que o busca de modo frenético, passa a modelar e remodelar seu comportamento, e vigia seu próprio corpo (Nogueira, 2021).

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das buscas nas bases de dados SCIELO e BVS foram encontrados o total de 221 artigos, dos quais foram filtrados 52 eleitos para discussão, sendo 5 disponíveis na Scielo e 1 na BVS. Os artigos selecionados são apresentados no quadro 1:

Quadro 1: Artigos selecionados apresentados por autores/ano, título, objetivo e principais resultados dos estudos, Caxias – MA, 2024.

Título	Autor/ ano	Objetivo	Metodologia	Resultados
Racismo e saúde mental: uma cartografia do trabalho com famílias	LIMA, Tulíola ROMAGNOLI, Roberta (2023)	Trata das relações e processos de subjetivação entre equipes técnicas e famílias na rede de saúde mental.	Cartografia, incluindo pesquisa de campo,	No atual campo da Psicologia são necessárias práticas que permitam dar vazão às subjetividades e aos referenciais que permitam articular dimensões individuais e coletivas relacionadas ao campo da saúde mental.
Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra	HILÁRIO, Leomir LIMA, Sophia (2023)	Investiga as consequências do pacto narcísico da branquitude em corpos negros, em ênfase aos comportamentos e emoções.	Revisão integrativa de literatura e relatos de experiências clínicas	Constituir-se como negro em um universo que preza pelo ideal da brancura significa experimentar um “não lugar”, que resulta em danos psíquicos à comunidade negra. Desse modo, apostamos na decolonização da psicologia como ferramenta para criar novas formas de ser e de estar no mundo.
“Pra nós que somos negras, tudo é mais difícil”. Cartografia de uma mulher negra em sofrimento psíquico	SOUZA, Karoline (2023)	Cartografar a trajetória de racismo estrutural e de sofrimento psíquico de uma mulher negra acompanhada por uma enfermeira psiquiátrica em um Hospital Geral; e refletir sobre a relação entre o racismo estrutural e sofrimento psíquico.	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com abordagem cartográfica	A subjetividade produzida internaliza sentimentos de inferioridade, de solidão, de auto-ódio e de não lugar. Torna-se urgente a problematização da questão racial na produção do cuidado em saúde mental, bem como uma reforma societária que proporcione a existência plena de direitos e de dignidade das pessoas negras.
Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo	BARROS, Sônia et al. (2022)	Investigar os processos de cuidado dirigidos a essa população, especialmente no que se refere ao sofrimento engendrado pelos processos de racismo nas suas diversas dimensões, expressões e impactos.	Estudo de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória	Os resultados mostram que cuidado a crianças e adolescentes que manifestam sofrimentos pela vivência do racismo, ou que o tem como uma dimensão importante, demanda do profissional espaços de sensibilização, informação e letramento para as formações raciais, assim como convoca a elaboração de estratégias de enfrentamento ao racismo institucional, sobretudo em perspectiva intersetorial.
“Tortura que não acaba”: análise do sofrimento de mães de jovens assassinados em Fortaleza	RODRIGUES, Jéssica (2022)	Analisar, a partir de um prisma interseccional, o sofrimento psicossocial de mães que tiveram seus filhos assassinados nas dinâmicas da violência em territorialidades periféricas da cidade de Fortaleza.	Pesquisa intervenção	A seção de resultados e discussão chama a atenção para: (1) processos de culpabilização e sua relação com classe, raça e gênero, em que as mortes dos filhos são indutoras de maior precarização nas vidas dessas mulheres; e (2) medo, isolamento, solidão e silenciamento atuantes no sofrimento psicossocial, produzindo novas formas de sociabilidade.
Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra	HILÁRIO, Leomir LIMA, Sophia (2023)	Investiga as consequências do pacto narcísico da branquitude em corpos negros, em ênfase aos comportamentos e emoções.	Revisão integrativa de literatura e relatos de experiências clínicas	Constituir-se como negro em um universo que preza pelo ideal da brancura significa experimentar um “não lugar”, que resulta em danos psíquicos à comunidade negra. Desse modo, apostamos na decolonização da psicologia como ferramenta para criar novas formas de ser e de estar no mundo.

No que diz respeito ao racismo e suas inquietações provocadas no corpo negro Hilario e Lima (2023) apontam que suas consequências advêm de um processo de colonização no qual colocou o negro na condição de escravizado, e tratado de maneira inferior aos brancos, visto como um ser subalterno. Por essa lógica é analisado uma ferramenta regulatória chamada de branquitude, termo

trabalhado por Bento (2022) como “Pacto narcísico da branquitude” que se dá como um acordo fincado entre a sociedade branca para gerenciar o privilégio branco em todos os espaços, de modo que o sujeito negro não seja considerado como ser digno de inclusão, sendo assim, ainda para Hilario e Lima (2023) enquanto que para o ser branco sua cor de pele o garante privilégios, ascensão econômica e social, por outro lado para o negro, abrem-se as portas para a pobreza, cemitério, presidio e perseguição policial.

A similaridade no modo de funcionamento das instituições públicas ou privadas no Brasil replicam costumes históricos, Lima e Romagnoli (2023) ao dirigirem os olhares para o seguinte fato, observam que a sociedade brasileira vivencia um cotidiano construído pelo colonialismo euro-americano, que promove sistemas de opressão racistas e delimitam as formas de existir. No mais, em suas constatações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) concluem que a grande maioria atendida pela rede de saúde mental do SUS são pessoas negras que sobrevivem em meio a extrema vulnerabilidade. O que evidencia os estudos de Hilario e Lima (2023) ao apontarem que por muito tempo fora notado e associado a uma condição diagnóstica e descartado a possibilidade do sofrimento psíquico como consequência do racismo para a baixa autoestima presente nos corpos negros, assim como sentimentos aversivos, e complexos de inferioridade. Portanto, ambos os estudos dão alusão que em decorrência da situação em que se encontram os negros em sociedade, é de extrema urgência que seja dado ênfase a saúde emocional e mental do negro.

O modo operante do racismo na sociedade brasileira é findado de modo estrutural, que percorre caminhos que visam a execução do biopoder, que por intermédio do Estado consegue administrar o controle sobre as mortes, nesse sentido, a lógica biopoder aliada ao preconceito racial faz o gerenciamento sobre a mortalidade dos corpos negros, ou seja, uma política de morte que tem o corpo negro como alvo, Almeida (2019). Com base nessas reflexões Souza, et al (2023) trazem para o debate o conceito de saúde instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que o estabelece como “bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou enfermidade”. Contudo, mediante os fatos apresentados, investiga-se de que forma o negro pode alcançar a definição vigente

que se tem por saúde, pois sobrevive na sociedade que fere o seu corpo físico, vulnerabiliza o seu campo social, e desequilibra sua saúde mental, sendo assim, no que diz respeito ao conceito de saúde e a existência do negro no Brasil, devido a sua situação, é mais comum que não atenda aos critérios estabelecidos, pois sua vivência saudável é negada, seu espaço violentado, seu corpo subalternizado.

Ainda pelas concepções apresentadas por Souza, et al (2023) é notado as relações entre sofrimento psíquico e racismo, visto que apresentam a análise de caso de uma mulher negra vitimada pelo preconceito racial, que devido às circunstâncias, relata fatos ocorridos em seu cotidiano e as sensações despertadas, observa-se então a presença de inferioridade, desvalor, auto-ódio, solidão, tal como a forte presença de vozes que soam em sua mente, reafirmando situações e crenças desagradáveis. O caso em questão, ainda conta com a presença do diagnóstico psiquiátrico de depressão grave com sintomas psicóticos, respondendo à questão elaborada pelos autores do estudo, “seria possível concluir a existência da relação entre a sociedade estruturada no racismo e a produção de sofrimento psíquico de pessoas negras?”.

É identificado que casos de racismo como provedor de sofrimento psíquico são fatos presentes na realidade da população negra, para aprofundar ainda mais a discussão em foco, vale trazer as contribuições das análises feitas por Barros, et al (2022) em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsij) que buscaram relatos de experiência entre técnicos de referência do Capsij que cuidavam de crianças e adolescentes negros, das implicações encontradas associadas ao racismo, que se assemelham as apresentadas, tal como a presença do auto-ódio, que se mostrou reforçado por ações discriminatórias, que envolvem as ofensas direcionadas ao cabelo crespo, os lábios, a cor, e as diversas “brincadeiras” que tem como normatividade o cunho racista. Em outras contemplações do estudo, viu-se a presença do preconceito de cor praticado por instituições de poder, advindo da escola, saúde, e da própria força do Estado, a polícia. Um ponto em comum a ser discutido entre as buscas de Barros, et al (2022) e Hilário e Lima (2023) é a interferência psíquica fruto do racismo que estabelece no negro o anseio de auto-destruição e a vontade de extinguir os seus semelhantes, desenvolvido por estar inserido em uma sociedade que é regida pelo

padrão branco, portanto, o negro internaliza para si as ambições requeridas pela branquitude, que de tanto escutar e vivenciar opressões racistas, acredita que para se ver livre do racismo deverá agir como branco, e torna-se branco, nesse caso, cabe ao negro a despersonalização, auto-destruição, e destruição de outros negros. Fato observado nas pesquisas feitas no Capsij, cujo Barros, et al (2022) encontraram narrações que dão evidências para tais afirmativas de adoecimento mental desenvolvido por conta do racismo, para exemplificar, fora apresentado uma narração de um profissional que ouviu de uma criança negra dizer que “se pudesse, mataria todos da raça negra” em outra experiência, um outro profissional contou que foi questionado por uma criança negra, sobre como fazer para se tornar branca. A vista disso, é perceptível a presença de incongruências criadas na psique do negro por influência do racismo, do mesmo modo em que afeta sua saúde mental de maneira ampla desde a infância e se perpetua ao longo da vida.

Uma característica comum vivenciada entre a população negra é o fato de residirem em espaços geográficos desestruturados, nas periferias e favelas das cidades, onde a assistência e os cuidados básicos não chegam com eficiência, exemplificado pelo trabalho de campo de Rodrigues, et al (2022) no qual trabalha o sofrimento de oito mães, moradoras de periferia, cujo a maioria eram mães negras, que perderam seus filhos, vitimados pela violência. Perante a ótica que investiga e analisa os pontos em comum entre essas mães, a pesquisa diz que se faz necessário uma busca pelo entendimento do contexto histórico-social que as envolve, que ao longo dos anos instituiu sobre os corpos negros uma definição de seres matáveis e descartáveis, fora estabelecido em um sistema de necropoder, que delimita como alguns povos devem morrer, assim como fazer morrer. A investigação feita pelo estudo, traça ocasiões ocorridas no passado e sua replicação nos tempos contemporâneos, expondo que nos períodos coloniais a mulher negra era tida como subalterna, objeto sexual, e força de trabalho a ser explorada e na atualidade as mães, de maioria negra, denunciam que se sentem culpadas pela morte do filho e por seu envolvimento na criminalidade, pois precisavam trabalhar para garantir o sustento da casa, o que por consequência impossibilitou-as de acompanhar o desenvolvimento social dos filhos, ao mesmo tempo em que faziam o exercício de ser mãe solo, independentemente de serem

acompanhadas do marido ou não. A discussão em análise em relação o exercício de ser mãe solo também é observada na pesquisa de Souza, et al (2023) que traz para o corpo do texto dados do ano de 2010, do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE) que constatou que em torno de 49,9% das mães solos no país são negras, o que contempla a realidade da mulher negra relatada por Souza, et al (2023) que mesmo antes do fim dos relacionamentos notou um fator antecedente, a solidão de ser mãe solo, no caso, a solidão da mulher negra, abrindo espaços para o surgimento do sofrimento psíquico como reflexo da relação não saudável com o companheiro que não prestava assistência a ela e a criação dos filhos, o que se assemelha a situação das mães observadas por Rodrigues, et al (2022)

As afetações na saúde mental das mães que participaram das entrevistas de Rodrigues, et al (2022) são fundamentadas por acontecimentos em comum, a interrupção da vida dos filhos pela violência, porém, os autores apresentam uma divergência entre essas mães, a cor de pele, sendo 5 mulheres negras, e 3 brancas, mas que partilham das mesmo sofrimento. No que se refere a isso, a análise histórico-social presente é um critério que contribui para o entendimento dos fatos, visto que as mães negras e brancas, juntamente com os filhos residem em áreas periféricas, que historicamente são espaços habitados por uma maioria negra, e vitimados pela violência colonial e capitalista, que enxerga nos espaços periféricos a possibilidade da implementação do genocídio negro, nesse sentido os corpos negros são os alvos em foco, e em relação aos corpos brancos periféricos sofrem as afetações por estarem nos espaços vistos como lugar de seres subalternos e encontram-se inseridos no mapa de corpos a serem extintos.

Uma contribuição que se correlaciona com a situação da mães que perderam seus filhos pela violência, é o fato do desenvolvimento do auto-ódio, o anseio pela destruição do seu corpo e dos outros corpos negros, como apresetado nas contribuições de Barros, et al (2022) nas pesquisas feitas no capsij, que observaram falas de crianças aumejando a auto-destruição, por não usufruirmos do privilégio branco, sendo assim, no que diz respeito aos estudos de Rodrigues, et al (2022) existe o fato da presença de conflitos entre perifericos e perifericos, duelando entre sí, em espaços não contemplados pelo privilégio reservado para o branco, causando a própria destruição por meio da violencia armada, gerando

sofrimentos para si e para mães, que traumatizadas pela violência e pelo medo, vivem no silenciamento, em um contexto que replica a violência colonial, silenciando os corpos vistos como subalternos pela introjeção e promoção do terror.

5- CONCLUSÃO

Com base nas pesquisas foi possível observar que a colonização, e a escravização da população negra foram cruciais para as representações do racismo nos dias atuais, no passado, o colono colocou o negro na posição de ser subalterno, sujeito indigno de respeito, ou de ser considerado humano, tomou partido para decidir sobre qual negro deveria viver, e qual deveria morrer, na atualidade mudaram-se os tempos históricos, porém o racismo segue violentando corpos negros, dessa vez pela força do Estado, da braquitude, das instituições de poder, que reproduzem a perspectiva colonialista de enxergar a população negra, ou seja, a partir da ótica de que são grupos que devem ser dominados, inferiorizados, e exterminados.

A violência colonialista operante no Brasil não é um sistema que visa propor uma organização social, mas sim uma máquina de moer corpos negros, cujo a sangria do negro equivale a um ritual tradicionalista, que tem como lei deixar escorrer pelas ruas desse país o sangue da população negra, e que faz das periferias brasileiras um alvo cotidiano do genocídio do negro brasileiro. A máquina colonialista se faz presente nas escolas, nas empresas, nas políticas governamentais e em toda execução do Estado, focada em deslegitimar os saberes desenvolvidos pela população negra, promover violências nos espaços habitados por pessoas negras, negar acessibilidade ao ensino, saúde, e condições que possam possibilitar estabilidade financeira.

O Brasil é um projeto arquitetado matematicamente para que o negro dê errado, exercido por um plano de ação que age em duas instâncias, uma de forma barulhenta através do caos causado pela violência que visa o corpo em sua totalidade, e por uma outra que percorre caminhos em passos silenciosos em direção à mente, focada na colonização dos pensamentos, e no adoecimento da mente negra, que desenvolve o trauma promovido pelo racismo, enraizado nas estruturas psíquicas negras, tal como o medo, a sensação de inferioridade, a

repressão dos sentimentos, a crença de desvalor, a baixa auto-estima, dentre os características que respodem sobre influencia da mente, são adquiridas pela experiencia do racismo, repassadas para o negro de geração em geração, dentro da sociedade racista brasileira.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Editora Jandaia, 2020.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Juliana Borges.--São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude** / Cida Bento. - 1º ed. - São Paulo : Companhia das letras, 2022.
- NOGUEIRA, Isildinha, Baptista. **A cor do inconsciente : significações do corpo negro**. - 1. ed.- São Paulo : Perspectiva, 2021.
- SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. Ed.Petrópolis: Vozes, 2002.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias Do. **O Genocídio Do Negro Brasileiro: Processo De Um Racismo Mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GONÇALVES, M. A. **Psicologia Favelada: Ensaio sobre a construção de uma Perspectiva popular e Psicologia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.
- NOGUEIRA, Isildinha, Baptista. **A cor do inconsciente : significações do corpo negro**. - 1. ed.- São Paulo : Perspectiva, 2021.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- VEIGA, L. M.. (2019). **Descolonizando a psicologia: Notas para uma psicologia preta. Fractal : Revista de Psicologia**, (spe), 244-248.
- COSTA, Jurandir Freire (2021). **"Da cor ao corpo: a violência do racismo"** (Prefácio). In N. S. Santos (Ed. 1) Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro (pp. 23-44). Rio de Janeiro: ZAHAR, 2021.
- LIMA, Tulíola Almeida de Souza; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Racismo e saúde mental: uma cartografia do trabalho com famílias. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277147, 2023.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso; LIMA, Sophia Helena Rito. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277075, 2023.
- SOUZA, Karoline do Nascimento et al. "Pra nós que somos negras, tudo é mais difícil". Cartografia de uma mulher negra em sofrimento psíquico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33070, 2023.
- BARROS, Sônia et al. Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210525, 2022.
- RODRIGUES, Jéssica Silva et al. "Tortura que não acaba": análise do sofrimento de mães de jovens assassinados em Fortaleza. **Psicologia USP**, v. 33, p. e210142, 2022.
- SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista latino-americana de enfermagem*, v. 15, p. 508-511, 2007.
- Silveira RCCP. O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências [dissertation]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2005.

POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Relato de
experiência em uma escola do Quilombo Urbano Liberdade.

Kharen Christina Coelho Lima¹

Maria Clara Aquino Silva²

Mariana Eulália Teles da Silva³

Victoria Maria Aquino da Silva⁴

¹ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; kharen.lima@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; maria.cas@discente.ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; mariana.eulalia@discente.ufma.br

⁴ Universidade Federal do Maranhão; Mestranda em Psicologia; victoriamaquino@hotmail.com

RESUMO: As instituições educacionais, como ambiente especial de desenvolvimento da sociabilidade, construção de conhecimento e subjetividade, tem sido também um dispositivo privilegiado de reprodução do racismo, já que repete as estruturas racistas que organizam a sociedade brasileira de maneira histórica. Por outro lado, esse mesmo espaço, pelos mesmos motivos, se torna um ambiente estratégico para construir e reforçar conhecimentos e modos de existir diferentes do modelo eurocêntrico que prevalece atualmente. Portanto, faz-se importante buscar como essas instituições vêm trabalhando para contribuir com uma educação antirracista. O objetivo do estudo foi analisar os dispositivos utilizados por professores e colaboradores de uma escola situada no Quilombo Urbano da Liberdade, em São Luís do Maranhão, para integrar e valorizar a cultura afro-brasileira na vivência escolar dos alunos. Para isso, a pesquisa relatada no seguinte trabalho utilizou de metodologia participativa contando com entrevista semiestruturada com uma professora e roda de conversa com alunos do primeiro ano do Ensino Médio. Foi observado, então, como forma de combater os mecanismos da colonialidade e fortalecer a identidade dos alunos, a utilização de estratégias como a presença do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana como base do projeto político pedagógico, lembrança e reconhecimento por meio das artes de personalidades negras historicamente apagadas da memória coletiva e realização de projetos de valorização do território onde a escola está inserida.

Resumo: Educação antirracista; Psicologia Escolar e Educacional; Cultura afro-brasileira.

1. INTRODUÇÃO

A educação está presente nos direitos sociais previstos no art. 6.º da Constituição Federal de 1988, portanto, é um direito fundamental que deve ser oferecido pelo Estado. Dessa forma, segundo Ferreira (2019, p. 478), "o acesso ao ensino formal de qualidade é o principal meio de emancipação dos cidadãos", um ensino qualificado permite que o cidadão alcance sua independência financeira e garante que outras gerações desse sujeito continuem essa emancipação. Entretanto, diversos problemas como desvio de dinheiro, falta de investimento em pesquisas e formação de profissionais resultam em problemas de qualidade da educação básica, dificultando o processo de permanência principalmente de estudantes negros nesses espaços e comprometendo a independência não apenas individual, mas também de toda uma comunidade (Ferreira, 2019).

Sob esta perspectiva, não é possível falar sobre permanência estudantil sem falar de racismo, compreendendo como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (Almeida, 2018, p. 25). Nesse sentido, por ser um elemento estruturante em nossa sociedade, é possível observar o racismo em diversos espaços e instituições sociais. Neste caso, evidencia-se a escola pois esta se caracteriza como "um campo de relações sociais, onde diversas são as maneiras de sociabilidades, ora pacíficas, ora conflituosas, ela passa a ser palco também de conflitos de toda natureza, demonstrados pelas formas das relações de poder" (Vaz et al., 2019, p.4).

Nos últimos anos, estudos como o de Feldmann e Guzzo (2021) e Vaz et al. (2019), destacam, por exemplo, que as primeiras experiências de racismo acontecem na escola. Estes autores apresentaram os principais efeitos do racismo sobre o processo da formação identitária destes sujeitos estudantes (baixa autoestima e sentimento de inferioridade), aproveitamento/rendimento escolar e processos de adoecimentos, uma vez que o racismo estrutural está ligado a diferentes práticas discriminatórias, agressivas, violentas e opressoras frente a cor da pele do sujeito, o que impacta diretamente a saúde integral destes sujeitos.

Nesse contexto, o sociólogo Bonilla-Silva (2003) explica que o racismo sistêmico se aplica a sociedades onde as recompensas sociais favorecem a raça dominante, no caso, a raça branca. No Brasil, essa ideologia, proveniente do período colonial, persiste como uma tecnologia da colonialidade, visando manter a supremacia branca nas instituições sociais, incluindo a escola. É crucial destacar que a noção de superioridade da raça branca sobre a negra é construída historicamente, culturalmente e politicamente, não apenas com base na cor, mas na permissividade do Estado que permitiu à população branca acessar bens materiais e simbólicos, como nos afirma Almeida (2018).

Dessa forma, como modo de ir contra essa herança histórica, a Constituição Federal de 1988 garante aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade das terras que ocupam. Assim, essas comunidades possuem um território em que eles consigam reafirmar a identidade cultural, lutar pelos seus direitos, fortalecer a comunidade e promover a educação voltada para a realidade da comunidade.

É nesse sentido que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012) estabelecem alguns princípios basilares como integrar no currículo escolar a cultura afro-brasileira, a história dos quilombos e práticas educativas que valorizam a identidade e as tradições da comunidade negra. Além disso, promover a participação ativa dos alunos, respeitando os saberes locais e ancestrais e valorizar a cultura, promovendo festas, rituais e tradições que fortalecem a identidade dos alunos. Outro aspecto importante é a formação de educadores, preparando-os para entender as realidades sociais e culturais das comunidades quilombolas.

Desse modo, o presente trabalho visa relatar a experiência de graduandos de psicologia em uma escola que segue essas diretrizes, com o objetivo de tecer linhas de compreensão acerca dos dispositivos utilizados pelos professores e colaboradores escolares para valorizar os modos de existências dos sujeitos inseridos neste espaço, adequando-se aos princípios propostos em 2012 pela Diretriz curricular para escolas quilombolas.

O relato de experiência aqui descrito foi realizado durante o componente curricular "Contemporaneidade e processos de subjetivação", sendo desenvolvido por estudantes do sexto semestre do Curso de Psicologia da UFMA, sob a supervisão do docente responsável. Conforme a matriz curricular do curso, este projeto possuía

como objetivo realizar ações junto aos grupos, instituições e comunidades, visando promoção de saúde, além de elaborar projetos de intervenção em contextos grupais e institucionais. Neste sentido, buscava facilitar a aproximação dos discentes com situações contemporâneas, compreendendo o impacto da colonialidade nas diferentes produções de subjetividade e entender o papel da psicologia nesse processo.

Os teóricos que serviram de base para a estruturação da atividade foram Agamben (2009), Bauman (1998; 1999), Foucault (2009; 2014), Maldonado-Torres (2007) e a partir do entendimento sobre a colonialidade do ser e do saber e como isso está inserido no cotidiano brasileiro, o local escolhido para realização desse projeto foi uma escola situada no Quilombo Urbano da Liberdade, na cidade de São Luís - MA. Sendo assim, os discentes realizaram uma entrevista com uma professora da escola, utilizando o método de entrevista semiestruturada, que visava compreender de que forma estar situada em território quilombola impactava no cotidiano da escola e quais diferenças estabelecidas por lei aquele ambiente estava submetido.

Além disso, também foi realizada uma roda de conversa com alunos do primeiro ano do Ensino Médio a partir de perguntas disparadoras para entender como eles percebiam a escola, quais atitudes eles notavam que possuíam como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira. A metodologia utilizada foi a participativa, pois segundo Hoga & Abe (2000), nesse método procura-se preservar a identidade social e cultural dos componentes do grupo, envolvendo os estudantes na avaliação das atividades desenvolvidas na escola e de que formas eles percebiam as questões étnico raciais a partir de um jogo com perguntas disparadoras para compreender suas vivências.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Escola como espaço de reprodução de racismo

Os modos de subjetivação pelos quais os sujeitos se constituem são atravessados por diversos aspectos. Mansano (2009), pontua que esses processos podem assumir diferentes configurações que cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e mutáveis. Nesse contexto, em uma sociedade que o racismo e a colonialidade, como herança de uma história colonial, são estruturantes das relações sociais, econômicas e culturais, os modos de

subjetivação dos indivíduos estão, simbioticamente, ligados aos seus efeitos psicossociais (Guimarães, 1999).

Nesse viés, o ideário da democracia racial é um mito fundador da nacionalidade brasileira, impregnado no imaginário coletivo, coloca o racismo na ordem do individual e não como questão estruturante da sociedade (Guimarães, 1999). Essa falácia da democracia racial, faz parte de um projeto da colonialidade para legitimar e ocultar diversas violências contra pessoas negras e indígenas. Atravessando as mais variadas instituições, como a família, a medicina, a educação, as igrejas etc. É um saber-verdade que produz relações de poder nas quais coloca como ideal o branco europeu.

Neste sentido, a escola tem sido um dispositivo privilegiado na reprodução do racismo,

[...] o papel estratégico que a escola formal vem desempenhando no Brasil, na reprodução de uma concepção de sociedade ditada pelas elites econômicas, intelectuais e políticas do país. Nessa concepção, raça e cultura são categorias estruturais que determina hierarquias que só podem ser plenamente legitimadas se puderem - por meio da repetição sistemática e internalização de certos paradigmas (dos quais as teorias racistas são decorrentes) - instituir e naturalizar em uns uma consciência de superioridade, e em outros uma consciência de inferioridade (Carneiro, 2023, p. 94).

Esse ambiente pode ser tanto um dispositivo de reprodução de violências, quanto de fortalecimento dessa identidade. Portanto, compreendemos que a construção de um projeto de intervenção em psicologia no ambiente educacional precisa ter como base esta sociedade retratada. Nesse contexto, a pergunta que sustentou este trabalho foi: como podemos pensar o fortalecimento da construção de uma identidade negra no ambiente escolar de um quilombo urbano?

Segundo Nascimento (1985) um quilombo possuía em sua trajetória histórica significados de resistência étnica e política, expressando uma esperança de que instituições no presente consigam desempenhar um papel que fortaleça a identidade cultural dessa população. Nesta perspectiva, para as políticas curriculares nacionais e estaduais, a escola situada em território quilombola deve possuir papel de resistência e contribuir com o fortalecimento da identidade desses alunos e da cultura negra, oferecendo condições para que os modos de pensar e de fazer quilombola façam parte do cotidiano da escola. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, preconizadas na Resolução nº

08 de 20 de novembro de 2012, define alguns princípios basilares para a educação escolar quilombola, dentre eles:

III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; V - valorização da diversidade étnico-racial; XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial; XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual.

Com base nisso, a escola do Quilombo Urbano da Liberdade representa uma possibilidade de pensar e construir identidades negras que fogem à lógica imposta pelo ‘dispositivo de racialidade’ (Carneiro, 2023). Ao adentrarmos esse espaço, nos deparamos com as paredes repletas de pinturas de pessoas negras que historicamente foram apagadas da memória coletiva, alguns foram pintados de branco por décadas, como é o caso de Machado de Assis. Nomes como Maria Firmina dos Reis, Negro Cosme, Maria Aragão, Gonçalves Dias, ressaltam o princípio de respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional.

Desta forma, um aspecto que ficou demarcado ao conversarmos com alguns alunos e professores, é que as pinturas não estão lá apenas para deixar o ambiente mais agradável visualmente, elas fazem parte do cotidiano escolar. O projeto político e pedagógico tem como base o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Na fala de alguns alunos eles comparecem enquanto referências nas lutas e resistências de pessoas negras, muitos dos discentes possuem um conhecimento aprofundado acerca da história de vida dessas pessoas.

Além disso, são desenvolvidos alguns projetos que buscam valorizar o lugar em que essa escola está inserida. Um desses projetos foi desenvolvido em parceria com o departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), os estudantes da escola produziram um mapa cartográfico do quilombo urbano a partir das aulas com os graduandos. A cartografia buscava ressaltar os espaços em que eles vivenciam o território, evidenciando suas particularidades e a diversidade de experiências que eles possuem com o lugar. Neste sentido, esse é um elemento fundamental para pensarmos o rompimento com as estruturas de subalternização e inferiorização da pessoa negra, é a possibilidade de conhecer a história por uma visão não eurocêntrica. Uma visão que “via aculturação, dificulta engendrar coletivamente

as condições que conduzam à superação dos estigmas e resgate da plena humanidade” (Carneiro, 2023, p. 283).

No entanto, é imprescindível destacar que ainda há limitações na efetividade desta política pública. A escola em questão enfrenta dificuldades no que diz respeito ao apoio para a formação inicial e continuada dos professores, como previsto na resolução que dá as diretrizes para a educação quilombola. Nesse contexto percebe-se, pela fala do corpo docente e discente da instituição, que os aspectos levantados ao longo deste trabalho, como a valorização e o ensino da história afro-brasileira e africana, ficam restritos aos professores das ciências humanas.

Munanga (2001) já afirmava que as questões raciais não podem ficar restritas a um único campo pois ele envolve as relações sociais nas mais diferentes esferas, como a cultura, política e economia. Portanto, é fundamental que toda comunidade escolar esteja envolvida no processo de educação e letramento racial desses alunos, pois as questões raciais atravessaram esses jovens em todas suas esferas sociais e com a formação adequada, é possível construir uma identidade negra e quilombola, além de contribuir com o desenvolvimento do sentimento de pertencimento àquela comunidade.

3. CONCLUSÃO

A experiência relatada e os estudos apresentados ao longo deste trabalho revelam a importância de uma educação enquanto dispositivo que valorize as identidades contra hegemônicas - nesse contexto, as identidades negras e quilombolas. Em um país onde o racismo estrutural e a colonialidade permanecem ativos e sustentam desigualdades, a escola surge como um espaço de reprodução, mas também de resistência, podendo ser um local privilegiado para o fortalecimento da identidade e da cultura afro-brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012) configuram-se como um passo essencial na construção de políticas que busquem a valorização e inclusão dessas identidades na educação formal. Essas diretrizes não apenas reconhecem a importância da diversidade étnico-racial e do racismo, mas também incentivam práticas pedagógicas que respeitem e promovam os saberes locais e ancestrais. A escola situada no Quilombo Urbano da Liberdade é um exemplo de como a construção de uma escola antirracista enquanto um dispositivo

que repense o sujeito educando em uma interface de discussão racial pode transformar o ambiente educacional em um espaço que reflete a história e a cultura dos seus estudantes, promovendo um sentimento de pertencimento e ressignificando a construção da identidade negra e quilombola.

Através das atividades realizadas pelos graduandos de psicologia e dos depoimentos de alunos e professores, evidencia-se o impacto positivo de uma educação que se alinha com as especificidades culturais e históricas da comunidade quilombola. Projetos como a criação do mapa cartográfico e as intervenções artísticas nas paredes da escola, destacando figuras históricas negras, tornam o ambiente educacional mais próximo das vivências dos estudantes, permitindo que se identifiquem e se inspirem nas lutas e resistências de seus antepassados. Esse processo de resgate e valorização das figuras negras históricas é fundamental para a formação de uma identidade forte e para a superação de estigmas socialmente impostos.

Contudo, é crucial salientar que, apesar dos avanços, ainda existem desafios na plena implementação dessas diretrizes, como a necessidade de apoio mais robusto para a formação inicial e continuada dos professores de diferentes disciplinas. Conforme argumentado por Munanga (2001), a questão racial não pode estar restrita a um único campo, pois permeia todas as relações sociais. Assim, é imperativo que toda a comunidade escolar participe ativamente na promoção de uma educação antirracista que contribua para o fortalecimento da identidade quilombola e negra e que seja capaz de transformar as vivências dos estudantes em uma fonte de resistência e empoderamento.

Dessa forma, conclui-se que a escola, ao se estruturar como um espaço de luta e resistência contra as heranças coloniais e racistas, pode transformar-se em um agente fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse trabalho evidencia que é possível, através de políticas educacionais específicas e do empenho de toda a comunidade escolar, promover uma educação que vá além do currículo convencional e que contribua significativamente para a emancipação dos estudantes, permitindo que a escola promova um espaço de diálogo sobre a importância da conscientização étnico-racial e social durante o processo de construção da própria identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A identidade racial de crianças pequenas**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2024.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo à brasileira: a nova ordem racial no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2003.

CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FELDMANN, Mariana; LOBO GUZZO, Raquel Souza. Relações étnico-raciais e escolas públicas: questões para a psicologia. **Rev. psicol.**, Santiago, v. 30, n. 1, p. 69-80, jan. de 2021. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812021000100069&lng=es&nrm=iso. acesso em 10 out. 2024.

FERREIRA, N. T.. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, p. 476–498, jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: _____. **Ditos & escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. 34; 1999.

Hoga, Luiza Akiko Komura e Abe, Catarina Terumi. **Relato de experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes**. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2000, v. 34, n. 4 [Acessado 7 Novembro 2024], pp. 407-412. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342000000400014>>.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia: UNESP**, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón

(orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

Munanga, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília. Ministério da Educação. 2001.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

SILVA, M. A. F.; SARAIVA, L. A. S.. Relações raciais e histórias de vida: trabalhadores industriais negros em foco. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 532–555, ago. 2020.

VAZ et. al.. Reflexões contemporâneas sobre o racismo no ambiente escolar brasileiro. **Revista Psicologia e Educação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-8, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2019N2/1-V2N2online2019.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AOS TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS (TMC) EM ASSENTADOS QUILOMBOLAS RURAIS

Bianca Hafisa Paiva Paixão¹

Carla Geisa da Silva²

Horthência Oliveira de Queiroz³

Winthney Paula Souza Oliveira⁴

1. INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas, ou “remanescentes de quilombos”, à luz do Artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003, são consideradas “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003). Para Porto *et al.*, (2012), a nomeação de “remanescentes de quilombos” sedimenta um estereótipo romantizado de uma comunidade relativamente homogênea, harmônica, coesa, solidária e com projetos políticos comuns.

Viver nos espaços rurais é um desafio cotidiano, uma vez que, como situam Bezerra *et al.*, (2014), esses moradores sofrem os efeitos de condições socioeconômicas e ambientais produtoras de vulnerabilidades, associadas às formas precárias de obtenção de água potável, de esgotamento sanitário e destinação do lixo etc. Além disso, segundo os autores, registram-se baixos níveis de renda e de escolaridade, gerados pela dificuldade de acesso aos equipamentos escolares, bem como pelas escassas oportunidades de continuidade dos estudos.

Em outras palavras, as populações rurais são as mais afetadas pelo isolamento, invisibilidade e pouco alcance de políticas públicas, tornando-se alvo indiscutível de vulnerabilização, racismo e, conseqüentemente, de sofrimento psíquico (DIMENSTEIN *et al.*, 2017).

A saúde mental pode ser compreendida como a relação entre as forças individuais e ambientais que influenciam no estado psíquico das pessoas, essa tensão envolve as heranças genéticas, a capacidade de adaptação e resiliência, de se relacionar e criar laços sociais, bem como fatores contextuais tais quais: emprego, educação, condições de moradia, rede de suporte afetivo e social, gênero, raça/etnia etc.

A maioria dos problemas de saúde mental são de natureza não-psicóticos, conhecidos como transtornos mentais comuns (TMC) (GOLDBERG & HUXLEY, 1992), definidos pelo humor ansioso, depressivo ou questões somáticas insuficientes para o diagnóstico de doenças mentais (TREICHEL *et al.*, 2017), com a ocorrência de sintomas como: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de

concentração e queixas somáticas, com importante impacto na saúde do indivíduo e da comunidade.

Indo para além de uma concepção fenomenológica, Bellinat (2020) ressalta que os transtornos mentais comuns (TMC) são causas bem conhecidas de incapacidade, podendo acarretar impacto socioeconômico. Corroborando com o que Santana *et al.*, (2016) afirma, uma vez que a influência de tais transtornos aumenta o absenteísmo e consequentemente a causa de custos econômicos e um menor índice de produtividade.

Nessa perspectiva, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: qual a incidência e os fatores associados aos transtornos mentais comuns (TMC) entre comunidades quilombolas rurais da região dos Cocais maranhenses?

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de cunho quantitativo de tipo descritivo e sua abordagem, transversal realizado nas comunidades quilombolas Centro do Expedito e Santo Antônio dos Pretos, ambas localizadas na zona rural de Codó, Maranhão. As comunidades escolhidas para fazer parte desse estudo, apresentam características anteriormente citadas, como falta de água potável, saneamento básico, difícil acesso a saúde e educação, assim como também a baixa renda, pois a maioria dos moradores recebem auxílio de programas governamentais.

Para o rastreamento de TMC utilizou-se o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), instrumento desenvolvido e frequentemente aplicado para rastrear distúrbios psiquiátricos frequentes em centros de atenção primária à saúde e recomendado desde a década de noventa pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993).

Sumariamente, o SRQ-20 é um questionário autoaplicável constituído de 20 perguntas com escala dicotômica (sim/não), onde 4 dessas perguntas são acerca de sintomas físicos e as outras 16 sobre desordens psicoemocionais nos últimos 30 dias. Fora utilizado um questionário com 26 questões, das quais 6 foram acerca dos aspectos sociodemográficos como sexo, escolaridade, faixa etária etc., e 20, parte do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). Este foi aplicado em modalidade digital através da plataforma *Google forms*.

Como amostra do presente estudo, remanescentes quilombolas foram analisados, de um universo de 430 indivíduos pertencentes à duas comunidades que por questões de acessibilidade à rede de internet, embargou-se um maior quantitativo de participantes.

Distribuiu-se, como em Conceição (2011), quatro grupos de sintomas para a composição das dimensões específicas do instrumento de coleta utilizado no presente trabalho: humor ansioso e depressivo, sintomas somáticos, decréscimo de energia e pensamentos depressivos, referentes ao enquadramento dos participantes dentro SRQ-20 pelos grupos sintomatológicos supracitados.

O SRQ-20 foi, na referida pesquisa, aplicado na própria comunidade quilombola com a autorização prévia do presidente da mesma, e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela amostra do estudo constituiu-se como critério para a efetiva participação destes.

3. TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS: UMA DEMANDA CLÍNICA E SOCIAL

Para Jansen (2011), os transtornos mentais comuns (TMC) foram conceituados por Goldberg & Huxley em 1992, considerados quadros psiquiátricos tais como depressão não-psicótica, ansiedade e sintomas somatoformes.

Os TMC apresentam-se de maneira sutil e se caracterizam por sintomas tais como: depressão não clinicamente diagnosticada, falta de concentração, incapacidade de memorização, ansiedade, irritabilidade, insônia e queixas somáticas (SANTOS, 2016).

Os TMC abrangem sintomas como: insônia, fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldades de concentração, queixas somáticas e sentimentos de desvalia. Os transtornos mentais comuns são frequentemente associados a indivíduos de classe socioeconômica mais vulnerável, assim como ser do sexo feminino e ou aqueles que se encontram sem suporte social, usuários de tabaco e álcool, assim como comportamento sedentário também mostraram associações com TMC.

A revisão sistemática e meta-análise elaborada por Xiong *et al.*, (2020) destacou, de 11 dos 19 trabalhos avaliados, que os sintomas ansiosos, em frequente comorbidade com a depressão, variam de 6,33% a 50,9%. Também foi observado

alguns fatores preditivos para sintomas depressivos que também se aplicam a sintomas de ansiedade: uma faixa etária mais jovem (≤ 40 anos), escolaridade mais baixa, autoavaliação de saúde ruim, alta solidão, ser do sexo feminino, divorciado/status de viúvo, status de quarentena, preocupação em ser infectado, danos à propriedade, histórico de problemas de saúde mental/problemas médicos, presença de doença crônica, residir em áreas urbanas e a presença de sintomas físicos.

Nessa perspectiva, Ribeiro e colaboradores (2020) caracterizam esses quadros de sofrimento psíquico recorrente como transtornos mentais comuns (TMC), estratificados em duas categorias diagnósticas principais, as depressivas e as de ansiedade, consideradas “comuns” por serem muito prevalentes na população. Não obstante, apresentam impactos no humor e nos sentimentos podendo seus sintomas variar de intensidade e duração.

Cabe ressaltar ainda que os transtornos mentais comuns por si só não ocasionam quadros de transtornos mais severos (p. ex. de ansiedade, humor etc.) no entanto, intensificam a probabilidade de tais casos emergirem em algum momento da vida dos indivíduos acometidos (OLIVEIRA *et al.*, 2021)

Essas classificações de transtornos são consideradas prevalentes e têm sido associadas nas mais diversas condições socioeconômicas em diferentes países, sendo relativamente pior no Brasil. Segundo Lima (2008), pessoas com TMC têm maior probabilidade de buscar atendimento em serviços de saúde, aspecto fundamental no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a saúde. No entanto, nem sempre a busca por serviços de saúde e o acesso às intervenções terapêuticas são mais frequentes entre aqueles com maiores necessidades.

O adoecimento psíquico provocado por esses transtornos é um fenômeno presente na vivência de todas as esferas sociais. Quando tal adoecimento é situado em um contexto de distanciamento social – de quebra da rotina, de informações dúbias, de perda de entes e amigos e diversos outros agentes influenciadores – profusos são os impactos e as impressões oriundos dessas realidades.

Estudos encontraram relações de TMC com vulnerabilidade social tais como baixa escolaridade, menor número de bens, condições precárias de moradia, baixa

renda e desemprego (LIMA *et al.*, 2008). A título de exemplo, em um estudo de revisão sistemática (BATISTA & ROCHA, 2020) destacou-se como objetivo identificar estudos sobre saúde mental desenvolvidos nas populações quilombolas. Os autores apontaram que, no que diz respeito às condições de saúde nas comunidades quilombolas, a desigualdade social tem efeitos diretos no acesso aos cuidados e no agravamento dos problemas de saúde desse grupo.

Os conhecimentos dos determinantes sociais e das variáveis que produzem desigualdades em saúde mental e sua influência no adoecimento da população quilombola ganham relevância, à medida que esses elementos são integrados na formulação de políticas que orientam as prioridades para a gestão pública em saúde para com essa população (ALVES; RODRIGUES, 2010;)

Porém Gama, Campos e Ferrer (2014) alertam que as relações entre saúde mental e vulnerabilidade social são muito complexas e que sua compreensão exige reflexões e contextualizações que não reforcem o preconceito e a estigmatização em relação a grupos de classe social menos privilegiada, por meio de associação entre sofrimento mental e pobreza. Entretanto a problematização dessas relações pode sinalizar novos caminhos e boas práticas na área de saúde mental.

Vale salientar ainda a ínfima quantidade de pesquisas e artigos que têm por amostra ou grupo estudado a população quilombola, de maneira geral. Portanto, nota-se uma carência na literatura científica para estudos epidemiológicos de caráter transversal com essa população; sendo assim, trabalhos com esse mote podem deslindar muito do que hoje já se sabe, e algo do que ainda há de se compreender, a respeito dos fatores e variáveis relacionados à saúde mental dessa parcela populacional paupérrima em dados científicos e marginalizada pelas forças políticas nacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da amostra 21 moradores de comunidades quilombolas estudados, 17 enquadraram-se como suspeitos de transtorno mental comum (81%). Como antes ressaltado, utilizou-se uma divisão por grupos sintomatológicos para uma análise mais diversificada dos transtornos mentais comuns. Para uma melhor visualização dessa divisão, segue o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. - Grupos sintomatológicos

GRUPO DE SINTOMAS		QUESTÕES DO SRQ-20
A	Humor depressivo/ ansioso	1 Você tem dores de cabeça frequentemente? 3 Dorme mal? 4 Assusta-se com facilidade? 6 Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)? 9 Tem se sentido triste ultimamente? 10 Tem chorado mais do que costume?
B	Decréscimo de energia vital	8 Tem dificuldades de pensar com clareza? 11 Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias? 12 Tem dificuldades para tomar decisões? 13 Tem dificuldades no trabalho ou nos estudos (estudar ou trabalhar tem sido penoso ou tem lhe causado sofrimento)? 18 Sente-se cansado(a) o tempo todo? 20 Você se cansa com facilidade?
C	Sintomas somáticos	2 Você se sente com falta de apetite? 5 Costuma sentir tremores nas mãos? 7 Tem má digestão? 19 Costuma sentir sensações desagradáveis no estômago com facilidade?
D	Pensamentos depressivos	14 É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida? 15 Tem perdido o interesse pelas coisas? 16 Você se sente uma pessoa inútil, que não presta para nada? 17 O pensamento de acabar com sua vida já passou por sua cabeça?

Fonte: Conceição, Pedro Wilson Ramos. (2011). Condições de Trabalho e Saúde Mental: um estudo com profissionais que atuam no centro de atenção psicossocial

A pouca acessibilidade à internet pelos moradores das duas comunidades quilombolas foi óbice para uma maior abrangência de participantes. Em relação aos dados sociodemográficos, a Tabela 1 abaixo os pormenoriza:

Tabela 1. - Características sociodemográficas

Variável	N	Total (21)
Sexo		
Masculino	9	42,90 %
Feminino	12	57,10 %

Idade		
18 - 22	12	57,10 %
23 - 27	3	14,30 %
28 - 32	3	14,30 %
38 - 42	3	14,30 %
Estado Civil		
Solteiro (a)	20	95,10 %
Casado (a)	1	4,80 %
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	7	33,30 %
Ensino Fundamental Completo	2	9,50 %
Ensino Média Incompleto	1	4,80 %
Ensino Média Completo	5	23,80 %
Ensino Superior Incompleto	4	19,00 %
Ensino Superior Completo	2	9,50 %
Etnia		
Pardo	7	33,30 %
Preto	15	71,40 %
Religião		
Católico	18	85,70 %
outro	3	14,30 %

Fonte: autores

Indo ao encontro da pesquisa de Xiong (2020), onde foi observado alguns fatores preditivos para sintomas os sintomas de TMC que se aplicam a sintomas de ansiedade e depressão: uma faixa etária mais jovem (≤ 40 anos), escolaridade mais baixa, autoavaliação de saúde ruim, alta solidão, ser do sexo feminino, divorciado/status de viúvo etc.

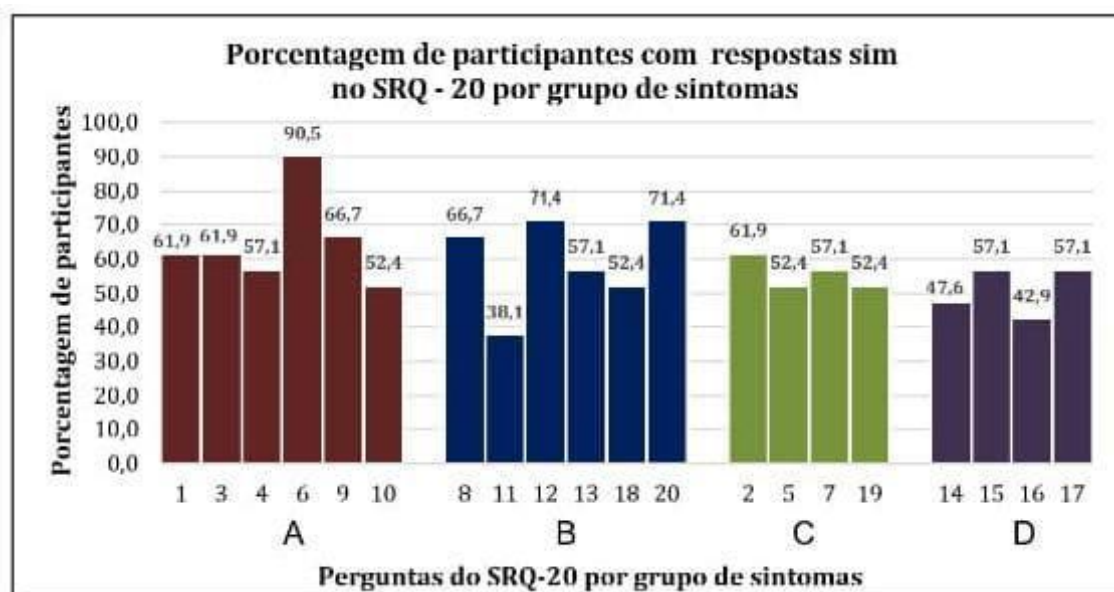
Importante assinalar que os TMC referem a um estado de saúde no qual o indivíduo não satisfaz os critérios diagnósticos formais para depressão e/ou ansiedade. Devido a sua frequente manifestação no cotidiano, o paciente não se atenta para a necessidade de buscar serviços especializados ou, quando o faz, são subnotificados.

Nos dados aqui obtidos, detectou-se uma maior prevalência para aqueles indivíduos do sexo feminino (57,10%), corroborando com outros estudos como o de Ribeiro *et al.*, (2020). Além disso, ser mais jovem revelou-se uma variável ligada a uma maior presença de TMC (57%); assim como um menor grau de escolaridade (33,30%).

Quanto à religião, na literatura, há uma tendência acerca da espiritualidade enquanto fator de proteção contra o desenvolvimento de transtornos psíquicos (SANTOS, 2021), porém, devido à complexidade e os meandros da religião (doutrina, preceitos, historicidade) não é possível estabelecer de maneira precisa como ela influencia com suas particularidades a saúde mental (LAWRENCE, OQUENDO E STANELY, 2016 *apud* SANTOS, 2021).

O gráfico 1 demonstra a proporção de respostas por grupos sintomáticos. Os grupos de sintomas de Humor ansioso e depressivo e Decréscimo de energia vital revelaram-se os mais prevalentes na amostra, tendo as respectivas médias de 65% no primeiro e no segundo, 59,5%.

Gráfico 1.- Porcentagem de participantes com respostas afirmativas no SRQ - 20 por grupo de sintomas



Fonte: autores

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo indicaram alta prevalência de TMC em quilombolas rurais, fazendo ainda uma associação com as variáveis sexo feminino. Esses fatores foram apreciados nas práticas preventivas e de promoção da saúde dessa população desassistida no que tange ao alcance de políticas públicas, sobremaneira quanto às condições de moradia, trabalho, lazer, educação, saneamento básico e estilo de vida.

Além disso, o presente trabalho traz à luz a possibilidade de proposição de diretrizes orientadoras de políticas públicas que aproximem a população quilombola rural e o setor da saúde, independentemente de barreiras territoriais. Se faz relevante a reflexão acerca das estratégias de articulação intersetoriais ainda incipientes, a fim da concretização de ações no âmbito da saúde mental ratificando o cuidado integral e longitudinalidade do atendimento prestado ao indivíduo e coletividade que vivem nas comunidades quilombolas.

Os resultados, quanto à prevalência entre os sexos, vão ao encontro com a literatura vigente, uma vez que, segundo autores como Xiong *et al.*, (2020), um dos fatores preditivos para o desenvolvimento de transtorno mental comum é ser do sexo feminino. Os dados do presente estudo também corroboram com pesquisas como a

de Ribeiro *et al.*, (2020), na qual rastreou-se uma prevalência de 23,3% para meninas e em meninos, 11,1%.

A presente pesquisa deve ser levada em conta à luz de seus pontos fortes e limitações. Dentre os pontos positivos, a expressividade da amostra permite entrever alguns aspectos referentes ao todo do público-alvo; o uso do SRQ-20, instrumento validado há mais de 20 anos no Brasil, possibilitou uma triagem veloz dos quadros de TMC em um curto período de tempo.

Quanto às limitações, cabe salientar que o SRQ-20 é uma ferramenta de triagem autoaplicável e não fornece um diagnóstico preciso de TMC, conseqüentemente, pode superestimar a prevalência de risco de estresse, depressão e ansiedade entre adolescentes. A última limitação foi o desenho do estudo transversal, não permitindo assim conclusões de causa e efeito.

Como sublinhado anteriormente, há uma lacuna bibliográfica em relação a pesquisas que estudam a prevalência de transtornos mentais comuns dentro de comunidades quilombolas. Isso pode ser claramente compreendido pelo repertório histórico de negligências e postergações quanto a essa população por inúmeras entidades que têm o dever de atuar por todo e qualquer cidadão brasileiro. Portanto, o presente artigo releva-se uma contribuição fecunda a trabalhos ulteriores que visem investigar esse público por vezes desamparado pelo Estado, pelas entidades governamentais e pela ciência.

Os impactos dos resultados desta pesquisa explicitaram a imprescindibilidade da adoção protocolos de investigação do processo de adoecimento psíquico de remanescentes quilombolas no maranhão como forma de sistematização da assistência, assim como contribuem para o enriquecimento de produções na área de Saúde, com vistas à instrumentalização a prática profissional direcionada pela literatura científica, e dessa forma vislumbrou o desenvolvimento de novas pesquisas epidemiológicas focadas nesse grupo populacional.

6. REFERÊNCIAS:

ALVES, A. A. M.; RODRIGUES, N. F. R. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 127-31, 2010.

BATISTA, Eraldo Carlos; ROCHA, Katia Bones. Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Interações* (Campo Grande), v. 21, p. 35-50, 2020.

BELLINATI, Yasmin Cristina Gimenez; DE CAMPOS, Gustavo Antônio Lima. **AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS NOS ESTUDANTES DE MEDICINA EM UM FACULDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO.** Revista Corpus Hippocraticum, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <http://189.112.117.16/index.php/revista-medicina/article/view/235>.

BEZERRA, V. M., D. S. MEDEIROS, K. O. GOMES, R. SOUZAS, L. GIATTI, A. P. STEFFENS, C. N. KOCHERGIN, C. L. SOUZA, C. S. MOURA, D. A. SOARES, L. R. C. S. SANTOS, L. G. V. CARDOSO, M. V. OLIVEIRA, P. C. MARTINS, S. C. OLIVEIRA, O. S. C. NEVES, E M. D. C. 2014

Brasil. 2003. **Decreto nº 4887 de 20 de novembro.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

CONCEIÇÃO, Pedro Wilson Rodrigues. Condições de Trabalho e Saúde Mental: Um Estudo com Profissionais que atuam no Centro de Atenção Psicossocial (2011). [Monografia – Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí, UFPI, Parnaíba].

DE FREITAS MUSSI, Ricardo Franklin et al. Atividades físicas praticadas no tempo livre em comunidade quilombola do alto sertão baiano. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 18, n. 1, p. 157-187, 2015.

DIMENSTEIN, M., K. SIQUEIRA, J. P. MACEDO, J. F. LEITE, E C. DANTAS. Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** 69(2):72-87.2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200006&lng=pt. Acesso em: 20 out. 2021.

GAMA, C. A. P.; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-84, mar. 2014.

GOLDBERG, D., E P. HUXLEY. **Common mental disorders: a bio-social model.** New York: Tavistock/Routledge.1992.

GUIMARÃES. Inquérito de saúde em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): aspectos metodológicos e análise descritiva. **Ciência & Saúde Coletiva** 19(6):1835-1847. 2014.

GUIRADO, G., PINHO, N. M. P. Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para determinação dos sintomas físicos e psicoemocionais em funcionários de uma indústria metalúrgica do Vale do Paraíba/SP. **Cadernos Saúde Coletiva [online]**. 2016, v. 24, n. 1, pp. 92-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201600010103>>. ISSN 2358-291X. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201600010103>

JANSEN, Karen et al. Transtornos mentais comuns e qualidade de vida em jovens: uma amostra populacional de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 27, p. 440-448, 2011.

LAWRENCE, Ryan E.; OQUENDO, Maria A.; STANLEY, Barbara. Religion and suicide risk: a systematic review. **Archives of suicide research**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2016.

LIMA, Maria Cristina Pereira et al. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas. Revista de Saúde Pública, v. 42, p. 717-723, 2008.

MOREIRA, Juliana Kelly Pinto et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em uma população assistida por equipes do Programa Saúde da Família. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 60, p. 221-226, 2011.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; QUEIROZ, Bruno Morbeck de; PETRÓSKI, Edio Luiz. Excesso de peso e fatores associados em quilombos do médio São Francisco baiano, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1193-1200, 2018.

OLIVEIRA, A. S. B.; CHAVES, F. S.; COSTA, L. V.; PLACIDO, M. R. V. ; SILVA, V. S. ; SANTOS, V. E. C. ; FERREIRA, W. C. ; CONCEICAO, P. W. R. . Avaliação dos impactos da pandemia da COVID-19 na vida acadêmica: isolamento social e os Transtornos Mentais Comuns em acadêmicos de Psicologia. In: Lucas Dannilo Aragão Guimarães. (Org.). Avaliação dos impactos da pandemia da COVID-19 na vida acadêmica: isolamento social e os Transtornos Mentais Comuns em acadêmicos de Psicologia. 1ed.Curitiba-PR: EDITORA CRV, 2021, v. 1, p. 69-80.

Organização Mundial da Saúde. **Um guia do usuário para o questionário de autorrelato**. Genebra: OMS; 1993.

PORTO, L. K., C. KAISS, E I. COFRÉ. Sobre o solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva, PR). **Religião & Sociedade** 32(1):39-70. 2012.

Ribeiro IBS, Correa MM, Oliveira G, Cade NV. Transtorno mental comum e condição socioeconômica em adolescentes do Erica. *Rev Saude Publica*. 2020; 54:4 DOI: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2020054001197>

SANTANA, Leni de Lima et al. Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.53485>

SANTOS, A. N.; NEVES, D. M. ; LIMA, Y. de J. F. ; AGATHÃO, B. T. . Common mental disorders in college students of a Military Education Center. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e40110716642, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.16642. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16642>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, M.S.A. MENTAL DISORDERS COMMON AMONG TEENAGERS. 2016.75f. **Health Sciences Center-Federal University of Recôncavo of Bahia**. Santo Antônio de Jesus-BAHIA, 2016. Disponível em: http://200.128.85.17/bitstream/123456789/1287/1/TCCMarilia_P%C3%B3sbanca%20novo.pdf.

SILVA, J. A. N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do estado da Paraíba. **Saúde e Sociedade** 16(2):111-124. 2007.

TREICHEL, C. A. D. S., JARDIM, V. M. D. R., KANTORSKI, L. P., NEUTZLING, A. D. S., OLIVEIRA, M. M., & COIMBRA, V. C. C. Minor psychiatric disorders and their associations in family caregivers of people with mental disorders. **Ciência e Saúde Coletiva**, 22(11), 3567-3578. 2017.

XIONG, Jiaqi et al. Impact of COVID-19 pandemic on mental health in the general population: A systematic review. *Journal of affective disorders*, 2020.

PSICOLOGIA E ADICÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: desafios e possibilidades

Ana Cristina Neves Viana¹

Francisca Vitória da Silva Cavalcante¹

Matheus Marques Melo da Silva¹

Maria da Graça Pereira Santos²

RESUMO

A saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) possui demandas complexas que exigem capacitação humanizada para lidar com as problemáticas que surgem. Esse artigo busca explorar a atuação da Psicologia no auxílio a indivíduos em estado de dependência química, destacando desafios e possibilidades da práxis psi. Utilizando revisão integrativa de literatura, o trabalho evidencia a necessidade de capacitação e práticas humanizadas para reduzir estigmas e tratar de forma eficiente o adicto. Em suma, a APS é essencial na prevenção e reinserção social do indivíduo adicto, porém possui algumas limitações quanto aos recursos e formação de profissionais, evidenciando a necessidade de uma abordagem biopsicossocial que não exclua o adicto de sua comunidade e núcleo familiar durante o tratamento.

Palavras-chave: Adicção. Atenção Primária à Saúde. Psicologia

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS), conhecida como Atenção Básica no Brasil, possui como principal estratégia de ação no apoio à saúde coletiva expandir, qualificar e consolidar a Estratégia Saúde da Família (ESF). A Estratégia Saúde da Família se organiza a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de tecnologias de escuta, constituição de vínculos, vivências comunitárias, considerando o sujeito em sua singularidade e pertencimento sociocultural.

Nesse sentido, a operacionalização desse serviço ocorre através das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que passaram a contar, desde 2008, com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), conforme a Portaria nº 154 de 2008, sofrendo alteração para Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária (Portaria nº 37, de 18 de janeiro de 2021), e que atualmente, com a Portaria nº 472 de maio de 2023, está organizado em Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti), responsáveis por prestar apoio matricial à Estratégia Saúde da Família (BRASIL, 2023).

A partir da Reforma Psiquiátrica, da Política Nacional de Humanização (2013) e da criação e operacionalização do NASF, tornou-se possível a inserção da (o) psicóloga (o) neste campo. Diante disso, a atuação da Psicologia que se via restrita a consultórios, pautada em uma clínica tradicional, percebeu-se inserida em um contexto que necessitava de uma outra postura e novas formas de pensar o fazer profissional, baseados em uma clínica ampliada, experiências no território e comunidade, articulando o sofrimento psíquico com a realidade existencial do sujeito (ANGERAMI-CAMON, 2014). Ou seja, o psicólogo oferta os serviços de Psicologia nesse nível de assistência a partir da equipe multidisciplinar (e-Multi).

Nesse sentido, as intervenções desse profissional devem considerar de forma crítica os determinantes da saúde, a singularidade do sujeito, fortalecendo uma prática mais humanizada e menos tecnicista, com base comunitária. Com base nisso, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: quais os

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

desafios e possibilidades de atuação do psicólogo no contexto da APS com pessoas adictas?

Este estudo é relevante cientificamente, haja vista a necessidade de sistematização das experiências profissionais e colaboração com problematizações a respeito das vivências do psicólogo nesse contexto de atuação, especificamente tratando-se das práticas em saúde mental para a população em situação de adicção. Além disso, a pesquisa, face à possibilidade de contribuir com a análise crítico-reflexiva da práxis do psicólogo na saúde pública, discute as representações sociais implicadas nos processos de cuidado em saúde mental e dos desafios do profissional nessa realidade.

Para tanto, traçou-se como caminho metodológico a revisão de literatura, do tipo integrativa, com vistas a identificar e evidenciar o estado atual de pesquisas sobre a temática proposta. Foram selecionados quinze artigos, os quais discutem sobre a relação entre psicologia e adicção na atenção primária à saúde, considerando como critério de inclusão as produções científicas dos últimos sete anos.

2 A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

A política de regionalização da saúde no Brasil teve seu início em 2000, mas somente foi operacionalizada em 2011. Esta ação busca a descentralização dos serviços de saúde, considerando as características da população e suas necessidades, na tentativa de universalizar o acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), haja vista a institucionalização da saúde como um direito de todos a partir da Carta Magna de 1988 (DIMENSTEIN et al., 2021).

Este processo teve seu início em 1978 com a Conferência Internacional de Alma Ata, que trouxe uma nova concepção de saúde, visualizando-a como um fator humano de múltiplas determinações e de maneira ampliada, o que promoveu uma modificação na oferta dos serviços de saúde de modo que correspondesse a esta nova perspectiva: cuidado integral e práticas intersetoriais (MENDONÇA; LANZA, 2021). De modo semelhante, caminhando à luz da mesma perspectiva para a

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

construção desse cenário, ocorreu a Reforma Psiquiátrica, definida como uma superação do modelo hospitalocêntrico, dos maus-tratos, no que se refere ao atendimento da pessoa com transtorno mental, produzindo questionamentos sobre as práticas manicomiais e reestruturando o modelo de assistência (TEIXEIRA, 2023; SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021).

Esse movimento contribuiu para a formulação de políticas públicas na área da saúde mental, promovendo a consolidação dos dispositivos de cuidado que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) inseridos no Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, difundiu-se a concepção de promoção da assistência em liberdade, com respeito às singularidades, laços do território e a sociabilidade dos indivíduos em sofrimento subjetivo. Além da ideia estar fundamentada na clínica ampliada, também é institucionalizada a clínica da atenção psicossocial, conforme discute Teixeira (2023).

Enquanto política pública, a RAPS organiza-se de forma a estar acessível para todos em todos os níveis de assistência em saúde. Nessa perspectiva, têm-se uma diversidade de dispositivos de saúde que integram práticas de cuidado em saúde mental, como unidades de atenção básica, Centros de Atenção Psicossocial, Núcleos de Saúde da Família, hospitais-dia, ambulatórios, consultórios de rua, internação hospitalar, enquanto estratégia de desinstitucionalizar e superar o modelo tradicional asilar, com fundamento em práticas intersetoriais (TEIXEIRA, 2023).

Com a lei 10.216 de 2001, que trata sobre os direitos da pessoa com transtorno mental, houve a consagração desse modelo de assistência, configurando-se como a política oficial do Estado brasileiro para a garantia dos direitos da pessoa com transtorno mental, portanto, a política nacional de saúde mental viabilizada pelo Sistema Único de Saúde. Esta política fundamenta-se no princípio da autonomia, exercício da cidadania, da equidade e do reconhecimento dos determinantes sociais da saúde-doença-sofrimento-cuidado e dos direitos humanos (MACEDO et al., 2017).

Os princípios que regem a RAPS também são compartilhados pela atenção primária à saúde, que busca desenvolver suas ações com o mais alto nível de

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.

email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

capilaridade, apoiando-se na Estratégia Saúde da Família para a sua expansão e consolidação. Nesse sentido, a atenção básica configura-se como um dos principais dispositivos para a efetivação qualitativa do cuidado em saúde mental, de maneira que a população tenha acesso a essas ações, de acordo com Fagundes, Campos e Fortes (2021), ao tratar das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

As equipes da atenção básica são fundamentais no enfrentamento de agravos à saúde e, nesse sentido, não há como discutir sobre saúde integral sem incluir a saúde mental. Nessa conjuntura, é preconizado que a pessoa com necessidade de atendimento em saúde mental seja acolhida em seu território, sendo a atenção básica um importante articulador desses serviços. Almeja-se que as demandas de saúde mental da população sejam resolvidas pelos profissionais da saúde da APS, ou seja, pela equipe Estratégia Saúde da Família do território (STERLING; GONÇALVES; HAAS, 2021).

Com a finalidade de ampliar o escopo das ações, trabalha-se na APS com a perspectiva de cuidado colaborativo, que emerge na intenção de proporcionar relações mais estreitas entre profissionais da APS e especializados, para integrar os cuidados em saúde mental nesse contexto. Diante disso, o modelo de intervenção para isso é o Apoio Matricial (AM), com o objetivo de criar uma corresponsabilização no cuidado, incluindo diferentes especialidades e níveis (TREICHEL et al., 2023; FAGUNDES; CAMPOS; FORTES, 2021)

O AM viabiliza o suporte técnico, facilita o fluxo da rede e promove articulações entre os dispositivos de saúde. Trata-se, portanto, de uma prática interdisciplinar, baseada na clínica ampliada e em práticas pedagógicas que buscam modificar a perspectiva de cuidado dos profissionais para com os usuários. Isso ocorre através de discussão conjunta dos casos, intervenções individuais e coletivas, familiares e comunitárias, supervisões e capacitações em saúde mental, construção de projetos terapêuticos, dentre outras ações (FAGUNDES; CAMPOS; FORTES, 2021).

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

No entanto, a efetivação do matriciamento em saúde mental enfrenta desafios relevantes desde a sua concepção até os dias atuais. Dentre elas, pode-se citar a fragmentação do cuidado, relações de trabalho hierarquizadas, seguindo uma lógica de encaminhamentos dos casos, formação e prática centralizadas em um caráter biomédico, exigindo um esforço conjunto das equipes e de todos os setores envolvidos, pois o acesso da população a estes serviços depende dessa articulação (IGLESIAS; AVELLAR, 2019). Além disso, cita-se também o contínuo desmonte da saúde mental no país, na tentativa de ruir os pilares da reforma (DIMENSTEIN; MACEDO; FONTENELE, 2022).

Nesse sentido, os profissionais da Psicologia inseridos nesse contexto, evidenciam, de forma geral, uma atuação limitada no que tange à saúde coletiva haja vista a necessidade da transposição do modelo clínico tradicional e a necessária contextualização que esse cenário exige.

3 ATENÇÃO PRIMÁRIA E OS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

No Brasil, ocorreram mudanças significativas na forma de abordar a saúde mental e o tratamento de adictos através da Reforma Psiquiátrica (entrada em vigor na década de 1980) e da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

A Lei 10.216/2001 estabelece diretrizes para a assistência em saúde mental, incluindo a priorização da APS e a descentralização dos serviços. Ela também destaca a importância da participação da comunidade e da família no processo de tratamento, ressaltando assim a importância do conjunto de ações junto à atenção primária relacionadas à prevenção e intervenção. (AGUIAR et al., 2020).

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental no cuidado aos indivíduos adictos, oferecendo uma abordagem com o objetivo de promover, prevenir, tratar e reabilitar os usuários de substâncias psicoativas. (CARDOSO et al., 2015)

Ademais, segundo a Organização Mundial de Saúde, a APS oferece possibilidades de acolhimento, avaliação integral e tratamento ambulatorial,

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

permitindo que os usuários recebam cuidado contínuo e personalizado, capazes de reduzir o consumo de substâncias psicoativas, melhorar a saúde mental e diminuir a violência, o que pode ser eficaz em relação aos preocupantes dados apresentados pelo Relatório Mundial sobre Drogas de 2022 que relatam o aumento de dependentes químicos no mundo, passando de cerca de 27 milhões em 2010 para aproximadamente 38,6 milhões em 2020. (UNODC, 2022)

Todavia, a APS combate desafios significativos, como o estigma e o preconceito contra os usuários de substâncias psicoativas, conforme destacam Cardoso et.al (2015), a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a limitação de recursos financeiros e infraestrutura (LAPORT et al., 2016).

Desse modo, a importância da APS na intervenção aos adictos mostra-se evidente, pois para um procedimento eficaz torna-se necessário considerar a realidade do indivíduo dentro do seu contexto familiar, além de sua relação com a comunidade. Isso reforça a relevância da APS na mediação do tratamento aos adictos, promovendo a diminuição dos estigmas relacionados aos usuários de substâncias químicas e reforçando as equipes e comunidades (AGUIAR et al., 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir das bases de dados: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e PubMed. Utilizou-se como descritores “atenção primária”, “dependente químico” e “Psicologia”. Como critérios de inclusão, optou-se por artigos publicados em português e inglês inseridos no período de 2017 a 2023. Foram excluídos da pesquisa artigos duplicados e que não estivessem alinhados com o tema e objetivo do trabalho. Na base de dados da BVS, foram encontrados 390 estudos iniciais. Com os critérios de inclusão, obteve-se um total de 116 artigos. Na Scielo e PubMed, foram obtidos 15 trabalhos iniciais. Desse total, apenas 7 foram incluídos nesta pesquisa. Realizou-se a leitura dos resumos e

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

posteriormente o fichamento dos trabalhos incluídos, com o objetivo de extrair os principais dados.

Segundo a OMS um dos requisitos de Saúde Mental é a capacidade de contribuir com a comunidade. Dessa forma, torna-se contraditório o ímpeto hospitalocêntrico de isolar o adicto de sua comunidade na tentativa de tratá-lo. A comunidade e família são fatores cruciais no tratamento e reinserção do indivíduo adicto.

Sob essa perspectiva, e considerando que a APS é o primeiro contato de uma comunidade com os serviços de saúde, é papel do profissional da APS buscar um tratamento para o dependente químico sem retirá-lo de seu núcleo familiar e de sua comunidade. No entanto, é comum que os familiares, fundamentados na experiência do modelo tradicional de cuidados clínicos, pensem que a melhor opção de tratamento consiste no isolamento e internação do indivíduo em casas de reabilitação, que tem como consequência o afastamento do núcleo familiar. Isto se configura como um desafio na atuação diante desses casos (MORAIS et al., 2021).

Desde a ocorrência da Reforma Psiquiátrica e da criação do SUS, que possui como princípios norteadores a universalidade, equidade e a integralidade, e da criação de legislação direcionada aos cuidados para pessoas consideradas portadoras de transtornos mentais, como a Lei 10.216 de 2001, a sociedade que estava condicionada a desprezar e marginalizar o diferente, a tentar esconder e demonizar o “louco” se vê agora diante da obrigatoriedade de não somente desvendar, mas de tratar humanamente a quem consideravam loucos.

Entretanto, os estigmas relacionados às pessoas portadoras de transtornos psicossociais permaneceram, como apontam Moraes et.al (2021). Assim, em uma sociedade que a normalidade impera e o diferente é marginalizado é possível observar o contraste entre a teoria e sua aplicação, evidenciando a presença de falhas e negligências quanto aos cuidados desses indivíduos. Torna-se necessário, segundo Bobbili et.al (2022), para um país que possui um modelo complexo de saúde de base comunitária desenvolver estratégias anti-estigmas que sejam abrangentes o suficiente para lidar com essa lacuna.

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

De acordo com Bobbili et.al (2022) e Gama et.al (2021), a carência de capacitação dos profissionais da Atenção Primária, e a deficiência de instrumentos e estratégias de organização e tratamento, além de profissionais sobrecarregados comprometem a qualidade do cuidado, criando uma barreira no atendimento aos usuários de substâncias psicoativas. Isso dificulta a criação de vínculos de confiança e a promoção de um acolhimento adequado. Segundo Moraes et.al (2021), a formação de profissionais baseada no modelo hospitalocêntrico estabelece nos estudantes a noção de que a demanda referente à saúde mental é de responsabilidade exclusiva da atenção secundária ou do psiquiatra, tornando comum a “empurroterapia”, termo que define a ação de realizar a renovação de receitas de psicofármacos e realizar o redirecionamento do paciente, sem tentar lidar e tratar questões de saúde mental, gerando a ideia de desresponsabilização da APS por esses indivíduos.

Diante disso, surge uma espécie tratamento indiferente para com o indivíduo em estado de adicção, com a ausência de abordagens que sejam ajustadas às necessidades desses pacientes, restringindo-se apenas à escuta de problemas, aconselhamentos e informações sobre tratamento. Assim, contribuindo para a cronificação do estado e fortalecendo a estigmatização do dependente químico (MORAIS et al., 2021; GAMA et al., 2021).

O papel da APS para com os indivíduos em estado de adicção reside em suas potencialidades. Sendo o primeiro contato de uma comunidade com os serviços de saúde, a APS constitui-se recurso essencial no tratamento do dependente químico. Assim, torna-se possível garantir melhores cenários de tratamento, desde que a APS preze por ter proximidade com o paciente realizando abordagens comunitárias, bem como individuais, trabalhos de prevenção, identificação precoce, além de trabalhar na redução da estigmatização do adicto (BEZERRA et al., 2023; METZ et al., 2021).

Em conjunto, mostra-se uma possibilidade investir nas potencialidades do psicólogo que atua na Atenção Básica de forma que esses profissionais trabalhem promovendo práticas de prevenção, que tenham como objetivo, durante as

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

intervenções, o desenvolvimento de habilidades sociais e não somente objetivar a abstinência, uma vez que o alvo é a reinserção do indivíduo como parte funcional de sua comunidade. Além disso, realizar trabalhos que promovam a troca de experiências entre indivíduos é fundamental para motivar o processo de tratamento. Essa interação e diálogo em grupo fortalecem a motivação dos participantes, criando um senso de comunidade que pode ser crucial para a recuperação (KASWA et al., 2021; SANTOS; FERLA, 2017).

5 CONCLUSÃO

A APS mostra-se fundamental no tratamento do indivíduo em estado de dependência química, destacando seu poder de identificação precoce, de realizar trabalho de prevenção e de atuar nas comunidades, tratando o adicto dentro de seu núcleo familiar e restabelecendo-o funcionalmente em seu meio.

Infelizmente, a capacitação dos profissionais que atendem às demandas de saúde mental na APS apresenta algumas falhas como restringir os atendimentos a apenas escuta de problemas, aconselhamento e encaminhamento, gerando a ilusão de não-responsabilidade. Além disso, apresenta falta de abordagens específicas para tratar o adicto e a presença de estigmas que distanciam o profissional e o paciente da possibilidade de recuperação.

Portanto, faz-se necessário a capacitação dos profissionais que lidam com questões psicossociais, de modo que seja estabelecido a plena responsabilidade da APS para com o tratamento dos adictos. Assim, se o papel da APS é ser próxima da comunidade, é papel do profissional ser próximo de seu paciente, buscando entender suas demandas e tratando-o dentro de sua comunidade e de seu núcleo familiar para que o indivíduo adicto possa no futuro reintegrar devidamente a sociedade.

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Karoline Giele Martins de et al. Psicologia comunitária: relato de experiência de intervenção com usuários de álcool na atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 55, p. e3735-e3735, 2020.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica / Valdemar Augusto Angerami-Camon, organizador - 2 ed. rev. - São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Portaria nº 472, de 31 de maio de 2023**. Altera a Portaria SAES/MS nº 37, de 18 de janeiro de 2021, visando a identificação das equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília: Ministério da Saúde, 2 jun. 2023.

BEZERRA, Mariana Vieira et al. O papel da atenção básica no atendimento de dependentes químicos. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 15, n. 3, 2023.

BOBBILI, S. J., CARRARA, B. S., FERNANDES, R. H. H., VENTURA, C. A. A. (2022). A situational analysis of primary health care centers in Brazil: challenges and opportunities for addressing mental illness and substance use-related stigma. **Primary health care research & development**, 23, e37. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1463423622000251>. Acesso em: 16 de out. 2024

CARDOSO, Maristela Person; AGNOL, Rafaela Dall; TACCOLINI, Carina; TANSINI, Karen; VIEIRA, André; HIRDES, Alice. A percepção dos usuários sobre a abordagem de álcool e outras drogas na atenção primária à saúde. **Aletheia** 45, [s. l.], p.72-86, 2014.

DIMENSTEIN, Magda et al. Saúde mental em municípios de baixo desenvolvimento: Estudo avaliativo da RAPS no Nordeste. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 13, n. 37, p. 113-137, 2021.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo; FONTENELE, Mayara Gomes. Atenção psicossocial nos serviços de atenção primária à saúde: desafios à integração no Brasil. **Mental**, v. 14, n. 25, p. 1-13, 2022.

FAGUNDES, Giselle Soares; CAMPOS, Monica Rodrigues; FORTES, Sandra Lúcia Correia Lima. Matriciamento em Saúde Mental: análise do cuidado às pessoas em sofrimento psíquico na Atenção Básica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2311-2322, 2021.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200438, 2021.

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

IGLESIAS, Alexandra; AVELLAR, Luziane Zacché. Matriciamento em Saúde Mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(4):1247-1254, 2019.

KASWA R. (2021). Primary healthcare approach to substance abuse management. **South African family practice : official journal of the South African Academy of Family Practice/Primary Care**, 63(1), e1–e4. Disponível em: <https://doi.org/10.4102/safp.v63i1.5307>. Acesso em: 16 de out. 2024

LAPORT, Tamires Jordão; COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; RONZANI, Telmo Mota. **Percepções e Práticas dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde na Abordagem sobre Drogas**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012055143150>. Acesso em: 16 out. 2024.

MACEDO, João Paulo et.al. A regionalização da saúde mental e os novos desafios da reforma psiquiátrica brasileira. **Saúde Soc.** São Paulo, v.26, n.1, p.155-170, 2017.

MENDONÇA, Edna Mara; LANZA, Fernanda Moura. Conceito de saúde e intersectorialidade: implicações no cotidiano da atenção primária à saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 155-164, 2021.

METZ, V. E., PALZES, V. A., Kline-Simon, A. H., Chi, F. W., Campbell, C. I., Weisner, C. M., & Sterling, S. A. (2022). Substance use disorders among primary care patients screening positive for unhealthy alcohol use. **Family practice**, 39(2), 226–233. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/fampra/cmab171>. Acesso em: 17 de out. 2024

MORAIS, Luysa Gabrielly de Araújo et al. Saúde mental: o papel da atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 3, p. 10475-10489, 2021.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. e00042620, 2021.

SANTOS, Francéli Francki dos; FERLA, Alcindo Antônio. Saúde mental e atenção básica no cuidado aos usuários de álcool e outras drogas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 63, p. 833-844, 2017.

STERLING, Rita Adriana Melo; GONÇALVES, Laura Faustino; HAAS, Patrícia. Atenção à saúde mental na atenção primária de saúde: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e43210313394-e43210313394, 2021.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Entre o cérebro e a clínica ampliada: psiquiatria biológica e reforma psiquiátrica no Brasil. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 21, n. 1, p. 145-158, 2023.

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

TREICHEL, Carlos Alberto dos Santos et al. Teoria da mudança para implementação de apoio matricial em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, 2023.

UNODC. World Drug Report 2022 (publicação das Nações Unidas, 2022). Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/WDR22_Booklet_2.pdf. Acesso em: 21 de nov. 2024

¹Discentes do curso de Psicologia da FCMA/Unicentroma;

²Docente do curso de Psicologia da Unicentroma, Especialista em Docência do Ensino Superior.
email: coordenação.psicologia@unicentroma.edu.br

TCC PARA MINORIAS: o Instagram como ferramenta para formação de profissionais na abordagem cognitivo-comportamental¹

¹ Laryssa Nogueira dos Anjos Araújo. Psicóloga (CEULP, 2019) / CRP 22/03473; Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (IPOG, 2022); Especialista em Sexualidade Humana (UCL, 2024); psi.araujolaryssa@gmail.com .

RESUMO

O trabalho objetivou analisar o Instagram como facilitador da formação em TCC para atuação com minorias. Por meio de análise de conteúdo do perfil @tccparaminorias, concluiu-se que a rede em questão pode ser facilitadora da formação para o contexto.

Palavras-chave: Instagram. TCC. Minorias-sociais.

1. INTRODUÇÃO

A pós-modernidade trouxe consigo um novo olhar para o contexto social, que não se restringe aos padrões e normatividade rígida, mas dá lugar para as minorias sociais. Além disso, ao longo desse período, novas formas de universalização do conhecimento e comunicação foram construídas através das Tecnologias da Informação (TI). Dentre estas, temos as redes sociais que para além de seu objetivo de conectar pessoas também se tornaram um meio de democratizar a informação.

Como método de análise a presente pesquisa utilizou-se da rede social Instagram, no perfil @tccparaminorias, como fonte de verificação se “é possível usar o Instagram como ferramenta para facilitar a formação de profissionais na abordagem cognitivo-comportamental na atuação com minorias?”, durante o ano de 2021 e no contexto brasileiro.

A partir deste problema de pesquisa, justifica-se a realização deste estudo em razão da importância do trabalho com as minorias sociais, com o peculiar envolvimento da atuação profissional na abordagem cognitivo-comportamental e da oportunidade desse enlace de temas estarem numa plataforma popularizada, que até o dado momento não objetiva produzir construção científica.

Nisso, foram formuladas as hipóteses de que se o Instagram é uma rede social, e as redes sociais permitem a popularização do conhecimento, logo seria uma estratégia para facilitar a formação de profissionais na abordagem cognitivo-comportamental para atuar com minorias. E de que se a terapia cognitivo-comportamental compreende o indivíduo em suas dimensões, ela tem respaldo científico para ser trabalhada com pessoas que fazem parte das minorias sociais.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral averiguar os conteúdos produzidos no perfil de Instagram “TCC para minorias” (@tccparaminorias) e descobrir se os seus conteúdos contribuem para formação de profissionais na terapia cognitivo-comportamental (TCC) na atuação com minorias sociais. Como objetivos específicos pretendeu-se: (1) delimitar quais são as minorias abordadas pelo perfil; (2) identificar as informações sobre a aplicação da TCC com os grupos das minorias sociais citadas; (3) e especificar quais são as estratégias para contribuir na formação sobre a TCC aplicada às minorias sociais.

De acordo com publicações da rede, as psicólogas clínicas e pesquisadoras Fernanda Paveltchuk, Diana Soledade, Carolyne Juvenil, Karla Glória e Tânia

Macedo, compõem o grupo que constitui o perfil do Instagram “TCC para Minorias”. O perfil corresponde a um grupo de trabalho criado em 2018, com objetivo no estudo e divulgação científica sobre o estresse de minorias nas Terapias Cognitivo-Comportamentais.

Conforme Judith Beck (2022) a TCC tem como premissa que não são os fatos em si que influenciam a forma das pessoas de pensar e se comportar de um determinado modo, mas a interpretações que estas fazem sobre os fatos. Ademais, trabalha com a psicoeducação do paciente sobre a abordagem e sobre seu funcionamento cognitivo. Através de questionamentos e experimentos comportamentais sobre os padrões de pensamentos que estão relacionados aos problemas do paciente, de modo a ensiná-lo e encorajá-lo a ter uma visão mais realista em relação aos seus pensamentos (Leahy, 2018).

Para entender o que é minoria social, Stuber, Meyer e Link (2008) indicam que trata-se de um grupo associado a estigmas que lhe causam prejuízos específicos, e que se diferem do grupo normativo, este por sua vez é privilegiado. Consoante a isso, entende-se que estes grupos minoritários são vítimas das tentativas de padronização e controle do grupo privilegiado, por meio da violência e marginalização social, e têm o risco de perderem a sua própria identidade, em algumas situações (Séguin, 2002). Portanto, podem ter sua saúde mental afetada (Meyer et al., 2008).

Desse modo, os tipos de minorias sociais são diversos, como: minorias sexuais (Meyer, 2003), minorias de gênero (Chinazzo et al., 2021), minorias raciais (Tavares, Kuratani, 2019), mulheres em situação de violência (Oliveira; Silva, 2015) e pessoas com deficiência (Severo et al., 2021). Ainda é possível que um só indivíduo faça parte de mais de uma minoria, o que se chama de interseccionalidade (Paveltchuk, Borsa, 2020, p.49), por isso a importância do estudo desses aspectos de forma multidimensional.

Skinta e Curtis (2016) classificam as pessoas constituintes da sigla LGB - Lésbicas, Gays e Bissexuais como minorias sexuais, pois se diferem da heteronormatividade. Enquanto que a letra T da sigla significa Transgêneros, que pode-se compreender como um termo guarda-chuva para designar os diversos tipos de identidade de gênero, são minorias de gênero por não se enquadrarem na cisnormatividade (Craig et al., 2012).

A minoria racial é composta por pessoas não brancas que sofrem opressão da normatividade branca, e essa violência (racismo) pode acarretar no desenvolvimento de crenças disfuncionais contra si mesmo, crise identitária e étnica e baixa autoestima (Kelly, 2006). As autoras Tavares e Kuratani (2019) enfatizam a escassez de produções científicas no Brasil que pesquisa sobre a saúde mental da população negra e suas especificidades relacionadas ao racismo.

Se compreende ser mulher como uma minoria (Séguin, 2002) mediante o cenário no qual a norma de que o grupo majoritário é formado por homem cisgênero. Silva e Oliveira (2015) explicam que a violência contra a mulher se refere a qualquer ato violento baseado na desigualdade de gênero, que pode resultar em dano físico, psicológico, sexual ou patrimonial para a mulher.

Em relação às pessoas com deficiência, Severo et al. (2021) evidenciam que pessoas com um dos seguintes tipos de deficiência: visual, auditiva, intelectual, física ou autismo estão mais presentes nos estudos científicos, além de que essas pessoas podem necessitar de acompanhamento psicoterápico para lidar com as adversidades da vida que podem ser multifacetadas e não se restringirem apenas à sua deficiência.

2. METODOLOGIA

No que se tange ao delineamento da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de finalidade aplicada (Andrade, 2006, p.122), natureza qualitativa (Silva; Menezes, 2005), objetivo descritivo (Andrade, 2006, p.124) e procedimento metodológico de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

De acordo com o proposto por Bardin (2011), a análise de conteúdo da pesquisa foi realizada através de três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados - inferência e interpretação.

Na pré-análise, primeira fase, foi realizada uma leitura flutuante do perfil de Instagram “TCC para minorias” (@tccparaminorias) de uma forma mais ampla. Em seguida foram escolhidos os documentos, a priori, que se restringiram em 53 publicações de posts do perfil, postadas entre os dias 16/10/2019 à 17/10/2021. Estas publicações selecionadas compuseram o *corpus* da análise (Bardin, 2011, p.126).

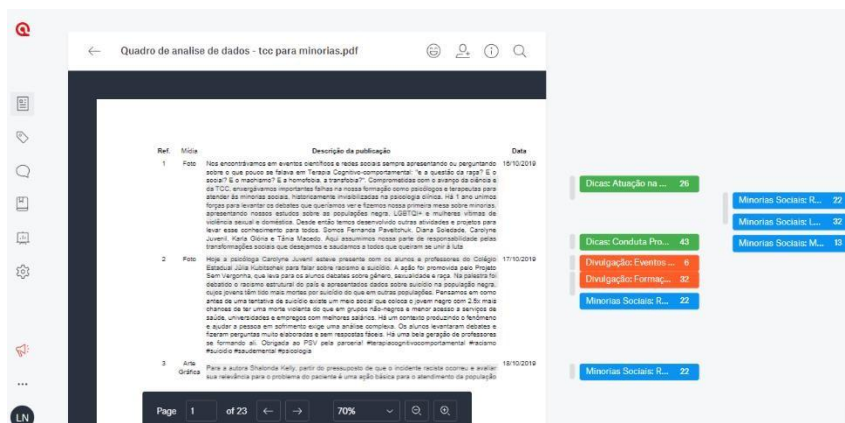
Em seguida, foram levantados indicadores a partir das regras de exaustividade (de todas as publicações do perfil, apenas três não correspondiam ao critério de tempo e tema, por isso foram excluídas); representatividade (a amostra representa o

universo), homogeneidade (os dados são específicos ao mesmo tema, foram colhidos através técnicas semelhantes e no mesmo local, no perfil @tccparaminorias) e pertinência (os conteúdos condiziam com o objetivo da pesquisa) (Bardin, 2011, p.126-128).

No que se refere à preparação do material, os dados coletados foram organizados num quadro (anexo 1) formada por quatro colunas, que contém que cada uma delas respectivamente: o número representando a ordem da publicação, tipo de mídia, a descrição e a data da mesma.

Na segunda fase, a exploração do material, foram realizadas as etapas de codificação e categorização dos dados. Para isso, depois de pronta, a tabela citada anteriormente foi anexada como arquivo PDF no programa de software *Atlas.ti 9.0 (versão web)*, onde realizou-se o processo de codificação e categorização dos dados. Como pode se observar na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Apresentação da interface do software Atlas.ti 9,0 (versão web)



Fonte: Autora (2021)

No que se tange à codificação, o recorte foi realizado tendo “temas” como unidades de registro e “frases” como unidades de contexto, e através da enumeração por frequência. Visualiza-se essa codificação na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Codificação e Recorte

Unidades de contexto	Unidades de registro (TEMAS)
FRASES	Conduta profissional
	Leituras e Referências
FRASES	Atuação na TCC
	Eventos presenciais
	Eventos Online
	Formação
	Supervisão

LGBT
Raça
Mulheres em situação de violência
Deficiência
Interseccionalidade

Fonte: Autora (2021)

No que se refere à categorização, a partir do critério de organização semântico, onde os temas foram organizados em grupos a partir de sua semelhança de assunto; do processo estruturalista de duas etapas (inventário e classificação) e nas características de qualidade de boas categorias (exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade). Os três grandes grupos obtidos foram: 1. Dicas, 2. Divulgação e 3. Minorias Sociais, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Categorias

Categorias	Unidades de registro
Dicas	Conduta Profissional
	Leituras e Referências
	Atuação na TCC
Divulgação	Eventos Presenciais
	Eventos Online
	Formação
	Supervisão
Minorias Sociais	LGBT
	Raça
	Mulheres em situação de violência
	Deficiência
	Interseccionalidade

Fonte: Autora (2021)

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na terceira fase, foi realizado o tratamento dos resultados obtidos - inferência e interpretação. Através do uso da ferramenta *Atlas T.I. 9.0 (versão web)*, foi possível demarcar as unidades de análise (temas), categorizá-las por cor verde (Dicas), laranja (Divulgação) e azul (Minorias Sociais), e classificá-la de acordo com a quantificação da frequência de cada tema no documento, como segue na imagem abaixo:

Figura 2 - Temas classificados pela frequência



Fonte: Autora (2021)

Observa-se que o tema que teve a maior frequência se refere à Conduta Profissional (43), em seguida os temas Formação (32) e LGBT (32) mantêm a mesma frequência de aparições as publicações. Em terceiro lugar, obteve-se o tema Atuação na TCC (26). Os temas Eventos Online (24), Raça (22), Mulheres em situação de violência (13), Leituras e Referências (11), encontram-se nas quarta, quinta, sexta e sétima posições respectivamente. Enquanto que os temas de menor frequência, em posição decrescente, são: Interseccionalidade (7), Eventos Presenciais (6), Deficiência (3) e Supervisão (1).

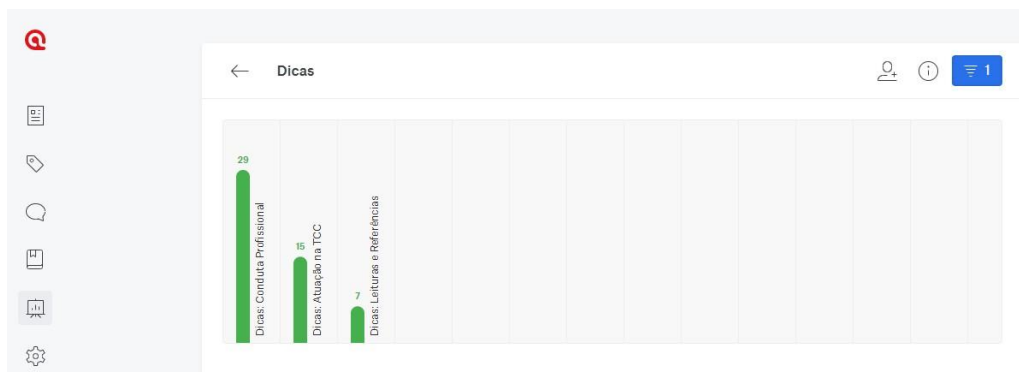
Neste momento, os resultados serão melhor explicitados a partir da interpretação dos mesmos em cada categoria, como segue nas Figuras 3 e 4 abaixo, a categoria “Dicas”, onde foram quantificadas a frequência dos temas incluindo com e sem a coocorrência com outras unidades de análise, outros temas:

Figura 3 - Categoria - Dicas: frequência com coocorrência com outras categorias

Añadir fila:	Código	Grupo de códigos	Añadir columna:	Documento	Grupo de documentos
Quadro de análise de dados - tcc para minorias.pdf					
Dicas: Atuação na TCC				26	
Dicas: Conduta Profissional				43	
Dicas: Leituras e Referências				11	

Fonte: Autora (2021)

Figura 4 - Categoria - Dicas: sem coocorrência com outras categorias.



Fonte: Autora (2021)

Na categoria “Dicas”, foram agrupados os temas “Atuação na TCC, Conduta Profissional e Leituras e Referência”. Observou-se que o tema “Conduta Profissional” foi o mais frequente dentro da categoria e também em relação aos outros temas listados, com ou sem concorrência com os demais temas. Sobre a “Conduta Profissional”, o tema abarcou dicas sobre conduta profissional frente ao trabalho clínico, responsabilidade nas transformações sociais e posturas éticas e inclusivas.

Judith Beck (2022) indica estratégias para melhorar as reações dos terapeutas quando estes identificam problemas na sua relação com o paciente, como: melhorar sua competência, responder às suas próprias crenças, desenvolver expectativas realistas para si mesmo e para os pacientes, regular seu nível e expressão de empatia, estabelecer limites, dar feedback aos pacientes, aperfeiçoar o autocuidado e encaminhar o paciente para outro terapeuta.

No tema “Atuação na TCC” foi identificado o trabalho sobre crenças (pensamentos, crenças, esquemas e regras), emoções e padrões comportamentais; construção de identidade positiva; e sobre a investigação e segurança de intervenções transdiagnósticas e atuação na prática baseada em evidências (PBE). Isso significa que a atuação nessa abordagem tem como alicerce o conhecimento científico.

Na publicação nº 38 uma das integrantes do grupo apresentou o trabalho “Prejuízos decorrentes de terapias de reorientação sexual: uma revisão sistemática” (Paveltchuk, Carvalho, 2020, p.68), no qual obteve dados de que os terapeutas cognitivos e comportamentais são os que mais têm atitudes corretivas a pedido ou não do cliente. Posto isso, a pesquisa citada corrobora com a necessidade de uma atuação que não se restrinja à aplicação de técnicas, mas que acolha e valide os clientes de acordo com sua identidade e subjetividade, que é a base da psicologia.

Ademais, é importante ressaltar que foram identificados apontamentos de profissionais que não conseguiam enxergar a TCC na prática com minorias e de profissionais que eram minorias, mas não se sentiam representados nessa abordagem. Destarte, é válido lembrar que há instrumentos que auxiliam na avaliação do terapeuta cognitivo-comportamental, o principal é a “Escala de Avaliação da Terapia Cognitiva”. Esta mede as competências deste e ainda permite que sejam realizados comentários e sugestões para a melhora da sua atuação (Beck, 2022).

No tema “Leituras e Referências”, foram apontadas indicações de: capítulo de livro elaborado por uma das integrantes do grupo, Fernanda Paveltchuk; obras: Avaliação Psicológica Aplicada ao Contextos de Vulnerabilidade Psicossocial (livros), “Your Life” (poema); filme: “The Half of It”; e autores: Andrea Gibson, Mario Benedetti, Alexandre Saadeh, Roberto Pires e Bell Hooks.

De acordo com a quantidade de publicações avaliadas (55) percebe-se que as dicas acima e frequência do tema foram um número inferior ao esperado. Judith Beck (2022) aponta que a leitura é uma das formas de melhorar a competência do terapeuta na TCC, pode-se incluir também vídeos, treinamentos extras, consultoria ou supervisão.

Na segunda categoria “Divulgação” foram agrupados os temas “Eventos Presenciais, Eventos Online, Formação e Supervisão”. Observou-se que o tema “Formação” como o mais frequente e “Supervisão” o menos frequente dentro da categoria, como pode-se observar nas Figuras 5 e 6 a seguir:

Figura 5 - Categoria - Divulgação: frequência com coocorrência com outras categorias

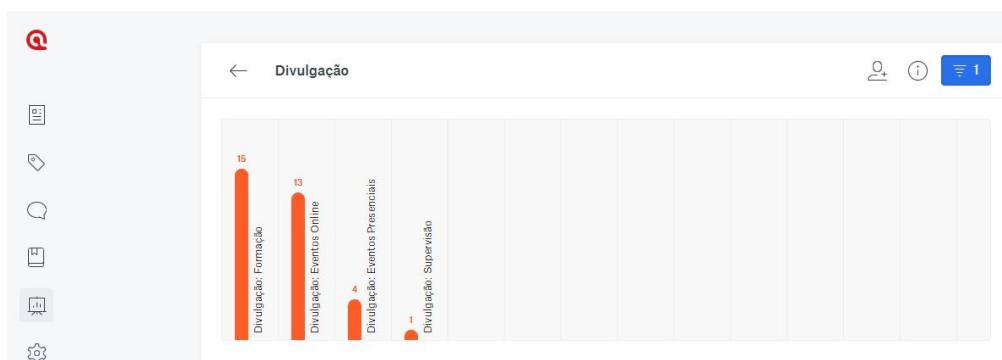


The screenshot shows a web application interface for data analysis. At the top, there's a header with a back arrow, the title 'Frequência - Divulgação', and user icons. Below the header, there are filters for 'Añadir fila:' (Código 4) and 'Añadir columna:' (Documento 1). The main content is a table titled 'Quadro de análise de dados - tcc para minorias.pdf'. The table has two columns: the first lists categories of dissemination, and the second shows their frequency.

Divulgação: Eventos Online	24
Divulgação: Eventos Presenciais	6
Divulgação: Formação	32
Divulgação: Supervisão	1

Fonte: Autora (2021)

Figura 6 - Categoria - Divulgação: sem coocorrência com outras categorias



Fonte: Autora (2021)

O tema “Eventos Presenciais” teve uma frequência significativamente menor quando comparado com o tema “Eventos Online”. Pode-se inferir que devido ao contexto de pandemia (COVID-19), foi priorizado e realizado mais eventos de forma virtual para maior segurança das colaboradoras do grupo e dos participantes.

Como eventos presenciais foram identificadas ações como: rodas de conversa, palestras, aula e debates. Já os eventos online em sua maioria consistiram em *lives*, seguidos por debates, aula, apresentação de trabalho científico, encontros e reunião.

Acerca do tema “Formação”, cujo teve maior frequência na categoria, observouse conteúdos referentes à divulgação de formações realizadas pela equipe do perfil ou por convidados. Aqui, inclui-se palestras, rodas de conversas e cursos de formação que continham como seu conteúdo foco em alguma das minorias sociais sob a abordagem cognitiva-comportamental.

E o tema “Supervisão” foi citado apenas uma vez nas publicações analisadas, o que corresponde a uma parcela extremamente baixa considerando a importância desse procedimento na TCC. A autora Judith Beck (2022) afirma que em determinadas circunstâncias a leitura é suficiente, mas a prática e supervisão podem beneficiar os terapeutas e seus pacientes, e indica duas grandes organizações internacionais: o Instituto Beck de Terapia e Pesquisa Cognitiva e a Academia de Terapia Cognitiva.

Por fim, a terceira categoria “Minorias Sociais”, foram agrupados os temas “LGBT, Raça, Mulheres em situação de violência, deficiência e interseccionalidade”. Observou-se que o tema “LGBT” foi o mais frequente dentro da categoria, o que coincidiu com a quantidade de literatura encontrada em relação aos outros temas, como pode-se observar nas Figuras 7 e 8ª seguir:

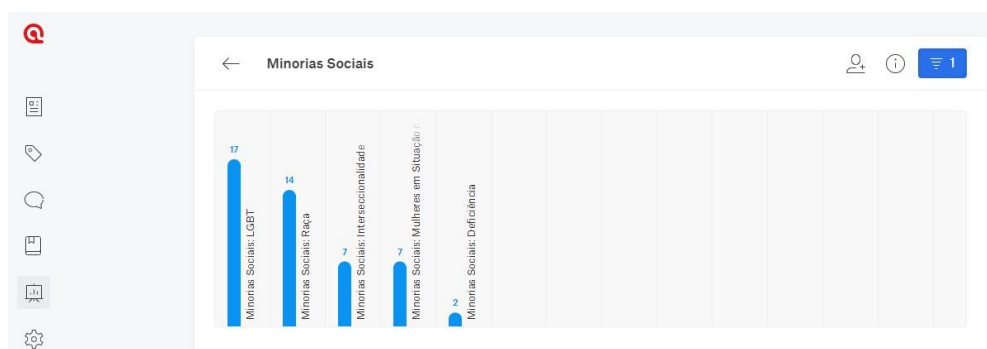
Figura 7 - Categoria - Minorias Sociais: frequência com coocorrência com outras categorias



Minorias Sociais	Frequência
Minorias Sociais: Deficiência	3
Minorias Sociais: Interseccionalidade	7
Minorias Sociais: LGBT	32
Minorias Sociais: Mulheres em Situação de Violência	13
Minorias Sociais: Raça	22

Fonte: Autora (2021)

Figura 8 - Categoria - Minorias Sociais: sem coocorrência com outras categorias



Fonte: Autora (2021)

Judith Beck (2022, p. 4) afirma que “A TCC tem sido adaptada a clientes com diferentes níveis de educação e renda, bem como a uma variedade de culturas e idades, desde crianças pequenas até adultos com idade mais avançada”. Portanto, infere-se que o uso da TCC com minorias sociais é uma atuação possível.

Sobre o tema “LGBT”, Paveltchuk e Borsa (2020), a partir dos seus estudos sobre estresse de minorias sexuais, sustentam que o grupo LGB é mais exposto à condição de vulnerabilidade social devido aos estigmas sociais que são associados às suas identidades, dentro do contexto heteronormativo, e não pela sua orientação sexual em si. Nisso, o uso da TCC adaptada para essas pessoas se faz necessária e pode ser realizada através da integração de práticas afirmativas, como foi apresentado por Craig et al. (2012), estes conseguiram desenvolver e divulgar as recomendações específicas para colocar em prática este ajustamento.

Chinazzo et al. (2021) na sua pesquisa sobre o impacto do estresse de minoria e sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans, identificaram em seus resultados que 67,20% dos participantes apresentaram sintomas depressivos, 67,72% ideação suicida e 43,12% tentativa de suicídio.

Pachankis e Safren (2019) referem que minorias de gênero e pessoas de gênero não definido também são grupos que sofrem estigmatização e que podem se sentir mais confortáveis na presença de outro semelhante. Por isso, os autores indicam que a atuação clínica e de pesquisa sejam adaptadas à prática baseada em evidências.

O estudo de Paveltchuk et al. (2020) sobre estresse de minorias e saúde mental de mulheres bissexuais e lésbicas teve como resultado quanto: maiores as experiências de vitimização, menores são os níveis de bem-estar subjetivo e maiores são os níveis de psicopatologias das participantes.

A respeito do tema “Raça”, o segundo maior frequente na categoria, seus resultados tiveram maior incidência sobre etnia negra do que das demais etnias. A autora Shalonda Kelly (2019), em seu estudo na aplicação da TCC com pacientes afro-americanos, ressalta que esta abordagem permite a adaptação da terapia de acordo com as peculiaridades do indivíduo e por isso tem o potencial de atender as necessidades do tratamento dessa população.

Quando se fala do reconhecimento da identidade negra, é necessário que os terapeutas se atentem na observação o histórico de insucesso na vida do paciente decorrente de diversos tipos de racismo, mas que o mesmo distorce cognitivamente como se fosse responsável por esses fatos e que tem como consequência a manutenção de crenças de incapacidade e inadequação, e posteriormente, pode predispor o desenvolvimento de transtornos de ansiedade (Tavares, Kuratani, 2019). Portanto, se faz imprescindível que o terapeuta desenvolva habilidades e competências específicas que ajudem na preservação da saúde mental e física do paciente da minoria racial, e que de forma colaborativa, o auxilie no processo de reestruturação cognitiva e identitária (*idem*).

O tema “Mulheres em situação de violência” abarcou conteúdos sobre violência doméstica e sexual contra a mulher e a vulnerabilidade que este grupo está submetido. Petersen et al. (2019) na sua revisão sistemática sobre a aplicação da TCC com mulheres em situação de violência, concluíram que as técnicas desta abordagem foram eficazes na diminuição de sintomas como estresse, ansiedade e depressão, e

sugeriram que seja incluído a flexibilização de estereótipos de gêneros nos protocolos de atendimentos elaborados.

No que concerne o tema “Deficiência”, este teve uma frequência extremamente baixa, nos seus conteúdos houve apenas uma especificação (deficiência visual), foise comentado sobre deficiência de forma generalista, isto é, que existem vários tipos e sobre a luta anticapacitista. Através de uma revisão de literatura, Severo et al. (2021) verificaram que a TCC foi a abordagem mais utilizada no processo psicoterapêutico com pessoas com deficiência, integrando técnicas com o foco na percepção corporal como instrumento viável para o trabalho com emoções e sensações, e posteriormente o processo reflexivo sobre as mesmas.

E, por fim, no tema “Interseccionalidade” identificou-se conteúdos que incorporam mais de um tipo de minoria social na mesma unidade de análise. Retomando o conceito de interseccionalidade, onde há mais de uma identidade social na mesma pessoa, é importante frisar que quanto mais classificações como minorias se somam ao sujeito, maiores serão os prejuízos na saúde mental desta pessoa (Pachankis et al., 2019). Diante disso, verifica-se produções científicas e intervenções que focam no manejo de estresse de minoria interseccional, como Flentje (2020), Pachankis et. al (2019) e Paveltchuk et al. (2020, p. 410).

4. CONCLUSÃO

Destarte, a partir da análise de conteúdos foram alcançados os objetivos específicos da pesquisa. No primeiro foram delimitadas as Minorias Sociais abordadas pelo perfil, são elas: LGBT, população negra e orientais, mulheres em situações de violência e pessoas com deficiência. No segundo foram identificados os tipos de informações sobre a aplicação da TCC com os grupos supracitados, que foram: as crenças, esquemas e conceitualização cognitiva. No último foram especificadas as estratégias para contribuir na formação sobre a TCC aplicada às minorias sociais, as quais consistiram em: divulgação de dicas, cursos, palestras, *lives*, eventos, publicações de capítulo de livro e indicações de leituras de livros, artigos e autores.

Nisso, pode-se esclarecer que o problema de pesquisa foi elucidado, pois foi confirmado que o Instagram pode ser usado como ferramenta para facilitar a formação de profissionais na abordagem cognitivo-comportamental. E ainda, foram confirmadas as duas hipóteses formuladas no início da pesquisa: a) o Instagram pode ser uma

estratégia para facilitar a formação de profissionais na abordagem cognitivocomportamental para atuar com minorias e b) a abordagem cognitivo-comportamental tem respaldo científico para ser trabalhada com pessoas que fazem parte das minorias sociais, como pessoas negras, LGBTQs, com deficiência e mulheres em situação de violência.

Mediante a caracterização de cada grupo minoritário encontrado na pesquisa, é pertinente salientar que o trabalho do terapeuta na TCC pode ser individualizado, num contexto clínico, mas também pode ser disseminado de forma mais abrangente no trabalho com grupos e até mesmo na formação de outros profissionais.

No que se tange às limitações, o Instagram é um aplicativo de rede social que sofre constante mudanças, de acordo com as necessidades dos usuários, e também é flexível quanto à exclusão, arquivamento e até mesmo desativação de perfil. Nesse ínterim, sobre a coleta de dados é uma limitação na pesquisa a constância desses dados a longo prazo no aplicativo, depois da realização destas coletas, tornando-se instável para replicações da pesquisa futuramente por outros autores.

No entanto, isto torna-se um aspecto válido para o grupo de profissionais que gerenciam a página se aterem, deixando-a mais estável e possibilitar que os mesmos repliquem a pesquisa para obterem dados substancialmente significativos que ajudarão no desenvolvimento de estratégias mais eficazes nessa rede social.

Em suma, sugere-se que o grupo responsável pela criação de conteúdo do perfil @tccparaminorias priorize a produção de publicações que indiquem mais dicas de referencial teórico dos temas e da abordagem, e que mencionem pessoas com deficiência e pessoas indígenas, além investirem na divulgação de atividades de supervisão.

Por último, é válido ressaltar a importância das orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação profissional por meio do Código de Ética Profissional dos Psicólogos (2015), e no que se refere à publicidade nas redes sociais, através da Nota Técnica CPF 1/2022, que instrui sobre produção de conteúdos e formas de divulgação que estejam pautados na ética e no conhecimento técnico e científico da profissão.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 7. Ed, 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental:** teoria e prática [recurso eletrônico] / Judith S. Beck; tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Paulo Knapp. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2022. E-pub.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. **Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 26, suppl 3, pp. 5045-5056, 2021. ISSN 1678-4561. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>.

CRAIG, Shelley L.; AUSTIN, Ashley; ALESSI, Edward. J.. **Gay Affirmative Cognitive Behavioral Therapy for Sexual Minority Youth: A Clinical Adaptation.** Clinical Social Work Journal, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10615-012-0427-9>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional dos Psicólogos,** Nota Técnica Nº 1/2022/Soe/Plenária.

KELLY, S. **Cognitive behavior therapy with African Americans.** In G. Y. Iwamasa & P. A. Hays (Eds.), **Culturally responsive cognitive behavior therapy: Practice and supervision.** American Psychological Association, pp. 105–128, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1037/0000119-005>.

LEAHY, Robert L. **Técnicas de terapia cognitiva:** manual do terapeuta [recurso eletrônico]. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2018.

MEYER, I. H. **Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence.**

Psychological bulletin, vol. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: 10.1037/00332909.129.5.674.

PACHANKIS, J. E., & SAFREN, S. A.. **Handbook of evidence-based mental health practice with sexual and gender minorities**. Oxford University Press, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/med-psych/9780190669300.001.0001>

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. **A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 41-54, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16772970202000020004&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 14 nov. 2021.

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; CARVALHO, Marcele Regine de. **Prejuízos decorrentes de terapias de reorientação sexual: uma revisão sistemática**. In: **Programa e Resumos do Congresso Online e VI Jornada Internacional de Terapias Cognitivas e Comportamentais do LaPICC-USP** / Comissão Organizadora Carmem Beatriz Neufeld ...[et al.]. Riberão Preto: LaPICC-USP, pp. 216, 2020,

PETERSEN, Mariana Gomes Ferreira et al. **Psicoterapia cognitivocomportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática**. Psicol. clín. [online], vol.31, n.1, pp. 145-165, ISSN 0103-5665, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A07>.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual, pp.138. Florianópolis: UFSC, 2005. SILVA, L. E.; OLIVEIRA, M. L. **Violência contra a mulher: Revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013**. Ciência & Saúde Coletiva, 20(11), 3523-3532, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413812320152011.11302014>.

SKINTA, M. & CURTIS, A. (2016). **Mindfulness and acceptance for gender and sexual minorities: A clinician's guide to fostering compassion, connection, and equality using contextual strategies.** Oakland, Califórnia: New Harbinger Publications.

STUBER, J., MEYER, I.; LINK, B. **Stigma, prejudice, discrimination and health.** Social Science & Medicine (1982), vol. 67, n. 3, p. 351-357, 2008. DOI: 10.1016/j.socscimed.2008.03.023

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”.** Psicologia: Ciência e Profissão [online], v. 39, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PSICOLOGIA: a

experiência do Instituto Pangeia como instituição formadora no Maranhão.

Lívia Maria Guedes de Lima Andrade¹

Thaís Pinto Fontinele²

1 Psicóloga (CRP 22/02357). Diretora Acadêmica do Instituto Pangeia. Especialista em Gestalt-Terapia. liviaguedesandrade@gmail.com

2 Psicóloga (CRP 22/02495). Mestra em Psicologia. Especialista em Gestalt-Terapia. Docente do DEPSI – UFMA. thaisfontinele@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento ético e técnico dos profissionais da Psicologia, uma ciência que está diretamente envolvida com a complexidade das relações humanas. No que diz respeito ao viés ético acerca da pós-formação desse profissional, o Código de Ética do Psicólogo dispõe como um dos princípios fundamentais da atuação da profissão o seguinte: “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (CFP, 2005, p.7). Ainda nesse sentido, Franco e Dantas (2019) indicam que “a atualização profissional é um requisito ético, permitindo que psicólogos acompanhem as mudanças e exigências da sociedade em que atuam” (p. 220).

Os cursos de Psicologia passaram a ser regulamentados com a promulgação da Lei 4.119, em 1962, que dispôs sobre os critérios para a oferta dessa formação no Brasil, permitindo, dessa forma, que a profissão de psicólogo(a) passasse a ser regulamentada no país. Ao longo desses anos, muitas características acerca das diretrizes curriculares dos cursos de Psicologia se transformaram. No entanto, o caráter generalista e a pluralidade de áreas abarcadas no ensino da profissão têm se mantido enquanto uma realidade. Nesse sentido, em parecer técnico emitido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2018, com orientações específicas sobre os processos de autorização e reconhecimento dos cursos de Psicologia, reconheceu-se o caráter híbrido e plural da profissão, orientando, assim, uma proposta de formação generalista, crítica, reflexiva, ética e transformadora a fim de se contemplar o caráter multifacetado da ciência psicológica (Resolução CNS, N. 597, 2018).

Portanto, ao consideramos que a formação em Psicologia é generalista e, por isso, não dá conta de abarcar toda a complexidade que envolve o fenômeno psicológico, apresentamos como objetivo principal destacar a importância do fomento de oportunidades para a formação continuada dos profissionais da área no Maranhão. De acordo com dados extraoficiais, o referido estado conta com mais de 6 mil psicólogos ativos, devidamente inscritos no Conselho Regional de Psicologia - 22ª

região, devido à crescente oferta de cursos, que se dá tanto em no âmbito público como privado.

Assim, passamos a apresentar o Instituto Pangeia, que vem se destacando como uma instituição formadora comprometida com a qualificação contínua e integrada dos profissionais da Psicologia do Maranhão, ofertando uma gama variada de cursos e pós-graduações nas diferentes áreas de atuação que são possíveis aos psicólogos. Além de capacitar tecnicamente os alunos, o Instituto Pangeia visa fortalecer o compromisso social da profissão, entregando à sociedade profissionais capacitados para enfrentar os desafios éticos e sociais relativos às demandas locais. Corroborando, assim, o objetivo do Sistema Conselhos de Psicologia, que tem como função social garantir que o serviço psicológico que é entregue à sociedade seja desempenhado nos mais altos padrões de qualidades atendendo às práticas referendadas pelas normas e resoluções pertinentes.

Nesse sentido, propomo-nos a discutir a importância da formação continuada em Psicologia a partir da apresentação da experiência do Instituto Pangeia enquanto um modelo de instituição formadora no estado do Maranhão. Para tanto, adotamos uma perspectiva teórico-metodológica de cunho qualitativo, visando a uma reflexão crítica acerca da realidade local no âmbito da pós-formação em Psicologia. A perspectiva qualitativa tem por objetivo promover uma leitura da realidade, de modo a suscitar reflexões capazes de historicizar o fenômeno analisado, não em termos quantitativos, mas buscando a apreensão de sentidos.

Desse modo, empreendemos uma revisão crítica da literatura, com base no método histórico que “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (Lakatos; Marconi, 2003, p.107), e do método fenomenológico, que propõe que, “a realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado”.

2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PSICOLOGIA

A prática psicológica requer uma formação que ultrapasse os limites da graduação, formação inicial do profissional, visto que a sociedade e as necessidades

psicossociais estão em constante transformação. O fenômeno psicológico deve ser concebido a partir de sua natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada (Resolução CFP nº 6, 2019) e, nesse sentido, consideramos que seus conhecimentos possuem um caráter histórico-social, o que exige um constante aperfeiçoamento teórico.

Estudos como os de Moreira (2018) e Oliveira & Ramos (2020) demonstram que a formação continuada impacta diretamente na qualidade do atendimento, aprimorando as habilidades dos profissionais e promovendo uma prática ética e fundamentada. Além disso, como enfatizado pela Associação Americana de Psicologia (APA, 2017), “a educação continuada permite que psicólogos adaptem suas práticas a novas demandas, promovendo o desenvolvimento de habilidades que vão ao encontro das necessidades contemporâneas” (p. 15). Essa constante atualização permite que os profissionais da psicologia estejam capacitados tecnicamente para responder aos desafios apresentados pela sociedade, fortalecendo a confiança da comunidade na categoria e fortalecendo a identidade profissional.

Além disso, a formação continuada expressa um dos critérios do compromisso ético dos psicólogos. Como ressaltam Schmidt e Barreto (2021), “o desenvolvimento contínuo reforça o alinhamento dos psicólogos com o Código de Ética, assegurando um exercício profissional responsável e pautado no respeito aos direitos humanos” (p. 80). Dessa forma, a formação continuada fortalece a prática psicológica e eleva os padrões de qualidade da prestação de serviços psicológicos.

3. O INSTITUTO PANGEIA COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA NO ESTADO DO MARANHÃO

Com o propósito de capacitar psicólogos teórica e tecnicamente, visando promover a psicologia de maneira ética e integrada no estado do Maranhão, o Instituto Pangeia vem se destacando como uma instituição formadora de referência para os profissionais da área e sociedade em geral. Desde a sua fundação, em 2019, já formou mais de 20 turmas em nível de pós-graduação, resultando em mais de 100 psicólogos especialistas inseridos efetivamente no mercado de trabalho maranhense e âmbito nacional. Tais números demonstram o impacto do trabalho em pós-formação

realizado pelo Instituto Pangeia, um importante pilar de desenvolvimento profissional na região maranhense.

Uma notável característica da metodologia adotada pelo Instituto Pangeia trata-se da escolha estratégica de professores locais para compor o quadro de profissionais. Essa opção reafirma o compromisso com a valorização dos profissionais maranhenses, possibilitando, assim, que a formação oferecida se mantenha enraizada no respeito às especificidades e desafios locais. Ao optar por profissionais especialistas do próprio estado, o Instituto assegura que o conhecimento transmitido aos alunos seja relevante e ajustado à realidade do Maranhão, contribuindo para que os psicólogos em formação se capacitem de modo a serem atuantes em suas comunidades, consolidando, assim, o compromisso do profissional da Psicologia em atuar com responsabilidade social, ao analisar criticamente a realidade política, econômica, social e cultural do contexto em que se insere (CFP, 2005).

O Instituto Pangeia não investe apenas em uma formação técnica e ética de qualidade, mas se compromete também a entregar à comunidade um serviço psicológico que fortaleça o bem-estar social. Esse compromisso se evidencia na oferta de estágios sociais e nas articulações com ONGs locais, onde os alunos têm a oportunidade de se envolver em trabalhos que impactam diretamente populações em situação de vulnerabilidade social. Esse aspecto demonstra a importância do que nos ensina Amendola (2014), ao tratar sobre a importância de o estudante ir além do mero treino de habilidades, quando este passa a ser partícipe do processo de construção do saber, o que serve como uma potência para a própria formação profissional.

Essas práticas ampliam o contato dos estudantes com questões sociais relevantes, envolvendo-os em problemáticas ligadas aos direitos humanos, à saúde mental e à inclusão social. Essa experiência é fundamental para a formação de psicólogos sensíveis às realidades sociais e comprometidos com a transformação social, além de fortalecer o vínculo entre o Instituto e a comunidade maranhense.

Ao proporcionar estágios em parcerias com ONG's e projetos sociais, o Instituto compromete o aluno a se engajar com questões essenciais para a Psicologia e para a sociedade. Como parte do aprendizado, os estudantes são incentivados a atuar diretamente em projetos que promovam inclusão e cidadania, adquirindo uma

formação prática que não só valoriza as competências técnicas, mas também amplia a consciência social. Esse comprometimento reforça o papel do Instituto Pangeia como um espaço que integra a formação acadêmica com o dever ético e social, fortalecendo a Psicologia como uma ciência voltada para o bem comum.

Essa soberania na escolha do corpo docente e a incorporação de atividades práticas que beneficiam a comunidade não só valorizam os profissionais locais, como também fortalecem o vínculo dos estudantes com a realidade maranhense. Como ressaltava Albuquerque (2019), o papel das instituições formadoras é essencial para o “fortalecimento das práticas psicológicas regionais, capacitando profissionais a atenderem às necessidades específicas de suas comunidades” (p. 157). O Instituto Pangeia, portanto, cumpre esse papel ao valorizar o talento e a experiência dos professores locais e ao comprometer os alunos em sua missão social, consolidando uma formação ética, humanizada e profundamente conectada com a realidade da Psicologia no Maranhão.

4. EXPANSÃO DAS ÁREAS DE FORMAÇÃO NO INSTITUTO PANGEIA

Para atender às demandas tanto do mercado quanto das questões sociais, o Instituto Pangeia organiza suas áreas de formação de maneira que cada uma delas contribua para o desenvolvimento de habilidades técnicas, éticas e sociais. Entre as diversas áreas de formação oferecidas, o Instituto Pangeia se destaca em áreas-chave da Psicologia, como a avaliação psicológica, a neuropsicologia, a psicoterapia infantil e a psicoterapia de casal.

Cada área é estruturada para fornecer uma formação abrangente e prática, qualificando os alunos para a atuação em contextos variados e socialmente relevantes. Dessa forma, passamos a apresentar as diretrizes das seguintes áreas de formação:

I. Avaliação Psicológica:

Os cursos de pós-graduação em Avaliação Psicológica são projetados para capacitar profissionais a realizarem diagnósticos e avaliações com rigor técnico e ético, imprescindíveis para diferentes contextos, como o escolar, hospitalar e jurídico. As disciplinas e as oficinas práticas permitem que os alunos desenvolvam um olhar analítico, ético e crítico, essencial para a realização de avaliações psicológicas de qualidade, promovendo

intervenções mais assertivas e eficazes em diversas populações e faixas etárias.

II. Neuropsicologia:

Na área da Neuropsicologia, o Instituto Pangeia forma especialistas capacitados para atuar com transtornos neurológicos e psicopatológicos, habilitando-os a realizar intervenções baseadas em evidências e orientadas para a reabilitação cognitiva. Com um currículo que combina conhecimentos sobre neurociência, práticas de intervenção e simulação de casos clínicos, o curso de Neuropsicologia possibilita que os alunos compreendam as bases neurobiológicas e psicossociais dos transtornos e se especializem no atendimento a diversas populações, de crianças a idosos. Isso promove uma intervenção qualificada, essencial em contextos clínicos e hospitalares, onde a neuropsicologia tem se mostrado uma área crescente e de alta demanda.

III. Análise do Comportamento Aplicada (ABA):

Com o objetivo de formar especialistas qualificados para atuar com indivíduos neurodivergentes, especialmente aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a pós-graduação em ABA do Instituto Pangeia oferece uma formação robusta e direcionada para intervenções personalizadas. Os alunos aprendem a aplicar técnicas baseadas na análise científica do comportamento, que são fundamentais para promover o desenvolvimento de habilidades e a inclusão social de pessoas com transtornos do desenvolvimento. O curso inclui componentes teóricos e práticos, abordando desde os fundamentos éticos até a aplicação de intervenções específicas, sempre com o compromisso de respeitar e valorizar a individualidade e os direitos humanos dos pacientes. A formação em ABA do Instituto Pangeia contribui significativamente para suprir uma demanda social urgente, oferecendo ao mercado de trabalho psicólogos capacitados a prestar um atendimento ético e eficaz.

IV. Psicoterapia Infantil:

O Instituto também se destaca na formação em Psicoterapia Infantil, uma área complexa e que exige uma abordagem específica e sensível às dinâmicas familiares e de desenvolvimento da criança. Através de disciplinas que abordam desde o desenvolvimento infantil até técnicas terapêuticas específicas, o curso prepara os psicólogos para atuarem com crianças em diversos contextos, como escolas, clínicas e instituições de saúde mental. As técnicas ensinadas no curso são complementadas com a realização de oficinas e simulações de casos, que aproximam os estudantes das realidades que encontrarão no mercado de trabalho e permitem que estejam aptos a lidar com as especificidades do atendimento infantil de forma ética e responsável.

V. Psicoterapia de Casal:

A formação em Psicoterapia de Casal oferecida pelo Instituto Pangeia capacita psicólogos para atuar nas complexas dinâmicas relacionais e

conjugais, abordando os desafios e conflitos que surgem nos relacionamentos íntimos. Com uma abordagem integrativa, que inclui desde teorias sobre a comunicação até técnicas de mediação de conflitos e fortalecimento da intimidade, o curso prepara os profissionais para trabalharem com casais em contextos de conflito, transições de vida e busca de autoconhecimento relacional. As aulas práticas e a utilização de estudos de caso permitem que os alunos desenvolvam habilidades para identificar padrões relacionais e oferecer intervenções eficazes, promovendo a saúde e o bem-estar dos casais e suas famílias.

5. ASPECTOS FUNDAMENTAIS SOBRE ÉTICA E QUALIDADE NA PÓSFORMAÇÃO

A formação continuada em Psicologia não só promove a atualização técnica, mas também reforça o compromisso ético dos profissionais, alinhando-os com os princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pelas resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia. Esse compromisso ético é fundamental para garantir que o exercício da Psicologia respeite os direitos dos indivíduos e busque sempre a promoção da dignidade humana, como destacado no artigo 1º do Código de Ética, que afirma que "o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos" (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005, Art. 1).

Além disso, o Código de Ética determina, em seu artigo 2º, que o psicólogo deve "prestar serviços de qualidade, sendo vedada a prestação de serviços que impliquem desrespeito aos direitos dos beneficiários" (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005, Art. 2). Para atender a essa exigência, o Instituto Pangeia adota uma abordagem pedagógica que inclui oficinas práticas, simulações e estudos de caso, oferecendo aos alunos uma experiência formativa rica que vai além do conhecimento teórico. Como destaca o artigo 3º do Código de Ética, "o psicólogo contribuirá para promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural" (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005, Art. 3).

Estudos na área educacional também indicam que uma formação ética é essencial para o fortalecimento da prática psicológica no contexto social. Schmidt e Barreto (2021) afirmam que "a educação continuada pautada na ética garante que o

psicólogo não só exerça sua profissão de maneira responsável, mas que também reforce, em sua prática, os valores sociais e o compromisso com a transformação social” (p. 78).

6. CONCLUSÃO

A formação continuada é um dos pilares para o desenvolvimento ético e competente da Psicologia, oferecendo aos profissionais os recursos necessários para acompanhar e responder aos desafios contemporâneos. O Instituto Pangeia, como instituição formadora de referência no Maranhão, compromete-se em promover uma educação que vai além da qualificação técnica, enfatizando o papel social da Psicologia e o dever dos psicólogos em contribuir para o bemestar coletivo. A escolha de professores locais, que conhecem as especificidades culturais e sociais da região, reforça o compromisso do Instituto em desenvolver uma Psicologia alinhada às necessidades e valores da comunidade maranhense.

Através de uma formação que integra qualidade, ética e experiências práticas, o Instituto Pangeia capacita psicólogos a atender de forma sensível e responsável as demandas da sociedade maranhense. Ao escolher trabalhar com profissionais locais e focalizar as questões regionais, o Instituto promove uma Psicologia que compreende e valoriza a diversidade sociocultural do estado, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento regional. Esse comprometimento é uma expressão concreta do que é fomentado no artigo 3º do Código de Ética Profissional, que afirma a necessidade do psicólogo em atuar com “responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005, Art. 3).

Além disso, ao oferecer uma formação fundamentada na ética e no respeito aos direitos humanos, o Instituto Pangeia não só capacita profissionais altamente qualificados, mas também forma agentes de transformação social. Psicólogos que passam por essa formação saem preparados para enfrentar não apenas os desafios clínicos, mas também para atuar em defesa dos direitos humanos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Através de cursos nas áreas de Avaliação Psicológica, Neuropsicologia, Psicoterapia Infantil e Psicoterapia de Casal,

o Instituto amplia seu impacto na comunidade ao fornecer especialistas aptos a atender demandas específicas e a oferecer suporte fundamental em momentos de vulnerabilidade e transformação pessoal e social.

O compromisso do Instituto Pangeia em promover uma formação humanizada, contextualizada e ética o posiciona como um modelo para outras instituições formadoras, tanto no Maranhão quanto no Brasil. Com uma visão orientada para o desenvolvimento integral dos psicólogos e para o fortalecimento da Psicologia como ciência comprometida com a transformação social, o Instituto se reafirma como um agente essencial para o reconhecimento e crescimento da Psicologia na região. Espera-se que a experiência e os valores do Instituto inspirem outras iniciativas e que a Psicologia maranhense continue a se expandir e a contribuir para o bem-estar de toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. S. O papel das instituições formadoras no desenvolvimento da Psicologia. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 153-169, 2019.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for continuing education in psychology**. APA, 2017.

AMENDOLA, M. F. Formação em psicologia, demandas sociais contemporâneas e ética: uma perspectiva. Psicologia: **Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 34, n. 4, p. 971-983, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893201400040097181ng=en&nrm=iso.

BATISTA, F. P.; LIMA, C. A. Ética, qualidade e impacto da formação em Psicologia. **Revista Psicologia para a Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 98-115, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

DINIZ, L. A.; CASTRO, G. P. O uso de tecnologias e oficinas práticas no ensino da Psicologia: avanços e desafios. **Psicologia e Educação**, v. 25, n. 2, p. 210-224, 2020.

FRANCO, L. B. S.; DANTAS, C. L. O compromisso com a formação continuada na prática psicológica. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 34, n. 2, p. 215-230, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, S. L.; SANTOS, B. C. Formação e fortalecimento da Psicologia nas regiões periféricas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 117-129, 2021.

MOREIRA, T. M. Práticas de formação e atuação em Psicologia: Um estudo sobre a formação continuada. **Psicologia em Estudo**, v. 23, n. 1, p. 135-149, 2018.

OLIVEIRA, M. C.; RAMOS, A. P. Formação e prática profissional na psicologia: desafios e perspectivas. **Revista de Psicologia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 189-204, 2020.

CFP. **Resolução CFP 06/2019 comentada**: orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pelo(a) psicólogo(a) no exercício profissional.

Brasília: CFP, 2019 Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>>.

SCHMIDT, B.; BARRETO, M. Ética e desenvolvimento profissional: A formação continuada em Psicologia. **Revista Brasileira de Psicologia Aplicada**, v. 15, n. 1, p. 75-88, 2021.



ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: um relato de experiência sobre a
prática psicológica orientada pela Psicanálise em um Centro de Atenção
Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD)

Milton Felipe Silva Furtado¹

Alexandra Avelar Tavares²

¹ Universidade Federal do Maranhão; Graduando em Psicologia; miltonfelipefurtado28@gmail.com

² Professora substituta do Departamento de Psicologia - DEPSI/UFMA (2022-2024); Mestre em Psicologia; alexandra.tavares@ufma.br

RESUMO

O presente resumo tem como propósito expor as experiências, impressões e aprendizados advindos do Estágio Básico em Psicologia Clínica, ocorrido em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD).

1. INTRODUÇÃO

A educação no Ensino Superior é sustentada pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, um ciclo indissociável, que se retroalimenta na medida em que o campo de extensão fornece material para pesquisa, da qual é possível extrair dos resultados a teoria para o ensino. Vale salientar, no entanto, que o ensino não se dá apenas pela via teórica, torna-se mais enriquecedora com a prática.

O curso de graduação em Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) segue esse viés, juntando teoria e prática através dos Estágios Básicos (EB's). Tais estágios possibilitam aos discentes o contato com as diferentes áreas de atuação da Psicologia, observando a prática técnico-científica dos psicólogos e os diferentes desafios que permeiam o fazer de cada especialidade. Nesse sentido, os EB's estão distribuídos nas seguintes áreas: psicologia do desenvolvimento, social, escolar, organizacional, clínica e da saúde.

O presente resumo, por sua vez, tem como propósito expor as experiências, impressões e aprendizados advindos do Estágio Básico em Psicologia Clínica, no qual contou como supervisora docente a Ma. Alexandra Avelar Tavares, sendo o campo da prática assistida o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e ocupam um lugar estratégico, pois funcionam como principal serviço substitutivo do hospital psiquiátrico (CFP, 2022). Somado a isso, os CAPS funcionam como porta de entrada para outros serviços de saúde, encaminhando as demandas para os outros serviços da rede. A finalidade de um CAPS é acompanhada por uma lógica antimanicomial, no sentido de que o acompanhamento e tratamento do usuário do serviço tenha como objetivo final a sua reinserção social (CFP, 2022).

Para que esse panorama seja posto em prática, é necessário uma equipe multiprofissional que atue sob o paradigma da interdisciplinaridade. Em geral, as equipes são compostas por agentes sociais, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas,

médicos psiquiatras e clínico geral, profissionais da educação física, farmacêuticos e terapeutas ocupacionais. Cada um tem o papel de contribuir com o tratamento dos usuários do serviço, de acordo com a sua especialidade, mas discutindo coletivamente sobre o Projeto Terapêutico Singular (PTS).

O PTS funciona como um plano de intervenção terapêutico voltado para a condução do tratamento do usuário, sendo formulado em conjunto com o paciente (CFP, 2022). Dessa forma, o paciente tem a oportunidade de expor não só as dificuldades que porventura possam prejudicá-lo, mas também, apresentar suas potencialidades que auxiliem no tratamento. Com isso, espera-se que o sujeito alcance autonomia para viver em sociedade.

Feita essas considerações gerais, cabe, nesse momento, descrever especificamente o local em que o EB ocorreu. As observações ocorreram no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras drogas (CAPS-AD), localizado no bairro do Monte Castelo, município de São Luís - MA, na rua Conde D'eu. Vale salientar que o CAPS-AD está localizado próximo a outros dois serviços de cuidado em saúde mental, o Hospital Nina Rodrigues e o CAPS III - Dr. Bacelar Viana. Assim como essas duas unidades, o CAPS-AD é administrado pelo governo estadual.

O funcionamento do CAPS-AD ocorre na modalidade porta aberta, acolhendo as pessoas que precisam de atendimento sem a obrigatoriedade de agendamentos ou encaminhamentos. Essa abordagem ocorre durante todo o expediente, de segunda à sexta das 08h às 18h, dividido em dois turnos. Segundo o diretor do serviço, são feitas duas admissões em cada turno. Nessas admissões, a equipe averigua a complexidade do caso e, com isso, decidem se encaminham para outro serviço da rede ou admitem o paciente.

Com essas considerações iniciais, é possível observar o papel indispensável e o lugar central que o CAPS-AD ocupa na RAPS. Ademais, o trabalho desenvolvido com os dependentes químicos nesse serviço segue uma dinâmica interlocutiva, que permite não só o cuidado em saúde mental, mas também de promover o exercício da cidadania desses sujeitos. Esse é o modelo psicológico, no qual a ética da interlocução permite que o sujeito compareça de maneira ativa e pense junto com o terapeuta a resolução para o seu sofrimento.

A partir da caracterização do campo, convém expor as atividades desenvolvidas durante o estágio, destacando a sua fundamental importância na promoção de um espaço aberto para construção de recursos teórico-práticos, voltados para a formação de profissionais eticamente implicados com a sua prática profissional.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 Atividade teórica: embasamento teórico-prático

Para pensar na atuação do psicólogo clínico no âmbito dos serviços de saúde mental, a leitura e discussão de textos que versam sobre a temática foram fundamentais. Dessa forma, a primeira etapa do estágio básico esteve centrada em discussões teóricas, nas quais os textos selecionados forneceram o suporte e a construção de um arcabouço teórico indispensável tanto para estabelecer uma noção prévia do serviço visitado, bem como para suscitar questionamentos, na prática, sobre teoria estudada.

Os primeiros debates tiveram como temática os aspectos éticos e a fundamentação legal da atuação do psicólogo clínico, identificando os princípios que regem esse trabalho, e sobre a produção e o registro de documentos.

Inicialmente, a resolução nº 13, de 15 de Junho de 2022, dispõe sobre as diretrizes e os deveres para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos. Nesse sentido, o CFP expõe quais são os princípios e os deveres do profissional atuante na esfera clínica.

Diante disso, ao prestar serviços de psicoterapia, o profissional deve pautar seu trabalho apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, agindo para promover a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integridade do ser humano (CFP, 2022). Pode-se afirmar que no trabalho com adictos essa “liberdade” pode significar, para além da saída do serviço de atenção psicossocial, o abandono ou redução do uso de substâncias.

Somado a isso, a normativa aponta alguns deveres do profissional que presta o serviço clínico, sendo o primeiro deles o estabelecimento de um contrato, verbal ou escrito, com a pessoa atendida ou responsável legal que evidencie: a) direitos e deveres das partes; b) condições, objetivos, honorários, frequência e

tempo de sessão; c) impossibilidade de fazer previsões taxativas de resultados; d) modalidade de atendimento, observando a regulamentação específica; e) informação de que os serviços psicoterapêuticos prestados devem ser registrados.

Nos serviços públicos isso não é diferente, apresentar ao paciente seus direitos e deveres, as condições, os objetivos e a frequência do tratamento é uma forma de convocar o sujeito a participar ativamente do seu processo terapêutico. Responsabilizar o usuário do serviço, não significa culpá-lo ou julgá-lo moralmente pela sua condição, é, na verdade, fazer com que ele se implique no trabalho que está sendo desenvolvido.

2.1.1 Dimensão ético-política da atuação dos psicólogos no CAPS

O lançamento das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foi de suma relevância para auxiliar o trabalho dos psicólogos nos serviços de saúde mental. Nessa perspectiva, a referência técnica discorre acerca da dimensão ético-política que perpassa a prática profissional dos psicólogos que fazem parte das políticas de saúde mental.

Dessa forma, estabelece os princípios norteadores preconizados pela DUDH, a Constituição Cidadã, o Código de Ética da Psicologia e a Lei da Reforma Psiquiátrica. Dessas bases fundantes da atuação do psicólogo, originam-se os princípios de cidadania e singularidade, vida em sociedade, participação social e cuidado em rede.

O princípio da cidadania e singularidade reafirma a garantia de direitos dos usuários dos CAPS, na medida em que demarca a posição desses sujeitos perante a sociedade, enquanto pessoas dotadas de direitos e deveres civis (CFP, 2022). Tal demarcação é necessária tendo em vista o estigma que recai sobre as pessoas com transtornos mentais e dependência química, tidos como “perigosos”, “loucos”, “drogados”, “marginais”, etc. Por conta dessa visão equivocada, as pessoas com transtornos foram privadas de liberdade em manicômios, por serem consideradas um perigo à sociedade.

Por esse motivo, o segundo princípio, o direito à vida em sociedade - assegurado pela lei da reforma psiquiátrica -, enfatiza a finalidade permanente do tratamento de reinserir o usuário na sociedade. Se no passado a forma para tratar a pessoa com transtorno mental era o claustro do hospital psiquiátrico,

hodiernamente o caráter das instituições totais foi substituído pela concepção de que essas pessoas devem permanecer no seu meio social, recebendo apoio familiar e comunitário, inserindo-se em atividades laborais, de lazer e familiares (CFP, 2022).

Esses aspectos políticos incidem diretamente sobre a prática profissional do psicólogo nas políticas de saúde mental, cuja atuação estará pautada no princípio da participação social. Espera-se que nesse processo a família esteja presente, auxiliando o paciente, bem como a sociedade de maneira geral, seja fiscalizando os serviços, seja no apoio à reinserção social.

Por fim, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é um ator central para a execução do princípio do cuidado em rede. É necessário, portanto, que haja articulação em rede dos variados serviços substitutivos que forneçam serviços específicos direcionados ao cuidado em saúde mental (CFP, 2022). De acordo com a Política Nacional de Saúde Mental essa assistência deve ser também de base comunitária, por isso, outros setores da sociedade devem participar, como por exemplo: associações, cooperativas, parques, etc (CFP, 2022). Essa iniciativa é fundamental para construção de ambientes comunitários capazes de acolher a pessoa em sofrimento psíquico, possibilitando inclusão dessas pessoas, que na maioria das vezes são excluídas do convívio social.

Em suma, esses princípios têm a imprescindível função de promover o acesso às políticas públicas de saúde mental e assegurar que tais ambientes atuem para mitigar a exclusão social dos dependentes químicos e das pessoas com transtornos mentais.

2.1.2 Os fundamentos da clínica psicanalítica

A segunda etapa da fundamentação teórica foi reservada para refletir e discutir o campo teórico que norteará o trabalho clínico do psicólogo. Dentre outras perspectivas, debateu-se sobre a fundamentação teórica da Psicanálise. Para entender como ocorre o trabalho orientado pela Psicanálise nos serviços de saúde mental, foi preciso voltar às recomendações freudianas para o tratamento psicanalítico.

No texto *Sobre o Início do Tratamento* (1913/2020), Sigmund Freud inaugura a série de textos sobre a técnica psicanalítica. Nesse texto, o autor se debruça em

questões concernentes à construção de um contrato terapêutico e, por isso, apresenta algumas técnicas que os psicanalistas precisam levar em consideração ao receber um paciente e iniciar uma análise.

Logo no início, Freud adverte que essas técnicas devem ser entendidas como recomendações. Isso se dá pelo fato de que as tais técnicas não devem ser aplicadas de forma mecanizada, como se a análise pudesse ser submetida a um cálculo, sendo o seu resultado a previsão de um passo a passo a ser aplicado.

Duas questões fundamentais abordadas ao longo do texto são: tempo e dinheiro. Para Freud o tratamento analítico é sempre demorado, ou melhor, “períodos mais longos que o esperado pelo paciente” (FREUD, 1913/2020, p.119). Essa demora pode ter diferentes motivos, principalmente para estabelecimento de um laço transferencial. A partir disso, ele demarca a importância de agendar um horário específico para cada atendimento, sendo que o paciente deverá se responsabilizar por ele, mesmo que não vá para o horário marcado.

Quanto ao pagamento, demarcado por Freud como sendo algo que, para além da garantia da existência material do analista, apresenta um valor simbólico. Nesse viés, o pagamento relembra ao paciente que existe um trabalho sendo feito, já que essa percepção pode ser turvada pela transferência. Além disso, a simbologia do dinheiro se relaciona com o sintomas do paciente, “assuntos que envolvem dinheiro são tratados na cultura pelos homens de forma muito semelhante a como tratam coisas sexuais” (FREUD, 1913/2020), em outros trabalhos o autor afirma que a etiologia dos sintomas neuróticos é o sexual.

A questão do divã é apresentada por Freud, primeiramente, como um recurso indispensável para o andamento da análise, tanto por questões históricas - o divã carrega resquícios da origem da Psicanálise -, mas também por afetar o tratamento. Desse modo, quando o paciente está de frente para o analista capta as expressões faciais e tenta interpretá-las. Outro aspecto está de acordo com a regra fundamental da psicanálise, pois o uso do divã pode facilitar a associação livre.

Freud dedica um texto para discorrer sobre como a transferência ocorre no tratamento psicanalítico e o que se desencadeia disso. Essas considerações são encontradas em diferentes textos freudianos, porém o autor se debruça mais detidamente sobre elas no texto *Sobre a Dinâmica da Transferência* (1912/2020).

Nesse texto, o autor expõe que no processo da transferência o paciente insere o psicanalista em uma sequência psíquica, que tem origem no infantil. Durante essa fase, construímos uma certa idiossincrasia em relação ao amor, disso resulta a criação de clichês, repetidos e reeditados, a todo momento guiando o investimento libidinal. Dessas moções, apenas uma parte passa pelo desenvolvimento psíquico, voltado para a realidade consciente. Outra parte se mantém detida, mantida distante da consciência ou totalmente inconsistente, acessada pela fantasia. Tal necessidade de amor, não é satisfeita plenamente pela realidade e, por causa disso, o sujeito se aproxima de outras pessoas, com representações dessas expectativas libidinosas (FREUD, 1912/2020).

O autor chama atenção para o fato de que a transferência não se manifesta apenas no setting terapêutico. Nas instituições não psicanalíticas, por não ser manejada pelo viés psicanalítico ela assume um caráter indigno, coloca o sujeito em uma “servidão”. Somado a isso, a transferência também se manifesta enquanto resistência, seja pela demonstração de empenho ou seja pela vontade de saber sobre a vida do analista, pois assim não precisará falar de si.

2.1.3 A psicanálise nas políticas públicas de saúde mental

Após a leitura e discussão desses textos foi possível compreender os principais conceitos norteadores da clínica psicanalítica. No entanto, faz-se necessário problematizar tais conceitos, uma vez que a atuação da(o) psicóloga(o) nos serviços de saúde mental é atravessada por uma série de impasses, o setting psicoterapêutico precisa se adequar às novas condições do local, mas de que forma isso afeta direção do tratamento? Para pensar nisso, utilizou-se o texto da professora Ana Cristina Figueiredo *Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público* (1997).

A autora convida o leitor a pensar nos desafios em que um psicólogo orientado pela Psicanálise encontra nos serviços substitutivos. Como, por exemplo, a questão do pagamento - ponto central no processo analítico -, visto que o sujeito paga para perder (o sintoma). Sendo o pagamento um recurso tão importante para o manejo da transferência, e a transferência sendo a via de acesso ao inconsistente, como se dá o tratamento psicanalítico em um serviço público?

Freud já coloca a importância do pagamento no texto *Sobre o Início do Tratamento*, mas falar de pagamento em um serviço que deve ser gratuito aparenta, no mínimo, para os desavisados, uma falta ética. Seguindo essa visão, a autora aponta para o fato desse pagamento ser simbólico, ou seja, mesmo não pagando em dinheiro o usuário faz o pagamento da sessão de outras formas. A exemplo disso, são os pacientes que precisam perder horas do trabalho para se empenhar no tratamento, ou ainda, o dinheiro gasto para se deslocar até o serviço. A perda de algo pode acontecer de diferentes formas que não seja somente pela via do pagamento direto.

Ademais, Figueiredo (1997) discorre sobre o uso do divã. Pensar em serviços públicos é imaginar uma certa defasagem estrutural, muito em conta pela falta de recursos destinados a esses serviços. Nesse contexto, os profissionais da Psicologia, por vezes, não possuem uma sala específica para os atendimentos e precisam migrar para salas que, no momento, estejam desocupadas, dividindo o espaço com equipamentos médicos ou de outras especialidades.

Outra questão diz respeito ao tempo para o tratamento, já que nesses serviços ocorrem as mais diversas causalidades, por exemplo: pacientes que chegam para atendimento no horário que não é o seu; as faltas constantes e pacientes que somem e reaparecem.

Esses desafios estão postos a todos os profissionais da Psicologia inseridos nas políticas públicas de saúde, mas em tais adversidades a função do analista nesse lugar é a de criar condições que possibilitem o exercício da clínica psicanalítica, sem perder de vista os fundamentos que a sustentam.

2.2 Atividade prática: observação participante

2.2.1 Conhecendo o serviço: dialogando com os profissionais

Com a construção e apropriação do arcabouço teórico, nos dias 04 e 11 de junho de 2024, sucederam-se as idas ao campo. A visita foi dividida em dois momentos: no primeiro, de observação participante, foi possível coletar informações acerca do funcionamento do serviço, possíveis demandas para a Psicologia e compreender o serviço ofertado pelas outras profissionais que compõem a equipe multi.

Um segundo momento - ocorrido após as observações - foi destinado para supervisão, na qual as impressões gerais sobre o serviço eram repassadas em conjunto. Em outros termos, falava-se a respeito do que foi visto e como o isso convocava o trabalho da psicóloga clínica.

As supervisões foram indispensáveis para solidificar o conhecimento, já que escutar outras pessoas pontuando as suas considerações, permitiu a confirmação e refutação de ideias. Por outro lado, as intervenções da supervisora docente nortearam a discussão para aspectos relacionados não só à operacionalidade do serviço, como também para questões de cunho subjetivo.

Em um primeiro momento, o diretor do serviço convidou os estagiários para sua sala, onde explicou aspectos do funcionamento do serviço. Discorreu brevemente sobre o histórico da unidade, que chegou ao Monte Castelo em 2008 e sofreu uma resistência por parte dos moradores. O diretor revelou que no início houve a necessidade de fazer um trabalho para mitigar o estigma associado ao dependente químico, uma vez que o preconceito em relação a essas pessoas repercutia na instalação do serviço naquele bairro.

Nesse sentido, realizou-se uma reflexão sobre a forma como os adictos são vistos pela sociedade. Isso se dá pelo fato de que a marca social que incide sobre o dependente químico faz com que a dependência não seja vista, também, como um caso de saúde mental. Por conta disso, os moradores fizeram abaixo-assinados para retirar o CAPS-AD do bairro, sendo que, posteriormente, alguns filhos desses moradores fizeram tratamento naquela unidade.

Ainda nessa perspectiva territorial, o diretor pontuou que atualmente o serviço oferece à comunidade intervenções, nas quais os profissionais vão às ruas. Uma das principais atividades é chamada de “Ação Resgate” que tem por finalidade apresentar o que é feito no CAPS-AD, na tentativa de dirimir o preconceito, bem como informar aos dependentes químicos que é possível intervir no vício, de maneira a preservar sua saúde.

Outro aspecto importante desse encontro foi a explicação de como funciona o serviço em rede. Posto isso, o diretor apresentou os outros serviços que fazem parte da rede e servem como dispositivos para o cuidado em saúde mental. Diante disso, o CAPS-AD, por vezes, funciona como porta de entrada para esses outros

serviços, sendo um deles a Unidade de Atendimento (UA), cuja quantidade de 15 leitos e disponibilidade de acompanhamento terapêutico permite ao paciente um lugar para ficar, durante um período de 1-6 meses dando a possibilidade para que restabeleça seu eixo familiar.

Em casos de crise, o Hospital Nina Rodrigues recebe tais demandas, iniciando o processo de manejo da crise. Já as clínicas São Francisco e La Ravardiere comportam aqueles pacientes que necessitem de uma internação. Vale salientar que a internação é o último recurso, sendo mais comum em casos de crise e, mesmo nesses casos, espera-se que o paciente fique em regime de internação, o mínimo de tempo necessário para sua melhora. Nesses casos, geralmente a internação ocorre de maneira compulsória.

Por fim, a pilha de papéis em sua mesa, com o cabeçalho e símbolos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), encaminhou a discussão para os tipos de pacientes que frequentam o serviço. Nesse viés, o diretor explicou que o serviço recebe várias notificações do TJ-MA com encaminhamentos de pessoas que, para não permanecerem presas, devem cumprir medidas cautelares. A maior parte desses encaminhamentos diz respeito a homens que estão cumprindo pena por violência contra mulher. No entanto, o serviço é frequentado, em geral, por pessoas que estão tentando abandonar o vício em alguma substância e, portanto, frequentam o CAPS-AD de maneira voluntária.

Posteriormente a isso, nos dirigimos às salas que funcionam como consultório para entender o funcionamento cotidiano e quais as particularidades de atuação de cada profissional.

Em conversa com a assistente social, fomos apresentados às principais demandas requeridas ao serviço de assistência social. A assistente do turno matutino explicou que a sua principal demanda é para os relatórios encaminhados para a justiça. Além disso, nos informou sobre o processo de admissão no serviço, o qual precisa de uma avaliação técnica do médico clínico geral e da enfermeira ou assistente social (obrigatoriamente uma das duas), a psicóloga também participa do processo.

Posteriormente, nos dirigimos à sala da médica psiquiatra, que nos explicou sobre as principais medicações receitadas e sobre os aspectos genéticos dos

transtornos mentais, que são desencadeados em decorrência do abuso de substâncias. Ela também especificou qual o critério utiliza para admitir um paciente: “ele precisa querer parar o uso, não tem que ter parado há um tempo”. No primeiro dia não foi possível conversar com a psicóloga, já que semana na semana anterior ela havia pedido desligamento.

2.2.2 Contato com os usuários do serviço

Posteriormente, seguimos para conhecer as instalações e os pacientes. Nos dirigimos à área de convivência (quintal da casa), onde os usuários se encontravam dispersos em grupos. Alguns dormiam no chão ou nas cadeiras, outros jogavam baralho, enquanto outros esperavam a sua vez de jogar. Existiam também aqueles que conversavam, ao passo em que outros mexiam no celular.

De toda forma era um grupo bastante diverso em raça, idade e classe, o mesmo não se pode dizer em relação ao gênero, visto que de aproximadamente 50 pessoas, apenas 2 eram mulheres. Ao entrarmos no quintal fomos inquiridos por alguns olhares atentos e curiosos, curiosidade que foi logo sanada ao nos apresentarmos e expormos o que iríamos fazer no serviço. Entretanto, alguns de nós fomos convocados individualmente para novamente explicar quem éramos e o que lá iríamos fazer. Uma mulher de aproximadamente 45 anos, “J”, logo mencionou que meu nome era o de um antigo namorado seu.

Após isso, o grupo se dividiu, enquanto 2 estagiários permaneceram no quintal, eu e outra aluna fomos a uma das salas para ler alguns prontuários. Não imaginei que dentro daquelas pastas, com folhas desgastadas e repletas de palavras escritas à mão - quase ilegíveis -, poderia conter tantas informações que, analisadas minuciosamente, revelariam a história do tratamento desses pacientes.

Ainda nos prontuários, é possível perceber que eles funcionam também como uma ficha de controle para o acompanhamento do paciente. Por exemplo, na ficha de um paciente que estava no serviço há 4 anos, em regime semi-intensivo de tratamento, observamos o seu caráter enérgico, uma vez que em várias passagens são relatados casos de briga com companheiros.

Após isso, fui ao quintal, sentei-me num banco, entre dois homens, um senhor de aproximadamente 50 anos e um jovem entre 25-30 anos. Tentei me aproximar do homem mais velho me apresentando e fazendo perguntas gerais

sobre a sua entrada no CAPS-AD, e o que achava do serviço. Com respostas curtas o senhor me respondeu que estava há 2 anos no serviço - agora em regime semi-intensivo - e que gostava de frequentar o ambiente, pois se sentia bem. Percebendo seu acanhamento me dirigi ao jovem, fazendo as mesmas perguntas e obtendo respostas parecidas, ele também estava há 2 anos no serviço, porém em regime intensivo, seu nome será substituído aqui pela letra “T”.

Não insisti nas perguntas, virando-me, ainda sentado, fiquei observando o entorno bem parecido com o da semana passada: alguns dormiam e os que se mantinham acordados se ocupavam com conversas ou jogos de carta. De repente, o rapaz começou a me questionar sobre o curso de psicologia, perguntando “como fazia para entrar”. Expliquei-lhe os modos de acesso ao ensino superior e suas particularidades. Não satisfeito com as informações, ele continuava a indagar sobre o curso: o que eu fazia; qual a duração; quanto custava e etc. Passou das perguntas pessoais para elogios, dizendo que achava meu jaleco muito bonito e que tinha vontade de usar pela admiração que nutria em relação aos psicólogos.

Aparentemente, T. precisou que primeiro eu falasse de mim, para depois falar de si mesmo. Notando certa abertura, indaguei-o sobre os benefícios que o serviço promovia a ele e, a partir disso, o rapaz que nas perguntas iniciais se mostrou reservado, após me conhecer brevemente começou a falar de vários aspectos da sua vida de maneira rápida, desconexa e, por vezes, repetitiva. No que tange aos benefícios, T. foi enfático ao dizer “aqui a gente sai”, referindo-se ao final das tardes em que os pacientes são liberados. Somado a isso, ele falou sobre o amparo governamental que recebe e que com ele consegue pagar a sua ‘kitnet’ e acrescentou “eu espero me aposentar um dia (...) eu tive uma amiga travesti que conseguiu se aposentar, hoje quem recebe o dinheiro pra ela é a mãe dela”.

Contínuo a isso, T. narrou um pouco da sua experiência morando nas ruas, onde ele sofreu homofobia. Nesse momento, pela primeira vez, ele aponta para o fato de ser homossexual e a história começou a ficar um tanto desconexa. Afirmou que recebia muita ajuda na rua, de roupas e produtos de higiene a ofertas de emprego, dessas ajudas, só aceitava os mantimentos.

Após essa fase, quando já tinha entrado no CAPS-AD conheceu um rapaz com o qual se relacionou e morou junto. “Ele tava me deixando feliz (...) eu tinha o

sonho de ter um cartão de crédito, ele fez um pra mim”, perguntei o que aconteceu com esse relacionamento, tendo como resposta apenas que “ele fez uma coisa errada, foi embora, e nunca mais vi ele, mas ele tava me deixando feliz”. Complementou: “eu não gosto de luxo, com meu cartão eu comprava minhas ‘coisinhas’, ia na padaria (...) por isso eu tava feliz”.

Nosso diálogo foi interrompido pela entrega do café da manhã, após ter ido se servir, T. retornou e, enquanto comia, afirmou “eu acho que não tem mais jeito pra mim”, quando o questionei sobre essa afirmação ele respondeu afirmando novamente que não gostava de luxo. Em cima disso, ele contou sobre suas experiências em outras unidades, sendo a UA retratada como “um lugar muito bom” e a clínica La Ravardiere como o lugar que cumpriu “sentença”.

O modo pelo qual ele se referiu a ida para La Ravardiere me chamou atenção e perguntei-lhe se havia ido para lá encaminhado pela justiça e ele respondeu que não, havia, porém, sido encaminhado do Hospital Nina Rodrigues.

O diálogo com esses usuários do serviço evidenciou que a escuta clínica não é realizada exclusivamente no setting, como é convencionalmente esperado, mas pode acontecer nos corredores, filas e ambientes de uso coletivo. Vale salientar que esse contato inicial é fundamental para o estabelecimento de um laço transferencial e deve ocorrer com as garantias éticas necessárias ao contexto.

Nossa conversa foi novamente interrompida, mas dessa vez pela movimentação dos pacientes para cortar as palhas do coqueiro e forrar a barraca junina. A agitação contaminou praticamente todos os usuários que observavam, ajudavam ou julgavam - com piadas - o trabalho realizado, sendo T. apenas um observador atento.

Esse momento foi uma rica mostra do quanto os serviços do CAPS são essenciais para um tratamento focado na reabilitação dos usuários, pois promovem a interação social, geralmente tão escassa fora do serviço. Isso convoca o profissional da Psicologia a pensar nos modelos de tratamento tradicionais, bem como provoca reflexões para que novas propostas de intervenção incluam e expandam cada vez mais o aspecto da interação sócio-comunitária dos usuários com outros setores da sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estar inserido em um serviço de cuidado em saúde mental no estágio básico, proporcionou vivências para compreender as potencialidades e os desafios que a(o) psicóloga(o) clínica pode se deparar, e mais importante, permitiu conhecer, a partir de outra posição, realidades e demandas que atravessam a vivência dos usuários e profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas. E, além disso, como a atuação da psicóloga clínica pode ser um instrumento de transformação na vida dos dependentes químicos.

Essa possibilidade de transformação pôde ser observada a partir das vivências cotidianas no CAPS-AD. Nesse sentido, a Psicologia é imprescindível para o tratamento dos adictos, visto que auxilia no processo de reinserção social abrindo um espaço para que o sujeito seja visto para além da sua dependência química. Esse trabalho, denota uma importante característica que deve permear a prática da Psicologia Clínica, a saber: auxiliar o sujeito no atravessamento do seu sofrimento psíquico. No caso do trabalho com dependentes químicos, o psicólogo deve auxiliar também o paciente na identificação de estratégias de enfrentamento que sejam coerentes com os aspectos psicossociais de sua vida.

Desse modo, o grupo de estágio teve a oportunidade de estabelecer diálogo com os diferentes profissionais da saúde, a fim de entender a especificidade de cada área, bem como o arranjo multiprofissional adotado no serviço. Por outro lado, o contato realizado com os pacientes permitiu entender como esse arranjo incide sobre o tratamento individual de cada um.

A partir do que foi vivenciado durante essas semanas, foi possível refletir, juntamente com a professora Alexandra, durante as supervisões, as nuances e os desafios que envolvem a prática profissional da psicóloga clínica orientada pela Psicanálise. Nessa perspectiva, o cenário é de vastas confusões e de atendimentos imperfeitos, sendo a principal função do analista criar condições de possibilidade para o exercício da clínica psicanalítica. Isso não quer dizer, no entanto, uma replicação do consultório particular no sistema público, mas de conduzir um tratamento que permita ao sujeito do inconsciente se manifestar.

Por fim, as atividades que foram realizadas ao longo do estágio proporcionaram a troca de experiências e a vivência do cotidiano no CAPS-AD em conjunto com as discussões de perspectivas teóricas trabalhadas em sala de aula. Com isso, destaca-se que a realização do Estágio Básico em Psicologia Clínica cumpriu com seu objetivo de contribuir no desenvolvimento de uma aprendizagem crítica e significativa, essencial para uma aproximação com a prática profissional e uma melhor formação e preparação para o futuro profissional.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **RESOLUÇÃO No. 001, DE 30 DE MARÇO DE 2009 Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.** Brasília: CFP, 2009

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **RESOLUÇÃO No. 13, DE 15 DE JUNHO DE 2022 Dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo.** Brasília: CFP, 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências técnicas para a atuação da(o) psicóloga (o) no CAPS.** Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília. CFP. 2022

FREUD, S. Sobre a dinâmica da transferência [1912]. *In: Fundamentos da clínica psicanalítica.* (Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. Sobre o início do tratamento [1913]. *In: Fundamentos da clínica psicanalítica.* (Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica, 2020

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões, atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA SOCIAL: relato de uma experiência de ensino e aprendizagem.

Glenda Aline Monteiro Santos¹

Manuela Arbués de Alencar²

Ana Raquel Medeiros Nascimento Almeida³

Denise Bessa Leda⁴

¹ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; glenda.monteiro@discente.ufma.br.

² Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; manuela.arbues@discente.ufma.br.

³ Universidade Federal do Maranhão; Graduanda em Psicologia; medeiros.ana@discente.ufma.br.⁴
Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Psicologia Social; denise.bessa@ufma.br

RESUMO

O presente trabalho relata uma experiência de ensino e aprendizagem vivenciada no Estágio Básico em Psicologia Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O objetivo deste relato é apresentar os princípios teóricos, técnico-científicos e éticos, desenvolvidos ao longo do Estágio em Psicologia social, tendo na Psicologia Sócio-histórica sua perspectiva teórico metodológica, além de discutir acerca da importância da Psicologia Social para a formação de psicólogas(os). Participaram da disciplina um total de 15 alunos, graduandos do curso de Psicologia, no 1º semestre de 2024. A programação da disciplina foi compreendida em 3 unidades: percurso teórico-prático, realização de entrevistas e visitas à campo. O Estágio Básico em Psicologia Social desempenhou, desse modo, um papel fundamental na formação acadêmica ao proporcionar uma base teórica, técnica e ética voltada para a promoção da dignidade humana e o compromisso social, além de proporcionar contato com o mercado de trabalho ainda no momento da graduação.

Palavras-chave: Formação em Psicologia; Psicologia Social; Compromisso Social; Ética.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar princípios teóricos, técnico-científicos e éticos, desenvolvidos ao longo do Estágio Básico em Psicologia Social durante a graduação em Psicologia na Universidade Federal do Maranhão, bem como discutir acerca da importância da Psicologia Social para a formação de psicólogas(os). Participaram do estágio 15 discentes, que estavam regularmente matriculados na disciplina, sendo supervisionados por uma docente doutora em Psicologia. Foram realizados 12 encontros ao longo de 6 meses, havendo uma pausa de 2 meses referente à greve docente e de técnicos administrativos da universidade, totalizando em uma carga horária total de 45h, no ano de 2024.

A programação da disciplina compreendia 3 unidades. A primeira unidade foi dedicada ao aprofundamento teórico e conceitual do estágio, tratando de temáticas voltadas para o compromisso social da Psicologia, os desafios da interdisciplinaridade, o engajamento em questões sociais e os desafios éticos para a prática em comunidade, assim como para a realização de rodas de conversa com profissionais da área. Na unidade seguinte foram realizadas entrevistas com psicólogas(os) que atuam em diferentes campos da Psicologia Social, a fim de conhecer o percurso profissional, as lacunas durante a formação (específicas para atuação nessa área), a rotina laboral e os limites/desafios encontrados no exercício profissional de cada entrevistada(o). A última parte do estágio básico foi destinada para a participação em um evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-22) e a realização de visitas técnicas em três instituições.

O relato de experiência apresentado neste texto, e desenvolvido através da vivência no Estágio Básico em Psicologia Social, tem na Psicologia Sócio-histórica sua perspectiva teórico-metodológica. Dessa maneira, os recursos bibliográficos que dão suporte à disciplina estão intimamente articulados ao compromisso social, responsabilidade profissional, promoção da dignidade humana, saúde e qualidade de vida, bem como ao aprimoramento profissional, sendo estes princípios fundamentais para uma atuação ética (CFP, 2005).

Para além, as discussões em sala de aula refletiram e debateram acerca do movimento social “silencioso” do qual a psicóloga faz parte (Pérez-Nebra;

CarvalhoFreitas, 2022), reconhecendo injustiças e desenvolvendo uma atuação profissional comprometida com a transformação social, como também os desafios éticos do profissional de Psicologia para as práticas em comunidade (Freitas, 2015) e, ainda, o lugar fundamental de psicólogas(os) para uma prática com comprometimento social (Martínez, 2003). Assim, o estágio Básico em Psicologia Social serve como um ponto de partida para a prática de tal ação social e para a construção de um fazer psicológico que vai para além da clínica, incentivando uma atuação profissional engajada e comprometida.

2. PERCURSO TEÓRICO-PRÁTICO

Dentro desse panorama, a Psicologia Social, por meio da relação “indivíduo sociedade”, busca investigar como as práticas sociais influenciam o indivíduo (Bock; Furtado; Teixeira, 2008). Em “Psicologia Social: o homem em movimento”, Silvia Lane (1994) afirma que toda Psicologia é Social e, com isso, cabe a cada área da Psicologia assumir, conforme sua especificidade, a natureza histórico-social do ser humano. A autora também traz a ideia de que essa perspectiva abre espaço para a Psicologia Social estudar o homem como sujeito da história, capaz de modificar sua própria vida e a sociedade na qual está inserido.

A(O) psicóloga(o) da área de Psicologia Social tem seu título de especialista reconhecido pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 13/2022, como o profissional que atua baseando-se na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, considerando as influências do meio social em fenômenos psicológicos e vice-versa (CFP, 2022). Sobre isso, como III Princípio Fundamental, o Código de Ética Profissional do Psicólogo de 2005 estabelece para a atuação do profissional, a responsabilidade social, “analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”.

O CFP, ainda na Resolução nº 13/2022, trata sobre as ações do psicólogo social, direcionadas à realização de projetos e promoção do bem-estar mediante prestação de serviços socioassistenciais. Além disso, esse documento aborda funções de análise do território de atuação, identificação das situações geradoras de desigualdades, vulnerabilidades sociais e influências sócio-histórico-culturais, referentes ao meio social de atuação do psicólogo (CFP, 2022).

Em uma análise do contexto latino-americano e brasileiro, Freitas (2015) traz o termo “tragédias cotidianas”, referindo-se a situações de extrema pobreza, desemprego, gravidez na adolescência e desvalorização do idoso. Essas questões perpassam a atuação do psicólogo social nas suas práticas comunitárias e exigem “considerações éticas no fazer profissional e psicossocial” (Freitas, 2015). Dessa forma, reitera-se a importância de levar em consideração a história psicossocial e as determinações estruturais ao deparar-se com tais realidades, a fim não culpabilizar o indivíduo ou promover discriminações a partir de uma visão limitada. Assim, pode-se enxergar a complexidade histórico-cultural na qual cada ser humano está inserido em sociedade, cumprindo os princípios fundamentais estabelecidos ao psicólogo.

Outrossim, vale discutir acerca da importância da Psicologia Social na formação de psicólogos, visando não somente cumprir a grade curricular como também garantir que graduandos estejam sendo preparados para realizar “[...] um trabalho profissional embasado em compromisso social, criativo e que contenha papel transformador” (Martínez, 2003, p.150). Dessa forma, para uma prática científicoprofissional socialmente construída, Martínez (2003) traz o papel crucial da construção de recursos subjetivos, destacando o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e sensibilidade perante os problemas sociais como elementos imprescindíveis na trajetória acadêmica.

No contexto de percurso durante a graduação, a disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social, citada anteriormente, contém em sua ementa, além de questões acerca dos princípios teóricos, técnico-científicos e éticos da Psicologia Social SócioHistórica, as demandas da sociedade contemporânea em relação à Psicologia Social. A jornada de ensino e aprendizagem durante a disciplina teórico-prática conta com estratégias de observação e outras atividades práticas em diferentes contextos de atuação do Psicólogo Social, contribuindo para a formação amplamente subjetiva dos graduandos em Psicologia da UFMA.

Durante o Estágio, através de contato com psicólogas(os) sociais, os alunos puderam compreender o contexto de atuação desse profissional no âmbito social. Visitas técnicas aos locais de trabalho proporcionaram a ampliação do olhar do aluno perante as demandas reais existentes no contexto de atuação da(o) psicóloga(o), com pessoas em situação de vulnerabilidade social, com seus direitos negligenciados.

Assim, os recursos subjetivos cruciais na formação de um psicólogo, como desenvolvimento da sensibilidade perante os problemas sociais na prática profissional puderam ser desenvolvidos nas experiências vivenciadas no 1º semestre de 2024, relatadas no presente texto.

2.1. Realização de entrevistas

Uma das atividades propostas foi a realização de entrevistas com profissionais psicólogas(os) que atuam em diferentes campos da Psicologia Social. Para isso, a turma foi dividida em 5 grupos com 3 integrantes cada, os quais foram direcionados para entrevistar diferentes profissionais. Os setores escolhidos foram: Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CRP22), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Posteriormente, cada grupo apresentou em sala de aula a atividade realizada. Passamos agora a um breve comentário sobre cada setor.

O CREPOP é um dispositivo do Sistema Conselhos que se originou a partir da “necessidade de aprofundar e embasar melhor os conhecimentos sobre a relação entre psicologia e políticas públicas.” (Conselho Regional de Psicologia 21ª [CRP21],s.d.). Nesse dispositivo são executadas diversas pesquisas com temas relacionados à serviços, políticas públicas e programas, tanto de cunho nacional quanto regional. Além do caráter técnico,

[...] o CREPOP possui um caráter ético e político. Ético, por orientar a prática do psicólogo rumo a garantia dos direitos das pessoas e o fortalecimento da psicologia enquanto ciência e profissão. E político, por contribuir para a transformação social através da atuação dos psicólogos nas políticas públicas. (CRP21, s.d.)

Quanto ao TJMA, todas as atuações são no âmbito sócio-jurídico, e foram compartilhadas três experiências. Um dos profissionais entrevistados trabalha diretamente com a saúde mental do servidor, a partir do atendimento psicossocial (trabalho que envolve psicólogos e assistentes sociais a fim de tratar demandas espontâneas e de saúde mental), além de realizar o acompanhamento da readaptação desse trabalhador, o estudo de clima organizacional, palestras e orientações sobre saúde e treinamentos. Também foi apresentada a prática da psicóloga que atua na Casa da Criança, um abrigo temporário para acolher crianças em situação de vulnerabilidade, originado de um projeto especial do Tribunal de

Justiça, na qual são desenvolvidas atividades de preenchimento do Programa Individual de Atendimento, a inserção da criança em programas de estimulação do desenvolvimento, regularização das vacinas, realização do estudo psicossocial com o objetivo de buscar um lar seguro para a criança (a família extensa, tio, avó, tem prioridade nessa busca) e o acompanhamento do processo de adoção.

Ainda, outra atuação relatada é a que ocorre no que se denomina “justiça restaurativa”, paradigma de acesso à justiça que visa a participação efetiva de todos os envolvidos no conflito judicial a fim de reparar o dano sofrido pela vítima através de “[...] práticas que permitam ao ofensor a compreensão das causas e consequências de sua conduta delitiva, com assunção de compromissos futuros” (Martins; Vale-Dias, 2022). De acordo com Martins e Vale-Dias (2022, p. 214) a(o) psicóloga(o), nesse campo, pode:

[...] apoiar a realização das atividades desenvolvidas pela equipe dos facilitadores; supervisionar as práticas com intuito de garantir um atendimento as necessidades psíquicas das pessoas envolvidas no conflitos, principalmente as vítimas; realizar avaliações psicológicas, quando demandada pela equipe interdisciplinar ou facilitadores restaurativos; colaborar no planejamento e execução da política pública nacional; contribuir com a reflexão crítica acerca das revisões da legislação vigente no país, principalmente quanto ao sistema criminal; além de realizar pesquisas e estudos no intuito de colaborar com a ciência psicológica.

Ademais, quanto ao trabalho realizado no CREAS, é feito o acompanhamento socioassistencial a famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direitos, sejam eles maus tratos, negligência, abandono, trabalho infantil ou cumprimento de medidas socioeducativas. Quando há violação dos direitos da pessoa, desde criança até idoso, o CREAS vai atuar com o seu atendimento especializado e interdisciplinar, realizando estudo de caso, visitas domiciliares, feitos simultaneamente pela psicóloga e pela assistente social, a fim de evitar revitimizar a pessoa.

Portanto, as entrevistas realizadas e o compartilhamento delas em sala de aula permitiu que ocorresse o contato com diversas áreas que a Psicologia Social pode atuar, ampliando e diversificando o conhecimento quanto à abrangência da prática profissional da(o) psicóloga(o), contribuindo na trajetória acadêmica do graduando de modo a aproximá-lo das diferentes possibilidades do fazer psicológico.

2.2. Visitas à campo

A última parte do estágio foi composta pela participação em um evento e por 3 visitas técnicas em diferentes instituições, nas quais foi possível conhecer *in loco* a atuação da(o) psicóloga(o) social. Essa diversidade contribuiu significativamente para a ampliação do olhar dos estagiários, oferecendo uma perspectiva mais abrangente acerca das possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) nesses campos. Destaca-se entre as práticas, a participação no evento “Café com Mulheres”, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-22) e as visitas técnicas na Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini e na 1ª Vara da Mulher no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Inicialmente, a turma de estágio foi convidada a participar de um encontro promovido pelo CRP-22 com o tema “Psicologia e Interseccionalidade: construindo estratégias de enfrentamento às violências contra a mulher”. Nessa conjuntura, compareceu na fala das psicólogas, que atuam no âmbito social e clínico, um recorte dos principais desafios para a atuação, levando em consideração a violência contra mulheres. Ademais, fomos levados a refletir sobre a violência, para além de aspectos físicos, considerando também a violência psicológica e econômica, sendo estas as que mais comparecem nas falas de mulheres que estão em terapia. Desse modo, a violência à mulher foi abordada como um fenômeno social crescente, rogando a necessidade de um atendimento psicológico que leve em conta aspectos interseccionais, a fim de gerar um ambiente mais acolhedor e menos elitista à vítima.

Para enriquecer ainda mais esse evento, uma representante comunitária do Povoado de Tendal Mirim e a coordenadora da “Rede Emaranhadas”, rede de proteção e autocuidado às mulheres, abordaram os conflitos socioambientais e territoriais que afetam diretamente mulheres engajadas na defesa ambiental. Nesse viés, o projeto tem como objetivo mapear e dar visibilidade às lutas delas dentro de suas comunidades. Além disso, ele busca destacar casos de violência institucional nos campos e a crescente incidência de trabalho escravo doméstico com mulheres negras da zona rural, evidenciando as múltiplas formas de opressão que essas vítimas enfrentam em seu cotidiano.

A primeira visita técnica ocorreu na Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), para esse momento foi necessário um prévio aprofundamento teórico sobre o papel exercido pelo profissional da Psicologia nas Defensorias, haja vista que

ainda há uma literatura escassa a respeito dessa atuação em âmbito nacional (Duarte; Burd, 2020). A Defensoria Pública é uma instituição essencial prevista na Constituição Federal, cuja missão é assegurar a orientação jurídica e a defesa de todos aqueles que, devido à sua condição financeira, não têm condições de arcar com os custos de um advogado, desse modo atua com uma ampla demanda de jurisprudência, alcançando a vara da família, juizados especiais, varas cíveis e áreas criminais (Duarte; Burd, 2020). Assim, ela desempenha um papel fundamental no sistema judiciário, oferecendo assistência jurídica gratuita e promovendo o acesso à justiça para a população mais vulnerável.

Durante a visita, as psicólogas da DPE/MA puderam explicar de perto o trabalho realizado na instituição, que inclui não apenas a orientação legal, mas também o suporte psicológico necessário para lidar com as complexidades dos casos atendidos. Nesse contexto, os relatos das profissionais e da equipe multiprofissional da Defensoria destacou a importância de uma abordagem integrada, multidisciplinar e ética para garantir que as necessidades jurídicas e emocionais dos assistidos sejam adequadamente atendidas.

No âmbito da segunda visita, os estagiários deslocaram-se até o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini (CDMP), organização social sem fins lucrativos com um papel formativo, informativo, controlador e provocador de políticas públicas, de forma que exige que o Estado cumpra seu papel na garantia de direitos humanos. Nesse contexto, o CDMP possui como missão defender os direitos infanto-juvenis, através de um trabalho multiprofissional que conta com psicólogas(os) e assistentes sociais, utilizando-se de mecanismos de proteção jurídico-social, além de contribuir para uma cultura que incorpore a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Finalmente, a terceira visita técnica foi realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, especificamente na 1ª Vara da Mulher. Na ocasião, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o trabalho multiprofissional realizado na defesa de mulheres vítimas de violência doméstica e entender o processo de acolhimento e orientações prestadas às mulheres. Além disso, foram compartilhados os procedimentos para a realização do grupo reflexivo intitulado “O Amanhã”, voltado para “homens em situação de violência”. O grupo tem como objetivo a prevenção de

novos casos de violência, a responsabilização do homem no contexto da violência, a desconstrução da violência contra a mulher e a desconstrução de masculinidades socialmente construídas, pautadas na centralização de poder, privilégios e violência.

Esse grupo é constituído de algumas etapas, sendo a primeira delas a triagem. Nesse momento, é realizado o acolhimento e conexão com a pessoa encaminhada, bem como a explicação do processo de acompanhamento e a análise de possíveis elementos excludentes para a participação do indivíduo no grupo. A realização do grupo exige, de profissionais e estagiários, um embasamento teórico pautado em estudos de gênero, teorias feministas e masculinidades, além de analisar categorias sociais como relações de poder, direitos humanos e estruturas sociais de desigualdades. Como resultado, as estatísticas levantadas dentro do Fórum apontam para uma reincidência próxima a zero por parte dos homens que passaram pelo grupo reflexivo, apontando um não retorno às práticas violentas.

Portanto, é cabível analisar que as práticas desenvolvidas ao longo do estágio contribuem para uma formação em Psicologia através de uma perspectiva ética, de modo a realizar interlocuções com princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (2005), uma vez que busca um fazer psicológico comprometido com a transformação social e em respeito à dignidade humana. Assim, o estágio se orientou para uma atuação que promova a cidadania e transformação das condições sociais, seja no combate às várias formas de violência contra a mulher ou na defesa de direitos fundamentais a crianças e adolescentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Básico em Psicologia Social apresentado durante todo o texto, desempenhou um papel fundamental na formação acadêmica ao proporcionar uma base teórica, técnica e ética voltada para a promoção da dignidade humana e o compromisso social, além do contato com o mercado de trabalho ainda no momento da graduação. A estratégia de utilizar atividades diversificadas (leituras de textos, discussão de vídeos, rodas de conversa, entrevistas e visitas técnicas) tornou o estágio dinâmico e proveitoso.

No entanto, cabe registrar que houve a dificuldade de implementar o estágio observacional mais sistemático, por diversos motivos, principalmente burocráticos, por parte de um determinado órgão municipal. Logo, perdeu-se a oportunidade de estar em um cenário rico de aprendizado com o intermédio de um preceptor, o qual poderia oferecer orientação e supervisão durante o período do estágio observacional. Esse supervisor tem crucial importância no desenvolvimento das competências e habilidades profissionais do estudante, uma vez que fornece feedback e avaliação contínuos do desempenho do aluno.

Ainda assim, a partir das discussões teóricas e práticas, a compreensão dos alunos sobre as realidades sociais e a possibilidade de atuação no âmbito da Psicologia Social foi ampliada durante as vivências do estágio. Dessa maneira, essa experiência reforça a importância de uma prática marcada pelo compromisso com a transformação social, alinhada aos princípios éticos da profissão.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T.. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 23/2022 (2022). Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007; nº 3, de 5 de fevereiro de 2016; nº 18, de 5 de setembro de 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 21ª (CRP21). CREPOP. Disponível em: <<https://crp21.org.br/o-conselho/crepop/>>. Acesso em: 21 out. 2024.

DUARTE, Í. H; BURD, A. C. S. J. **O Trabalho dos Psicólogos nas Defensorias Públicas no Brasil**. Disponível em: https://www.faculdadecienciasdavidia.com.br/sig/www/opened/ensinoBibliotecaVirtual/000139_624b6f63ea81f_048619_5ff351e309c8c_TCC_ITALO_HENRIQUE_DUARTE_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

FREITAS, M. de F. Q. de. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesqui. prá. psicossociais [online]**. 2015, vol.10. p.242-253.

LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Silvia T. M.e CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social - o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.10-19.

MARTÍNEZ, A. M. O compromisso social da Psicologia: desafios para a formação dos psicólogos. In: A. M. M. Bock (Org.), **Psicologia e Compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p.143-160.

MARTINS, Pavla Martins de; VALE-DIAS, Maria da Luz. O trabalho dos(as) psicólogos(as) na política de justiça restaurativa no Brasil.” *Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology*. Vol, 2, n 1, 2022, p. 209 a 216.

Pérez-Nebra, A. M.; Carvalho-Freitas, M. N. Engajamento em Questões Sociais no Exercício Profissional da Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente. para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho**. Volume II: formação e inserção no mundo do trabalho/ Conselho Federal de Psicologia. 1. ed.— Brasília: CFP, 2022, p.201 a 213.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO TJMA: perspectivas de formação e atuação diante do fenômeno da violência contra as mulheres

Ana Clara Nunes Moraes¹

Camila Vitória Carvalho Pereira²

Edla Maria Batista Ferreira³

Rodrigo Lopes Rodrigues⁴

¹ Universidade Federal do Maranhão; Discente de Psicologia; ana.cnm@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão; Discente de Psicologia; camila.vitoria@discente.ufma.br

³ Tribunal de Justiça (TJMA); Mestre em Ciências Sociais pela PUC-Minas; embferreira@tjma.jus.br

⁴ Universidade Federal do Maranhão; Discente de Psicologia; rodrigo.lr@discente.ufma.br

RESUMO: Este trabalho versa sobre as contribuições da experiência de estágio não-obrigatório em Psicologia junto ao TJMA para a atuação profissional humanizada e ética diante do fenômeno da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Estágio, Experiência, Psicologia Jurídica, Multidisciplinar.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 11.788/2008, o estágio consiste em uma prática didático-pedagógica alusiva ao percurso formativo do estudante, promovendo o desenvolvimento de competências específicas da profissão e a integração do conteúdo curricular, essenciais a uma formação eficaz (Brasil, 2008). Nessa perspectiva, a Cartilha de Estágio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA, 2021, p. 12) define o estágio, curricular e extracurricular, como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do(a) estudante”.

O estágio promove a inserção na realidade laboral na medida em que proporciona o contato com os sabores e dissabores que a atravessam, oferecendo vivências que permitem a aquisição prática de outros saberes, os quais além de complementarem àqueles conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação acadêmica, ampliam, sobretudo, o entendimento do que está prescrito no exercício profissional. Assim, tal contexto desdobra-se tanto na aquisição de conhecimentos e habilidades, quanto na promoção de uma perspectiva crítica, construtiva e criativa na área de atuação inserida, a partir da experiência vivida e da lida com os desafios no cotidiano de estágio (Rosa e Silva, 2024).

Destaca-se que, ao longo dos anos, o Poder Judiciário tem se estabelecido como uma significativa porta de entrada para estudantes, de diversas áreas, vivenciarem a prática profissional por meio do estágio orientado e supervisionado por profissionais- servidoras e servidores- com formação ou experiência profissional concernente à área de graduação do estagiário. Tais estágios ocorrem tanto no âmbito de atividades jurisdicionais, administrativas e técnicas, quanto em atividades psicossociais, onde estagiárias(os), sobretudo de Serviço Social e Psicologia, lidam com demandas das Varas de Família, Sucessão, Tutela e Curatela, Infância, Criminais, Juizados Especiais, Núcleos, Comitês, Varas especializadas e Coordenações temáticas (Ferreira *et al.*, 2022).

Entre as competências do Poder Judiciário, enfatiza-se o seu papel crucial na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da justiça, inclusive no tocante ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, por exemplo. Esse fenômeno que se manifesta de forma indiscriminada na sociedade foi consolidado

no decorrer dos séculos, suscitando uma série de consequências danosas a diversos segmentos sociais.

A lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) estabelece uma rede intersetorial de proteção a todas as mulheres, independente da condição socioeconômica, raça, etnia, religião, idade, condição física e mental, orientação sexual e identidade de gênero (mulheres cis e transsexuais). Nessa perspectiva, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) atua na prestação jurisdicional especializada em Varas judiciais e, de forma preventiva, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- CEMULHER, nas quais profissionais e estagiários se empenham no enfrentamento às violências contra as mulheres.

À vista disso, o presente trabalho versa sobre a experiência de estágio não-obrigatório em Psicologia junto ao TJMA, a partir das vivências de três estagiárias(os), as(os) quais integram as equipes multidisciplinares das unidades onde realizam o estágio. Atualmente, duas estagiárias estão alocadas na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, localizada no Fórum de São Luís, enquanto um estagiário encontra-se lotado na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA).

A referida experiência de estágio tem proporcionado o desenvolvimento de competências interpessoais, ético-morais e técnicas essenciais para o atendimento de populações em contexto de vulnerabilidades e riscos, como as mulheres em situação de violência doméstica. Ao relatar essas repercussões, este trabalho pretende evidenciar como essa vivência prepara a(o) estagiária(o) para atuar de forma mais humanizada, ética, consciente e eficaz diante do fenômeno da violência doméstica e familiar, promovendo direitos e contribuindo para uma sociedade mais equitativa. Outrossim, para a categoria de psicólogas(os), este relato busca ressaltar a importância do trabalho multidisciplinar e a contribuição da Psicologia no sistema de justiça.

Para tanto, este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada

para a descrição e análise das experiências da(os) estagiária(os) de Psicologia que atuam no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com foco específico nas práticas desenvolvidas na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- CEMULHER. A abordagem qualitativa foi considerada como a mais adequada em relação ao objetivo proposto, haja vista que no campo da Psicologia, tal epistemologia permite a produção de um conhecimento que represente a subjetividade humana, em suas facetas plurideterminadas e históricas (REY, 2001).

2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

2.1 A 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Em virtude da necessidade de uma atenção especial ao fenômeno da violência, a 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VEVDFM), na Comarca de São Luís, foi inaugurada no dia 7 de março de 2008. A mesma foi criada através da Lei Complementar nº 104/2006, com a finalidade de atuar no combate à violência contra a mulher por meio de um olhar interdisciplinar com equipe multiprofissional. Nesse sentido, a equipe multidisciplinar é formada por assistentes sociais e psicóloga/os que assessoram o/a juiz/juíza nas áreas de suas respectivas competências, seja por meio da elaboração de pareceres técnicos, acompanhamento processual das partes, realização de ações educativas e articulação em Rede.

O relatório de pesquisa social do TJMA, intitulado por “Violência Doméstica contra a Mulher: Dados Estatísticos da Vara Especializada da Comarca de São Luís” (2018), expõe que a violência é um problema estrutural cujas raízes se associam a um sistema de desigualdades historicamente construídas, e que se retroalimentam. À vista disso, o vultoso número de casos tem desafiado o Poder Judiciário a criar mecanismos e estratégias que assegurem a efetividade da ação da justiça. Vale ressaltar que tais estratégias, normativas e psicossociais, são pensadas de forma interdisciplinar a fim de melhorar os serviços de combate à violência doméstica e fortalecer o trabalho em rede, sobre o qual a 1ª Vara da Mulher tem se dedicado desde sua criação.

2.2 A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- CEMULHER

Instituída em 2011, a partir da Resolução nº 30/2011, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar atende aos termos da Resolução nº 128/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a criação de Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em sua estrutura organizacional.

As atividades e ações que a CEMULHER/TJMA desenvolve fazem parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução do CNJ nº 254/2018 (CEMULHER/TJMA, 2023). Essa Resolução também estabelece algumas atribuições que competem às Coordenadorias de Violência doméstica e familiar, dentre as quais:

- I – contribuir para o aprimoramento da estrutura e das políticas do Poder Judiciário na área do combate e da prevenção à violência contra as mulheres;
- II – organizar e coordenar a realização das semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa” e garantir apoio material e de pessoal aos juízes competentes para o julgamento dos processos relativos ao tema, aos servidores e às equipes multidisciplinares para a execução das ações do programa;
- V – promover articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais para a concretização dos programas de combate à violência doméstica;
- VI – colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de juízes, servidores e colaboradores, na área do combate e prevenção à violência contra a mulher;
- X – apoiar a realização da Jornada Lei Maria da Penha e o Fórum Nacional de Juízes com competência especializada para processar e julgar os casos cujo objeto seja atos de Violência Doméstica;
- XI - identificar e disseminar boas práticas para as unidades que atuam na temática da violência contra a mulher (CNJ, 2018).

Nesse contexto, a Coordenadoria atua em todo o estado do Maranhão, visando promover o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, por meio de um trabalho realizado em articulação com a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Nesse âmbito, visando responder aos critérios instituídos nos termos da Resolução nº 254/2018 do CNJ, a CEMULHER/TJMA

organiza e desempenha uma série de programas, projetos e campanhas⁵:

- Programa Valoriza Mulher;
- Programa Novos Olhares, Novos Valores;
- Projeto Unidades Saneadas, Mulheres Protegidas
- Programa Desperta, Maria!
- Programa Maria da Penha no Cotidiano
- Programa Homem Consciente
- Programa Justiça Pela Paz em Casa
- Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica
- Campanha Condomínio Responsável, Mulheres Seguras!

Em termos de estrutura organizacional, a CEMULHER/TJMA é presidida por um desembargador e por um juiz e uma juíza auxiliares, sendo composta por equipe administrativa e interdisciplinar. Esta última abrange em seu quadro duas psicólogas, uma assistente social, uma analista com especialidade em Direito, e dois estagiários, de Serviço Social e Psicologia.

No tocante ao trabalho da equipe interdisciplinar, destaca-se o planejamento, elaboração e execução dos programas e projetos que a CEMULHER/TJMA desenvolve, voltados tanto para o público externo, quanto para o público interno do judiciário. Além disso, realiza oficinas, cursos, seminários e capacitações, visando o enfrentamento e a prevenção à violência contra as mulheres, bem como a capacitação e aprimoramento dos profissionais que atuam nessa matéria (Ferreira *et al.*, 2022).

3. ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO EM PSICOLOGIA NA 1ª VARA DA MULHER

O estágio junto à 1ª Vara Especial da Mulher de São Luís se fundamenta no exercício de práticas essenciais ao campo da psicologia jurídica, em consonância com as demandas do público atendido, qual seja, homens e mulheres em contextos de violência doméstica e familiar. Isto posto, entre as atividades desenvolvidas pela/os estagiária/os, destaca-se, a priori, a fundamentação teórica com leituras e discussões a respeito da aplicação da Lei Maria da Penha, da violência de gênero e as especificidades das demandas das pessoas que acessam a justiça nesse

⁵ Mais informações sobre os programas, projetos e ações desenvolvidos pela CEMULHER TJMA podem ser encontradas no hotsite: <https://www.tjma.jus.br/hotsite/cemulher>.

contexto, sejam como “vítimas” ou “autoras/autores” nos termos legais. Também é fundamental o aporte dos estudos de gênero e masculinidades, tendo em vista a necessidade de entender como a construção dos papéis e estereótipos de gênero contribuem para fenômeno da violência, tal como ressalta Safiotti (2004) ao pontuar a imprescindibilidade de entender o gênero com uma categoria histórica e relacional que perpassa pela construção social do masculino e do feminino.

Ao problematizar essa construção, alcançamos a compreensão acerca de como os modos de subjetivação e socialização de homens e mulheres em nossa cultura ocidental foram construídos num espaço social, político e cultural e, portanto, passíveis de serem ressignificados e modificados. Por conseguinte, tais estudos fornecem um alicerce conceitual que orienta as ações e decisões profissionais, sustentando a prática neste campo de atuação.

Ademais, como destacam as Referências Técnicas para a atuação de psicólogos em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência (CFP, 2012), todas as ações do profissional de Psicologia devem se guiar pelo fortalecimento do protagonismo feminino e pela compreensão multidimensional da violência, entendida como resultado das relações desiguais que são legitimadas e geradas nas diversas sociedades.

A partir disso, as estagiárias atuam na condução de entrevistas individuais; suporte no acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica que chegam à unidade judicial para audiências ou em busca de informações; atividades em conjunto com o Serviço Social da unidade; contribuição do saber psicológico para com os profissionais do Direito e do Serviço social; elaboração de documentos psicológicos e observação sistemática dos Grupos Reflexivos de Gênero⁶ com os homens autores de violência, sob supervisão direta do psicólogo da Vara judicial. A partir dessas vivências, as estagiárias desenvolvem uma série de habilidades essenciais para sua formação profissional. Ao conduzir entrevistas, por exemplo, aprimoram suas capacidades de escuta ativa e criação de um ambiente de confiança, facilitando a obtenção de informações relevantes.

O suporte no acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica,

⁶ O conhecimento sobre os trabalhos com os Grupos Reflexivos de Gênero desenvolvidos pela 1ª Vara Especial da Mulher de São Luís pode ser obtido com a leitura das seguintes produções técnicas: o Informativo Grupos Reflexivos Para os Homens Autores de Violência (TJMA, 2021) e o Mapeamento do Perfil dos Homens Autores de Violência (TJMA, 2023).

corroborar para fortalecer a empatia e a sensibilidade diante de situações de vulnerabilidades, enquanto a contribuição do saber psicológico com profissionais de outras áreas fomenta a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe. Ademais, a observação sistemática do percurso dos Grupos Reflexivos de Gênero com homens autores de violência possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas de poder nas relações de gênero, da construção das masculinidades e do exercício da violência, além de promover reflexões críticas sobre a responsabilização dos envolvidos, em termos subjetivos e legais.

A implementação de programas como o “Grupo Reflexivo de Gênero,” está prevista na Lei nº 11.340/2006, especificamente nos artigos 35, inciso V, e 45. O debate em torno dos serviços de atendimento aos homens autores de violência tem ganhado crescente visibilidade nas discussões sobre violência de gênero, uma vez que a violência é um fenômeno complexo, de natureza sociocultural e relacional, sendo fundamental atuar em ambos os polos envolvidos para promover o enfrentamento eficaz e a transformação dessas realidades. Este projeto foi implementado desde 2008, logo após a implantação da 1ª Vara da Mulher e segundo o coordenador do grupo, psicólogo Raimundo Ferreira Pereira Filho, durante os mais de 16 anos da realização deste projeto, a taxa de reincidência dos participantes é quase zero. (Pereira Filho, 2020).

Conforme o “Guia Prático para formação e condução dos grupos para autores de violência doméstica” (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2020), adotar uma postura reflexiva envolve priorizar elementos como conteúdos, dinâmicas e espaços físicos que promovam a troca e a elaboração coletiva, afastando-se tanto de abordagens terapêuticas, que veem a violência como uma patologia, quanto de modelos educativos, que a associam à falta de informação. Nessa perspectiva, compreende-se que, embora os participantes possam compartilhar experiências similares de violência, cada um pode ter percepções distintas sobre essas dinâmicas, e a desconstrução coletiva desses significados, baseada em uma abordagem de gênero, facilita uma transformação mais profunda nas representações individuais e na compreensão da realidade.

Portanto, representa uma contribuição expressiva à sociedade no que se refere ao acompanhamento psicossocial do homem em situação de violência, com o intuito de propiciar a resolução de conflitos de forma ética e eficaz, tendo em vista

que visa diminuir o risco de atos violentos, trabalhar o fator da responsabilização e desnaturalizar a violência. Quanto aos seus objetivos, incluem aumentar a consciência sobre as consequências da violência, combater expectativas de poder e controle, trabalhar a desigualdade de gênero e promover relações mais respeitáveis e equitativas.

Neste sentido, o estágio neste campo perpassa pela observação tanto dos homens em situação de violência inseridos nos grupos reflexivos por decisão judicial, confrontando mitos, estigmas e preconceitos que perpassam o imaginário coletivo, quanto da observação e aprendizado com os profissionais facilitadores que atuam no manejo do processo reflexivo nesses grupos. Outrossim, as atividades práticas, aliadas ao embasamento teórico, são fundamentais para o desenvolvimento das competências técnicas e ético-morais necessárias para a atuação profissional, contribuindo tanto para a formação acadêmica quanto para a construção de um olhar crítico sobre as questões de gênero e violência.

4. ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO EM PSICOLOGIA NA CEMULHER/ TJMA

De acordo com Pretto, Trilha e Thomaz (2023), o psicólogo que atua na esfera jurídica, normalmente, tem o seu trabalho voltado para a elaboração de relatórios, pareceres e avaliações psicológicas, a fim subsidiar a decisão dos juízes quanto aos casos julgados. Contudo, a interface entre Psicologia e Direito também abre outras possibilidades de atuação ao psicólogo, que vão além da realização dessas atividades tradicionais, como a sua inserção nas equipes multidisciplinares que integram a Rede de Proteção à Mulher, no âmbito da Lei Maria da Penha, a qual é composta por diferentes instituições e serviços, dentre as quais: Delegacias Especializadas, Juizados/Varas Especializadas, Coordenadorias de Violência contra a Mulher, Casa da Mulher Brasileira, e Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CNJ, 2016).

Nessa perspectiva, o estágio em Psicologia na CEMULHER/ TJMA oferta uma experiência diferente dos espaços tradicionais da Psicologia Jurídica, uma vez que a Coordenadoria em questão atua fundamentada na Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário (CNJ, 2018), e não lida diretamente com processos judiciais de violência doméstica e familiar. Desta forma, a equipe multidisciplinar que compõe a CEMULHER/TJMA, na qual o

estágio em Psicologia se insere, realiza intervenções com fins formativos, educativos, reflexivos e de conscientização acerca das violências que as mulheres sofrem, com vista ao enfrentamento dessas violências, para o público interno e externo ao Sistema de Justiça.

Assim sendo, uma vez que integro a equipe multidisciplinar da CEMULHER/TJMA, participo de forma ativa, sob supervisão, de palestras, rodas de diálogo, reuniões de planejamento e de avaliação das ações que a Coordenadoria realiza no âmbito dos seus programas e projetos. Essa participação não acontece somente no dia da realização das palestras e rodas de diálogo referente a cada programa, mas se desdobra desde os bastidores das ações, com a elaboração de materiais informativos, como *folders* e a Cartilha de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, que são distribuídos aos participantes no final das atividades, e com a produção e escolha dos recursos didáticos que serão utilizados, como slides e/ou dinâmicas de grupo adequadas a cada contexto.

O planejamento é imprescindível, pois consiste na definição da metodologia que será utilizada na realização das atividades. Para tanto, são levados em consideração se o público participante se trata de homens, mulheres, adolescentes, ou servidores internos do Poder Judiciário, uma vez que para cada um desses públicos existe um programa com enfoque específico de conteúdo; a quantidade de pessoas, para se definir se ação acontecerá em forma de roda de diálogo, em caso de pequena quantidade, ou em formato de palestras, em caso de um quantitativo maior de pessoas. Também se atenta ao nível de escolaridade, o contexto social e econômico dos participantes, bem como o espaço onde a palestra ou roda de diálogo acontecerá, a fim de adequar a linguagem e os conteúdos à realidade e à demanda do público-alvo, para torná-los mais contextuais e acessíveis.

O trabalho interdisciplinar também é essencial, pois possibilita o diálogo com profissionais de diferentes áreas, como o Direito e o Serviço Social no contexto da CEMULHER/TJMA. Essa troca tem permitido não só a ampliação do olhar acerca das questões que circundam a violência contra as mulheres, considerando o campo formativo de cada um, mas também o compartilhamento de experiências profissionais diversas, dicas de estudo, recomendação de leituras e discussões significativas, tendo em vista as diferentes perspectivas das diferentes profissionais. Nesta senda, como apontam Melo *et al.* (2023, p. 4), ao relatarem sua experiência

multidisciplinar no campo da saúde, o “trabalho integrado permite o desenvolvimento de habilidades, como comunicação e autonomia sem fragmentação nas ações”, o que reforça os benefícios de uma atuação integrada com profissionais de diferentes áreas de formação.

Além disso, pode-se destacar também a experiência no Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência, realizado na 1ª Vara de Violência Doméstica, possibilitada através da parceria de trabalho estabelecida entre a CEMULHER/TJMA e a referida Vara especializada. Essa experiência, ponto de cruzamento entre a minha vivência de estágio no TJMA com as vivências das duas colegas com quem divido esta escrita, tem sido de fundamental importância, visto a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos referentes à facilitação de grupos reflexivos, e ante a possibilidade de me tornar um futuro facilitador.

À vista disso, destaco o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis à realização deste trabalho, como a elaboração de questionamentos que não induzam ou forneçam respostas, mas que provoquem reflexões nos participantes. Além disso, enfatizo o exercício constante de não julgamento, tendo em vista que isso dificulta o estabelecimento do vínculo com o grupo, essencial neste trabalho, e também porque os participantes são homens envolvidos em um contexto de estereotipização dos papéis de gênero, que os coloca em posição de privilégio, e não os instiga a refletirem sobre suas masculinidades e sobre as desigualdades de gênero cristalizadas na sociedade (Maranhão, 2023).

Trabalhar com uma temática tão sensível e importante como a violência doméstica, demanda uma base teórica que fundamente esta atuação, tendo em vista que a sociedade em que vivemos é estruturalmente machista e que, uma vez inseridos nela, acabamos por reproduzir alguns discursos que definem e estigmatizam os papéis de gênero. Diante disso, o estágio em Psicologia na CEMULHER/TJMA proporciona uma série de leituras e de discussões sobre gênero, masculinidades, e sobre as questões que envolvem essas temáticas, bem como a participação em cursos e seminários realizados sobre a atuação em rede, a aplicação da Lei Maria da Penha, o acolhimento de mulheres vítimas de violência, e sobre o fenômeno do feminicídio.

Todas essas experiências têm possibilitado a ampliação do olhar acerca das possibilidades de atuação na Psicologia Jurídica, bem como a desconstrução de

estigmas tanto em relação às mulheres, quanto em relação aos homens autores de violência. Desconstruções essas importantes ao desenvolvimento pessoal, enquanto ser humano e sujeito civil, e profissional, enquanto futuro psicólogo que deve atuar de forma ética e com comprometimento social e político.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se que as atividades desenvolvidas no estágio em Psicologia no Tribunal de Justiça do Maranhão, tanto na 1ª Vara da Mulher quanto na CEMULHER/TJMA, representam uma experiência imprescindível à formação profissional. Tais campos oportunizam o aperfeiçoamento de princípios técnico-científicos e éticos norteadores da atuação, direcionado às habilidades específicas ao âmbito da Psicologia Social e Jurídica, que devem estar alinhadas às demandas da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à equidade de gênero e à promoção dos direitos das mulheres. Além disso, o Tribunal de Justiça oferece um ambiente multidisciplinar, em que profissionais de diferentes áreas contribuem à efetivação da justiça social e da equidade, por meio da articulação e integração de diferentes enfoques na garantia de um manejo competente da complexidade do trabalho exercido no contexto jurídico.

No que diz respeito à atuação em equipe multiprofissional, *Abbad et al.* (2020) afirma no texto "Competências para o trabalho colaborativo em equipes multi e interdisciplinares no contexto de estágio", que a inclusão do estudante nessas equipes contribui à construção de competências interpessoais e ético-morais, visto que "O estágio é uma valiosa oportunidade para o educando testar os limites e as fronteiras entre disciplinas e profissões". Em virtude da troca de saberes que perpassa o trabalho colaborativo, como estagiários, aprendemos a integrar diferentes abordagens para resolver problemas complexos, pois tal vivência estimula a criatividade e a inovação, ampliando as possibilidades de soluções mais eficazes.

Sob esse prisma, o estágio TJMA promove uma inserção singular e excepcional no campo profissional da psicologia jurídica. Dessa maneira, dissertar acerca das repercussões do estágio na formação dos estagiários de Psicologia inseridos em equipes multidisciplinares atuantes no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher é fundamental por diversos motivos. Nessa perspectiva, este trabalho abre espaço para que a academia reflita sobre a necessidade de integrar,

de forma mais efetiva, os contextos de vulnerabilidade social e a interseccionalidade que atravessam esse debate nos currículos de Psicologia, promovendo a formação de profissionais mais preparados e com tato necessário para lidar com questões sociais contemporâneas.

À vista disso, por meio das experiências aqui elencadas, destacamos como a vivência neste campo contribui ao desenvolvimento de criticidade e amplia as noções sobre a realidade laboral, uma vez que o contato com o contexto em questão propicia questionamentos acerca da imprescindibilidade de uma atuação especializada e inclusiva no enfrentamento às violências de gênero, destacando que a transformação de uma estrutura social violenta depende de uma compreensão profunda e abrangente sobre os papéis de gênero e os seus impactos aos diferentes segmentos sociais.

Para tanto, mediante a atuação neste estágio refletimos principalmente sobre os avanços que ainda precisam ser feitos para que a rede de proteção envolva todas as mulheridades com um olhar interseccional que leve em consideração a formação complexa das suas subjetividades. Isto posto, o estágio junto ao TJMA favorece a compreensão para a necessidade de uma leitura interseccional dos profissionais da Psicologia que lidam com essas questões, a fim de garantir um atendimento mais humano e contextualizado, qualificando-os para o avanço de uma sociedade que luta pela equidade e justiça social.

Diante do exposto, afirma-se que o estágio no TJMA tem fornecido uma gama de experiências e conhecimentos a partir das atividades desempenhadas nos campos, as quais importantes à formação tanto pessoal quanto profissional, uma vez que as violências contra as mulheres, assim como as questões sociais que a atravessam, como o machismo e a misoginia, são, infelizmente, persistentes na sociedade e perpassa todas as esferas da nossa vida, devendo ser enfrentadas. Nesse âmbito, o psicólogo, enquanto um profissional que atua com diferentes pessoas advindas de diferentes contextos, deve estar inteirado dessas questões, a fim de contribuir com a erradicação das violências contra as mulheres, assim como das demais violências, conforme presume o Código de Ética Profissional (CFP, 2005).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 06 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço:** Conheça a rede de proteção à mulher vítima de violência, Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-a-rede-de-protecao-a-mulher-vitima-de-violencia/>. Acesso em: 04 de out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 128, de 17 de março de 2011.** Determina a criação de Coordenadorias Estaduais de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_128_17032011_22022017192521.pdf. Acesso em: 04 de out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 254, de 04 de setembro de 2018.** Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_254_04092018_05092018142446.pdf. Acesso em: 04 de out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação de psicólogos em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência/Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.** Brasília : CFP, 2012. 82p.

DE ALBUQUERQUE MELO, Maria Fernanda Guedes et al. O Nasf-AB como estratégia multiprofissional para a melhoria da assistência à saúde da comunidade: um relato de experiência. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 11, n. 1, 2023.

FERREIRA, E.M. B. et al. Experiência de Estágio Interdisciplinar na Cemulher – Tribunal De Justiça do Estado do Maranhão: reflexões da Psicologia e do Serviço Social. **Revista Interdisciplinar Sistema de Justiça e Sociedade**. v. 3, n.3, p. 40-41, 2022.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. Coordenadoria Estadual da Mulher. **Mapeamento do perfil dos homens autores de violência**: uma análise do grupo reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de São Luís. São Luís: Coordenadoria Estadual da Mulher/Esmam, 2023. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/bibliotecas/esmam/obras/>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

PEREIRA FILHO, Raimundo Ferreira. Intervenção com homens envolvidos com a situação de violência contra a mulher. **Revista Interdisciplinar Sistemas de Justiça e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 20-29, 2020.

PRETTO, M. A., TRILHA, J. P., THOMAZ, R. A. A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO JUDICIÁRIO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 9(9), 184-194, 2023.

REY, Fernando Luis Gonzales. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia** - caminhos e desafios. Cengage Learning Editores, 2002.

ROSA, Carla; DA SILVA, Bianca Maria Vieira. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE. Cacupé-**Revista de Textualidades Acadêmicas**, v. 1, n. 1, p. 71-76, 2024. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/cacupe/article/view/7158/6102>. Acesso em: 02 de outubro de 2024.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Cartilha de Estágio**. São Luís: TJMA, 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Guia prático para formação e condução dos grupos para autores de violência doméstica**. Curitiba, 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Violência Doméstica contra a Mulher**: dados estatísticos da Vara Especializada da comarca de São Luís. SÃO LUÍS: TJMA, [2019]. https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/portalweb/dados_estatosticos_vara_da_mulher_de_so_luis_ano_2018_24032021_1901.pdf

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Resolução nº 30, de 04 de agosto de 2011**. Institui a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, nos termos da resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/portalweb/20110805_resolucao_302011cordenadoria_est.da_mulher.pdf. Acesso em: 04 de out. 2024.

**INTEGRANDO PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS NA FORMAÇÃO DE
PSICÓLOGOS ESCOLARES: caminhos para uma educação mais inclusiva.**

Bianca Randressa Figueredo de Carvalho¹

¹ Universidade Federal do Maranhão; Discente do Programa de Pós- Graduação em Psicologia (MESTRADO); Especialista em Gestalt Terapia com ênfase em clínica; psicologabiancaf@gmail.com.

RESUMO

A formação de psicólogos escolares com enfoque anticapacitista é crucial para promover a inclusão e combater a discriminação nas escolas. Isso envolve repensar metodologias, integrar saberes e desenvolver habilidades para garantir uma educação equitativa.

1. INTRODUÇÃO

A formação de psicólogos escolares é fundamental para a construção de um ambiente educacional inclusivo, especialmente em um contexto que valoriza a diversidade e o respeito às diferentes necessidades dos estudantes. Nesse cenário, a abordagem das práticas anticapacitistas emerge como uma ferramenta essencial para dismantelar as barreiras que ainda persistem nas instituições de ensino. O capacitismo, que se caracteriza por discriminações e preconceitos contra pessoas com deficiência, não só afeta a percepção social, mas também se infiltra nas práticas pedagógicas, perpetuando uma cultura de exclusão. Em contrapartida, o anticapacitismo propõe uma reavaliação crítica dessas práticas, incentivando uma educação que reconheça e valorize a singularidade de cada estudante. Este ensaio teórico visa explorar os desafios e oportunidades enfrentados na integração de práticas anticapacitistas na formação de psicólogos escolares, proporcionando uma análise dos princípios fundamentais que sustentam essas abordagens. A compreensão das dinâmicas entre capacitismo e anticapacitismo é crucial para a capacitação desses profissionais, permitindo-lhes contribuir efetivamente para uma educação inclusiva. Ao longo deste trabalho, serão discutidos não apenas os obstáculos que dificultam essa formação, mas também as metodologias e estratégias que podem ser implementadas para promover práticas educacionais que respeitem a diversidade. Em última análise, busca-se evidenciar a importância de uma formação que, ao incorporar os princípios anticapacitistas, não apenas transforma a prática profissional, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes.

2. FUNDAMENTOS DAS PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES

Desde as sociedades primitivas existe o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência. Ao longo da história, mesmo em diferentes épocas e sociedades, sempre houve a categorização dos corpos e marginalização daqueles considerados diferentes, cujo destino se resumia a morte, abandono ou entretenimento de outras pessoas. Com o avanço do capitalismo, as pessoas com

deficiência passaram a ser consideradas improdutivas e ineficientes, e com o desenvolvimento da medicina, que se ocupou de patologizar os corpos “não normativos” e definir quem poderia ou não exercer as atividades laborais, a segregação aumentou, especialmente pelas ciências médicas estudarem sobre as pessoas com deficiência sem considerar as próprias vivências desse grupo (CHIBA, 2023).

Piccolo (2024) descreve o capacitismo como um sistema que se baseia em estruturas mentais, conceitos e representações que grupos hegemônicos utilizam para dar sentido aos fenômenos sociais, o que ajuda a explicar como as sociedades se organizam e como o poder se estabiliza, e enfatiza que essa discriminação não se limita à luta das pessoas com deficiência, pois também se estende à outras formas de opressão social.

Partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes. Ademais, as capacidades normativas que sustentam o capacitismo são compulsoriamente produzidas com base nos discursos biomédicos que, sustentados pelo binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”, visando se afastar do que é considerado abjeção. Ademais, há uma estreita relação entre o capacitismo e as práticas eugênicas, uma vez que, com base no pressuposto da corponormatividade, justificou-se o uso compulsório de práticas de encarceramento, esterilização involuntária e até de eliminação das pessoas com deficiência. Outrossim, o capacitismo também tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico. (GESSER, BLOCK E MELLO, 2020, p18).

Assim, é extremamente importante que a luta anticapacitista se integre às lutas feministas, antirracistas, anticlassistas, decoloniais e queer, pois todas as discriminações que estas lutas combatem estão interseccionalmente relacionadas.

Silva, Souza e Souza (2023) compreendem que a perspectiva anticapacitista reflete um compromisso com a justiça social para todas as pessoas com deficiência, independentemente de sua posição na sociedade, se fundamentando em princípios democráticos e se manifestando por meio de práticas que promovam a interseccionalidade ao abordar desigualdades sociais, a visibilidade e inclusão,

valorizando a diversidade frente a uma visão capacitista e produtivista, o fortalecimento dos movimentos sociais por meio de uma agenda coletiva unificada, assim como a criação de políticas sociais que enfrentem a exclusão e a opressão vivenciadas.

Além disso, essa visão considera a totalidade das pessoas com deficiência, reconhecendo que são formadas por suas escolhas, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, religiosidade, experiências territoriais e diversidade cultural. Também busca a eliminação das diversas barreiras que impedem um futuro sustentável, o rompimento do isolamento social e o fortalecimento da interdependência e equidade social, respeitando as particularidades de cada indivíduo. O objetivo é eliminar preconceitos, discriminações e descredibilidade, promovendo a libertação coletiva (CHIBA, 2023; SILVA, SOUSA E SOUZA, 2023)

(...) entendemos que a perspectiva emancipatória tem como principais características: a) o entendimento da deficiência como uma forma de opressão social; b) a necessidade de visibilização das barreiras sociais que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência; c) a crítica ao processo de patologização e objetificação da pessoa com deficiência; d) a análise dos efeitos do entrelaçamento entre gênero, raça, deficiência e outras categorias sociais para a produção de subjetividades e vulnerabilidades; e) a importância de produzirmos conhecimentos e práticas psicossociais com as pessoas com deficiência, subvertendo a histórica associação desse grupo social ao desvio e à patologia, em consonância com o lema “Nada sobre nós, sem nós” . (GESSER, BLOCK E MELLO, 2020, p28).

A abordagem anticapacitista é fundamental para uma educação inclusiva, pois busca desconstruir as concepções tradicionais que perpetuam a exclusão e a marginalização de pessoas com deficiência. Essa perspectiva enfatiza a valorização da diversidade e a promoção de um ambiente educacional que respeite e acolha todas as diferenças, pois o anticapacitismo além de promover a desconstrução de estigmas, promovendo uma visão mais ampla que reconhece as potencialidades de cada indivíduo, e defender a eliminação de barreiras, sejam físicas, atitudinais e/ou comunicacionais, favorece a integração entre diferentes saberes e práticas, reconhecendo a importância da colaboração entre educadores, psicólogos e outros profissionais. Essa colaboração é essencial para desenvolver estratégias que atendam às necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas singularidades e potencialidades e elevando a instituição de ensino à um espaço de transformação

social, onde se busca não apenas a inclusão de indivíduos, mas a mudança das estruturas sociais que perpetuam a exclusão. (CHIBA, 2023; NASCIMENTO, 2019).

Nascimento (2019) afirma que a função do psicólogo escolar é essencial para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, desempenhando um papel crucial ao implementar abordagens que desafiem as normas capacitistas e promover a inclusão, desconstruindo estigmas, oferecendo apoio emocional, colaborando com outros profissionais e capacitando educadores.

3. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES

A Psicologia Escolar é quase tão antiga no Brasil quanto a profissão de psicólogo, ainda assim, sua prática sofre críticas por ser considerada insuficiente em relação às questões educacionais. Em parte, isso acontece pela atuação equivocada de alguns profissionais que exercem a clínica no ambiente escolar ou focam em psicodiagnósticos, somado ao desenvolvimento dessa área psicológica, que inicialmente era predominantemente relacionada à Psicometria, se ocupando de avaliar crianças e propagar intervenções clínicas individuais nas instituições de ensino (DIAS, PATIAS e ABAID, 2014).

A formação do psicólogo muitas vezes é caracterizada por um enfoque tecnicista e biologicista, que não contemplando adequadamente modelos inclusivos e perspectivas emancipatórias. O que resulta numa formação que se concentra em diagnósticos e na redução dos problemas de aprendizagem, em vez de preparar os psicólogos para atuar de forma mais ampla e inclusiva no ambiente escolar. Além disso, existe uma falta de compreensão tanto por parte dos psicólogos quanto da sociedade sobre o papel desse profissional nas instituições educacionais, o que limita sua atuação e a percepção dos benefícios que a psicologia pode trazer ao ambiente escolar. Ademais, a psicologia escolar é frequentemente vista como uma prática ligada à assistência social, tornando-se uma despesa extra para a escola, não uma parte essencial do quadro funcional. Essas barreiras dificultam a implementação de práticas que promovam uma educação inclusiva e eficaz, evidenciando a necessidade

de uma formação mais politizada e voltada para as realidades sociais e educacionais contemporâneas. (SILVA et al. 2020; DIAS, PATIAS e ABAID, 2014).

Da mesma forma, faz-se necessário que o psicólogo escolar conheça os indivíduos e os contextos em que atua, com suas histórias, culturas e especificidades. É preciso conhecer a realidade a partir da análise de diferentes dimensões, com a histórica, a cultural, a política e outras, para que o conhecimento produzido possa explicar a complexidade dos fenômenos e oferecer subsídios concretos para a realização de intervenções eficazes. A Psicologia, nesse sentido, deve assumir uma dimensão crítica e política, apresentando uma preocupação constante com a realidade social imediata. (DIAS, PATIAS e ABAID, 2014, p.109).

Mesmo as instituições de ensino superior podem manter práticas tradicionais que não favorecem a inclusão. Essa resistência pode estar relacionada tanto à falta de compreensão sobre a importância da psicologia escolar e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, quanto da inércia institucional e falta de formação adequada. A mudança de paradigmas educacionais requer um esforço conjunto de todos os profissionais da educação. Além disso, preconceitos em relação a grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, população LGBT, e outros, também podem se manifestar dentro das universidades, podendo afetar a forma como os alunos são tratados e como as políticas de inclusão são implementadas. Ademais, a falta de sensibilização e formação sobre a diversidade e inclusão contribui para a perpetuação desses preconceitos. (SILVA et al. 2020; DIAS, PATIAS e ABAID, 2014; NURENBERG, 2009).

Para superar os desafios enfrentados na prática profissional e acadêmica dos psicólogos escolares e promover uma formação mais inclusiva, é fundamental que os cursos de Psicologia revisem seus currículos para incluir conteúdos que abordem a educação inclusiva, diversidade e práticas pedagógicas. A formação continuada também pode ajudar esses profissionais a se adaptarem às novas demandas do ambiente escolar, desde que esteja focada em atualizações sobre práticas inclusivas, metodologias de ensino e intervenções que considerem as especificidades de diferentes grupos de alunos. (DIAS, PATIAS e ABAID, 2014; NURENBERG, 2009).

Incorporar o ensino superior ao debate da educação inclusiva não só contribui para alargar o horizonte político da luta pelos Direitos Humanos das pessoas com deficiência como também permite garantir maior legitimidade à noção de *pessoa com deficiência*, não como problema social ou institucional a resolver (como tantas vezes ouvimos), mas como sujeito humano ativo e digno de vida semelhante àqueles que não têm deficiências físicas, sensoriais e intelectuais. As diferenças humanas oportunizam o enriquecimento das trocas sociais,

e portanto, não devem ser tomadas como obstáculo à manutenção das rotinas e atividades institucionais, mas como oportunidade para o incremento de sua capacidade de inclusão social. (NURENBERG, 2009, p.165).

Segundo Nurenberg (2009), as instituições de ensino devem implementar políticas claras de inclusão que orientem a prática pedagógica, e essas políticas devem ser acompanhadas de formação e suporte para todos os profissionais envolvidos, garantindo que a inclusão seja uma prioridade na cultura institucional. O autor ainda defende que essas estratégias devem ser elaboradas com a participação ativa das pessoas com deficiência, que além de facilitar seu acesso ao conhecimento, é necessário promover seu empoderamento e condições para que protagonizem a luta pela inclusão e criar um ambiente educacional mais acolhedor, onde todos possam ter acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças.

4. ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES PARA PROMOVER UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E ANTICAPACITISTA

A formação de psicólogos escolares deve transcender as abordagens tradicionais, incorporando metodologias inovadoras que favoreçam uma educação mais integrada e inclusiva. Uma estratégia efetiva é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que permite aos alunos desenvolver intervenções práticas para questões reais enfrentadas nas escolas. Essa metodologia promove habilidades de colaboração e resolução de problemas, essenciais na atuação profissional. Outra prática valiosa é a análise de estudos de caso reais, que proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas escolares e das necessidades dos alunos. Essa abordagem incentiva a reflexão sobre experiências e a elaboração de estratégias de intervenção baseadas em evidências. Simulações e dramatizações também se destacam, permitindo que os alunos vivenciem situações como mediação de conflitos e interação com alunos com diferentes necessidades, promovendo empatia e uma compreensão mais ampla das realidades escolares (NASCIMENTO, 2019; NURENBERG, 2009; MACHADO, ALMEIDA e SARAIVA, 2009).

A formação interdisciplinar é igualmente crucial, pois a colaboração com outros cursos, como pedagogia e serviço social, enriquece a formação ao possibilitar uma troca de saberes. Além disso, a incorporação de tecnologias educacionais facilita o

acesso a recursos e cria ambientes de aprendizagem dinâmicos, essenciais para o preparo dos alunos frente às demandas contemporâneas. Incentivar a reflexão crítica e a autoavaliação é fundamental para desenvolver uma postura reflexiva, permitindo que os futuros psicólogos analisem suas crenças e busquem práticas que promovam inclusão e diversidade. Por fim, programas de mentoria e supervisão oferecem aos alunos a oportunidade de aprender com profissionais experientes, aplicando suas habilidades em contextos reais e recebendo feedback construtivo. Essas metodologias inovadoras são fundamentais para a formação de psicólogos escolares, preparando-os para os desafios da educação inclusiva e promovendo uma abordagem holística e colaborativa em seu trabalho (NASCIMENTO, 2019; NURENBERG, 2009; MACHADO, ALMEIDA e SARAIVA, 2009).

Ao ser convocados, na função de psicólogos, a realizar um trabalho em uma escola, por exemplo, o foco de nossos olhares se localiza naquilo que se denominou de funcionamento institucional, isto é, habitamos território estabelecido por práticas, saberes e relações de poder. Habitar esse território de maneira não ingênua implica ter acesso às funções que ocupamos quando vamos às escolas. A maneira como habitamos esse território não depende apenas de nossas intenções e de nossos objetivos, mas também da forma como incluímos as demandas dos educadores e os usos que são feitos em da presença de psicólogos nas instituições. E, como veremos, se não analisarmos essas demandas, ocupamos o espaço de maneira a cair nas raias do instituído sem poder questioná-lo, sendo cúmplices de práticas sedutoras de assujeitamento. (MACHADO, ALEMIDA e SARAIVA, 2009, p.22)

Nascimento (2019) afirma que o desenvolvimento de habilidades e competências específicas é essencial para que psicólogos escolares atuem de forma inclusiva e eficaz, defendendo que a empatia e a sensibilidade cultural são fundamentais para entender e respeitar as diversas realidades dos alunos, especialmente aqueles de grupos marginalizados. Além disso, habilidades de comunicação eficaz são indispensáveis, permitindo interações claras com alunos, pais e educadores. Um sólido conhecimento sobre diversidade, inclusão e capacitismo também é vital, abrangendo legislações e melhores práticas para atender alunos com necessidades educacionais especiais. Os psicólogos escolares devem ser capacitados em intervenções e mediação, utilizando técnicas que promovam a inclusão e o apoio emocional. A colaboração interdisciplinar é igualmente importante, exigindo trabalho em equipe com educadores e outros profissionais para criar um ambiente escolar inclusivo. A análise crítica e a reflexão sobre práticas educativas

ajudam a questionar normas capacitistas e buscar melhorias constantes. Flexibilidade e adaptabilidade são cruciais para ajustar estratégias às dinâmicas escolares variadas.

As autoras Ferreira, Gesser e Böck (2024) sustentam que a formação anticapacitista pode ter um impacto significativo na prática educacional e no ambiente escolar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, ela promove uma mudança de mentalidade, ajudando educadores a reconhecer e desafiar suas próprias crenças e preconceitos sobre a deficiência, o que resulta em uma abordagem mais inclusiva e respeitosa. Além disso, educadores capacitados podem desenvolver e implementar práticas pedagógicas inclusivas, garantindo que todos os alunos tenham acesso igualitário ao aprendizado. Essa formação também contribui para a criação de um ambiente escolar positivo, onde os alunos se sentem valorizados e respeitados, o que pode reduzir casos de bullying e discriminação. A formação incentiva ainda a colaboração entre educadores, alunos e famílias, promovendo um suporte mais eficaz para as necessidades específicas de alunos com deficiência. Por fim, educadores informados sobre anticapacitismo podem influenciar a elaboração e implementação de políticas escolares que promovam a inclusão e a equidade, beneficiando toda a comunidade escolar.

5. CONCLUSÃO

A formação de psicólogos escolares, quando pautada por princípios anticapacitistas, é crucial para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Este ensaio destaca que, para dismantelar as estruturas capacitistas enraizadas nas práticas pedagógicas, é necessário um compromisso coletivo que envolva a mudança de mentalidades, o desenvolvimento de habilidades específicas e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A integração de diferentes saberes, aliada a uma reflexão crítica sobre as normativas existentes, pode levar à criação de políticas educacionais mais justas e equitativas. Além disso, a colaboração entre educadores, psicólogos e a comunidade escolar se torna um pilar essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade. Assim, promover uma formação que valorize a diversidade e respeite as singularidades não apenas transforma a prática profissional, mas também enriquece a experiência educacional,

contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Em suma, a luta contra o capacitismo deve ser parte integrante da formação e atuação dos psicólogos escolares, refletindo um compromisso com a dignidade e os direitos de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

PICCOLO, Gustavo Martins. Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. **Rev. Bras. Cie. Soc.** v. 39, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/39015/2024>. Acesso em: 09 set. 2024.

CHIBA, Livia Naomi. **Deficiência e Capacitismo: Uma investigação a partir dos “Estudos Sobre a Deficiência”**. 2023. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1726969088617>. Acesso em: 09 set. 2024.

GESSER, Marivete. BLOCK, Pamela. MELLO, Anahí Guedes de. ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In:

GESSER, Marivete. BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. LOPES, Paula Helena. (Org.) **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-36.

SILVA, Bismarck Oliveira da; SOUZA, Anna Beatriz Valentim de; SOUZA, Juciara Gomes de Matos. ANTICAPACITISMO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS DA PRÁXIS NO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 299– 313, 2023. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6738>.

Acesso em: 12 set. 2024.

DIAS, Ana Cristina Garcia. PATIAS, Naiana Dapieve. ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo. v. 18. n. 1. Jun 2014. p. 105-111. Disponível em: scielo.br/j/pee/a/kFwV64ThTqNSNpp6NYmPft/?lang=pt. Acesso em: 20 set 2024.

SILVA, Matheus Rodrigues da. FREITAS, Mylena Alves. GAMA, Thalilla Alves. LIMA, Anne Karoline Teodoro. SILVA, Tainá Dal Bosco. PSICOLOGIA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: da formação à atuação profissional. **8º PESQUISAR**. Faculdade Alfredo Nasser, 2020. Disponível em: unifan.edu.br/unifan/aparecida/wpcontent/uploads/sites/2/2020/07. Acesso em: 19 set 2024.

NURENBERG, Adriano Henrique. Rompendo barreiras atitudinais no contexto do ensino superior. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. P. 153-166.

FERREIRA, S. de M.; GESSER, M.; BÖCK, G. L. K. Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 1, p. e5821, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5821/4382>. Acesso em: 18 set 2024.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 2019, v. 71, n. 1, p. 6-18. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672019000100002. Acesso em: 18 set 2024.

MACHADO, Adriana Marcondes; ALMEIDA, Izabel; SARAIVA, Luis Fernando de Oliveira. Rupturas necessárias para uma prática inclusiva. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. P. 21-35.

O QUE É A PERÍCIA PSICOLÓGICA NA REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Richardson Gomes Lima da Silva¹

¹ Psicólogo do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA). E-mail: richlima@yahoo.com.br

RESUMO

A perícia psicológica é um elo crucial na rede de proteção para investigar crimes contra crianças e adolescentes. Por ser um tema delicado, a perícia exige técnica, cuidado e proteção para obter depoimentos confiáveis e garantir a totalidade dos direitos desse público-alvo.

1 INTRODUÇÃO

A perícia psicológica vem se mostrando, ao longo dos anos, uma excelente ferramenta de materialização de delitos que não deixam vestígios físicos, tais como assédios, injúrias raciais, ameaças e abusos sexuais sem penetração. Por meio dela, os operadores do Direito podem chegar à realidade psicológica dos agentes envolvidos, fato de grande relevância quando se trata de crimes envolvendo violência contra crianças e adolescentes.

A perícia psicológica é um tipo de exame pericial que requer competências exclusivas e formação acadêmica diretamente relacionada aos procedimentos a serem realizados. Faz parte da Psicologia Jurídica e está diretamente ligada ao fornecimento de informações técnico-científicas ao magistrado, no que diz respeito à matéria em Psicologia (GAVA *et al.*, 2013; ORTIZ, 1986; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014). Para tanto, faz-se necessário que o psicólogo compreenda certos aspectos da doutrina jurídica que estejam relacionados à sua atuação enquanto perito (ROVINSKI, 2013; HUTZ *et al.*, 2020; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014; ROVINSKI & PELISOLI, 2024).

A perícia psicológica encontra-se amparada pela lei nº 4.112/62, que dispõe sobre a profissão do psicólogo, e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, que estabelece os limites da atuação profissional junto à justiça (POLAK, 2013; BRASIL, 1962; CFP, 2014; ROVINSKI & PELISOLI, 2024). São áreas de atuação do perito psicólogo a psicologia forense familiar, a perícia psicológica trabalhista, a psicologia investigativa, a vitimologia, a investigação policial, os litígios conjugais, a psicologia do testemunho e a autópsia psicológica, entre outras (HUTZ *et al.*, 2020; GAVA *et al.*, 2013; ORTIZ, 1986; POLAK, 2013; PEREIRA, 2014; SILVA & LEMOS, 2009; MAIA, 2003; HILÁRIO, 2002; MIRA Y LOPEZ, 2009).

1.1 o Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA)

O Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA) é um órgão pericial ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão que tem como principal objetivo a realização de perícias médicas, psicológicas e sociais em crianças e adolescentes supostamente vítimas de todo tipo de violência (física, sexual, psicológica ou negligência). No entanto, algumas práticas realizadas junto às crianças e aos adolescentes antes que elas passem pelos procedimentos periciais estão levando à revitimização desse público-alvo, o que influi negativamente na preservação da integridade física e psicológica destas vítimas, um dos objetivos mais prezados pela Rede de Proteção.

No âmbito nacional, o IPCA inaugurou uma nova forma de escuta técnica para crianças e adolescentes trazendo, ao longo dos últimos 20 anos, a avaliação pericial para elucidação das queixas criminais afetando a infância e a adolescência do estado do Maranhão, buscando subsidiar os inquéritos policiais e esclarecer as mais diversas situações, ressaltados os direitos de crianças e adolescentes. Sabese que muitas vezes a elucidação de um delito depende dos testemunhos obtidos em relação ao fato, mas os relatos deste público-alvo, sobretudo das crianças, podem não corresponder a uma memória fidedigna dos acontecimentos, por diversos motivos (RODRIGUES *et al.*, 2024).

Entre esses motivos, encontra-se a sugestionabilidade não-intencional que os próprios agentes da Rede de Proteção realizam junto às crianças, como questioná-las de forma diretiva a respeito do suposto delito ou, ainda, repetidas vezes acerca de uma situação que não aconteceu e que ela já negou. Em ambos os exemplos, surgem informações que não condizem com a realidade concreta e que podem levar a desdobramentos cada vez mais críticos, nos quais a criança ou o(a) adolescente sente cada vez mais a necessidade de manter aquele discurso para não desapontar seu interlocutor. Quando a situação envolve a justiça, este tipo de comportamento pode levar à responsabilização criminal de um inocente, e em alguns casos, até mesmo à impunidade de um agressor.

Para os profissionais da perícia psicológica estas condições subjetivas da vítima funcionam como *cenários de crime inidôneas*, ou seja, aquelas em que houve interferência de terceiros no local do crime antes da realização da perícia. Nestes casos específicos de crianças ou adolescentes vítimas de violência, as “cenários de

crime” encontram-se na percepção, na memória, na afetividade e/ou na subjetividade da vítima.

Assim, este trabalho tem como objetivo mostrar aos agentes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes (familiares, escolas, conselheiros tutelares, serviços de saúde, segurança pública, assistência social, etc.) “como manter as cenas de crime preservadas”, em relação ao psiquismo de crianças e adolescentes vítimas de violência. Estes cuidados podem se iniciar desde o momento da revelação e se manterem até mesmo após a finalização dos procedimentos periciais, de modo a evitar a revitimização desse público-alvo e minimizar os eventuais danos decorrentes da investigação acerca do fato em tela.

2. A REVELAÇÃO

O processo de garantia dos direitos de crianças e adolescentes se inicia antes mesmo que a criança ou o adolescente relate a um adulto de confiança a violência sofrida. É importante que a criança ou o(a) adolescente seja orientado, tão cedo quanto possível, a reconhecer eventuais situações inapropriadas ou perigosas ao seu bem-estar pelas quais esteja passando e a ter, com um adulto responsável, um vínculo de confiança que lhe permita relatar todas as suas aflições sem medo de ser julgada. Estas orientações devem acontecer de maneira apropriada à sua capacidade de compreensão em cada etapa de seu desenvolvimento.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2022), referindo-se a situações de abuso sexual, mas cujas orientações podem ser estendidas a qualquer tipo de violência, é importante conversar com as crianças sobre o que é o abuso sexual (ou outras condutas inapropriadas), adequando-se, obviamente, a linguagem para cada idade e, se possível, utilizando-se recursos lúdicos que tornem a experiência menos assustadora. É importante também retornar ao assunto ocasionalmente, de modo que o conhecimento não seja esquecido pela criança.

A SBP (2022) alerta que mesmo com todos esses cuidados, o abuso pode ainda ocorrer, porém as chances de isso acontecer se tornam bastante reduzidas.

Nestes casos, a criança deve ter a certeza de poder contar com alguém de confiança para revelar a situação vivenciada, seja ela de violência sexual ou de qualquer outro tipo.

Ainda assim, a revelação de uma situação de violência não é tão fácil quanto parece, principalmente para crianças e adolescentes. Como já dito, muitas vezes o agressor faz ameaças contra a integridade física da vítima ou de seus familiares, silenciando-a através do medo. Também são frequentes as circunstâncias em que o ofensor oprime a vítima ao sigilo pela exibição ou uso de seu poder físico contra ela ou a engana por meio do uso de seu poder argumentativo, de promessas ou da oferta de presentes.

Assim, nos contextos de revelação, o adulto precisará ouvir atentamente o relato da vítima, evitando perguntar pormenores desnecessários e tentando, o máximo possível, criar um ambiente emocionalmente seguro para a ocorrência da revelação. Neste momento, a principal preocupação do responsável deve ser no cuidado da criança ou adolescente. Portanto, deve tentar ao máximo impedir o contato desta com o suposto ofensor e assim reduzir as oportunidades que ele teria para repetir as agressões. Além disso, devem ser evitadas as soluções parciais, tais como conflitos diretos ou os acordos com o ofensor, o que poderia prejudicar o processo de apuração do delito cometido.

É compreensível que muitos responsáveis se sintam inseguros em procurar os órgãos de proteção ou comunicar as autoridades policiais sobre uma situação de violência que não presenciaram e apenas tomaram conhecimento com base no relato da criança ou adolescente. Geralmente essa insegurança está relacionada ao imaginário de que poderá sofrer algum tipo de represália do ofensor ou da justiça, por exemplo, um processo ou multa, caso a situação de violência narrada não seja verdadeira.

Neste sentido, é preciso reforçar que nenhuma consequência negativa pode ser imputada ao cidadão que agiu de boa-fé ao noticiar uma autoridade sobre uma possível infração penal, posto que está exercendo seu direito e agindo para proteger a criança/adolescente. Verificar a procedência das informações e oportunizar que o ofensor apresente sua defesa não são atividades que competem ao cidadão, mas às autoridades no decurso do inquérito policial e do processo judicial.

Feito isto, o adulto e a criança/adolescente se encaminharão ao Conselho Tutelar do bairro ou à delegacia mais próxima, onde serão orientados com relação aos próximos passos a serem tomados. Geralmente, na delegacia, os procedimentos consistem de uma primeira audiência com o responsável pela criança ou adolescente para identificação da notícia-crime, o registro de um Boletim de Ocorrência com as informações pertinentes e o encaminhamento para realização de exames periciais, que podem ser médicos, psicológicos e/ou sociais.

3. O QUE É A PERÍCIA PSICOLÓGICA?

No âmbito criminal, a perícia é uma atividade técnico-científica indispensável à elucidação dos crimes e uma função legalmente prevista no sistema judiciário, que tem como principal atribuição os *exames de corpo de delito* com vistas a elucidar a dinâmica criminosa por meio da análise científica das cenas de crime (SOUZA, 2011; ALMEIDA, 2009). Um exame de corpo de delito consiste de uma análise técnica do conjunto de *vestígios* presentes em uma cena de crime com o objetivo de interpretar as circunstâncias da infração e, quando possível, apontar as pessoas envolvidas (ALMEIDA, 2009; VARGAS & KRIEGER, 2014).

Quando o vestígio é de natureza material e é obtido diretamente da cena de crime, tem-se o exame de *corpo de delito direto*. No entanto, o perito pode contar também com os relatos de pessoas que testemunharam o crime, de modo a confirmar ou refutar as hipóteses que ele tenha levantado a respeito da dinâmica do delito. Dessa forma, o perito obtém o *corpo de delito indireto*, quando os elementos para análise são obtidos através do relato ou do testemunho de terceiros (BRITO, 2014).

Nos casos de violência contra crianças e adolescentes, a *perícia criminal psicológica* geralmente trabalha com cenas de crime inidôneas (ou seja, aquelas em que houve interferência de terceiros no local do crime antes da realização da perícia), pois, além das características próprias dos processos psicológicos capazes de alterar a memória dessas vítimas, muitas vezes os responsáveis ou mesmo os agentes da Rede de Proteção realizam uma sugestionabilidade não intencional junto às crianças, Isto seria o equivalente a retirar ou, principalmente, acrescentar elementos à “cena de

crime imaterial” presente na memória da criança/adolescente, dificultando ou até mesmo prejudicando a análise pericial.

4. COMO É REALIZADA A PERÍCIA PSICOLÓGICA?

A Psicologia considera que um testemunho que contenha exatidão e credibilidade depende de três fatores: percepção, memória e capacidade de expressar o fato (PEREIRA, 2014; MIRA Y LOPEZ, 2009; AMBROSIO, 2010).

A *percepção* é a capacidade em reunir as informações obtidas pelos meios sensoriais em um todo significativo. Uma vez apreendidas pelos sentidos, as informações da realidade exterior precisam ser armazenadas na *memória* de modo a serem passíveis de evocação posterior. Enquanto os processos de fixação de memórias são influenciados por condições orgânicas, os de evocação são fortemente influenciados pelos afetos e emoções da testemunha (AMBROSIO, 2010). Logo, se o ambiente de recolhimento dos testemunhos evocar emoções desagradáveis, mais difícil será a evocação das memórias necessárias a um testemunho fidedigno (PEREIRA, 2014).

As crianças, principalmente, podem também não encontrar condições de se *expressar* de maneira objetiva, uma vez que seu testemunho pode ser afetado pela imaturidade, imaginação e/ou sugestibilidade. Da mesma forma, crianças ou adolescentes com condições orgânicas específicas (paralisia cerebral, transtorno de espectro autista, alguns casos de síndrome de Down, etc.) podem ter a exatidão ou a credibilidade de seus relatos prejudicada.

Outros aspectos relacionados à credibilidade dos testemunhos referem-se ao *lapso temporal decorrido* entre o fato e o testemunho, à *idade das testemunhas* e à *forma de obtenção* dos relatos (PEREIRA, 2014; MIRA Y LOPEZ, 2009; AMBROSIO, 2010):

- a) No primeiro caso, quanto mais tempo transcorrer entre o evento a ser testemunhado e o depoimento, menos preciso tende a ser o testemunho;
- b) Quanto à idade das testemunhas, acredita-se que crianças (por serem altamente sugestíveis) e idosos (por recordarem mais

facilmente o passado remoto do que o passado recente) não tenham testemunhos muito fidedignos;

c) Quanto à forma de obtenção dos relatos, se esta é realizada por meio de perguntas diretivas, pode induzir a expressão dos relatos da testemunha em determinadas direções. Por esse motivo, o interlocutor deve intervir o mínimo possível no depoimento da testemunha e iniciar o diálogo por perguntas abertas e imparciais (Como? Quando? Onde? Quem? Por quê? O quê?).

Nestes casos, o perito, mesmo diante de todas as imprecisões inerentes aos vestígios imateriais, tanto mais próximo estará da verdade quanto mais recursos técnicos ele se utilizar para chegar à verdade real dos fatos. Para esse fim, deve apropriar-se das técnicas adequadas e conhecer profundamente não só os conhecimentos teóricos próprios da Psicologia, mas também da legislação específica de sua área de atuação. Somente assim realizará uma avaliação ao mesmo tempo abrangente e precisa, capaz de integrar as informações pertinentes sem prejuízo da verdade real dos fatos.

5. DIFERENÇAS DA PERÍCIA PSICOLÓGICA PARA O DEPOIMENTO ESPECIAL

No âmbito judiciário, a escuta de crianças e adolescentes ainda é um tema complexo e delicado, que exige um aprimoramento constante nas suas formas de condução (COELHO & MARINHO, 2023; FRONER & RAMIRES, 2008). Como as crianças e adolescentes não podem ser considerados plenamente desenvolvidos cognitivamente, emocional e simbolicamente, teoricamente não apresentariam condições de se expressar de maneira objetiva, inviabilizando as provas testemunhais obtidas através das oitivas padrão (NAPOLI, 2010). Além disso, muitas vezes tais depoimentos envolvem relatos sobre familiares ou pessoas próximas, por quem a vítima pode nutrir sentimentos ambivalentes ou, ainda, há o constrangimento e a insegurança da vítima para relatar a agressão sofrida, diminuindo assim a credibilidade do testemunho (NAPOLI, 2010; RIBEIRO et al., 2013).

Nesse contexto, foi desenvolvido pelo Judiciário do Rio Grande do Sul, no ano de 2003, o denominado “depoimento sem danos” (atualmente conhecido por *depoimento especial*), uma alternativa à inquirição de crianças ou adolescentes que tenham sido vítimas ou testemunhas de crimes de natureza diversa. Este procedimento tenta adaptar a tomada de depoimentos ao nível de desenvolvimento das crianças e adolescentes de modo a auxiliar a justiça na elucidação dos crimes e tem como principal objetivo ouvir a criança apenas uma vez, para que não ocorram danos emocionais adicionais com a repetição da narrativa da violência sofrida. Desde então, vem sendo sistematicamente solicitada, sobretudo em denúncias de abuso sexual e disputas de guarda (ROVINSKI & PELISOLI, 2024; CNJ, 2021; COIMBRA *et al.*, 2021; COELHO & MARINHO, 2023; MEDEIROS, 2022; NAPOLI, 2010; BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008; BRITO *et al.*, 2006).

Da mesma forma que na perícia psicológica, para evitar maiores distorções nos relatos de crianças durante o depoimento especial busca-se realizar perguntas simples e não indutivas, aguardando algum tempo após a resposta de modo a se certificar que a criança concluiu o seu raciocínio. Não é adequado repetir uma pergunta para a qual a criança não forneceu resposta, pois esta pode não a ter compreendido, não desejar responder ou ainda não confiar inteiramente no entrevistador (ROVINSKI & PELISOLI, 2024; PEREIRA, 2014; COIMBRA *et al.*, 2021; MEDEIROS, 2022).

Igualmente, se a resposta fornecida pela criança não foi elucidativa, deve-se tentar seguir seu raciocínio e questionar os pontos duvidosos de outra forma, pois a repetição da pergunta pode levá-la a acreditar que forneceu uma resposta errada. Por fim, para maior precisão de alguns pontos, o entrevistador pode utilizar pontos de comparação entre alguns elementos de seu relato e padrões (de tempo, espaço ou situações semelhantes) existentes na realidade, de acordo com o desenvolvimento cognitivo esperado para aquela faixa etária (PEREIRA, 2014; MEDEIROS, 2022).

O depoimento especial tem como foco resolver as questões levantadas por magistrado, defesa e acusação. Logo, em algumas ocasiões, a versão da criança ou do adolescente narrada durante o depoimento especial pode ser confrontada com a versão do agressor, aumentando a pressão psicológica sobre o inquirido frente ao seu relato, que pode ser considerado inválido, desacreditado, infantil ou fantasioso, de

acordo com a relação estabelecida entre seu discurso e a fala do agressor. Além disso, os crimes podem permanecer impunes, favorecendo a reincidência e aumentando o temor da criança em denunciar (FRONER & RAMIRES, 2008; NAPOLI, 2010; RIBEIRO et al., 2013). O inquirido, neste contexto, perde sua condição de sujeito de direitos e de livre expressão e torna-se apenas parte da investigação enquanto fornecedor de provas ao processo (BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008).

Cabe frisar que a audiência pode não ser a única ocasião em que a criança ou adolescente tenha sido solicitada a falar sobre a violência sofrida. Não raro, a vítima conta sua versão para o(s) familiar(es), para o Conselho Tutelar, para um delegado, para um promotor e, finalmente, para um juiz, paradoxalmente em uma sala concebida para evitar a revitimização.

Na análise pericial não se leva em conta apenas a narrativa da criança/adolescente, mas também o histórico da queixa, a existência de sinais/sintomas e a observação da linguagem não-verbal, entre outros aspectos, primando sempre pela qualidade da avaliação para a elucidação da queixa. Uma vez que são considerados estes vários aspectos, não se determina previamente quantos atendimentos serão realizados para a conclusão da avaliação pericial, a qual não incorre em revitimização uma vez que busca respeitar o tempo e forma de expressão de cada criança ou adolescente. Além disso, a perícia psicológica realizada no IPCA prioriza a saúde integral da criança/adolescente em detrimento à obrigação de produção de provas para elucidação do crime, podendo ser concluída sem o resultado esperado pelos operadores do Direito.

Assim, torna-se imperativo que sejam efetuadas reestruturações na condução dos métodos do depoimento especial, permitindo aos profissionais capacitados a esta prática (psicólogos, assistentes sociais e outros) a liberdade necessária para uma escuta que considere o tempo de elaboração do trauma pela vítima e a análise adequada dos comportamentos que pareçam suspeitos, como nas perícias que vem sendo realizadas em algumas instituições de saúde no país (NAPOLI, 2010; RIBEIRO et al., 2013; BRITO & PARENTE, 2012; ALEIXO, 2008; BRITO et al., 2006).

6 CONCLUSÃO

Famílias em que crianças ou adolescentes passam por situações de violência precisam de pessoas que acolham a revelação da vítima e tomem as providências legais que interromperão o ciclo abusivo e propiciarão a superação dos episódios de violência. Normalmente, tais providências se iniciam por Conselhos Tutelares e Delegacias, onde os profissionais assumem papel protetivo e proporcionam a resolução do problema não somente para a vítima da violência, mas também para as famílias que as acompanham ao encaminhá-las aos demais órgãos da Rede de Proteção.

Nesse contexto, é primordial que os diversos profissionais integrantes da Rede primem não somente pela conclusão dos casos, mas sobretudo pela correta condução dos procedimentos, preservando a saúde integral, o bem estar e os direitos das vítimas e de seus responsáveis, evitando sobre a criança/adolescente a pressão sobre a necessidade de uma revelação imediata e/ou realizada reiteradas vezes. Dessa forma, o encaminhamento para um órgão específico, no qual essa escuta seja feita de forma técnica e estruturada, em ambiente tranquilo e acolhedor, permitirá à vítima a liberdade para oferecer informações conforme suas necessidades específicas e sem prejuízos ao seu desenvolvimento.

Entender os processos pelos quais passam crianças, adolescentes e suas famílias diante das situações de violência possibilita que se possa ofertar-lhes o apoio e a escuta especializada necessários não só para a elucidação destes crimes, mas também para uma maior expressão da defesa dos direitos da infância e adolescência, bem como para o fortalecimento dos vínculos protetivos da família e da sociedade.

Assim, a perícia psicológica se coloca na rede de proteção como um importante elo, resguardando o direito da criança e do adolescente de serem ouvidas em um ambiente acolhedor e adaptado a suas peculiaridades para que seu relato seja livre de constrangimentos ou imposições. Da mesma forma, observa todos os procedimentos necessários para o bem-estar do periciado e para a mais elevada qualidade técnica durante o exame requerido.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, K. C. A extração da verdade e as técnicas inquisitórias voltadas para a criança e o adolescente. *Psic. Clin.*, 2008, 20 (2), p. 103-111.

ALMEIDA, R. V. A perícia e a prova na investigação criminal: aspectos relevantes. *Monografia*. (Trabalho de conclusão do curso de Direito). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009. 92 p.

AMBROSIO, G. Psicologia do testemunho. *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, 2010, v. 1, n. 2, p. 395-407, jul./dez. 2010. 10.

BRITO, D. S. Autonomia da perícia oficial criminal no Brasil: identificação e classificação de *stakeholders*. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014. 99 p.

BRITO, L. M. T.; PARENTE, D. C. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. *Psicologia & Sociedade*, 2012, 24 (1), p. 178-186.

BRITO, L.; AYRES, L.; AMENDOLA, M. A escuta de crianças no sistema de justiça. *Psicologia & Sociedade*, 2006, 18 (3), p. 68-73.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. *Manual de depoimento especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais*: sumário executivo/Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, CNJ, 2021. 36 p.

COELHO, M. L.; MARINHO, V. M. P. S. M. A escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: o desenvolvimento do ECA e o papel da Rede de Proteção. *Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas*. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 7. Nº 3. Manaus: Curso de Direito, 2023.

COIMBRA, J. C.; NUNES, R. G.; CORDEIRO, C. F. (2021). Depoimento especial, testemunho judicial, diretrizes internacionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-14.

FRONER, J. P.; RAMIRES, V. R. R. Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 2008, 18 (40), p. 267-278.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; ROVINSKI, S. L. R.; LAGO, V. M. (Orgs.). Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. 472p

MIRA Y LÓPEZ, E. *Manual de psicologia jurídica*. São Paulo: New Generation, 2009.

MEDEIROS, A. P. Depoimento especial e avaliação psicológica em crianças e adolescentes com necessidades especiais. (2022). *Cadernos jurídicos*, São Paulo, ano 23, nº 63, p. 149-161.

NAPOLI, A. K. C. *O depoimento sem dano em análise: a perspectiva da Psicologia*. Monografia (Especialização em Psicologia Jurídica). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

PEREIRA, A. A. T. Psicologia do testemunho infantil: verdades e mentiras na cena judicial. *Dissertação*. (Mestrado em Psicologia forense e da exclusão social). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. 106p.

RIBEIRO, D. B.; BONADIMAN, N.; GONÇALVES, S. G.; RASSELE, W. D. Reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais e psicólogos junto à metodologia do depoimento sem dano. *Emancipação*, 2013, 13 (1), p.55-74.

RODRIGUES, S. M.; OLIVEIRA, A. A. C.; FRÓES, J. M. R. S. PINTO, L. N.; SILVA, R. G. L. (Orgs.). *Perícias criminais em crianças e adolescentes: especificidades e interdisciplinaridade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2024. 282 p.

ROVINSKI, S. L. R.; PELISOLI, C. L. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2 ed. São Paulo: Vetor Editora, 2024.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. *Como falar de abuso sexual para crianças e adolescentes?* Captura na Internet em 08 fev 2022. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/adolescência/comofalar-de-abuso-sexual-com-criancas-e-adolescentes-copia-1/>.

SOUZA, R. O. A perícia criminal no Brasil: explanação histórica, legislativa e a função do perito. (Monografia). Universidade de Brasília, Instituto de Química. Brasília, 2011. 36 p.

VARGAS, J. P. S.; KRIEGER, J. R. A Perícia Criminal em Face da Legislação. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*, 2014, v. 5, n.1, p. 382-396.